

**XXVII Semana de História da Universidade
Federal de Juiz de Fora**

**O Brasil em Conflitos Armados:
Guerras, revoltas e revoluções.**

24 a 28 de maio de 2010 – UFJF

Anais do Evento

Antonio Gasparetto Júnior

Camila Martins

Fernanda Gherardi

Luiz César de Sá Júnior

Luiz Alberto Ornellas Rezende

Mariana Corrêa

Raphael Moreno

Rhuan Fernandes

(Organizadores)

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora

Instituto de Ciências Humanas – ICH

Centro Acadêmico de História – Gestão “Flor no Asfalto”

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Ficha Técnica

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”. Juiz de Fora, 2010. 449 p. ISSN: 2317-0468.

1. Guerras – 2. Revoltas – 3. Revoluções

Comissão Organizadora:

-Antonio Gasparetto Júnior
-Camila Pereira Martins
-Fernanda Gherardi
-Luiz César de Sá Júnior
-Luiz Alberto Ornellas Rezende
-Mariana Corrêa
-Raphael Moreno
-Rhuan Fernandes

Diagramação e Normatização:

-Antonio Gasparetto Júnior

Sumário:

Comunicações:

Economia e Legislação no Período Colonial

1. A Demarcação Diamantina: legislação de controle. Hyllo Nader de Araújo Salles.....	7
2. Santa Cruz: uma fazenda jesuítica na economia brasileira (1589-1759). Leonardo Bassoli Angelo	22
3. Plano de Classificação dos Assuntos do Senado da Câmara de Vila Rica. Luiz Alberto Ornellas Rezende	28

Trajetórias Biográficas no Período Colonial

1. Francisco Ferreira Isidoro: a vida política, social e econômica de um cristão-novo nas Minas do século XVIII. Franciany Cordeiro Gomes	41
2. Conde de Castelo Melhor: carreira e trajetória militar do governador geral do Estado do Brasil Hugo André Flores Fernandes Araújo	52

Memória e Arqueologia

1. O Conflito em Angola (1961-1975): indicações para um debate historiográfico acerca da produção acadêmica no Brasil.. Helenice Moreira Dias	65
2. Cleópatra: a última governante egípcia. Luiz Henrique Souza de Giácomo	74
3. O Negro na Vida Social: o poder da linguagem e a construção dos estereótipos. Mariana Schuchter Soares & Carolina Alves Fonseca.....	89
4. Entre Fontes e Representações: um estudo dos Cataguá na historiografia mineira.	

Renata Silva Fernandes	105
------------------------------	-----

Debate Historiográfico

1. Mulheres Furras e Historiografia

Angélica Moreira de Resende	117
-----------------------------------	-----

2. A Construção da Identidade Nacional Brasileira no Início do Século XX: as teorias racionalistas em Oliveira Vianna.

Iara Andrade Senra.....	129
-------------------------	-----

3. A Tradição da Modernidade: Gilberto Freyre, o modernismo e o movimento regionalista de 1926.

Mariane Ambrósio Costa	139
------------------------------	-----

Sociedade, Economia e Política no Brasil República

1. Operários Têxteis nos Processos Trabalhistas: justiça e trabalho nos anos 50 (Juiz de Fora – MG).

Alessandra Belo Assis Silva.....	144
----------------------------------	-----

2. As Associações de Ofício em Juiz de Fora e suas Celebrações na Primeira República.

Camila Pereira Martins.....	159
-----------------------------	-----

3. A Trajetória Econômica Argentina na Década de 1990 e Início do Século XXI

Fernando Marcus Nascimento Vianini.....	173
---	-----

4. A Política Industrial de FHC e Lula: uma comparação entre a PICE e a PITCE.

Maedison de Souza.....	184
------------------------	-----

5. A Trajetória dos Planos e Seguros Privados de Saúde: uma análise do seu desenvolvimento no período militar e no pós Constituição de 1888.

Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro.....	194
---	-----

Repressão e Conflitos

1. A Política no Diário Mercantil nos Anos Pré-Golpe de 1964

Carolina Guedes Soares & Fernanda Pires Alvarenga Fernandes	204
---	-----

2. A República do Carnaval: um olhar estrangeiro sobre a Guerra de Canudos.

Daniela de Oliveira Barbosa	219
3. “Sapatos Vermelhos”: a comunidade armênia de São Paulo sob a vigilância do DEOPS/SP, uma proposta de pesquisa.	
Heitor de Andrade Carvalho Loureiro	228
4. A Mobilização Popular e a Reação Conservadora em Minas Gerais. Nos Anos que Antecederam ao Golpe Civil Militar de 1964.	
Renato João de Souza.....	243

Economia e Industrialização no Brasil Imperial

1. Duas Abordagens sobre a Economia Local: a transição agrária do distrito de Santo Antonio do Parahybuna.	
Bruno Novelino Vittoretto	250
2. Um Estudo sobre o Supremo Tribunal de Justiça no II Reinado.	
Carla Beatriz de Almeida	266
3. Cavalos Perdidos e Vacas Achadas: reflexos da industrialização na mídia petropolitana do século XIX.	
Pedro Paulo Aiello Mesquita.....	279

Estabilidade Política no Brasil Monárquico

1. A Revolta Liberal de 1842, em Minas Gerais: contestação e memória.	
Bruna de Oliveira Fonseca & Fernanda Chaves Gherardi	390
2. Profissionalização, Tradição ou Missão Militar? A trajetória do Ministro dos Negócios da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo (1848-1852)	
Carlos Eduardo de Medeiros Gama	299
3. Vivendo a Guerra do Paraguai: memórias de um voluntário da pátria.	
Fabiana Aparecida Almeida	312
4. <i>O Gabinete da Conciliação</i> : algumas considerações.	
Paula Ribeiro Ferraz.....	322

Arte, Cultura e Religião

1. A Precisão e a Distorção: diálogos entre Diego Velázquez e Francis Bacon. Antonio Gasparetto Júnior	333
2. Ariel ou Caliban: qual é o símbolo da América Latina? Daiana Pereira Neto	348
3. A Humanização de Jesus e o Sistema Cristão na Visão de Ernest Renan Filipe Queiroz de Campos.....	360
4. A Herança Ibérica em Oswald de Andrade e José Vasconcelos Gabriela Duque Dias	372
5. “Na Estação de Deodoro, o Povo quer Saudar sua Rainha”: religião, política e identidade nos primórdios da Primeira República. José Leandro Peters	384
6. “Habilidade Artesanal e Ausência de Cor”: o papel dos escravos e libertos nas tendas, oficinas e canteiros de obras no Brasil Colonial. Lucas Baptista de Gama Júnior e Ângela Brandão	395
7. Caminhos do Renascimento e do Maneirismo em Portugal Rhuan Fernandes Gomes.....	402

Conflitos Brasileiros entre 1930 e 1946

1. A Adesão Popular no Movimento Revolucionário de 1930 em Juiz de Fora Adalberto Alves de Mattos.....	414
---	-----

Patrimônio, Arte e Sociedade

1. O Diálogo da Arte com o Almanaque: Chiquinho do Tico-Tico de Maria Pardos. Fernanda Chaves Gherardi	425
2. Memória Através de Retratos: imagem de Murilo Mendes formada por artistas. Renata Oliveira.....	441

Economia e Legislação no Período Colonial

A Demarcação Diamantina: legislação de controle

Hyllo Nader de Araújo Salles*

Resumo: A presente pesquisa tem por objeto a legislação de controle sobre as pessoas que viviam nos limites da Demarcação Diamantina entre 1730 e 1845 e busca analisar sua eficácia a partir do corpus legislativo produzido pela Coroa portuguesa especificamente para essa área. O recorte temporal tem como balizas a carta régia de 9 de fevereiro de 1730, que deu plenos poderes ao governador da capitania de Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida, para regular e providenciar sobre a exploração de diamantes, e o decreto de 1845, que criou outra Administração e estatuiu o arrendamento dos terrenos diamantinos em hasta pública por prazo de quatro a dez anos, por meio de lotes que não excedessem cem mil braças quadradas, não podendo cada arrematante obter mais de um. Este último instrumento jurídico marca, na prática, o fim da Real Extração dos Diamantes.

Palavras-chaves: Colônia; Demarcação Diamantina; Legislação.

Abstract: This work aims at studying the laws concerning the control over the inhabitants of the so called "Demarcação Diamantina" between 1730 and 1845 and seeks to analyze the effects of this legislation through the sources produced by the Portuguese Crown specifically for this area. The period spans from February 9, 1730, when was given full powers to the governor of captaincy of Minas Gerais, D. Lorenzo de Almeida, to regulate and provide on the exploitation of diamonds, and 1845, year of the decree which created other Administration and stipulated the landlease by means of public auction for a period of four to ten years. The latter legal instrument marks, in practice, the end of the real extraction of diamonds.

Keywords: Colony; Demarcação Diamantina; Legislation.

* Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista PIBIC - CNPq

O corpus legislativo produzido para a Demarcação Diamantina demonstra o imenso esforço para se garantir o máximo rendimento da exploração dos diamantes, com ênfase para as medidas que impedissem o garimpo e o contrabando dos diamantes. Nesse corpus legislativo, é possível perceber dois grandes movimentos: um, de regulação da exploração do diamante, em três momentos distintos, e outro, de controle sobre a sociedade que vivia no interior dos limites da Demarcação.

A regulação da exploração dos diamantes

A exploração por meio da capitação

Apesar de os diamantes já se acharem descobertos no arraial do Tijuco em 1727, somente em 1729 a administração portuguesa se manifestou sobre a descoberta. O governador D. Lourenço de Almeida, no dia 2 de dezembro daquele ano, expediu um bando que mandava “suspender toda a mineração do ouro nas terras diamantinas e anulando todas as cartas de datas expedidas pelo guarda-mor”. Em fevereiro de 1730, a metrópole, por meio de uma carta régia, dava plenos poderes a D. Lourenço de Almeida para “regular e providenciar sobre a exploração de diamantes”¹. É com essa carta régia que se inicia o primeiro momento de regulação da exploração dos diamantes, a partir de então, marcada pela instabilidade fiscal, talvez por não se ter nenhuma experiência sobre a matéria, e a única certeza ser a de que a regulação da exploração do ouro não era aplicável ao diamante.

A primeira providência tomada por D. Lourenço de Almeida foi, por uma portaria datada de 24 de junho de 1730, estabelecer “a capitação de 5 mil réis por cada escravo, que fosse empregado nesta mineração, em satisfação do quinto devido pela extração das pedras preciosas”. O primeiro a organizar um regimento sobre a mineração dos diamantes foi D. Lourenço de Almeida, em 26 de junho de 1730, no qual o

Ouvidor-geral da Vila do Príncipe fora nomeado superintendente de todas as terras diamantinas na comarca. Foram anuladas todas as cartas de datas concedidas anteriormente pelo guarda-mor para a mineração do ouro, e o superintendente ficou autorizado a repartir novamente os rios e córregos diamantinos pelos mineiros que o requeresse, concedendo só duas braças e meia para cada praça: antes, porém, de qualquer medição deveria o superintendente medir e tirar para o Rei uma data de trinta braças no melhor lugar. Tirada a data deveria ser posta em praça para ser arrematada por quem mais oferecesse [...] O que fizesse novo descoberto tinha o direito a uma data de trinta braças no lugar que escolhesse. Não podia haver lojas e vendas na lavras e ainda fora delas na distância de duas léguas.

¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. pp. 49/50

Em 1731, através de um decreto régio de 16 de março, a Coroa

Ordenou ao ouvidor da Vila do Príncipe [...] que mandasse imediatamente despejar das lavras diamantinas toda pessoa de qualquer condição que fosse, que nelas minerasse, embora aí tivesse habitação e família estabelecida sob pena de dez anos de degredo para Angola e confisco de todos os bens para a Real Fazenda [...] finalmente que todos os negros, mulatos e mulatas forros, que se encontrassem dentro da comarca do Serro fossem logo delas despejados, sob pena, aos que não saíssem logo, de dois meses de cadeia, de duzentos açoites e de degredo².

A capitação de 5 mil réis de cada escravo foi então substituída pelo arrendamento das mesmas lavras por um ou dois anos. Foi estabelecido o preço de 60 mil réis por braça de dez palmos quadrados, por um ano, com a condição de se reservar para o rei os diamantes maiores de 20 quilates. Mas essa ordem só veio a ser publicada por bandos de 7 e 9 de janeiro de 1732. Essa medida inviabilizou a exploração de diamantes, fato reconhecido pelo próprio governador D. Lourenço de Almeida; o qual, três meses após a execução desses bandos, expediu outro no dia 22 de abril, em que desimpedia as lavras por um ano mediante a capitação de 20 mil réis³.

Todavia, dias antes de se completar o ano estabelecido no bando de 22 de abril de 1732, foi implementado um novo procedimento para a cobrança da capitação, em duas dobras, isto é, em dois semestres.

Ficaram também proibidos: o negócio de diamantes fora do arraial do Tijuco por pessoas de todas as condições; pelos escravos, em todos os lugares; a entrada de vagabundos e pedidores de esmolas nos serviços diamantinos; o funcionamento de vendas ou tabernas fora do arraial do Tijuco e junto às lavras e ribeirões diamantinos; e que ficassem abertas as tabernas durante a noite no mesmo arraial.

A capitação foi elevada em 16 de abril de 20 mil réis para 25 mil e 600 réis, cobrada em dois semestres. O edital datado de 5 de maio de 1733, “determinou que todos os escravos fossem retirados das lavras, em que estivessem trabalhando para se dar início a nova capitação”⁴.

Um bando do governador Conde das Galveias, André de Melo e Castro, datado do início de dezembro de 1733, “elevou a capitação para 40 mil réis por escravo a contar de 1º de

2 SANTOS, 1976. pp. 50/51

3 CARRARA, Angelo Alves. Desvendando a riqueza na terra dos diamantes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 41, p. 40-50, julho/dezembro, 2005.

4 CARRARA, 2005. p. 43

janeiro de 1734, e ainda renovou as penas impostas aos compradores de diamantes fora do arraial do Tijuco e contra as tabernas e escravos de tabuleiros (quitandeiros)”⁵.

Nos quatro anos compreendidos entre 1730 e 1734, observa-se, do ponto de vista fiscal, certa instabilidade da legislação voltada à regulação da exploração diamantífera. Há sucessivas mudanças no valor da capitação pela administração colonial em curto espaço de tempo. Nesse momento, o arraial do Tijuco já era tratado de forma diferenciada, pois a capitação nesse local possuía valor bem mais elevado do que o das outras áreas mineradoras da capitania.

Esse primeiro momento da exploração diamantífera encerra-se no ano 1734, quando foi feita a demarcação do Distrito Diamantino, por Martinho de Mendonça de Pina e Proença, para pôr fim às incertezas da legislação que entrara em vigor. Neste mesmo ano, é publicado, pelo Conde das Galveias, o bando de 19 de julho, no qual mandava

Proibir toda a mineração de diamantes no distrito ultimamente demarcado. [...] Todo o escravo ou pessoa livre, que for achado nos córregos, gupiaras ou lavras que forem de diamantes, com suspeita de que quer extraí-los, serão presos: os escravos açotados e vendidos, metade para o denunciante e metade para a Fazenda Real, e os homens livres pagarão 100\$000 de multa com dois meses de prisão, e serão exterminados da comarca. Outrossim, mando que nenhum dos habitantes do dito distrito possa ter batêa, almocrafe, alavanca ou qualquer outro instrumento; os lavradores só poderão ter os instrumentos precisos para a cultura⁶.

Entre 1734 e 1739, foi preparado o sistema de exploração dos diamantes por meio dos contratos. Nesse momento, os faiscadores foram matéria de uma portaria do Conde das Galveias de 24 de dezembro de 1734, a qual recomendava ao

Intendente Rafael Pires Pardinho particular cuidado com os faiscadores, fazendo efetivas as penas decretadas pelos bandos anteriores. Devia proibir toda e qualquer mineração de ouro no distrito. As lojas de fazendas estabelecidas dentro do arraial foram tributadas com cinquenta oitavas de ouro anuais, e as vendas com trinta⁷.

O Sistema dos Contratos

Com a proibição da mineração na Demarcação Diamantina, uma forma encontrada pela administração colonial para fiscalizar o seu cumprimento foi regular a circulação dos

⁵ CARRARA, 2005. p. 43

⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 59

⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 60

diamantes, para isso foi expedido o bando de 6 de janeiro de 1735, no qual o Conde das Galveias ordenava

Que os diamantes extraídos no tempo da capitação, antes da proibição, fossem levados e entregues ao Intendente no prazo de três meses, para este os lacrar, registrar e guardar no cofre da intendência, passando aos donos conhecimento, em que se declarasse o seu número, peso e qualidade. [...] Só quando tinha de sair da comarca, é que se entregavam com guias, contendo as mesmas declarações. [...] Passado o tempo de três meses, todos os diamantes que fossem achados na comarca sem estarem no cofre da Intendência deveriam ser confiscados em benefício da Real Fazenda; e a pessoa em cujo poder se encontrassem, ficaria sujeita às penas, dos que mineravam contra a proibição do bando de 19 de julho de 1734.

Outrosim, continua a portaria, tomará em segredo quaisquer denúncias, que forem dadas contra os transgressores dos bandos; e haverão os denunciadores, também em segredo, a terça parte do valor dos diamantes e bens confiscados aos denunciados. E o escravo que denunciar a seu senhor, se for este condenado, mandará o intendente a passar carta de liberdade em nome de Sua Majestade, além da parte que lhe compete no confisco⁸.

As terras do Distrito Diamantino foram, então, lacradas em 1734 e só foram reabertas em 1739, quando se inicia definitivamente o segundo momento, marcado pelo sistema de exploração dos diamantes através dos contratos, isto é, quando a administração portuguesa terceirizou a exploração diamantífera: a extração dos diamantes passou “a ser monopólio particular de um contratante, ou consórcio de arrematantes, que por concessão privilegiada compravam da Coroa o direito da extração dos diamantes em todo o território demarcado”⁹.

Ainda no ano de 1739, Gomes Freire de Andrade, o governador da capitania, expediu um bando que previa as penas para a violação das condições dos contratos. Nesse mesmo ano, o governador foi ao Tijuco para acompanhar e regular a arrematação do primeiro contrato, “que teve lugar a 10 de junho de 1739, nessa ocasião mandou proceder a nova demarcação do Distrito Diamantino, por se terem feito novos descobertos”¹⁰. Após essa nova demarcação, os bandos anteriores foram novamente publicados, declarando inclusive as penas contra os que minerassem diamantes no distrito demarcado.

Outra preocupação dos administradores metropolitanos no período dos contratos era o seu funcionamento, isto é, o cumprimento de suas condições. Em geral, a condição desrespeitada era a do número de escravos que podia trabalhar no contrato, ou seja, o número de escravos capitados. Por isso em 1751, Gomes Freire de Andrade, por uma ordem data de 20 de março criou um rigoroso dispositivo para evitar a fraude cometida pelos contratadores.

⁸ SANTOS, 1976. p. 60

⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. **O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. p. 26

¹⁰ SANTOS, 1976. p. 71

Estabeleceu que todos os escravos fossem registrados em livros de matrícula, nos quais, ao final de cada mês, o intendente deveria tirar uma certidão para conferir se o número de escravos capitados era o mesmo de escravos nas lavras. Outro exemplo é o do ano de 1753, em que o governador por uma ordem de 20 de fevereiro determinava a prisão e o sequestro dos bens do contratador Felisberto Caldeira Brant ¹¹.

No ano de 1757, houve a ampliação da Demarcação com a anexação da Vila de Minas Novas à Comarca do Serro do Frio por um decreto de 10 maio, que

Desmembrou Vila de Minas Novas do Fanado, com seu distrito, da Capitania da Bahia, a que antes pertencia, e uniu-a à Comarca do Serro Frio, para ficar debaixo da jurisdição administrativa do Intendente dos Diamantes do Tijuco.

Por consequência foi expedida a ordem de 20 de setembro do mesmo ano do intendente Tomás Robi de Barros Barreto, na qual nomeou “o sr. mestre de campo, Pedro de Lino Moraes, intendente comissário dos diamantes de todo o distrito das Minas Novas do Fanado” para que este fizesse cumprir todos os bandos, ordens e portarias que regiam o Distrito Diamantino em Minas Novas do Fanado.¹²

No ano de 1759, ocorreu uma alteração no sistema dos contratos, que, anos depois, constituiu-se em um dos elementos para pôr fim a esse sistema. Tal alteração foi a matéria do alvará do dia 07 de setembro de 1759, a partir do qual foi estabelecido que o Contrato dos Diamantes pudesse, então, ser prorrogado por mais um ano, isso para se evitar qualquer interrupção na cobrança das imensas somas da capitação paga pelos contratadores. Outro elemento que contribuiu foi a ordem do Marquês de Pombal de 21 de novembro de 1761, pois exclui do Quinto Contrato dos Diamantes os

Contratadores Antônio dos Santos Pinto e Domingos de Bastos Viana, e ficou ele pertencendo a João Fernandes de Oliveira e a seu filho, o Desembargador João Fernandes de Oliveira. Após a publicação da Ordem em Tijuco ter-se-ia início o Sexto Contrato¹³.

O Sexto Contrato encerra-se no ano de 1771. Esse foi o mais longo contrato, teve quase dez anos de duração. O Desembargador João Fernandes de Oliveira se tornou o contratador mais importante de todos os tempos, acumulou uma imensa riqueza, entretanto grande parte dessa riqueza teve sua origem no tráfico dos diamantes. A Coroa, ciente desse

¹¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

¹² SANTOS, 1976. p. 111

¹³ SANTOS, 1976. p. 118

fato, após o grande escândalo da Xica da Silva, ordenou o comparecimento do contratador na Corte em Portugal no ano de 1771.

A criação da Real Extração dos Diamantes

Diante disso, a administração portuguesa decidiu, então, que a exploração dos diamantes seria feita pela própria Coroa a começar no dia 1º de janeiro de 1772. O decreto de 12 de julho de 1771 criou a Real Extração dos Diamantes e estabeleceu em

Lisboa uma diretoria de três membros, debaixo do diretor-geral do Real Erário, à qual competia nomear no Tijuco três caixas-administradores com a graduação de primeiro, segundo e terceiro, que lhe ficaram sujeitos. Os três caixas-administradores com o Intendente formavam a Administração ou Junta Administrativa¹⁴.

A criação da Real Extração dos Diamantes deu início ao terceiro momento da regulação da exploração dos diamantes. Em agosto de 1771, foi estabelecido o regulamento, chamado Regimento Diamantino, que, por ordem de 20 de agosto do mesmo ano,

Foi remetido ao Intendente Francisco José Pinto de Mendonça um exemplar dele impresso para ser publicado no Tijuco, devendo depois ficar reservado e ser registrado no livro dos registros, para quem aí o quisesse ler, sendo, porém, absolutamente proibido tirar-se qualquer cópia ou traslado.¹⁵

Nesse terceiro momento, há o movimento de regulação do funcionamento da Administração Diamantina. A Diretoria de Lisboa, por meio de uma ordem de 22 de agosto de 1771, determinou que o Caixa da Administração “só funcionasse em todos os negócios da Administração de acordo com o Intendente, de cuja opinião nunca deveria se apartar”. Em 1772, no dia 17 de fevereiro, foi expedido um decreto, no qual “determinou-se que o emprego de Fiscal só pudesse ser exercido por homem letrado, de imediata nomeação régia”. O emprego de Fiscal dos Diamantes assumiu uma grande importância e dimensão, por isso, em maio do mesmo ano, por um decreto, foi estabelecido o regulamento de Fiscal. Para se ter uma idéia a demissão de um Caixa da Administração em 1773, por exemplo, foi executada por um decreto, no qual

¹⁴ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 131

¹⁵ SANTOS, 1976. p. 131

Foi Caetano José de Sousa demitido do emprego, que exercia de primeiro Caixa da Administração, ordenando-se-lhe que perante o Intendente prestasse contas de sua administração e entregasse a seu sucessor, por inventário e balanço em forma mercantil, tudo o que pertencesse à Extração; ordenou-se-lhe mais que saísse da Demarcação imediatamente, como pessoa aí supérflua¹⁶.

Uma matéria importante no corpus legislativo para o período da Real Extração foi o da mineração do ouro. Com a criação da Extração, todas as lavras na Demarcação foram impedidas, e somente os escravos alugados pela Junta Diamantina podiam lavar os cascalhos. Porém uma ordem régia “desimpediu as lavras do Morro dos Remédio, do Capão, da Boa-Vista, dos Cristais, do Xiqueiro, da Contagem Velha, do Batatal, da Sentinela e dos Macacos” por serem consideradas apenas lavras auríferas. No ano de 1795, houve um termo da Junta, datado de 25 de agosto, em que “João Inácio, deferindo a representação fez declarar desimpedido o Rio Paraúna cinco léguas a baixo da Demarcação, e se franqueou sua mineração ao povo, por se reconhecer que ali não havia diamantes”¹⁷.

Em maio de 1803, foi a primeira vez em que se pensou por fim a Real Extração dos Diamantes, quando se expediu uma lei que alterava fundamentalmente o sistema da Administração Diamantina. Além disso, levantava a proibição de minerar ouro nas terras diamantinas, extinguiu a Real Extração e revogava o Regimento Diamantino. A motivação dessa lei era a dificuldade de se evitar o tráfico por conta da dimensão da Demarcação e os altos custos da mineração do diamante por conta da Fazenda Real, pois cada quilate teria o custo de 6 mil e 644 réis, segundo Felício dos Santos. Porém, a execução da lei de 1803 foi adiada indefinidamente, até ser suspensa pelo alvará de 1º de setembro de 1807¹⁸.

No ano de 1808, ocorreram algumas mudanças na Demarcação Diamantina por conta da vinda da Família Real para o Brasil. Nesse mesmo ano, o intendente Câmara foi autorizado a preparar a criação da primeira fábrica de fundição de ferro existente na capitania de Minas Gerais. Por uma carta régia de 10 de outubro

Ficou Câmara autorizada a deduzir dos 120:000\$000 réis a assistência anual, que pela fazenda se fazia para os trabalhos da Extração, 10:000\$000 réis no ano de 1805, e 4:000\$000 réis nos dois anos seguintes, para serem aplicados, como mais conveniente fosse, ao estabelecimento de uma fábrica de ferro, no lugar mais apropriado da Comarca do Serro do Frio¹⁹.

¹⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. pp. 137/142

¹⁷ SANTOS, 1976. pp. 140/173

¹⁸ SANTOS, 1976.

¹⁹ SANTOS, 1976. p. 215

Por um alvará de 28 de junho de 1808, criou-se o Erário Régio no Rio de Janeiro. No ano seguinte, uma carta régia de 21 de fevereiro

Mandou cessar a correspondência da Junta do Tijuco com o Comissário do Rio de Janeiro, Francisco de Araújo Pereira, devendo ela continuar com a nova Diretoria, que ficou encarregada de fazer-lhe a assistência do necessário para custeamento da extração, cuja importância seria reduzida dos 120:000\$000 com que era suprida pela Junta da Fazenda de Vila Rica.

Tal assistência anual da Real Extração foi, no ano de 1824, por um aviso de 16 de agosto, reduzida a 60:000\$000 réis, pagos por meio de letras de 5:000\$000 réis sacas mensalmente contra o tesouro nacional ²⁰. Sem a menor sombra de dúvida, a redução da assistência teve um impacto negativo para a Real Extração, que já se encontrava em dificuldades.

No ano de 1822, por meio de uma portaria, determinava-se que se procedessem “à eleição de sete membros, de que se havia de compor a nova Junta Provisória da Província, que naquele dia [20 de maio] se instalaria impreterivelmente”. Em 23 de julho, do mesmo ano, a nova Junta Provisória deferiu o pedido dos paroquiais da Demarcação Diamantina e revogou a ordem do primeiro governo provisório que cassou todas as licenças de lavras concedidas pelo intendente Câmara, que por um edital convocou

Todos os concessionários de lavras para apresentarem suas licenças perante a Administração, a fim de serem ratificadas, e poderem ir trabalhar livremente, ficando obrigados a levar à Junta todos os diamantes que se extraíssem na mineração do ouro, para serem pagos pelos preços taxados em uma tarifa que para esse fim organizou.

Na prática, era o fim da proibição de se minerar ouro na Demarcação. Contudo, quatro anos depois, há um termo da Junta Diamantina de 28 de outubro de 1826 que

resolveu não fazer mais concessões de lavras, mandou lançar nas pautas das patrulhas todas as que tivessem sido cassadas ou rejeitadas pelos concessionários, a fim de não se permitir o seu lavor, e proibiu as transferências de licença por qualquer título, oneroso ou gratuito²¹.

Mais uma vez estava proibida a mineração do ouro na Demarcação.

Desde o ano de 1803, a Real Extração passava por dificuldades financeiras, sendo suas despesas superiores a sua receita, por conta disso acumulou uma imensa dívida com a emissão

²⁰ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 213

²¹ SANTOS, 1976. pp. 279/287

de seus bilhetes. Portanto, para tentar sanar esse problema, foi expedido o decreto de 14 de setembro de 1816, que

Determinou que se fizessem à boca do cofre no fim de cada semestre, com dinheiro à vista, todas as despesas da Extração, cessando absolutamente a faculdade da emissão de bilhetes, de qualquer natureza que fossem. Que se pagasse a dívida antiga com a consignação anual de dois por cento do capital, além dos juros de cinco por cento da dívida, que ficasse existindo, no fim de cada ano; ou por consignação anual de dez por cento sem juros algum, ficando a arbítrio dos credores a escolha de um ou outro método para seu pagamento, que se faria com a maior exação²².

Com essas medidas, a dívida da Extração diminuiu gradualmente, e os seus bilhetes voltaram a ter credibilidade. Contudo a redução na assistência de 1824 dificultou ainda mais a existência da Real Extração.

Em outubro de 1732, no dia 25, foi expedido um decreto que

Extinguia a Administração Diamantina, e todos os empregados e ofícios a que ela dera lugar.
Declarava os terrenos diamantinos pertencentes ao domínio nacional, não se podendo explorá-los sob pena de furto²³.

Além disso, instituíu o sistema de arrematações dos terrenos diamantinos e revogava todas as concessões de lavras anteriores. Porém, mais uma vez, o decreto não foi executado, e a Real Extração dos Diamantes continuou subsistindo até o ano de 1841, segundo Felício dos Santos.

No ano de 1845, foi expedido outro decreto, no dia 24 de setembro, que

Extinguiu a antiga Administração, criou outra composta por um Inspetor-Geral, de um Procurador-Fiscal, de um Secretário e de um Engenheiro. [...] estatuiu o arrendamento dos terrenos diamantinos em hasta pública a prazo de quatro a dez anos, por meio de lotes que não excedessem de cem mil braças quadradas, não podendo cada arrematante obter mais de um. O preço mínimo de cada braça quadrada foi fixada em trinta réis.

Este último instrumento jurídico marca, na prática, o fim da Real Extração dos Diamantes. Entretanto esse decreto só se tornou exequível com o regulamento de 1853²⁴.

O controle do modo de vida dentro dos limites da Demarcação

O controle demográfico e da circulação de pessoas no Distrito Diamantino

²² SANTOS, 1976. p. 232

²³ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 292

²⁴ SANTOS, 1976. p. 301/302

O controle sobre as pessoas que viviam nos limites da Demarcação Diamantina começou a ser feito pelo controle da concentração demográfica da população, com o único intuito de se impedir o garimpo e o tráfico. A lógica empregada foi a do esvaziamento da Demarcação Diamantina, o que é perceptível no *corpus* legislativo durante todo o período da exploração dos diamantes.

Ilustra bem essa política o bando do Conde das Galveias de 2 de dezembro de 1733, o qual determinou que “toda mulher que de qualquer estado e condição que seja, que viver escandalosamente, seja notificada, para que em oito dias saia fora de toda a comarca do Serro do Frio”²⁵. A motivação desse bando estava calcada no fato de que as “mulheres de vida escandalosa” sempre estiveram associadas ao crime de tráfico dos diamantes. Em geral, só a suspeita de cometer tal crime, segundo Felício dos Santos, já era suficiente para ser condenado ao despejo da região diamantífera.

Outro exemplo é o do bando do Gomes Freire de Andrade de 1739, no qual ordenou

Que daqui em diante não possa assistir nas terras demarcadas pessoa alguma que não tenha officio ou cargo, as quais pessoas se chamam ordinariamente de traficantes; e os que ao presente se acharem neste arraial, ou mais partes das terras demarcadas dois meses depois do dia da publicação deste bando, sairão delas; e o que fôr encontrado dentro da demarcação, pagará da cadeia 100 oitavas de ouro pela primeira vez, e será exterminado para fora desta capitania, e sendo segunda se lhe assentará praça para a Nova Colônia, Rio Grande ou ilha de Santa Catarina.

E porque é conveniente se examinem as pessoas que novamente entram neste distrito: mando que os que de novo vierem a ele tenham obrigação de ir, no termo de seis ou oito dias, à presença do intendente dar conta do officio, negócio ou dependência, que ele o traz, apresentando o ouro que tiver de cabedal, para que, examinado tudo, com licença do intendente possa residir; e faltando a darem conta, sejam reputados como traficantes.

É importante observar a nomenclatura de “traficante” dada àqueles que não possuíam uma ocupação declarada na Demarcação, ou seja, não era necessário haver julgamento para que o crime lhes fosse imputado. A portaria de 15 de outubro de 1750 do governador determinava o despejo para fora da Demarcação de várias pessoas supostamente envolvidas com o tráfico de diamantes²⁶, esse foi outro instrumento sobre o qual a lógica do esvaziamento da Demarcação estava presente.

²⁵ SANTOS, 1976. p. 56

²⁶ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 71

O bando de 22 de maio de 1745 também do Gomes Freire de Andrade foi mais um exemplo da forma do controle da concentração demográfica na Demarcação, pois ele determinava que

Não possa haver pessoa alguma branca no distrito demarcado sem especial licença por escrito do dr. desembargador intendente, que lhe permitirá a residência por um ano, não incluindo nesta resenha as pessoas com as suas famílias se acham já estabelecidas com roça próprias, ou residem há anos neste arraial, ou em algum outro das terras demarcadas. E, passados oito dias do prescrito, achando-se alguma pessoa sem o dito escrito, incorrerá nas penas impostas aos traficantes, e etc²⁷.

José Antônio Meireles, intendente dos diamantes, também por edital

Proibiu que pessoa alguma pudesse sair do Distrito Diamantino sem requerer-lhe passaporte, declarando o motivo da saída, o negócio que tinha de fazer e o tempo que pretendia se demorar; não podendo tornar a entrar sem trazer atestação da Câmara ou autoridade do lugar, em que tiver estado, da qual conste negócio de que tratou e o tempo gasto para este fim²⁸.

O garimpo, o tráfico e o comércio

O tráfico era a matéria mais importante para a administração e para os contratadores, que exerciam um enorme poder na Demarcação. No período do sistema de contratos, aparecem alguns instrumentos jurídicos, que tratam sobre essa questão, sendo o foco desses instrumentos os faiscadores e o comércio.

Por conta de um bando de Gomes Freire de Andrade, datado de 1º de março de 1743, ficou proibido “as negras ou mulatas forras ou cativas, andarem com tabuleiros pelas ruas ou lavras, só lhes sendo permitido venderem os gêneros comestíveis nos arraiais e nos lugares que para esse fim lhes forem marcados, sob pena de duzentos açoites e quinze dias de prisão”. Outro exemplo da regulação do comércio foi o bando de 20 de outubro de 1745, em que o governador ordenava

Que fossem logo despejados do Distrito todos os comboieiros que nele se achassem; foi proibida sua entrada dentro das terras demarcadas e designada a Vila do Príncipe como o único lugar em que poderiam residir, e onde os compradores de escravos deveriam ir fazer o seu negócio; a cobrança do que lhes devia no Tijuco só a poderiam fazer por procuradores, ou deveriam recorrer ao fiscal daquela vila²⁹.

²⁷ SANTOS, 1976. p. 81

²⁸ SANTOS, 1976. p. 147

²⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. pp. 77/81

No ano de 1769, o governador Conde de Valadares renovou a proibição de comercialização de escravos dentro da demarcação com o bando de 7 de dezembro, no qual determinava que “quem tivesse precisão de comprá-los, justificá-la perante o Intendente e pedir a este a licença para mandá-los vir de fora”. Isso porque os comerciantes, em geral, eram elos das imensas redes de tráfico dos diamantes. Dez anos após a regulamentação dos comboieiros, no ano de 1755, foi expedido um bando no dia 5 de agosto que tratava sobre o regulamento das lojas, vendas, tavernas e tabuleiros, no qual o governador estabelecia:

Faço saber a todos os homens de negócio deste continente, assim de fazendas secas como de molhadas, tendas, tavernas, e quitandas, que todo aquele que depois de tocar as Ave-marias fôr achado vendendo algum gênero, ou ainda se provar que os vendeu, logo será preso e não sairá do tronco da cadeia deste arraial, sem primeiro assinar termo de despejo para fora deste continente e comarca; executando-se a mesma pena a respeito daqueles que recolher em sua casa de dia ou de noite algum escravo, além dos de seu serviço domestico, ou qualquer outra pessoa que tiver sido expulsa desta demarcação³⁰.

A lei de 11 de agosto de 1753 “proibiu que no Distrito Diamantino se permitisse espécie alguma de faisqueira, podendo, porém, o Intendente conceder mais algumas lavras auríferas, onde se verificasse não haver diamantes”³¹.

No período da Real Extração dos Diamantes, o garimpeiro era mais do que nunca perseguido, agora diretamente pela administração colonial, já que a exploração dos diamantes era de responsabilidade da Coroa. Por isso, em 1775, o intendente João da Rocha Dantas e Mendonça, por meio de um edital,

Tomou enérgicas providências para prevenir o garimpo e contrabando, regularizou os trabalhos da Extração, reformou os diferentes quartéis que existiam disseminados na demarcação para alojamento dos soldados: quartel do Indaiá, do Inhaí, de São Gonçalo, do Rio Manso, do Medanha e do Inhacica; e determinou o giro das patrulhas³².

O intendente José Antônio Meireles por uma ordem determinou “que nenhum escravo se pudesse libertar sem mostrar o meio, por que tinha obtido a quantia necessária para comprar a sua liberdade”, isso para evitar que os negros comprassem suas alforrias com o garimpo. Esse mesmo intendente para evitar o garimpo e o tráfico por uma ordem “proibiu que as mulheres dos feitores entrassem nos serviços administrados por eles; e obrigava-as a residir na distância de uma légua pelo menos dos serviços da Extração”. Essa ordem foi

³⁰ SANTOS, 1976. pp. 119/110

³¹ SANTOS, 1976. p. 102

³² SANTOS, 1976. p. 143

reafirmada por outra do intendente João Inácio, que também “proibiu que os feitores vivessem com suas mulheres nos ranchos dos serviços da Extração”. João Inácio por uma ordem não permitia aos roceiros “plantar senão um quarto de légua distante dos serviços diamantino” para se evitar qualquer possibilidade de envolvimento dos agricultores com o garimpo e o tráfico³³.

Ainda sobre o garimpo, no período da Real Extração, houve um alvará de 20 de setembro de 1808, que aboliu a pena de galés para o caso de escravos encontrados com instrumentos de minerar e

Estabeleceu a de açoites para os escravos que fossem encontrados efetivamente trabalhando nas lavras defesas, não lhe sendo proibido andar com instrumentos de mineração, visto existirem muitas lavras desimpedidas, onde pudessem estar trabalhando³⁴.

Isso porque a pena de galés punia tanto o escravo quanto o seu dono. O fato de também punir o dono sem dúvida foi um dos elementos que motivaram essa alteração.

O Regimento Diamantino

O Regimento Diamantino, conhecido também com o Livro da Capa Verde, é um grande instrumento jurídico que se insere na lógica de controle da vida dentro dos limites da Demarcação. Foi objeto de outros estudos, Júnia Ferreira Furtado em sua dissertação aponta que o Regimento não passava de uma compilação de éditos anteriores, sendo que a maioria de seus artigos já vigoravam anteriormente. Além disso, a completa autonomia da administração diamantina, estando somente subordinada a Lisboa, é, segundo a autora, um tanto quanto questionável por conta das relações de poder expressas no Brasil Colônia.

Contudo o fato é que a centralização de um corpus documental em apenas um instrumento possui um peso, nem que seja simbólico, porém o poder exercido pelos intendentes na Demarcação era praticamente ilimitado, apesar de em alguns momentos existirem conflitos de jurisdição entre os administradores, entretanto esses conflitos sempre existiram e fizeram parte da dinâmica administrativa da Colônia.

Conflitos de jurisdição entre os administradores coloniais na Demarcação Diamantina

³³ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. pp. 147/201

³⁴ SANTOS, 1976. p. 229

A História da Demarcação Diamantina foi marcada pela disputa de jurisdição entre os administradores, sendo matéria de uma provisão régia de 4 de fevereiro de 1755, a qual determinava que

O ouvidor deve residir na vila do Príncipe, e assistir na casa da fundição, que está na mesma vila, e ir sómente a Tijuco no exercício de sua correição; e havendo de mandar oficiais seus ao dito sítio, deve comunicar-vos a ordem, que lhes der, para vós permitir-lhes a sua assistência, e não sendo diligência da ouvidoria, deve insinuar o que eu a mando fazer³⁵.

Outro exemplo desses conflitos foi a ordem do governador Bernardo José de Lorena, na qual determinava que o intendente João Inácio não deveria impedir o Dr. José Vieira Couto de fazer exames mineralógicos e metalúrgicos na Demarcação, já que o intendente não havia autorizado Dr. Couto a proceder com os mesmos, pois suas ordens não eram específicas para a Demarcação, nelas constavam apenas as terras da comarca do Serro do Frio³⁶.

Tais conflitos fizeram parte da dinâmica da estrutura de poder na Colônia e estiveram presentes na Demarcação Diamantina antes e depois do Regimento de agosto de 1771.

O *corpus* legislativo e sua questão

A existência de um considerável *corpus* legislativo destinado a estabelecer o controle sobre a vida das pessoas que viviam no interior dos limites da Demarcação Diamantina coloca uma questão: qual o seu efetivo impacto no período de 1730 a 1845, ou seja, em que medida o controle foi de fato exercido sobre a população da Demarcação.

Referência Bibliográfica:

CARRARA, Angelo Alves. Desvendando a riqueza na terra dos diamantes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v. 41, p. 40-50, julho/dezembro, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

³⁵ SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 110

³⁶ SANTOS, 1976.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

Leonardo Bassoli Angelo *

Resumo: Os colégios jesuíticos encontravam nas suas propriedades instrumentos de manutenção alternativos às doações de particulares e às provisões da Companhia de Jesus na Europa. Situado nessa conjuntura, o Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, tal como outros colégios da Ordem, adquiriu várias propriedades ao longo dos anos, sendo a mais expressiva a fazenda de Santa Cruz, cuja origem remonta à doação de terras por parte de Marquesa Ferreira e de sua filha, Catarina, no século XVI. Paulatinamente, os inicianos foram adquirindo mais terras e aumentando a propriedade, que possuía infraestrutura e setor agropastoril muito desenvolvidos. Pretende-se situar a importância econômica da propriedade no período administrativo jesuítico, sua situação diante das propriedades fluminenses da época, através de aspectos comparativos e valendo-se das fontes, que se constituem de livros sobre a fazenda.

Palavras-chave: Jesuítas; administração; Brasil Colônia.

Abstract: The jesuit`s schools found in your properties instruments for maintenance alternatives at particulars`s donations and at support of Society of Jesus in Europe. Situated next conjuncture, the Jesuit School of Rio de Janeiro, as other schools in this Religious Order, acquired several properties over the years. The more expressive was farm of Santa Cruz, whose origin refers to donations of lands by Marquesa Ferreira and by your daughter Catarina, in the sixteen century. Gradually, the Jesuits acquired more lands, increasing this propertie which had a remarkable infrastructure, as well as a farming and livestock much developed. Intending to place the economic importance this farm next term, exactly, your situation up against other properties in the region of Rio de Janeiro city, through compared aspects with lands neighborings, and using the sources, some books about this farm.

Keywords: Jesuits; administration; Brazil Colony.

* Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista de Iniciação Científica pela mesma instituição. O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa intitulado **Unidades de produção jesuíticas, séculos XVI-XVIII**.

Cristóvão Monteiro, ouvidor-mor do Rio de Janeiro e morador de São Vicente, casado com Marquesa Ferreira e pai de dois filhos, recebeu uma sesmaria de terras que ia de Sapiaguara a Guaratiba. Com Cristóvão e um dos filhos do casal mortos, Marquesa resolveu dividir as terras de Guaratiba e Guarapiranga em duas partes iguais. Doou uma parte à filha Catarina, e outra à Companhia de Jesus. Catarina, no entanto, também cedeu sua parte à Ordem de Santo Inácio: esta foi a gênese da fazenda de Santa Cruz. A posse se deu no ano de 1589 e, a partir de então, essas terras jesuíticas passariam por algumas aquisições, aumentando sua capacidade produtiva. Com dez léguas quadradas em seu auge produtivo, a fazenda era considerada a mais importante propriedade inaciana do sul do Brasil. No século XVII, os jesuítas compraram um terreno vizinho, contíguo a Guaratiba, dos herdeiros de Manuel Veloso de Espinho e, mais tarde, no mesmo século, adquiriram terras de Tomé Correia de Alvarenga³⁷.

Pertencente ao Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, a fazenda de Santa Cruz possuía rendimentos de destaque. Os inacianos desenvolveram sua infraestrutura fazendo algumas benfeitorias, tais como uma estrada que interligava a fazenda de Santa Cruz e a região de São Cristóvão (onde se localizava o Colégio do Rio de Janeiro), uma ponte, denominada *Ponte dos Jesuítas*, construída em 1752 com o intuito de regularizar o curso do Rio Guandu escoando parte de suas águas por um canal até o Rio Itaguaí³⁸, e uma trilha que seguia rumo ao norte, levando a vários lugares que davam na região das Minas, as quais, segundo alguns relatos, eram há muito conhecidas pelos padres. Se comparada essa fazenda fluminense a outras da Bahia e de Pernambuco da época, chama-nos atenção o fato de que, enquanto as congêneres nordestinas possuíam entre 6 mil e 20 mil cabeças de gado, os campos de Santa Cruz, localizados em uma região “que tem menos gado”, nas palavras de Antonil, possuíam 60 mil cabeças³⁹.

Durante os 170 anos durante os quais pertenceu aos jesuítas, Santa Cruz propiciou a manutenção dos religiosos e do projeto missionário na cidade do Rio de Janeiro. Como a

³⁷ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. vol. I. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938. pp. 420-422; LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. p. 54.

³⁸ A ponte foi tombada pelo Patrimônio Histórico em 5/04/1938. Ver: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>

³⁹ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. vol. VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. p. 61; ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004. pp. 339-340; CATÃO, Leandro Pena. **O Império Jesuítico: um olhar sobre a evolução patrimonial da Ordem na América Portuguesa**. In.: **Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 8.

infraestrutura e os recursos da região limitavam os fluxos de mercadorias e pessoas, a propriedade inaciana atuou com pertinência, fornecendo suas pontes, estradas, além das diversas oficinas. A mão de obra utilizada era substancialmente escrava, e os loiolanos optaram por desenvolver o sistema de reprodução endógena, aliado às regalias para com os cativos, uma forma de investimento e de controle social inseridos em um contexto de organização estrutural característico da Companhia de Jesus, tendo como exemplo a condução das atividades administrativas, na qual padres com formação específica para o cargo exercido anotavam em livros os débitos e créditos referentes aos bens materiais da Ordem, fato que não se verificava em muitas propriedades do período. Cumpre salientar que esse sistema continuou com a administração real Portuguesa sobre o Brasil, iniciada após a expulsão dos Padres em 1759⁴⁰.

A origem da atividade produtiva dos jesuítas no Rio de Janeiro remonta a 1569, quando o padre Luiz da Grã mandou gado para essas terras. Em 1584, havia na região roças e escravos que já proviam as necessidades do Colégio. Dados a carência de mão de obra para os trabalhos e a escassez de recursos para as edificações, os religiosos deram as terras em enfiteuse⁴¹. As terras fluminenses pertencentes aos jesuítas dedicaram-se à criação de gado, à produção de açúcar e ao cultivo de cereais, legumes e frutas. Além da fazenda de Santa Cruz, destacaram-se as propriedades do Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristóvão, tendo os padres arrendado várias porções de terra no século XVII. No que toca a produção açucareira, o Engenho Velho e o Engenho Novo têm papel de destaque. O Engenho Novo dispunha, além de igreja, residência e senzalas, de olaria, ferraria, carpintaria, serraria de madeira e tanoaria. Em 1757, suas terras renderam 60 caixas de açúcar contra 40 caixas do Engenho Velho. A meia légua deste havia a quinta do Rio Comprido, importante produtora de cana em períodos de grande produção, vendida em 1722 por 13000 cruzados. Em São Cristóvão, havia uma fazenda em frente às ilhas de João Damasceno e de Pombeba (esta última arrendada por 640 réis anuais), que possuía um forno de cal e uma quinta com várias dependências, dentre as quais a fazenda hortícola de Murundu. Dedicada ao cultivo de legumes e frutas, parte de suas terras foi, como outras localidades inacianas fluminenses, dada a aforamento enfiteutico, o qual, juntamente com o arrendamento, servia como solução para os religiosos. O Colégio chegou a possuir duzentos e setenta reдеiros no Andaraí (Grande e Pequeno), em São Cristóvão, Inhaúma, Pedregulho, Caju, parte da Tijuca, e São Gonçalo. Muitas terras da zona

⁴⁰ ENGEMANN, 2002. p. 79; ASSUNÇÃO, 2004. p. 294.

⁴¹ LEITE, vol. I. pp. 409-420.

urbana foram repartidas em lotes, alugados por preços comuns após intensos pedidos de moradores, que não raro recorriam a Roma para que fossem atendidos pelo Colégio. No plano da cultura, um feito notável da fazenda foi a fundação, pelos religiosos, de uma Escola de Música composta de escravos, que tocavam nas missas e nas festividades da fazenda e da Capitania do Rio de Janeiro. Com a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, alguns anos após a expulsão dos loiolanos, a escola recebeu grandes incentivos de D. João VI⁴².

Diante dos dados comparativos apresentados, é possível inserir a fazenda de Santa Cruz em uma posição de destaque na conjuntura econômica da cidade do Rio de Janeiro. Sua infraestrutura e seus bens, dentre os quais as pontes, estradas, oficinas e currais, além de representarem uma propriedade de notáveis dimensões territoriais, sugerem um agente econômico que possivelmente se destacou na economia da época. No entanto, com as obras consultadas, não foi possível empreender um estudo quantitativo abrangente da propriedade no período jesuítico, sendo os dados disponíveis para pesquisa referentes maciçamente ao período posterior à administração inaciana. A intenção nesse trabalho foi salientar a organização dos jesuítas no trato com os negócios temporais, valendo-se do exemplo de uma fazenda que certamente contribuiu economicamente para o desenvolvimento do projeto missionário no Brasil.

Anexo 1

Paisagem da fazenda de Santa Cruz



⁴² LEITE, vol. VI. pp. 67-77; MARIZ, Vasco. *A Música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. p. 22.

Anexo 2

Dados quantitativos sobre a fazenda de Santa Cruz

Gado	1742	1757
Bovino	7.658	9.344
Equino	1.140	948
Ovino	200	–
Rendimentos	2:400\$000-3:600\$000	4:800\$000

Fonte: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. p. 57.

Anexo 3

Bens da fazenda

Igreja.

Residência de sobrado.

Hospedaria.

Escola.

Hospital.

Cadeia.

Roça de mandioca.

Roça de feijão.

Roça de algodão.

Canal do Rio Guandu.

22 currais.

Diques.

Oficinas

Ferraria.

Tecelagem.

Carpintaria.

Olaria.

Casa de cal.

Casa de farinha.

Descasca de arroz.

Casa de curtumes.

Engenho de aguardente.

Engenho de açúcar.

Estaleiro.

Fonte: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. pp. 57-58.

Bibliografia

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

CATÃO, Leandro Pena. **O Império Jesuítico: um olhar sobre a evolução patrimonial da Ordem na América Portuguesa. In.: Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ENGEMANN, Carlos. **Demografia e relações sociais entre a escravidão da Real Fazenda de Santa Cruz (1790-1820)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Dissertação de Mestrado em História Social).

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1945.

MARIZ, Vasco. **A Música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

Plano de Classificação dos Assuntos do Senado da Câmara de Vila Rica

Luiz Alberto Ornellas Rezende*

Resumo: O objetivo do trabalho é apresentar os métodos desenvolvidos para quantificar os temas que surgiram nas reuniões da Câmara Municipal de Vila Rica. Para isto, desenvolvemos, a partir dos cinco primeiros anos de funcionamento da instituição, um modelo de classificação, em outros termos, um “Plano de Classificação”. Este plano será aplicado de 1716 até 1751, e claro, sofrerá modificações, se adaptando às mudanças institucionais ao longo do tempo. Os resultados mostram um padrão de rotinas administrativas e eventos para cada momento da instituição. É possível notar como em 1712 prevalecem as rotinas ligadas aos gastos com obras públicas, e como, a partir de 1714, há uma transformação das demandas da instituição, associada diretamente à criação de uma nova rotina, a “arrecadação dos quintos”, razão de parte significativa das reuniões no dito ano.

Palavras-chave: Câmara Municipal; Vila Rica; Administração.

Abstract: The objective of the work is to present the methods developed to quantify the themes that appeared in the meetings of the Town Council of Vila Rica. For this, we developed, starting from the first five years of operation of the institution, a classification model, in other terms, a "Plan of Classification." This plan will be applied from 1716 to 1751, and clear, it will suffer modifications, adapting to the institutional changes along the time. The results show a pattern of administrative routines and events for every moment of the institution. It is possible to notice as in 1712 the linked routines prevail to the expenses with public works, and as, starting from 1714, there is a transformation of the demands of the institution, associated directly to the creation of a new routine, the "collection of the fifth", reason of significant part of the meetings in the said year.

Keywords: Town Council; Vila Rica; Administration.

* Graduando em História pela Universidade de São Paulo (USP). Projeto desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação do professor Dr. Angelo Alves Carrara, financiado pela FAPEMIG. E-mail: luizrezende@usp.br

Este trabalho explicará o processo de criação do “Plano de Classificação dos assuntos da Câmara de Vila Rica”, instrumento que a partir do qual organizamos e quantificamos todos os assuntos discutidos pela Câmara Municipal de Vila Rica entre 1711-1715. Ressalto que o curto período escolhido serviu como laboratório para a criação deste instrumento, que será agora aplicado até 1751.

Apresentaremos um resumo, baseado em bibliografia, que explica sumariamente as características únicas das Câmaras do Ouro, e o que as torna importantes dentro do contexto do Império português. Em seguida, trataremos do processo de elaboração do “Plano de Classificação”. Por fim, veremos os resultados da aplicação do referido instrumento. São resultados parciais que servem, agora, mais para definir o perfil da instituição ano após ano do que para identificar padrões ao longo de décadas, por exemplo. Estes padrões serão observados com o desenvolvimento da pesquisa até 1751.

A importância da Câmara Municipal de Vila Rica

Sempre que tratarmos das câmaras das vilas produtoras de ouro em Minas Gerais, devemos retornar ao Russell-Wood, que destaca a importância de Vila Rica frente as outras vilas criadas no período (atual Mariana e Sabará), afirmando que: “a mais importante [das três vilas] foi Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Albuquerque, depois Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto.” Vai além, e diz que: “no decorrer do período colonial, Vila Rica foi a capital administrativa da Capitania de Minas Gerais e somente perdeu a sua preeminência com a transferência da capital para a nova cidade de Belo Horizonte (1897) (RUSSEL-WOOD, 1977, p. 32).

João Romero Magalhães ressaltou em 2009 o papel central de Vila Rica e de sua elite, representada pelo Senado da Câmara:

Vila Rica, como a mais importante das povoações, onde se concentravam mais delegações do poder régio, serviria como que de organizador das propostas alternativas [para capitação] – embora nunca se alvitre o regresso à invocada opressão que a capitação representava, precisamente ao contrário do que supunha e desejava Alexandre de Gusmão. (MAGALHÃES, 2009, p. 138).

Ponto central para nossa pesquisa é a idéia de que, em Minas, a primeira metade do século XVIII é sinônimo de aumento da complexidade nas instituições administrativas. Russell-Wood, em seu artigo já citado, aponta este aumento sob a forma da “convergência de

jurisdição”. Angelo Alves Carrara também reforça este ponto, quando afirma que às câmaras brasileiras, desde o século XVII, passaram a assumir responsabilidades que antes eram da Real Fazenda (CARRARA, 2009a, p. 102).

Assim, coube às câmaras do ouro, em determinados momentos (1713 até 1724 e 1735 até 1750), a arrecadação dos quintos. O que observaremos, ao quantificar as rotinas da câmara, é como este aumento de complexidade com o passar dos anos, reflete-se não só na confluência de jurisdição, como afirma Russell-Wood, mas também no cotidiano institucional. A hipótese aqui é que este aumento de complexidade resulta no surgimento de novas rotinas administrativas, em especial, a rotina “arrecadação dos quintos”.

Sobre a importância da extração do ouro dentro do próprio Império português, vale citar novamente Angelo, que mostra como a mineração alterou o eixo de gravidade econômica no Brasil. Como durante mais da metade da primeira década do século XVIII coube às câmaras arrecadar os quintos, fica evidente o peso político, econômico e social que isto representa. (CARRARA, 2009 b, p. 10).

Por estas razões, creio ser o momento de realizar um estudo que trate especificamente das demandas desta instituição. Este estudo que propomos, longe de focar nos indivíduos que compõe a câmara, preocupa-se com a própria instituição, entendendo que está vai além da simples soma dos grupos que a compõe. Procuramos abordar suas rotinas administrativas, que são, em outros termos, suas demandas cotidianas.

O Plano de Classificação

Este instrumento divide os assuntos em dois grupos: 1) *rotinas administrativas*, que são atividades repetidas no cotidiano da Câmara; 2) *eventos*, que são acontecimentos que não integram a rotina municipal. Veremos que as rotinas correspondem a mais de 90% dos assuntos. Mas, para análise das rotinas, a lógica deve ser quantitativa, enquanto para os eventos, a lógica é qualitativa, dada a natureza do acontecimento. A estrutura desta organização está, de modo simplificado, demonstrada abaixo. Cada um dos grupos de rotinas possuem subdivisões não detalhadas aqui, pelo pouco espaço disponível.

1. Rotinas Administrativas

a. Posturas Municipais

i. Forma de Foros, Caminhos e Construções

- ii. Forma do abate de gado e comércio em geral.
- iii. Forma de licenças e estabelecimento de lojas e ofícios
- iv. Forma das provisões e fianças
- v. Forma das correições
- vi. Forma dos padrões de pesos e medidas
- b. Fiscalização
 - i. Aferição dos padrões de pesos e medidas
 - ii. Punição ou apelação por foros ou construções irregulares
 - iii. Punição ou apelação por comércio irregular
 - iv. Retirada de licenças de lojas e ofícios
 - v. Punição ou apelação do Rendeiro do Ver
 - vi. Punição ou apelação do Almotacé
 - vii. Correições
- c. Eleição e Posse
 - i. Oficiais votantes
 - ii. Funcionários ligados à Câmara
 - 1. Ofícios da Almotacaria
 - 2. Juizes de Ofício
 - 3. Ofícios dos Quintos
 - 4. Outros ofícios
- d. Regimentos e Salários
- e. Finanças da Câmara
 - i. Receitas
 - ii. Despesas
- f. Arrecadação dos Quintos
 - i. Forma de Arrecadação
 - ii. Lista de Cobrança
 - iii. Arrecadação
 - iv. Conferência, pesagem e envio
- g. Cartas, Petições e Requerimentos
 - i. Cartas do Rei, Governador, Câmaras ou Oficiais
 - ii. Agravos e Apelações de Oficiais
 - iii. Despacho de Petições e Requerimentos

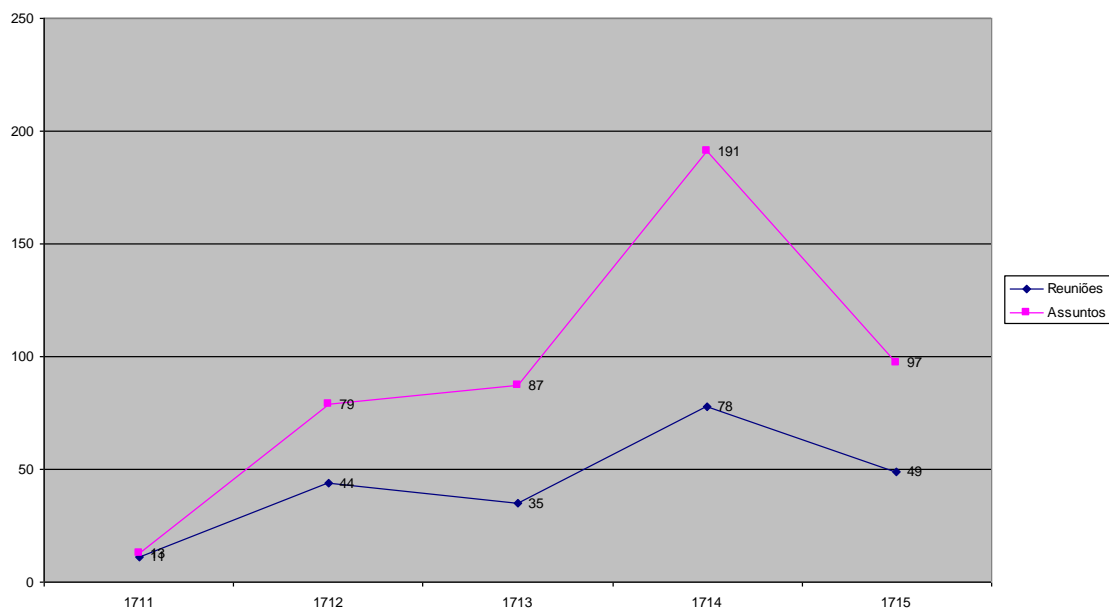
2. Eventos

Os resultados parciais

Os resultados da aplicação do referido plano apontarão os temas mais debatidos na instituição ano após ano, com base em seu cotidiano, utilizando para isto a fonte mais adequada para este tipo de análise, as atas das reuniões do Senado da Câmara.

Para facilitar a interpretação do leitor, dividiremos a apresentação dos resultados ano após ano, começando em 1711, e terminando em 1715. O período, embora pequeno e utilizado como laboratório para elaboração do plano, é muito rico do ponto de vista das mudanças, e por isto torna-se válido para o estudo. Vemos um período em que liga-se a máquina administrativa, e que se começa a verificar a gênese do processo de complexidade. Em outras palavras, nota-se o instante em que há um aumento jurisdicional por parte da Câmara, que passa a responder pela arrecadação dos quintos reais.

O panorama deste cinco primeiros anos, em termos de atividade camarária, é o seguinte:

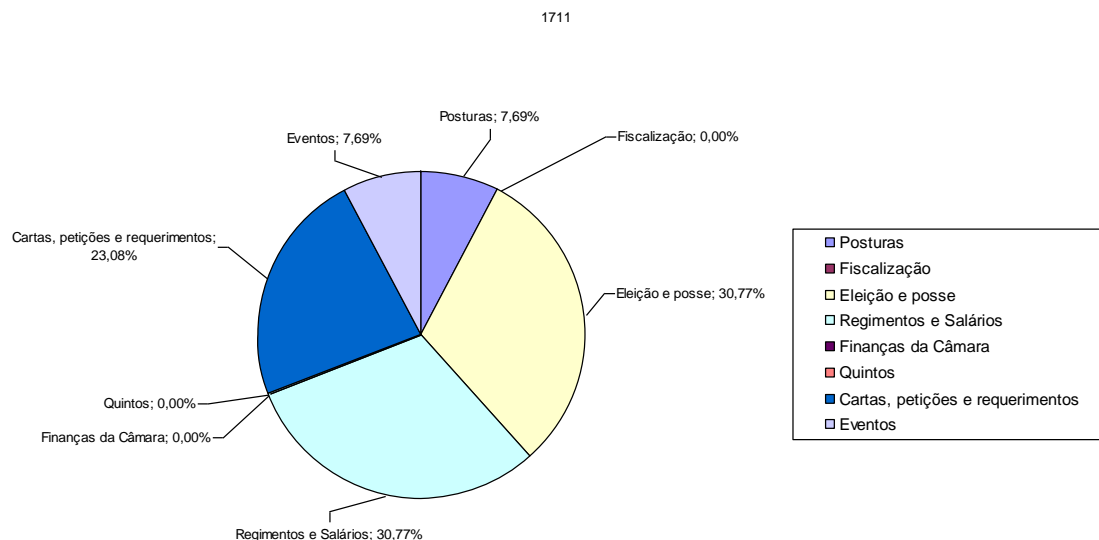


Note que a linha das reuniões e a linha dos assuntos discutidos durante os anos segue uma mesma tendência. Em 1711, há pouca atividade, 11 reuniões e apenas 13 temas discutidos durante toda atividade municipal. Em 1712 a Câmara começa suas atividades de

fato, são 44 reuniões e 79 assuntos discutidos. Em 1713, há uma diminuição pouco significativa de reuniões, 35, e um aumento, pouco significativo de assuntos, 87. O momento que chama atenção é o ano de 1714, onde há um salto de mais de 100% no número de reuniões, se comparado ao ano anterior, são 78 reuniões, e um salto também de mais de 100% no número de assuntos discutidos, 191. Isto ocorre, muito em função do início da arrecadação dos quintos. Em 1715, há uma diminuição significativa nos números, tanto de reuniões, 49, quando de assuntos, 56. Isto pode ter ocorrido devido a dois fatos: a normalização da arrecadação dos quintos ou aos problemas em relação a forma de arrecadação, que se tem notícia graças a historiografia (VASCONCELOS, 1901; VASCONCELOS 1999a; VASCONCELOS, 1999b).

O ano das bases, 1711

Como afirmamos acima, é um ano inicial, que já começa no segundo semestre, em julho, e que, por estas duas razões não pode ser considerado um ano dinâmico, e sim um ano de definição teórica da instituição. Vejamos o quadro de assuntos, onde junto os eventos aos outros subgrupos de rotinas:



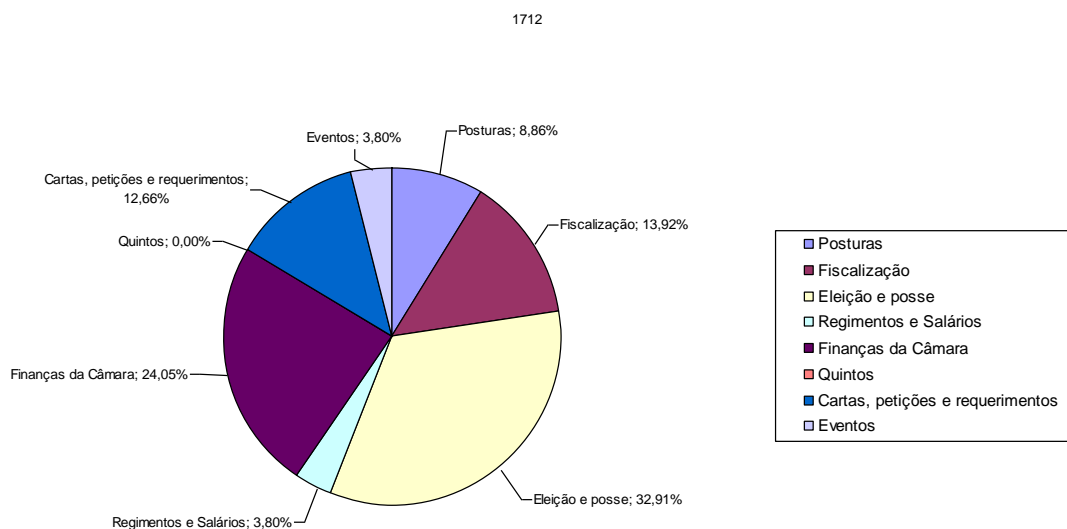
Note que há, neste ano, a ausência de temas que definem a presença da instituição no cotidiano da Vila, como a Fiscalização e as Finanças. A Fiscalização demonstra a atuação

institucional junto à sociedade local, ou seja, o exercício de uma das atividades fundamentais, que é também uma das razões da instituição. As Finanças da Câmara deixam transparecer a atividade da Câmara. Se não há discussão sobre receita e despesa, significa que não houve movimentação, não houve ação significativa neste ano inaugural. Os eventos são pouco significativos (7,69 %).

Em outro pólo, temos uma predominância de grupos de rotinas mais teóricas, como Regimentos e Salários (30,77 %) e Posturas (7,89 %). Isto indica a preocupação inicial da instituição, que era definir as bases para a atuação dos fiscais e outros oficiais, claro, no ano posterior. Há ainda um número elevado de Cartas, petições e requerimentos (23,08 %), que indica um número elevado de comunicação entre outros poderes e a sociedade. E, por fim, um número de Eleição e posse (30,77 %) alto, mas que, na comparação com os outros anos, notaremos ser a média natural deste tipo de atividade. É um pouco surpreendente que normalmente a instituição gaste pouco mais de 30% de seu tempo apenas para eleger funcionários.

O ano da prática, 1712

Este segundo ano, 1712, é o primeiro ano em que a instituição passa de fato a funcionar para a sociedade. É um ano onde as matrizes teóricas estão mais sólidas (mas não totalmente definidas, claro), e já podem ser aplicadas, postas em teste. Vejamos as demandas:



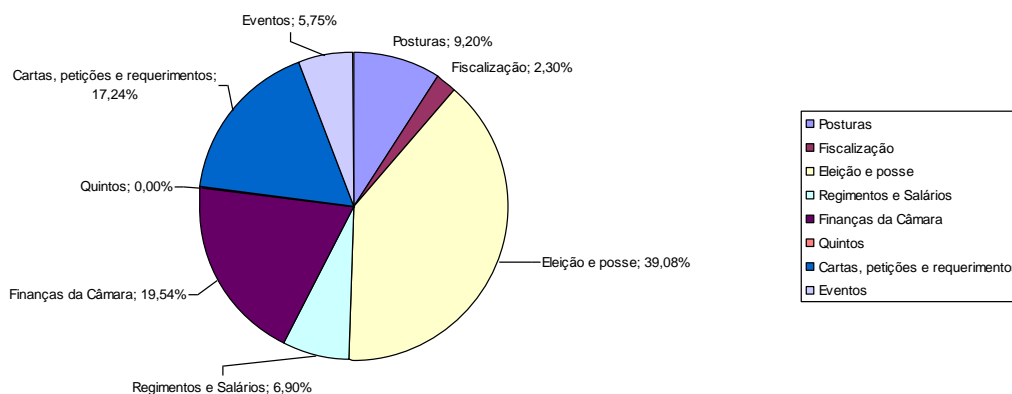
Nota-se uma diminuição absoluta de temas mais teóricos, como *Regimentos e Salários* (3,80 %, antes 30,77 %). As *posturas* se mantêm (8,86 %, antes 7,89 %). Há o aparecimento dos grupos de rotinas que indicam atividade prática na instituição, que são as *Finanças da Câmara* (24,05 %) e a *Fiscalização* (13,92 %). *Cartas, petições e requerimentos* caem (12,66 %, antes 23,08 %), o que pode indicar uma menor comunicação com outros poderes e a sociedade. Os *Eventos* caem um pouco (3,80 %, antes 7,89 %). O grupo relativo à *Eleição e posse* mantêm-se (32,91 %, antes 30,77%).

Um ano de ajustes, 1713

O ano de 1713 é um ano de ajustes municipais. É o momento que se faz um balanço do primeiro período de atividade municipal. É o final da primeira conjuntura, do primeiro grupo que assumiu o poder local.

Explicando sumariamente, as eleições eram feitas de três em três anos, pelo sistema de pelouros. Eram separados em três bolas de cera, três grupos mais votados. Em seguida, sorteava-se uma destas bolas, cujos nomes nela inseridos assumiriam o primeiro ano. No final deste ano, ou início do ano posterior, era sorteada a segunda bola, cujos nomes assumiam o respectivo ano. A administração do último ano era assumida pelos nomes que estavam na última bola. Em seguida, era feita a eleição de três novos grupos.

Vejam como foram as demandas deste ano término de conjuntura:

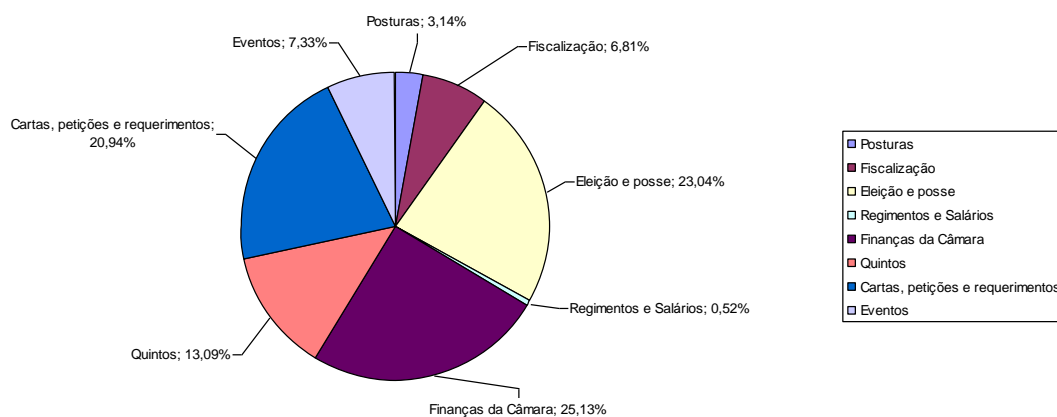


Nota-se neste momento um decréscimo da *Fiscalização* (2,30 %, antes 13,92 %), bem como das *Finanças da Câmara* (19,54 %, antes 24,05 %). Em contrapartida, há um pequeno aumento das *Posturas* (9,20 %, antes 8,85 %) e *Regimentos e Salários* (6,90 %, antes 3,80 %). Isto aponta um momento de balanço, de correção do ano anterior que iniciou as atividades práticas da instituição. Há um pequeno aumento das rotinas teóricas, e uma pequena diminuição das rotinas práticas. *Eventos* sofrem pouca alteração, seguindo em número pouco expressivo (5,75 %, antes 3,80%). *Cartas, petições e requerimentos* sobem um pouco (17,24 %, antes 12,66 %), o que indica um leve aumento das comunicações com os outros poderes e a sociedade. O dado que chama atenção é o número elevado de *Eleição e posse* (39,06 %, antes 32,91 %). Isto explica-se pelo fato das eleições dos oficiais do Senado para a nova conjuntura (1714-1716) terem sido feitas no final de 1713.

Um ano de mudanças, 1714

O ano de 1714 foi, para a Câmara de Vila Rica, um ano de mudanças, de desafios. Já vimos nas linhas anteriores que foi um momento de aumento notável das atividades administrativas, tanto no número de reuniões, quanto no número de discussões. Isto deve-se, fundamentalmente, ao surgimento de uma nova rotina, a *Arrecadação dos Quintos*. Vejamos as demandas deste agitado ano:

1714

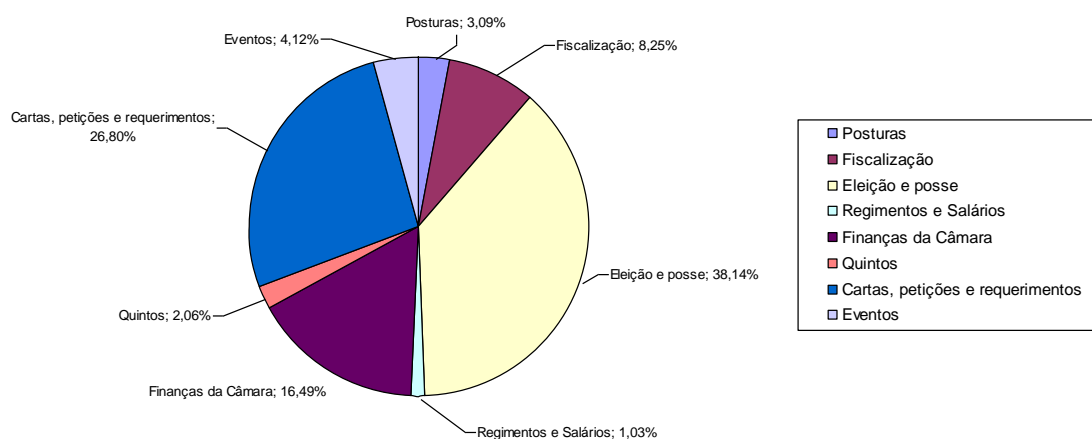


Nota-se neste período, um pequeno aumento das *Finanças* (25,13 %, antes 19,54 %) e da *Fiscalização* (6,81 %, antes 2,30%). Em oposição, cai o número de *Regimentos e Salários* (0,52 %, antes 6,90%) e de *Posturas* (3,14 %, antes 9,20 %). Nota-se a consequência do reajuste de 1713, ou seja, aumenta-se novamente as rotinas práticas, em detrimento das rotinas teóricas. Deve-se lembrar também que este ano inaugura uma nova conjuntura. *Eleição e posse* sofre forte queda (23,04 %, antes 39,06%), devido ao fato das eleições dos oficiais de 1714 terem sido feitas ainda em 1713. *Cartas, petições e requerimentos* (20,94 %, antes 17,24%) aumentam levemente. *Eventos* (7,33 %, antes 5,75 %) sobem muito pouco. Mas, o que chama atenção é a implementação de uma nova rotina, a *Arrecadação dos Quintos* (13,09%), que, diretamente representa um número elevado de discussões, e ainda, é responsável, indiretamente, pelo aumento de assuntos e reuniões da Câmara, pois gera novas atividades como eleição de novos cargos, e até mesmo eventos, como “Reforço militar para segurança dos quintos”.

Queda dos quintos, 1715

O último ano de nossa análise, 1715, não nos fornece dados para uma análise mais reveladora. Falta-nos o último ano desta conjuntura, 1716, para fazer sentido. Vejamos a demanda:

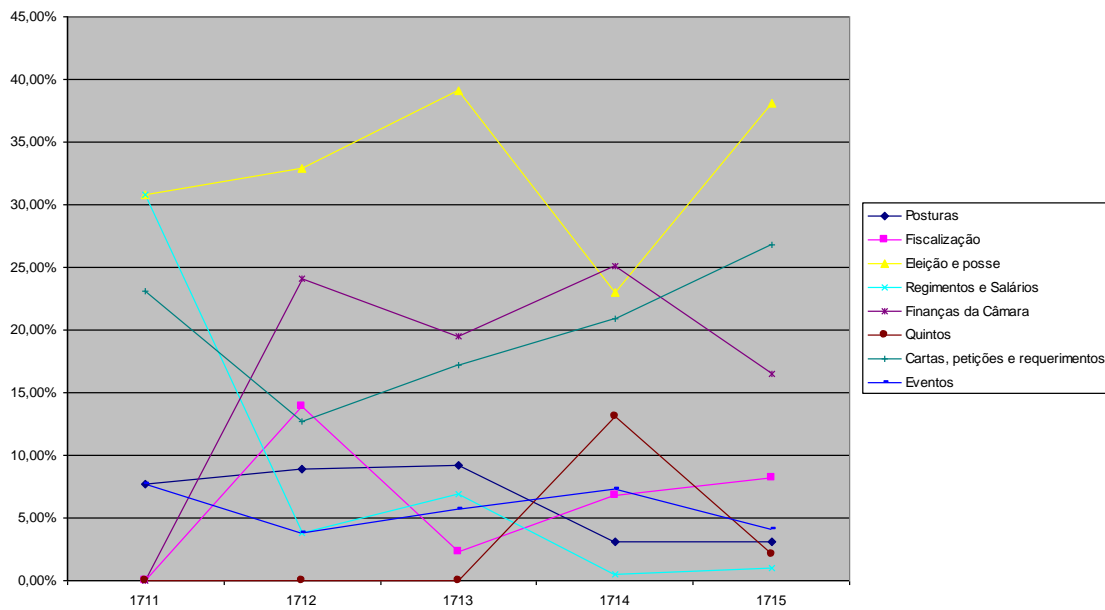
1715



Nota-se a seqüência de quase ausência de *Regimentos e Salários* (1,09%, antes 0,52%) e uma manutenção das *Posturas* (3,09 %, antes 3,14%). Um pequeno aumento da *Fiscalização* (8,25 %, antes 6,81%) e uma queda nas *Finanças da Câmara* (16,49 %, antes 25,13 %). Os *eventos* caem pouco (4,12 %, antes 7,33 %), e há um grande aumento no número de *Eleição e posse* (38,14 %, antes 23,04 %). O que chama atenção neste momento é a grande queda dos *Quintos* (2,06%, antes 13,09 %) e o aumento das *Cartas, petições e requerimentos* (26,80 %, antes 20,94%). Estes números podem indicar uma acomodação da rotina, após momento turbulento de implementação, ou ainda, as conseqüências de uma falta de concordância envolvendo o Rei e o Governador da Capitania sobre a melhor forma de arrecadação. É algo que a continuação da pesquisa, sem dúvida, responderá.

Panorama dos primeiros anos

Para visualizar o peso de cada um dos grupos de rotinas nestes primeiros anos de exercício da administração local em Vila Rica, elaboramos este gráfico, que resume toda a pesquisa até o momento, e onde é possível notar todos os principais momentos que destacamos nas linhas anteriores.



Para concluir, o que fica claro é que o primeiro ano, 1711, é um período em que se prepara as bases, os instrumentos que instituição usará para se fazer presente na sociedade local. É um ano absolutamente teórico, com ausência total de discussões relacionadas a prática. O segundo ano, 1712, é um ano oposto ao primeiro, pois é um ano dinâmico. É o ano em que liga-se a máquina administrativa, quando começa de fato a funcionar a instituição, quando ela começa a fazer-se presente junto à sociedade local. O terceiro ano, 1713, é um ano de equilíbrio, de reajuste da máquina administrativa, uma resposta ao ano anterior, quando a máquina foi ligada. Portanto, há um pequeno aumento dos grupos de rotina teóricos, e uma pequena diminuição das rotinas práticas. Em 1714, toma posse uma nova conjuntura, um novo grupo de oficiais, e volta-se a acelerar a máquina administrativa, ou seja, as rotinas mais práticas tomam novo fôlego, em detrimento das rotinas mais teóricas, consequência também do reajuste de 1713. O aumento significativo de reuniões e assuntos deve-se a implementação de uma nova rotina, a *Arrecadação dos Quintos*, que responde diretamente a quase 15 % do que foi discutido no período, e, indiretamente, é responsável pelo aumento de outras atividades, como a eleição de novos oficiais e eventos. O último ano de nossa análise, 1715, mostra uma queda na discussão sobre a *Arrecadação dos Quintos*, e um aumento das *Cartas, Petições e requerimentos*. A seqüência desta pesquisa, para os próximos anos, esclarecerá os motivos da diminuição repentina na arrecadação dos quintos.

Para concluir este artigo, cabe destacar que, o que pretende-se agora é continuar o tipo de análise realizada para os primeiros cinco anos, avançando na construção de uma base de

dados prosopográficos de todos os homens que ocuparam cargos na Câmara de Vila Rica, entre a data de sua fundação, 1711 e a da instalação das casas de fundição, em 1751, e estender para o período de 1716 até 1751, a quantificação dos assuntos discutidos pela Câmara de acordo com o Plano de Classificação, observando, claro, quais novas rotinas administrativas que são responsáveis pela processo de complexibilização da administração local, e qual o peso quantitativo destas novas rotinas ano após ano.

Fontes

ATAS DA CÂMARA DE VILA RICA (1711-1715). In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. vol. 49. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936.

Bibliografia

CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

_____. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação — 1741-1750”. *Tempo*. v. 14. n. 27. Niterói – RJ, jul-dez de 2009. p. 135-150.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural”. *Revista de História*. volume LV, número 109, ano XXVIII. São Paulo, 1977. p. 25-79.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

_____. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VASCONCELOS, Diogo Ribeiro Pereira de. “Minas e quintos do Ouro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 6, fascículo 3 e 4, julho a setembro de 1901, p. 855-965.

Trajetórias Biográficas no Período Colonial

Francisco Ferreira Isidoro: a vida política, social e econômica de um cristão-novo nas Minas do Século XVIII.*

Franciany Cordeiro Gomes **

Resumo: O trabalho consiste na análise do processo inquisitorial de Francisco Ferreira Isidoro, que consta no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, um homem que viveu em Minas Gerais durante o século XVIII e que foi acusado de judaísmo. No presente trabalho este foi pego como exemplo para traçar uma linha de comportamento social dos cristãos-novos em meio ao mundo colonial, tentando, a partir das informações extraídas de tal processo, levantar características comuns a este grupo.

Palavras-chave: Cristãos-novos; Minas Colonial; Judeus.

Resume: Cet article comprendre l'analyse du procès inquisitorial de Francisco Ferreira Isidoro, disponibilisé sur Internet au site de *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, un homme qui a vécu à *Minas Gerais* pendant le XVIIIème siècle et qui a été accusé de judaïsme. Dans ce travail, celui nous sert d'exemple pour qu'on puisse tracer le comportement social des nouveaux chrétiens au milieu du monde colonial. On essaye de, à partir des renseignements extraits du procès, montrer les caractéristiques de ce groupe.

Mots-clés: Nouveau chrétiens; Minas Colonial; Juifs.

Introdução

“Os cristãos-novos chegaram como colonizadores aventureiros e fugitivos da Inquisição, e espalharam-se pela colônia”⁴³. A história de Minas Gerais é, desde seu início,

* Este trabalho é o resultado de um desdobramento do projeto da Professora Doutora Carla Maria Carvalho de Almeida chamado, “Nobres e principais desta terra: deslocamentos, estratégias sociais e perfil econômico dos homens ricos de Minas Gerais setecentista”, financiado pela FAPEMIG.

** Graduanda do Curso de História noturno da Universidade Federal de Juiz de Fora, vinculada em um projeto de iniciação científica, orientado pela Professora Doutora Carla Maria Carvalho de Almeida, bolsa concedida pela BIC/UFJF.

permeada e enlaçada pelas histórias individuais de vários cristãos-novos. Envolvidos nas primeiras ocupações, no conhecimento do território, em seu povoamento, e em todo o seu desenvolvimento, estes indivíduos trouxeram em si marcas daquela sociedade tão singular.⁴⁴

Vinculados em diversas atividades econômicas, desde senhores de engenho e comerciantes de grosso trato até lavradores e carpinteiros, eles compunham as diversas camadas desta sociedade. A produção aurífera também não escapou de sua atuação, como a política e o clero, apesar de serem fortemente discriminados pela igreja.

Mesmo possuindo grande importância social, este grupo foi a maior vítima das perseguições da Igreja Católica durante, principalmente, os séculos XVII e XVIII, que atuou na colônia brasileira através das visitas inquisitoriais⁴⁵.

Para melhor entendermos aquela sociedade, mas em especial o comportamento deste grupo perante o todo social, foi utilizado o processo inquisitorial de Francisco Ferreira Isidoro, donde foram extraídas informações para que esta análise pudesse ser feita.

Visa-se deixar claro que este trabalho é um primeiro passo de desenvolvimento desta pesquisa, para um posterior trabalho de conclusão de curso, por isso deve-se levar em conta a falta de um aprofundamento maior na análise, já que este servira como aprendizado na extração de informações e seu tratamento, sendo utilizado também para um inicial levantamento de informações sobre estes indivíduos. Foi usado somente um processo, pois a manipulação de um número reduzido de documentos torna a pesquisa mais didática e de fácil compreensão.

Outro aspecto a ser posto em questão sobre as informações aqui expostas, se refere a sua origem, que, como já colocado a cima, provém de um processo inquisitorial, no qual estas eram obtidas por meio de confissões forçadas, daí vale ressaltar a margem de erro que elas podem ter.

Durante a feitura deste trabalho, algumas obras de referência tiveram papel importantíssimo como balizas para o desenvolvimento da pesquisa, além de que algumas delas citaram o indivíduo em questão, servido também como fonte complementar de informações sobre ele. Estas obras serão mencionadas no decorrer do trabalho.

⁴³ NOVINSKY, Anita. **Marranos e a Inquisição**: sobre a Rota do Ouro em Minas Gerais. In: **Os judeus no Brasil**: inquisição, imigração e identidade/Keila Grinberg (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pág.181.

⁴⁴ SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro, 1695-1755**: relações com a Inglaterra. São Paulo: Pioneira, 1992, pág. 35-53.

⁴⁵ NOVINSKY, Anita Waingort. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1983, pag. 79.

A utilização deste indivíduo como exemplo para se perceber um contexto maior vivido pelo grupo cristão-novo em Minas Gerais, foi feito a partir de uma visão micro, onde Francisco Isidoro compõem uma pequena partícula deste grande cenário e expressa em si características do meio em que vive, baseado nas idéias de micro-história da autora Hebe Castro.⁴⁶

Vida e Trajetória

Nascido em Freixo de Nemão, bispado de Lamego no reino de Castela, Francisco Ferreira Isidoro era filho de Luiz Vaz de Oliveira, tratante, e de Felipa Henriques. Como grande parte dos sujeitos deste período, teve uma grande trajetória de migrações no decorrer da vida.

Saindo de sua terra natal na juventude, passou por Portugal na cidade do Porto em visita a familiares, depois seguindo para a colônia brasileira. Aqui, como tantos outros, não se estabeleceu em definitivo no primeiro lugar em que esteve, chegando à Bahia, passando pelo Rio de Janeiro, até se estabelecer em Minas Gerais na Vila do Carmo.

Chegando às Minas se vinculou a atividade mineradora, sendo ele mineiro de muitas posses. Após viver um período de certa tranquilidade, foi denunciado ao Santo Ofício que expediu um mandado de prisão no primeiro dia do mês de setembro de 1725. Tentando fugir da perseguição foi para o Rio de Janeiro onde foi preso no dia seis de outubro de 1726, aos 41 anos de idade, por familiares do Santo Ofício que o encaminharam aos Cárceres secretos da Inquisição, onde foi interrogado por diversas vezes.

Foi levado a Auto-de-fé no dia vinte e cinco de julho de 1728, onde fora condenado à abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, e a penas e penitências espirituais.

A partir das informações obtidas em seu processo, alguns aspectos foram observados para o melhor entendimento da inserção deste indivíduo nesta sociedade. Os nomes por ele citados durante suas confissões, suas profissões, origens, moradias, parentescos, e estratégias sociais estabelecidas por seu grupo de convívio.

Origem e migrações

⁴⁶ CASTRO, Hebe. História social. In: **Domínios da História/** Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997, pág. 45-59.

Como já exposto, Francisco Ferreira Isidoro possuiu um histórico de vida bem parecido com a dos seus “amigos de nação”⁴⁷. A mobilidade geográfica era uma característica bem conhecida deste grupo, já que grande parte destes não continuava em sua terra de origem para o resto da vida, por isso as atividades que dependiam de contínuos deslocamentos territoriais eram dominadas por eles, como é o caso do comércio, que por muito tempo foi quase um sinônimo dos cristãos-novos⁴⁸.

A população colonial como um todo, de homens brancos, era predominantemente originária do reino de Portugal, mas em geral nasciam no continente europeu e ingressavam na colônia chegada à idade adulta. Com Francisco Isidoro não foi diferente, como também para os sujeitos citados por ele no decorrer do processo, que na seguinte tabela (tabela 1) pode ser percebido.

Tabela 1: Porcentagem da origem dos indivíduos citados no processo de Francisco Ferreira Isidoro

Origem	% ⁴⁹
Reino de Castela	30
Reino de Portugal	60
Outros (incluindo o Brasil)	10

Francisco Isidoro, saindo de sua terra natal no reino de Castela passou por Portugal e posteriormente chegou ao Brasil. Dentro da colônia passou pelas regiões da Bahia, do Rio de Janeiro, até se fixar em Minas⁵⁰. Casos como de Francisco Nunes Miranda com sua mulher Isabel Bernal, que vieram do reino de Portugal, e tiveram suas filhas Ana de Miranda e Maria de Miranda em Minas Gerais, são muito citados no processo.

⁴⁷ Termo aqui usado foi retirado literalmente do documento, onde se refere aos indivíduos que partilhavam da religião judaica conjuntamente, em cerimônias, que no processo foram relatadas por Francisco Isidoro.

⁴⁸ Idem 4.

⁴⁹ A porcentagem aqui expressa não contou os indivíduos que foram citados e que não possuíam referência de origem e são valores aproximados.

⁵⁰ As localidades aqui referidas não incluem as viagens de curta duração, somente as que fixou moradia por relativo período de tempo.

Este tipo de comportamento migratório exprime uma característica muito comum dentro daquela sociedade, não só se referindo agora aos colonos cristãos-novos no Brasil, mas ao todo daquela sociedade de Antigo Regime. Estes constantes trânsitos entre regiões e até mesmo continentes foi fortemente incentivado naquele período, pois a ocupação das terras coloniais, além da manutenção destas, e mais ainda com o comércio Ultramarino, exigia que estes homens vivessem neste ritmo.

A questão do trânsito dentro da própria colônia também era fato corriqueiro entre estes homens. No decorrer do processo, Francisco Isidoro mostra esta vida de viagens constantes, muitas das cerimônias por ele confessada não ocorriam em sua cidade, nem mesmo em sua região, elas aconteciam em diversos lugares diferentes, e de acordo com a datação que ele usa, Francisco percorreu regiões como Rio de Janeiro, interior de São Paulo, Goiás, Bahia e etc. em um curto período de tempo, com distâncias, algumas vezes, de meses.

Toda essa migração não ocorria exclusivamente por motivos religiosos, podemos incluir aí a exigência de algumas atividades creditárias que exercia, já que além de mineiro, de acordo com seu inventário constante no processo, Francisco Isidoro também chegou a fazer empréstimos a um indivíduo de São Paulo, o qual não sabia o nome.

Cristãos-novos e a economia

Como já se é conhecido, os cristãos-novos possuem importância fundamental na economia local a qual estão inseridos, já que são conhecidos a muito pela importância social em decorrência dos grandes vultos que alguns indivíduos acumularam, e por, naquele período, sempre estarem vinculados a atividades produtivas cruciais para aquele contexto.

Em Minas Gerais não foi diferente, o grupo exerceu papel determinante na economia, pois as atividades mais rentáveis possuíam sempre sua grande participação, como foi o caso da mineração. Por serem responsáveis por importantes descobertas de minas de ouro e diamantes, como foi o famoso caso de Fernão Dias Paes e de seu filho Garcia Rodrigues Paes, e por serem conhecidos como ótimos negociantes, vários trabalharam neste setor, sendo desde mineiros, como foi o caso de Francisco Ferreira Isidoro, até mesmo burocratas do Estado para a arrecadação de tributos.

Francisco, como acima referido, era mineiro, mas originário de uma família de tratantes, como seu pai, e de mercadores atuantes no reino de Castela, como seus tios⁵¹, de acordo com Novinsky, “Laços familiares eram de importância fundamental nas transações comerciais dos cristãos-novos em Minas Gerais”⁵² mas não somente aqui como em todas as partes onde atuavam.

Dentre os indivíduos que ele menciona, podemos observar que um número considerável deles possuía a mesma atividade que sua família (Tabela 2). Daí podemos de certa forma concluir que o grupo religioso que Francisco convivia também podia servir para trocas e estabelecimento de relações econômicas.

Tabela 2: Porcentagem das principais profissões citadas no processo de Francisco Ferreira Isidoro

Profissões	%⁵³
Tratante	30
Mercador	20
Homem de negócio	5
Militar	5
Lavrador	15
Escrivão da Câmara	5
Contratador	5
Mineiro	1
Profissões Liberais	9
Sem Ofício	5

Ao observar seu inventário, pode-se ver que era um homem de algumas posses e que fazia constantes trocas monetárias. Este vulto acumulado era comum entre os marranos⁵⁴, que possibilitava a eles alguma inserção social, forma de superar o obstáculo que o judaísmo exercia para essa interação.

⁵¹ Estas informações foram tiradas de sua genealogia, constante no processo.

⁵² *Ibidem* 3, pág. 171.

⁵³ Os valores contidos na tabela foram aproximados para a melhor exposição.

⁵⁴ Termo muito usado pela autora Anita Novinsky para se referir aos cristãos-novos.

A compra de cargos e a participação política em decorrência da fortuna do sujeito era comum naquele período, não só aos indivíduos em questão, mas para os próprios cristãos-velhos que eram excluídos de alguma forma do círculo de poder e que foram integrados por possuir este requisito.

Em decorrência disso, pode-se perceber entre os citados no processo, que grande parte deles possuíam atividades que propiciavam esta grande acumulação, como é o caso dos senhores de engenho, grandes comerciantes e etc., tendo alguns, cargos de influencia política como escrivãos da câmara, que levavam os interesses deste grupo às grandes discussões das localidades, mostrando ai a influencia indireta deles na política.

Táticas e estratégias de inclusão social

A sociedade de Antigo Regime possuía suas classes bem definidas com difícil mobilidade social, o que provocava reações das parcelas mais baixas para tentar superar seu status presente, através de algumas brechas que a estrutura social possuía para a ascensão. Para isso usavam de estratégias para a promoção mais rápida e fácil que estava a seu alcance.

Diante desse contexto, os cristãos-novos não fizeram diferente. A situação econômica era uma das mais usadas por eles, como já acima descrito, usando de seus grandes vultos e de suas profissões de influencia para participarem ativamente das classes dominantes, e com isso fazer valer seus interesses.

Outra forma muito utilizada, em geral, para esta promoção foi o casamento. Como a maioria dos homens provinham do reino, ao chegarem a colônia necessitavam formar seu grupo de relações para se inserirem no cenário local, e conseguir fazer um bom casamento com uma família tradicional, de preferência, com grandes posses e com muitos contatos, era quase essencial. Um estudo que demonstra este contexto de arranjos matrimoniais é o de Carla Almeida, que tem como grupo de estudo os homens ricos de Minas Gerais durante o século XVIII⁵⁵.

Francisco Isidoro, particularmente, não usou deste benefício, já que no período de sua prisão ainda se encontrava solteiro, mas dentre seu círculo religioso podemos perceber este fato, com vários casamentos entre reinóis e nativas.

⁵⁵ ALMEIDA, Carla M. C. *Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista*. In: **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**/ Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira(orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006, pág. 71-100.

Outro ponto importante nesta questão é a “mistura” entre cristãos-novos e velhos, já que por várias vezes aparecem indivíduos caracterizados por referências como “meio cristão-novo” ou siglas como “x.v. x.n”⁵⁶, sendo estes, em sua maioria, nascidos na colônia, filhos de homens que utilizaram desta tática. Isso demonstra que os marranos recentes na colônia buscavam abafar sua ascendência judaica com casamentos entre cristãos-velhos, e daí serem reconhecidos pela origem da família a qual esta se tornando parte naquele local.

Relações secretas e o judaísmo

Por ser uma religião condenada pela Igreja Católica, instituição de força neste período, o judaísmo era professado por seus seguidores dentro das possessões que instituíram a inquisição por meio de grupos secretos.

Os cristãos-novos, então, formavam estes círculos de relações para professarem sua religião extra-oficial. Existia um emaranhado destes espalhados por toda a colônia, mas não faziam encontros constantes e nem tinham número certo, eles se formavam de acordo com as relações existentes entre os cristãos-novos do local, e se ligavam entre si por meio de amizades em comum.

Como anteriormente tratado, por ser um grupo essencialmente migrante, os encontros podiam acontecer em diversas localidades. Francisco Ferreira Isidoro relata durante suas confissões vários locais em que participou destes encontros. Nestes encontros se encontrava a família, dona da casa, e os amigos de mesma nação, e ali faziam as cerimônias mais importantes do judaísmo.

Um ponto a ser enfatizado é o histórico anterior destes indivíduos no catolicismo. Francisco Ferreira Isidoro conta que começou a profetizar a fé judaica ao ir visitar parentes na cidade do Porto, em Portugal, pois antes seguia uma vida católica, indo na igreja aos domingos, se confessando e comungando, mas tendo seus pais o colocado em conhecimento do judaísmo. Só quando adulto decidiu seguir a religião “proibida”.

Este tipo de atitude era muito comum entre eles, alguns até mesmo nem se consideravam cristãos-novos, mas sim católicos, seguindo muitas vezes com mais fervor que os cristãos-velhos os dogmas da Igreja Católica.

⁵⁶ Esta sigla demonstra que o indivíduo é filho de cristãos-velhos com novos, e foi tirada literalmente do documento.

Os grupos secretos mostravam o constante contato destes indivíduos, deixando a impressão de uma certa coesão entre eles, o que garantia a eles força durante a busca por interesses comuns perante o resto da sociedade, além de fortalecer relações comerciais que poderiam estabelecer, mas também de formação dos arranjos matrimoniais que embasariam cada vez mais estes indivíduos.

Conclusão

A partir das informações acima expostas podemos retirar algumas conclusões. Francisco Ferreira Isidoro foi um homem que viveu seu tempo e tem marcado em suas práticas cotidianas, características que aquela sociedade possuía, sendo algumas próprias do seu grupo de relações próximas, de sua localidade e de sua religião.

Integrado em um grupo coeso, mas ao mesmo tempo disperso, vivia em constante migração, sendo ela definitiva ou temporária, e com elas traçou maiores campos de influência, seja de suas atividades econômicas, sejam políticas e mesmo religiosas, reunindo em torno de si um grande círculo de amizades.

Seguiu, de certa forma, a mesma trajetória de seus contemporâneos, como já dito, em constantes migrações a procura de melhores condições de vida, mas também para fugir da perseguição constante aos seus iguais, os “amigos de nação”.

Usou de algumas táticas para ascender socialmente e conviver com a classe dominante, tentando driblar as limitações que a sociedade impunha aos cristãos-novos⁵⁷, mesmo que de forma indireta, através de amizades estratégicas e de suas riquezas, pois seus empréstimos serviram de algum modo para manter vínculo com uma rede de indivíduos, que de certa forma dependiam dele.

Dentro de seu grupo religioso, outros tipos de estratégias eram usadas como o matrimônio “interessado”, já que servia-os para se incluírem nos círculos de poder ou para aproximar relações que beneficiariam suas atividades comerciais, e até mesmo se ocultarem de sua previa culpa por serem ascendentes de judeus convertidos.

Foi criado, como qualquer pessoa daquele período, dentro da religião católica, mas, através de influência de seus familiares e amigos de mesma origem judaica, passou a

⁵⁷ OMEGNA, Nelson. **Diabolização dos judeus**, martírio e presença dos sefardins no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Record, 1969.

freqüentar cerimônias judias, e a partir disso começou a sofrer as perseguições que a igreja os impunha, valendo-se deste grupo para apoio e fuga dos obstáculos que a eles era imposto.

Este apoio, e algumas vezes, dependência entre as pessoas era uma forte característica deste período, que os cristãos-novos usaram de forma mais racional para superar suas limitações.

Por vários deles, inclusive Francisco Isidoro, estarem vinculados a atividades econômicas de grande importância, e por usufruírem de sua relação para promoverem melhores negócios, este grupo foi uma força econômica da época, e por sua dispersão, seus domínios se estendiam não só por diferentes localidades da colônia, mas também nos reinos europeus.

Não só por sua importância econômica que os cristãos-novos mineiros devem ser reconhecidos, mas também pela sua influência social, pois sua inserção nesta sociedade foi abrangente e deixou aqui enraizados seus costumes, práticas, e principalmente seus descendentes.

Fontes

Primárias

PT-TT-TSO/IL/28/11965 - ANTT⁵⁸

Secundárias⁵⁹

FERNANDES, Neusa. **A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos novos na Bahia: 1624-1654**. São Paulo: Perspectiva, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1972.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional: com enfoque nas capitâneas do Sul, 1530-1680**. São Paulo: Pioneira, 1978.

⁵⁸ Processo de Francisco Ferreira Isidoro retirado do site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que tem link no site do Arquivo Público Mineiro.

⁵⁹ Estas fontes secundárias foram obras que citaram algum dos indivíduos trabalhados nesta pesquisa, como fonte complementar de informações.

Bibliografia⁶⁰

ALMEIDA, Carla M. C. *Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista*. In: **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**/ Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira(orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASTRO, Hebe. *História social*. In: **Domínios da História**/ Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

NOVINSKY, Anita. **Marranos e a Inquisição: sobre a Rota do Ouro em Minas Gerais**. In: **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**/Keila Grinberg (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OMEGNA, Nelson. **Diabolização dos judeus, martírio e presença dos sefardins no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Record, 1969.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro, 1695-1755: relações com a Inglaterra**. São Paulo: Pioneira, 1992.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida de. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

⁶⁰ Algumas destas obras estão aqui citadas, pois foram utilizadas como fonte de informações para conclusões deste trabalho.

Conde de Castelo Melhor: Carreira e trajetória militar do governador geral do Estado do Brasil.

Hugo André Flores Fernandes Araújo*

Resumo: Nesse artigo analisamos a trajetória militar de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, 2º. Conde de Castelo Melhor, governador geral do Estado do Brasil entre 1650-1654. Trataremos de sua carreira militar pelo Império Ultramarino Português até sua morte em batalha no reino de Portugal.

Palavras chave: governo geral; trajetórias militares; carreiras; século dezessete.

Abstract: In this article we analyze the military trajectory of D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, 2.nd. Count of Castelo Melhor, governador geral of State of Brazil between 1650-1654. We will treat his military career by the Portuguese Overseas Empire until his death in battle in the kingdom of Portugal.

Keywords: general government; military trajectories; careers; seventeenth century.

Introdução

Nosso trabalho propõe a análise da trajetória militar do 2º. Conde de Castelo Melhor, uma vez que através desta poderemos, em trabalhos posteriores, desenvolver uma reflexão sobre a atuação governativa desse fidalgo. Contudo no presente artigo nos ateremos a uma reflexão sobre a prestação serviços no Antigo Regime português, mais especificamente pensando a inserção dos fidalgos portugueses que serviram no Ultramar após a restauração da Coroa Bragantina.

Conjuntura da incerteza: 1640-1668

* Aluno do Curso de História da Universidade Federal de Viçosa (DHI-UFV), bolsista da FAPEMIG pelo Edital Universal no projeto: Governação e carreiras no Estado do Brasil na segunda metade do século XVII: os governadores gerais, desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Francisco Carlos C. Cosentino. Integrante do núcleo de Estudo e Pesquisa: Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, cultura e sociedade, grupo certificado pelo CNPq.

Após a ascensão de D. João IV ao trono português em 1º. Dezembro de 1640 inicia-se um período delicado na história da Monarquia Portuguesa. A presença estrangeira nas conquistas ultramarinas na costa da África, na Índia e no Estado do Brasil, e a situação de guerra nas fronteiras com a Coroa Espanhola marcam os primeiros anos da casa de Bragança no comando da Monarquia Portuguesa, situação que dura até 1668 quando é assinada a paz com a Espanha.

Fátima Gouvêa afirma que

Grupos luso-brasileiros passaram a conjugar esforços com vistas a eliminação da presença e da interferência holandesa em seus negócios no complexo Atlântico. (...) De um lado, a Coroa portuguesa começou a implementar medidas que pudessem melhor viabilizar a retomada de seu governo sobre seu conjunto imperial. De outro, grupos instalados em diferentes regiões do Brasil, passaram sistematicamente a se mobilizar na defesa da soberania lusa, bem como do conjunto de relações socioeconômicas decorrentes dela, no contexto das invasões holandesas.⁶¹

A autora percebe a criação de alguns mecanismos institucionais como o Conselho Ultramarino (1642) e a Companhia Geral de Comércio do Brasil, como estratégias de uniformização e dinamização do Ultramar, assim Fátima Gouvêa afirma que

As décadas de 1640 a 1670 foram marcadas por uma rara densidade na aplicação de práticas e estratégias dinamizadoras das relações político-administrativas no Atlântico Sul português. (...) Tratavam-se de mecanismos que mais prontamente restabeleciam os nexos que historicamente vinham dando sentido ao conjunto de interesses políticos e econômicos prevaletentes no Complexo do Atlântico.⁶²

A situação no Reino de Portugal será entendida em um “contexto de mudanças, onde decorria também a modernização de uma sociedade, que se vai desenvolver a Campanha da Restauração”⁶³, ou seja, a guerra entre os Reino de Portugal e Espanha entre 1640 e 1668. Para Gabriel do Espírito Santo essas

São campanhas que decorrem num longo período de tempo – o mais longo da História do Portugal moderno – e durante o qual se sucedem direções políticas no reino. D. João IV reina até 8 de Novembro de 1656 (data de seu falecimento), e embora o novo rei, D. Afonso VI, seja aclamado e jurado com 13 anos a 15 de

⁶¹ GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.) **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 291-292.

⁶² GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. p. 298.

⁶³ SANTO, Gabriel do Espírito. **Restauração: 1640-1668**. Lisboa: QUIDNOVI. 2008. p. 15.

Novembro, a rainha sua mãe, D. Luísa de Gusmão, assume a regência até 26 de Junho de 1662, data em que por um golpe palaciano o governo é entregue a D. Afonso. Por motivos de reconhecida incapacidade e por divisões entre a nobreza que viam no conde de Castelo Melhor uma tendência para adoptar novas formas de governo, D. Afonso VI é obrigado a abdicar em 23 de Novembro de 1667, sendo o Tratado de Paz com a Espanha, que põe fim às campanhas, assinado a 5 de Janeiro de 1668, em Madrid, e ratificado em Lisboa a 13 de Fevereiro do mesmo ano.⁶⁴

Nessa conjuntura de conflitos e ações militares é que se desenvolve a carreira de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa.

Fidalgo e titulado

A origem fidalga⁶⁵ de D. João Rodrigues é claramente verificada, sendo um traço comum aos governadores que passavam ao Estado do Brasil nesse período, assim observamos que este é “filho de Luís de Sousa e Vasconcelos, 4º. Alcaide-mor e comendador de Pombal, e de sua mulher, D. Maria de Moura, dama da rainha D. Margarida de Áustria.”⁶⁶

Os fidalgos eram os braços da monarquia, por todo o império atuaram em cargos administrativos e militares. Estes estavam inseridos em uma sociedade de Antigo Regime, pautada em costumes e hierarquias, com representações simbólicas de poder de distinção social. Nesse sentido a prestação de serviços à monarquia é tida como uma maneira de circulação por espaços hierárquicos dessa sociedade. A historiadora portuguesa Mafalda Soares da Cunha indica um documento onde estão indicadas as hierarquias dos serviços da monarquia, neste

Enumeravam-se os “postos grandes... graduando-os conforme a estimação que se fez e faz de cada hum”. (...) primeiro os cargos mais antigos em que à cabeça vinha a Índia, depois seguiam-se as presidências de conselhos ou postos cimeiros do governo do reino [como indica a autora: vedores da Fazenda, presidente do Desembargo do Paço, presidente do conselho Ultramarino, regedor da Casa da Suplicação, presidente da Mesa da Consciência e Ordens e governador do Porto.] e do reino do Algarve. A seguir, apareciam o governo-geral do Brasil, depois dos

⁶⁴ SANTO, Gabriel do Espírito. **Restauração**. p. 15.

⁶⁵ Segundo Bluteau, Fidalgo “*Derivase de Filho, & de Algo, palavra castelhana, que em Portuguez significa alguma cousa. Ao homem cavalheiro deuse este nome, para se dar a entender, que de seus pays herdado Algo, ou alguma cousa, de que se pode prezar, como nobreza de sangue, ou rendas, & fazenda consideravel, porque Algo também significa cousa de valor* BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**, v. IV, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, cd-rom, p. 107.

⁶⁶ ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins; FARIA, Antonio Machado de. **Armorial lusitano: genealogia e heráldica**. Direção e coordenação de colaboração de 3.ed. Lisboa, Portugal : : Enciclopedia, , 1987. p.502.

O documento que data de meados da década de 1650 indica ainda, segundo Mafalda Soares, as mudanças sofridas na distribuição espacial dos poderes no império ultramarino português:

Apresentava, depois, nova lista com mais cargos, explicitando que se haviam acrescentado. Tinha nova ordenação que separava o reino das conquistas e aduzia os postos principais na metrópole. Os mais reputados eram, agora, os governadores de armas das províncias do reino. Já no respeito à parte fora do reino, com exceção vice-reinado da Índia, verificaram-se algumas mudanças. O Estado do Brasil encimava a lista, sucedendo-se Angola, Cabo Verde e São Tomé. Só depois os governos do Maranhão, do Rio de Janeiro, A capitania-mor de Grão-Pará e Maranhão, e finalmente a capitania-mor do Cacheu. Dizia-se que os demais eram muito pequenos, não valendo a pena serem enumerados. Embora a hierarquização reflectisse a lógica política da Coroa, mencionavam-se os casos e as razões divergentes com a percepção dos potenciais candidatos à sua governação.⁶⁸

Como dissemos D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa não é apenas fidalgo, este é também titulado, sendo o 2º. Conde de Castelo Melhor. Como Francisco Cosentino observou entre os 34 governadores enviados ao Estado do Brasil, entre os séculos XVI e XVII, 20 possuíam carreira militar e desses 14 eram nobres titulados⁶⁹, percebemos que esse é o caso de do Conde de Castelo Melhor. Seu título nobiliárquico é proveniente de seu tio Ruy Mendes Vasconcelos, 1º. Conde de Castelo Melhor. Para a sucessão no título duas condições lhe são impostas uma pelo primeiro conde, o casamento com sua neta D. Mariana de Lencastre, e outra pelo rei Felipe IV, o envio de uma companhia de trezentos homens para Pernambuco, tendo que pagar seus soldos por seis meses.⁷⁰

A seguir analisaremos mais detidamente sua trajetória militar pelo Império Ultramarino Português.

Serviços no Ultramar: a armada do Conde da Torre.

⁶⁷ CUNHA, Mafalda Soares. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)” In: **Modos de Governar: Idéias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**. São Paulo, SP. Editora Alameda., 2005. p. 72.

⁶⁸ CUNHA, Mafalda Soares. **Modos de Governar: Idéias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**. p. 72-73.

⁶⁹ Cf: COSENTINO, Francisco Carlos C. **Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig. 2009. p. 127.

⁷⁰ ANTT- CHANCELARIA DE D.FELIPE III- L. 35- 114-116

Segundo Virginia Rau a opção pela carreira no Ultramar era usual, uma vez que “os cargos ultramarinos foram sempre apetecidos pela melhor nobreza portuguesa, não só porque no seu desempenho se alcançam honras e mercês públicas, como também se grangeavam, rapidamente, boas fortunas.”⁷¹, de fato o que percebemos na trajetória do 2º. Conde de Castelo Melhor é que sua experiência militar no ultramar e no reino lhe possibilitou distinção e prestígio na sociedade de corte portuguesa.

Nesse sentido entendemos que a trajetória de D. João Rodrigues está inserida no que Fernanda Olival denomina como *economia da mercê*, para a autora:

Os serviços constituíam, até, uma forma de investimento, ou seja, um capital susceptível de ser convertido em doações da Coroa, num tempo posterior. E com uma vantagem: a recompensa régia tinha frequentemente forte conotações honoríficas, além do valor econômico que pudesse ter. Esta particularidade era essencial numa sociedade organizada em função do privilégio e da honra, da desigualdade de condições (...).⁷²

Até o presente momento identificamos a trajetória de serviços do Conde de Castelo Melhor a partir de sua atuação na Armada do Conde da Torre, entretanto somos levados a crer que este exerceu outros ofícios antes, mas ainda não nos foi possível identificar quais ofícios seriam estes.

Em 1639, o 2º. Conde de Castelo Melhor partiu para o Estado do Brasil, como um dos muitos fidalgos que fizeram parte da Armada do Conde da Torre. Essa foi “uma esquadra combinada, de Espanha e Portugal, para socorro e resgate da Baía, em 1639, sob o comando português de D. Fernando Mascarenhas, 1º. conde da Torre, talvez a maior força anfíbia que tinha atravessado o Atlântico até a época, mas que não teve sucesso”⁷³ no seu intento de expulsar os holandeses das partes do Brasil. Segundo o Conde da Ericeira um temporal teria obrigado parte da Armada se deslocar para Cartagena de Índias, domínio da coroa de Castela.⁷⁴ D. João Rodrigues estava entre os vários fidalgos que ali se refugiaram. As notícias da restauração repercutiram em Cartagena de Índias, mais especificamente em alguns fidalgos portugueses que ali estavam.

⁷¹ RAU, Virgínia. **Estudos sobre história econômica e social do Antigo Regime**. Lisboa, Editorial Presença, 1984. p. 29.

⁷² OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**. Lisboa: Estar Editora, 2001. p. 24.

⁷³ SANTO, Gabriel do Espírito. **Restauração**. p. 30.

⁷⁴ MENEZES, Luís de (Conde da Ericeira). **História de Portugal Restaurado**. vol. I livro III., Porto, Civilização, 1945. p. 184.

O conde de Castelo Melhor intentou, com outros fidalgos, retornar a Portugal levando galeões espanhóis carregados de prata, mas seus planos foram descobertos, D. João Rodrigues foi feito prisioneiro.

Como consta na “*Relação Verdadeira dos Sucessos do Conde de Castel Melhor. Preso na cidade de Cartagena de Índias, & hoje solto, por particular mercê do Ceo & favor Del Rey Dom João IV nosso senhor, na cidade de Lisboa*”⁷⁵ a liberdade do Conde teria se dado através do gesto de D. João IV de enviar fidalgos a Cartagena de Índias para o resgatarem.

Nas memórias do Conde da Ericeira encontramos a seguinte posição: “achou-se ElRey obrigado a satisfação de tantas finezas, e persuadido juntamente da política de obrigar com a boa correspondência a maiores emprezas os valerosos ânimos de seus Vassallos; mandou logo apressar hum navio” que levava “ordem de procurara por todos os caminhos a liberdade do Conde.”⁷⁶ Este intento foi bem sucedido e ao retornar a Portugal o Conde de Castelo Melhor

Foy recebido d’ElRey como todas as demonstrações, e satisfação que requeria seu merecimento (...) Fez ElRey mercê ao Conde do título em duas vidas mais, e nas mesmas os bens da Coroa, e Ordens, e de huma Commenda de mil cruzados: nomeou o do seu Conselho de Guerra, e Governador das Armas das Provincia de Entre Douro e Minho⁷⁷

Inferimos que a participação na Armada do Conde de Torre e as ações em “Cartagena de Índias” constituíram-se em episódios essenciais de sua carreira, possibilitando a D. João Rodrigues o acesso a cargos elevados no Reino.

Cargos no Reino: Conselheiro de guerra e Governador de armas.

O conde de Castelo Melhor exerceu funções em pontos estratégicos da defesa do Reino de Portugal. Podemos ter a dimensão da importância hierárquica de alguns desses cargos quando observamos o soldo que recebiam pela função e comparamos com as demais funções na hierarquia militar. Segundo António Manuel Hespanha, altos cargos do exército como os de Capitão-geral, Governador de armas⁷⁸, Mestre-de-campo-general e General de

⁷⁵ BN- Seção de Obras Raras . 60B,3,34

⁷⁶ MENEZES, Luís de (Conde da Ericeira). **História de Portugal Restaurado**. vol. I livro III. p. 193.

⁷⁷ MENEZES, Luís de (Conde da Ericeira). **História de Portugal Restaurado**. vol. I livro III. p. 199.

⁷⁸ Segundo Bluteau a patente de Governador das armas é a mesmo que o General do Exercito, possui. E por general esse indica: “Os governadores das províncias Ultramarinas, & do Algarve tem patentes de Capitaens Generaes. (...) há muitos no Exercito, a hum se entrega a Cavallaria, a outroa a Artilharia, & os outros tomaõ dia,

cavalaria, recebiam soldo de 200.000 réis, enquanto que os cargos imediatamente inferiores, como os de Mestre-de-campo, Sargento-mor e Alferes, recebiam respectivamente 46.000, 26.000 e 6.000 réis ⁷⁹, o que explicita a importância atribuída a essas funções, por consequência denota também a distinção social que esses indivíduos gozavam. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza exerceu o ofício de Governador das Armas de entre Douro e Minho entre 1643 ⁸⁰ e 1644 ⁸¹ e da Província do Alentejo em 1645 ⁸², como podemos observar no seguinte trecho:

João Roiz de Vasconcellos, e Sousa Conde de Castelmilhor do Conselho de Guerra de Sua Magestade, Senhor das Villas de Castelmilhor Almendra Valhelas e Gonçalo; comendador das comendas de Pombal, Riquião, Aluares de facha, saluaterra do Êxtremo, e Sancta Maria de Beja; Alcayde mor dos Castellos de Pombal, Saluaterra, e Penamacor, E Governador das Armas do exercito e Provincia de Alentejo ⁸³

A presença no Conselho de Guerra indica prestígio e distinção social, advindos da tarefa de aconselhar o monarca. Eram tarefas do Conselho, segundo Hespanha, “dar parecer não só sobre a nomeação de todos os postos militares superiores – capitães-gerais, governadores de armas, capitães mores das praças – mas ainda sobre os exércitos e armadas convencionais, e seu recrutamento, sobre a fábrica das naus, sobre fortificação dos lugares” ⁸⁴

& governaõ a Infantaria, há tâbem hum, que governa cada província do Reino. (...) Governador das Armas, o que manda o exercito em chefe.” BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. v. IV, p. 49.

⁷⁹ Cf. HESAPANHA, António Manuel. “As finanças da guerra”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). **Nova História Militar de Portugal**. v.2. 2004. p.181.

⁸⁰ Como consta na publicação intitulada “**Segunda Entrada que fez o Conde de Castelmilhor João Rodrigues de Vasconcelos, General das Armas Portuguesas, da província de Entre Douro & Minho na Villa de Salvaterra, em galliza, chamada hoje Salvaterra de Portugal. Lisboa 16 de Setembro de 1643.**” Coelho Pinheiro. Na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1643” em **BN- Seção de Obras Raras- 60B, 3, 29**.

⁸¹ Como consta na publicação intitulada “**Relacam dos svcessos, qve o Conde de Castelmilhor, Governador das armas de entre Douro, & Minho, teve em 16. 18 & 22 de Fevereiro passado de 1644.** [Lisboa]: na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1644. - [12] p ; 4º (22 cm)” Versão digital disponível em: <http://purl.pt/12517>. E em: “**Relaçam Verdadeira da empreza da Villa da Barca no Reyno da Galliza obrada pelas armas delRey nosso Senhor, governadas pello Conde de Castelmilhor Ioaõ Rodrigues de Vasconcellos & Souza, na Provincia de Entre Douro, & Minho, em tres de Março de 1644.** [Lisboa]: Na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1644.- [6] f. ; 4º (19 cm)”. Versão digital disponível em: <http://purl.pt/12519>.

⁸² A importância dessas regiões para a defesa do Reino é ressaltada por António Manuel Hespanha: “O Alentejo era um dos principais teatros de guerra, na perspectiva de uma invasão por terra. (...) O minho era também importante teatro de guerra. (...) Enquanto que a sua abundante a população, como fonte de importante recrutamento, constituía um objectivo estratégico de ocupação.” HESAPANHA, António Manuel. “O Espaço Militar”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). **Nova História Militar de Portugal** v.2. 2004. p.30.

⁸³ **Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI**, vol II, publicadas e prefaciadas por P. M. Laranjo Coelho. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940. p. 94.

⁸⁴ HESAPANHA, António Manuel. “A administração militar”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). **Nova História Militar de Portugal**. v.2. 2004. p. 175.

A trajetória de serviços de Castelo Melhor contribuiu em grande parte para sua nomeação no Conselho de Guerra, como observamos anteriormente. Não conseguimos precisar a data, mas Rafael Valladares indica que entre 1649 e 1650 ele esteve presente no Conselho ⁸⁵. As funções dos integrantes estão expressas no regimento do Conselho de Guerra de 1643: os conselheiros eram responsáveis por passarem patentes militares, confirmar nomeações, além de procurarem saber periodicamente do estado em que se encontravam as fortalezas e os suprimentos dessas, eram estes responsáveis ainda pelos pagamentos das *gentes da guerra* ⁸⁶. Ainda segundo D. Raphael Bluteau,

O Conselho de Guerra. Junta de ministros, fidalgos, versados na Arte militar, & que a exercitaraõ, chegados a Governadores das armas, & aos mayores postos dellas. Consultaraõ as disposiçoens da guerra, & as pessoas que merecem alguns lugares. ⁸⁷

Devemos ressaltamos que entre 1640-1657 todos os governadores gerais que vieram para o Estado do Brasil tiveram antes, presença no Conselho de Estado ou no Conselho de Guerra e em alguns casos em ambos, excetuando o Conde de Atouguia, que exerceu esses ofícios ao voltar para o Reino. Como é possível observar na tabela abaixo ⁸⁸:

Tabela I – Presença dos governadores gerais nos altos conselhos.

Governador geral	Período de governo no Estado do Brasil	Conselho de Guerra	Conselho de Estado
<i>D. Jorge Mascarenhas – Marques de Montalvão</i>	1640-1641		X
<i>António Teles da Silva</i>	1642-1647	X	X
<i>António Teles de Menezes – Conde de Vila Pouca de Aguiar</i>	1647-1649	X	X
<i>D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa –</i>	1650-1654	X	

⁸⁵ Como consta em ANTT- CHANCELARIA DE D. JOÃO IV- L.15- 243-243v. – Cf. VALLADARES, Rafael. *La rebelión de Portugal: Guerra, conflicto y poderes em La Monarquía Hispánica (1640-1668)*. Junta de Catilla y León. Consejería de Educación y Cultura. 1998. p.35.

⁸⁶ Disponível em: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=99&id_obra=63&pagina=541. Acessado em 13/04/2010. Cf. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. 1640-1647. Regimento do Conselho de Guerra de 1643*. P. 228-232.

⁸⁷ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*.v.II. p. 473.

⁸⁸ Essa tabela foi formulada com dados: das Chancelarias Régias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT); SOUSA, D. António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra, Portugal: Atlântida Livraria Editora, 1947-55. ; ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins; FARIA, Antonio Machado de. (Coords.) *Armorial lusitano*. 1987.

<i>Conde de Castelo Melhor</i>			
<i>D. Jerônimo de Ataíde- Conde de Atouguia</i>	1654-1657	X	X

Serviços no Ultramar: o governo geral do Estado do Brasil (1650-1654).

Inferimos que a experiência em serviços no ultramar e em altos cargos militares, nas províncias de fronteira entre Portugal e Espanha, interferiu positivamente para o provimento de D. João Rodrigues no cargo de governador geral do Estado do Brasil, aliado ao fato da inserção social de que este gozava por ser nobilitado com o título de 2º. Conde de Castelo Melhor. Acreditamos que a circulação pelos ofícios militares, como podemos observar é dotada de uma gradação ascendente na hierarquia, uma vez que nesse período o governo geral do Estado do Brasil era o segundo posto entre os governos ultramarinos, atrás do vice-reinado da Índia.

Na carta patente de nomeação para o cargo de governador e capitão general do Estado do Brasil destacamos o seguinte trecho:

Dom Joaõ El Rey faço saber aos que esta minha carta virem q. tendo Resp.^{to.} aos (...) callidades e p.^{tes} de João rodrs. de V.^{cos.} e Sousa Conde de Castelmilhor, do meu cons.^o de guerra e aos serv.^{os.} q. me tem feito em semelhante (...) nas provincias do Alentejo entre doiro e minho onde participou de alguns annos governando armas de cada hua dellas e a gr.^{de.} satisfação minha com q. o fez confiando, a elle que a tudo mais deq. as couzas (...) me apras e hey por bem por lhe fazer m.^{ce.} de o prover no cargo de g.^{or.} e c.^{am.} g.^{l.} do Estado do Brazil (...) Desta minha cidade Lisboa aos dois dias do mês de j.^{ro.} (...) mil seiscentos e quarenta e nove.⁸⁹

Com sua nomeação para o ofício do governo geral, o Conde de Castelo Melhor, vem ao Brasil como Capitão General da Armada da Companhia Geral do Comércio em 1649⁹⁰. O ofício do governo geral não compreendia apenas funções militares, mas também funções de justiça e de fazenda, entretanto vamos nos ater aqui as funções de cunho militar.

No regimento dos governadores gerais desse período encontramos vários itens⁹¹ que especificam funções como inspecionar fortalezas e armazéns de armamentos; se assegurar

⁸⁹ ANTT- CHANCELARIA DE D. JOÃO IV- L.15- 243-243v

⁹⁰ A relação da viagem é descrita em “RELAÇAM DOS SVCESSOS da Armada, que a Companhia geral do Comercio expedio ao Estado do Brasil o anno passado de 1649. de que foi Capitão general o Conde de Castelmilhor.” Cf: Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XX. 1898. p. 158-165.

⁹¹ No regimento de António Teles da Silva, que é uma cópia do regimento de Diogo de Mendonça Furtado, governador geral entre 1621-1624, tendo em vista que esse é o mesmo regimento usado pelo 2º. Conde de Castelo Melhor. Destacamos os seguintes itens, referentes às funções militares: 12º.; 13º.; 14º.; 15º.; 16º.; 17º. ;

prover munições e armas às praças e fortalezas; fazer o recrutamento e distribuir os homens entre os locais de mais necessidade; pagar em dia o soldo da *gente da guerra*.

Não nos deteremos aqui em uma análise do governo, uma vez que nosso objetivo é um estudo da carreira e da trajetória de serviços, uma análise do governo será feita em trabalhos futuros. Por ora, devemos ter em mente a importância desse ofício, tanto no que toca ao poderes investidos quanto na situação hierárquica do cargo. Segundo Francisco Cosentino

Os governadores gerais eram representantes do rei e receberam, por delegação, certas funções que possibilitaram ao monarca português, mesmo que distante, exercer no Brasil certos poderes que não poderiam ser exercidos se, para cá, não tivessem sido enviados esses oficiais, com a gama de poderes que dispunham.⁹²

Acreditamos que o ofício de governador geral representava simbolicamente um nível elevado na hierarquia, expresso, sobretudo, no tratamento que as autoridades e a pessoa régia utilizavam para se comunicar com o referido governador. Francisco Cosentino observou que o “uso apropriado dos tratamentos como elemento definidor das hierarquias, particularmente o uso da expressão *Senhoria* para os governadores gerais, tem sua importância constatada na documentação”⁹³. Assim se observa que “quanto ao tratamento dispensado pelos reis aos governadores gerais muitas vezes, temos os monarcas adotando a expressão “amigo” encontrada na documentação, particularmente àquela que se refere a Gaspar de Souza”⁹⁴, encontramos a mesma forma de tratamento para se referir a D. João Rodrigues: “Conde Governador Amigo Eu El Rey vos envio m.^{to} saudar, como aquelle que amo ...”⁹⁵. Percebemos que os membros do Conselho Ultramarino se referem ao Conde de Castelo Melhor, enquanto este exercia o ofício de governo no Estado do Brasil, como “Conde Governador”⁹⁶, o que seria mais um indicativo da distinção social que este gozava na hierarquia, uma vez que não encontramos esse tratamento utilizado para se referir a outros fidalgos.

18°. ; 19°. ; 20°. ; 21°. ; 22°. ; 23°. ; 25°. ; 26°. ; 53°. ; 60°. - Regimento do governador do Brazil António Teles da Silva – 16 de Junho de 1642, **AHU_ACL_CU_005.Cx.1; D.40.**

⁹² COSENTINO, Francisco Carlos C. **Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII)**. p.69.

⁹³ COSENTINO, Francisco Carlos C. **Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII)**. p. 75.

⁹⁴ Gaspar de Souza foi governador geral entre 1612-1613. COSENTINO, Francisco Carlos C. **Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII)**. p. 77.

⁹⁵ 30 de Maio de 1650 - **AHU_ACL_CU_Cx.12, Doc. 1439.**

⁹⁶ Percebemos essa forma de tratamento em várias consultas do Conselho Ultramarino, para citar algumas: 21 de Janeiro de 1651- **AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 11, D. 1377.** ; 24 de Janeiro de 1651 -**AHU_ACL_CU_Cx.11, D. 1382.** ; 5 de Outubro de 1651- **AHU_ACL_CU_cx. 12. Doc. 1440-1441.**

Em resumo, compreendemos que a mudança no tratamento dispensado ao fidalgo após ser nomeado para o posto de governador geral, está intimamente relacionada com a ascensão hierárquica e com prestígio pessoal conquistado. Francisco Cosentino afirma que

Duas formas de tratamento merecem ser destacadas para a caracterização desse ofício. São elas o de “Senhoria” e o de “amigo”. A de senhoria porque reputa ao detentor do ofício de governador, prestígio assemelhado a um conde – ou seja, a um nobre com título – ou funcionário de grau elevado. (...) A utilização do termo amigo leva-nos na direção da organização da monarquia portuguesa durante o Antigo Regime e o seu complexo universo normativo que estruturava as maneiras de pensar, agir e ver e condicionava as suas representações e práticas sociais. As relações de natureza institucional ou jurídica misturavam-se, convivendo com outras relações simultâneas fundadas nos critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra e serviço.⁹⁷

Não desenvolveremos nesse artigo uma análise do governo de Castelo Melhor, o faremos em trabalhos futuros. Procuramos destacar a importância do ofício aliada ao prestígio agregado a essa função.

Após exercer o governo no Estado do Brasil o Conde de Castelo Melhor foi “novamente nomeado governador de Entre Douro e Minho e morreu no exercício destas funções”⁹⁸ em 1658.

Considerações finais:

Acreditamos que o contexto pós-restauração e a ameaça estrangeira, marcadamente a holandesa (presente no Estado do Brasil entre 1630-1654), criaram situações onde os fidalgos portugueses atuaram em batalhas pelos diversos espaços do império, seja na fronteira do reino com a Espanha (1640-1668), seja nas conquistas na África, Índia e no Brasil. Percebemos a trajetória de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa como fruto desse contexto.

Finalizando, podemos inferir que a experiência militar no Ultramar e no Reino possibilitou a D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza o desenvolvimento de uma carreira militar, atingindo altos níveis na hierarquia da época. Nesse sentido concordamos com a assertiva de Nuno Gonçalo Monteiro:

A análise dos critérios de recrutamento para os principais ofícios da monarquia nunca pode ignorar as características da hierarquização nobiliárquica, e em

⁹⁷ COSENTINO, Francisco Carlos C. **Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII)**. p. 77.

⁹⁸ ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins; FARIA, Antonio Machado de. (Coords.) **Armorial lusitano: genealogia e heráldica**. p.504.

particular, essa distinção essencial. (...) a escolha dos nomeados e a respectiva remuneração de serviços era balizada e limitada por critérios bem definidos, os quais raramente foram ultrapassados.⁹⁹

Dessa forma procuramos elucidar como a trajetória militar possibilitou ao Conde de Castelo Melhor ascender a espaços privilegiados, como o Conselho de Guerra e o governo geral do Brasil, bem como conseguiu distinção social frente à sociedade de corte portuguesa, conseguindo mercês, comendas e a transmissão de seu título nobiliárquico, aumentando a importância de sua casa. Consideramos relevante citar o sucessor de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza no título de Conde de Castelo Melhor, seu filho D. Luís de Vasconcelos e Souza, 3º. Conde de Castelo Melhor, valido do Rei Afonso VI entre 1662 e 1667, figura importante nesse contexto político.

Bibliografia

BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, cd-rom.

COELHO, P. M. Laranjo. **Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI**, publicadas e prefaciadas por P. M. Laranjo Coelho. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940.

COSENTINO, Francisco Carlos C. **Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig. 2009.

CUNHA, Mafalda Soares. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)” In: **Modos de Governar: Idéias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**. São Paulo, SP. Editora Alameda, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda;

GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.) **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. “As finanças da guerra”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). **Nova História Militar de Portugal**. v.2. 2004

⁹⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os viveis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.) **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 251-252.

_____. “O Espaço Militar”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). **Nova História Militar de Portugal** v.2. 2004

_____. “A administração militar”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). **Nova História Militar de Portugal**. v.2. 2004.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vive-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.) **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MENEZES, Luís de (Conde da Ericeira). **História de Portugal Restaurado**. vol. I livro III., Porto, Civilização, 1945.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**. Lisboa: Estar Editora, 2001.

RAU, Virgínia. **Estudos sobre história econômica e social do Antigo Regime**.Lisboa, Editorial Presença, 1984.

SANTO, Gabriel do Espírito. **Restauração: 1640-1668**. Lisboa: QUIDNOVI. 2008

SOUSA, D. António Caetano de. **História Genealógica da Casa Real Portuguesa**. Coimbra, Portugal: Atlântida Livraria Editora, 1947-55

VALLADARES, Rafael. **La rebelión de Portugal: Guerra, conflicto y poderes em La Monarquía Hispánica (1640-1668)**. Junta de Catilla y León. Consejería de Educación y Cultura. 1998.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins; FARIA, Antonio Machado de. **Armorial lusitano: genealogia e heráldica**. Direção e coordenação de colaboração de 3.ed. Lisboa, Portugal : Enciclopedia, 1987.

Fontes

Chancelarias régias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo:
ANTT- CHANCELARIA DE D.FELIPE III- L. 35- 114-116.
ANTT- CHANCELARIA DE D. JOÃO IV- L.15- 243-243v.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

Documentação Publicada:

Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XX. 1898. p. 158-165

Seção de Obras Raras:

BN- 60B, 3, 29.

BN- 60B, 3, 34.

Projeto Resgate - Barão do Rio Branco (disponível de CD-ROM):

Avulsos da Bahia:

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

16 de Junho de 1642, AHU_ACL_CU_005.Cx.1; D.40.

Luiza da Fonseca:

30 de Maio de 1650 - AHU_ACL_CU_Cx.12, Doc. 1439

21 de Janeiro de 1651- AHU_ACL_CU_Cx. 11, D. 1377.

24 de Janeiro de 1651 -AHU_ACL_CU_Cx.11, D. 1382. ;

5 de Outubro de 1651- AHU_ACL_CU_cx. 12. Doc. 1440-1441.

Documentação disponível *on-line*:

Biblioteca Nacional Digital de Lisboa:

<http://purl.pt/12517>

<http://purl.pt/12519>

Ius Lusitaniae:

Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. 1640-1647. Regimento do Conselho de Guerra de 1643. P. 228-232.

http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=99&id_obra=63&pagina=541.

Memória e Arqueologia

O Conflito em Angola (1961-1975): Indicações para um debate historiográfico acerca da produção acadêmica no Brasil.

Helenice Moreira Dias*

Resumo: Esse trabalho consiste na análise de pesquisas-chave na produção acadêmica brasileira acerca da interpretação do conflito que culminou com o processo de independência angolana. É sabido que, de modo geral, o conflito tem sido analisado sob duas concepções diferentes, sendo os fatores responsáveis o fator de divergência. Cada vertente explicativa define os seguintes fatores: 1) Fator externo (Guerra Fria) e 2) Fator interno (conflito étnico). Com isso, busca-se identificar em que direção essas pesquisas apontam, ou seja, se existe uma predominância de alguma das linhas de análise, ou ainda, se há junção das duas linhas analíticas como explicação para o processo.

Palavras-chave: Independência angolana; Conflito Étnico; Guerra Fria.

Abstract: This paper analysis the main researchers about the conflict of independence process in Angola. In general, the conflict has been analyzed through two different perspectives. Each perspective defines a main factor as most important in the process: 1) external factor (Cold War); 2) internal factors (ethnic conflict). This work intends to identify in which direction each one of perspectives indicate or if there is a predominance of any of the lines of analysis, or even if there is a junction both analytical lines in an unique explanation about this process.

Keywords: Angolan Independence; Ethnic Conflict; Cold War.

Introdução

O presente estudo visa construir uma análise que identifique na produção acadêmica brasileira pesquisas-chave que debatam acerca da linha explicativa do conflito que levou ao processo de independência angolana, bem como identificar quais suas respectivas posições

* Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG.

sobre o tema. Sendo assim, serão utilizadas análises realizadas por quatro pesquisadores brasileiros, que ao desenvolverem seus trabalhos pontuaram e se posicionaram acerca da referida questão.

A fim de estabelecer uma análise pontual sobre cada autor e seu respectivo posicionamento, de modo a respeitar o limite do corpo do texto, foi-se necessário selecionar os estudos mais significativos acerca da reflexão. Sendo assim, elegeram-se as seguintes pesquisas: *A Guerra Civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas*, Marco Antonio Liberatti (USP); *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*, José Maria Nunes Pereira Conceição (USP); *O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*, Marcelo Bittencourt (UFF); *“Um só povo, uma só nação” O discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola (1975-1979)*, Kelly Cristina Oliveira de Araujo (USP).

Reflexões realizadas a partir das pesquisas elencadas

O referido trabalho de Liberatti consiste na sua dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, cujo objetivo é resgatar e examinar os aspectos históricos e contemporâneos da guerra civil, de modo a ilustrar as causas do conflito e os fatores responsáveis por sua duração. O autor, apesar de utilizar o termo guerra civil¹⁰⁰, aponta já em seu resumo que os fatores responsáveis pela duração do conflito assinalam para a complexidade do mesmo que não pode ser interpretado como essencialmente étnico¹⁰¹.

Liberatti destaca ainda que as origens do conflito estão nas questões étnicas, nas divisões e desigualdades provocadas pelo regime colonial português. De acordo com sua perspectiva, as relações entre colônia e metrópole (1576-1926), se resume a uma relação onde o interesse da metrópole pela colônia era limitado à garantia do comércio e da disponibilidade de escravos. Característica essa que só modificou após a Conferência de Berlim, quando Portugal passou a exercer um crescente controle sobre Angola, através da aplicação de uma administração colonial até então inexistente¹⁰².

¹⁰⁰ Significado da palavra Guerra a partir do Dicionário de Política: “(...) com referência aos grupos em luta, a guerra se classifica como internacional quando conduzida entre grupos sujeitos ao ordenamento jurídico internacional; interna ou **civil, se conduzida entre membros de um mesmo grupo organizado (cidadãos de um mesmo Estado)**”; [grifo meu] BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 8ª ed, Brasília: Editora da UnB, 1995, p. 572.

¹⁰¹ LIBERATTI, Marco Antonio. *A Guerra Civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH/USP. 1999.

¹⁰² Ibid. pp. 8-10

È justamente na implementação dessa nova política colonial que Salazar irá estabelecer mecanismos que causarão divisões profundas na sociedade angolana. Um exemplo claro dessa divisão é o estabelecimento de uma política racial de assimilação, em que a sociedade foi estratificada através de um sistema extremamente hierárquico, autoritário e discriminatório. No topo desse sistema, estavam os brancos seguidos dos mestiços e negros, o que provocou uma tensão étnica latente no território, onde foi exarcebada a rivalidade entre os grupos criados pelos portugueses. A existência de pesos e medidas diferentes para cada grupo radicalizou o cenário étnico-político em constantes disputas, como por exemplo, a visão dos negros de que os mestiços eram indissociáveis dos privilégios coloniais e, portanto, eram alienados da realidade africana. Resumindo, como afirmou Douglas Wheeler, a sociedade angolana “(...) estava **dividida em verdadeiras “castas” raciais**. No topo da hierarquia estavam os brancos europeus, seguidos pelos *mestiços* e, por fim, os negros, ocupando a casta mais baixa”¹⁰³. [grifo meu]

Passando para os fatores que fizeram o conflito perdurar, o autor aponta a internacionalização do conflito. Liberatti debruça-se sobre todas as intervenções externas ao conflito: União Soviética, Cuba, China, Zaire, África do Sul e EUA, enumerando os interesses de cada país no envolvimento do conflito, sendo que todos se resumem em uma expressão: Guerra Fria¹⁰⁴.

Liberatti deixa bem claro as tentativas frustradas de acordo de paz, explicitando especialmente a dificuldade do acordo de efetivar-se tendo em vista, entre outros fatores, as ocupações em território angolano. Afinal, como bem explicita DePalo, “a natureza recíproca da presença cubana e sul-africana na região criou uma situação intratável na qual nenhum dos lados poderia tolerar ser o primeiro a partir”¹⁰⁵.

Pode-se sumarizar o raciocínio do autor da seguinte forma: a origem do conflito está nos conflitos étnicos, gerados pelo regime colonial português e o fator responsável pela sua duração foi à inserção de tal conflito na Guerra Fria, o que atraiu diversos países que passaram a intervir no território angolano. Logo, tem-se uma linha de interpretação que busca somar ambos os fatores: o fator étnico seguido do internacional. Ou seja, não há uma sobreposição de uma interpretação sob a outra, mas sim a junção das duas análises para compreensão do conflito.

¹⁰³ WHEELER, Douglas. apud: LIBERATTI, M. op. cit. p. 13.

¹⁰⁴ LIBERATTI, M. op. cit. p. 27-59.

¹⁰⁵ DEPALO. apud: LIBERATTI, M. op. cit. p. 87.

O segundo autor que se dedica a reflexão do tema é José Maria Nunes Pereira Conceição, em sua tese de doutorado elencada acima. Através do estudo que visa analisar a formação do que ele caracteriza como “*paradoxo angolano*”¹⁰⁶, serão destacadas as reflexões pontuais realizadas pelo autor durante seu texto, reflexões estas que se somam aos debates acerca da linha de análise do conflito, ou seja, Pereira não se detém especificamente a discussão que está sendo tomada como base, mas passa por ela.

Pereira tem como objetivo central as causas endógenas que levaram o *paradoxo* a ser resolvido em favor da economia de mercado e da aliança com o ocidente. Porém, não deixa de identificar as causas externas¹⁰⁷, mas destaca que sua preocupação maior está na análise dos fatores internos¹⁰⁸.

Para o autor, não resta dúvidas de que a independência angolana marcou a entrada da África no campo de ação direta da Guerra Fria. Porém, ele julga ser fundamental explicar que a crise angolana tem suas origens na divisão do nacionalismo angolano, que ele caracteriza como “tardio e ilhado”¹⁰⁹.

Com isso, destaca-se que Pereira está em consonância com o pensamento de Liberatti, afinal, para ambos o conflito se explica ao se considerar a junção dos fatores internos com os fatores internacionais, de modo a não desconsiderar que a origem se encontra no conflito interno, provocado pela colonização portuguesa.

O autor argumenta de modo a demonstrar a sua insatisfação acerca dos recentes estudos sobre o processo de independência de Angola, que para ele estão com uma superestimação dos fatores externos, em detrimento dos fatores endógenos. Destaca ainda que os estudos, quando levam em consideração os fatores internos, são “(...) frequentemente avaliados com demasiada tônica nas raízes “tribais” que teriam marcado o nascimento e a atuação dos três movimentos de libertação”¹¹⁰.

¹⁰⁶ Consiste no fato da economia angolana ser quase completamente dependente do ocidente enquanto o modelo de Estado e de partido e também do fato da aliança político-militar estar ligada ao campo socialista. (PEREIRA, 1999:1)

¹⁰⁷ Guerra Fria, o preço do petróleo e etc.

¹⁰⁸ PEREIRA, José Maria Nunes. **Angola**: uma política externa em contexto de crise (1975-1994). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, FFLCH/USP, São Paulo, 1999, p. 18.

¹⁰⁹ A partir das características específicas da colonização portuguesa em Angola, dentre outras, de uma forte repressão através da *Polícia Internacional e de Defesa do Estado* (Pide), observa-se um retardamento “(...) a criação dos movimentos nacionalistas no império português e isolaram, durante um bom tempo, as suas lideranças do resto do continente, criando um nacionalismo “ilhado”, com a agravante de permanecer, devido a censura salazarista, debaixo de uma “cortina de silêncio”. Na prática, foram obrigados a se organizar a partir do exílio”. (PEREIRA, 1999:103)

¹¹⁰ PEREIRA, J. op. cit. pp. 22-23.

Pereira permanece nessa linha de insatisfação ao concordar com a afirmativa de Gerald Bender, para quem “o conflito angolano resultou numa plethora de publicações e fatos tão contraditórios que é difícil acreditar que todos eles se referem ao mesmo país e ao mesmo conflito”¹¹¹; defende, de acordo com Chester Crocker, que “Até que, numa dúzia de capitais, os arquivos sejam abertos, haverá muitas lacunas sobre os processos de decisão que envolveram a guerra civil angolana”¹¹².

Para concluir, Pereira destaca mais uma importante citação de Bender, que vai de encontro com a perspectiva de Liberatti, para quem as marcas deixadas pela desigualdade e divisão provocadas pela colonização portuguesa são visíveis até hoje. Bender vai além ao expor ainda outros pontos, como por exemplo, as ambições de certos líderes que está entre os fatores que contribuíram para duração do conflito.

(...) os aspectos internos da crise se prolongam até hoje. Afirmou: “Angola não foi somente a vítima da Guerra Fria, mas de rivalidades regionais [África do Sul e Zaire, por exemplo] e das ambições vorazes de determinados líderes políticos-militares dos dois lados do conflito”¹¹³.

O terceiro trabalho a ser considerado é o de Marcelo Bittencourt, que em seu estudo busca analisar a trajetória do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) desde a sua opção pela luta armada em 1961 até a assinatura do cessar-fogo junto aos portugueses em 1974. Para tanto, o autor faz um estudo bastante detalhado acerca dos atores sociais presentes naquela sociedade. Bittencourt alerta para a necessidade de dar voz aos angolanos e considerar suas respostas ao sistema como fonte de pesquisa a ser trabalhada. O autor alerta ainda para a existência do que ele define como “*Vínculos de Solidariedade*”¹¹⁴, que são, por exemplo: os clubes desportivos, as igrejas, as missões, as associações culturais¹¹⁵.

Durante tal estudo, Bittencourt vale-se da discussão dos fatores internacionais e dos fatores étnicos, deixando explícito o seu posicionamento, de modo a demonstrar que ele não opta por um rompimento com essas linhas de análise. Pelo contrário, o autor se utiliza delas. Porém, há sim a crítica às perspectivas analíticas exclusivistas, ou seja, que tomam qualquer um dos fatores como o único responsável pelo conflito. O autor propõe então a junção desses

¹¹¹ BENDER, Gerald. apud: PEREIRA, J. op. cit. p. 23.

¹¹² CROCKER Chester. apud: PEREIRA, J. op. cit. p. 23.

¹¹³ BENDER, Gerald. apud: PEREIRA, 1999:25

¹¹⁴ Associações que possibilitavam a troca de impressões e experiências vividas através do processo colonial, foram se caracterizando como espaços de repressão ao regime colonial e luta em prol da independência do país. (BITTENCOURT, Marcelo. **Estamos juntos**. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974). Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2002, p. 52)

¹¹⁵ BITTENCOURT, M. op. cit. p. 52.

fatores e a soma de outros elementos para que assim se chegue a uma real aproximação com o passado. Por fim, o autor sintetiza da seguinte forma a sua análise:

Portanto, a crítica à opção por uma explicação pautada no fator internacional ou étnico deveu-se única e exclusivamente a uma perspectiva exclusivista. É preciso ampliar o leque de fatores intervenientes e abrigar outros elementos com participação efetiva no percurso ora exposto. Daí o empenho em identificar e ressaltar os chamados **vínculos de solidariedade**, que passam por canais diferentes de composição, mas que intervêm de forma considerável nas relações de poder, com conseqüências substanciais, e que mesmo quando se apresentam numa escala diminuta são capazes de potencializar outros fatores [grifos meus]¹¹⁶.

Desse modo, Bittencourt segue a mesma perspectiva dos autores anteriores, no entanto vai além, avança ao pautar que além da junção dos modelos explicativos – internacional e étnico - faz-se necessário a soma de outros elementos, que ele denomina como “*Vínculos de Solidariedade*”.

O último trabalho a ser exposto é fruto de uma pesquisa bem recente, que foi desenvolvida na forma de dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da USP em 2005. Neste estudo, Araujo busca identificar os mecanismos aplicados pelo Estado angolano a fim de construir um projeto ideológico para a criação da identidade nacional. O período analisado foi o governo Agostinho Neto (1975-1979)¹¹⁷.

Já no início de seu texto a autora levanta uma hipótese explicativa, que ela busca comprovar durante seu trabalho. Para Kelly o Partido-Estado¹¹⁸,

Ao pretender adequar a sociedade aos preceitos ideológicos então adotados, acabou por implementar uma política de homogeneização da diversidade, fazendo com que a *identidade política* se tornasse hegemônica em relação às demais identidades – étnico-culturais e regionais. Este processo impunha um *padrão identitário* pouco ou nada reconhecido pelas populações, e como conseqüência afastava-se do reconhecimento das mesmas como partes integrante da nova nação¹¹⁹.

É justamente seguindo essa análise, que Kelly constrói seu texto, de modo a buscar elementos que fundamentem a sua tese.

Durante tal percurso a autora dedica um capítulo ao estudo do processo de independência, intitulado: *Guerra Colonial e Guerra Civil: qual independência para Angola?*

¹¹⁶ Ibid. p. 720-721.

¹¹⁷ ARAUJO, Kelly Cristina Oliveira. “Um só povo, uma só nação” O discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola (1975-1979). Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH/USP. 2005, pp. 5-6.

¹¹⁸ De acordo com o Ato de Proclamação de Independência (apud: ARAUJO, 2005:10), tem-se: “Os órgãos do Estado na República Popular de Angola guiar-se-ão pelas diretrizes superiores do MPLA, mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado”.

¹¹⁹ ARAUJO, K. op. cit. pp.10-11.

Destaca-se que o próprio título aplicado pela estudiosa já aponta para uma reflexão necessária. Afinal, tais termos possibilitam indagações e reflexões do leitor, como por exemplo: 1) De acordo com a autora, a guerra deixa de ser contra o regime colonial e passa a ser uma guerra civil? ou ainda, 2) A autora não discute a inserção de Angola na Guerra Fria?

Pois bem, acredita-se que de fato tal título não foi capaz de expressar a reflexão e o posicionamento presente no capítulo. No decorrer do texto a autora aponta as principais características dos movimentos nacionalistas, destacando que, de acordo com suas palavras, “o *front* estava dividido”, afinal, cada movimento estava ligado a um grupo étnico-cultural ou a uma classe social específica. Em seguida, destaca as tentativas de acordo, alertando para o fato de que “não houve jamais uma intenção real de nenhum dos três movimentos de dividir o poder entre eles, mas sim em travar uma luta para que um deles se tornasse hegemônico”. Tal citação exemplifica claramente a posição da autora, e o título de seu capítulo, ou seja, a ênfase frente à mudança no conflito, que passa de um conflito *prol* independência para um conflito de disputa interna de poder (Guerra Civil)¹²⁰.

Araujo termina o capítulo explicitando que a batalha não se encerra quando o MPLA declara à independência, assim como Bittencourt, a autora deixa claro que o conflito estava longe de chegar ao fim, ou seja, nas palavras de Bittencourt “A proclamação da independência estaria longe de significar a paz”¹²¹. Ambos autores destacam a internacionalização da guerra e afirmam que tal conflito ainda se estenderia por longos anos¹²².

Por fim, destaca-se que existem outros pontos relevantes nos estudos, porém não haverá oportunidade de discorrer sobre. Há também outros autores importantes para a reflexão aqui proposta, mas que ficarão para um próximo debate, de modo a ser leal a proposta do Simpósio Temático, acerca da extensão do texto. Logo, o presente texto deve ser compreendido como o próprio título já assinala, ou seja, o que foi apresentado são apenas apontamentos iniciais de uma pesquisa em andamento.

Considerações finais

“(…) na realidade, no conflito angolano, foi sempre **difícil**, ou mesmo impossível,

¹²⁰ Ibid. p. 61.

¹²¹ BITTENCOURT, M. op.cit. p. 714.

¹²² ARAUJO, K. op. cit. p. 65.

Acredita-se que a relevância do assunto proposto está no fato de que a temática é muito recorrente, basta se debruçar sobre o estudo de qualquer aspecto da sociedade angolana, que o tema vem à tona. Para se comprovar tal afirmativa, basta considerar os textos aqui debatidos, afinal, eles possuem focos de estudo diversos e mesmo assim “esbarraram” na temática da interpretação do conflito e suas linhas de análise.

Conclui-se que, se faz ainda hoje, fundamental, pontuar e debater a interpretação existente no estudo acerca do conflito angolano. Ousa-se, afirmar que tal debate se torna tão presente nos estudos, por que os pesquisadores ainda julgam necessário apagar os resquícios de uma historiografia pautada numa análise explicativa exclusivista.

Destaca-se, que hoje os estudos brasileiros estão com tendência a se pautarem numa análise explicativa mais abrangente, ou seja, além de agregar os fatores (internos e externos), tais pesquisas estão em busca de outros fatores e/ou outras fontes¹²⁴, para se obter uma maior compreensão daquele passado. Tais iniciativas estão aproximando os estudiosos da construção de uma história mais próxima da realidade daquela sociedade e possibilitando novos olhares sobre Angola, que, entre tantos outros países, foi, muitas vezes, refém de uma historiografia eurocêntrica e exclusivista que, escrevia a história a partir dos relatos do colonizador e não deu voz ao colonizado. Resumindo, nas palavras de Carlos Serrano, as pesquisas eram feitas predominantemente por estrangeiros e vinham:

(...) surgindo como visões parciais de uma dada realidade, nenhuma destas pesquisas por si permite ter uma visão objetiva sobre o significado de ser africano e potencialmente angolano no contexto da Luta de Libertação e na conquista da independência deste povo”¹²⁵.

Por fim, conclui-se que a pesquisa acerca da sociedade angolana no Brasil tem avançado, uma vez que, tem buscado trilhar por novos caminhos. Desse modo, de acordo com Serrano, tem atentado para a necessidade de recuperar as diferentes respostas dadas pelos

¹²³ Discurso do presidente José Eduardo dos Santos apud: PEREIRA, J. op. cit. p.26.

¹²⁴ Como exemplo, destaca-se o trabalho de Francisco Santos, que, a fim de resgatar a história do *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola* (MABLA), utilizou como fonte testemunhos orais inéditos de pessoas que participaram do movimento. (SANTOS, 2010:13)

¹²⁵ SERRANO, C. M. H. **Angola: Nasce uma Nação**. Um Estudo sobre a construção da identidade nacional. São Paulo. Tese de doutoramento em Antropologia Social apresentada ao Depto. de Antropologia da FFLCH/USP. 1988, p. 43.

africanos ao processo de colonização, pois só assim será possível obter um olhar do colonizado, ou seja, tornar o africano sujeito de sua própria história¹²⁶.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Kelly Cristina Oliveira. **“Um só povo, uma só nação”** O discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola (1975-1979). Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH/USP. 2005.

BITTENCOURT, Marcelo. **Estamos juntos**. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974). Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 8ª ed, Brasília: Editora da UnB, 1995.

LIBERATTI, Marco Antonio. **A Guerra Civil em Angola**: dimensões históricas e contemporâneas. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH/USP. 1999.

PEREIRA, José Maria Nunes. **Angola**: uma política externa em contexto de crise (1975-1994). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

SANTOS, José Francisco dos. **Movimento afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA)** – “Um amplo movimento”: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. 2010.

SERRANO, C. M. H. **Angola: Nasce uma Nação**. Um Estudo sobre a construção da identidade nacional. São Paulo. Tese de doutoramento em Antropologia Social apresentada ao Depto. de Antropologia da FFLCH/USP. 1988.

¹²⁶ Ibid. p. 58.

Luiz Henrique Souza de Giacomo*

Resumo: Uma víbora astuta que usou diversas artimanhas para levar até os seus aposentos dois dos principais homens de sua época ou uma estrategista que soube se inserir com competência na vida política do período na busca de evitar a decadência de seu trono? A partir de qual prisma devemos analisar esta que foi a última governante da época helenística? O presente trabalho busca apresentar elementos que esclareçam algumas questões a respeito desta rainha, uma das mulheres mais ‘conhecidas’ da Antiguidade.

Palavras chave: Cleópatra; Egito helenístico; Lágidas; Ptolomaicos.

Résumé: Une vipère astucieuse qui a utilisé plusieurs astuces pour mener jusqu’à ses pièces deux des principaux hommes de son époque-là ou une stratège qui a su s’insérer avec compétence dans la vie politique de sa période à la recherche d’éviter le déclin de son trône? À partir de quel point de vue on doit analyser celle qui a été la dernière gouvernante hellénistique? Ce travail veut montrer des éléments qui éclairent quelques questions à propos de cette reine, une des femmes les plus ‘connues’ de l’Antiquité.

Mots-clés: Cléopâtre; l’Égypte hellénistique; Lagides; Ptolémaïques.

Recorte espaço-temporal

Tratar de uma personagem em História exige de nós historiadores uma percepção muito grande quanto a um trabalho com dois tipos de recortes: o espacial e o temporal, pois ambos nos servem como alicerces para que possamos em cima construir toda uma análise histórica sobre o assunto desejado.

No caso do presente trabalho, essa delimitação espaço-temporal se faz muito mais essencial, devido ao fato de estarmos lidando com um mundo espacialmente distante e diferente da realidade brasileira, no caso o Egito, e também de estarmos abordando um período cronológico distante de nós, pois o que nos separa do século I a.C., período no qual se decorrem os acontecimentos que serão analisados no presente artigo, são vinte séculos.

* Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Especialmente, tratamos aqui de uma região que pouco se alterou geograficamente desde o surgimento de sua civilização por volta de 3000 a.C.¹²⁷, sendo assim, o Egito da Idade Antiga é muito semelhante ao Egito da atualidade. Desde as mudanças climáticas ocorridas na região durante o IV milênio a.C. e até a atualidade, o Egito sempre se apresentou dividido em três grandes blocos geográficos como nos apresenta Ciro Cardoso: “(...) o Delta, com maior extensão de terras aráveis e de pastos; o Vale, estreita faixa de terra arável apertada entre os desertos; e o deserto estéril.”¹²⁸. Mas além destas três regiões, outro ponto que sempre é ressaltado quando se trata do Egito é o rio Nilo, o importante curso d’água da região, e a interação entre a sociedade que as suas margens se desenvolveu, a egípcia, e este. Entretanto, não devemos cair naquela velha máxima de Heródoto sobre o fato de o Egito ser uma dádiva do Nilo. O que se observa é que há uma apropriação sistemática do rio através de uma melhor utilização de suas cheias anuais em benefício da própria civilização e não uma simples dependência destas¹²⁹.

Porém, ao observarmos o mapa do Egito, notamos que a grande modificação em relação ao da Antiguidade se deve a ação humana e se encontra relacionada justamente ao Nilo. Perto da primeira catarata, região do antigo Alto Egito, atualmente observamos a imensa barragem da hidroelétrica de Assuã, próxima a cidade de Assuã. Essa grande obra da modernidade poderia ser considerada insignificante se não alterasse tanto a relação entre os egípcios e o Nilo, pois esta se impõe como um obstáculo ao curso natural das águas nilóticas, impedindo desta forma o curso normal de suas cheias, tão importantes durante quase toda a história egípcia.

Contudo, ao olharmos mais especificamente para o mapa egípcio do período helenístico dois pontos nos saltam aos olhos: o primeiro diz respeito a uma diminuição do território ao sul do Alto Egito devido à perda do domínio sobre a região da Núbia, que durante o I milênio viu florescer uma importante civilização, a cuchita¹³⁰; o segundo ponto se refere à transferência da capital, e dessa forma de todo o centro político-econômico e cultural do reino para uma nova cidade, Alexandria, uma pólis fundada por Alexandre Magno, no extremo

¹²⁷ As datas que serão apresentadas no presente trabalho se referem todas ao período anterior ao nascimento de Jesus Cristo, desta forma, todas as referências ‘a.C.’ após as datas serão suprimidas, a não ser em casos específicos.

¹²⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.17-18.

¹²⁹ Tal debate sobre o fato de o Egito ser ou não uma dádiva do Nilo é apresentado pelo professor Jayme Pinsky de uma maneira simples e didática em um de seus trabalhos: PINSKY, Jayme. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Contexto, 2006. p.87-90.

¹³⁰ Esta civilização se desenvolveu centrada sobretudo em duas grandes cidades que existiam na região da Núbia, a cidade de Napata e a cidade Meroé.

ocidente do Delta do Nilo¹³¹, em 331, durante a sua campanha contra Dario III. Cabe logicamente ressaltar, que durante o período de governo dos lágidas o Egito se expandiu territorialmente chegando a possuir sob domínio da coroa alexandrina a Cirenaica, Chipre, a Celessíria e Éfeso.

Quanto ao foco temporal, faz-se necessário no presente momento, explicitar, mesmo que minimamente, um pouco sobre a civilização egípcia em termos cronológicos. Ao nos debruçarmos sobre a história egípcia, notamos que esta se apresenta basicamente dividida em cinco grandes momentos ou como nos demonstra Luís Eduardo Lobianco¹³², em cinco grandes egipto-civilizações. Estas se sucedem da seguinte maneira: a civilização egípcia faraônica, a grega (ou helenística), a romana, a bizantina e a árabe.

É a um desses “blocos” históricos egípcios que nos prenderemos neste artigo. Daremos um enfoque a egipto-civilização helenística, ou seja, ao período em que sob o Egito se desenvolveu uma civilização egípcia que não mais se caracterizava como a de outrora, a faraônica, e sim uma civilização que mesmo tendo muitos elementos do período dos faraós tinha elementos novos que a distinguiu deste período. Esse diferencial nada mais é do que fruto da influência helênica, advinda com a conquista do Egito por Alexandre e a manutenção de uma linhagem greco-macedônica na direção do país, a dinastia dos Ptolomeus, da qual Cleópatra é a última representante.

Trataremos desta maneira, da segunda egipto-civilização, a qual se compreende entre 332¹³³, quando Alexandre Magno liberta o Egito do jugo persa, e 30, momento em que Cleópatra VII Philopátor se suicida após sua derrota e a de seu companheiro, o general romano Marco Antônio, para Otaviano, o futuro imperador romano Augusto. É desse período denominado Ptolomaico¹³⁴ ou Lágida¹³⁵, que se ocupa este artigo.

¹³¹ Ao se falar de Alexandria era comum o uso da expressão “*Alexandria ad Aegyptum*”, pois a cidade era considerada como estando “junto ao Egito” ou ao “lado do Egito” e não no Egito, já que estava localizada na costa ocidental do Delta, estando distante assim dos antigos centros faraônicos como Tebas e Mênfis. RIAD, H.; DEVISSE, J. *O Egito na época helenística*. In: MOKHTAR, G. *A História Geral da África: África Antiga*. São Paulo: Ática: Unesco, 1983. p.185.

¹³² LOBIANCO, Luís Eduardo. *A Romanização do Egito: Direito e Religião (século I a.C. – III d.C.)*. 2006. 432f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

¹³³ 332 se trata do ano em que Alexandre invadiu o Egito e o libertou dos persas, porém, somente em 304 que um Ptolomeu efetivamente se tornou rei egípcio. Durante o período posterior a morte do governante macedônico, que se dá em 323 a.C., vemos Ptolomeu, antigo general de Alexandre, governar o reino, mas como um diácono, sem ser efetivamente o rei do Egito.

¹³⁴ A denominação Ptolomaico se refere à casa dinástica que reinou no Egito durante os três séculos de período helenístico do país. Como particularidade desta dinastia, todos os reis tinham o nome Ptolomeu como nome monárquico se remetendo dessa maneira ao primeiro governante da linhagem, o rei Ptolomeu Sóter.

¹³⁵ A denominação Lágida também utilizada para se referir a dinastia dos Ptolomeus faz referência ao pai de Ptolomeu I Sóter, que se chamava Lagos.

Entretanto, não nos debruçaremos nestes quase três séculos de governo dos Ptolomeus buscando compreendê-lo intimamente. Somos levados a focar em passagens específicas deste período, sobretudo, nos acontecimentos que se desenrolam durante o último século do I milênio, época na qual viveu e reinou Cleópatra, a personagem chave de toda a análise. O governo dos Ptolomeus, excetuando o governo de Ptolomeu XII Aulete, pai de Cleópatra, serão analisados de uma maneira muito específica, com o intuito de se achar ‘fios condutores’ em toda dinastia que nos permitam analisar algumas das ações da última dos lágidas.

Na verdade, estaremos tratando muito mais de um período de transição, no qual o Egito deixa de estar sobre influência helenística, passando a estar mais estritamente ligado ao domínio romano. E esta rainha se encontra neste limiar que é o século I, no qual a sua morte é o ápice de todo o processo, pois consigo morre também toda a civilização helenística do Egito, abrindo assim, caminho para que uma nova civilização egípcia floresça nas terras nilóticas, a egípcio-civilização romana. Então, cronologicamente nos preocuparemos mais com o início da transição da egípcio-civilização helenística para a romana, já que Cleópatra e o seu governo se apresentam no centro dessa passagem.

Neste tópico, também cabe fazer um breve comentário sobre as fontes quanto a esse período. Podemos destacar, sobretudo, três autores: Plutarco, Suetônio e Dión Cássio. Seus escritos são de grande utilidade para podermos remontar o cenário e analisar algumas das personagens principais do período.

Da obra de Plutarco (cerca de 50-125 d.C.), *Vidas Paralelas*, a principal fonte para tal estudo, na qual ele apresenta a biografia dos principais homens da Antiguidade, podemos selecionar as vidas dos generais romanos Julio César e Marco Antônio. Através desses dois relatos é que podemos remontar algumas ações empreendidas por tais políticos e de pessoas com as quais conviveram.

Do texto de Suetônio (90-150 d.C.), *A vida dos doze Césares*, também um relato biográfico só que dos onze primeiros imperadores romanos e de Julio César, o primeiro César da “linhagem”, a análise se dá a partir da vida de Julio César e de Otaviano, seguindo a mesma lógica de trabalho que se tem com Plutarco. Já a obra *História Romana* de Dión Cássio (cerca de 155-235 d.C) nos apresenta um panorama complementar as duas obras anteriormente citadas sobre o reinado de Cleópatra, nos dando uma base histórica mais segura.

Todavia, o trabalho com essas fontes exige do historiador uma grande cautela, pois ambas foram produzidas anos depois dos fatos que narraram, ou seja, nenhuma delas é

contemporânea ao período de Cleópatra. Dessa maneira, devemos sempre ter em mente que estas contém traços de influências da política difamadora empreendida por Otaviano em sua briga política. Quanto a Cleópatra, nenhum dos textos trata especificamente da rainha fazendo com que o trabalho se torne mais complexo, pois as informações sobre ela se encontram em apenas algumas passagens dos textos.

Um trono em disputa

Considera-se que o período helenístico egípcio se inicia em 332 quando este país é anexado ao imenso Império Universal que estava em processo de construção pelo general macedônico Alexandre Magno. A chegada deste ao Egito se põe como um ponto final ao duradouro período faraônico, iniciado por volta de 3000 com a unificação das coroas do Alto e Baixo Egito por Narmer, com a libertação do país do domínio dos sátrapas persas, passando-o agora ao domínio do nascente Império Macedônico sob o comando deste jovem rei.

Entretanto, este Império Universal não durou mais do que ao governo de Alexandre, morto em 323, pois este não foi capaz de forjar uma estrutura única às diversas partes que compunham este gigantesco império. Acrescido a isso, há o fato de que quando Alexandre morreu este ainda não havia um herdeiro sanguíneo direto e o único capaz de assumir o trono macedônio era Filipe Arrideu, irmão do antigo rei, entretanto, este era de parca inteligência. Com isso, a melhor solução foi a divisão das terras do império macedônio entre seus generais para que estes as governassem em nome do jovem rei até que este tivesse condições de assumir sozinho todo Império Universal de Magno. Essa divisão ocorreu em 321 e ficou conhecida como o acordo de Triparadiso. O governo do Egito, região do Império Universal que mais nos interessa, coube a Ptolomeu.

Porém, vemos que ao passar dos anos esse intuito de se reconstruir o antigo império do rei macedônio vai se desmanchando provocado tanto por questões políticas relacionadas ao próprio trono de Pela, quanto pelas diversas guerras civis entre os próprios diádocos. O ápice de todo esse processo se dá em 306 quando os diversos generais de Alexandre se intitulam basileus e acabam de vez com o sonho de reunificação do Império Universal nas mãos de um rei macedônio. Ptolomeu obviamente acompanha a onda e se intitula rei egípcio em 305 e em

304 adiciona ao seu nome o epíteto Sóter. Deste momento em diante vemos o surgir da única dinastia que governaria o Egito durante os quase três séculos de período helenístico do país¹³⁶.

Sem nos determos demasiadamente na descrição do governo de cada Ptolomeu, o que podemos observar ao fazermos uma análise destes reis é a existência de dois fios condutores que nos possibilitam melhor compreender a última rainha ptolomaica, Cleópatra. Estes fios não perpassam por toda dinastia, se iniciam somente quando esta entra em crise a partir do governo de Ptolomeu V Epifânio (204-180). Mas, quais fios são esses?

O primeiro deles concerne à disputa entre os próprios governantes para ver quem governaria o trono alexandrino. Nos primeiros governos que compreendem o dito auge da dinastia dos Lágidas, que vai do governo de Ptolomeu I Sóter ao governo de Ptolomeu III Evérgeta (305-221), vemos que a sucessão destes se dá de uma maneira pacífica e organizada, pois já se sabia quem sucederia quem. Porém, não é isso que notamos a partir da morte de Ptolomeu IV Filopátor em 205. Esta sucessão abre as portas para que todas as sucessões reais seguintes sejam problemáticas. Em 205, o rei morre e deixa como herdeiro ao trono seu filho, que por ser menor não tinha condições de assumir, assim se instaura um conselho ministerial responsável por governar até a maioridade do futuro rei, governo este que não se dá de uma maneira pacífica, instaurando-se uma guerra civil em torno do trono.

O governo de Ptolomeu V Epifânio (204 - 180) é marcado pelo início de uma grave crise econômica, a qual é ocasionada, sobretudo, pela aproximação entre o rei Lágida e o clero egípcio, principal aliado de Ptolomeu na sua luta pelo trono alexandrino, pois este ainda mantinha uma grande influência sobre os camponeses do interior do país. Dessa forma, para conferir uma maior legitimidade a si na época de sua ascensão ao trono, o jovem Ptolomeu se alia aos religiosos nativos¹³⁷. Em troca de tal aliança, o monarca procura recompensar o clero egípcio com a isenção fiscal das terras de seus templos¹³⁸. Contudo, tal atitude tem uma conseqüência nefasta para a coroa alexandrina, pois a população egípcia não se mostrou satisfeita com o fato de ser obrigada a arcar financeiramente com essa união entre Ptolomeu e o clero, já que seria um acréscimo de impostos sendo a arrecadação fiscal já tão pesada para estes. Mas Ptolomeu precisava recuperar o erário em crise e não pode deixar de usar esse meio para conseguir arrecadação. Assim, vemos o poder dos Lágidas começar a ser

¹³⁶ MELLA, Federico A. Arborio. *O Egito dos faraós: História, civilização, cultura*. São Paulo: Hemus, 1981.

¹³⁷ Essa união entre Ptolomeu V Epifânio e o clero egípcio é muito significativa, pois este é o primeiro rei alexandrino a ser coroado rei segundo a tradição faraônica egípcia.

¹³⁸ A famosa pedra de Roseta é um testemunho sobre esses privilégios concedidos pelo monarca ao clero egípcio.

questionado pelos alexandrinos através de algumas revoltas conhecidas como ‘as revoltas de Alexandria’¹³⁹.

Os governos sucessores ao de Ptolomeu V Epifânio, período que compreende do governo de Ptolomeu VI Filométor ao de Cleópatra (180-30), demonstram a forte crise dinástica que se instaurara em Alexandria. Observamos reis e rainhas subirem ao trono e proclamarem o poder a si ao mesmo tempo, como são os casos de Ptolomeu VI Filométor e Ptolomeu VIII Evérgeta II (Físcion) e o de Ptolomeu IX Sóter II (Látiro) e Ptolomeu X Alexandre I¹⁴⁰. Com isso, o poder dos lágidas vai se enfraquecendo aos poucos, pois se com um governo estável a política destes governantes já era excludente em relação aos egípcios, com governos coetâneos e turbulentos a massa nativa foi cada vez mais relegada ao nada do que antes, o que provoca por si um aumento do distanciamento entre os Ptolomeus e os governados, provocando o afloramento de alguns movimentos contrários aos lágidas.

Outro aspecto que permeia a dinastia em seu período de crise e que devemos analisar para podermos compreender algumas das ações de Cleópatra é a onipresença cada vez maior dos romanos em questões internas egípcias. Os romanos que após as guerras contra os cartagineses começaram a passar por um processo de construção de seu grandioso império territorial através da anexação de diversos reinos mediterrânicos a posse do Senado e do povo romano, se mostram cada vez mais presentes nas terras nilóticas, sendo responsáveis por mediar alguns problemas enfrentados pelos reis de Alexandria como a escolha de qual governante deveria governar quando se haviam mais de dois candidatos a vaga de rei e a negociação da desocupação do Egito que havia sido conquistado por Antíoco IV durante o caos monárquico¹⁴¹. Essa aliança Egito-Roma era muito vantajosa para os romanos devido ao fato de as terras nilóticas serem grandes produtoras de cereais, tão necessários para a manutenção de um programa militar expansionista, como o que vinha sendo empregado por estes.

¹³⁹ É importante frisar o fato de que os Ptolomeus viam os egípcios como conquistados em guerra, o que em certo ponto justifica o fato de a política em prol da população nativa ser praticamente inexistente. Poucos deles se importavam com as condições de vida de seus governados, queriam simplesmente as riquezas que estes podiam produzir, recolhidas através de seus impostos. Com isso, ao analisarmos a política ptolomaica, observamos um interesse muito maior pela colônia grega de Alexandria do que pelo resto do país. RIAD, H.; DEVISSE, J. *O Egito na época helenística*. In: MOKHTAR, G. *A História Geral da África: África Antiga*. São Paulo: Ática: Unesco, 1983.

¹⁴⁰ Para um melhor detalhamento de tais governos ver: MELLA, Federico A. Arborio. *O Egito dos faraós: História, civilização, cultura*. São Paulo: Hemus, 1981. p.358-369, e DAUMAS, François. *La civilisation de l'Égypte pharaonique*. Paris: Les Éditions Arthaud, 1967. p.115-119.

¹⁴¹ É importante lembrar que desde 198 a Celessíria havia sido conquistada pelos selêucidas sob o comando do rei Antíoco III e desde então seria alvo de constantes discussões entre os lágidas e esses, porém nunca mais voltando a pertencer aos Ptolomeus.

A crise dinástica, porém, chega ao seu ápice em 80 quando da morte de Ptolomeu X Alexandre I. Devido às brigas pelo poder, este governante morre e acaba deixando o trono alexandrino sem um herdeiro sanguíneo direto. Mas, obviamente havia candidatos interessados em ocuparem a vaga de rei egípcio. O primeiro deles era Cleópatra Selene, filha de Ptolomeu VI Filométor e rainha da Síria, que se julgava a única a poder assumir o trono já que era a única com o sangue lágida. Contudo, Cleópatra Selene não era a melhor candidata, pois entregar o trono para ela significava unificar a coroa egípcia e a coroa selêucida em torno de uma única pessoa.

Ao observar essa tentativa da rainha selêucida, o Senado Romano também decidiu entrar na disputa real tendo como base os testamentos de Ptolomeu VIII Evergeta II e Ptolomeu Ápio, os quais legavam o Egito ao Senado de Roma. Entretanto, não foi ele quem ficou com o trono de Alexandria. Os alexandrinos temerosos com essa ameaça romana decidem colocar no poder dois filhos bastardos de Ptolomeu X Alexandre I, um se tornando responsável pelo governo do Egito e outro pelo da ilha de Chipre.

Quem assumiu em Alexandria foi Ptolomeu XII Neo Dionísio, conhecido mais como Aulete. Esse, no entanto, se mostra sem qualquer aptidão para reinar, tanto que durante seu governo os principais domínios egípcios foram conquistados pelos romanos, a Cirenaica e a ilha de Chipre¹⁴².

O ponto principal de sua política governamental concerne na compra de seu reconhecimento como rei do Egito perante aos romanos, já que não era visto como legítimo por ser um filho bastardo colocado no poder pelo povo que temia o cumprimento dos testamentos de dois Ptolomeus.

É com esse objetivo, o da compra de sua legitimidade, que Ptolomeu Aulete apóia Cneu Pompeu e financia Julio César, mas esse apoio repercute internamente no Egito de uma maneira não muito favorável ao monarca. Primeiramente, ao se aliar a Pompeu, Aulete acaba por abalar a pouca popularidade que tinha perante seus governados, pois o general romano foi o responsável por conquistar terras em nome da República romana que antigamente haviam pertencido aos soberanos lágidas, como é o caso da região da Síria.

E os consecutivos empréstimos pegos pelo rei, muito deles juntos a banqueiros romanos como é o caso de Rabírio Póstumo, para o financiamento desses generais, pois por

¹⁴² A conquista de Chipre (58) provoca uma grande convulsão social em Alexandria, pois Aulete viu seu irmão se suicidar após a conquista romana da ilha sem se quer intervir a favor deste. Não se preocupando assim, em salvaguardar um dos territórios que durante séculos foi posse egípcia.

mais abastado que fosse o erário egípcio um dia ele se esgotou, faz o Egito chegar assim, a beira da falência tendo o agravamento da crise econômica que se arrastava desde o governo de Ptolomeu V Epifânio. Com isso, observamos uma medida fiscal de aumento dos impostos por parte do soberano e, conseqüentemente, um aumento da queda de sua popularidade junto aos nativos provocando o aumento das agitações sociais.

Mas a prática de financiamento empreendida por Ptolomeu Aulete obteve o resultado desejado por este quando, em 59, César reconhece junto ao Senado romano a sua legitimidade como monarca egípcio, através da concessão do título de ‘amigo do povo romano’. Contudo, vemos que o rei do Egito não se torna nada mais do que um mero cliente dos poderosos romanos. No trono estava um lágida, porém, este enfrentava uma forte crise econômica, um grande questionamento de seu poder por parte dos nativos e ainda estava preso aos romanos para a realização de alguns de seus poucos projetos políticos.

É nesse contexto de submissão e de humilhação que cresce Cleópatra. Pode-se supor que a tomada de consciência da ‘espada de Dâmocles’, que ameaçava o trono do pai, não deixou de influenciar seu caráter e de orientar seus futuros projetos políticos. Ao contrário da grandeza passada dos lágidas, o rei do Egito não era mais do que um cliente dos romanos.¹⁴³

Quando Ptolomeu Aulete morre, em 51, deixa em testamento o trono do Egito para Cleópatra VII Filopátor e Ptolomeu XIII Filopátor, seus dois filhos mais velhos, a primeira com 18 anos e o segundo com 13. Entretanto, os dois irmãos não tinham tantas afinidades, o que acabou provocando diversos confrontos entre ambos. Em uma dessas brigas, Cleópatra acaba acusada de conspiração pelo conselho de ministros regentes de seu irmão, com o objetivo de se livrar de Ptolomeu, com isso, é obrigada a fugir do Egito.

A primeira grande questão imposta ao jovem rei egípcio diz respeito a quem apoiar na disputa romana, Pompeu ou César? A qual dos triúnviros se aliar, já que Ptolomeu Aulete financiou os dois? A decisão tomada por Ptolomeu XIII Filopátor, aconselhado por seus ministros, é decisiva para a história romana, pois o jovem monarca escolhe apoiar César e assim manda matar Pompeu quando este chega ao Egito, dando um fim trágico ao triunvirato com o assassinato do general romano, em 48. César chega ao Egito no mesmo ano.

Como lidar com essas duas ameaças que pairavam sobre seu trono? Como se manter no poder tendo sua coroa cobiçada tanto pelos membros de sua própria linhagem quanto pelos

¹⁴³ SCHWENTZEL, Christian-Georges. *Cleópatra*. Porto Alegre: L&PM, 2009. p.25.

generais romanos? O governo de Cleópatra é perpassado por esses dois fios que se unem e impõe um grande problema a essa governante: Como governar o Egito?

A rainha e...

Quando Cleópatra conheceu César contava na época com 19 anos. Para alguns era dona de uma grande beleza, mas mais do que isso, possuía um charme e uma grande elegância capaz de seduzir muitos homens. Possuía também todas as qualidades necessárias a um bom governante: era adaptável, implacável, inteligente e ótima política, além de ser uma grande lingüista, sendo a primeira dos ptolomaicos a aprender a língua egípcia¹⁴⁴. Temos em nosso imaginário, quando pensamos nesta mulher, o seu poder de sedução e a sua grande arma física como instrumentos de dominação, mas o que se observa é que, na verdade, o que a rainha tinha de mais encantador era o seu gênio e a sua capacidade intelectual. Obviamente que não devemos deixar de levar em conta os seus atributos físicos, porém, não podemos considerá-los como os únicos meios que Cleópatra tinha para se impor em um mundo no qual política era assunto masculino.

A rainha lágida tinha uma grande meta política em sua vida: se tornar rainha de um grandioso império que reunisse as terras romanas e egípcias. Ela era imbuída do ideal da reconstrução de um grandioso império como foi o de Alexandre ou pelo menos como foi o de Ptolomeu III Evérgeta, o auge de sua dinastia. Então, devemos ter em mente, que foi com esse pensamento que ela se relacionou com os grandes generais romanos Julio César e Marco Antônio. Cleópatra sabia que o seu reino estava em xeque, pois a bacia do Mediterrâneo aos poucos estava caindo ao jugo romano, e que caberia a ela promover o prolongamento de sua dinastia¹⁴⁵.

Entretanto, devemos analisar a união entre esta e César e esta e Marco Antônio como um benefício mútuo. Não era somente a rainha a única com interesses para com os romanos. Estes também queriam tirar proveito do poderoso reino governado por Cleópatra. Como

¹⁴⁴ Esta buscou se aproximar de seus governados como uma forma de fortalecer o seu poder, já que a dinastia vinha sofrendo grandes críticas por parte dos nativos. Assim, observamos que além de procurar aprender a língua egípcia, Cleópatra também procura se assimilar a deusa Ísis no intuito de se aproximar da milenar religião egípcia e assim, de seus seguidores. SCHWENTZEL, Christian-Georges. *Cleópatra*. Porto Alegre: L&PM, 2009; Contudo, cabe aqui ressaltar, que mesmo com essa política da rainha, não há uma helenização sistêmica do Egito, pois o que se observa é uma orientalização dos lágidas. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

¹⁴⁵ MELLA, Federico A. Arborio. *O Egito dos faraós: História, civilização, cultura*. São Paulo: Hemus, 1981.

funcionava o jogo de interesses? Quais eram as ambições? Por parte da rainha, vemos o desejo desta de se tornar governante de um grandioso império, quanto por parte dos generais romanos, vemos o interesse nas riquezas egípcias, necessárias para o financiamento de suas campanhas militares, além da grande produção de cereais deste reino capazes de alimentar um grande contingente populacional¹⁴⁶. Contudo, com Antônio, Cleópatra tinha ainda mais um objetivo em jogo, a proteção dos direitos de Ptolomeu XV Cesário, filho de César, junto ao Senado romano.

A ida de César ao Egito em 48, logo após a morte de Pompeu a mando dos ministros de Ptolomeu XIII Filopátor, foi o momento oportuno para Cleópatra pedir ajuda ao general romano para que este desse o seu parecer sobre a disputa existente no trono egípcio entre Ptolomeu XIII, seu irmão, e ela. César foi favorável a restauração de Cleópatra no poder, já que esta se encontrava foragida devida a acusação de conspiração contra o rei, seguindo o testamento de Aulete. Ptolomeu XIII e seus ministros foram contrários a posição romana, o que fez insurgir em Alexandria uma guerra civil que foi vencida pelas tropas romanas a comando de César e tendo como conseqüências a morte dos ministros, do rei e provavelmente a destruição da famosa Biblioteca. Assim Cleópatra se torna a rainha e associa ao trono seu irmão mais novo, Ptolomeu XIV, seguindo o costume dinástico faraônico. Porém, o mais importante desta estadia de César no Egito é o início do romance deste com Cleópatra. Um romance do qual nasce a mais importante arma de Cleópatra no seu objetivo de construir um poderoso império governado por um lágida, Ptolomeu César, mais conhecido como Cesário.

Julio César volta em seguida para Roma, em 46, onde se torna ditador eterno e acumula um grande poder político. A rainha egípcia pouco tempo depois também viaja para Roma ao encontro de seu amante e pai de seu filho. Sua entrada na cidade é realmente digna de uma poderosa rainha, impressionando todo o povo romano. Porém, quem não se encontrava nem um pouco confortável com tal situação era o Senado romano, vendo Cleópatra como uma perigosa influência a César e conseqüentemente a República romana. Aos poucos os senadores viram César tomar atitudes parecidas com as de um monarca, o que não era desejável. Dessa forma, o medo de que o ditador romano centralizasse o poder das magistraturas romanas em suas mãos fizeram alguns senadores tomarem uma atitude

¹⁴⁶ Essa produção de cereais no Egito era tão volumosa que o Egito ficou conhecido durante o seu período de dominação romana como o ‘celeiro do Império romano’.

perigosa, assassiná-lo¹⁴⁷. Tal fato se dá em 44 e tem como consequência o surgimento de uma guerra civil, com a perseguição dos culpados pelo assassinato e tendo como ápice o estabelecimento do segundo triunvirato, em 42, pelos herdeiros de César, Otaviano e Marco Antônio, e Lépido¹⁴⁸.

Cleópatra foge de Roma logo após a morte de César e se mantém neutra nessa briga romana a espera que algum destes generais a procurasse em busca de ajuda e é o que acontece quando Marco Antônio se torna o chefe das províncias orientais. Este queria o apoio financeiro da rainha, enquanto ela queria o apoio de um poderoso romano para que os direitos de Cesário fossem garantidos, já que este era o herdeiro legítimo de César, diferente de Otaviano que era filho adotivo do ditador.

Porém, Antônio e Cleópatra acabam se apaixonando e tendo um romance o qual também era mal-visto pelo Senado romano, que temia mais uma vez a influência de Cleópatra e é neste ponto que se pauta a propaganda de Otaviano na sua disputa contra Antônio. A rainha egípcia era vista como um perigo para o *mos maiorum* romano. Seus costumes poderiam arruinar os costumes romanos e imbuir Antônio de um desejo de centralizar o poder em suas mãos através da constituição de um regime monárquico, como se observa no Oriente helenístico. Com este romance, vemos mais uma vez como o trono egípcio se encontrava preso ao jugo romano, pois a rainha precisava de um dos triúnviros para proteger seus interesses.

Com o objetivo de neutralizar a influência de Cleópatra sobre Antônio, Otaviano usa-se de uma importante manobra política, propõe a seu inimigo que este se case com sua própria irmã, Otávia, com a desculpa de colocar um ponto final na briga entre ambos, sendo o casamento uma espécie de acordo de paz entre os herdeiros de César. Isso faz com que Marco Antônio se encontre em uma situação difícil, pois não aceitar se casar com Otávia, uma mulher exemplar perante a sociedade romana, seria ofender Otaviano. Assim, este acaba se afastando de Cleópatra, se casa com Otávia e vai morar em Atenas.

Em 36, cansado de seu casamento com Otávia, Antônio decide voltar ao seu posto na Síria. Porém, ele não volta somente para a Síria, volta também para Cleópatra. Otaviano dessa forma consegue um artifício para utilizar contra o inimigo nas reuniões do Senado romano.

¹⁴⁷ MENDES, Norma Musco. *O sistema político do Principado*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006.

¹⁴⁸ Segundo este acordo, as possessões romanas foram divididas em três partes cabendo a Otaviano as províncias ocidentais e a Itália, a Marco Antônio as províncias orientais e a Lépido a África e a Sicília.

Contudo, o motivo central de sua campanha se efetiva em 31, quando Antônio passa para as mãos de Cleópatra e seus filhos todas as possessões romanas do oriente na chamada Doação de Alexandria. Para a rainha ptolomaica essa doação foi a concretização do seu grande sonho de reconquistar a grandiosidade dos primeiros reis de sua linhagem, pois agora o Egito possuía novamente todas as suas antigas regiões de domínio, a Cirenaica, a Celessíria e Chipre, além de toda a Mesopotâmia e a Ásia menor, e Cleópatra era a rainha de tudo, já que seus filhos eram menores. Dessa maneira, o destino de Cesário estava garantido.

No entanto, as doações de Alexandria não são bem recebidas em Roma. Elas foram o pretexto que Otaviano precisava para poder abrir guerra contra o seu inimigo Marco Antônio na disputa pelo poder romano. Era o que faltava para o herdeiro de César mostrar ao Senado e ao povo romano que a influência da rainha egípcia era nefasta e punha em perigo o *mos maiorum* romano, pois Antônio de uma única vez passou todas as províncias orientais, ou seja, metade das terras romanas para a monarquia helenística egípcia, mostrando estar completamente influenciado pelo ideal monárquico helenístico de centralização do poder nas mãos de um único governante, algo mal-visto pelos romanos por remeter ao período de dominação etrusca.

O confronto entre os dois ocorre de fato na conhecida batalha do Ácio (31), no qual quem sai vitorioso é Otaviano, não por demonstrar uma força bélica superior a de seus rivais, mas por ter persistido no confronto enquanto Marco Antônio saiu correndo atrás da rainha egípcia, que no meio da batalha, enquanto não havia um vencedor decidido, fugiu rumo à costa egípcia. Na verdade, ao fugir Antônio decretou sua própria derrota não somente naquele confronto, mas também, perante o povo romano, pois mostrou estar completamente a serviço da rainha lágida. Assim, vemos o fim do confronto entre os dois herdeiros de César. O segundo triunvirato termina com a derrota de Antônio e a do dito modelo oriental de se governar e a vitória do modelo de Otaviano, um modelo de governo de um único homem escondido atrás da fachada republicana, o qual será implantado quando este se tornar *princeps senatus*, em 27, inaugurando o Império Romano.

Como se sabe, ambos os derrotados se suicidam. Marco Antônio prefere morrer a moda romana, escolhendo assim ferir um golpe contra si mesmo com sua adaga. Já Cleópatra prefere se matar, mas de uma forma digna, segundo a sua posição real, já que é a governante de um império milenar e herdeira de Alexandre Magno. Dessa maneira, escolhe ser picada por uma cobra, a naja egípcia, completamente letal e sem provocar sofrimento, pois o seu corpo deveria demonstrar que esta tivesse morrido naturalmente para que a sua passagem para o

Além, conforme os moldes egípcios, fosse possível. Obviamente, podemos por trás desta decisão também ver seu cunho político. Cleópatra não se deixaria ser levada para Roma como uma mera prisioneira de guerra, onde anos antes, em 46, quando era amante de César, entrou como a rainha do Egito. Com isso, a picada da cobra era mais digna que o carro de triunfo de Otaviano¹⁴⁹.

Paul-M. Martin¹⁵⁰ sintetiza de uma maneira clara o que representa o fim deste confronto, quais são as conseqüências dessa derrota de Antônio e Cleópatra, da vitória de Otaviano e como o mundo se encontrará posteriormente a este confronto, pois segundo ele,

A queda de Antônio e de Cleópatra é um momento chave de nossa história. Com eles, morrem a República Romana e a Época Helenística. Um novo mundo, inteiramente regido pela onipresença de Roma, se impõe. É o início do reino imperial e o fim da independência do Egito, logo reduzido a uma província romana.

Conclusão

Ao tentar vincular o seu destino e o do Egito com o dos poderosos de Roma, Cleópatra buscou salvar o seu decadente e desprezado reino da total desagregação, o único reino herdeiro do grande Império Universal de Alexandre Magno ainda vivente. Mas como mostra Schwentzel¹⁵¹, a rainha foi uma organizadora de espetáculos, não uma grande reformadora capaz de reestruturar o seu reino e fazê-lo voltar ao que era durante o governo dos primeiros Ptolomeus. Uma das falhas de Cleópatra foi somente se apoiar nos seus grandes protetores, os romanos, sem buscar grandes transformações estruturais internas. Soube se aproximar do povo egípcio, mas não da maneira necessária para fazer seu reino prevalecer durante mais alguns séculos.

Observamos Cleópatra surgir como o elemento perigoso à República romana em crise. Era necessário para os senadores arranjam um inimigo ao qual pudessem culpar os seus próprios erros. Não é a influência da rainha ptolomaica que é nefasta. O que está envolvido é o fato de as magistraturas romanas não serem mais capazes de administrarem um grandioso império territorial que compreendia toda a bacia do Mediterrâneo, excetuando somente o Egito de Cleópatra. Como nos afirma Alföldy¹⁵², a formação de um regime de um único

¹⁴⁹ LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987. p.39.

¹⁵⁰ MARTIN, Paul M. *Antoine et Cléopâtre: La fin d'un rêve*. Bruxelas: Éditions Complexe, 1990. Capa. *apud* LOBIANCO, Luís Eduardo. *A Romanização do Egito: Direito e Religião (séculos I a.C. e III d.C.)*. 2006. 432f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p.37.

¹⁵¹ SCHWENTZEL, Christian-Georges. *Cleópatra*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

¹⁵² ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

homem era a única forma possível de se continuar administrando todas as terras do Senado e do povo romano. O homem que soube como fazer isso foi Otaviano, quando da instauração de seu Principado, em 27, que deu ao seu governo centralizado e de caráter pessoal uma máscara de republicano, o da proteção do *mos maiorum*, da qual ele e sua família eram o exemplo, tornando assim possível a aceitação desse regime monárquico pelos romanos¹⁵³.

Essa visão que Otaviano impõe a lágida é a que permeia grande parte das fontes primária que possuímos atualmente, devido ao fato de ter sido o vitorioso do confronto. Mas, há uma grande estrategista por trás dessa máscara importa pelo general romano a Cleópatra, contudo, suas apostas não foram no vitorioso, o que explica o seu fim, o de sua linhagem e o de seu reino, transformado em uma província romana de posse exclusiva dos céares.

Referência Bibliográfica

ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DAUMAS, François. *La civilisation de l'Égypte pharaonique*. Paris: Les Éditions Arthaud, 1967.

LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LOBIANCO, Luís Eduardo. *A Romanização do Egito: Direito e Religião (século I a.C. – III d.C.)*. 2006. 432f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MELLA, Federico A. Arborio. *O Egito dos faraós: História, civilização, cultura*. São Paulo: Hemus, 1981.

MENDES, Norma Musco. *O sistema político do Principado*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

PINSKY, Jayme. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIAD, H.; DEVISSE, J. *O Egito na época helenística*. In: MOKHTAR, G. *A História Geral da África: África Antiga*. São Paulo: Ática: Unesco, 1983.

¹⁵³ SILVA, José Guilherme R. *A expansão de Roma e a crise da República*. In: SILVA, Gilvan Ventura da (org.) *Grécia, Roma e Oriente: da crise da pólis a época helenística (404-31 a.C.)*. Vitória: Flor&cultura, 2009.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”
ISSN: 2317-0468.
24 a 28 de maio de 2010

SCHWENTZEL, Christian-Georges. *Cleópatra*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SILVA, José Guilherme R. *A expansão de Roma e a crise da República*. In: SILVA, Gilvan Ventura da (org.) *Grécia, Roma e Oriente: da crise da pólis a época helenística (404-31 a.C.)*. Vitória: Flor&cultura, 2009.

O Negro na Vida Social: o poder da linguagem e a construção dos estereótipos.

Mariana Schuchter Soares *

Carolina Alves Fonseca **

Resumo: O intuito deste estudo é analisar, a partir de uma reportagem publicada na primeira metade do século XX, a mídia como poder simbólico na sociedade e formadora de opinião em relação ao preconceito contra o negro em suas vertentes variadas. Além disso, objetiva-se discorrer sobre os estereótipos construídos em relação aos negros e suas influências no que se refere às desigualdades sociais da atualidade. Tal pesquisa será pautada em preceitos históricos, baseados principalmente nas teorias de Freyre (1979), assim como em aspectos relacionados à Linguística, com Sacks (2000) e Reddy (2000), entre outros, e nos estudos de Thompson (1998), referentes à mídia. A partir dos resultados obtidos neste artigo, será possível uma maior compreensão do papel do negro nas comunidades e na mídia, e as heranças da raça tão presentes na cultura brasileira.

Palavras-chave: mídia; negros; construção de estereótipos; sociedade.

Abstract: The purpose of this study is to analyze, based on a report published in the first half of the twentieth century, the media as a symbolic power in society and as an opinion formative in relation to prejudice against black people in its various aspects. Moreover, the goal is to discuss the stereotypes constructed surround the Blacks and their influences related to social and economic inequalities nowadays. This research will be guided by History precepts, specially based on Freyre (1979) theories, as well as by aspects related to Linguistic, with Sacks (2000) and Reddy (2000), and others, and by Thompson (1998) studies, related to media. Since the results obtained in this article, we can better understand the role of black people inside the communities and the legacies from this race so present in Brazilian culture.

Keywords: media; black people; stereotypes construction; society.

Introdução

* Graduada em Letras, habilitação em Língua Portuguesa, e aluna do curso de Letras, habilitação em Língua Inglesa, Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marichuc@ig.com.br

** Aluna do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, cursando o 3º período. E-mail: carolalvesxd@hotmail.com.

Na virada do século XIX para o XX, muitas transformações decorreram na imprensa brasileira, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, até então capital do Brasil. Novos instrumentos surgiram para facilitar a comunicação, especialmente a impressa, como o telégrafo, o cinematógrafo, o gramofone, a linotipo, máquinas fotográficas, entre outras tecnologias. Segundo Barbosa (2007)¹⁵⁴, a partir de então,

Os periódicos, sobretudo aqueles que querem consolidar sua força junto ao público (...) devem implantar de maneira compulsória novos artefatos tecnológicos, permitindo maior tiragem, maior qualidade e rapidez na impressão. (p. 23)

Naquele momento histórico, as inovações invadiam não só as redações, como também a imaginação dos indivíduos. Era um momento de expectativas em relação à virada do século, principalmente porque muito se prometia em relação aos avanços tecnológicos – exaltados, em especial, na Feira Mundial de Paris, em 1900, visitada por mais de 50 milhões de pessoas. No entanto, apesar de tantas transformações, não apenas tecnológicas, mas também econômicas e sociais, ainda era possível encontrar, em veículos de comunicação impressa, conceitos e julgamentos enraizados na história brasileira, que advinham dos brancos antepassados e do período da escravidão. Tais opiniões, apesar de expressas de forma mais sutil do que em outras épocas, demonstravam o quanto a sociedade brasileira ainda era culturalmente dominada por seus ex-colonizadores.

O objetivo deste artigo é, sobretudo, analisar a colocação dos negros no meio social, nos dias de hoje, considerando as mudanças sócio-históricas que acarretaram transformações na perspectiva do indivíduo através dos tempos. Como *corpus* para este estudo, será utilizado um registro da manifestação do preconceito racial contra os negros, publicado num jornal conhecido do Rio de Janeiro, no ano de 1912. Através dele, será possível compreender os estereótipos da raça e algumas ideias que, infelizmente, ainda se configuram como realidade no país e no mundo.

Comunicação e poder

A sentença “comunicação é ação” já é lugar comum em muitos estudos sobre a linguagem. No entanto, é preciso considerar que tal ação deve ser analisada considerando-se

¹⁵⁴ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 - 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

não apenas aspectos intralinguísticos, como os próprios signos, mas também os aspectos extralinguísticos, externos à língua – contexto social, características e subjetividade do falante e/ou ouvinte, circunstâncias em que se dá a interação, entre outros. Desta noção contextual da língua resultou uma nova vertente de estudos linguísticos, chamada de Pragmática.

Também é comum ouvir-se que “língua é poder”. Muitos autores defendem a hipótese de que, na sociedade atual, é preciso conhecer a própria língua em sua norma culta, para atingir certo *status* social. Tal informação afeta não só a vida social e cultural do indivíduo, mas também a econômica, pois bom poder de argumentação implica em maior desenvolvimento profissional e pessoal. No entanto, falaremos aqui de outros tipos de poder, mas que também estão intrinsecamente relacionados ao uso da linguagem.

Segundo Thompson (1998)¹⁵⁵, dentro da sociedade existem diferentes tipos de poder, que podem ser classificados como poderes (i) econômico, (ii) político, (iii) coercitivo e (iv) simbólico.

Estas distinções [...] refletem os diferentes tipos de recursos de que se servem [os seres humanos] no exercício do poder. Mas na realidade essas diferentes formas de poder comumente se sobrepõem de maneiras complexas e variadas. Uma instituição particular ou tipo de instituição pode fornecer a estrutura para a acumulação intensiva de um certo tipo de recurso, e daí uma base privilegiada para o exercício de uma certa forma de poder (...). (p. 22)

Na sociedade atual, a dominação, muitas vezes, é exercida pelas grandes instituições do mundo, as quais costumam desempenhar mais de um poder simultaneamente. Segundo Thompson (1998)¹⁵⁶, o *poder econômico* é aquele baseado no mercado, na acumulação de capital e de bens materiais, através de atividades produtivas realizadas pelos indivíduos. Já o *poder político* tem a função de coordenação e regulamentação das atividades sociais, cumprida especialmente por aquele que chamamos de Estado, através de autoridade.

Quanto ao *poder coercitivo*, pode-se dizer que esse é originado, habitualmente, a partir do uso de força física e armada, a fim de conter invasões externas ou movimentos internos. Geralmente, tal poder é exercido conjuntamente ao poder político – como ilustra a história da política brasileira junto ao militarismo. Já o *poder simbólico*, ou cultural, é aquele que se ocupa da comunicação entre os indivíduos, da troca de experiências e informações.

¹⁵⁵ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

¹⁵⁶ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, p. 22.

As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do Estado e sublevar as massas em revolta coletiva. [...] O termo “poder simbólico” [pode se] referir a esta capacidade de intervir no curso dos acontecimentos. (p. 24)

As instituições culturais que promovem os meios de comunicação e informação são as grandes detentoras do poder cultural. Entre elas, estão as organizações educacionais, religiosas e, sobretudo, midiáticas.

O poder simbólico da mídia

Segundo Wiener (1954) *apud* Reddy (2000)¹⁵⁷, “a sociedade só pode ser compreendida através de um estudo das mensagens e da infraestrutura de comunicações que a elas pertencem”. Tal sentença se refere aos processos básicos de comunicação humana que, de acordo com seus sucessos e/ou seus fracassos, podem diminuir ou intensificar dificuldades sociais e culturais.

Segundo Reddy (2000)¹⁵⁸, uma comunicação eficiente depende não apenas das palavras e de seu significado primário, mas também da interpretação, das experiências e das percepções internas do falante e do ouvinte, o que quer dizer que as palavras não portam o sentido, mas apenas o norteiam. Desta forma, acredita-se que as mensagens contidas nos veículos de comunicação em massa sejam apenas *formas simbólicas*, já que podem ser interpretadas de maneiras diversas, considerando-se aspectos internos e externos aos indivíduos, como as experiências cognitivas e sociais.

De acordo com Thompson (1998)¹⁵⁹, para a produção e transmissão de formas simbólicas, os indivíduos se utilizam daquilo que é chamado *meio técnico*, i.e., o elemento material através do qual se realiza a manifestação lingüística. Segundo o teórico, até a interação face a face se dá por meio de um meio técnico, o qual pode ser formado por laringe, ondas de ar, cordas vocais, ouvidos, entre outros.

¹⁵⁷ WIENER, Norbert. *The human use of human beings: cybernetics and society*. Nova Iorque: Avon Books, 1954. *apud* REDDY, Michael J. A metáfora do conduto: um caso de conflito de enquadramento na nossa linguagem sobre a linguagem. In: GARCEZ, Pedro M (org.). *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre, n. 9, p. 1, jan-mar, 2000.

¹⁵⁸ REDDY, Michael J. *A metáfora do conduto: um caso de conflito de enquadramento na nossa linguagem sobre a linguagem*. In: GARCEZ, Pedro M (org.). **Cadernos de Tradução**. Porto Alegre, n. 9, p. 1, jan-mar, 2000.

¹⁵⁹ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, p. 30.

A TV, o jornal impresso e o computador, por exemplo, são elementos materiais nos quais se podem encontrar informações acerca de determinado assunto, divulgadas pela mídia – a qual é constituída por grandes empresas detentoras do poder simbólico, que se utilizam dos meios de comunicação em massa, como livros, jornais, revistas, programas de rádio e de televisão, sites, entre outros. Ainda segundo Thompson, comunicação de massa pode ser considerada como a “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico” (p. 30).

É preciso compreender o conceito de mídia ainda sob outro aspecto. A “massa”, ou seja, as pessoas que têm acesso à informação, muitas vezes, são consideradas como elementos passivos, apenas receptores e não participantes da interação, que tendem a acreditar em tudo o que lêem, simplesmente pela contínua repetição de informações. No entanto, é preciso compreender que os produtos da mídia são, frequentemente, incorporados à vida cotidiana de acordo com aquilo que é interpretado e experienciado pelo próprio indivíduo. Assim sendo, supor que o preconceito contra os negros advém exclusivamente das influências da mídia torna-se uma concepção ingênua, considerando que há fatores políticos, econômicos e histórico-sociais imbricados neste processo, como veremos de forma aprofundada mais adiante.

Panorama histórico da mídia impressa relacionada ao negro

No início do séc. XIX, as instituições de mídia, antes pautadas apenas na divulgação de notícias e na comercialização de produtos em pequena escala, começaram a desenvolver também grandes interesses comerciais, principalmente na Europa. Com as inovações tecnológicas, o mercado de impressos aumentou gradualmente e significativamente e a indústria gráfica foi se tornando cada vez mais industrializada.

É importante ressaltar que, na época em que os negros ainda eram escravizados, até fins do século XIX, os impressos eram utilizados em pequena escala nos vilarejos, com o intuito de vender negros ou mesmo de recuperar escravos fugitivos, como reforça Freyre (1979)¹⁶⁰:

¹⁶⁰ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

24 a 28 de maio de 2010

É natural, repita-se, que numa sociedade patriarcal e escravocrática como a nossa, no tempo do reino e do Império, os anúncios de maior significação fossem os de escravos: compras, vendas, troca, aluguel, leilões e fugas. Anúncios que só vieram a desaparecer nos fins do século XIX, aos brilhos mais intensos da campanha abolicionista. Os de “negros novos” desapareceram, de certa altura em diante para o inglês não ver. (p.15)

Como exemplo deste tipo de anúncio, pode-se citar o que segue abaixo, publicado em maio de 1836, no jornal impresso “”, de Ouro Preto, com o objetivo de capturar o escravo Antônio.

Figura I- Anúncio do jornal O Universal

O UNIVERSAL.

Publica-se ás Segundas, Quartas, e Sextas feiras. Subscreve-se na Typografia do Universal, Praça N.º 2.º 2 ração rs. por anno, 50000 rs. por semestre, e 25000 rs. por trimestre pagos sempre adiantados. Os Numeros avulsos vendem-se na mesma Typografia a 80 reis.	“ A Ordem é banida dos lugares onde habita a tirannia; a Liberdade se desterra dos paizes onde a desordem reina: estes dous bens deixão de existir, quando os separão. Droz. (Aplicação da Moral á Política.)
---	--

Ouro-preto. Na Typografia do Universal.

ANNUNCIOS

Fugio da Catta Branco na noite de 12 do corrente um escravo da Companhia Brasileira chamado Antônio, Nação Mocambique, idade 26, ou 27 annos, estatura ordinaria, cara comprida, pouca barba, uma orelha furada, com um sinal ou cicatriz ao pé de um olho, bem feito de corpo e acostunado andar com tropa; levou consigo a roupa ordinaria da Companhia marcada CBI50, e tambem um par de calças tintas de brauna*: quando fugio tinha pégus* nos pes, e é provavel que ainda conserve os sinaes das mesmas. Promette-se de gratificação a quem o prender a quantia de dez mil reis alem de todas as depezas incorridas até a sua entrega ao annunciante.*


Francisco de Paula Santos
Ouro - Preto 18 de Maio de 1836

Há, ainda, o seguinte anúncio ilustrado, oferecendo recompensa para quem capturasse o fugitivo Fortunato e cujas características permeiam o gênero textual cartaz. Como pode ser verificado, em tais anúncios há sempre descrições detalhadas dos pormenores físicos e comportamentais dos procurados, para facilitar a busca.

Figura II- Cartaz

CRIOULO FUGIDO.

RS. 50000



DE ALVICARAS

Anda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1834, o escravo crioulo de nome

FORTUNATO,

de 20 e tantos annos de idade, com falta de dentes...

Era, também, bastante comum, na mídia impressa da época, a comparação dos negros aos animais, utilizados para o trabalho nas grandes propriedades. Como exemplo, pode-se citar o trecho publicado no Jornal de Recife, de 21 de abril de 1836, apud Freyre (1979, p.46): “huma cabra, bonita figura, julga-se já ter parido por estar prenhe”, que iguala uma escrava fugida a uma cabra.

Já no final do século XIX e início do século XX, a mídia impressa transpôs contextos distintos no Brasil. No início, a indústria gráfica ainda sofria importantes transformações de ordem jornalística e tecnológica. Novos instrumentos eram construídos para facilitar o trabalho editorial, e os jornais eram impressos cada vez em maior quantidade. Com isso, os anúncios referentes aos negros fugidos foram perdendo seu lugar de destaque nas impressões, ocupando pequenos cantos de páginas e perdendo o negrito em seus títulos, até desaparecerem por completo. Além disso, alguns jornais passaram a negar a escravidão e acabaram aderindo aos ideais abolicionistas. Segundo Freyre (1979)¹⁶¹:

Jornais que aderiram ao movimento emancipador e por escrúpulos, até então desconhecidos, de dignidade jornalística, recusavam-se a publicar anúncios de compra e venda de gente e, sobretudo, de fuga ou de desaparecimento de escravos. (p.16)

Até o início do século passado, grande quantidade de anúncios referentes aos escravos já haviam sido publicados. Tais documentos não apenas comprovam a história do Brasil, mas permitem-nos analisar as relações complexas e problemáticas de diferentes raças e culturas do país, além de serem muito valiosos para o estudo da antropologia física e cultural do africano novo e crioulo no país.

A partir dos anos seguintes, a imprensa, em geral, ganharia novos contornos. Por muitos anos, sofreria censuras de todos os tipos, principalmente na época do regime militar.

¹⁶¹ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. p. 16.

Todas as publicações deveriam ser previamente aprovadas pelo governo, o qual impunha penas severas, como prisão, exílio e até a morte, para quem desobedecesse a qualquer imposição. Tal realidade mostra-se, hoje, muito distinta, já que a mídia tem condições de expressar-se livremente sobre todos os assuntos, até mesmo quando se trata de política.

Póde-se civilisar a Africa?

No ano de 1912, vinte e quatro anos após assinada a lei que tinha por objetivo extinguir a escravidão no Brasil, foi redigido o texto que será analisado neste capítulo, de autor não identificado, publicado no *Jornal do Commercio*.

O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro era um dos maiores representantes da imprensa brasileira naquela época. Segundo o site www.jcom.com.br, hoje pertencente ao próprio periódico, esse é o segundo mais antigo diário em circulação ininterrupta no país. Sua primeira edição circulou em 1º de outubro de 1827, sob a direção do francês Pierre Plancher, cujos modernos equipamentos foram trazidos da Europa.

De 1890 a 1915, o jornal esteve sob a direção de José Carlos Rodrigues. Desde esta data, outros nomes ainda o assumiram. Atualmente, o presidente é Mauricio Dinipi, responsável pela fase de maior modernização do veículo, assim como por sua inserção no mundo digital.

A reportagem *Póde-se civilisar a Africa?*¹⁶², de relevância histórica, demonstra o preconceito ainda latente na sociedade no início do século XX, e prediz o quanto seriam difíceis as conquistas dos negros, como cidadãos brasileiros, até os dias de hoje. Ainda segundo Freyre (1979)¹⁶³:

Apesar de, a partir do século XX, não haver mais anúncios onde se procuravam e anunciavam venda e troca de escravos devido à abolição ocorrida em 1888, os negros e a África continuaram a ser subjugados nos jornais da época. (p 16)

A Lei Áurea foi um grande passo da sociedade brasileira no que se refere aos direitos humanos. Os escravos, agora, teriam a oportunidade de existir como cidadãos livres. Segundo Robles e Queiroz (1987)¹⁶⁴, “a 13 de maio de 1888, será convertido em lei [o projeto para a abolição da escravatura] pela princesa Isabel. Fora a batalha final. O Brasil já não tinha escravos”.

¹⁶² **Póde-se civilisar a Africa?**. *Jornal do commercio illustrado*. Rio de Janeiro: Rodrigues & C^a proprietários. 1912. N. 2. p 10

¹⁶³ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. p. 16.

¹⁶⁴ ROBLES, Suely, QUEIROZ, Reis de. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987.

No entanto, tal afirmação, pautada em aspectos puramente legais, parece-nos um tanto ingênua quando avaliada do ponto de vista prático e quando se pensa em quantos problemas os negros viriam a enfrentar no futuro, em meio à coletividade ainda tomada pela ideia da construção de uma *sociedade branca*. Além disso, apesar de a lei de 1888 proibir a exploração dos negros no país, sabe-se que muitos deles, após a abolição, ainda continuaram nas fazendas, onde trabalhavam por não disporem de outro meio de sobrevivência.

Ainda hoje, após quase um século da data de publicação da reportagem a ser analisada, infelizmente, o espaço do negro na sociedade mostra-se, por vezes, bastante limitado, devido a determinados aspectos sociais, históricos e econômicos.

O discurso ideológico por uma *sociedade branca*

A África, país multicultural, localizado no Oceano Atlântico e próximo aos domínios europeus, foi, por muitos anos, um enigma quando se fala nos períodos anteriores ao seu descobrimento, como destaca Giordani (1985)¹⁶⁵. Devido à falta de registros históricos escritos – já que os africanos davam maior importância à palavra falada –, entre outros aspectos, os Europeus acreditavam que os povos que habitavam o continente eram extremamente selvagens, “desprovidos de cultura”, improdutivos, privados de raciocínio. Além disso, por apresentarem uma sociedade estruturada de forma distinta dos países ditos “civilizados” e, principalmente, por acreditarem em vários deuses e praticarem religiões pagãs, o povo africano era visto de maneira negativa e tratados como seres bárbaros e inferiores.

Segundo Florentino (2006)¹⁶⁶, entre os séculos XVI e XIX, mais de 12,5 milhões de africanos foram escravizados e distribuídos entre a América (a maior parte aportou no Brasil), a Europa e algumas ilhas do oceano Atlântico. No entanto, destes 12,5 milhões, cerca de 1,8 milhões morreram antes do fim da travessia, de causas várias, como fome, maus tratos e doenças. Geralmente, os escravos que chegavam ao Brasil eram originários do Congo, de Angola, de Moçambique e da Nigéria. Todos eram capturados – muitas vezes através das *Razias*, i.e., expedições europeias dirigidas ao interior da África, que destruíam aldeias inteiras, separavam famílias e prendiam os negros.

¹⁶⁵ GIORDANI, Mário Curtis. *História da África: Idade Moderna I*. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁶⁶ FLORENTINO, Manolo. A diáspora africana. In: *História Viva*. Editora Dueto. Ano VI, nº 66, p. 29.

Muito sobre o pensamento branco em relação aos escravos pode ser verificado no texto *Póde-se civilisar a Africa?*. Como o negro era considerado como um tipo de “coisa que fala”, esse acabava perdendo sua identidade e a noção de indivíduo perante a sociedade. O sujeito era retirado de sua cultura e passava a representar mera máquina produtiva, um simples recurso para acumulação de capital.

Pode-se ilustrar parte de tais idéias através do seguinte trecho:

As suas faculdades intellectuais [dos negros] são naturalmente limitadas, e a memoria e a imaginação se revelam rudimentarmente, como indica a ausencia de tradições e lendas: só o presente lhes merece a atenção; do passado não se procuram recordar e do futuro absolutamente não se preocupam.

Acreditava-se que faltavam aos negros qualidades necessárias ao desenvolvimento de uma nação, essas que só os brancos, especialmente os europeus, realmente possuíam. Os africanos eram considerados seres “infantis”, que tinham uma visão bastante restrita em relação à sociedade e suas exigências morais e culturais. Segundo o jornal,

No ponto de vista psychologico e intellectual, **elles [os negros] se acham ainda n’um periodo quase infantil**, mas da infancia têm igualmente a simplicidade, a vitalidade jovial, e a curiosidade, que é **o primeiro passo para a assimilação de factos novos e uteis**.

Neste trecho, está presente também a crença de que os negros não tinham em mente “fatos úteis” – o que sugere que qualquer manifestação da cultura africana era considerada inútil – e que, somente com a assimilação de “fatos novos”, i.e., provenientes da cultura européia, tal povo poderia se “desenvolver” verdadeiramente. A ideologia européia já tinha se espalhado por todo o mundo e, por isso, no Brasil e em outros países politicamente, economicamente ou culturalmente dominados, valorizava-se muito mais o que vinha do exterior do que aspectos de sua própria cultura.

Pode-se perceber a extrema valorização da cultura européia no seguinte trecho:

Dir-se-ia que, desde o inicio da sua historia, um trágico destino pesa sobre as terras africanas: com excepção dos egypcios e dos carthaginezes, nenhum povo africano se libertou ainda da primeira barbaria, e o continente negro ficou immerso nas trevas, enquanto os povos da Asia e da Europa cada vez mais iluminados pelo sol da civilisação.

É importante ressaltar que os cartagineses e os egípcios eram povos que tiveram contato prévio, em algum momento de sua história, com os europeus.

Cartago, por exemplo, era uma grande potência na antiguidade, disputando com Roma o controle do mar Mediterrâneo, até ser vencida na Terceira Guerra Púnica¹⁶⁷ e passar a fazer parte do Império Romano, em 146 a.C.. Do mesmo modo, o Egito também foi colonizado, em 30 a.C. Com a dominação romana, os cartagineses e egípcios absorveram muito da cultura européia na época e, por isso, eram considerados mais “civilizados” pelo autor do texto publicado no jornal e pela sociedade como um todo, que era doutrinada a valorizar a Europa. Já os outros povos que habitavam a África, por não terem tido este contato anterior com os europeus, eram considerados “bárbaros” e “imersos nas trevas”.

Há, ainda, outro fragmento que diz:

(...) a Europa, que até agora só tem desfructado o sólo uberrimo d’essas regiões tropicaes, cumpriria assumir o papel de protectora, de mestra paciente e bondosa. Essa tarefa seria, aliás, em proveito dos seus próprios interesses, porquanto a actual valorisação dos territorios africanos não poderá ser efficaz sem a cooperação directa das populações indigenas, que serão tanto mais uteis e laboriosas quanto mais civilisadas se tornarem.

Os interesses da Europa visavam o lucro que vinha, agora, não do tráfico de escravos que, naquela data, já era proibido por lei. Acreditava-se que o capital poderia advir de solo africano, da exploração de riquezas do território e do possível labor nativo. No entanto, era preciso “civilizar” os africanos, de acordo com conceitos que intercalavam as antigas ideologias. Para a maioria dos cientistas da época, a África estava em total estado de inércia, completamente estagnada no que se refere aos avanços, de um modo geral, da sociedade branca, principalmente por causa de sua população intelectualmente inferior. Tal afirmação pode ser verificada no seguinte trecho:

(...) A esse funesto e secular habito de inércia [da África] se deve, sem duvida, a actual **condição de inferioridade da raça africana, condição tanto mais precaria quanto os habitantes do continente negro possuem dotes**, em estado latente, que poderiam ser convenientemente cultivados e desenvolvidos.

Acreditava-se que a Europa poderia servir como guia, “mestra paciente e bondosa”, na tarefa de civilizar um povo “limitado por natureza”. No entanto, o conceito da palavra “civilização” estava restrito às ideologias criadas com o intuito de escravizar um povo, a partir de uma valorização exacerbada de certa cultura em total detrimento de outra.

¹⁶⁷ As Guerras Púnicas consistiram numa série de três guerras entre Roma e Cartago, no período entre 264 a.C. e 146 a.C.. Ao fim da Terceira Guerras Púnica, Cartago foi totalmente destruída e dominada por Roma.

A questão da identidade

O texto *Pode-se civilizar a África?* também pode ser analisado a partir dos conceitos de categoria e identidade elaborados por Sacks (1992)¹⁶⁸, visando discorrer sobre quais são os adjetivos remetidos pelos mecanismos de categorização utilizados pelo publicista americano W. Rainsford para se posicionar diante do continente Africano e da população negra, em oposição aos utilizados para descrever o continente europeu.

A formação de uma sociedade complexa como a nossa só foi possível devido ao desenvolvimento da linguagem. Com a língua nós não só nos comunicamos –expressamos sentimentos, vontades, transmitimos conhecimentos –, mas também, podemos formar identidades, um pré-conceito sobre algo. Isto se dá devido ao processo de categorização.

Os indivíduos, não raramente, utilizam desses mecanismos para demonstrar sua visão de mundo durante uma interação. Sacks (1992)¹⁶⁹ pesquisou estes mecanismos e desenvolveu o chamado MCD - Mecanismos de Categorias de Membros. Um exemplo do MCD pode ser dado, no caso de pensarmos nos lexemas “professor” e “aluno”. Automaticamente, os encaixamos numa coleção de categorias chamada “escola”. E, este MCD “escola” permite que estabeleçamos as ações dos membros deste grupo, suas características, e outras condutas.

Segundo Sacks (1992), Stokoe e Edwards (2006)¹⁷⁰, ao utilizar dessas categorias, uma série de características e comportamentos é remetida, e, com isso, há a criação de uma expectativa sobre o que constitui a postura de algo, por exemplo, o “professor”; ou seja, ocorre a construção, direta ou indireta, de identidades. Logo, fazer parte de uma categoria pode levar à rejeição ou aceitação, à admiração ou desprezo, enfim, ao julgamento da sociedade.

A categorização dos negros

Em 1912, o Brasil já não tinha mais escravos, porém, a sociedade mantinha, ainda, o antigo pensamento em relação à superioridade da raça branca; “os povos da Ásia e da Europa

¹⁶⁸ SACKS, H. (1992) *The MIR membership categorization device*. In Gail Jefferson (ed.) *Lectures on Conversation*. USA: Blackell, vol I., Lecture 6, p;32-56

¹⁶⁹ SACKS, H. (1992) *The MIR membership categorization device*. p. 32-56.

¹⁷⁰ STOKOE, E., & EDWARDS, D. (2006). *Story formulations in talk-in-interaction*. *Narrative Inquiry*, 16 (1) 56-65.

cada vez mais iluminados pelo sol da civilização”; e, por conseqüência, o preconceito com os negros “o continente negro ficou imerso nas trevas”.

O indivíduo negro foi relacionado à categoria “africano”. E, como toda categoria remete a várias características, o negro era visto como preguiçoso: “Os africanos... não conheceram os processos de lucta que conduzem à civilização (...) A esse funesto e secular habito de inércia se deve a actual condição de inferioridade da raça africana”; desprovido intelectualmente, sem cultura: “As suas faculdades intelectuais são naturalmente limitadas, e a memória e a imaginação se revelam rudimentarmente, como indica a ausencia de tradições e lendas”. Além disso, não se acreditava que eles viviam em uma sociedade complexa, com níveis hierárquicos: povos semi-selvagens.

Havia a tentativa de “justificar” o comportamento do povo branco, e, com isso, amenizar as verdadeiras conseqüências da atitude tida como civilizatória, mas que, na verdade, não passava de imposição de costumes e crenças aos africanos. Fato que pode ser comprovado com o trecho: “à Europa que até agora só tem desfrutado o solo ubérrimo d’essas regiões tropicaes, cumpriria assumir o papel de protectora, de mestra paciente e bondosa”.

No trecho: “Quem os conhece, não lhes nega, certamente, coragem e lealdade, como sabe que, no tocante da psycho, elles são superiores, na força e na resistência, à média dos europeus” W. Rainsford os atribui as características que um bom empregado deve conter com intenção de explicar/justificar a escravidão.

Ainda era freqüente a identidade do africano como inferior: “nenhum povo africano se libertou ainda da primeira barbaria”, e do europeu como superior: “as raças asiáticas e europeias devem a sua actual superioridade ao secular preparo que soffreram para que pudessem triumphar de todos os obstáculos”.

Em contrapartida, à Igreja européia era atribuída somente qualidades: coragem, espírito de sacrifício, bondade, enfim, provida de boas intenções. As seguintes passagens confirmam tal afirmação “O Christianismo, por toda parte victorioso” e “Os missionários, embora animados das melhores intenções”.

Enfim, a partir do processo denominado por Sacks (1992)¹⁷¹ como categorização foi criada a identidade do povo negro no Brasil do século XX. E, como tais categorias demonstram a cultura e o pensamento de uma sociedade, com a análise deste anúncio pode-se concluir o extremo preconceito da época. Os africanos eram vistos como inferiores e por isso

¹⁷¹ SACKS, H. (1992) *The MIR membership categorization device*. p. 32-56.

havia sido escravizados. Contudo, na época, era aceitável e, podemos dizer que até considerado justo, a subordinação de um povo à outro: “...cruéis para o indivíduo, mas benéficas para a raça, tais como a eliminação dos mais fracos”.

O negro nos dias atuais

Não é de hoje que a questão racial vem sendo discutida. Ela apenas modifica-se, mas reitera-se continuamente. Isto revela o funcionamento da sociedade confrontando “identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação.”

Sabe-se que em muitos lugares do mundo ainda há um tipo de racismo declarado, uma divisão social evidente entre brancos e negros, que disputam territórios e características particulares a cada raça. Em outros locais, há também o preconceito silencioso, aquele que não se explicita, mas que está presente de forma sutil nos meios de comunicação, nas piadas contadas em roda e, principalmente, na mente das pessoas.

A realidade da África, atualmente, mostra-se bastante diferente daquela ilustrada pelo *Jornal do Commercio*, em 1912. Após muita luta contra a discriminação racial, exterior e/ou interior ao continente, muitas mudanças aconteceram em relação à visão construída pelo mundo. Apesar disto, muitos países africanos ainda sofrem com problemas econômicos e sociais graves, heranças da dominação e da história sofrida do povo.

No entanto, muitas vitórias foram conquistadas pela África. Um exemplo disso é a África do Sul ter sido votada para sediar a Copa do Mundo de futebol de 2010, fato que não discutiremos a fundo neste artigo, mas que ilustra não apenas uma tentativa mundial de reparação, mas também o respeito conquistado pelo povo africano em relação aos outros países.

Quando se fala no Brasil, pensar no negro como uma camada particular da sociedade torna-se uma tarefa um tanto complexa, já que somos um povo essencialmente miscigenado. No entanto, assumir-se como negro é, sem dúvida, não apenas acreditar em suas origens, mas assumir uma identidade e buscar os inúmeros motivos de orgulho em relação à raça, em oposição ao papel de vencido, oprimido e torturado construído por muitos anos de exploração e preconceito.

O Brasil, diante do seu papel de mediação internacional em relação à dívida impagável com a África, vem tentando abolir o disparatado racismo existente no país – aquele que, na

maioria das vezes, é silencioso –, com a criação do sistema de cotas para negros, a tentativa de titulação de terras para quilombolas e até com a elaboração de uma lei que exige o ensino da história do continente africano. Tais ações demonstram a profunda desigualdade ainda presente na sociedade brasileira, pois tais atitudes não seriam necessárias se a sociedade fosse realmente justa e desprovida de preconceitos.

É relevante citar a lei 10639, de 9 de janeiro de 2003, que diz:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e da outras providências. [...]

“Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O Conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. [...]

A verdade é que a lei citada não passa de um reflexo da sociedade de reparação que formamos, com o intuito de compensar os séculos de tirania e crueldade praticadas contra os negros. No entanto, felizmente, o objetivo maior destes artigos é o ensino África real, e não mais a visão de tal continente como um capítulo à parte, demonstrando apenas as danças, a culinária e os mitos. Esta mudança de abordagem visa o estudo da contribuição não só cultural, mas também, política e econômica da África. Com isso, há uma tentativa de ruptura com a homogeneidade identitária antes pré-estabelecida pela escola e a ascensão do *mosaico*, i.e., da multiplicidade e da pluralidade de identidades.

Conclusão

Diante de tantas discussões acerca do negro e de seus variados estereótipos e identidades, a sociedade se mostra aberta a importantes mudanças sociais. Ao longo do tempo, a situação racial no país e no mundo ganhou diferentes proporções, desde a total exploração do trabalho por meio da força, até a criação de leis que estimulam a valorização

dos indivíduos e do legado africano não só em âmbitos culturais, mas também econômicos e sociais.

A sociedade brasileira, tão marcada em sua história no que diz respeito a uma enorme exploração da mão-de-obra africana – essa que é considerada por muitos estudiosos, hoje em dia, um verdadeiro genocídio, com um número de mortes alarmante, comparado até ao holocausto nazista –, se encontra num tipo de processo de “reparação”, numa tentativa não só de abordar mais o assunto “preconceito” em veículos de comunicação de massa, mas também de instaurar leis que beneficiem, de certa forma, os negros e seus descendentes. Se tais práticas são realmente eficazes, o que é um assunto bastante polêmico, não nos cabe discutir neste artigo. No entanto, é preciso reconhecer as contribuições de tal povo para a formação do Brasil como a nação que conhecemos hoje, com suas muitas qualidades e dificuldades.

A partir deste estudo, foi possível compreender, também, um pouco mais das influências da mídia no contexto brasileiro, no que concerne, principalmente, à formação dos estereótipos raciais, muitos deles, infelizmente, ainda contemporâneos. A televisão, o rádio, o jornal impresso, entre outros meios técnicos de comunicação, ainda persistem em seu papel de formadores de opinião, contribuindo para com as transformações subjetivas e para com a sociedade como um todo.

Entre Fontes e Representações: um estudo dos Cataguá na historiografia mineira *

Renata Silva Fernandes **

Resumo: Apresentaremos neste artigo os resultados preliminares de pesquisa, ainda em andamento, cujo eixo principal se volta para os indígenas Cataguá, que teriam habitado o Sul, Oeste e Centro Oeste de Minas Gerais. Detivemo-nos na análise de fontes históricas e, mediante revisão bibliográfica, buscamos compreender as representações destes indígenas na produção historiográfica de determinado período.

Palavras-chave: Cataguás; Indígenas; Historiografia Mineira; Representações.

Abstract: Presented in this article are the preliminary results of research, whose major axis turns to indigenous Cataguá that would have inhabited South, West and Midwest of Minas Gerais. These preliminary results focuses in the analysis of historical sources and, upon review, seek to understand the representations of indigenous people in the historical production of a given period.

Keywords: Cataguá; Indigenous; Historiography Mineira; Representation.

Historiadores mineiros, até meados do século XIX e início do século XX, dificilmente elegiam os indígenas como sujeitos ativos, concebendo-os, principalmente, como mão de obra, objeto de catequese ou bárbaros que obstaculizavam a colonização¹⁷². Tais perspectivas começaram a se modificar, sobretudo, após a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, no qual, autores como Nelson de Senna e Diogo de Vasconcelos, procuraram indicar as especificidades dos grupos indígenas que habitaram a região, inserindo-os como elementos significativos para a história.

Neste contexto, os Cataguá, grupo indígena pertencente ao tronco lingüístico Macro-Jê, conhecidos por seu caráter belicoso, que teriam habitado a região Sul, Oeste e Centro Oeste mineira, foram estudados. Por conseguinte, suscitaram questionamentos entre os

* Trabalho de pesquisa elaborado sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Paula de Paula Loures de Oliveira no âmbito dos projetos do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora.

** Graduada do curso de história da Universidade Federal de Juiz de Fora e estagiária do MAEA-UFJF (e-mail: renatacjm@gmail.com)

¹⁷² VAINFAS, R. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

especialistas, sendo que, alguns autores¹⁷³, contestam a existência dos Cataguá enquanto grupo étnico, fazendo desta, uma incógnita na história mineira.

Traçado este panorama, nosso objetivo é confrontar as informações sobre este grupo oferecidas por fontes históricas. Através da coleta e sistematização de fontes, pretendemos perceber a relação existente entre as representações¹⁷⁴ dos Cataguá no discurso historiográfico dos autores que mencionam a sua existência enquanto grupo étnico. Na segunda etapa deste estudo, está previsto trabalho de campo, que abarcará entrevistas de história oral com os habitantes do Sul, Oeste e Centro Oeste mineiro, visando estabelecer relações entre os grupos Cataguá e sua presença no imaginário social.

Introdução

Nosso trabalho teve início com a constatação do debate historiográfico sobre os Cataguá, fomentado pela toponímia com a qual era conhecido o território mineiro desde o século XVI: “Minas Gerais dos Cataguás”. A historiografia aponta duas possíveis explicações para esta denominação. Por um lado, autores pioneiros no estudo do passado colonial afirmam que os Cataguá teriam habitado algumas regiões do território mineiro, em especial a percorrida pelos bandeirantes, e que, em referência a este fato, os sertões teriam recebido essa toponímia¹⁷⁵. Em sentido inverso, encontramos a explicação de que tal termo seria uma denominação genérica utilizada para referenciar grupos étnicos distintos que habitavam os sertões desconhecidos¹⁷⁶.

No entanto, ao longo da pesquisa, apesar de dispormos de referências diretas em fontes primárias acerca dos Cataguá¹⁷⁷, deparamo-nos com a ausência de indicação destas nos

¹⁷³ Ver: CARVALHO, D. **Estudos e depoimentos**. (1ª série). Rio de Janeiro: José Olímpio, 1953.; SANTOS, M. **Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e dos diamantes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.; CROCKER, W. H. 1964. "Conservatism among the Canela - An Analysis of Contributing Factors". **XXXV Congreso Internacional de Americanistas (México, 1962) -- Actas y Memorias** 3. México.; HENRIQUES G. ; COSTA F. ; KOOLE E. O alto São Francisco e o mito dos cataguá: Contribuições para a história indígena em Minas Gerais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. 2004, nº 14.; HENRIQUES, G. P. **Arqueologia Regional da Província Cárstica do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas UNA e Sapucaí**. Campinas, SP: [s.n], 2006.

¹⁷⁴ CHARTIER, R. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

¹⁷⁵ BARBOSA, W.A. **História de Minas**. V.II. Belo Horizonte, Ed. Comunicação, 1979. p. 35.

¹⁷⁶ Ver: CARVALHO, D., op.cit.; SANTOS, M., op.cit.; CROCKER, W.H. op.cit.; HENRIQUES, G.P.; COSTA, F.; KOOLE, E., op.cit.; HENRIQUES, G.P. op.cit.

¹⁷⁷ Ver página 7.

trabalhos dos autores¹⁷⁸ que primeiro os apontaram como grupo étnico. Tendo em vista este aspecto, consideramos que a presença do grupo nestas obras por si só é relevante, na medida em que, estas obras foram produzidas em determinado contexto, aceita pelos contemporâneos e até mesmo reproduzidas. Neste sentido, buscamos compreender as representações deste grupo na historiografia, relacionando-a ao contexto no qual as obras foram produzidas.

Historiografia tradicional

Estamos reconhecendo enquanto historiografia tradicional os trabalhos que são referenciados como precursores da história dos indígenas de Minas Gerais. Os pioneiros da temática são Nelson de Senna e Diogo de Vasconcelos, que estiveram ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Mineiro e tinham como características de suas obras o teor regional/local. Neste período, fim do século XIX e início do século XX, no qual as pesquisas foram produzidas, no Brasil ainda não havia sido construído um ambiente “propriamente acadêmico”, e as corografias¹⁷⁹ eram as publicações mais frequentes. Estas corografias, muitas vezes são caracterizadas pelo emprego de informações orais advindas de “testemunhas” ou originárias da tradição coletiva¹⁸⁰.

Os institutos históricos e geográficos desempenharam um papel significativo para a sistematização de fontes e seus integrantes foram pioneiros em estudos etnográficos. A criação de tais institutos estava relacionada ao esforço para construção da idéia de nação, em um contexto no qual, os institutos locais buscavam legitimar o “importante papel” desempenhado pelos seus respectivos estados¹⁸¹.

O interesse em identificar a construção da identidade brasileira colocou em pauta a questão indígena. Diversos autores, dentre eles, Nelson de Senna e Diogo de Vasconcelos, inseriram os indígenas na história de Minas Gerais, compilando fontes referentes à supostas etnias no esforço de caracterizá-las. De certa forma, uma positivação era realizada através do reconhecimento da importância dos povos indígenas para a história de Minas Gerais.

¹⁷⁸ Ver: SENNA, N. de. **Etnografia Brasileira: os principais povos selvagens que habitaram Minas Gerais**. Vol. 1. Tomo XXV, 1924.; VASCONCELOS, D. P. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

¹⁷⁹ Estudos geográficos de um país ou de uma de suas regiões associados a fatos históricos.

¹⁸⁰ MARTINS, M. L. **Os estudos regionais na historiografia brasileira**. In: MARTINS, Marcos Lobato. **História e Estudos Regionais**. São Paulo: [s.n], 2009.

¹⁸¹ CALARRI, C.R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II a construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 2, n. 4, 2001.

Em outras palavras, no esforço de materializar o novo significado dos índios na história, tais autores procuraram identificar as populações indígenas mineiras, bem como, atribuir-lhes especificidades, mencionando características particulares de cada grupo. É nesse contexto que identificamos as primeiras menções aos índios designados pelo termo Cataguá, que figuraram nos estudos levados a cabo por Nelson de Senna e Diogo de Vasconcelos. Para Nelson de Senna¹⁸² os Cataguá eram “terríveis índios da região Centro, Oeste e Sul de Minas”. Descendentes dos Tremembé¹⁸³, teriam saído do Jaguaribe em direção aos Vales do Alto São Francisco e Rio Paranaíba. Para os *Cataguás* (gente boa) os paulistas e os índios de além Mantiqueira eram a “gente ruim” (os *Pixi-auás*). Os sertanistas, com auxílio dos Tremembé, no século XVII, repeliram o grupo da região Sul (Sapucai e Rio Grande) para a região Oeste (Rio das Mortes, Piumhy, Tamanduá e Abaeté). A memória “desses belicosos índios” é guardada por dois topônimos: o da cidade de Cataguases, na Zona da Mata Mineira e o de um vilarejo no município de Prados, conhecido como Catauá, visto que tal grupo foi “completamente batido” por Lourenço Castanho Taques¹⁸⁴.

Waldemar Barbosa¹⁸⁵ discorda da informação referente ao município de Cataguases. Para este autor, o nome original da cidade mineira era Meia Pataca, e não há nenhuma relação entre o topônimo e os Cataguá, mesmo porque este grupo se situava em uma região bem diversa da qual está a cidade. Tal nome teria sido colocado quando o arraial foi elevado à vila, e por influência do Coronel José Vieira, a toponímia foi determinada por fazê-lo lembrar da infância, quando morava perto de uma localidade denominada Cataguás.

Diogo de Vasconcelos¹⁸⁶ possui opinião semelhante à de Senna¹⁸⁷ no que se refere à trajetória dos Cataguá. De acordo com este autor os Tremembé, saídos do Jaguaribe, se

¹⁸² SENNA, N., op.cit.

¹⁸³ O nome Tremembé foi dado a este grupo indígena pelos portugueses devido aos locais que habitavam, conhecidos como “tremembés”- equivalentes a pântanos. Estudos lingüísticos concluíram que a língua dos Tremembé era autônoma, mas há autores que discordam desta posição, afirmando que os Tremembé pertenciam à família lingüística dos cariris, grandes inimigos dos tupis. Sobre o assunto ver: GOMES, J.V.; LUNA, S.; NASCIMENTO, A.L. Projeto Arqueológico Tremembé- Ceará Brasil. In: **Anais da X Reunião Científica da SAB**, UFPE 2000. CLIO Série Arqueológica 14(2000); POMPEU SOBRINHO, T. Índios Tremembés. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, n.65, 1951; RESENDE, M. L. C., op. cit.

¹⁸⁴ O sucesso da bandeira de Lourenço Castanho Taques seria decorrente da derrota imposta aos índios ‘cataquazes e araxás’. Ver: VILLANUEVA, A. Os marcos geográficos como referências na ocupação do território paulista: o caso do morro do Lopo e os núcleos urbanos no “Caminho de Atibaia”, no século XVII. Urbana: **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**. n.2 – set./dez. 2007. Diogo Vasconcelos é de mesma opinião e afirma que: “a glória de Castanho foi, sem a menor dúvida, o aniquilamento dos *Cataguás*, princípio que determinou a definitiva conquista do território central da Minas Gerais”. Ver: VASCONCELOS, D., op.cit. p.96.

¹⁸⁵ BARBOSA, W., op.cit.

¹⁸⁶ VASCONCELOS, D., op.cit.

¹⁸⁷ SENNA, N., op.cit.

dividiram em dois seguimentos: uma parte do grupo subiu o São Francisco até as suas nascentes e a outra percorreu o Parnaíba, ambas encontrando-se no vale do Rio Grande. As duas levadas lutaram entre si pelo domínio do território e a posse foi decidida nas proximidades do Rio Sapucaí. Os derrotados transpuseram a Serra da Mantiqueira, instalando-se nos arredores de Taubaté e os vencedores permaneceram no território conquistado, espalhando-se até o Rio das Mortes. Na guerra eles chamavam a seus inimigos de *pixaiauí* (gente ruim) e a si mesmos de *Cataguá* (gente boa). Aqueles, que haviam sido derrotados, se aliaram a bandeira de Felix Jaques¹⁸⁸, repelindo seus inimigos para Pium-í e Tamanduá. Mais tarde, estes índios foram definitivamente derrotados e massacrados pela bandeira de Lourenço Castanho Taques, em 1675, sendo que o lugar onde foi travada a luta ficou conhecido como Conquista. Derrotados ou já miscigenados, estes indígenas debandaram em outras hordas.

No encalço de Nelson de Senna e Diogo de Vasconcelos outros autores também se dedicaram a inserção dos indígenas na história mineira, como Oiliam José¹⁸⁹ e Waldemar Barbosa¹⁹⁰. Este último¹⁹¹, por exemplo, apenas aceita a existência do referido grupo indígena, sem maiores referências, através de afirmações como: “Ali o nome [Minas Gerais dos Cataguás] se justificava: o Sul de Minas, zona limítrofe de São Paulo, fora o domínio dos índios Cataguá”¹⁹².

Já Oiliam José¹⁹³ afirma que estes grupos eram originários do Ceará – mais especificamente Jaguaribe - e vieram para o território mineiro devido à pressão feita pelos Tremembé. Percorreram a região do São Francisco, instalando-se próximos às suas nascentes e também nos vales do Rio Grande e das Mortes, onde, após algum tempo divergiram entre si. Parte do grupo foi para o Sul de Minas, onde se aliaram aos taubateanos sob o comando de Felix Jaques e atacaram o grupo Cataguá inimigo, que se deslocou para os sertões do Pium-í e Tamanduá. Estes indígenas foram escravizados rudemente pelos bandeirantes paulistas. Os que resistiram, foram atacados e massacrados em 1657 por Lourenço Castanho Taques. Também, de acordo com Oiliam José, este grupo se autodenominava Cataguá, nome de origem tupi que deriva das raízes Ca+tu+auá (gente boa).

¹⁸⁸ Felix Jaques, em 1636, recebeu autorização e provisões da capitania de Itanhaém para explorar a região de Taubaté, sendo apontado como fundador da cidade.

¹⁸⁹ JOSÉ, O. **Indígenas de Minas gerais**: aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Ed. MP, 1965.

¹⁹⁰ Respectivamente: SENNA, N., op.cit.; VASCONCELOS, D., op.cit.; JOSÉ, O., loc.cit; BARBOSA, W., op.cit.

¹⁹¹ BARBOSA, W., op.cit.

¹⁹² Id., Ibid., p.35.

¹⁹³ JOSÉ, O., op.cit.

Diante dos dados apresentados, podemos observar que algumas informações fornecidas possuem coerência. Revisando, alguns pontos que parecem ser cruciais nestas abordagens: a) em todas são estabelecidas relações entre os Cataguá e os Tremembé; b) em relação à geografia, o Rio São Francisco (Alto São Francisco), o Rio Grande e o Rio Sapucaí são sempre citados; c) uma possível briga interna do grupo sempre é mencionada; d) comumente o bandeirante paulista Lourenço Castanho Taques é apontado como aquele que “derrotou definitivamente” estes indígenas.

Diante dessas informações, podemos elaborar algumas hipóteses acerca das relações entre os dados apresentados pelas perspectivas de Senna, Vasconcelos, José e Barbosa. As fontes utilizadas para a elaboração destes trabalhos não são referenciadas e, por isso, no esforço de compreender como esses autores construíram seus trabalhos, recorreremos à elaboração de conjecturas. Devido à semelhança das informações disponíveis, apesar das especificidades¹⁹⁴, não é de todo improvável pensar que estes autores se basearam nas mesmas fontes, porém as interpretaram de forma diversa, o que parece pouco provável visto a ausência de indicação das mesmas, ou, todos seguiram os passos de um autor, neste caso Nelson de Senna¹⁹⁵. Adotando-se esta segunda perspectiva, as narrativas não deixam de ser relevantes, tendo em vista que estas pesquisas foram produzidas em determinado contexto e aceitas por seus contemporâneos, ou mesmos sucessores. A recepção da informação, ou mesmo, o fato do autor ter acreditado nelas é significativo.

A especificidade das fontes no estudo dos Cataguá

Ao contrário do que observamos em relação à historiografia tradicional, pesquisas recentes vêm polemizando e colocando em dúvida a existência dos Cataguá. Para Daniel de Carvalho¹⁹⁶, por exemplo, o termo Cataguá não era a denominação de um grupo, mas sim, um nome genérico utilizado para designar diversos os grupos. Exemplo semelhante encontramos no trabalho de Gilmar Henriques¹⁹⁷, de acordo com o qual, os bandeirantes paulistas, que não raramente eram fluentes na língua tupi, utilizavam o termo Cataguá para designar os grupos indígenas que não habitavam as florestas. Desta forma Cataguá significaria aquele que vive

¹⁹⁴ Por exemplo, para Oíliam José, este grupo se autodenominava Cataguá, nome de origem tupi que deriva das raízes Ca+tu+auá (gente boa). Ver: JOSÉ, op.cit. Já Diogo de Vasconcelos não menciona a origem linguística do termo Cataguá. Ver: SENNA, N., op. cit.; VASCONCELOS, D., op.cit.

¹⁹⁵ SENNA, N., loc. cit.

¹⁹⁶ CARVALHO, D., op.cit.

¹⁹⁷ HENRIQUES, G. P., op. cit.

no mato - caá (campo, mato ou árvore); tã (duro ou bruto) e guá (vale). Seria a denominação genérica para os grupos indígenas que habitavam o atual território mineiro. Estas contestações decorrem principalmente do fato de que os autores considerados principais referências acerca de tal grupo, tais como Senna, Vasconcelos e Barbosa¹⁹⁸, não citam as fontes primárias nas quais fundamentaram suas pesquisas.

Maria Leônia Chaves de Rezende¹⁹⁹, em estudo recente, é a única a apresentar fontes primárias que fazem referência direta a estes indígenas. Segundo a autora, no Arquivo da Biblioteca Nacional²⁰⁰, há documentação de meados de 1730, segundo a qual o Conde de Sarzedas, através de determinação régia, permitiu que Antonio Pires Campos escravizasse os indígenas Cataguá “por causa das mortes, roubos e insultos que tem feito os gentios Cataguases e mais bárbaros que infestam essas Minas”.

Cabe observar que a inexistência da escrita indígena somada ao fato de que as fontes escritas que possuímos acerca deste período foram produzidas pelo “outro”²⁰¹ faz com que seja complexa a relação entre as fontes e o estudo sobre os indígenas. Talvez a forma de melhor nos aproximarmos da história dos indígenas da região sul, oeste e centro oeste mineira seja através de um enfoque interdisciplinar, conjugando fontes de natureza diversas, como as provenientes da arqueologia e da oralidade.

No que se refere ao primeiro aspecto, à arqueologia, encontramos algumas hipóteses que fazem associação entre os indígenas Cataguá e a tradição²⁰² UNA²⁰³ e ARATU/SAPUCAÍ²⁰⁴ nos trabalhos de André Prous.

¹⁹⁸ Respectivamente: SENNA, N., op.cit.; VASCONCELOS, D., op.cit.; BARBOSA, W., op.cit.

¹⁹⁹ RESENDE, M.L.C., op. cit.

²⁰⁰ Arquivos da Biblioteca Nacional, sessão de manuscritos, Papéis Vários Manuscritos 1, 4, 1, doc. 18

²⁰¹ Os portugueses e os bandeirantes identificavam os indígenas por termos que não correspondem à toponímia com a qual tais indígenas se reconheciam, dificultando a pesquisa, na medida em que impossibilita, em muitos casos, a identificação de grupos étnicos específicos. Ver: FREIRE, C. A. da R. & OLIVEIRA, J. P. de. **Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2006.

²⁰² Tradição corresponde a um “grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal – uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formando uma continuidade cronológica”. Ver: CHYMIZ I. (ed.) **Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica**. Curitiba, CEPA (Manuais de Arqueologia parte 1). 1966, p. 35.

²⁰³ Na cerâmica da Tradição Una há recipientes pequenos, de contorno simples ou infletido, cor escura, forma de pratos rasos, tigelas e pequenas panelas com engobo branco ou vermelho e raras decorações dos tipos inciso e pontado; o antiplástico predominante é mineral. Ver: Wüst, I.; Schmitz, P. I. Fase Jataí: estudo preliminar. **Anuário de Divulgação Científica II**, Goiânia, 1975. A tradição UNA é associada a grupos pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê. Ver: PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

²⁰⁴ O termo “Sapucaí” é utilizado como diferenciador de outras variações da tradição Aratu. Esta cerâmica é caracterizada por vasos grandes com cacos espessos, e vasos pequenos de paredes finas e bases perfuradas. Também são encontrados cachimbos tubulares e urnas funerárias globulares e não piriformes. PROUS, A., loc. cit.

Prous²⁰⁵, apresentando o sítio da fazenda São Geraldo, no município de Ibiá, Minas Gerais, informa que a cerâmica encontrada inclui urnas globulares com boca circundada por incisão e superfície áspera, o que decorre da utilização de antiplástico²⁰⁶ feito em quartzo moído em fragmentos grossos. Os vasilhames menores possuem acabamentos mais trabalhados, e, destacam-se pequenos recipientes em forma de cuias, que, por vezes, formam geminados. De coloração cinza-escuro, estes vasilhames são principalmente encontrados associados aos sepultamentos, sendo as urnas intermediárias reservadas, provavelmente, a sepultamentos de crianças²⁰⁷. O material lítico por sua vez, é formado por lascas e pequenos blocos, além de alguns machados. Neste sítio, há coexistência de cerâmica SAPUCAÍ (derivação da ARATU) com vasilhames que assemelham-se aos da tradição UNA. Discorrendo sobre este aspecto, André Prous comenta que “esses sítios da região sudoeste mineira costumam ser atribuídos aos Cataguás, que resistiram demoradamente aos invasores brancos, mas não chegaram a ser estudados”²⁰⁸, baseando-se em dados arqueológicos e relatos de viajantes²⁰⁹

Manteve-se, pois, até a chegada dos europeus, como mostra um fragmento de metal encontrado em um sítio na lapa da Hora (Januária) e os relatórios dos primeiros bandeirantes que relatam a expulsão dos Cataguás, cavernícolas cuja agricultura era baseada no milho.²¹⁰

Em relação ao segundo aspecto, a oralidade, é possível encontrar referências em relatos de indivíduos da região sul/oeste/centro oeste mineiro acerca dos indígenas Cataguá, como lendas, explicações para toponímias e diversas “histórias”. Com vistas neste elemento, pretendemos com o trabalho de história oral, previsto para a segunda etapa da pesquisa, adentrar nesta perspectiva e com isso compreender melhor a presença dos Cataguás na memória coletiva e também, somar elementos que auxiliem a confirmação ou não de nossas hipóteses.

Conclusão

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ Elemento (os) que altera a plasticidade da argila e que pode ser adicionado ou pré-existir dentro desta. Ver: BROCHADO, J.P. & LA SALVIA, F. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

²⁰⁷ PROUS, A., op.cit., p. 351-2.

²⁰⁸ Id., Ibid., p., 35.

²⁰⁹ O autor não menciona os relatos de viajante nos quais há estas informações.

²¹⁰ PROUS, A., op.cit., p. 338.

De toda sorte, ainda que parem dúvidas no que se refere à existência ou não desse grupo, um fato permanece incontestável, que é a presença desses índios nos estudos históricos que despontaram desde o final do século XIX.

Este aspecto nos leva a indagar: Por que autores como Nelson de Senna e Diogo Vasconcelos afirmam a existência deste grupo? E por que estas informações foram reproduzidas e são temas de debates até os dias de hoje?

A representação nestas obras torna-se expressiva na medida em que denotam a importância dos mesmos em determinado contexto específico, de busca da identidade do brasileiro, como no caso de Nelson de Senna e Diogo de Vasconcelos, bem como a reprodução destas informações, o que ocorre com Oíliam José e Waldemar Barbosa.

Roger Chartier²¹¹ chama atenção para o fato de que os objetos culturais e os sujeitos produtores e receptores de cultura estão no âmbito das relações entre as práticas e as representações. As práticas culturais, que corresponderiam tanto às práticas artísticas, quanto às práticas cotidianas, se transformariam em representações, que por sua vez seriam complementares às práticas. As representações estariam relacionadas ao contexto, aos interesses sociais e as motivações vigentes durante a sua produção e reprodução. Por esta perspectiva, na elaboração de um livro, por exemplo, são mobilizadas práticas e representações e, depois de produzido, este mesmo livro irá difundir novas representações e contribuir para a produção de novas práticas²¹².

A representação dos Cataguá na historiografia enquanto uma “nação organizada”²¹³ e “uma das mais temíveis nações indígenas”²¹⁴ condiz com a construção de uma história de cunho nacionalista²¹⁵, em um período de vigência de políticas raciais e de tentativa de positivação de grupos sociais que antes pouco figuravam como agentes no discurso historiográfico. Na busca da construção da identidade nacional e da valorização do importante papel do estado de Minas Gerais, esta historiografia inseriu o índio na história, deu-lhe especificidade e uma carga positiva, de passado heróico. O elemento colonizador ainda é o principal agente da história, civilizador e responsável basilar por este passado glorioso, já que derrotou os indígenas. Mas agora, o índio também é glorioso e figura como elemento

²¹¹ CHARTIER, R., op.cit.

²¹² BARROS, J. D. A. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

²¹³ VASCONCELOS, D., op.cit., p. 105.

²¹⁴ SENNA, N., op. cit.

²¹⁵ O que pode ser observado desde o século XIX.

importante no rasgante de um passado mítico, é um sangue que ficou famoso²¹⁶ em nossa história.

Já a representação dos Cataguá relacionados aos Tremembé, além do aspecto ligado ao caráter guerreiro, também pode estar relacionada à necessidade de estabelecer a origem digna, afinal foi presente durante muito tempo a crença de que os indígenas do “litoral”, os tupinambás, descritos em termos positivos, eram mais desenvolvidos que os indígenas do interior, os tapuias, normalmente caracterizados de forma negativa²¹⁷.

Deste modo, muitos dos aspectos fundamentais abordados pelos pioneiros e reproduzidos posteriormente estão condizentes com os aspectos implícitos ao discurso histórico do contexto no qual as obras foram produzidas, bem como com as representações possíveis dos indígenas de Minas Gerais para sua inserção na história, revestidas pelo caráter mítico e glorioso.

Quanto à reprodução das informações, estas ainda se inserem no âmbito das práticas e representações. Os Cataguá foram integrados a “História”, seja como elementos da memória coletiva ou do imaginário social. Se partirmos da premissa de que a “memória coletiva” é construída através das relações sociais, ou seja, da interação entre os sujeitos e sociedade, é cabível supor que os indivíduos ressignificaram o passado de acordo com o presente²¹⁸, e continuam a representar a história mítica e heróica de suas respectivas localidades. Estas representações também podem ter se tornado parte do imaginário social, compreendido enquanto conjunto de imagens que formam a memória afetivo-social de uma coletividade²¹⁹. De toda sorte, os Cataguá, concebidos como uma representação mental, que ocorre de forma consciente ou mesmo inconsciente, talvez formada a partir de percepções passadas, ou como uma memória, lembrada na forma escrita e oral, são elementos significativos da história mineira.

Novas pesquisas e o trabalho de história oral, previsto para segunda etapa deste trabalho, serão necessários para o acréscimo de informações acerca das representações dos Cataguá na historiografia, bem como para compreensão da presença destes indígenas na memória coletiva ou no imaginário social dos habitantes da região sul, oeste e centro oeste de Minas Gerais.

²¹⁶ Diogo de Vasconcelos afirma que a “Nação Cataguá”, por impor terror aos bandeirantes paulistas, se tornou a mais famosa da nossa história. VASCONCELOS, op.cit.

²¹⁷ Dentre outros ver: MONTEIRO, J. **Tupis, tapuias e historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Unicamp, tese de Livre Docência, 2001.

²¹⁸ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

²¹⁹ CARVALHO, R. **O imaginário de Gilbert Duran**. São Paulo: [s.n], 2009.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, W.A. **Historia de Minas**. V.II. Belo Horizonte, Ed. Comunicação, 1979.
- BARROS, J. D. A. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BROCHADO, J.P. & LA SALVIA, F. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.
- CALARRI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II a construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 2, n. 4, 2001.
- CARVALHO, A. de. **Brasil Colonia e Brasil Imperio**. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Comércio, 1927, Vol.1.
- CARVALHO, D. **Estudos e depoimentos**. (1ª série). Rio de Janeiro: José Olímpio, 1953.
- CARVALHO, R. **O imaginário de Gilbert Duran**. São Paulo: [s.n], 2009.
- CHARTIER, R. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHYMIZ I. (ed.) **Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica**. Curitiba, CEPA (Manuais de Arqueologia parte 1). 1966, p. 35.
- FREIRE, C. A. da R. & OLIVEIRA, J. P. de. **Presença Indígena na Formação do Brasil**. **Brasília**: Edições MEC/UNESCO, 2006.
- CROCKER, W. H. 1964. "Conservatism among the Canela - An Analysis of Contributing Factors". **XXXV Congreso Internacional de Americanistas (México, 1962) -- Actas y Memorias** 3. México.
- GOMES, J.V.; LUNA, S.; NASCIMENTO, A.L. Projeto Arqueológico Tremembé- Ceará Brasil. In: **Anais da X Reunião Científica da SAB**, UFPE 2000. CLIO Série Arqueológica 14.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HENRIQUES, G. P. **Arqueologia Regional da Província Cárstica do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas UNA e Sapucaí**. Campinas, SP: [s.n], 2006.

HENRIQUES, G.P.; COSTA, F.; KOOLE, E. O alto São Francisco e o mito dos cataguá: Contribuições para a história indígena em Minas Gerais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. 2004, n° 14.

JOSÉ, O. **Índigenas de Minas gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos**. Belo Horizonte: Ed. MP, 1965.

MARTINS, M. L. Os estudos regionais na historiografia brasileira. In: MARTINS, M. L. **História e Estudos Regionais**. São Paulo: [s.n], 2009

MATTOS, I. M. “**Civilização**” e “**Revolta**”: povos botocudo e indigenismo missionário na **Província de Minas**. Campinas, SP: [s.n], 2002.

MONTEIRO, John. Tupis, tapuias e historiadores. **Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Unicamp, tese de Livre Docência, 2001.

POMPEU SOBRINHO, T. Índios Tremembés. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza: Instituto do Ceará, n.65, 1951.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

RESENDE, M. L. C. **Gentios Brasíliaicos: Índios Coloniais em Minas Gerais Setecentistas**. Campinas, SP: [s.n], 2003.

SANTOS, M. **Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e dos diamantes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SENNA, N. **Etnografia Brasileira: os principais povos selvagens que habitaram Minas Gerais**. Vol. 1. Tomo XXV, 1924.

VAINFAS, R. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VASCONCELOS, D. P. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

VILLANUEVA, A. Os marcos geográficos como referências na ocupação do território paulista: o caso do morro do Lopo e os núcleos urbanos no “Caminho de Atibaia”, no século XVII. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**. n.2 – set./dez. 2007.

WUST, I. & SCHMITZ, P. I. Fase Jataí: estudo preliminar. **Anuário de Divulgação Científica II**, Goiânia, 1975.

Debate Historiográfico

Mulheres Forras e a Historiografia

Angélica Moreira de Resende*

Resumo: O presente artigo tem como finalidade analisar a historiografia referente às mulheres forras durante o século XVIII, em Minas Gerais, buscando compreender melhor as mudanças ocorridas acerca do papel da ex-cativa na historiografia. Neste serão analisadas as primeiras produções relativas às forras, até as mais atuais e, portanto, mais reveladoras, uma vez que as pesquisas mais recentes têm demonstrado a marcante participação feminina no sistema escravista.

Palavras-chaves: Historiografia; sistema escravista; mulheres forras.

Abstract: This article aims to examine the historiography related to emancipated women during the eighteenth century, Minas Gerais, seeking to better understand the changes about the role of ex-captive in historiography. In the first productions will be analyzed on the blinders, to the most current and therefore more revealing, since the most recent polls have shown the outstanding female participation in the slave system.

Keywords: Historiography; the slave system; emancipated women.

Introdução

O presente artigo tem como finalidade analisar a historiografia referente às mulheres forras durante o século XVIII, em Minas Gerais, buscando compreender melhor as mudanças ocorridas acerca do papel da ex-cativa na historiografia. Neste serão analisadas as primeiras produções relativas às forras, até as mais atuais e, portanto mais reveladoras, uma vez que as pesquisas mais recentes têm demonstrado a marcante participação feminina no sistema escravista.

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação da professora Mônica Ribeiro de Oliveira.

Por toda a Capitania e ao longo do século, observou-se a difusão das alforrias, tanto no período colonial, quanto no Império. Minas Gerais revelou-se não só com o maior plantel mancípio, mas com a maior população forra da época, especialmente feminina. A partir dessa presença significativa buscamos entender suas ocupações, estratégias e contribuições no espaço colonial mineiro.

As primeiras referências historiográficas acerca das mulheres

Em 1930, autores como Gilberto Freyre e Caio prado Junior contribuíram para a “redescoberta” do passado brasileiro. Eles acreditavam que o melhor meio de se conhecer o país é através da História, construindo, a partir desse ponto de vista, algumas novas interpretações sobre o Brasil.

Embora compreenda que os aspectos políticos e econômicos são importantes, Gilberto Freyre percebe na vida social, algo importantíssimo para se entender o passado, construindo uma identidade, através dessa nova escrita. Nesse período, há um interesse em mudar a questão da miscigenação e, o “pontapé” inicial é de Gilberto Freyre, separando cultura e raça. Em sua obra *Casa Grande & Senzala*, o autor dedica parte de sua escrita aos negros e as negras, à mulher, no entanto, na maioria das vezes, com forte apelo sexual. Dessa forma o autor conclui:

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada aliás as classes altas, teria sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: ‘Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar’, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata²²⁰

Freyre reafirma a inferioridade da negra e predileção sexual pela mulata e, no decorrer da obra ressalta que ambas contribuíram para a prematura perversão do menino branco da classe senhorial. Quanto, as forras em especial, o autor cita as observações do cronista jesuíta Antonil: “das mulatas de engenho que conseguiam alforriar-se: o dinheiro com que libertavam ‘raras vezes sahe de outras minas que dos seus mesmos corpos, com repetidos peccados: e depois de forras continuam a ser ruína de muitos’”.²²¹

²²⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, 27ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1990. p.10.

²²¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, p. 373.

O historiador marxista, Caio Prado Junior, percebe na escravidão, o arranjo da vida colonial. Ao retratar o feminino, o autor manifesta-se sobre o pequeno número de mulheres brancas e, e a larga disseminação da prostituição entre escravas, livres e pobres na colônia portuguesa. Segundo o autor:

A outra função do escravo, ou antes da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contacto sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor (...)²²²

Prado comunga da idéia que essas mulheres sobrevivem da prostituição, uma vez que desconhecem outros meios para retirarem seu sustento.²²³

Novas perspectivas a cerca das mulheres forras a partir da década de 80

Na década de 1980, a historiografia mineira inova-se com a obra de Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do Ouro*. Nesta obra, a autora trabalha a questão da marginalidade e da pobreza, no período colonial mineiro, referindo-se, principalmente, as Devassas.

Mello e Souza afirma a complexidade da sociedade - antes definida por senhores e escravos - devido o crescimento da ‘camada intermediária’, cujo significado inicial adotou o caráter de “desclassificação”, distinguido pela inconstância, pelo trabalho eventual e duvidoso.²²⁴ A população forra da época, a partir de sua análise, é entendida como “desclassificados” e, seus estudos propiciaram inúmeras revelações sobre suas vivências. Em Vila Rica, reflexões apresentam o valor das mulheres pobres como chefes de família. A partir de meados dos setecentos, as mulheres negras e mestiças pobres tornavam-se numerosas, incentivando a “promiscuidade” e criando a supremacia de fogos femininos.²²⁵

De acordo com a autora, essas mulheres eram consideradas desordeiras:

As negras quitadeiras dispunham em taboleiros doces e comestíveis para vendê-los aos mineiros e escravos que trabalhavam nas lavras. Eram, por isso, também conhecidas como negras de taboleiros. Sua zona de ação era constituída pelos ribeiros e morros em que se processavam os trabalhos auríferos. Muitas delas parecem ter sido escravas que os donos colocavam no comércio para deste negócio

²²² PRADO JR., Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. 12^o edição. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 343.

²²³ PRADO JR., Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo** p. 354.

²²⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 4^o ed. 2004. p. 87-95

²²⁵ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**. p. 206

auferirem lucros; outras, livres, agiam por conta própria, visando a sua subsistência. Constantemente acusadas de desordeiras, prostitutas, descaminhadoras de ouro e coniventes de quilombolas. Essas mulheres foram sistematicamente perseguidas pela legislação durante todo período minerador.²²⁶

Além do trabalho ambulante, as negras quitadeiras ou de tabuleiros mantinham vendas e lojas de comestíveis, que prestavam serviços aos cativos e livres pobres da mineração. A venda foi, entre outros, seu ambiente de “lazer e de namoro”, onde seus festejos e batuques aconteciam. Era a conexão entre o comércio e os quilombos, o refúgio de escravos fugidos e ponto de contrabando. O concubinato era um estado comum não só entre a camada pobre da população mineira, mas também entre homens de posses e negras. Segundo Mello e Souza, nas Minas, a prostituição foi intensamente desempenhada e, constituiu-se em atividade esporádica para completar a renda doméstica. Senhores e senhoras de escravas viveram da prostituição de suas subordinadas, assim como, pais e mães que consentiam o meretrício de suas filhas. As casas de prostituição ou casas de alcouce foram inúmeras, desempenhando papel semelhante às vendas e lojas de comer e beber, com as quais às vezes não se diferenciavam. A feitiçaria foi praticada, principalmente, por homens forros e até escravos. No entanto, houve mulheres feiticeiras, sobretudo forras e escravas. Nessa época, a feitiçaria também se confundia com a prostituição.²²⁷

Luciano Figueiredo nos anos 90, em sua obra *O avesso da Memória* baseia-se igualmente nas Devassas, como principal fonte historiográfica, para ilustrar o cotidiano da mulher mineira nos setecentos. O autor afirma que o pequeno comércio foi uma atividade fundamentalmente feminina, executada por forras proprietárias do estabelecimento, em sua maioria, e por escravas, onde eram encarregadas do abastecimento básico as populações urbanas ou como vendedoras ambulantes. O elevado índice de mulheres forras ocupadas em vendas transparece a sua presença predominante na composição geral da camada feminina da população colonial mineira²²⁸. Nas palavras do autor:

Era ocupado predominantemente por mulheres pobres que mereceram a dominação genérica já referida de ‘negras de tabuleiro’ nos infindáveis documentos oficiais que se encarregavam de sua repressão nas Minas Gerais. Negras ou mulatas, forras ou escravas, vendiam variados gêneros comestíveis, tais como pastéis, bolos, doces, mel, leite, pão, banana, fumo e bebidas. Tratava-se de uma multidão de mulheres que circulava no interior das povoações e arraiais com seus quitutes, aproximando

²²⁶ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**. p. 175

²²⁷ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**. p. 249-265

²²⁸ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O Avesso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 33-57.

Nas Minas Gerais do século XVIII, a prostituição não só alcançou maiores proporções que em qualquer outro lugar da Colônia Portuguesa, mas assumiu grande valor pelo significado dessa modalidade de atuação feminina, no interior da estrutura social que a formou. Segundo o autor, de todos os elementos que convergiram para a difusão do meretrício entre as mulheres libertas desse período, poucos foram tão significativos quanto ao pesado imposto que deveriam pagar ao Estado, devido sua condição social. Além do comércio e da prostituição, Figueiredo relata outras atividades exercidas por mulheres, as quais são denominadas por “ocupações femininas lícitas, tais como “costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras (...). As parteiras, por sua vez, seriam reconhecidas como utilidade pública, tendo sua função garantida e estimulada pelas Câmaras Municipais (...)”.²³⁰

Laura de Mello e Souza e Luciano Figueiredo seguem a mesma matriz teórica. Ambos entendem as forras como desclassificadas. A primeira percebe na população livre e pobre uma busca contínua a fim de estabelecer vínculos com a camada dominante e, portanto, distancia-se da senzala, mas, diversas circunstâncias acionavam os livres ao encontro dos cativos e os nivelavam nas transgressões. Escravos, forros e pobres faziam parte de uma mesma camada social – desclassificados – mas que não se percebiam como um grupo. Assim, apesar das contribuições e revelações sobre esses indivíduos, em especial, as mulheres, a autora entende que estes desconheciam a solidariedade e permaneceram esquecidos perante a sociedade da época, exceto quando esta tratava de repreendê-los. Figueiredo por sua vez, mostra a luta das mulheres contra a exclusão através do trabalho, apesar das estreitas oportunidades de atuação. E ainda ressalta a importância dos laços de parentescos entre essas mulheres.

Liana Maria Reis estuda o sistema escravista urbano nas Minas do século XVIII, a partir das experiências ‘das negras de taboleiro’. Segundo Reis, a Coroa Portuguesa buscou estabelecer um lugar fixo para o comércio das negras e mulatas, uma vez que a dispersão geográfica, característica do comércio ambulante, dificultava o controle sobre as negras de taboleiro. Havia, portanto, punições que recaíam sobre escravas e seus senhores, forras e funcionários régios infratores. Escravas e forras teriam seus tabuleiros e demais bens confiscados, além de serem presas e açoitadas. Dessa maneira, “o castigo físico e público

²²⁹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O Avesso da Memória**. p. 42.

²³⁰ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O Avesso da Memória**. p. 77-188.

(pelourinho), consistia em importante mecanismo utilizado pelo sistema para ‘demonstrar aos demais escravos os limites da ordem social’”.²³¹

Liana Reis entende que a atividade das negras de taboleiro, sejam elas escravas ou forras, era uma garantia não só de sobrevivência, mas que permitia juntar o excedente, mesmo que casual, para adquirir a carta de liberdade, no caso da cativa, ou para aquisição de bens, no caso da forra. Assim, uma das diferenças entre escravas e forras é o destino do excedente acumulado. “Essa ausência de um senhor sobre a forra é o que a distingue da escrava e a evidencia como classe social específica”, podendo tornar-se proprietárias de outros.²³²

A obra de Liana Reis reconhece a força de trabalho das mulheres, em direção aos seus anseios, enquanto havia uma tendência historiográfica em considerar que para o sexo feminino as possibilidades de adquirir a liberdade eram maiores em decorrência do trato social e sexual com o senhor. Por outro lado, a autora evidencia que as forras não estavam totalmente imunes aos castigos físicos. Mesmo sendo ex-escravas, elas estavam sujeitas as mesmas punições, enquanto infratoras no comércio ambulante.

Ainda nos anos 1990, Luciano Figueiredo apresenta um importante estudo sobre a Família nas Minas Gerais, através da obra *Famílias Barrocas*. No capítulo *O amor possível*, o autor se dedica à organização familiar em Ouro Preto, revelando que muitas habitações eram moradas de mulheres solitárias, enquanto outras acolhiam inúmeras famílias com ou sem consangüinidade. Figueiredo reafirma o papel da mulher como chefes de domicílio, reconhece a mancebia como estratégia naquela região mineradora e, amplia o espaço de trabalho das mesmas, em meio às atividades mineradoras e agrícolas, além do comércio, principal ocupação. Esta obra apresenta as limitações institucionais para disseminar o casamento e a incapacidade da Igreja em propagar o interesse pelo sacramento religioso sólido. O resultado eram as uniões consensuais, onde inúmeras famílias mantinham seus membros em moradias distintas, ou os casais encontravam-se escondidos.²³³

Os estudos de Figueiredo nos revelam as estratégias encontradas por essas mulheres forras, assim como a possibilidade de construção de laços de solidariedade e parentesco após a escravidão, afirmando o valor dessas relações e, desconstruindo a idéia de que essas

²³¹ REIS, Liana Maria. **Mulheres de ouro**: as negras de tabuleiro nas minas do século XVIII. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, nº8. Dezembro, 1989. p. 80.

²³² REIS, Liana Maria. **Mulheres de ouro**. p.76-83.

²³³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Famílias Barrocas**: Vida Familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, Editora Hucitec, 1997. p. 131-156.

mulheres exerciam atividades isoladas. Segundo o autor, havia um confronto entre essa camada da população colonial mineira e o clero, uma vez que os concubinados resistiram diante da ação repressiva, a favor de seus amores.

Eduardo França Paiva trabalha a partir de fontes testamentárias para o estudo sobre *Escravos e Libertos nas Minas do século XVIII*. Segundo o autor, os caminhos para a liberdade e as dificuldades posteriores de sobrevivência eram problemas enfrentados com dificuldade. Entre a população de submetidos, porém, as mulheres gozaram de condições menos severas, geralmente resultantes do trabalho empreendidos por elas diariamente da relação possuidor/possuído. Para se integrarem na maioria da população forra mineira, as escravas utilizaram diferentes estratégias que, ajustadas à dinâmica das áreas urbanas, possibilitaram mobilidade social e a conquista da carta de alforria.

Paiva afirma que, as forras não alcançaram ascensão social, mas, conseguiram autonomias que as Donas não tinham, uma vez que entre a população negra, liberta e escrava, assim como entre brancos pobres, essas mulheres e seus descendentes alcançaram posições de destaque entre a classe dominante. No entanto, a obtenção da alforria não significava ascensão econômica, antes era urgente resolver a questão da sobrevivência. Dessa maneira, elas empregaram todas as possibilidades que lhes proporcionassem melhores condições de vida.

Fizeram-se intensamente presentes no comércio local, exploraram os segredos da cozinha e da sexualidade, transformaram-se em solícitadíssimas parceiras, impuseram-se como guardiãs principais das tradições culturais africanas e afro-brasileiras, estabeleceram, na medida do possível, laços de amizade e de interesse com os mais bem classificados na escala social setecentista.²³⁴

De acordo com o autor, o período de cativo foi o início dos procedimentos exercidos pelas forras. No tempo em que eram escravas, várias testadoras mostraram que se apoiaram no apadrinhamento, por conta própria ou porque nele foram envolvidas, para alcançarem à liberdade, e enquanto forras tornaram-se madrinhas e contribuíram para a libertação de seus protegidos. Assim, elas reproduziram a relação de poder que experimentaram. Ao mesmo tempo em que poderiam possuir um círculo amplo de relações pessoais e diversos negócios em diferentes regiões, também mantinham relações com aqueles, que como elas, carregavam o estigma da cor e da origem.

Paiva nos permite perceber as forras através de um novo olhar, uma vez que se sustenta de testamentos para realizar sua pesquisa, fonte esta até então desconhecida para o

²³⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII*: Estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Anablume, 1995. p. 138.

estudo das forras. Dessa forma sua contribuição é de grande importância para fomentar novos trabalhos, que assim como os de Paiva, buscaram compreender as lutas e conquistas, permanências e resistências dessas mulheres de cor.

As revelações da recente produção historiográfica acerca das mulheres forras

Na primeira década do século XXI, a historiografia relativa às forras torna-se ainda mais reveladora e surpreendente à medida que podemos perceber as complexidades dessa população mineira e as conquistas alcançadas por essas mulheres em meio à sociedade escravista.

Nessa ocasião, Junia Furtado através do estudo, no arraial do Tejuco, Distrito Diamantino, sobre a polêmica forra, Chica da Silva, possibilita consideráveis descobertas a respeito das demais mulheres daquele período. A autora considera que o tipo de vida desta mulher não fugia a regra. Segundo Junia:

É verdade que as mulheres de cor, uma vez livres, adquiriam controle sobre seu destino, e o concubinato lhes oferecia alternativas numa sociedade que, por princípio, lhe negava qualquer forma de inserção. Essas mulheres eram senhoras de seu viver e traçavam seu próprio destino. Entretanto não podemos esquecer que, sob o manto dessa prática, não obstante as vantagens econômicas e sociais alcançadas efetiva-se uma exploração dupla – de cunho sexual e racial –, pois a essas mulheres jamais foi propiciada a condição de esposas. Ainda, como veremos, por viverem no mundo dos livres elas procuravam imitar seus hábitos, costumes, estilo de vida e indumentárias, de modo que reproduziam em escala menor o mundo daqueles que as haviam submetido à escravidão.²³⁵

Furtado acredita que, a partir da alforria acarretaria o momento oportuno para essas mulheres estabelecerem sua identidade cultural, no entanto, embebiam-se dos símbolos da sociedade branca para se manterem inseridas.²³⁶

Em outra obra, especificamente, no capítulo intitulado Pérolas Negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino, Junia afirma que, ainda após a morte, essas mulheres buscavam afirmar sua inserção social, através do aspecto místico. Em Minas Gerais nasceram as Irmandades legais que respondiam por todas as questões religiosas. Pertencer a essas Irmandades significava demarcar um lugar na sociedade e o reconhecimento de significativos direitos, como por exemplo, poder ser enterrado. Essas Irmandades tinham uma hierarquia e

²³⁵ FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*: O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras. 2003. p. 23.

²³⁶ FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. p.23.

deveriam funcionar como o espelho da sociedade segmentada do século XVIII. As forras, por sua vez, tiveram participação em Irmandades tanto de brancos quanto de mulatos e negros, no distrito diamantino. Assim, participar de Irmandades que congregassem outros segmentos sociais significava exteriorizar a transformação do status pelas forras.

Para afirmar sua religiosidade e tornar público seu poder, as forras deixavam várias esmolas para as Irmandades que pertenciam e para celebrações de missas, providenciando a ascensão de suas almas ao paraíso. Essas doações também poderiam ser direcionadas para encomendações de santos devotos, como para alma de pessoas específicas, afirmando as relações estabelecidas em vida. Junia nos chama a atenção novamente para o caso da forra Dona Francisca da Silva de Oliveira, que se tornou irmã em cinco Irmandades, ocupando o lugar de juíza em uma delas. Chica da Silva, como é mais conhecida, quando morreu em 1776, foi enterrada no corpo da Igreja de São Francisco de Assis referente à Irmandade destinada à congregação da elite branca. Seu corpo foi acompanhado por todas as Irmandades que congregava e teve ofício de corpo presente, com a benção de todos os sacerdotes do arraial de Tejuco²³⁷.

Claudia Mol em *Vendendo Desordens e Comprando Liberdade* dedica-se a estudar a inserção das mulheres forras em Vila Rica, a partir da segunda metade do século XVIII. Nesta época, afirma autora, cresceu numericamente a parcela forra da população, com destaque: as mulheres. Essas possuíam consideráveis oportunidades de trabalho no bojo da sociedade colonial, principalmente, aquelas tarefas – em sua maioria manuais - desprezadas pelos brancos. Através dos inventários dessas forras, Mol nos revela que essas mulheres poderiam exercer atividades paralelas. Elas poderiam, por exemplo, laborar na mineração aliada a prática da agricultura ou trabalhar com costuras e possuir um escravo com ofício de barbeiro.

A posse de escravos significava o melhor investimento na Colônia Portuguesa, sendo assim, essas mulheres buscavam assegurar-se economicamente e, estabeleciam laços de solidariedade, construídos no decorrer das tarefas desempenhadas pelas forras e seus cativos. Da mesma forma, estabeleciam-se redes de solidariedade e compadrio entre as mulheres de cor e brancos livres, garantindo proteção nos momentos necessários. Havia também relações

²³⁷ FURTADO, Junia. **Pérolas Negras**: mulheres livres de cor no Distrito diamantino. In:_(org.). Diálogos Oceânicos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.81-121.

de sociedade entre esses indivíduos, o que indica alguma aceitação e inserção dessas mulheres nessa “sociedade preconceituosa”.²³⁸

Sinhás Pretas, de Sheila de Castro Faria²³⁹, é um trabalho impar, que através de fontes testamentais propõe um novo olhar a respeito das forras. A autora inicia seu trabalho com uma correção, pois, ao contrário do que se pensava, os forros, sobretudo as mulheres, conquistaram expressivas riquezas, desempenhando bem e lucrativamente atividades diversas na economia colonial mineira. Estudos referentes ao Rio de Janeiro e a São João Del Rei revelam que as forras testamentárias geralmente compunham-se de mulheres solteiras, com menor taxa de prole e de origem africana. A maioria delas não teve filhos por escolha e o casamento objetivava algum fim diferente da prática sexual e da procriação. O testamento para essas mulheres, quase sempre sem herdeiros, significava escolher o destino das suas posses. O investimento em escravos, jóias, roupas e casas era, ainda, elemento de convergência entre essas mulheres. No entanto, a riqueza, em muitos casos, não foi sinônimo de ascensão social, posto que conquistada por suas ‘próprias indústrias’, através da venda do próprio corpo e do roubo e, revestida com uma ostentação que escandalizava seus contemporâneos. A autora afirma que a prostituição era, portanto rendosa, mas foi no comércio que alcançaram as melhores oportunidades de ampliar a renda.

A escravaria dessas mulheres era essencialmente do sexo feminino e de origem africana, não porque era mais barato, mas porque essas mulheres possuíam objetivos bem definidos. É sabido que mulheres de várias regiões na África tinham presença ativa no comércio e na preparação de alimentos, essa divisão sexual de trabalho refletiu na América Portuguesa. “Estas mulheres detinham bagagens culturais que as favoreciam, levando-as ao enriquecimento e uma certa autonomia”²⁴⁰ Assim, formaram, do outro lado do Atlântico “famílias” femininas, igualmente uma herança cultural africana, buscando fazer fortunas que assegurassem o futuro.

Da mesma forma, Eduardo França Paiva, em um estudo sobre as forras, sobretudo nas atividades mineradoras, narra a predileção dos mineradores pelos Mina, uma vez que possuíam conhecimento no trato do ouro e do ferro. Sendo assim, é possível que esses

²³⁸ MOL, Claudia Cristina. **Mulheres Forras**: Cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Dissertação de Mestrado. p. 1-18.

²³⁹ FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás Pretas**: Acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista. In: Escrito sobre a História e Educação: uma homenagem a Maria Iêda Leite Linhares. SILVA, Francisco Carlos Teixeira; FRAGOSO, João Luís; CASTRO, Hebe de (orgs). Rio de Janeiro: Mauad/SAPERJ, 2001. p.289-329

²⁴⁰ FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás Pretas**: Acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista. p. 322.

africanos constituíssem maioria entre os escravos em Minas Gerais. Nas regiões de mineração africana, a atuação feminina era fundamental na exploração do ouro. Elas se transformaram em mão de obra qualificada, tanto na África, quanto no Brasil. Muitos forros e forras ocuparam-se da mineração e empregaram seu escravos nessa empreitada, mesmo que isso não tenha acarretado na posse de terras minerais.

Além disso, na mesma região Ashant, mulheres (com suas crianças ao lado ou sendo carregadas nas costas das mães) montavam vendas nas ruas das cidades, onde ofereciam alimentos e objetos variados, pagos em ouro em pó, que servia de moedas para as transações. Ora, novamente e, não por pura coincidência, o quadro quase que de maneira idêntica, pode ser facilmente constatado nas Minas Gerais.²⁴¹

Segundo o autor, os minas partilharam cultura e, somado aos outros povos que formavam a América Portuguesa promoveram “mestiçagem cultural”. A partir dessa sociedade imposta houve trocas e resignificações. “Essas mulheres construíram redes de informação, de solidariedade e intrigas e se transformaram em poderosas mediadoras culturais”²⁴².

Considerações Finais

É possível perceber, a partir da análise historiográfica, que as mulheres forras manifestaram um mesmo padrão de comportamento nas Minas Gerais setecentistas. Os recentes estudos nos revelam possibilidades e estratégias por elas desenvolvidas e, até pouco tempo desconhecidas.

Entende-se que várias foram as atividades exercidas por elas e, na maioria das vezes, essas foram reflexos da herança cultural somado a habilidade em aproveitar os recursos disponíveis na sociedade em que estavam inseridas. O acúmulo de riquezas não foi uma conquista generalizada, é claro, no entanto esta realidade não pode ser mais descartada, independente das circunstâncias para alcançá-la.

Essas mulheres, portanto, através de suas “próprias indústrias”, incomodaram, resistiram e conquistaram seu espaço através de relações que envolveram brancos e negros, ricos e pobres no cotidiano da sociedade mineira.

²⁴¹ PAIVA, Eduardo França. **Bateias, Carumbés, Tabuleiros**: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. UFMG. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/bateiascamburestabuleirosmineracaoafricanaemestigagemnonovomundo.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2010.p. 3.

²⁴² PAIVA, Eduardo França. **Bateias, Carumbés, Tabuleiros**. p. 10.

Fontes Historiográficas

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: Acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista*. In: Escrito sobre a História e Educação: uma homenagem a Maria Iêda Leite Linhares. SILVA, Francisco Carlos Teixeira; FRAGOSO, João Luís; CASTRO, Hebe de (orgs). Rio de Janeiro: Mauad/SAPERJ, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O Averso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Famílias Barrocas: Vida Familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, 27ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1990.

FURTADO, Junia. *Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito diamantino*. In:_(org.). Diálogos Oceânicos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.81-121.

_____. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

MOL, Claudia Cristina. *Mulheres Forras: Cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Dissertação de Mestrado.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Anablume, 1995. p. 120-151.

_____. *Bateias, Carumbés, Tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo*. UFMG. Disponível em:
<<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/bateiascamburestabuleirosmineracaoafricanaemesticagemnonovomundo.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2010.

PRADO JR., Caio. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1972.

REIS, Liana Maria. *Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas minas do século XVIII*. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, nº8. Dezembro, 1989. p. 72-85.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*.
Rio de Janeiro: Graal, 4^o ed. 2004.

A Construção da Identidade Nacional Brasileira no início do século XX: As teorias racialistas em Oliveira Vianna.

Iara Andrade Senra *

Resumo: O presente artigo examina algumas teorias racialistas que embasaram, em certos momentos, o processo de construção da identidade nacional. Entre os diversos intelectuais dos séculos XIX e XX, Oliveira Vianna foi selecionado para este estudo. Os livros analisados neste trabalho foram “*Raça e Assimilação*” e a “*Evolução do Povo Brasileiro*”, nos quais Oliveira Vianna desenvolve a idéia de “raça” como fator de “atraso” ou “prosperidade nacional”.

Palavras-chave: Oliveira Vianna; “teorias raciais”; negros.

Abstract: This article examines some racial theories which, in certain moments, based the process of building a national identity. Among various intellectuals of the centuries XIX and XX Oliveira Vianna was selected for this study. The books examined were “*Race and Assimilatation*” and the “*Evolution The Brazilian People*”, in which Oliveira Vianna develops the idea of “race” as a factor of “delay” or “national prosperity”.

Keywords: Oliveira Vianna; “racials theories”; black men.

Introdução

O que nos une? O que cria em nós um sentimento de pertencimento? O que nos faz brasileiros? Por que e para que fazer parte de uma nação? O que nos leva a matar ou morrer por nossa pátria? Essas são indagações que vários autores que se propuseram a estudar a identidade nacional se deparam e discutem até hoje.

Apesar do significado do termo identidade nacional apresentar divergências entre diversos autores, tanto Benedict Anderson quanto Maria Stella Martins Bresciani concordam com as concepções subjetivas do termo, para Bresciani, a identidade nacional seria lugares comuns, “*ou seja, um fundo compartilhado de idéias, noções teorias, crenças e preconceitos,*

* Mestranda em História – USS/Vassouras

permitindo a troca de palavras, argumentos e opiniões sobre uma comunidade política efetiva”²⁴³. Já para Benedict Anderson as identidades seriam discursos construídos, imaginados. Dizer que a identidade nacional é uma construção, uma narrativa inventada, não quer dizer que ela seja irreal. Segundo José Carlos Reis ela é uma realidade tão profunda que “*envolve as mais vícerais paixões de um indivíduo*”²⁴⁴. Foi essa fraternidade construída, que segundo Anderson, *tornou possível nestes dois séculos, tantos milhões de pessoas tenham-se dado não tanto a matar, mas, sobretudo a morrer por criações imaginárias limitadas*”²⁴⁵

Admitindo a sua importância, a sua utilização com interesses ambíguos e a complexidade em se discutir identidade nacional, autores como Maria Stella Martins Bresciani, José Carlos Reis, Renato Ortiz se propuseram a desenvolver pesquisas sobre os diversos modelos de identidades nacionais criadas no Brasil, identificando os interesses contidos na formulação de cada modelo de identidade, assim como algumas consequências que tais modelos poderiam acarretar.

Segundo José Carlos Reis²⁴⁶ é preciso que o povo se conheça, para que se veja como capaz de realizações grandiosas. Por isso, para o autor, a construção da identidade nacional embasada na figura de um povo vitorioso seria de extrema importância para o futuro da nação. *Os grupos que conseguem se ver no espelho da cultura, que conseguem construir a própria figura, em uma linguagem própria, identificam-se isto é, criticam-se, reconhecem o próprio desejo e tornam-se competentes até na ação econômico-social.*²⁴⁷

Algumas reflexões sobre identidade nacional

Para se entender os conflitos e interesses gerados pela questão da identidade nacional brasileira precisaremos antes analisar o conceito de representações, visto que a identidade nacional, a nosso ver, é uma representação, sendo, portanto construída por grupos que pretendem impor seus interesses. Segundo Chartier “*As representações não são discursos*

²⁴³ BRESCIANE, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade:** Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2ª ed. São Paulo: UNESP. 2007, p.31.

²⁴⁴ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2:de Calmon a Bonfim:* a favor do Brasil: direita ou esquerda. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 17.

²⁴⁵ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008, p.334.

²⁴⁶ REIS, *op.cit.*, p. 10.

²⁴⁷ REIS, *op.cit.*. p. 10.

*neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”.*²⁴⁸,

As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes.²⁴⁹

Uma das características de identidade nacional analisada aqui como representações seriam os interesses presentes nos modelos de identidades propostos. No Brasil, o Estado foi um dos grandes formuladores da identidade, e para isso cooptou vários intelectuais para que estes desenvolvessem propostas que unissem o povo, tendo como base, por conseguinte, os interesses da elite governamental.

Outra característica da representação é seu nível de abrangência, ao contrário do folclore que se apresenta vivo em determinada comunidade, com costumes e hábitos restritos, a identidade nacional, sendo uma representação tende a ser universalista, expandindo-se por toda população, para que seja legitimada pelo povo em geral. Se as propostas de identidade não forem assimiladas pela população, não exercerá influência sobre os seus sentimentos e atos, invalida-se, portanto, uma das funções da representação que é a legitimação de uma ordem pelo consentimento e não pela violência²⁵⁰:

O termo identidade nacional tem gerado várias divergências entre os estudiosos da área, alguns advogarão a sua objetividade, ou seja, para eles, identidade nacional seria um elemento imutável, integrador, para outros, identidade nacional seria algo subjetivo, sendo assim, construído, transformado, podendo um mesmo indivíduo se sentir fazendo parte de diversas identidades e a qualquer momento se desvincular de uma delas; é por esta concepção subjetiva de identidade, que podemos situá-la como uma representação.

A concepção objetiva da identidade mostra-se demasiadamente fechada, primeiro porque vários foram os modelos de identidades presentes em um mesmo país, isso demonstra transformação de idéias e não imutabilidade, segundo porque não existe nada que nos tornem iguais, por isso mesmo, tal homogeneização tem que ser construída. Estes são alguns dos

²⁴⁸ CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro:Difel, 2002, p. 17.

²⁴⁹CARVALHO, Francismar Alex Lopes de, **O conceito de representações segundo Roger Chartier** *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 149, 2005. Disponível em: www.dialogos.uem.br/include/getdoc.php?id=535&article=183...pdf > Acesso em: 21 de nov, 2009,

²⁵⁰ Entende-se aqui, a violência física, visto que a violência simbólica também é uma forma de representação, utilizada com o intuito de manter a ordem. Chartier chama a atenção para o recuo da violência física direta; quando há a ampliação da chamada violência simbólica, ou seja, da violência consentida por quem a sofre.

problemas que encontramos ao conceituar identidade nacional de modo restrito, a identidade nacional seria então uma representação, um discurso construído²⁵¹.

O fato de a identidade nacional ser uma representação não quer dizer que ela seja irreal. Segundo Sandra Jatahy Pesavento representações são:

[...] matizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva [...]Tal pressuposto implica eliminar do campo de análise a tradicional clivagem entre o real e o não-real, uma vez que a representação tem a capacidade de substituir a realidade que representa, construindo um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem²⁵²

Benedict Anderson dissertando sobre o caráter real ou irreal das comunidades imaginadas afirma: “*As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas*”.²⁵³ Portanto, em certos lugares a identidade nacional poderá ter como base a língua, o passado, em outros a “raça”, os hábitos ou o temperamento do povo, ou seja, cada país, grupo ou classe imaginou uma proposta de identidade que se transformou no tempo e no espaço.

Já Renato Ortiz analisando as várias divergências entre os autores causadas pela idéia da falsidade ou autenticidade da identidade nacional afirma:

[...] a procura de uma “identidade brasileira” ou de uma “memória” brasileira que seja sua essência verdadeira é um falso problema. [...] a pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais ela se vinculam e a que interesses elas servem?²⁵⁴

Para Ortiz, o termo identidade nacional apesar de gerar várias divergências entre estudiosos²⁵⁵, oferece um caminho para entender aquilo que o autor afirmou estar em primeiro plano: os agentes que constroem a interpretações sobre a realidade, são eles, os intelectuais que desempenharão o papel de mediadores simbólicos entre o nacional e o popular.

Os intelectuais serão os responsáveis pela formulação de modelos de identidade, e esta, vista agora como uma representação, expressa por meio de discursos de imposições de visões e interesses destes intelectuais, gerará também vários conflitos ideológicos, ou seja,

²⁵¹ Ver Benedict Anderson, **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

²⁵² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar. In **História e História Cultural**. Autêntica, 2003. p.39-41.

²⁵³ ANDERSON, *op.cit.*, p.33.

²⁵⁴ ORTIZ, *op.cit.* p.139.

²⁵⁵ Bresciani, por exemplo, afirma que os “*autores brasileiros, assim como Ortiz, teriam se mantidos prisioneiros da já indicada dualidade interna e externa da diferença*”.

lutas de representações, no qual cada intelectual buscará legitimar a sua concepção de identidade nacional.

Os discursos racialistas de Oliveira Vianna

No Brasil as teorias racialistas tiveram grande impulso no século XIX, com a Geração de 1870²⁵⁶, tais teorias irão influenciar Oliveira Vianna, intelectual do século XX cujas idéias serão analisadas neste artigo.

A construção da Identidade Nacional era uma preocupação para os intelectuais da Geração de 1870. Estes buscavam as peculiaridades que fundamentariam a nossa nacionalidade, analisando em o que nos diferenciávamos dos demais povos e definindo em que nos assemelhávamos como brasileiros.

Alguns membros da Geração de 1870, entre eles Sílvio Romero, identificaram como fator de diferenciação das demais nacionalidades, a “raça” e o meio físico brasileiro, porém estes eram fatores que não se traduziam em algo positivo para nação, visto que o meio era responsável por gerar povos pouco dispostos ao trabalho físico e intelectual, e as etnias que compunham o país eram consideradas inferiores e pouco civilizáveis.

Assim como a Identidade Nacional se definia na diferença, também era preciso traçar aspectos em comum no interior do território, e isso era um problema para época, como homogeneizar culturas tão diferentes como as que se encontravam no Brasil? A solução foi encontrada na mestiçagem,

Se a mestiçagem não era bem vista pelas teorias racialistas estrangeiras que tanto influenciaram os “*homens da sciencia*”²⁵⁷ de 1870, estes tiveram que adaptar tais teorias para que atendessem melhor aos problemas de um país que já era muito miscigenado. A mestiçagem passou então, a ser solução e não mais o problema nacional, visto que por meio dela se branquearia a população. Segundo Lília Schwarcz:

Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes

²⁵⁶ A Geração de 1870 preocupou-se, fundamentalmente, com a formulação de projetos capazes de tornar o Brasil um país moderno, possuía vários representantes entre eles: Nina Rodrigues, Euclides Cunha e Sílvio Romero

²⁵⁷ Termo presente no livro *espetáculo das Raças* Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870 – 1930 de Lília Mortiz Schwarcz que designa os cientistas sociais de 1870.

Oliveira Vianna, influenciado por tais teorias, também desenvolverá seus estudos sobre a mestiçagem brasileira. Dissertando sobre o termo *melting-pot* (interfusão das “raças”) elabora idéias sobre a identidade, embasado na pré-seleção das “raças” e na atuação de um Estado Autoritário.

Vianna buscou explicar a evolução do povo brasileiro, tendo como parâmetros o determinismo biológico e mesológico. A estrutura social de um povo seria influenciada pela geografia, pelo clima e pelos grupos étnicos que nesse meio passaram a viver e se miscigenar. A influência recíproca entre meio e “raça” gerariam as características do povo brasileiro e moldariam a sociedade.

Alegava que as “raças” humanas se encontrariam em estágios diferentes na escala evolutiva, deduziu que as “raças” mais evoluídas biologicamente também seriam as mais evoluídas em relação à cultura, por isso afirmou que a classe dirigente, representada pela cor branca, seria superior à massa popular, formada em sua maioria por negros e mestiços.

Vianna defendeu a inferioridade negra, elaborou a idéia de arianização para solucionar os problemas étnicos e sociais, segundo o mesmo, o negro puro era portador de fisionomia repulsiva, comportamentos amorais e deveria ser exterminado, afirmava que a abolição da escravatura só retardou a eliminação do negro em nosso país, visto que, a eugenia do elemento negro se faria por três causas principais: miséria, vício e castigo. Em seu livro *Raça e Assimilação* desenvolve a idéia da superioridade intelectual ariana. Segundo Vianna:

(...) o negro puro revela na sua generalidade, uma menor fecundidade do que as “raças” arianas ou semitas, com que ele tem estado em contato. Para os tipos de classe F de Galton, ou para os supernormais, como diz a tecnologia psicométrica contemporânea, o negro, com efeito, não me parece poder competir com as “raças” brancas ou amarelas.²⁵⁹

O autor dizia que, poderia até existir negros com capacidades intelectuais altas, mas isso ocorreria em quantidades reduzidas em relação à capacidade do homem branco. Ao se deter neste ponto de vista, concluiu que os brancos, por terem níveis superiores, concentrar-se-iam normalmente nas camadas sociais mais altas e conseqüentemente formariam a elite dirigente.

²⁵⁸ SCHWARCZ, Lília Mortiz. **O espetáculo das Raça:** Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870 – 1930, São Paulo: Companhia das letras. 1993 p. 18.

²⁵⁹ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação.** 4. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959. p.195.

Em Evolução do povo Brasileiro, ao traçar as características da aristocracia fundiária brasileira, exalta até mesmo as suas origens. Para ele, os portugueses eram os elementos sadios e quando requeriam as sesmarias costumavam alegar ser homens de alta moralidade. Se houve uma seleção social, racial e moral, na escolha dos primeiros sesmeiros, nada mais justo, para justificar a posse dos descendentes portugueses sobre os latifúndios, a sua história de grandes e valiosos homens.

(...) apenas alguns colonizadores provém da plebe peninsular, (...) a maioria pertence a nobreza (...) e às nobilíssimas casas de Portugal, Castela, França e Alemanha.

Dada a composição étnica das classes sociais na península e na Europa, por aquele tempo, tudo nos leva a crer:

a) que nos primeiros contingentes colonizadores, que para aqui vieram voluntariamente, os elementos mais importantes ou influentes deviam pertencer ao tipo dólico-louro e de alta estatura.

b) Que as copiosas correntes que afluem mais tarde, para nossa terra, (...), principalmente depois da descoberta das minas, deviam ser composta principalmente de branquióides e dolicóides brunos e de pequena estatura, de raça celtibérica que dominava as classes populares e rurais da sociedade peninsular. Quanto aos elementos dólicos-louros há fortes indícios que um grande número deles aqui se fixaram formando as figuras centrais da nossa aristocracia.²⁶⁰

A pré-seleção da “raça” o futuro da nação

Segundo o autor, a raça de um indivíduo poderia influir dentro de um coeficiente de probabilidades muito alto sobre as suas predisposições patológicas, temperamento e inteligência, por isso advoga que a seleção do tipo constitucional de um indivíduo seria essencial para a construção de uma nação racional e próspera.

Compreende-se agora porque uma nação não pode ser indiferente nem a qualidade, nem à quantidade de elementos raciais que entrem na sua composição. Trazendo para a formação do plasma racial os seus tipos de constituição mais frequentes, estes elementos raciais determinam os tipos de temperamento e de inteligência que devem preponderar na massa social.²⁶¹

Observa-se na citação, que para Vianna, uma seleção dos tipos raciais se faria necessário no Brasil, visto que, o temperamento e a inteligência do grupo humano influenciariam na própria formação da nação. Um grupo de indivíduos com temperamentos indecisos levaria o país ao clima de instabilidade, ou pelo contrário, um grupo de indivíduos impulsivos levaria ao aumento da criminalidade e à intensificação dos conflitos sociais. Pior

²⁶⁰ VIANNA, *op. cit.* p.129

²⁶¹ VIANNA, *op. cit.* p.39.

ainda, a seu ver, seria uma nação formada por elementos negros, fator degenerador, de fisionomia repulsiva, inteligência inferior e caráter duvidável. Para Vianna, haveria um encadeamento de problemas ou benefícios que teriam como principal causa a raça. Segundo ele, a raça influiria no tipo de constituição do indivíduo, esse determinaria o tipo de inteligência e temperamentos. Por conseguinte, estes condicionariam as manifestações culturais e sociais.

Se a raça influi diretamente no destino da nação a distribuição regional deveria ser bem planejada. Conhecendo as três “raças” e a sua distribuição pelo território nacional, saberíamos a especialização funcional na economia de cada região: em regiões onde preponderasse a raça branca, ali, encontraríamos os cargos relacionados ao poder voltados para o latifúndio e a vida intelectual; nos locais onde preponderassem índios e negros encontraríamos os trabalhadores braçais, que deveriam ser tutelados pelo senhor, por não se igualar a ele intelectualmente.

Segundo o historiador, o estudo da diferenciação racial também era importante para o processo de eugenia; - termo criado por Francis Gatton -, que a definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente.

Para Vianna o estudo das “raças” seria de extrema importância, visto que verificar quais foram os tipos de mestiços que se adaptariam melhor ao meio evitariam problemas futuros de não assimilação (melting-pot baixo) ou de cruzamentos que poderiam prejudicar a formação nacional, ou seja, de cruzamentos que gerariam com maior incidência o mulato. Fomentar uma política de seleção da imigração e dos grupos de negros que aqui já viviam, era de muita importância, visto que a etnia que contribuísse com a maior parcela para o melting-pot, conseqüentemente imporia seu tipo morfológico, psicológico e cultural sobre os demais, influenciado na formação política e social do país. Por isso a mestiçagem não poderia ocorrer com qualquer raça branca, e muito menos com qualquer raça negra, os negros eugênicos eram os melhores para se misturarem aos brancos e se embranquecerem, não é necessário dizer que os negros eugênicos eram aqueles que se submetiam mais facilmente a tudo que lhe eram imposto e possuíam características físicas mais próximas às dos brancos.

Como podemos observar a miscigenação não era tão estigmatizada por Vianna, porém o melting-pot preconizado por ele deveria ser muito bem estruturado, visto que a intenção era embranquecer o povo brasileiro. “*O processo civilizatório, por seu turno, era um atributo da*

raça branca que mesmo quando se misturava com os negros e outras “raças” inferiores arianizava-os”.²⁶²

Em resumo a discussão em questão buscou desenvolver uma breve análise das obras de Oliveira Vianna, enfatizando a sua função como intelectual que identificou no fator racial, mecanismos que construiriam a identidade da nação. Propõe assim, a idéia da inter fusão racial, ou seja, a mestiçagem com “raças” pré-selecionadas.

Se a miscigenação era criticada pelas teorias racialistas no estrangeiro, no Brasil passou a ser identificada como solução para os problemas nacionais. De acordo com Vianna, éramos um povo cuja diversidade étnica se traduzia em malefícios para nação - devido à concepção de inferioridade racial -, mas através da mestiçagem com “raças” selecionadas, a população se branquearia e se construiria uma nação forte.

Segundo, Oliveira Vianna a construção de uma nação próspera teria como fator determinante a “raça de seu povo”, visto que era a “raça” que iria influenciar no intelecto, no temperamento e conseqüentemente nas manifestações culturais e sociais. Por isso uma nação não poderia ser insensível à qualidade de elementos raciais que entrariam em sua composição.

Apesar das críticas, Oliveira Vianna, foi um historiador importantíssimo para o estudo do Brasil, considerado até então, um de seus intérpretes, descartar toda sua obra, seria invalidar importantes contribuições trazidas para o meio acadêmico, porém é sabido também que algumas de suas teorias, entre elas a diferenciação das “raças” serviu de amparo ideológico, visto que ao se forjar uma proposta de Identidade Nacional embasada em fatores étnicos, estigmatizou-se o negro e o mulato, pela concepção de inferioridade racial.

Fontes

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**: 4. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

_____, **Raça e Assimilação**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008

²⁶² MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990, p.198.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade:** Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2ª ed. São Paulo: UNESP. 2007.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de, **O conceito de representações segundo Roger Chartier** *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 149, 2005. Disponível em: www.dialogos.uem.br/include/getdoc.php?id=535&article=183...pdf > Acesso em: 21 de nov, 2009.

CHARTIER, Roger, **A História Cultural entre Práticas e Representações**. 2ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**, Autêntica, 2003.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio:** o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2:de Calon a Bonfim:** a favor do Brasil: direita ou esquerda. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. **O espetáculo das Raça:** Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870 – 1930, São Paulo: Companhia das letras. 1993

**A Tradição na Modernidade: Gilberto Freyre, o modernismo e o Movimento
Regionalista de 1926.**

Mariane Ambrósio Costa

Resumo: O presente artigo busca apresentar as posições de Gilberto Freyre (1900-1987) acerca do Movimento Modernista, ocorrido em São Paulo em 1922, e o Movimento Regionalista do Recife, em 1926. Como ambos se desenvolveram em um período histórico semelhante (a chamada República Velha, 1889-1930), busca analisar a posição intelectual de ambos os movimentos e as considerações do autor acerca dos mesmos. Seu objetivo principal é analisar a recepção do movimento modernista no Nordeste a partir do posicionamento de Gilberto Freyre e sua relação com o movimento regionalista que se desenvolvia na referida região.

Palavras-Chave: Gilberto Freyre; Modernismo; Regionalismo.

Abstract: The follow article presents the positions of Gilberto Freyre (1900 – 1987) about the Modernism Movement, that happened in São Paulo, 1922, and the Regionalist Movement from Recife, 1926. As both developed in the same historic moment, it pretends to analyze the intectual position of both movements and the considerations of Freyre about then. Its objective is analyze the reception of the Modernism Movement in Nordeste from the attitudes of Freyre and his report with the regionalism that develops in that region.

Keywords: Gilberto Freyre; Modernism; Regionalism.

Introdução

Gilberto Freyre é um dos maiores ensaístas da história intelectual brasileira. Em várias áreas de ensino, sua obra permite diversas abordagens, da escravidão a culinária, encantando a todos os seus leitores.

Intelectual desde sempre, Gilberto nos oferece uma singular possibilidade de análise ao que diz respeito ao Movimento Modernista. Considerado por muitos (juntamente com Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Hollanda, também ensaístas da década de 30) modernista, mas discordando de vários pontos da proposta paulista, Gilberto nos trás a tona uma solução: o

regionalismo. A afirmação do poder regional frente ao cosmopolitismo paulista. Tudo isso, bem ao seu modo Gilberto Freyre de ser: ambíguo, mas coerente e sedutor, capaz de gerar a primeira leitura pouca contestação.

Modernismo

O movimento modernista teve como seu pontapé inicial a Semana de Arte Moderna, no teatro Municipal de São Paulo em fevereiro de 1922. A semana teve como objetivo principal a propagação dos ideais de uma nova geração intelectual que estava surgindo no sudeste, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Geração esta que estava totalmente influenciada pelas correntes de pensamento que predominavam na Europa desde o início do século, e que viriam a renovar totalmente o quadro literário no Brasil.²⁶³

Porém, apesar de dotados de certa consistência ideológica, os membros do movimento se baseavam em aspectos unicamente literários e estéticos. Seu objetivo principal era absorver o máximo de cultura exterior e, num movimento antropofágico, trazê-la para a realidade brasileira.²⁶⁴ Mas como entendiam a “realidade brasileira” apenas como o círculo cosmopolita onde haviam crescido, e tinham como única pretensão a renovação da sensibilidade estética dentro de um espírito futurista, não possuíam condições de entender internamente os processos que agitavam o Brasil. É importante ressaltar que o termo “movimento modernista” aqui tratado se refere ao início do movimento, a chamada “fase heróica”, compreendida entre 1922 e 1930, também conhecida como “pau Brasil” ou fase “antropofágica”.

A maior crítica de Gilberto Freyre em relação ao movimento modernista é em relação ao nacionalismo pregado pelos paulistas. Era um nacionalismo cosmopolita, que pregava a ordem e a disciplina. Para o autor, seria difícil conseguir se entusiasmar com um movimento que lhe soava postiço, e com vozes sempre carnavalescas. Nas próprias palavras do autor, era “o barato cosmopolitismo em que entre nós se vai dissolvendo o espírito nacional”, com enormes influencias das fitas americanas e da literatura francesa.²⁶⁵ Ao falar de São Paulo, o chama de um estado político quase todo artificial, que dominou os outros espaços do país por

²⁶³ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

²⁶⁴ Idem, pág. 344.

²⁶⁵ FREYRE, Gilberto. Unidade e Diversidade, Nação e Região. In: *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Ed. José Olympio, 1947.pág.149.

meio de uma subordinação quantitativa, devido a sua maior população, mais leitores, mais loucos e fábricas.²⁶⁶

Pode-se notar, através dessas falas do autor, o quanto o mesmo era contra a penetração das idéias modernistas. Mais do que isso, há no fundo um ressentimento maior. Membro da elite pernambucana, Gilberto não se contentava com o declínio da importância da cana de açúcar em detrimento do desenvolvimento industrial do centro-sul do país. Além disso, para Gilberto, os novos setores urbano-industriais deveriam reconhecer a importância dos setores oligárquicos para a manutenção da ordem no Estado. Em suma, Freyre acredita que a nova burguesia industrial é fraca e frágil, e só se sustentaria com as bases, essas sim consolidadas, do tradicionalismo agrário.

Regionalismo

Em função da expansão do modernismo paulista para diversas partes do país, é organizado, em 1926, na cidade de Recife, o Primeiro Congresso Regionalista. Segundo Élide Rugai Bastos, também era chamado de tradicionalista, e pregava um nacionalismo tradicional e regionalista.²⁶⁷ Na conferência de abertura, proferida por Gilberto, é lido o polêmico Manifesto Regionalista, que em suas palavras iniciais diz:

Nosso movimento não pretende senão inspirar uma nova organização do Brasil. Uma nova organização em que as vestes em que anda metida a República - roupas feitas, roupagens exóticas, veludos para frios, peles para gelos que não existem por aqui - sejam substituídas não por outras roupas feitas por modista estrangeira, mas por vestido ou simplesmente túnica costurada pachorrentamente em casa: aos poucos e toda sob medida.²⁶⁸

Na definição do próprio Freyre,

O movimento regionalista que um grupo de escritores, artistas e cientistas iniciaram há 22 anos no Brasil e que representa, talvez, o primeiro movimento sistemático dessa espécie na América, foi e continua a ser um esforço para encorajar no Brasil uma vida cultural mais espontânea através de mais livre expressão de cultura por parte da gente das suas várias regiões.²⁶⁹

²⁶⁶ Idem, pág.151.

²⁶⁷ BASTOS, Élide Rugai. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, Reginaldo (org). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Cap.3.

²⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 1952.

²⁶⁹ FREYRE, Gilberto. *Unidade e Diversidade, Nação e Região*. In: *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Ed. José Olympio, 1947.pág.144.

O Regionalismo, enquanto matizes ideológicas, pregava o tradicionalismo das idéias e instituições. Diz que é a partir da exploração potencial de cada região brasileira que se terá a possibilidade de se chegar a uma questão nacional. Freyre diz que o mesmo pode ser identificado como uma filosofia social, uma vez que uma região pode ser politicamente menos que uma nação, mas é mais vitalmente e culturalmente, e é fundamental como condição de vida e meio de expressão.²⁷⁰

É um movimento filosófico como outro qualquer, mas não tem razão de ser se não fosse seu antagonismo: o universalismo ou cosmopolitismo. O Nordeste, berço do movimento, tem uma cultura e história riquíssima, mas vai perdendo seu valor e consciência através da influencia geral de uniformização oriunda da conquista industrial do Brasil. Freyre defende que o problema do Brasil não é resistir às tendências externas, mas sim, combinar a diversidade regional com a unidade nacional.²⁷¹ O que ele demonstra como solução, porém sem mencionar que esta seria uma possível solução, seria a diminuição da importância dos estados, e que as regiões fossem tratadas como realidades orgânicas. Cada uma guardaria suas características principais, mas se tornariam interdependentes economicamente, em suas necessidades e na solução de seus problemas, de uma forma em que a diversidade fosse mais criadora, e a unidade, menos complexa.²⁷² Em suma, o modelo perfeito seria uma unidade assegurada através de regiões coordenadas por um organismo maior, que não iria oprimi-las ou explorá-las.

Conclusão

Encontrar na obra de Gilberto Freyre suas opiniões acerca dos movimentos não é uma tarefa fácil, e ainda há uma leva grande de livros, documentos, cartas e artigos de jornais a serem analisados. Mas, com o material analisado até então, podemos chegar a algumas conclusões. Em nenhum momento Freyre não se considerou modernista. Pelo contrário, se considerava até mais moderno do que os paulistas, pois conseguiria promover a modernização em todas as esferas da atividade humana (Agricultura, urbanismo, paisagismo, culinária, educação, arquitetura, medicina, etc.), através do tripé tradição-região-modernidade.²⁷³

²⁷⁰ Ibidem.pág.165

²⁷¹ Ibidem, pág. 170

²⁷² Ibidem, pág.171.

²⁷³ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.v.6.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

Ambos os movimentos, nas fases estudadas pela pesquisa, perderam ou mudaram seu foco após 1930. Encontram-se, a partir de então, as fases mais sólidas e menos “românticas” destes movimentos, existindo até mesmo uma aproximação futura entre ambos (caso este que será estudado posteriormente). Finalmente, ambos eram movimentos, em certa parte, pueris, que buscavam defender interesses pouco fundamentados teoricamente. Suas filosofias tinham um quê de futilidade, e não representavam um projeto político realmente firme para a nação brasileira. Nas palavras de Mário de Andrade, passados mais de 20 anos da Semana, sobre a fugacidade do movimento, o mesmo rebate: “Éramos todos uns tolos”.

Referencias bibliográficas

BASTOS, Élide Rugai. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, Reginaldo (org). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Cap.3.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

FREYRE, Gilberto. Unidade e Diversidade, Nação e Região. In: *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Ed. José Olympio, 1947.pág.144.

_____. *Manifesto Regionalista*. 1952.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.v.6.

Sociedade, Economia e Política no Brasil República

Operários Têxteis nos Processos Trabalhistas: justiça e trabalho nos anos 50.

Alessandra Belo Assis Silva*

Resumo: Este trabalho pretende discutir como a Justiça do Trabalho (JT) articulou-se às experiências dos trabalhadores, baseado no estudo de caso da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) do município de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Para isso, analiso especificamente o comportamento dos trabalhadores têxteis de Juiz de Fora através das ações coletivas impetradas na Justiça do Trabalho durante a década de 1950. A análise destes processos trabalhistas, localizados no Arquivo Municipal de Juiz de Fora, possibilita conhecer a experiência dos trabalhadores têxteis em relação às leis e o direito, observando como essa categoria utilizou os sindicatos e a Justiça do Trabalho para defender seus interesses.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; trabalhadores têxteis; ações coletivas.

Abstract: This study discusses how the Labour Justice has articulated to the workers experiences, based on case study of Juiz de Fora Board of Conciliation and Arbitration. For this, I analyze specifically the behavior of the textile workers through the collective processes during the 1950s. The analysis of these job legal processes besides the newspapers of that time located in Municipal Archive of Juiz de Fora, allows a deeper understanding of the connexion between working class mobilization and Labour Justice. In other words, this study makes possible to know how this category used the union and Justice to defend their interests.

Keywords: Labour Justice; textile workers; collective processes.

Introdução

* Graduanda do último período da faculdade de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: abzinha@yahoo.com.br.

A Justiça do Trabalho, embora ainda possa ser considerada alvo de poucos estudos nas áreas de história e ciências sociais, conheceu a partir da década de 1990 e principalmente na década de 2000, por todo o Brasil, estudos [ainda esparsos] que privilegiam as experiências dos trabalhadores dentro do espaço judicial permitindo encontrar ali aspectos de definição e redefinição das próprias relações sociais²⁷⁴. Como se sabe a JT foi na última década, colocada no centro das atenções, ameaçada sem sucesso por projetos de governo que previam transformações profundas ou mesmo sua extinção²⁷⁵, o que pode explicar entre outros motivos, o interesse por estudos sobre esta instituição.

Esta instituição foi formalmente criada em 1934, pela Constituição, e só foi inaugurada no Brasil em 1941, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, sendo instalada no município de Juiz de Fora no ano de 1944. Foi criada com o objetivo de arrefecer a luta de classes no país e deslocá-la para a esfera institucional, isto é, para o âmbito do Estado. A justiça trabalhista constituiria, portanto, espaço privilegiado para a solução de conflitos, tornando-se decorrer de sua evolução, instrumento fundamental para os trabalhadores, como pretendeu o Estado Novo, deixando-a como legado para os governos posteriores. A instituição, segundo Noronha²⁷⁶, faz parte da tradição *legislada* que caracteriza a sociedade brasileira, tal como atesta o fato de que o país viveu pouco tempo de trabalho regulado sem a presença de tal instituição. O Estado, de acordo com o sistema legislado, tornava-se o lugar por excelência de formulação das normas e regras de uso do trabalho, bem como das normas e regras de distribuição do fruto do trabalho através da legislação social. Este fato, ligado ao

²⁷⁴BARBOSA, Denílson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho*: Estudo de Caso do Município de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em História).Universidade Federal de Juiz de Fora,2008. CORRÊA, Larissa Rosa.*Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho*: leis e direitos na cidade de São Paulo - 1953 a 1964, Dissertação (Mestrado em História).UNICAMP,2007. MENDES, Alexandre. *Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho*: experiências, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca – SP, 1968 a 1988). Tese de doutorado, Unesp, Franca, 2005. PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na fábrica*: cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – o caso de Juiz de Fora – MG. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Usp, São Paulo, 1996. OREL, Regina L. de Moraes e MANGABEIRA, Wilma. *Velho” e “novo” Sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho*: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. Dados 37, nº1, 1994.

²⁷⁵ Para que se tenha uma idéia mais aprofundada das transformações que envolveram a Justiça do Trabalho consagradas na Constituição de 1988 e seus desdobramentos na década de 1990, sobretudo inseridos no processo de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho ver, GOMES, Ângela de Castro. *Retrato falado*: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados. Revista de Estudos Históricos, nº 37, jan-jun 2006. Ver também, DELGADO, Mauricio Godinho. As duas faces da nova competência da Justiça do Trabalho. In: COUTINHO, Grijalbo Fernandes e FAVA, Marcos Neves(orgs).*Nova competência da Justiça do Trabalho*.LTR. Anamatra.2005.

²⁷⁶ NORONHA, Eduardo G. **O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, v.43, n.2, p.241-290. 2000

processo de judicialização das relações de classe como nos atesta Luiz Werneck Vianna²⁷⁷, prova que o recurso à Justiça do Trabalho, juntamente com as demais formas de manifestação de reivindicações dos trabalhadores, fazem parte da tradição brasileira de luta pelos direitos dessa classe.

O que se vê atualmente em se tratando dos estudos acerca de processos trabalhistas é que eles têm de fato, chamado a atenção dos pesquisadores. Um dos motivos deve-se à idéia, segundo Larissa Rosa Correia:

[...] bastante difundida nos anos de 1960 e 1970, de que a Justiça do Trabalho representava uma instituição a serviço da burguesia industrial, afundada em procedimentos burocráticos e manipulada pelo Estado. Contudo embora alguns historiadores viram e vêem na JT um meio de desbaratar os interesses dos trabalhadores, outros observaram um aspecto importante para a classe trabalhadora: o direito de reclamar seus direitos. Mesmo que as leis não fossem respeitadas pelos patrões, a CLT abriu novas possibilidades de os trabalhadores lutarem por direitos.²⁷⁸

Antes de qualquer coisa, é preciso afirmar que parto do pressuposto sabiamente formulado por Maria Célia Paoli de que “a formação da classe operária brasileira não pode ser entendida sem considerar-se a intervenção legal do Estado nas relações de trabalho cotidianas e o modo como a CLT “serviu para moldar a demanda dos trabalhadores por justiça”²⁷⁹

No pós-1945 os sindicatos continuaram sendo referência para a militância operária nas lutas pela validação de seus direitos. A escolha pela década de 1950, neste estudo encontra sua justificativa na posição central assumida pelos trabalhadores, em termos nacionais, durante esse período. Com um sistema político mais aberto, onde a democracia encontrou espaço para se efetivar, a classe trabalhadora não foi um elemento passivo, como podemos ver em estudo organizado por Alexandre Fortes que contém textos sobre movimentos grevistas no Brasil nesta época²⁸⁰. Além disso, segundo Correia, havia uma idéia propagada no meio empresarial ao longo dos anos 1950 e 1960. Trata-se do abuso dos trabalhadores por reclamar seus direitos trabalhistas. Aliás, desde o final da década de 1940, os industriais comumente acusavam a classe trabalhadora de tentar enriquecer de maneira ilícita por meio de “aventuras

²⁷⁷ Entende-se por *judicialização das relações de classe (ou sociais)* a expansão do direito para novas esferas da vida social, papel este desempenhado pela Justiça do Trabalho. Ver: WERNECK VIANNA, Luiz Werneck. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Revan, 1999, p.149.

²⁷⁸ CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo - 1953 a 1964**, Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, 2007.

²⁷⁹ PAOLI, Maria Célia “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”. In: LEITE LOPES, J.S (org). *Identidade e cultura operária*. Rio de Janeiro: UERJ/ Museu Nacional/ Marco Zero, 1987, p. 69.

²⁸⁰ FORTES, Alexandre (Org.). **Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho**. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

judiciais”.²⁸¹ A regulamentação das relações de trabalho, independente de sua aplicação, representava, ao trabalhador, uma oportunidade, concreta e acessível, de frear os abusos patronais, utilizando-se das possibilidades que o mundo legal lhe oferecia. A classe trabalhadora passou a fazer uso das mesmas armas articuladas pelo patronato, a própria legislação trabalhista, antes usada para persuadi-los. Essas leis, que tantas vezes os oprimiam, foram revertidas em estratégias de luta pela reivindicação de direitos, além de possibilitarem a elaboração de táticas de resistência no cotidiano das relações de trabalho nas fábricas, obtendo muitas vezes resultados positivos.

A luta econômica por melhores salários, emprego e condições de trabalho adequadas, conseguiu unir-se às demandas propriamente políticas, dando uma dimensão mais avançada ao movimento dos trabalhadores. Samuel Fernando de Souza afirma que além de uma luta por direitos calcada apenas em greves e manifestações os trabalhadores utilizavam a instrumentária legal tanto no que se refere aos processos trabalhistas quanto em sua retórica. De fato, os trabalhadores apropriavam-se dos discursos políticos para solicitar benefícios, incorporando uma filosofia jurídica oficial à sua cultura. Esta, recheada de noções específicas de direito e justiça, era empenhada nas jornadas judiciais em defesa das garantias de lei. Assim, os patrões foram submetidos às regras jurídicas e certa quantidade das reclamações de empregados nas cortes de trabalho teve resultados positivos em situações concretas de conflitos de interesses²⁸². Apesar do aspecto de dominação que caracteriza os dispositivos legais, a lei não deixava de apresentar certa independência e garantir alguma proteção aos trabalhadores.

Diante disso, este trabalho pretende discutir como a Justiça do Trabalho (JT) articulou-se às experiências dos trabalhadores, baseado no estudo de caso da Junta de Conciliação e Julgamento do município de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Para isso, analiso especificamente o comportamento dos trabalhadores têxteis de Juiz de Fora através das *ações coletivas* impetradas na Justiça do Trabalho durante a década de 1950. A análise destes processos trabalhistas, localizados no Arquivo Municipal de Juiz de Fora, possibilita conhecer a experiência dos trabalhadores têxteis em relação às leis e o direito, observando como essa categoria utilizou os sindicatos e a Justiça do Trabalho para defender seus interesses.

²⁸¹ CORRÊA, Larissa Rosa. Op cit. p.4

²⁸² SOUZA, Samuel Fernando de. “**Coagidos ou subornados**”: *trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 30*. 2007. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. p.17.

O interesse por esse tipo de estudo veio principalmente após um contato prévio com os processos trabalhistas durante longo processo de digitalização, para um projeto da Professora Dra. Valéria Marques Lobo²⁸³, que entre objetivos de análise primordiais visava a guarda desse imenso tesouro histórico. Nele, pudemos observar o grande número de processos trabalhistas, principalmente referentes aos trabalhadores têxteis, devido ao número significativo de indústrias dessa categoria na cidade de Juiz de Fora.

A escolha pela década de 1950 encontra justificativa em dois fatores. Em primeiro lugar, pelo fato de representar um período de significativo crescimento da força do movimento sindical, que, conforme apontou Ângela de Castro Gomes, “se utilizou dos dois instrumentos principais que possuía para lutar pela aplicação dos direitos do trabalho: as greves e o recurso à Justiça do Trabalho”²⁸⁴ e por ter sido esta década, um momento de transformação industrial que iria modificar as relações de trabalho nas fábricas.

A opção pelos trabalhadores têxteis firma-se numa observação geral da trajetória que este setor havia tido nas décadas de 40 a 60: as indústrias têxteis, com uma tradição mais longa, dentro de um novo contexto econômico que se evidenciava a partir do segundo governo Vargas em 1951. Esta nova conjuntura econômica consiste no processo, já muito falado pela historiografia, marcado pela diversificação da produção industrial e crescimento da participação de grandes empresas em detrimento das pequenas, além da implementação de mudanças tecnológicas e na composição da mão-de-obra. Em linhas gerais, esse processo é identificado com as chamadas “substituição de importados” e/ou com a “mudança na divisão internacional do trabalho”. De fato, no conjunto de processos analisados, firma-se uma imagem das dificuldades vividas pelo setor têxtil. Esta situação pode ser lida na natureza dos processos que envolvem as empresas têxteis: atraso e redução de salários, mudanças nas jornadas de trabalho, decorrentes de queda nas demandas da produção, de falências e concordatas. Estes processos envolviam vários trabalhadores, quando não a empresa toda.

As ações coletivas, apareceram então, permitindo mais que as individuais uma análise ainda mais ampla do mundo dos trabalhadores. Elas permitem ao historiador analisar diversas temáticas referentes ao mundo do trabalho, entre elas, os conflitos e negociações entre empregadores e trabalhadores intermediados pela JT, as relações de trabalho dentro da fábrica, os aspectos do processo de industrialização, as relações entre os trabalhadores e o

²⁸³ Projeto de pesquisa apresentando a FAPEMIG em 2008 intitulado “*Estado e Sociedade : entre a cidadania e a exclusão.*”

²⁸⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e Direitos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p.48.

sindicato que os representa, a própria representatividade desse sindicato, o pensamento e a atuação dos magistrados em ações coletivas, tanto juízes, quanto advogados.

Além disso, a existência de poucos, mas relevantes estudos sobre os trabalhadores, sindicatos e o uso da Justiça do Trabalho por estes, no caso de Juiz de Fora, revelam como esta cidade acompanha o percurso trabalhista nacional. Virna Ligia Fernandes Braga analisa o processo de formação do sindicato dos professores da cidade entre 1934 e 1964, apontando a importância da conjuntura nacional para a ideologia dos docentes²⁸⁵. Jairo Queiroz Pacheco em dissertação sobre os operários têxteis da cidade analisa uma série de questões que vão desde as estratégias dos empresários para impedir a aplicação das leis dentro da fábrica às próprias ações trabalhistas na JCI, através das quais percebeu que muitas das reclamações relacionadas ao descumprimento das leis, encerravam-se muitas vezes em ganho de causa para o trabalhador.²⁸⁶ Denílson Gomes Barbosa em dissertação recente analisa o uso da Justiça do Trabalho entre 1944-1954 pelos trabalhadores juiz-foranos em geral²⁸⁷. Através de uma análise quantitativa esmiuçada percebe-se a importância da JT para as reivindicações destes trabalhadores. No período proposto, Denílson indica a existência de 7113 processos.

Em nossa análise mostraremos quantitativamente e qualitativamente as ações coletivas impetradas pelos trabalhadores têxteis, ramo tradicional na cidade.

Significado dos processos coletivos.

Antes de mais nada, é preciso que nos atentemos para o que significa uma *ação coletiva*, no sentido que trabalhamos aqui, e lógico, a partir da legislação trabalhista prevista na CLT. Muitas das vezes vemos que ação coletiva e dissídio coletivo são a mesma coisa, e nesse sentido dizem respeito obviamente aos princípios do direito coletivo do trabalho, que como sabemos são diferentes e separados dos princípios do direito individual do trabalho. Contudo, pela complexidade e tamanho da legislação trabalhista brasileira deixamos por muitas vezes escapar certas brechas, cruciais na realização das disputas judiciais na prática. O que pude observar na análise dos processos da JCI de Juiz de Fora é que muitas ações, mesmo

²⁸⁵ BRAGA, Virna Ligia Fernandes. **Entre a Honra e o Mercado**: análise do processo de formação do Movimento Sindical docente em Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

²⁸⁶ PACHECO, Jairo Queirós. **Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a segunda guerra – o caso de Juiz de Fora-MG**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

²⁸⁷ BARBOSA, Denílson Gomes. **Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho: Estudo de Caso do Município de Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

que consideradas dissídios individuais, são impetradas coletivamente, ou seja, por muitos trabalhadores em um mesmo processo. É o caso, por exemplo, da maioria dos processos contra as Indústrias Têxteis, principalmente entre os anos de 1953 e 1957²⁸⁸. Funciona da seguinte forma: o processo vem com o nome de um reclamante e dentro do processo há uma listagem completa dos outros reclamantes. Esta seria então o que se chama de *ação individual cumulativa*, e esta “nomenclatura” está presente nos primeiros processos da JCJ de Juiz de Fora com esse tipo de ação, ainda na década de 40²⁸⁹. Só em 1957 encontrei 22 processos que funcionam por essa lógica. Nada melhor que a CLT para explicar. De acordo com o Artigo 842: “Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento²⁹⁰”.

Podemos perceber, então, que a lei permite que os trabalhadores da mesma empresa que tenham reclamações em comum possam entrar com um único processo na Junta, até mesmo visando-se a economia processual. Esta explicação é necessária para que possamos entender a essência do que analisamos, e mais ainda, para que possamos alargar as fontes de análise da participação sindical e portanto do movimento operário na luta por direitos. Chamamos estas ações de coletivas, porque é coletivamente que os reclamantes atuam na Justiça do Trabalho, reivindicando seus direitos muitas vezes em maioria, embora não possamos esquecer que estas ações entram no mérito do direito individual e que dissídios coletivos são elementos completamente diferentes. O dissídio coletivo é uma ação proposta à Justiça do Trabalho por **pessoas jurídicas** (Sindicatos, Federações ou Confederações de trabalhadores) para solucionar questões que não puderam ser solucionadas pela negociação direta entre trabalhadores e empregadores. É o que podemos chamar de *princípio da interveniência sindical na negociação coletiva*²⁹¹. Os dissídios coletivos, também estiveram presentes nas reclamações principalmente, aquelas referentes a salários. Contudo, apenas foram citadas, visto que os dissídios coletivos, por lei, devem ser impetrados nos TRT's de cada região, ou no TST.

O nosso objetivo é mostrar que muitas dessas ações revelam um caráter diferenciado das individuais, porque nelas está evidente que os trabalhadores organizaram-se de maneira

²⁸⁸ Processos trabalhistas da Justiça do Trabalho de Juiz de Fora (1944-1964). Disponível para pesquisa no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora.

²⁸⁹ Processo nº 117/44.

²⁹⁰ Consolidação da Leis do Trabalho. Disponível para consulta em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm>

²⁹¹ DELGADO, Mauricio Godinho. **Princípios de direito individual e coletivo do trabalho**. 2ª Ed. São Paulo: LTr, 2004. p146.

peculiar no sentido de reivindicarem seus direitos na Justiça. Obviamente, e isto deve ser considerado, **não eram todas as ações coletivas que apresentavam nuances e em algumas delas podemos afirmar com convicção que o que se visava era apenas a economia processual**, algo comum na Justiça do Trabalho, daí reunir por exemplo, dois, três reclamantes em um mesmo processo. Contudo, o que dizer das ações que envolviam 20, ou 300 reclamantes? Elas seriam então ações que somente se explicariam por interesse individual? A minha análise evidencia que muitas das vezes essas ações continham significados particulares que ganhavam contornos para além da luta dos trabalhadores (que a maioria dos processos evidencia, logicamente), relativos à coerência e união dos têxteis que, juntos, pleiteavam na Justiça por um ou mais direitos dando coesão a força da própria ação coletiva.

Panoramas dos processos coletivos na JCJ /JF.

A quantidade de ações coletivas, referentes aos trabalhadores têxteis na década de 1950, estão sistematizadas no quadro a seguir, onde é considerado que cada ação coletiva consiste em um único processo com mais de um reclamante. É interessante observar que os anos de maior atividade grevista por todo Centro-Sul, sempre segundo o estudo minucioso de Salvador Sandoval, intensamente citado neste trabalho, batem com os anos de maior procura à Justiça, através destas ações. 1954, por exemplo com 24 processos coletivos houve uma greve de grandes proporções na cidade de Juiz de Fora e 1957, com 27 processos estourou a greve dos 400 mil em São Paulo, por exemplo. 1959 aparece como o ano com maior número de ações coletivas, 28 no total. Aqui, interpretamos tal crescimento a partir de duas questões: as mudanças salariais constantes no governo JK e o desrespeito dos patrões aos aumentos, e em segundo lugar à uma maior politização dos trabalhadores, de suas organizações e movimentos que vai crescendo em intensidade no fim da década, e que, ganharão um “boom” no início da década de 1960, sendo interrompida obviamente pelo golpe militar de 1964. O ano de 1953, no que se refere ao setor têxtil juiz-forano deve ser analisado de forma diferenciada devido a um caso excepcional envolvendo os menores trabalhadores.

PROCESSOS TRABALHISTAS DO TIPO COLETIVOS NA DÉCADA DE 1950. (SETOR TÊXTIL)

ANO	QUANTIDADE DE PROCESSOS
------------	------------------------------------

COLETIVOS	
1950	19
1951	9
1952	10
1953	27*
1954	24
1955	6
1956	23
1957	27
1958	21
1959	28

Fonte: Processos Trabalhistas relativos ao setor têxtil da JCJ de Juiz de Fora. Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Em seguida na próxima tabela, sobre os tipos de reclamação mais comum, podemos ver como a reclamação “Diferença Salarial” destoa dos demais. Diferença salarial entendamos que é a diferença entre o que o reclamante recebe do que deve receber. Nesse sentido, o grande número de reivindicações desse tipo não só confirma que a questão salarial é a grande questão da década nas lutas trabalhistas, corroborando em primeiro lugar com os arrochos salariais do segundo governo Vargas (1951-1954) e em seguida com um número significativo de aumentos salariais não só impostos pelo Governo JK (1956-1961)²⁹² como conquistados por dissídios coletivos regionais, que impulsionava os trabalhadores a buscarem seus salários devidamente impostos pela lei. Por outro lado, isto também confirma como o empresariado têxtil é mais propenso em burlar a lei e em pagar os devidos salários aos seus empregados. Obviamente o número deste tipo de reclamação no setor têxtil, diz respeito também ao caso dos menores operários que pleiteavam pelo salário mínimo integral em 1953, como veremos a seguir. Interessante observar que Salário Retido, também aparece com 8,6% das reclamações. Este tipo de reclamação significa o não pagamento do patrão dos salários de um mês ou mais, isto é, a retenção do salário. Se pensarmos que a essência dos dois tipos de reclamação referem-se à mesma coisa e somarmos, temos que as reclamações referentes a

* Estamos considerando alguns processos impetrados individualmente, mas de caráter coletivo. Fala-se aqui do caso dos menores trabalhadores, que incitou uma grande procura por esses trabalhadores à Justiça do Trabalho. Isto se deve, sobretudo, a um Decreto do Governo no final de 1952, que regulava o trabalho do menor aprendiz diferenciado-o de qualquer outro trabalhador. Esta discussão está presente em nosso trabalho mais adiante. (Ver item 3.3)

SALÁRIO, somam em 42,3% do total de reclamações, número bastante significativo. A reclamação “Aviso Prévio” que aparece em segundo lugar com 14,7%, se refere aos casos em que os trabalhadores foram demitidos sem o pagamento do Aviso ou este pagamento foi considerado incompleto. Muitas vezes, nas ações coletivas, os trabalhadores uniam-se em reivindicar não só o Aviso Prévio, mas como suas demissões foram injustas. Na maioria dos casos, Aviso Prévio e Indenização por Dispensa, que vem em quarto lugar com 10,7% das reclamações, eram pleiteados juntos. É curioso observar que a reclamação “Férias”, a terceira em número com 12,9%, foi também uma prática observada após a demissão, em que os trabalhadores reivindicavam as férias em atraso durante a vigência do contrato de trabalho. Isto indica que a maioria dos trabalhadores não se arriscavam a reivindicá-las quando estavam trabalhando. Temos ações coletivas em que os trabalhadores pleiteiam no mesmo processo, os quatro tipos de reclamações mais comuns: Diferença Salarial, Aviso Prévio, Férias e Indenização por Dispensa.

Em seguida, temos um número surpreendente de reclamações que envolviam “Descansos Semanais”, com 5,4%, que diz respeito à não remuneração do repouso semanal que de acordo com a Lei instituída em 1949, deveria ser paga “para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço; para os que trabalham por hora, à sua jornada norma de trabalho; para os que trabalham por tarefa ou peça, o equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviço efetivamente prestados ao empregador.”²⁹³ Em último lugar aparece as reclamações de “Suspensão” com 2,9% das reclamações. Este tipo de reivindicação era comum no setor têxtil, em que o trabalhador suspenso reclamava por ter sido tal atitude injusta, requerendo a remuneração dos dias de suspensão. A maioria desses casos dava Improcedente ao trabalhador devido a dificuldade do mesmo em encontrar testemunhas dispostas a depor no tribunal a favor do colega de trabalho e diante do patrão, e também devido à posição da JT que dizia-se incompetente para julgar questões disciplinares.

Tabela II

Tipo de reclamação mais comum nos processos coletivos (Década de 1950)

Tipo de Reclamação	Porcentagem % (Entre 1950-1959)
---------------------------	--

²⁹³ LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949. Disponível para consulta no site: <http://www.planalto.gov.br>

Diferença Salarial	33,7%
Aviso Prévio	14,7%
Férias	12,9%
Indenização por Dispensa	10,7%
Salário Retido	8,6%
Descanso Semanal	5,4%
Suspensão	2,9%
Outros	33%

Fonte: Processos Trabalhistas relativos ao setor têxtil da JCJ de Juiz de Fora. Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Na última tabela desta análise quantitativa podemos ver os resultados por processo coletivo. Como podemos observar de antemão, as diferenças percentuais entre cada resultado é muito pequena o que demonstra uma variação de casos, que uma análise quantitativa não pode mensurar. De qualquer forma, e possível obter por esta análise um panorama destas reivindicações, ainda que bem superficial e geral. A predominância dos acordos demonstra uma característica da JCJ de Juiz de Fora não só para o setor têxtil mas para todos os setores, com exceção do setor de couros, como nos atestou Denilson Gomes Barbosa (embora tenha sido para um período diferenciado 1944-1954).²⁹⁴ Mas esta predominância mostra que esta característica local é concomitante com a própria essência da Justiça do Trabalho (daí ser este tipo de Justiça considerada especial) que orientava-se, desde sua criação, pelo princípio da conciliação entre as partes, o que a levou a incorporar os chamados juízes classistas ou vogais, representantes de empregados e empregadores, vistos como facilitadores nos processos de conciliação. Daí, as Juntas terem em seu próprio nome a palavra “Conciliação”. Contudo, isto não quer dizer que esta Justiça Especial por ter como característica a busca pelos acordos é uma “Justiça com desconto”. Obviamente, acordos e resultados parcialmente procedentes, que aqui aparecem em terceiro lugar com 18,1%, demonstram que há sim uma predominância da distância entre o que se pede o que é recebido. Contudo há que se levar em conta dois fatores: a presença das reclamações Procedentes em segundo lugar, com 20,2%

²⁹⁴ BARBOSA. Denilson Gomes. Op.cit. p.106.

demonstra que a distancia entre o que se pede e o que é recebido não deve ser considerada como algo generalizado. Outro fator, é que não se pode afirmar com clareza que todos os processos que tem como resultado o acordo dará ao reclamante apenas parcialidade do que pede. Alguns processos o reclamante decide rescindir o contrato por exemplo e recebe uma quantia bem maior do que pediu. Há também os casos em que o resultado sendo Acordo ou parcialmente procedente dá aos trabalhadores, mais benefícios do que realmente eles parecem merecer. De fato, em alguns processos, principalmente os coletivos, nota-se pelos depoimentos e argumentos que os trabalhadores são levados pela “maré” comandada por outros no sentido do “o que vier é lucro”. Este fato já desmonta de antemão, a ideia de uma “Justiça do Desconto”, afinal o próprio trabalhador elabora para si o que esta Justiça pode representar, apropriando-se deste mecanismo para obter algum ganho.

Nesse sentido, entendemos o porquê de haver muitas desistências, (12,9% dos resultados), que segundo Jairo Pacheco significavam muitas vezes um “acordo por fora” boa opção, uma vez que desobrigava os trabalhadores de comparecer nas audiências²⁹⁵. No caso destes processos, vemos que muitos desistiam no desenrolar da trama judicial, e outros continuavam e obtinham resultados diferenciados. A partir daí, pode-se comprovar a afirmação acima de que muitos apenas seguiam a “maré”. Os Arquivamentos (10,3%) também seguem de perto esta lógica uma vez que significavam a ausência do reclamante. Estes dois resultados nos chama a atenção para o fato de que os processos coletivos muitas vezes significavam um perigo para os trabalhadores de perderem seus empregos ou de se complicarem na fábrica, daí alguns desistirem ou não comparecerem. Ora, a entrada maciça conjunta de muitos trabalhadores na Justiça do Trabalho, sejam 10 ou 300 evidenciava que em caso de procedência para os trabalhadores, o empregador despenderia uma grande quantia, que poderia acarretar uma atitude reacionária do patrão para com aqueles que se juntaram para pleitear direitos.

Por fim, os resultados Improcedentes aparecem em penúltimo lugar evidenciando que nestes processos, principalmente os que tinham um numero expressivo de reclamantes, não era comum que a Junta se posicionasse totalmente contra a reclamação, dando a ela algum sentido. Nos casos improcedentes temos algumas suspensões, por exemplo, seguindo a lógica de que a Junta considerava-se inapta para julgá-las.

Tabela III

²⁹⁵ PACHECO. Jairo Queiroz. Op.cit.p.104.

TIPO DE RECLAMAÇÃO	PERCENTUAL (Entre 1950-1959)
Acordo	26,4%
Procedente	20,2%
Parcialmente Procedente	18,1%
Desistência	12,9%
Improcedente	11,9%
Arquivamento	10,3%

Considerações finais

As considerações aqui apontadas, embora ainda muito longe de se finalizarem, nos leva a afirmar sem sombra de dúvidas que o movimento operário agiu muitas vezes, a despeito dos obstáculos e fragilidades do sistema, junto a Justiça, ativo e perspicaz diante do mundo de leis que foram criadas para eles. E foram essas mesmas leis que possibilitaram caminhos, por vezes bem estreitos, no sentido de angariar vitórias junto ao sistema judicial, mesmo que estas fossem por muitas vezes parciais. Nesse sentido, podemos entender as afirmações de Ângela de Castro Gomes quando disse que “[...] o povo era o princípio e o resultado da ação do legislador. Ou seja, o Estado brasileiro era produto tanto de uma vontade nacional inconsciente (o povo), quanto de uma vontade racional consciente (o legislador).”²⁹⁶ O Sindicato dos Têxteis de Juiz de Fora, assim chamado hoje, completa 77 anos de sua existência neste ano e pode contemplar na sua história momentos de lutas memoráveis.

Fontes

Consolidação das Leis do Trabalho. (CLT). Disponível para consulta no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm>

Processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento disponíveis para consulta no Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

²⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p.229.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Denílson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho: Estudo de Caso do Município de Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em História).Universidade Federal de Juiz de Fora,2008.

BRAGA, Virna Ligia Fernandes. *Entre a Honra e o Mercado: análise do processo de formação do Movimento Sindical docente em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em História).Universidade Federal de Juiz de Fora,2006.

CARDOSO, Adalberto Moreira; LAGE, Telma da Graça de Lima. *As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CORRÊA, Larissa Rosa.*Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo - 1953 a 1964*, Dissertação (Mestrado em História).UNICAMP,2007.

DELGADO. Mauricio Godinho. As duas faces da nova competência da Justiça do Trabalho. In: COUTINHO, Grijalbo Fernandes e FAVA, Marcos Neves(orgs).*Nova competência da Justiça do Trabalho*.LTR. Anamatra.2005.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Princípios de direito individual e coletivo do trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: LTr,2004.p146.

FORTES,Alexandre (Org.). *Na luta por direitos:Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp,1999.

FRENCH, J. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

_____.*Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____.*Retrato falado: A Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados* IN: Estudos Históricos, n. 37, 2006/1 Rio de Janeiro, FGV.

LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil*.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

Campinas – SP: Editora Unicamp, 2006

MENDES, Alexandre. *Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho: experiências, atitudes e expressões do operário do calçado* (Franca – SP, 1968 a 1988). Tese de doutorado, Unesp, Franca, 2005

NORONHA, Eduardo G. *O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil*. Revista de Ciências Sociais, v.43, n.2, p.241-290. 2000

OREL, Regina L. de Moraes e MANGABEIRA, Wilma. *Velho” e “novo” Sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional*. Dados 37, nº1, 1994.

PACHECO, Jairo Queirós. *Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a segunda guerra – o caso de Juiz de Fora-MG*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

PAOLI, Maria Célia “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”. In: LEITE LOPES, J.S (org). *Identidade e cultura operária*. Rio de Janeiro: UERJ/ Museu Nacional/ Marco Zero, 1987

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. ...E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a ‘Manchester Mineira’ que se transformou num “Baú de ossos”. *História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”*. (Doutorado). Campinas: IE/UNICAMP, 2006

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil, 1945-1990*. Editora Ática.

SOUZA, Samuel Fernando de. “*Coagidos ou subornados*”: *trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 30*. 2007. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

VIANNA, Luiz Werneck. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1999.

As Associações de Ofício em Juiz de Fora e suas Celebrações na Primeira República *

Camila Pereira Martins **

Resumo: As mais antigas associações mutualistas brasileiras datam da primeira metade do século XIX, e progressivamente, esvaziaram-se ao longo das décadas de 1930 e 1940. A maioria das associações tinha como objetivo principal oferecer aos associados proteção na ausência de mecanismos formais de previdência. Mas, além disso, as associações acabavam por promover as maiores oportunidades de lazer para a sociedade, através da promoção de festividades, e é nesse ponto que se centra a nossa análise. Assim, no presente trabalho analisamos as festividades que eram promovidas pelas associações erigidas em torno de categorias profissionais, e restringimo-nos a fazê-lo no que se refere às associações existentes em Juiz de Fora durante a Primeira República.

Palavras-chave: Associações; Mutualismo; Festividades.

Abstract: The oldest mutual associations in Brazil date from the first half of the nineteenth century, and gradually emptied itself over the decades from 1930 to 1940. Most associations had as main objective to offer protection to members in the absence of formal mechanisms of social security. But in addition, the associations would eventually promote greater opportunities for leisure for society through the promotion of festivals, and here is the focus of our analysis. In the present study analyzes the festivities that were promoted by the associations erected around professions, and restrict ourselves to do so in respect of existing associations in Juiz de Fora in the First Republic.

Keywords: Associations; Mutualism; Festivities.

Introdução

Ao tratarmos das associações de ofícios na Primeira República não nos referimos aos sindicatos e, sim às associações mutuais que eram erigidas em torno de categorias profissionais. Uma das dificuldades de abordagem dessa temática no período republicano diz

* Artigo desenvolvido no âmbito de pesquisa do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) através de bolsa de iniciação científica do CNPQ.

** Graduanda de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

respeito ao fato de serem contemporâneas, mas ao começar por diferenciá-las identificamos que as primeiras associações mútuas são datadas de meados do século XIX, enquanto que os primeiros sindicatos aparecem apenas no início do século XX. Inicialmente podemos diferenciar o campo de atuação dos sindicatos e das associações, os primeiros estão mais voltados para a promoção de ações de resistências, enquanto os últimos preocupavam-se mais com a promoção da ajuda mútua na ausência da previdência pública.

Na discussão sobre o associativismo na Primeira República, Cláudio Batalha observa que após 1824, com a proibição das corporações de ofício, as associações mutualistas passaram a ser a única forma legal de organização para os trabalhadores livres, tendo como objetivo a defesa profissional²⁹⁷. Assim, diversas associações mútuas mantinham escolas, e a principal preocupação desse esforço educativo era a qualificação profissional, o que equivalia a um sistema de controle sobre o mercado de trabalho. Por outro lado, ao defender determinadas condições de trabalho e salários, as sociedades de socorros mútuos já se situavam num terreno mais próximo das sociedades de resistência do que das corporações²⁹⁸. Em suma, o que Batalha faz é nos alerta para o fato de algumas mútuas terem incorporado funções de resistência e, alguns sindicatos terem adotado práticas assistenciais²⁹⁹.

Complementando esta discussão Cláudia Viscardi e Ronaldo de Jesus ressaltam que algumas mútuas reforçavam lutas sindicais, mas que, por outro lado, os sindicatos combatiam a dupla militância. Além disso, sugerem que os baixos salários dificultavam a dupla contribuição e, deste modo, a maioria dos operários optava pela obtenção de resultados mais imediatos, ou seja, optavam por se associar as mútuas³⁰⁰. Desta forma, “na passagem do século, associações de ajuda mútua, sindicatos e partidos atuavam como frentes distintas e complementares de defesa dos interesses das classes trabalhadoras”³⁰¹.

Ao aprofundar a análise, Cláudia Viscardi e Ronaldo de Jesus argumentam que as mais antigas associações de socorro mútuo brasileiras datam da primeira metade do século XIX e foram progressivamente esvaziadas ao longo das décadas de 1930 e 1940 com a criação da previdência pública pelo Estado Novo. A maior parte das mútuas tinha como objetivo principal oferecer aos associados proteção na ausência dos mecanismos formais de

²⁹⁷ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores do Rio de Janeiro (1850-1912). In: *CADERNOS DA AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*, V. 6, Nº 10, 11. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1999. P. 53.

²⁹⁸ Id., Ibid. P. 50.

²⁹⁹ Id., Ibid. P. 47.

³⁰⁰ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel (Orgs.). *A Formação das Tradições* (1889-1945). Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1, 2008. P. 44 e 45.

³⁰¹ Id., Ibid. P. 47.

previdência pública. Portanto, as mutuais desempenhavam funções públicas, ao mesmo tempo em que eram organizações de direito privado. Tudo isto, leva-os a concluir que “as relações entre movimento sindical e mutualismo são menos intensas que as existentes entre mutualismo e previdência pública”³⁰².

Assim, neste trabalho nos propomos a analisar as associações mutuais erigidas em torno de categorias profissionais e as festividades que elas promoviam, e restringimo-nos a fazê-lo no que diz respeito à Juiz de Fora durante a Primeira República. Entre as festividades organizadas por elas destacam-se as quermesses, os bailes dançantes, as peças teatrais, os festivais esportivos, as excursões a outras cidades e as comemorações do Primeiro de Maio.

Observaremos as associações, bem como as festividades que elas promoviam, com o objetivo de analisar as culturas que as associações e os associados compartilhavam. Acreditando que podemos vislumbrar estas culturas observando as práticas e os rituais praticados por elas. E que desta forma, vislumbraremos como os associados percebiam o mundo e a si mesmos³⁰³.

Cenário

Neste texto, trabalhamos com a idéia de que o traço distinto da vida operária não se apóia exclusivamente no processo de trabalho, nem no mercado de trabalho, mas na insegurança estrutural vivida pelos trabalhadores. E, assim, a própria dificuldade dos operários em lidar com tal insegurança conduz a diversos resultados culturais e políticos³⁰⁴.

Conceber a diversidade cultural e política entre os operários implica em considerar que eles podem aderir a vários tipos de estratégias de vida. Desta forma, para demonstrar o quanto às estratégias das mutuais são possíveis de se generalizar, devemos examinar os contextos em que as vidas operárias são vividas. Isto significa visualizar tempo e espaço como parte intrínseca do processo de mudança histórica³⁰⁵. E deste modo, um panorama geral da sociedade e da economia juizforana é necessária.

Juiz de Fora surgiu às margens do caminho entre a Corte e a região das minas. Seu povoamento se realizou a partir de 1830 quando as regiões mineradoras estavam em

³⁰² VISCARDI, Cláudia M. R. e JESUS, Ronaldo P. Op. Cit. P. 36.

³⁰³ BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M. *et al.* (Orgs.). *Culturas de Classe*. Campinas: UNICAMP, 2004. P. 97.

³⁰⁴ SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M. *et al.* (Orgs.) *Culturas de Classe*. Campinas: UNICAMP, 2004. P. 33.

³⁰⁵ SAVAGE, Mike. Op. Cit. P. 44.

decendência e, a produção cafeeira em expansão. A partir da segunda metade do século XIX, Juiz de Fora passou a ocupar o primeiro lugar na produção de café do Estado e tornou-se um pólo de atração para a população em geral³⁰⁶.

Eliana Dutra destaca o fato da maioria dos imigrantes trazidos por Mariano Procópio ter desempenhado papel vital no crescimento urbano-industrial de Juiz de Fora, seja como operários, seja como fundadores de indústrias³⁰⁷. Já Sílvia de Andrade, destaca que o que eles instalaram foram oficinas e não fábricas e, que as primeiras fábricas só foram implantadas vinte anos depois³⁰⁸.

Os ramos industriais de Juiz de Fora que detem uma alta média de empregados por estabelecimento são: a indústria têxtil, a indústria gráfica, a alimentação, a cerâmica e a metalúrgica. A indústria têxtil, apesar de ocupar grande contingente de mão-de-obra, apresenta um índice de produtividade baixo. Isto se explica pelo pequeno investimento na indústria têxtil que, se caracterizava pela utilização intensiva de mão-de-obra. O único setor com produtividade menor que o têxtil é o de vestuário e calçado. Todos os outros ramos da indústria apresentam maiores investimentos de capital por trabalhador. O fato da indústria têxtil de Juiz de Fora ser pouco mecanizada, deixou os industriais em alguns momentos à mercê da disponibilidade de mão-de-obra. E tal fator vai ter seus efeitos no movimento operário, na medida em que o operariado possuiu a ter a oportunidade de fazer sentir suas reivindicações³⁰⁹.

Nas indústrias de Juiz de Fora os operários trabalhavam de 10 a 14 horas por dia, eram obrigados a fazer serões e a trabalhar aos domingos. As condições de higiene das fábricas não eram as adequadas. E não havia nenhuma regulamentação a respeito do trabalho de menores e de mulheres³¹⁰. Mas os maiores problemas na vida operária de Juiz de Fora eram a carestia de vida e o problema da moradia, sendo que, ambos os problemas eram permeados pela questão dos salários insuficientes³¹¹.

Os presidentes do Estado de Minas Gerais – Artur Bernardes, Melo Viana, Raul Soares e Antônio Carlos –, enfatizavam em seus discursos que a tranquilidade reinava no Estado. Porém, ao lado dessa retórica efetivavam medidas altamente repressivas. Era a

³⁰⁶ ANDRADE, Sílvia M. B. V. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. P. 19.

³⁰⁷ DUTRA, Eliana de F. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Ucitec. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. P. 42.

³⁰⁸ ANDRADE, Sílvia M. B. V. Op. Cit. P. 35.

³⁰⁹ DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 48, 49 e 50.

³¹⁰ DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 50 e 51.

³¹¹ ANDRADE, Sílvia M. B. V. Op. Cit. P. 40.

aplicação de uma política de cooptação das classes populares que estava sendo adotada por certa parte da elite. Esta elite, não apenas incluía a questão operária em seus discursos, como também tomava medidas tentando solucionar os problemas que afligiam a classe operária, tentando estabelecer uma ponte com a classe operária que num futuro próximo se tornará uma força social³¹².

As greves

Em 1912 a conjuntura econômica de Juiz de Fora era de expansão industrial. Porém, em maio teve início um movimento na cidade, que reivindicava a redução das horas de trabalho. A jornada de oito horas era uma das principais reivindicações da classe operária brasileira, e provocava greves desde o início do século. Uma delas foi a de Juiz de Fora. A greve começou no dia 16 de agosto, dia em que entrou em vigor a redução da jornada de trabalho na capital do Estado. Em atitude pacífica, numerosos operários percorreram as principais ruas da cidade, ergueram vivas ao proletariado, ao presidente de Minas Júlio Bueno Brandão e ao presidente da Câmara Municipal Dr. Oscar Vidal³¹³.

Tudo isto não evitou que desde o início se instalasse uma forte repressão. Ocorreram diversos choques com a polícia, operários foram presos, agredidos e espancados. E na noite do sexto dia ocorreu um choque entre polícia e operários que resultou em um morto e vários feridos. Foi um verdadeiro tiroteio que abalou a cidade e provocou protesto unânime³¹⁴.

A primeira coisa que nos cabe destacar sobre esta greve é que a organização foi feita por operários e não por associações. As notícias sempre usam a expressão “uma comissão de operários”. Porém, isto não impediu que os três líderes alcançassem uma mobilização generalizada, o que sugere que eles desenvolveram um trabalho anterior e que levantaram uma bandeira de luta que atingiu o proletariado. E mais, essa organização encontrava-se em perfeito entrosamento com o operariado de Belo Horizonte. Entrosamento evidenciado pela data de início da greve e pela participação direta do líder Donato Donatti. Outro fator positivo, além da mobilização generalizada do movimento, foi o seu caráter pacífico, pois apesar da forte repressão os operários mantiveram-se em ordem³¹⁵.

³¹² DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 179.

³¹³ ANDRADE, Sílvia M. B. V. Op. Cit. P. 76, 77 e 78.

³¹⁴ Id., Ibid. P. 83.

³¹⁵ ANDRADE, Sílvia M. B. V. Op. Cit. P. 87, 88 e 89.

Entretanto, os resultados concretos não foram positivos. Apenas um ou outro fabricante ou construtor cedeu e, mesmo assim, depois provavelmente voltou atrás. Muitos operários preferiram migrar, atitude que se não configura uma derrota, também não pode ser considerada uma vitória, mas mostra certa facilidade dos industriais na substituição da mão-de-obra, assim como, a possibilidade dos trabalhadores de encontrarem emprego em outras localidades³¹⁶.

Um movimento que foi mais característico dos níveis atingidos pelos problemas da carestia de vida e de moradia de Juiz de Fora, foi a “greve do açúcar”, uma explosão popular ocorrida em 27 de agosto de 1918. Neste período a indústria estava se ampliando e a oferta de mão-de-obra, não. O problema da tendência à elevação do salário e o não crescimento da oferta de mão-de-obra, foi solapada pelo crescente índice inflacionário³¹⁷.

Além disso, o período entre 1917 e 1920 corresponde a um momento de mobilização da classe trabalhadora no Brasil. O operariado pressionava os industriais e o Estado quanto à elaboração de leis regulamentadoras do trabalho. Então, em 1918 registrou-se em Juiz de Fora um movimento que ficou conhecido como a “greve do açúcar”³¹⁸.

A chamada “greve do açúcar” começou após um comício e uma passeata para protestar contra a alta do custo de vida. Após o comício, os participantes dirigiram-se ao edifício da Câmara Municipal onde pleitearam a ação do governo. A recusa do Estado em ouvir as reivindicações dos operários, levou os manifestantes a atacarem casas comerciais, e invadirem e saquearem armazéns da Companhia Usinas Nacionais, levando mais de 3000 sacas de açúcar. Apesar das medidas de repressão, os populares não se amedrontaram e, a Praça da Estação transformou-se em uma verdadeira praça de guerra³¹⁹.

Assim, podemos dizer que as greves de 1920 e 1924 foram precedidas pela explosão popular contra a carestia de 1918, que mostrou além do nível de desespero das massas, a capacidade desses movimentos de se espalharem, pois apesar da presença de líderes operários na convocação do comício e no seu desenrolar, a explosão popular foi espontânea e inesperada. Contudo, não se pode caracterizar a explosão popular de Juiz de Fora como um movimento sem conteúdo político, uma vez que a multidão não apenas se organizou para

³¹⁶ Id., Ibid. P. 96.

³¹⁷ DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 95.

³¹⁸ ANDRADE, Silvia M. B. V. Op. Cit. P. 103 e 104.

³¹⁹ DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 96.

protestar contra a carestia, como reivindicou politicamente medidas capazes de diminuir o seu impacto sobre o operariado³²⁰.

Uma greve de maior impacto ocorreu em janeiro de 1920. Em fins de 1919 já corria boatos na cidade de que ocorreria uma greve geral. Sendo que, no dia 31 de dezembro de 1919, os industriais reuniram-se na Câmara Municipal para debater sobre as reivindicações operárias. E, já no dia primeiro de janeiro de 1920 os operários reuniram-se em assembléia presidida por Gustavo Lacher – o então presidente da Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora –, para discutir a contra-proposta dos industriais. Esta foi rejeitada e decidiu-se “pela declaração de greve parcial com caráter geral” a começar no dia 2³²¹.

Os industriais recusavam-se a entrar em negociação com os operários. Declaravam que não pagariam os salários dos dias de greve e, que se os operários não voltassem ao trabalho fechariam as fábricas por tempo indeterminado. Os industriais só mudaram de atitude quando Artur Bernardes, então presidente do estado, ameaçou retirar o policiamento das fábricas se os industriais não entrassem em negociação³²².

O mais interessante deste movimento foi que existiram pontos de contato entre a massa e a liderança. As lideranças, expressando a vontade da massa, orientaram o movimento e, fizeram os encaminhamentos necessários para o atendimento das reivindicações. Porém, também existiram pontos de tensão. A massa descontente fez com que as lideranças aceitassem que uma comissão de operários, junto com os mediadores, se relacionassem diretamente com os industriais. O impulso dado ao movimento pela massa redefiniu os rumos do acordo que pôs fim à greve e, principalmente, redefiniu a orientação da própria Associação Beneficente Operária que se transformou em Federação Operária³²³.

Analisando as reivindicações que dão início a greve e o acordo que fez os operários voltarem ao trabalho, percebemos que a luta foi vitoriosa. Porém, a concretização das conquistas nem sempre foi tranquila. Com o tempo, os industriais tentaram impor a nona hora, ou não afixaram tabelas, ou demitiram operários que dirigiram a greve. Exigindo de novo a mobilização dos operários³²⁴.

Após este período fértil para o movimento operário, Artur Bernardes assumiu a presidência da República (1922-1926), e este período assinalou um refluxo na atuação do

³²⁰ DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 97 e 98.

³²¹ ANDRADE, Silvia M. B. V. Op. Cit. P. 116.

³²² DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 99 e 100.

³²³ DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 99 à 103.

³²⁴ ANDRADE, Silvia M. B. V. Op. Cit. P. 124 à 127.

movimento operário a nível nacional, devido à violenta repressão, aos problemas da orientação do movimento operário e ao início das migrações internas do nordeste, que baratearam a mão-de-obra³²⁵.

Em 1924, após uma assembléia, os operários decidiram entrar em greve. E mais, decidiram que só voltariam ao trabalho com as seguintes condições: aumento de 50% do salário; abolição das caixas mútuas e das horas extras; abolição da obrigação do operário de dar aviso prévio de quinze dias antes de se retirar da fábrica; estabelecimento de feiras livres; instalação de um trem entre os subúrbios de Matias Barbosa e Benfica³²⁶.

Por fim, a comissão arbitral que era composta por operários e industriais, e foi formada para deliberar sobre as reivindicações dos operários, decidiu conceder um aumento de 10% sobre os salários. A Câmara Municipal que havia decidido dias antes do início da greve não instalar feiras livres, voltou atrás e autorizou o seu funcionamento. No dia 20 de julho de 1924 realizou-se a primeira feira livre em Juiz de Fora³²⁷.

Consideramos que dois fatores são fundamentais na explicação do rumo que toma o movimento. Em primeiro lugar a indústria brasileira não atravessava seus melhores dias, o que dificultou qualquer conquista dos operários. Em segundo lugar, tratava-se de um período de grande oferta de mão-de-obra³²⁸.

Por isto, a solução encontrada exigiu mais dos comerciantes e do poder político do que dos industriais. O poder municipal relutou para instalar às feiras livres, mas diante da pressão operária, acabou por providenciar a sua instalação na cidade, que por fim acabou sendo a única reivindicação operária atendida³²⁹.

As associações mútuas

A primeira associação mutual a ser fundada em Juiz de Fora foi a Sociedade Alemã Beneficente em 1872. Depois dela surgiram pela cidade associações mútuas com as mais diversas características e motivações. Nas associações mútuas prevaleciam associados do sexo masculino com idade média entre 15 e 55 anos, dos quais se pressupõem renda fixa, e portando, não se encontravam a margem dos “avanços” do capitalismo no Brasil. Algumas

³²⁵ Id., Ibid. P. 141.

³²⁶ DUTRA, Eliana de F. Op. Cit. P. 107.

³²⁷ Id., Ibid. P. 110.

³²⁸ ANDRADE, Silvia M. B. V. Op. Cit. P. 161.

³²⁹ ANDRADE, Silvia M. B. V. Op. Cit. P. 162.

vezes as mutuais reuniam associados por etnia, outras por categoria profissional, ou também podiam reunir indiscriminadamente várias etnias e trabalhadores de diversos setores. Em geral, as mutuais tinham base local, sendo minorias as associações de alcance regional ou nacional. O tempo de vida de uma mutual era em média 20 anos, havendo casos de extinção quase imediata à criação, mas também há associações que funcionam até hoje. O principal fator responsável pelo fechamento das mutuais foi à incapacidade das lideranças de realizarem um bom planejamento orçamentário calculando os riscos que envolviam a manutenção da associação como a inadimplência. Como já salientamos, as mutuais cumpriam muitas vezes funções públicas na ausência de mecanismos formais de previdência. Porém, além disso, as mutuais organizavam cerimônias com as mais variadas motivações, cumprindo um importante papel na promoção de atividades culturais. Eram espaços de lazer e conagração dos associados e dos demais moradores das cidades³³⁰.

Uma Associação importante do período, que frequentemente promovia festas é a Associação Beneficente Irmãos Artistas, que teve início em 15 de maio de 1908, sendo formalmente fundada em 27 de julho. Seus estatutos foram aprovados no dia 3 de agosto, e neles ficou acertado o dia 15 de agosto como a data comemorativa do início da associação³³¹.

A A.B.I.A. tinha como tipologia básica dos benefícios feitos aos associados socorros médicos e farmacêuticos diversos, pensões temporárias, tratamento com ajuda de remédios, enterros, aluguéis de casa. Algumas vezes o próprio médico da associação realizava visitas aos enfermos necessitados, sendo comum a visita de uma comissão de sócios à casa de membros da A.B.I.A., feitas tanto para saber o motivo das ausências nas reuniões, quanto para ir cobrar dívidas e ver o estado de saúde dos mesmos. Além disso, a Associação mantinha através de coletas uma Caixa de Socorros independente da Associação.

A A.B.I.A. procurava obter rendimentos também por meio da realização de jogos de futebol, de festas, festivais, tombolas e excursões. Nas excursões a São João Nepomuceno em visita a outras associações operárias, a A.B.I.A. procurava unir ainda mais os laços de amizade existentes entre os operários de Juiz de Fora e de São João Nepomuceno, bem dentro a linha de estreitamento de laços de solidariedade entre o proletariado preconizada pelos anarco-sindicalistas³³².

³³⁰ Para uma melhor caracterização das associações mutuais ver VISCARDI, Cláudia M. R. e JESUS, Ronaldo P. de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. P. 26 à 30.

³³¹ Jornal “O Pharol” de 15/081909, p. 1, coluna 7.

³³² DUTRA, Eliana M. B. V. Op. Cit. P. 85.

Em retribuição a União Operária de São João Nepomuceno também vinha a Juiz de Fora. O jornal relata que em uma das visitas a União Operária fez passeata por várias ruas, ao som de uma banda, até chegarem a A.B.I.A., onde ocorreram alguns discursos dos representantes de ambas as associações³³³.

Outra associação de grande prestígio na época era a Sociedade Beneficente Operária de Juiz de Fora, que foi fundada em 1918, quando por iniciativa de uma comissão, realizou-se no dia 13 de janeiro uma reunião na sede da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, onde foram discutidas as bases da Associação e foi eleita uma diretoria provisória. Tratava-se de uma tentativa de cooptação dos operários pelo poder político constituído. Contudo, na primeira acusação de que visava fins políticos, a diretoria provisória esclareceu os seus objetivos, seriam eles: a unificação do operariado da cidade, a organização de uma cooperativa, a prestação de serviços médicos e farmacêuticos a preços reduzidos, a criação de uma biblioteca, a criação de um fundo de reserva e, a difusão do ensino e da educação intelectual e cívica dos operários³³⁴.

Elementos de outras classes foram assimilados à associação sob a forma de sócios defensores³³⁵. Isto demonstra o caráter de cooptação a que obedeceu. Contudo, esta intenção não excluía um posicionamento a favor da legislação trabalhista, num período em que a intervenção estatal na regulamentação do trabalho estava começando a se concretizar³³⁶.

Logo depois de sua fundação, antes da posse da diretoria, os sócios, após decisão na assembléia, encaminharam um ofício circular aos diretores dos estabelecimentos fabris de Juiz de Fora, solicitando folga para os operários comemorarem o dia 1º de maio e comparecerem à posse da diretoria da Sociedade Beneficente, no que foram atendidos³³⁷.

Na comemoração do 1º de maio, a Sociedade promoveu conferências sobre as associações operárias, o socialismo, a greve, as revoluções e a bandeira da paz. Completando a solenidade tocou a banda de música “Enterpe Mineira”. As demais festividades promovidas pela Sociedade foram feitas com o objetivo de arrecadar dinheiro para seus cofres. Isto cabe tanto para conferências realizadas no Teatro de Juiz de Fora, como para festas realizadas no Parque Halfeld, onde foi feita uma salva de tiros.

³³³ Jornal “O Dia” de 19/09/1923, p. 1, coluna 4.

³³⁴ ANDRADE, Silvia M. B. V. Op. Cit. P. 107.

³³⁵ ANDRADE, Silvia M. B. V. Op. Cit. P. 109.

³³⁶ ANDRADE, Silvia M. B. V. Op. Cit. P. 113.

³³⁷ Jornal “O Dia” de 24/04/1918, p. 1, coluna 3/4.

Em fins de 1919, a Sociedade envolveu-se ainda mais com problemas sindicais e teve início entre os seus sócios, liderados pelo advogado Francisco Paulo, uma discussão sobre a possibilidade de transformá-la em um organismo sindical. Em janeiro de 1920 explodiu em Juiz de Fora, uma greve geral, apoiada pela Associação. A partir da greve intensificaram-se as discussões sobre a transformação da Sociedade e decidiu-se pela criação de uma Federação Operária³³⁸.

A mais antiga associação mutual que trataremos neste trabalho é a Associação dos Empregados no Comércio em Juiz de Fora. Os primeiros registros que encontramos sobre a Associação datam do início da década de 1890, e dão conta da organização do estatuto e da realização de ensaios de dança. Por aqui já vemos que esta associação vai ter desde o princípio além de preocupações políticas, fortes interesses em si tornar um locus de sociabilidade.

Em 14 de abril de 1904 a associação enviou um abaixo assinado com cerca de 120 assinaturas, dizendo que os empregados do comércio estavam prejudicados em sua saúde, em seu sentimento religioso e nos direitos e regalias de cidadãos brasileiros pela ausência de descanso no domingo. Afirmavam que a classe era solidária com os comerciantes, mas pediam lei que obrigasse o fechamento do comércio aos domingos³³⁹.

Após conseguir o descanso aos domingos os empregados do comércio vão empenhar-se em outra luta, o fechamento do comércio às 6 horas da tarde. Um grupo de empregados do comércio percorreu diversas casas comerciais colhendo assinaturas para aprovarem o fechamento às seis horas. A este grupo foram atribuídas também ameaças e pichamentos das casas comerciais, que se negassem a assinar a lista.

Ao que parece a Associação passou por períodos de esvaziamento, chegando mesmo a parar de funcionar em alguns momentos, pois o jornal relata que no dia 15 de maio de 1912 a Associação começou a ser reorganizada após alguns anos de desaparecimento. Para este fim, houve uma reunião no Tiro Affonso Penna, de ex-sócios e de outras pessoas que se interessavam pela classe³⁴⁰. O mesmo ocorreu no dia 14 de agosto de 1925, quando houve uma reunião na sede do Tupy, com o fim de “reerguer a antiga Associação”³⁴¹.

³³⁸ DUTRA, Eliana M. B. V. Op. Cit. P. 87.

³³⁹ Arquivo Público da cidade de Juiz de Fora, Série 202- 218, Caixa 128, 203 – Documentos relativos à Associação de empregados do comércio de Juiz de Fora, 14 de abril de 1904.

³⁴⁰ Jornal “O Pharo” de 18/05/1912, p. 1, coluna 3.

³⁴¹ Jornal “O Dia” de 13/08/1925, p. 2, coluna 2.

As festividades promovidas pela associação iam desde comemorações de aniversário até inaugurações de retratos, e eram caracterizadas pela solenidade, e pela presença das mais variadas autoridades, como diziam: “Trata-se de uma festa a que se associam todas as classes”³⁴².

O sexto aniversário da Associação realizado na sede da mesma foi uma sessão solene ministrada pelo General Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra. Após a sessão solene houve a realização de palestras e concerto a violão³⁴³.

Para o festival de aniversário da associação em 1927 diversas empresas fizeram doações, várias autoridades foram convidadas, assim como a imprensa³⁴⁴. Quando começaram os preparos para as festividades o jornal publicou os nomes das pessoas que haviam feito doações. E após a festa o jornal publicou o nome das pessoas que compareceram. Além disso, o então Presidente da República, Washington Luiz, mandou um telegrama à associação a felicitando.

Além de pedir através do jornal doações para uma “Grande Tômbola dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora – Pró Construção da sede social”, obtendo de firmas do Rio de Janeiro e da cidade doações³⁴⁵. A associação fazia festas beneficentes. Sendo que, em uma delas a arrecadação seria dividida, 20% seria dado para instituições de caridade; 10% ao Asilo João Emílio e 10% à maternidade Terezinha de Jesus³⁴⁶.

Outra Associação erigida em torno de apenas uma categoria profissional, assim como a dos empregados do Comércio foi a Associação Beneficente dos Conductores e Motorneiros. A realização de sua instalação oficial ocorreu no dia 31 de dezembro de 1911. A sessão oficial foi presidida por Francisco Valladares, que parabenizou os funcionários da Companhia Mineira de Eletricidade pela fundação de tal Associação. Além disso, fez um discurso paltado pelo enaltecimento do “princípio associativo, como um meio seguro de aperfeiçoamento gradativo e paulatino de sua condição”. Exortou os operários para que fossem “leais, sinceros, respeitadores da hierarquia”, para que tivessem a “estima e consideração dos seus chefes e patrões”³⁴⁷. No primeiro aniversário de fundação da Associação houve passeatas durante o dia, e depois no parque Weiss, houve torneio de bolas, kermesse e tómbola. À noite, no salão

³⁴²Jornal “Jornal do Comércio” de 08/04/1906, p. 2, coluna 1.

³⁴³Jornal “O Pharol” de 11/04/1909, p. 1, coluna 8.

³⁴⁴Jornal “O Dia” de 23/03/1927, p. 2, coluna 5.

³⁴⁵Jornal “Jornal do Comércio” de 08/03/1929, p. 1, coluna 2.

³⁴⁶Jornal “Jornal do Comércio” de 08/04/1928, p. 2, coluna 5.

³⁴⁷Jornal “O Pharol” de 01/01/1912, p. 1, coluna 5/6.

da cervejaria houve a sessão solene, tendo como orador oficial o Dr. Pedro Marques de Almeida. Logo após a sessão solene houve um baile dançante³⁴⁸.

Em jeito de conclusão

Ao pensarmos em festas, imaginamos um espaço atravessado pela espontaneidade, um lugar onde as pessoas deixam de lado todas as formalidades e se apresentam como realmente são. Contudo, não é isso o que percebemos nos relatos dos jornais. Temos que relevar justamente pela maioria das fontes a que temos acesso serem os jornais, ou seja, o local onde as associações usavam para mostrarem sua visão do mundo e tentarem moldar a visão que o mundo tinha delas. Mas, em geral as festividades eram planejadas e todos os elementos de espontaneidade que as devem ter permeado nos escaparam a observação até o presente momento desta pesquisa.

Desta forma, as observações que podemos tirar é que de modo geral, as associações operárias recorreram a toda uma série de práticas ritualizadas em seu funcionamento cotidiano e, já reconhecidas pela sociedade em geral³⁴⁹. Sessões solenes e festas beneficentes fazem parte de todo um aparato de uma mesma estrutura de organização de um cortejo, em celebrações de natureza diversa, que mostra uma estabilidade e consolidação de certa modalidade de celebração e, sobretudo, de sua aceitação para além das fronteiras de uma única categoria³⁵⁰. A presença nessas ocasiões de representantes de outras associações, dos jornais e eventualmente de autoridades era também elemento de legitimação e demonstração de prestígio tanto da sociedade aniversariante como de seus dirigentes³⁵¹. Daí a necessidade de divulgar a presença deles, o que também funcionava como forma de pressionar as elites a apoiarem a associação. Era uma via de mão dupla, as associações buscavam o apoio das elites para terem seu funcionamento legitimado e as elites buscavam o apoio político das massas através das associações.

Contudo, isto não impediu que as associações se movimentassem, que participassem de uma maneira ou de outra das greves, que fizessem suas reivindicações serem ouvidas. Enfim, o uso de cerimônias reconhecidas pela sociedade, que a princípio passam a impressão de que as associações eram usadas para defenderem os interesses das elites, na verdade eram

³⁴⁸ Jornal “O Pharol” de 22/10/1912, p. 1, coluna 5.

³⁴⁹ BATALHA, Cláudio H. M. Op. Cit. P. 100.

³⁵⁰ Id., Ibid. P. 105.

³⁵¹ Id., Ibid. P. 104.

uma forma de legitimação e afirmação da associação, e no fim, esta legitimação seria usada para reivindicar seus interesses.

As celebrações que fugiam da formalidade, como as excursões a outras cidades e as passeatas que as acompanhavam também apresentam uma ritualização consolidada. Porém, elas serviam muito mais para afirmar a presença operária e sua força, o que também é uma forma de legitimação, do que para buscar o apoio das elites.

Em suma, as associações promoviam as celebrações buscando se afirmar e legitimar sua luta. E, buscavam formas diversas, mas já consolidadas de celebrações para fazer isto. Esta constatação constitui em afirmar que as associações usavam estratégias distintas, mas tinham o mesmo objetivo, a afirmação da associação na cidade.

Bibliografia

ANDRADE, Sílvia M. B. V. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M. *et al.* (Orgs.). *Culturas de Classe*. Campinas: UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores do Rio de Janeiro (1850-1912). In: *CADERNOS DA AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*, vol. 6, n. 10, 11. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1999.

DUTRA, Eliana de F. *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Ucitec. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M. *et al.* (Orgs.) *Culturas de Classe*. Campinas: UNICAMP, 2004.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro & JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel (Orgs.). *A Formação das Tradições (1889-1945)*. Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1, 2008.

A Trajetória Econômica Argentina na década de 90 e início do XXI

Fernando Marcus Nascimento Vianini*

Resumo: Este artigo foi apresentado durante a XXVII Semana de História, cujo tema foi O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tem como objetivo tornar público o projeto de mestrado, aprovado pela UFJF, sobre a Trajetória Econômica Argentina entre os anos de 1989 e 2007, elucidando os principais objetivos, resultados e empecilhos deste projeto.

Palavras-chave: economia argentina, política argentina, neoliberalismo.

Abstract: This article was presented at the XXVII XXVII Semana de História, cujo tema foi O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Aims to make public the master's thesis project, approved by UFJF on the Economic Trajectory of Argentina between the years 1989 and 2007, explaining the main objectives, achievements and setbacks of this project.

Keywords: Argentina's economy, Argentina's policy, neoliberalism.

Este texto, apresentado na XXVII Semana de História, cujo tema foi O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções; foi, em grande parte, a exposição dos objetivos e das conclusões iniciais do projeto de mestrado aprovado pelo Programa de Pós-graduação em História da UFJF, no ano de 2010. O tema deste projeto é a trajetória econômica da Argentina, durante a década de 1990 até a posse de Cristina Kirchner em dezembro de 2007. Neste texto buscaremos expor os principais objetivos deste projeto de pesquisa, suas principais dificuldades e as primeiras conclusões a que chegamos após o trabalho feito com as fontes, encontradas, sobretudo, na internet. Outro objetivo deste trabalho será mostrar como o estudo da História do Presente, pode ser fundamental para o melhor vislumbre da sociedade atual e para um trabalho que lida com questões econômico-sociais, como é nosso caso em especial.

* Graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, atualmente é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Endereço para futuros contatos: fernandodin_2@hotmail.com.

Na crise iniciada no segundo semestre de 2008, percebemos como a facilidade de crédito do modelo liberal, gerou calotes gigantescos no setor imobiliário norte-americano, atingiu os bancos privados deste país, principais credores, e afetou toda a economia global. Notamos também, com a posse de Barack Obama nos EUA, uma recuada na política liberal, no até então país modelo do liberalismo econômico, no momento em que o presidente dos EUA defende uma maior intervenção do Estado na economia. O impacto das políticas liberais na geração de crises não é peculiar, contudo, à crise de 2008, haja visto a série de crises que assolaram os países ditos “emergentes” durante a década de noventa, tais como o México, a Tailândia, o Japão, a Coreia, a Rússia, o Brasil, a Turquia e a Argentina.³⁵² Será sobre este último país que nos debruçaremos. Vamos abordar a trajetória econômica da Argentina durante a década de 1990 até a posse de Cristina Kirchner em 2007. Para a realização deste feito, é necessário, portanto, buscar as origens da política econômica adotada, especialmente no sentido de compreender o modelo cambial que foi imposto na Argentina, chamado de *currency board*, que apesar de inicialmente ter sido bem sucedido no combate ao problema da inflação, tornou-se um dos fatores decisivos para o desencadeamento da crise em 1998, que se estendeu até 2002 quando o PIB demonstra um crescimento de 8,8%. Pretendemos investigar o contexto interno deste país durante a década de 1990 até o ano de 2007, bem como as coalizões político-sociais que sustentaram as escolhas efetuadas na década de 1990 e, por outro lado, fizeram com que a economia voltasse a crescer a partir de 2002.³⁵³

Luis Alberto Romero assinala que, com a posse de Menem em 1989, ocorreu a primeira sucessão constitucional na Argentina desde 1928.³⁵⁴ Todavia, Menem teria que organizar um Estado em bancarrota, no meio de uma forte inflação, com uma moeda fraca, trabalhadores sem salários e uma grande violência social. Pressionado pelas circunstâncias internas, acima mencionadas e pelas pressões externas (Consenso de Washington e, de certa forma, as imposições do FMI), Menem tomou medidas para abrir o mercado argentino, baseado no diagnóstico predominante de que a economia do país era pouco eficiente, devido à alta proteção que o mercado recebia e devido aos subsídios que o Estado concedia aos diversos setores econômicos. As pressões para a abertura dos mercados nacionais resultam de

³⁵² SILVA, Joaquim Ramos. A Argentina Bloqueada, 1998-2001: Que vias para a superação do impasse? *In: Informação Internacional*: Lisboa, Ministério do planeamento, Departamento de prospectiva e planeamento, 2001. Disponível em: <http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2001_I_II.pdf>. Acesso em: 29/04/10.

³⁵³ VALLE-FLOR, Maria Amélia. A Crise Argentina: Cooperação e conflito nas reformas econômicas: o Governo perante o FMI. *In: Coleção Estudos de Desenvolvimento*, n. 8. Lisboa, 2005. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/est_des8.pdf>. Acesso em: 29/04/2010.

³⁵⁴ ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

alterações substanciais na ordem econômica internacional, chanceladas pelas agências multilaterais, que desenvolvem prescrições para que os países supostamente marcados por acentuada presença do Estado efetuassem reformas liberalizantes. Até a crise de 1973, podia-se imaginar um movimento de convergência da economia capitalista no sentido da admissão de significativa ação regulatória do Estado.³⁵⁵ Com esta, generalizam-se as políticas macroeconômicas de perfil keynesiano, acompanhadas da presença de mercados de trabalho fortemente regulamentados, de sindicatos poderosos, de políticas de proteção social, de um ativismo estatal que envolvia a proteção aos mercados internos nacionais, a programação econômica geral e, até mesmo, a efetivação de investimentos em áreas diversificadas. O reforço ao livre comércio foi contido pela ameaça representada pela presença das alternativas de esquerda nos cenários políticos nacionais e do campo socialista no contexto internacional. Em tais circunstâncias, os EUA, potência hegemônica fez vista grossa às políticas de proteção efetivadas em diferentes países capitalistas. Após a crise do petróleo evidencia-se o esgotamento do crescimento econômico inaugurado no pós-guerra.³⁵⁶ As pressões salariais e fiscais, associadas aos sindicatos e à expansão dos gastos públicos pressionavam a lucratividade dos empreendimentos capitalistas. Além disto, a desvinculação da emissão de dólares pelos EUA de suas reservas metálicas, arranjo definido em Bretton Woods para definição de taxas de câmbio fixas, favorece a oscilação da moeda dos EUA e, como consequência, de todas as moedas nacionais.

Diante das mudanças em curso, aumentavam as afirmações das perspectivas intelectuais que recuperavam a centralidade do mercado para regulação da vida social, ao mesmo tempo em que criavam um novo equilíbrio de forças, diverso daquele encontrado no pós-guerra, que estimulava a proposição do redesenho das relações entre Estado e economia, no sentido da desregulamentação dos mercados, especialmente o de capitais e de trabalho, e de reformas que fizessem retrair o Estado às funções que lhes prescrevia o pensamento liberal clássico. Da primeira Rodada Uruguai do GATT até a criação da OMC, passando pelas prescrições contidas no que foi chamado Consenso de Washington, foram definidas as normas que deveriam estabelecer um novo padrão de regulação das economias capitalistas e das relações econômicas internacionais. As medidas sugeridas dirigiam-se, principalmente, aos

³⁵⁵ KITSCHOLT, H., LANGE, P. MARKS, G. & STEPHENS, J. **Continuity and Change in Contemporary Capitalism**. Cambridge University Press, 1999.

³⁵⁶ FREEMAN, C. e PEREZ, C. Structural crises of adjustment: business cycles and investment behavior. *In*: DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G., e SOETE, L. (edit) **Technical Change and Economic Theory**, London and New York, Pinter Publishers, 1988.

países periféricos, aos quais se atribuía o fraco desempenho econômico da década de 1980 à presença de mecanismos que, pouco tempo antes, pareciam ser responsáveis pelo êxito no alcance de um patamar industrial significativo.³⁵⁷

Neste cenário internacional, Menem, em pouco mais de um ano de governo, abre o mercado interno argentino, e privatiza diversas empresas públicas, com o objetivo de liberalizar a economia do país. Apesar disto a estabilidade macro-econômica não é alcançada. Menem decide então nomear Domingo Cavallo como ministro da economia.³⁵⁸ Domingo Cavallo, ao optar pelo Programa de Estabilização Econômica, que levou seu nome, tomou duas iniciativas: a primeira foi um conjunto de medidas de natureza estrutural que compreendia a simplificação tributária, a desregulamentação trabalhista, a reestruturação financeira e o incentivo creditício; a segunda consistia em criar uma âncora cambial, que resolveu de vez os empecilhos decorrentes da explosão da inflação.³⁵⁹ O “Plano Cavallo” conseguiu alcançar a consolidação fiscal, fundamental para que a economia argentina atingisse um crescimento médio de 7% do PIB ao ano desde 1991. A inflação não resistiu ao impacto da âncora cambial e começou a despencar logo em 1991. Esta âncora cambial, também chamada de “*currency board*”, nada mais foi que fazer com que a moeda argentina, o peso, tivesse paridade com o dólar norte-americano. Os resultados imediatos dessa medida foram o fim da fuga de capital nacional para o dólar, o reingresso de capitais emigrados, a redução da taxa de juros, a já citada queda da inflação e o reaquecimento da economia, a ponto do governo saldar seus déficits e das empresas se reequiparem. Em contrapartida, ocorreu um aumento no número de desempregados.

No ano de 1995, graças às conseqüências da crise mexicana, chamada efeito tequila, toda a vulnerabilidade econômica da Argentina se tornou visível. O déficit fiscal e a recessão se aceleraram, e o desemprego chegou a um patamar de 18% da população ativa. Graças às ações rápidas do governo, do FMI e do Banco Mundial, a economia argentina não desmoronou junta com a do México. Cavallo, contudo, é retirado do cargo. Tão logo Roque Fernández assume o ministério e começa a negociar com o FMI, irrompe, no sudeste asiático, outra crise, desencadeando um movimento em cadeia. Após a crise da Tailândia, a Coréia e o Japão não resistiram e sofreram um baque econômico significativo. A Rússia logo entrou em

³⁵⁷ CHANG, H. **Chutando a Escada**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

³⁵⁸ ROMERO, Luis Alberto. *Op. Cit.*

³⁵⁹ FRAQUELLI, Antonio Carlos. A Argentina nos anos 90. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2000. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewPDFInterstitial/1809/2176>. Acesso em: 29/04/10.

crise. E por fim, o Brasil na tentativa de minimizar seus danos, desvaloriza sua moeda, um golpe que foi considerado por Carlos Menem fatal à economia argentina.³⁶⁰ O fraco desempenho das economias que mais adotaram os postulados neoliberais e o agravamento da distância econômica entre os países favoreceram o despertar de diversas críticas. Revisionistas passam a produzir documentos nas próprias agências multilaterais, disseminando a percepção de que as trajetórias institucionais contam na determinação do desempenho econômico, assim como a atribuição de um papel ao Estado que vai além da garantia dos contratos, dos direitos de propriedade e da estabilidade macroeconômica.

A crise da Argentina, iniciada em 1998, foi maior e mais profunda que a ocorrida no México. O aumento dos juros da dívida, a escassez e o alto custo do crédito, a queda dos preços dos produtos de exportação e a recessão interna, fizeram o PIB declinar. Diante das crescentes críticas ao governo Menem, envolvendo denúncias de corrupção e considerações sobre a incapacidade do governo em contornar a crise e em resolver o problema do desemprego, que no ano de 1998 atingia quase 13% da população, Fernando de La Rúa é eleito. Com a moeda supervalorizada, num contexto em que as outras moedas já tinham se desvinculado do dólar, os produtos argentinos perderam em competitividade no mercado externo. Este fator é crucial, já que dados do INDEC apontam que a fabricação de produtos alimentícios e bebidas representam cerca de um quarto de toda a produção argentina.³⁶¹ Por fim, o abandono do “*currency board*”, que levou os argentinos a uma corrida aos bancos para trocarem pesos por dólares, o aumento do desemprego, o crescimento da insegurança nas ruas, a desconfiança de parte do mercado financeiro internacional, as pressões do FMI e uma gigantesca dívida externa, contribuíram para que em 2001, diversas manifestações ocorressem no sentido de retirar Fernando de La Rúa da presidência, que logo renunciou ao cargo.³⁶² Após a entrada e saída de quatro presidentes, assume, no ano de 2003, Néstor Kirchner, eleito no ano anterior. Embora o país tenha passado pela maior crise de sua história em 2001, logo no ano seguinte a trajetória econômica do país apresentou uma inflexão com um crescimento médio anual ininterrupto de 8,5% até o início de 2007. Maria Amélia Valle-Flor e Joaquim Ramos Silva assinalaram que a crise econômica argentina foi decorrente de uma conjugação

³⁶⁰ CARON, Antoninho. **Rumos do MERCOSUL e a crise da Argentina:** Maior articulação entre os países membros é o caminho para o fortalecimento do Bloco. In: Revista FAE BUSINESS, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n2_junho_2002/ambiente_economico1_rumos_do_mercosul_e_a_crise_da_argentina.pdf>. Acesso em: 29/04/10.

³⁶¹ As estatísticas sobre o PIB estão disponíveis no site oficial do INDEC. **Instituto Nacional de Estadística e Censo de La República Argentina.** Disponível em: <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em: 02/10/2009.

³⁶² FERRER, Aldo. **A economia argentina:** de suas origens ao início do século XXI. Tradução S. Duarte. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

de decisões econômicas tomadas na década de 1990, associadas às circunstâncias externas. A indagação básica deste projeto relaciona-se à identificação das escolhas que proporcionaram a retomada. Adicionalmente, importa saber quais coalizões sustentaram as opções políticas argentinas nas duas situações polares desta trajetória.

Grosso modo, nosso objetivo principal é analisar a trajetória da economia argentina entre 1990 e 2007. Para a realização de tal feito iremos analisar as políticas econômicas dos governos de Carlos Menem, Fernando De La Rúa, Eduardo Duhalde e Néstor Kirchner; identificar os elementos de contato entre as escolhas efetuadas na Argentina e as prescrições das agências multilaterais, especialmente o FMI e OMC e por fim, identificar as coalizões que sustentam, internamente, as diferentes escolhas de política econômica efetuadas na Argentina entre 1990 e 2007.

Nosso projeto, em certa medida, busca analisar o impacto de pressões externas sobre as escolhas efetuadas pela Argentina. O cenário em que tais escolhas são efetuadas pode ser descrito a partir das sugestões contidas na abordagem sobre as *variedades de capitalismo*³⁶³. Para tal abordagem, a governança corporativa, as relações industriais, as relações entre as firmas, as formas como as empresas resolvem os problemas de qualificação de seus empregados e a relação destes com a direção das firmas são os elementos fundamentais que permitem a identificação de ambientes institucionais diversos que circunscrevem o comportamento das empresas. Estudos recentes têm agregado a estas variáveis mais duas dimensões interativas para o comportamento das empresas: a relação do empresariado com o Estado e da economia nacional com o mercado mundial³⁶⁴. O conjunto destes elementos articula-se a *complementaridades institucionais* que afetam diferentes dimensões do sistema institucional e do processo decisório nos países. Por conta disto, mais do que a identificação

³⁶³ HALL, P. & SOSKICE, D. **Varieties of Capitalism**. Oxford University Press, 2001.

³⁶⁴ DELGADO, I. CONDÉ, E. MOTTA, H. & BRIGATO, A. **PRODUTO 2 – Modelos Econômicos de Capitalismo**: análise comparativa dos ambientes institucionais de negócios nos EUA, Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil. Relatório Parcial do Projeto Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha apresentado à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, nos termos do CONTRATO No 009/2008 - ABDI-FUNDEP/UFMG. Para a Argentina, tal estudo assinala que “os bancos cumprem papel importante no *financiamento* das indústrias, embora não disponham de peso expressivo na propriedade das empresas. (...) O autofinanciamento também é expressivo. O conglomerado familiar sempre teve papel importante na organização das empresas, cujo modelo de *governança corporativa* segue o padrão latino-americano, com acentuado controle familiar da gestão, embora tenha se elevado a presença de controladores estrangeiros na estrutura industrial do país. As *relações industriais* são marcadas pelo predomínio do contrato individual e precário, em meio à sobrevivência da estrutura sindical corporativa e importante papel regulador do Estado. São pouco comuns ações de *colaboração* envolvendo as *firmas e seus empregados*, que, via de regra, estão ausentes da gestão das empresas. As *relações entre Estado e empresários* seguem o padrão corporativo presente em vários países latino-americanos. A *economia* argentina é *medianamente aberta* e pouco protegida, com reduzida presença de setores de alta tecnologia e baixa capacidade de inovação” Op. Cit. pp 53.

de fatores que circunscrevem as decisões empresariais, a abordagem sobre as *variedades de capitalismo* permite a percepção de cenários em que outros atores, inclusive os governos, efetuam suas escolhas.

Outra formulação também decisiva para este trabalho é a de Peter Gourevitch. Num trabalho sobre três grandes crises da economia capitalista (1873, 1929, 1973), Gourevitch assinalou que as respostas nacionais às situações adversas decorreram de escolhas efetuadas entre os principais atores sociais, que ensejaram coalizões capazes de assegurar a adoção de políticas públicas diversas de combate à crise. Gourevitch distingue como atores relevantes os industriais, os trabalhadores e os proprietários rurais, mas leva em consideração suas clivagens internas. Assim, entre os industriais é possível identificar os que detêm o controle sobre os ramos de maior ou menor densidade tecnológica, os que estão voltados para o mercado interno ou a exportação, além das diferenciações existentes entre os diferentes segmentos industriais. Entre os proprietários distingue os que são voltados para fora e para dentro, além das diferenciações decorrentes do tamanho da propriedade. Por fim, entre os trabalhadores considera seu envolvimento com atividades modernas tradicionais como uma distinção relevante na identificação de padrões de comportamento. Seu modelo analítico leva em consideração, ainda, as diferentes alternativas de política econômica que circulam no cenário político e acadêmico, o papel das associações de representação de interesses, a estrutura do Estado e natureza do sistema político, bem como o cenário internacional.³⁶⁵

No desenvolvimento de nossa pesquisa, as formulações acima serão levadas em consideração na identificação dos documentos que vão sustentar a investigação. Assim, vamos levantar, inicialmente, todas as medidas de política econômica levadas a efeito no período estudado. Tais iniciativas serão confrontadas às formulações provenientes das agências multilaterais e às formulações correntes no cenário intelectual argentino. Por fim, vamos identificar as percepções e propostas dos principais atores sociais, analisando os documentos das principais entidades empresariais e de trabalhadores da Argentina. Na composição do cenário econômico em que tais escolhas são efetuadas, vamos nos valer de dados de organismos internacionais e de agências públicas e privadas da Argentina, além da literatura pertinente sobre história e economia argentina. Neste sentido é que o projeto encontra a sua originalidade.

³⁶⁵ GOUREVITCH, P. **Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises.** Cornell University Press, 1986.

Tanto o governo Menem, quanto os governos que o sucederam, deixaram diversos documentos no que tange a escolhas no âmbito da política econômica. Dessa forma destaco os documentos da Casa Rosada e do Ministério da Economia.³⁶⁶ Além dessas instituições, temos os dados disponíveis do INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censo de La República Argentina) que traz inúmeros gráficos referentes à economia e sociedade argentinas e os relatórios do INTI (Instituto Nacional de Tecnología Industrial) provido de dados sobre os programas econômicos adotados pelos governos desde 1997, que privilegiam, sobretudo, as pequenas e médias empresas.³⁶⁷

Das agências multilaterais, extraímos os periódicos da CEPAL (Comisión Económica para la América Latina y el Caribe), que disponibiliza diversos documentos, tais como saldo comercial, valor anual de importações e exportações; os documentos feitos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), pelo IEO (Independent Evaluation Office), pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e pela UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) que destacam o montante de investimentos realizados na Argentina ou que analisam, anualmente, a evolução econômica e as principais questões políticas de interesse internacional.³⁶⁸

Também utilizaremos os documentos das principais entidades empresariais da Argentina, como a SRA (Sociedad Rural Argentina)³⁶⁹, UIA (Union Industrial Argentina), AEA (Asociación Empresaria Argentina)³⁷⁰, CTA (Central de los Trabajadores Argentinos) e a ATE (Asociación Trabajadores Del Estado).³⁷¹

A literatura sobre a economia argentina no período a ser analisado, faz uma abordagem histórica da política e econômica da década de 1990, da crise e das soluções tomadas pelos governos posteriores na Argentina. Destes textos destacamos aqui outros

³⁶⁶ Dos documentos da Casa Rosada destaco o histórico feito dos presidentes, disponível no site: http://www.casarosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=galeriaPresidentes&Itemid=62. Destaco também os documentos do Centro de Documentação e Informação do Ministério da Economia, disponível no link: <http://cdi.mecon.gov.ar/>.

³⁶⁷ Do INDEC temos disponível dados sobre a Balança Comercial e Anuários Estatísticos. O documento do INTI está disponível no site http://www.inti.gov.ar/pdf/incentivos_fiscales.pdf

³⁶⁸ Da CEPAL possuímos Balanços Econômicos e Panoramas de Inserção Internacional, extremamente úteis para a compreensão da economia externa argentina. Do FMI e do IEO temos produções que tratam da relação entre a Argentina e o Fundo. Da UNCTAD temos documentos que tratam do investimento mundial e do comércio.

³⁶⁹ A Sociedad Rural Argentina é a associação mais importante dos produtores rurais. De acordo com Schneider durante a primeira metade do século XX, a SRA teve mais membros no governo que qualquer outra associação. O site oficial da SRA se encontra disponível no link: <http://www.ruralarg.org.ar/>

³⁷⁰ Enquanto a UIA é a instituição dos industriais argentinos, a AEA é a associação dos grandes empresários. Nesta associação está representada boa parte das empresas multinacionais.

³⁷¹ O site oficial da Central de los Trabajadores Argentinos tem um arquivo próprio, com informações sobre as campanhas sal arais e greves a partir do ano de 2004. Sobre a ATE ver: ATE. “Consejo Directivo Nacional.” Disponível em: <<http://www.ateargentina.org.ar/##POP>>. Acesso em: 07/10/2009.

autores, além dos já citados acima: Amado Luiz Cervo, Andrés Ferrari, Antônio Carlos Fraquelli, Miriam Gomes Saraiva, Jorge Beinstein, José Matias Pereira, Paulo Nogueira Batista Junior, Patrícia Helena Cunha e Vinícius Gontijo Lauar. Por fim diversos estudos sobre a História Argentina podem elucidar as características do sistema político argentino e da natureza do processo decisório no país. Destaco Aldo Ferrer, Jorge Schvarzer, Juan Carlos Rubinstein, Luís Alberto Romero e Raúl Bernal-Meza.

Referências bibliográficas

CARON, Antoninho. **Rumos do MERCOSUL e a crise da Argentina:** Maior articulação entre os países membros é o caminho para o fortalecimento do Bloco. *In:* Revista FAE BUSINESS, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n2_junho_2002/ambiente_economico1_rumos_do_mercosul_e_a_crise_da_argentina.pdf>. Acesso em: 29/04/10.

CHANG. H. **Chutando a Escada.** São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

DELGADO, I. CONDÉ, E. MOTTA, H. & BRIGATO, A. **PRODUTO 2 – Modelos Econômicos de Capitalismo:** análise comparativa dos ambientes institucionais de negócios nos EUA, Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil. Relatório Parcial do Projeto Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha apresentado à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, nos termos do CONTRATO No 009/2008 - ABDI-FUNDEP/UFMG.

FERRER, Aldo. **A economia argentina:** de suas origens ao início do século XXI. Tradução S. Duarte. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FRAQUELLI, Antonio Carlos. A Argentina nos anos 90. *In:* **Indicadores Econômicos FEE.** Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewPDFInterstitial/1809/2176>>. Acesso em: 29/04/10.

FREEMAN, C. e PEREZ, C. Structural crises of adjustment: business cycles and investment behavior. *In:* DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G., e SOETE, L. (edit) **Technical Change and Economic Theory**, London and New York, Pinter Publishers, 1988.

GOUREVITCH, P. **Politics in Hard Times:** Comparative Responses to International Economic Crises. Cornell University Press, 1986.

HALL, P. & SOSKICE, D. **Varieties of Capitalism.** Oxford University Press, 2001.

INDEC. **Instituto Nacional de Estadística e Censo de La República Argentina.** Disponível em: <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em: 02/10/2009.

KITSCHOLT, H., LANGE, P. MARKS, G. & STEPHENS, J. **Continuity and Change in Contemporary Capitalism**. Cambridge University Press, 1999.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SILVA, Joaquim Ramos. A Argentina Bloqueada, 1998-2001: Que vias para a superação do impasse? *In: Informação Internacional*: Lisboa, Ministério do planeamento, Departamento de prospectiva e planeamento, 2001. Disponível em: <http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2001_I_II.pdf>. Acesso em: 29/04/10.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. A Crise Argentina: Cooperação e conflito nas reformas econômicas: o Governo perante o FMI. *In: Coleção Estudos de Desenvolvimento*, n. 8. Lisboa, 2005. Disponível em: < http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/est_des8.pdf>. Acesso em: 29/04/2010.

Fontes

AEA. **Asociación Empresaria Argentina**. Disponível em: <www.aeanet.net>. Acesso em: 11/08/2009.

ATE. **Consejo Directivo Nacional**. Disponível em: <<http://www.ateargentina.org.ar/##POP>>. Acesso em: 07/10/2009.

CASA ROSADA. **Galeria de Presidentes**. Disponível em: <http://www.caserosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=galeriaPresidentes&Itemid=62>. Acesso em 05/10/2009.

CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y INFORMACIÓN. **Página Principal**. Disponível em: <<http://cdi.mecon.gov.ar/>>. Acesso em 05/10/2009.

CTA. **Documentos**. Disponível em: <<http://www.cta.org.ar/base/rubrique37.html>>. Acesso em: 09/09/2009.

ECLAC (CEPAL - Comisión Económica para la América Latina y el Caribe). **Balance Preliminar de las Economías da América Latina y el Caribe**. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/>>. Acesso em 05/09/2009.

_____. **Panorama de la Inserción Internacional da América Latina y el Caribe**. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/>>. Acesso em 05/09/2009.

INDEC. **Balanza Comercial**. Disponível em: <http://www.indec.gov.ar/nuevaweb/cuadros/19/Balan_cont_pais.xls>. Acesso em: 05/09/2009.

_____. **Anuário Estadístico de La República Argentina**. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/ventas/ventas_ofertas.asp>. Acesso em 04/09/2009.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

_____. **Instituto Nacional de Estadística e Censo de La República Argentina.** Disponível em: <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em: 04/09/2009.

IMF. **Lessons from the Crisis in Argentina:** Policy Development and Review Department. 2003. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/cat/shortres.cfm?TITLE=Argentina&auth_ed=&subject=&ser_note=All&datecrit=During&Lang_F=All&brtype=Date&YEAR=Year&submit=Search>. Acesso em 04/09/2009.

_____. **The IMF and the Argentina:** 1991-2001. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/cat/shortres.cfm?TITLE=Argentina&auth_ed=&subject=&ser_note=All&datecrit=During&Lang_F=All&brtype=Date&YEAR=Year&submit=Search>. Acesso em 04/09/2009.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL. **Incentivos y Beneficios Fiscales a la Producción de Bienes Industriales.** Disponível em: <http://www.inti.gov.ar/pdf/incentivos_fiscales.pdf>. Acesso em 05/10/2009

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Página Principal.** Disponível em: <<http://www.mecon.gov.ar/>>. Acesso em 04/09/2009.

OCDE. **How market imperfections and trade barriers shape specialisation: South America vs. OECD.** Disponível em: <http://www.oecd.org/infobycountry/0,3380,en_2649_34109_1_70240_119684_1_1,00.html>. Acesso em 04/09/2009.

SOCIEDAD RURAL ARGENTINA. **Página Inicial.** Disponível em: <<http://www.ruralarg.org.ar/>>. Acesso em 10/08/2009

UIA. **Índex.** Disponível em: <<http://www.uia.org.ar/index.do>>. Acesso em 10/08/2009.

UNCTAD. **World Investment Report 2001.** Disponível em: <www.unctad.org/wir>. Acesso em 04/10/2009.

_____. **Trade and Development Report.** Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=2508>>. Acesso em 04/09/2009.

Política Industrial de FHC e Lula: uma comparação entre PICE e PITCE.

Maedison de Souza

Resumo: O presente texto tem por objetivo apresentar a política industrial do governo Fernando Henrique Cardoso, em comparação com a gestão do governo de Luis Inácio Lula da Silva. A proposta é fazer uma comparação e uma descrição das políticas e programas desenvolvidos por esses dois presidentes. Para isso utilizei dois documentos lançados pelos governos tratados, ambos os documentos com o mesmo nome, Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE.

Palavras-chave: Política Industrial; Fernando Henrique Cardoso; Lula

Abstract: The present text has the aim to present the industrial policy of Fernando Henrique Cardoso's government, comparing with the management of Luis Inácio Lula da Silva's government. The proposal is to make a comparison and a description of the policies and programs developed by these presidents. For this, I used two documents released by the mentioned governments. Both the documents with the same name, Industrial Technological Policy of overseas commerce – PITCE.

Keywords: Industrial Policy; Fernando Henrique Cardoso; Lula

Introdução

A história das Políticas Industriais no Brasil teve dois momentos importantes na visão de Wilson Suzigan e João Furtado. O primeiro foi com a elaboração do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek e o segundo foi com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento durante o Regime Militar. A Política Industrial nesses momentos tinham como objetivos construir setores “procurando fazer com que a estrutura industrial convergisse para o padrão estrutural das economias industrializadas”³⁷².

Na virada da década de 70 para a 80 foram cogitadas algumas mudanças na Política Industrial. A idéia era passar a estabelecer metas mais qualitativas voltadas para a inovação

³⁷² SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento**; Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006.

tecnológica³⁷³. Mas essas mudanças tiveram que ser interrompidas devido à crise macroeconômica que se instalou entre 1980/81. Com isso o desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal perderam espaço.

Na década de 90 a PI voltou a entrar na agenda do governo, mas as tentativas de implementar uma PI foram fracassadas. Acentuou-se ainda mais, com a abertura comercial, o investimento estrangeiro. E o Estado deixou de ser o agente do desenvolvimento industrial. Teve início um amplo processo de privatizações de empresas e da infra-estrutura³⁷⁴. Nos anos 2000 tivemos avanços em relação ao viés anti-PI que se firmou nos anos 90. O lançamento da PITCE pelo governo Lula, foi um passo importante para o desenvolvimento industrial após anos de estagnação do setor.

Os autores Wilson Suzigan e João Furtado diferenciam dois fundamentos teóricos de PI. O primeiro seria de uma visão liberal onde a intervenção do Estado por meio de uma PI só se efetivava para sanar falhas ou imperfeições do mercado. Desse modo ela teria uma natureza horizontal e não seletiva em relação a setores ou atividades econômicas. No segundo fundamento a PI é mais ativa e abrangente direcionada a setores ou atividades industriais indutoras de mudanças tecnológicas e também aos ambientes econômico e institucional como um todo, que condiciona a evolução das estruturas de empresas e indústria e da organização institucional, inclusive a formação de um sistema nacional de inovação³⁷⁵. Essa seria a visão evolucionista/desenvolvimentista

Nas próximas seções irei apresentar as Políticas Industriais de dois governos brasileiros. A PITCE – Política Industrial, Tecnológica de Comércio Exterior lançada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e a PITCE, do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Adianto-me e digo que não é objetivo desse trabalho analisar os resultados das políticas e sim apresentar as medidas e estratégias de cada governo para o setor industrial. Deixando tal análise para trabalhos posteriores.

Política Industrial Tecnológica de Comercio Exterior – PITCE do FHC

O Presidente Fernando Henrique Cardoso lança um programa de política industrial chamada de PITCE – Política Industrial Tecnológica de Comercio Exterior. E nesse

³⁷³ **Política industrial e Desenvolvimento.** Wilson Suzigan e João Furtado, pp 171

³⁷⁴ **Política industrial e Desenvolvimento.** Wilson Suzigan e João Furtado, pp 172

³⁷⁵ **Política industrial e Desenvolvimento.** Wilson Suzigan e João Furtado, pp 165

documento podemos ver que o objetivo do governo é consolidar o novo padrão de expansão do sistema industrial brasileiro, criando condições para que as empresas passem da estratégia nitidamente defensiva da fase de reestruturação, para uma etapa ofensiva centrado no crescimento da capacidade de produção e na inovação tecnológica. Estava nos planos do governo a redução do papel do Estado como empresário e a aceleração do programa de desestatização e a abertura dos serviços públicos aos investimentos privados. O Estado fortaleceria sua ação no campo da infra-estrutura social e do planejamento e coordenação.³⁷⁶

O objetivo da Política Industrial Tecnológica de Comércio Exterior era de formular e implementar, com parcerias, políticas setoriais que resultassem na expansão da produção e na geração de empregos, e também desconcentrar geograficamente a produção industrial e melhorar a qualidade do ambiente de trabalho bem como aumentar a capacitação profissional. A ação governamental se dividiu em duas vertentes, uma era a criação e manutenção de um ambiente favorável ao desenvolvimento das empresas, eliminando o Custo Brasil. E outra era o apoio a expansão e à modernização do parque industrial do país.³⁷⁷

Estratégias

A primeira estratégia que a PICE traz é chamada de Conformação de um Ambiente Favorável ao Investimento e ao Aumento da Competitividade das Empresas. Nessa estratégia seria fundamental o papel do governo na identificação e na promoção das oportunidades de investimento e na sinalização dos rumos da economia e também para auxiliar nas tomadas de decisões de investimento do setor privado. Essa estratégia também previa um aumento dos investimentos diretos estrangeiros, essa medida permitiria o acesso a novas tecnologias e aos mercados externos. Seguindo a linha de estratégias que o documento traz um segundo ponto é a Internacionalização Crescente com Participação nas Redes Indústrias Global. Nessa estratégia seria importante a construção de parcerias que integrem as empresas brasileiras nas redes internacionais para facilitar o acesso a mercados, possibilitar o desenvolvimento de projetos tecnológicos e obter financiamento de longo prazo.

³⁷⁶ Ver em **Política Industrial Tecnológica de Comercio Exterior: Reestruturação e Expansão Competitivas do Sistema Industrial Brasileiro**. Governo Fernando Henrique Cardoso, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. pp 1 - 19

³⁷⁷ Ver em **Política Industrial, Tecnológica de Comercio Exterior**. Governo Fernando Henrique Cardoso, Ministério da Indústria, do Comercio e do Turismo pp 6

A terceira estratégia chamada de Aceleração do Processo de Capacitação Tecnológica visa diminuir o atraso tecnológico de diferentes segmentos da indústria brasileira, destacando o papel importante que a tecnológica tem como fator de competitividade. A quarta estratégia refere-se à Expansão do Comércio Exterior e a Consolidação do MERCOSUL. Para que o novo modelo de desenvolvimento do país se consolidasse era necessário uma maior participação do comércio externo na produção industrial e no mercado interno. Daí a PICE coloca como necessidade estimular as exportações e consolidar a política de liberalização das importações. Existe na PICE uma preocupação com a produção interna e ela propõe uma sintonia entre a abertura da economia e a política de competitividade, para que as empresas nacionais não sofressem com uma competição negativa. Para o governo de Fernando Henrique Cardoso era também importante a consolidação do MERCOSUL, que representava uma possibilidade de cooperação para aumentar os investimentos, acelerar o desenvolvimento tecnológico e ampliar as alianças estratégicas em geral.

A quinta estratégia que o PITCE aborta é a Reestruturação de Segmentos Industriais com Problemas de Competitividade. Essa estratégia seria construídas e avaliadas periodicamente nas Câmaras Setoriais e teria como instrumentos para essa reestruturação, apoio financeiro a projetos de fusão, incorporação ou decisão e política para apoiar a infraestrutura tecnológica e estimular a incorporação de novas técnicas produtivas e gerenciais. As empresas de pequeno porte são o foco da sexta estratégia, no documento tanto as empresas de atividades mais tradicionais quanto às de serviços mais sofisticados seriam apoiadas e teriam tratamento especial em questões como obrigações tributárias, acesso ao financiamento, aquisição e absorção de tecnologia e atendimento de exigências burocráticas. A industrialização regional era a sétima estratégia e a última era a qualidade ambiental, buscar o desenvolvimento industrial sem agredir o meio ambiente.

Políticas específicas

Como característica do governo neoliberal, as ações governamentais foram concentradas na cobertura das chamadas "falhas do mercado", destacado na PITCE como: financiamento de longo prazo. Tecnologia, educação e capacitação profissional, infraestrutura econômica e social, e ações de natureza regulatória, tais como defesa da concorrência, propriedade intelectual e qualidade ambiental.

Dentro dessas Políticas Específicas, destaca-se a Política de Investimento, que tem como objetivo o aumento dos investimentos tanto para a reestruturação como para expansão da capacidade de produção, com prioridade para os segmentos de maior potencial competitivo. Analisando as ações governamentais para desenvolver essa política, vemos mais uma vez a intenção de se eliminar restrições ao investimento privado, além de reduzir custos de insumos e de bens de capital, apoiar a inovação tecnológica e melhorar as condições de financiamento em longo prazo. Essas metas propostas pela PITCE ser desenvolvida pelo programa PROIVEST.

Algumas diretrizes foram colocadas para orientar a Política de Capacitação Tecnológica. Uma delas é a capacitação em pesquisas e desenvolvimento que consiste em apoiar os esforços de capacitação tecnológica nas empresas e seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, promover a parceria de empresas com instituições tecnológicas e estimular os investimentos em entidades tecnológicas. Outra diretriz é a gestão tecnológica que tinha como orientação o fortalecimento da cultura moderna de gestão tecnológica no país através de cursos e treinamentos. O design também tem espaço na PITCE com o objetivo de inseri-lo na cultura empresarial e de construir a Marca Brasil que se tornou um elemento importante para o marketing do produto.

Algumas diretrizes seriam relativas à infra-estrutura tecnológica, dentre outras destaque duas. Uma é a cooperação tecnológica e transferência de tecnologia que apoiava ações cooperativas que envolviam uma efetiva transferência de tecnologia. A segunda diretriz que destaque é a incubadora de empresas de base tecnológica, que tinha como orientação incentivar a geração de empresas a partir de competências tecnológica existente em universidades e entidades tecnológicas, em parceria com os governos estaduais e municipais e a iniciativa privada.

Como o próprio nome do documento sugere, o comércio exterior é peça fundamental na política econômica e industrial do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Alguns programas foram implantados para introduzir mudanças no nível de na estrutura do comércio exterior. O programa Novos Pólos de Exportação tinha como objetivo expandir e diversificar as exportações do país mediante a incorporação de novos produtos, novas regiões e novas empresas à exportação de bens e serviços. O programa de Financiamento às Exportações objetivava aumentar os recursos para concessão de créditos em condições semelhantes às existentes no mercado internacional, bem como racionalizar as operações administrativas pertinentes. O programa de Modernização tinha como objetivo modernizar a administração do

comércio exterior do país informatizando as operações, modernizar a regulamentação consolidando as normas jurídicas e administrativas em vigor e eliminar as restrições ao comércio exterior³⁷⁸.

Política Industrial, Tecnológica de Comércio Exterior – PITCE do Lula

Após anos sem uma política industrial concreta ou com tentativa fracassadas sem resultados expressivos, o presidente Lula lançou em 2004 a Política Industrial, Tecnológica de Comercio Exterior. A PITCE tem como objetivo central a inovação e a agregação de valor aos produtos e serviços prestados pela indústria nacional, além de elevar o padrão de competitividade da indústria. Essa política industrial ela é de longo prazo e direcionada para o futuro e na concepção do governo para que essa política alcance os resultados esperados é necessário uma dialogo aberto entre o setor privado com o setor público³⁷⁹.

A PITCE é dividida em três eixos, sendo eles: Linhas de Ações Horizontais, Opções Estratégicas e Atividades Portadoras de Futuro. Nesses três eixos estão divididos os programas e as medidas que farão a política industrial caminhar. Dentro do primeiro eixo – Linhas de Ações Horizontais – está a preocupação com a inovação e desenvolvimento tecnológico. Para esse campo estava prevista o aumento do grau de inovação da indústria particularmente em P&D. Para isso é preciso à criação de um ambiente que facilite o empresário a investir na inovação tecnológica, e também criar novas leis de incentivo, tanto fiscais como leis que possam atrair mais investimentos. Portanto foram criadas a Lei do Bem e a Lei de Inovação, a primeira reduz o risco ao investimento e estimula a contratação de doutores por empresas privadas, e a segunda estabelece uma nova relação entre as universidades e centro de pesquisas publica e empresas privadas.

Ainda analisando o primeiro eixo podemos destacar a importância que a PITCE dá a inserção externa, já que no próprio título do documento essa perspectiva é explícita. Destaco que dois componentes importantes para que essa inserção externa seja eficiente. Um é o Programa Brasil Exportador criado em 2003 para facilitar a exportação. E o segundo é a Agencia Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil). Essa agencia é responsável na alavancagem de vendas em mercados alvos e em mercados não

³⁷⁸ Ver em **Política Industrial, Tecnológica de Comercio Exterior**. Governo Fernando Henrique Cardoso, Ministério da Indústria, do Comercio e do Turismo pp 18

³⁷⁹ Ver em **Acompanhamento da Política Industrial, Tecnológica de Comercio Exterior ano 2**. Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior.

tradicionais, além de fazer a promoção dos produtos brasileiros no exterior, incentivando os empresários a participarem de feiras e eventos internacionais. A modernização industrial também está contida no primeiro eixo da PITCE e dois programas são importantes. Um é o *Modermaq*, voltado para pequenas e médias empresas, como a finalidade de modernizar os equipamentos. E também para as pequenas e médias empresas a criação do Cartão BNDES, é um cartão de crédito semelhante a um cartão de crédito pessoal. Com esse cartão a empresa realiza seus investimentos em bens de produção. Um ambiente institucional bem definido e organizado é de extrema importância para aumentar a governança e a coordenação dos esforços da PITCE. A criação do CNDI – Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – democratiza o processo de construção da PITCE, é um canal de diálogo que não existia antes.

O segundo eixo da PITCE, as opções estratégicas, foram definidas com base em alguns critérios como: portadora de dinamismo crescente e sustentável; responsável por parcelas expressivas do investimento internacional em P&D; promotora de novas oportunidades de negócio; envolvidas diretamente com a inovação de processos, produtos e formas de uso; capazes de adensar o tecido produtivo; importantes para o futuro do país; com potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas³⁸⁰. E essas opções estratégicas são semicondutores, software, bens de capital e fármacos e medicamentos. As três primeiras intimamente ligadas com a inovação e fármacos e medicamentos foi escolhido devido à grande vulnerabilidade brasileira nesse setor.

Os semicondutores são a mola propulsora do complexo eletrônico. E dois programas são os pilares para alavancar esse setor. Um é o programa CL-Brasil (Capacitação Local), capacitação local em projetos e prototipagem. Foram liberados investimentos para o desenvolvimento de projetos de chips. Para prototipagem, testes e fabricação desses chips estavam sendo implantado o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica - Ceitec. O outro é o programa de atração de investimento em fabricação. E as condições iniciais para essa atração partiu da Lei do Bem e da Lei de Inovação, além de definir um grupo especializado para fazer a interlocução com empresas estrangeiras.

O software é o segmento que mais cresce no setor de TI (Tecnologia da Informação), e os programas pilares são o fortalecimento da indústria através de esquemas melhores de financiamento e apoio à consolidação e criação de grupos nacionais de maior porte; atração de

³⁸⁰ Ver em **Acompanhamento da Política Industrial, Tecnológica de Comercio Exterior ano 2**. Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior. pp 30

atividades de prestação de serviço, envolvendo basicamente grupos multinacionais do setor, para ajudar a melhorar a imagem do software do país no exterior e na formação de mercado de trabalho mais amplo; formação de pessoal e fomento ao desenvolvimento de segmentos de futuro. Para o fortalecimento da indústria o governo propôs a remodelação de linhas de financiamento do BNDES além de criação de linhas especiais no âmbito do Prosoft/BNDES para fusão e consolidação de empresas. Somam-se também as operações realizadas com o Cartão BNDES já mencionado anteriormente.

Tende ser mais interessante a exportação de um produto, mas também é mais difícil, é necessário ações para fortalecer a marca. No caso brasileiro de software, alguns programas foram criados para melhorar o desempenho dos softwares brasileiros no exterior. Um desses programas é o Projeto Brazil IT, iniciado em 2003 visando exportação de software para o mercado norte-americano. Um outro é o Programa de Plataforma de Exportação de Serviços, alavancado pelo Regime Especial de Tributação para Empresas Exportadoras de Software – Repes – criado pela Lei do Bem, com desoneração tributária buscando melhorar as condições de competitividade.

O setor de Bens de Capital é o irradiador do progresso técnico, e esse é um dos motivos que ele foi escolhido para ser uma das opções estratégicas, além de estar vinculado com a inovação. As medidas para esse setor remete a facilitar a aquisição de máquinas e equipamentos por todos os segmentos da economia para promover a constante renovação e adequação do parque produtivo nacional via o programa Modermaq. Outra medida é a criação de linhas de financiamento pelo BNDES para projetos, produção e compra de bens por encomenda.

Além de ser considerado como uma opção estratégica, os fármacos e medicamentos também são bens sociais. Encontramos do documento da PITCE medidas para estimular a produção de fármacos e medicamentos e para isso foi criando em 2004 uma linha especial do BNDES chamada Profarma. O estímulo a produção de medicamentos genéricos também não foi esquecida pela PITCE. O Profarma também incentiva as atividades de P&D no país, além da biotecnologia e a exploração sustentável da biodiversidade.

Um ator importante para o desenvolvimento do setor fármacos e medicamentos sem dúvida é o Fórum de competitividade da cadeia farmacêutica que foi instalado em maio de 2003 com o objetivo de incrementar a produção de medicamentos e fármacos, e também facilitar o acesso da população brasileira aos medicamentos, além de promover o equilíbrio da

balança comercial. O déficit da balança comercial do setor chegou a US\$ 2 bilhões em 2003³⁸¹.

O Terceiro e último eixo da PITCE é destinado as atividades portadoras de futuro. Como se encontra no próprio documento são atividades com potencial para transformar produtos, processos e formas de uso a médio e longo prazos. Dentre essas estão a biotecnologia, a nanotecnologia e energias renováveis. Na PITCE os programas de nano e biotecnologia têm como ponto fundamental trabalhar a partir das competências existentes, articulando-as com entidades capazes de transformar desenvolvimento científico em produtos.

Uma ação importante que podemos destacar para biotecnologia foi a criação do Fórum de competitividade do setor, coordenado conjuntamente pelos Ministérios do Desenvolvimento e de Ciência e Tecnologia. O Fórum teve como objetivo inicial a elaboração de proposições de estratégias e caminhos a seguir. Outra medida é o Programa de Biotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia que em 2005 teve recursos na ordem de R\$ 28,8 milhões disponibilizados para o setor. Foi criado em 2005 o Programa Nacional de Nanociência e Nanotecnologia, com recursos que totalizavam R\$ 75 milhões para projetos de dois anos.

Conclusão

Quando falamos dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, a visão que temos é que são governos totalmente diferentes. E de fato é o que acontece se analisarmos dos documentos de política industrial desses dois personagens. Tendo como base as diferenciações de política industrial que Suzigan e João Furtado colocam fica fácil e obvio de perceber, que a PICE se encaixa ao modelo de política industrial liberal e a PITCE a política evolucionista/desenvolvimentista.

A PITCE tem uma característica que a PICE não tem e que pode fazer a diferencia que é o estabelecimento de um dialogo aberto do Estado com o setor produtivo privado e as entidades trabalhistas, para que juntos consigam atingir as metas que foram estabelecidas. Outro ponto importante a ser destacado é a participação do Estado como agente direto do desenvolvimento industrial, o Estado tem que dar condições e segurança para o empresário poder investir. Essa atuação direta do Estado nós não vemos na PICE, onde encontramos que

³⁸¹ Ver em **Acompanhamento da Política Industrial, Tecnológica de Comercio Exterior ano 2**. Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior. pp 36

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

o papel do Estado como empresário seria reduzido e haveria uma abertura dos serviços públicos aos investimentos privados.

Mas também podemos encontrar um ponto em comum entre os dois documentos. A preocupação com o desenvolvimento tecnológico e a inovação tecnológica aparece tanto na PICE como na PITCE. A PITCE sai na frente quando escolhe alguns setores como nanotecnologia, semicondutores, software entre outros para contemplar, são as opções estratégicas e atividades portadoras de futuro.

Bibliografia

Acompanhamento da Política Industrial, Tecnológica de Comercio Exterior ano 2. Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior.

Política Industrial Tecnológica de Comercio Exterior: Reestruturação e Expansão Competitivas do Sistema Industrial Brasileiro. Governo Fernando Henrique Cardoso, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento;** Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006.

A Trajetória dos Planos e Seguros Privados de Saúde: uma análise do seu desenvolvimento no Período Militar e no pós Constituição de 1988.

Nittina Anna A. B. Botaro *

Resumo: Pretende-se analisar a Trajetória dos Planos e Seguros Privados de Saúde no Brasil, a partir de dois episódios, quais sejam, a Ditadura Militar e o momento pós-Constituição de 1988. Para tanto, utilizaremos os trabalhos de Maria Lucia Werneck Viana, Ligia Bahia e Telma Menicucci.

Palavras-chave: Planos Privados; Ditadura Militar; Carta de 1988.

Abstrat: This research aims to analyze the trajectory of the Plans and Private health insurance in Brazil, from two episodes, Brazilian Military Government and the moment after 1988 Constitution. For this, we will use the researchers Maria Lucia Werneck Viana, Ligia Bahia e Telma Menicucci.

Keywords: Plans and Private health; Military Government; 1988 Constution.

Introdução

Pretende-se analisar neste artigo a trajetória dos planos e seguros privados de saúde no Brasil. A análise inicia-se no final da década de 1960 – período marcado pelo aumento de trabalhadores com carteira assinada cobertos por planos de saúde – e se estende até os dias atuais. Objetivamos, portanto, trilhar os caminhos percorridos pelo setor suplementar dentro do sistema brasileiro de saúde; percebendo como o seu desenvolvimento foi beneficiado em dois específicos episódios, quais sejam, a Ditadura Militar e no pós Carta de 1988. Para tanto, utilizaremos os trabalhos de Maria Lucia Werneck Viana, Ligia Bahia e Telma Menicucci. De forma breve, percebemos que o período militar favoreceu o crescimento do setor suplementar de saúde brasileira. Ademais, a Constituição de 1988 viabilizou uma continuidade da expansão desse mercado, quando legalizou o sistema privado de assistência à saúde como complementar ao Sistema Único de Saúde e permitiu o exercício liberal da medicina.

* Mestranda do PPG de Historia da UFJF. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a Trajetória dos Planos e Seguros Privados de Saúde, a partir das coalizões formadas dentro da Agência Nacional de Saúde. Email: nittina.bianchi@hotmail.com

A trajetória da política de saúde no Brasil

Ao longo da trajetória da política de saúde brasileira, as primeiras iniciativas em prol deste serviço datam da Primeira República, firmada pela Constituição de 1891. Coube ao Estado, naquele momento, a responsabilidade pelas ações da saúde e saneamento. Contudo, apenas em 1923, com a assinatura da *Lei Eloi Chaves*, o Estado reconheceu a assistência médica como uma política pública e iniciou a conscientização pela regulação de concessão e benefícios de serviços, sobretudo da assistência médica; com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões.³⁸²

Entre as conquistas deste período, destaque para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920, como resultado de investidas de sanitaristas, governo federal, estados e poder legislativo. A Primeira República, assim, ficou marcada pela conscientização de que o Estado deveria assumir suas obrigações diante das questões relativas à saúde da população e ao saneamento territorial. E o principal legado foi a construção das bases para a criação de um sistema nacional de saúde, assinalado pela concentração e verticalização das ações no governo central.³⁸³

A era Vargas, por seu turno, dedicou-se a uma ampla reforma da política de saúde no Brasil. Além da criação, em 1934, do Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP), instituiu a divisão das atividades da saúde entre o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) e o MESP. Coube, assim, ao MTIC cuidar da assistência médica destinada aos inseridos no mercado de trabalho, enquanto ficou a cargo do MESP a prestação de serviço aos trabalhadores rurais, informais e desempregados.³⁸⁴

A grande herança deste governo foi a reforma administrativa no MESP, em 1941, estabelecendo um padrão de desempenho da saúde pública que agregava centralização normativa e descentralização executiva.

Ademais, no início da década de 1930 ocorre a substituição das CAPS por Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS), inaugurando a organização dos trabalhadores por categoria profissional. De forma que, esse novo cenário, por um lado desarticulou a

³⁸²LIMA, Nísia Trindade, FONSECA, Cristina M.O. e HOCHMAN, Gilberto. A saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em perspectiva histórica. In: LIMA, N. T., GERSCHMAN, S. EDLER, F. e SUAREZ, J. M (org) **Saúde e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005.

³⁸³ idem

³⁸⁴ Idem

mobilização desses trabalhadores pela distancia física entre as fabricas e conseqüentemente profissionais de uma mesma função; e por outro lado, credita aos IAPS um importante papel no desenvolvimento econômico do país, pela criação de uma *poupança forçada*.³⁸⁵

Os anos de 1945 a 1964 foram marcados pela criação do Ministério da Saúde; embora não tenha representado grandes mudanças para o panorama da saúde brasileira, daquele período, os principais ganhos foi o deslocamento da temática da saúde para o legislativo e para a esfera política³⁸⁶. Além da unificação dos IAPS e da aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social.³⁸⁷

O processo de unificação dos IAPs já vinha sendo gestado desde 1941 e sofreu em todo esse período grandes resistências, pelas transformações que implicava. Após longa tramitação, a Lei Orgânica da Previdência Social foi finalmente sancionada em 1960, acompanhada de intenso debate político a nível legislativo em que os representantes das classes trabalhadores se recusavam à unificação, uma vez que isto representava o abandono de muitos direitos conquistados. Finalmente em 1960 foi promulgada a lei orgânica da Previdência Social, que veio a estabelecer a unificação do regime geral da previdência social.³⁸⁸

No entanto, o processo de unificação previsto em 1960 se efetivou apenas em 1967, com a implantação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), reunindo os seis Institutos de Aposentadoria e Pensão, o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU) e a Superintendência dos Serviços de Reabilitação da Previdência Social.

A criação do INPS propiciou a unificação dos diferentes benefícios ao nível dos IAPs. O fato do aumento da base de contribuição, somado ao crescimento econômico da década de 1970, e também da baixa percentagem de aposentados em comparação ao número de contribuintes, viabilizou um grande volume de recursos para os INPS. Diante disso, o governo militar se viu obrigado a regulamentar novos benefícios aos trabalhadores – via previdência -, prova disso foi a criação do Instituto Nacional de Assistência Medica da Previdência Social no ano de 1974. Antes mesmo da criação do INAMPS, alguns IAPs já garantiam assistência à saúde a seus trabalhadores, com inclusive construção da própria rede hospitalar.

³⁸⁵ DELGADO, Ignácio Godinho. **Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira**. São Paulo: LTr. 2001

³⁸⁶ SILVA, Sidney Jard e CORTEZ, Rafael. *Interação Sindicalismo-Governo na Reforma Previdenciária Brasileira*. IN: HOCHMAN, Gilberto (org). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

³⁸⁷ BRASIL, Lei nº 3.807. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 6 de agosto de 1960.

³⁸⁸ DELGADO, Ignácio Godinho. **Op cit**

De forma que, a estrutura de atendimento hospitalar de natureza privada, com fins lucrativos, já estava montada a partir da década de 1950. A corporação médica ligada aos interesses capitalistas do setor, era, naquele momento, a mais organizada e pressionava o financiamento através do Estado, defendendo claramente a privatização.³⁸⁹ Contudo, a assistência médica previdenciária, até o início da Ditadura Militar, era fornecida fundamentalmente pelos serviços próprios dos Institutos. As formas de compra dos serviços médicos a terceiros aparecem como minoritárias no quadro geral da prestação da assistência médica pelos Institutos.

A ditadura militar e a expansão da rede privada de saúde.

Sob o comando dos militares, foi possível notar um crescimento da rede hospitalar privada com o financiamento estatal, já que havia demanda dos trabalhadores conveniados à Previdência pelo serviço e o Estado não exigia que os estabelecimentos atendessem somente seus beneficiados. Foi uma prática muito comum dos IAPS a compra de procedimentos médicos e hospitalares de terceiros em detrimento ao investimento na própria estrutura.

Essa expansão da rede particular firmou-se sobretudo no final da década de 1960³⁹⁰, quando um número crescente de trabalhadores passou a ser coberto pelos planos de saúde, seja mediante a celebração de contratos individuais, seja mediante a adesão a um contrato empresarial ou associativo.³⁹¹ Esse panorama foi determinado, especialmente, por quatro fatores: o próspero crescimento industrial nacional; a natural ampliação da demanda da população por serviços médicos; o precário e insuficiente serviço de saúde disponível em diversas regiões brasileiras; o aumento do custo da medicina liberal, como consequência das novas descobertas científicas. No limite, verificamos que a medicina de grupo tornou-se uma solução alternativa ao sistema, e por vezes estimulada pelos empresários.³⁹²

³⁸⁹ VIANNA, M. L. T. W. **A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil: Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998

³⁹⁰ Os primeiros movimentos em prol da formação de medicina de grupo remetem a década de 1950, quando em São Paulo, alguns médicos desempregados uniram-se para fornecer assistência à saúde a funcionários e familiares de empresas em franca expansão. No entanto, o nítido desenvolvimento do setor privado só é verificado no início dos anos de 1960 (Histórico ABRAMGE, disponível em www.abramge.com.br, acessado em setembro de 2009).

³⁹¹ BAHIA, Ligia. **Planos privados de saúde: luzes e sombras no debate setorial dos anos 90**. Ciênc. saúde coletiva vol.6 no.2 São Paulo 2001.

³⁹² MENCUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Público e Provado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: Atores, processos e trajetória**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p116,117.

Embora a trajetória dos planos privados tenha sido traçada de forma independente, em relação à Previdência Social, não há como negar que o sucesso da sua expansão, nos anos de 1970,³⁹³ esteve atrelado ao financiamento do Estado, por meio dos convênios entre as empresas e os grupos privados, mediados e financiados pela Previdência.³⁹⁴ Ademais, como sugere Telma Menicucci:

Para a consolidação as empresas médicas, foi importante a articulação política dos setores privados com segmentos da burocracia previdenciária constituindo os famosos anéis burocráticos da Previdência Social, bastante favoráveis à consolidação deste modelo de expansão da assistência médica.³⁹⁵

Aliado a esses benefícios, a década de 1980 foi marcada por agregar às empresas um compromisso social com seus empregados, transformando assim, em responsabilidade dos empresários a assistência medico-hospitalar integral dos trabalhadores. Dessa forma, para algumas empresas os gastos em saúde adquiriram conotação de investimento, por ser um complemento ao salário, por garantir tranqüilidade ao trabalhador e a sua família e também por preservar um quadro saudável de trabalhadores. E ainda, pela possibilidade das empresas descontarem os gastos com a saúde no Imposto de Renda.³⁹⁶

Outro fator determinante para a expansão do setor privado foi a piora das condições de atendimento dos serviços públicos. Por fim, verificamos também o mecanismo da Previdência de transferir parte do pagamento dos planos das empresas para os trabalhadores, como forma de permitir-lhes complementar os seguros. Tal medida favoreceu ainda mais a ampliação dos planos empresariais, visto que o aumento de planos com acomodações especiais prejudicou a simetria entre leitos custeados pelo setor público e leitos particulares, direcionando o interesse dos hospitais a pacientes particulares. Para a população excluída deste acordo faltaram leitos e logo se notou o desinteresse de hospitais dotados de alta tecnologia pelo financiamento do Estado.³⁹⁷

³⁹³ Foi no ano de 1966 que ocorreu a unificação dos Institutos da Previdência (Iaps) e a criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), e como consequência desse novo modelo, a política previdenciária de assistência à saúde modificou-se, adotando a contratação de serviços de terceiros em oposição a ampliação dos serviços próprios. Muito dessa nova postura se justificou pela presença de atores liberais e privatizantes no corpo do INPS. (FLEURY TEIXEIRA, S. *Assistência médica previdenciária: evolução e crise de uma política social*. Saúde em Debate, n. 9., jan./março.1980.)

³⁹⁴ OCKÉ-REIS, Carlos Octavio; ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky; SILVEIRA, Fernando Gaiger. **O mercado de plano no Brasil: uma criação do Estado?** R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 10(1): 157-185, jan./abr. 2006

³⁹⁵ MENUCCI, Telma Maria Gonçalves. op cit p.117

³⁹⁶ Idem. p.117-124

³⁹⁷ Idem p. 117-124

No final da década de 80 verificou-se, uma tendência dos grandes hospitais em se afastarem do credenciamento com o setor público³⁹⁸. Associado a isso, a Associação Médica Brasileira (AMB) assumiu, naquela ocasião, o papel de reguladora dos preços dos serviços médicos, tendo sua tabela dos honorários médicos acatada pelo próprio Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). E ao sinal de qualquer controle administrativo ou orçamentário por parte do Estado, a AMB promovia resistência e pregava a livre escolha do profissional.³⁹⁹

A Carta Magna de 1988 e a consagração do sistema brasileiro de saúde formado pelo setor público e o setor privado

Como vimos o modelo de assistência delineado pela política de saúde na década de 1960 favoreceu o desenvolvimento da assistência médica de caráter empresarial em detrimento da assistência pública, propiciando o surgimento de instituições e organizações, como a medicina de grupo, as cooperativas médicas e os sistemas de auto-gestão vinculados a empresas. Esses segmentos empresariais formaram organizações de interesse e concentraram recursos políticos que lhes permitiram obter significativa influência no processo decisório de 1988.

Ademais, o formato institucional da assistência à saúde teve consequências na constituição de interesses também dos atores beneficiados por ela. De forma que, no final dos anos de 1980, os trabalhadores em boa parte não se mobilizaram em prol da assistência à saúde pública.

Por sua vez, fortes coalizões contra a reforma, formadas por empresários da saúde foram capazes de alterar a proposta original da reforma da política de saúde. Em momentos cruciais como durante o processo constituinte e na regulamentação da assistência à saúde suplementar (1988)⁴⁰⁰, esses interesses já organizados desde a década anterior, detinham

³⁹⁸ O investimento feito pela Previdência e empresas ao sistema privado de assistência à saúde na década de 1960, permitiu um alto desenvolvimento deste setor ao longo dos anos, consagrado nos anos 80, a ponto dos seguros e planos de saúde preferirem se afastarem do financiamento público, pelos baixos preços de pagamento. (FLEURY TEIXEIRA, S. op cit.)

³⁹⁹ MENUCCI, Telma Maria Gonçalves. *op cit* p.125,126

⁴⁰⁰ Fazemos aqui referência a lei dos Planos de Saúde número 9656, de 3 de junho de 1998. (BRASIL, Lei nº 9.656. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência a saúde. Diário Oficial da União 1998; 3 de junho). Tal lei permitiu a criação, se de um lado, um regimento próprio para o investimento do capital estrangeiro neste serviço; por outro lado, um nivelamento dos atendimentos, preços e procedimentos oferecidos pelos seguros e operadoras aos pacientes.

recursos políticos suficientes para exercer seu poder de pressão e veto, tendo sido bem sucedidos na proteção de arranjos institucionais previamente estabelecidos.

A consagração desse cenário foi a Carta de 1988 que legalizou o mercado de assistência à saúde privado como suplementar ao Sistema Único de Saúde e o exercício da medicina liberal.⁴⁰¹

A reforma política presente na Constituição, embora configure uma ruptura institucional ao alterar os princípios que norteavam a política de saúde, a concepção de direito à saúde e as atribuições governamentais para a garantia desse direito, vai significar também grande continuidade que se traduziu na convivência entre formas públicas e privadas de assistência e prestação de serviço.

No momento inicial de transformações na política de saúde, quatro diferentes modelos paradigmáticos de sistema de saúde foram registrados no contexto internacional e interferiram diretamente na política de saúde latina americana. O seguro-doença das caixas de pensões (afastado da saúde pública), adotado no Brasil. O sistema estatal soviético integral e universal, seguido por Cuba após 1959. O Serviço Nacional de Saúde da Grã Bretanha, criado em 1948 dentro do conceito de Seguridade Social. Por último, o modelo baseado em seguros de saúde lucrativos privados e no exercício da medicina liberal, com proporção residual de serviços públicos gratuitos para os mais pobres.⁴⁰²

Esse novo parâmetro da saúde privada do Brasil em muito lembra o modelo norte-americano, a ponto de Maria Lucia Werneck Viana, em seu livro *Americanização (perversa) Da Seguridade Social Estratégias De Bem-Estar E Políticas Públicas*⁴⁰³, creditar ao processo brasileiro o conceito de americanização da saúde nacional. Tal como no Brasil, o gerenciamento dos cuidados privados à saúde no EUA foi defendido por sua suposta eficiência para a redução de custos, ao passo que os serviços públicos são atacados por desrespeitar autonomia médica. Em ambos os países, justificou-se esse modelo pelo excesso de médicos, hospitais e unidades de apoio diagnóstico e terapêutico. Ademais, os planos privados brasileiros também utilizaram-se de mecanismos tipicamente norte-americanos em seus programas, como a limitação dos serviços médicos por plano de saúde e a edição de listas de doenças pré-determinadas para dificultar e até impedir o acesso de alguns pacientes aos planos.

⁴⁰¹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal, Brasília. 1988

⁴⁰² LABRA, Maria Eliana. *Política e saúde no Chile e no Brasil. Contribuições para uma comparação*. Ciênc. saúde coletiva vol.6 no.2 São Paulo 2001

⁴⁰³ VIANNA, M. L. T. W. *op cit*.

Para além disso, a assistência à saúde brasileira tem ganhado contornos norte-americanos por força de fatores conjunturais. É o caso da omissão do Estado no financiamento do setor público, devido, sobretudo, ao ajuste macroeconômico de cunho neoliberal que o cenário internacional presenciava no final da década de 1980, abrindo espaço para a consagração dos planos privados que já trilhavam sua expansão desde a década de 1970.⁴⁰⁴

Por outro lado, o sistema de saúde brasileiro atual se afasta do modelo norte-americano, por não se basear apenas em seguros de saúde lucrativos privados.⁴⁰⁵ Trata-se, de um sistema de saúde composto pelo setor privado e público. E, também, diferente do caso chileno, denominado dual. No exemplo do Chile, temos a oferta de serviços de saúde pelo setor público e pelo setor privado; contudo o cidadão que detém de um seguro ou plano privado não desfruta dos serviços públicos de saúde. Ademais, a infra-estrutura e os recursos financeiros e humanos são específicos de um setor.⁴⁰⁶

Embora o sistema de saúde brasileiro tenha em comum com o sistema britânico a universalidade e o caráter público. No sistema inglês, a porta de entrada dos britânicos a assistência hospitalar não-emergencial é efetuada a partir do *General Practitioner* (GP). Nesta conjuntura,

A atenção hospitalar era garantida para todos os GP e não havia competição entre os hospitais (Koen, 2000). Essa situação inicial do NHS difere substancialmente do período de surgimento do SUS, na medida em que, no momento da sua criação, na Constituição de 1988, a maioria dos leitos hospitalares pertencia ao setor privado, filantrópico e lucrativo, que prestava serviços ao Instituto Nacional Assistência Médica e Previdência Social (Inamps).⁴⁰⁷

Conclusão

Por tudo que foi dito, tentou-se demonstrar que o atual sistema de saúde brasileiro foi diretamente afetado em dois importantes momentos, quais sejam, a Ditadura Militar e o episódio da Constituinte de 1988. Ademais, as escolhas política adotadas favoreceram o crescimento e a consolidação do sistema de saúde suplementar. E ainda, que o atual modelo de assistência de saúde brasileiro se afasta dos exemplos norte-americano e o inglês, por

⁴⁰⁴ ARRETCHE, M. A Política da Política de Saúde no Brasil. In: LIMA, N. T., GERSCHMAN, S. EDLER, F. e SUAREZ, J. M (org) **Saúde e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005

⁴⁰⁵ VIANNA, M. L. T. W. **op cit**

⁴⁰⁶ LABRA, Maria Eliana. **Op cit**

⁴⁰⁷ TANAKA, Oswaldo Yoshimi; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Reforma(s) e estruturação do Sistema de Saúde Britânico: lições para o SUS**. Saude soc. vol.16 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2007

tratar de um sistema composto pelo setor público e privado. Contudo, também não se torna semelhante ao modelo chileno, uma vez que os recursos físicos, financeiros e humanos atuam tanto no setor público quanto no privado. Trata-se, portanto, de um modelo de sistema de saúde diferenciado.

Referências bibliográficas

ARRETCHE, M. A Política da Política de Saúde no Brasil. In: LIMA, N. T., GERSCHMAN, S. EDLER, F. e SUAREZ, J. M (org) **Saúde e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005

BAHIA, Ligia. **Planos privados de saúde: luzes e sombras no debate setorial dos anos 90**. Ciênc. saúde coletiva vol.6 no.2 São Paulo 2001.

BRASIL, Lei nº 3.807. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 6 de agosto de 1960.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília. 1988

BRASIL, **Lei nº 9.656**. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência a saúde. Diário Oficial da União 1998; 3 de junho

DELGADO, Ignácio Godinho. **Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira**. São Paulo: LTr. 2001

FLEURY TEIXEIRA, S. **Assistência médica previdenciária: evolução e crise de uma política social**. Saúde em Debate, n. 9., jan./março.1980

LABRA, Maria Eliana. **Política e saúde no Chile e no Brasil. Contribuições para uma comparação**. Ciênc. saúde coletiva vol.6 no.2 São Paulo 2001

LIMA, Nísia Trindade, FONSECA, Cristina M.O. e HOCHMAN, Gilberto. A saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em perspectiva histórica. In: LIMA, N. T., GERSCHMAN, S. EDLER, F. e SUAREZ, J. M (org) **Saúde e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005

OCKÉ-REIS, Carlos Octavio; ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky; SILVEIRA, Fernando Gaiger. **O mercado de plano no Brasil: uma criação do Estado?** R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 10(1): 157-185, jan./abr. 2006

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

SILVA, Sidney Jard e CORTEZ, Rafael. Interação Sindicalismo-Governo na Reforma Previdenciária Brasileira. IN: HOCHMAN, Gilberto (org). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Reforma(s) e estruturação do Sistema de Saúde Britânico: lições para o SUS**. Saude soc. vol.16 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2007

MENUCUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Público e Provado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: Atores, processos e trajetória**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007

VIANNA, M. L. T. W. **A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil: Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998

Repressão e Conflitos

Uma Análise da Política no Diário Mercantil na década de 1960

Carolina Guedes Soares*

Fernanda Pires Alvarenga Fernandes**

Resumo: Este artigo analisa o posicionamento político do jornal Diário Mercantil durante a década de 1960. Buscamos observar mudanças na linha editorial do veículo, comparando, principalmente, os períodos pré e pós-golpe de 1964. Ao observar o tratamento dado às notícias de política no jornal antes do golpe, podemos averiguar o impacto provocado pelo Regime Militar na linha editorial da publicação. Procuramos identificar como o jornal, fundado em 1912 com o objetivo de “defender as classes produtoras” de Juiz de Fora e agregado, em 1932, ao grupo Diários Associados, apoiava ou criticava determinados políticos, de maneira, ora sutil, ora declarada, mudando de posição de acordo com as conveniências de cada momento. Como diversos representantes da grande mídia, o Diário Mercantil apoiou o golpe, mas não manteve o apoio aos militares durante todo o tempo, fazendo por vezes oposição ao governo.

Palavras-chave: Jornalismo impresso; Posicionamento editorial; Política.

Résumé: Cet article analyse le positionnement politique du journal Diário Mercantil pendant les années soixante. On essaie d’observer les changements dans l’éditorial de ce journal surtout dans les périodes avant et après le coup d’état de 1964. Quand on examine le traitement donné au sujet politique dans le journal avant la prise du pouvoir, on peut observer l’impact provoqué par le Regime Militaire dans le positionnement éditorial du Diário Mercantil. On a essayé d’identifier comment le journal, fondé en 1912, pour défendre les producteurs de Juiz de Fora et associé, en 1932, au groupe Diários Associados, soutenait ou critiquait certains politiciens, de façon parfois subtile, parfois déclarée, changeant sa position

* Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

** Mestre em Teoria da Literatura e professora no curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo / Faculdade do Sudeste Mineiro-FACSUM.

selon les convenances de chaque moment. Comme des divers journaux, le Diário Mercantil a soutenu la prise du pouvoir, mais il n’a pas toujours été à côté des militaires, en s’opposant parfois au Gouvernement.

Les mot clés: La presse écrite; Positionnement editorial; Politique.

Introdução

Durante a década de 1960 os brasileiros acompanharam a eleição e a renúncia inesperada de Jânio Quadros, que levou ao poder o vice, João Goulart; sua deposição, com o golpe de 1964, e a ascensão do general Castelo Branco à presidência. Viram o general Costa e Silva ser eleito presidente da República pelo Congresso, em março de 1967, e deixar o poder em agosto de 1969, após sofrer uma isquemia cerebral; uma junta militar afastar o vice, Pedro Aleixo, e assumir a presidência até transferi-la, ao general Emílio Garrastazu Médici, dois meses depois.

Por diversas vezes ao longo da década, os meios de comunicação tiveram papel relevante na formação da opinião pública e, conseqüentemente, no desfecho dos fatos, como na posse de João Goulart e no golpe que o destituiu do poder. A Revolução de 1º de abril de 1964 partiu de Juiz de Fora, com o general Olimpio Mourão Filho, no dia 31 de março, e instaurou um governo provisório que durou 21 anos. Depois que as tropas do general Mourão já estavam a caminho do Rio de Janeiro e o movimento ganhava apoio, o então estudante Renê Mattos lembra que

As rádios de Juiz de Fora foram ocupadas e davam notícias o tempo todo dizendo que as tropas tinham se revoltado, que a Revolução tinha começado em Juiz de Fora e que a cidade era a Capital Nacional da Revolução. Isso foi repetido durante uns quatro ou cinco anos. Até 1970, Juiz de Fora era a Capital Nacional da Revolução. Isso foi muito batido, mas já era marketing pós-golpe. (MATTOS, 2007)

Dada a importância das transformações ocorridas a partir do Regime Militar, o presente trabalho se propõe a analisar as notícias de política publicadas no jornal Diário Mercantil (DM). O estudo deste tema possibilitará uma melhor compreensão dos impactos provocados pela Ditadura Militar na sociedade de Juiz de Fora e também na linha editorial adotada pelo Diário Mercantil, principal jornal da cidade, na época, e que pertencia ao grupo Diários Associados (DA), fundado por Assis Chateaubriand. A partir deste enfoque, será

possível observar a maneira como o jornal cobria os fatos em diversos momentos da história política do país. Acompanharemos, para isso, as edições do jornal DM publicadas às terças, às quintas e aos domingos durante toda a década de 1960. A pesquisa foi realizada no acervo do Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, onde estão guardados todos os exemplares do jornal, desde sua fundação, em 1912, até a última edição, publicada em novembro de 1983.

Em virtude do longo período estudado, nos limitamos aos fatos de maior repercussão nacional e aos assuntos que, seja por sua repetição ou por sua ausência, nos chamam a atenção. Os principais objetos deste estudo serão, portanto, as manchetes e, em seguida, os títulos das matérias publicadas na primeira página do DM, nas edições já mencionadas. Analisaremos o título, pois este é, segundo o professor emérito da USP, José Marques de Melo, “a apropriação de uma forma publicitária pelo jornalismo” (2003, p.86), que foi criado para popularizar os jornais através da motivação dos leitores para saber o conteúdo da notícia a qual ele se refere. E também porque, além de suas funções técnicas, de anunciar a notícia e resumir seu conteúdo, o título “orienta” o leitor e “indica a importância relativa da notícia” (DOUGLAS, 1966, apud MELO, 2003, p.88). Ainda que não emitam claramente o ponto de vista da empresa jornalística, eles podem, o que é mais frequente em jornais que pretendem manter uma imagem de imparcialidade, “dissimular” seu conteúdo ideológico.

Escolhemos estudar a primeira página do jornal porque acreditamos que, através desta é possível perceber melhor qual é a linha editorial do DM:

Uma matéria que aparece na primeira página de um jornal [...] sem dúvida provoca maior impacto. E exerce maior influência. O contato com estas informações destacadas desempenha um papel decisivo na formação da visão de mundo que cotidianamente o cidadão obtém. Saber que determinados fatos aconteceram e outros não, que determinados personagens atuaram na cena social em primeiro plano, que tais ou quais organizações figuram na linha de frente das novidades, constitui referencial básico para moldar a atitude coletiva. No caso específico dos jornais diários, a organização da primeira página tem sentido determinante. (MELO, 2003, p.86-86)

Melo, citando Luiz Beltrão, afirma que através das manchetes da primeira página de um jornal é possível discernir sua “personalidade política” (MELO, 2003, p.89). Desta forma, ao constatarmos que determinada matéria foi publicada com maior ou menor destaque podemos ter ideia de quais são os segmentos da sociais privilegiados pelo jornal e qual sua postura diante dos fatos. Ainda segundo Melo, “a seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua linha editorial.” (2003, p.75). Ainda que não intencionalmente,

os meios de comunicação estão “influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades” (MELO, 2003, p. 73).

Estudos já publicados demonstram que o Diário Mercantil possuía uma linha editorial bastante favorável aos interesses militares, coerente com a do grupo Diários Associados, ao qual o jornal pertencia. Um exemplo do apoio do grupo aos militares é a declaração do diretor-geral dos DA, José de Almeida Castro, em entrevista fora do país, em 1973, um dos períodos de maior censura aos meios de comunicação, afirmando “que no Brasil há ‘plena liberdade de imprensa’ e que ‘estava disposto a polemizar com aqueles que afirmam o contrário’” (MARCONI, 1980, p.148). O apoio às classes dominantes pode ser observado desde sua criação, em 1932. Fundado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e João Penido Filho, lideranças políticas da região ligadas ao Partido Republicano Mineiro, o DM tinha o objetivo de “defender os interesses das classes produtoras”, conforme o editor do jornal Wilson Cid:

No primeiro editorial do jornal já se fala que o objetivo do jornal é defender as classes produtoras, na época eles tinham muito prestígio. Mas com o tempo o jornal foi se identificando também com as questões locais, da comunidade e acabou se libertando um pouco da dependência que tinha destas classes produtoras e começou a atuar em diversas áreas, como manifestações de greves de trabalhadores, congressos, no esporte, polícia. (CID, 2008)

O DM passou ao controle dos Diários Associados em 1932. Em Juiz de Fora o grupo criou, em 1941, o Diário da Tarde, jornal vespertino voltado ao público mais popular. Além dos dois periódicos, a Rádio PRB-3 também fazia parte do grupo. Os dois impressos saíram de circulação em novembro de 1983. Na época, o DM contava com 2.700 assinantes, mas tinha feito alto investimento em equipamentos Of Set e não conseguiu pagar a dívida (CID, 2008). Dos jornais que pertenciam ao grupo DA, ainda existem o Estado de Minas, o Correio Brasiliense e o Jornal do Comércio. O título do DM pertence ao Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, que ainda publica edições periódicas do DM com matérias de economia.

Através da análise das primeiras páginas do DM podemos observar a permanência de textos adjetivados, com linguagem rebuscada, no início da década de 1960. A diagramação do DM também é bastante confusa, com matérias sobre o mesmo tema espalhadas em diversas partes do jornal, títulos sem texto e sem indicação da página em que a matéria continua, entre outras características que dificultam bastante a leitura e a compreensão das notícias. As matérias eram compostas em linotipos, com poucas opções de corpos. No início da década de

1960, quem montava as matérias era o paginador. As matérias eram dispostas de acordo com o espaço disponível. Uma reforma gráfica mais profunda aconteceu apenas em 1968, após a contratação de José Luiz Ribeiro. A partir daí as matérias passam a ter um espaço determinado na página, o número de matérias por páginas diminui e aumenta o de fotos, que passam a constar em todas as primeiras páginas, além de título e orientação da página em que se encontram.

Apesar da demora na implantação dos novos modelos de texto e diagramação no DM, os textos explicitamente opinativos ficavam restritos aos artigos, assinados geralmente pelo próprio Chateaubriand, e a valorização da notícia pode ser observada desde o início da década de 1960. Esta tendência estava se desenvolvendo há décadas nos jornais do Rio de Janeiro, buscando apregoar uma independência política que “existe apenas como discurso memorável construído pelos próprios jornalistas”, uma vez que “continua dependente dos favores e favorecimentos oficiais para garantir sua sobrevivência” (BARBOSA, 2007, p.85).

A política no Diário Mercantil

A análise indica que o jornal, apesar de valorizar as notícias, deixava transparecer nestas suas opiniões, o que pode ser observado na cobertura das eleições presidenciais de 1960. Três candidatos disputaram a sucessão de JK: Jânio Quadros (UDN), Marechal Lott (coligação PTB-PSD) e Adhemar de Barros (PSP). Naquele ano também estavam em disputa os cargos de governador de Minas e prefeito de Juiz de Fora. Verificamos 126 edições até outubro e observamos que as eleições presidenciais receberam maior destaque na primeira página do DM, com 59 manchetes. Em cinco edições a notícia de maior destaque referia-se às eleições estaduais e nenhuma edição analisada apresentou manchete relacionada à disputa municipal.

A cobertura do jornal apoiou claramente o candidato do PSD, o que pode ser constatado no espaço dado às matérias. O DM anunciou a visita de Jânio a Belo Horizonte na capa com o subtítulo: “Calorosa recepção tributou a população da capital mineira ao ex-governador paulista”, na edição de domingo, 3 de janeiro. A matéria, no entanto, encobria a notícia sobre a viagem de Jânio a Juiz de Fora, naquele mesmo dia, e que ficou restrita ao canto superior esquerdo da página 8 desta mesma edição, sob o título “Jânio descera hoje no Aeroporto da Serrinha”. A edição seguinte, de terça-feira, não trouxe nenhuma notícia relatando a visita de Jânio na primeira página. Em vez disso, o jornal estampava a manchete

“Quer ser presidente eleito de fato: Confessa Lott que se sentiria constrangido de assumir o alto posto beneficiado pela legenda”, ressaltando as qualidades do candidato adversário de Jânio. Jânio ainda voltaria a Juiz de Fora acompanhado pelo candidato a governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, no dia 5 de setembro. Nesta época, Jânio era apontado por pesquisas como o provável futuro presidente, mas visitar a cidade, a manchete do DM foi: “Certa a vitória do marechal Lott”.

O primeiro comício de Lott em Juiz de Fora foi a manchete do dia 4 de março: “Calorosa recepção ao marechal Lott”. Duas fotos e quatro matérias com enfoques diferentes, todos positivos, ocuparam metade da capa. Na edição do dia 15 de setembro o DM anunciou em matéria com foto, o segundo comício do marechal na cidade, que foi a manchete do dia 16, também com foto, sob o título: “Multidão aplaudiu o marechal Lott: entusiástica recepção ao marechal Lott”. Ao se aproximarem as eleições intensificaram-se as matérias favoráveis ao marechal. Durante os quatro dias de apuração começaram a surgir no DM notícias sobre a vitória de Jânio Quadros: “Ontem à noite o Sr. Jânio vence em MG” (DM, 05/10/1960, p.1). No dia 8 de outubro, “Terminou a apuração em Juiz de Fora: Jânio Quadros ganhou na 142ª ZE mas perdeu na 143ªZE”. A notícia foi dada na capa, mas não foi a principal. Apesar de ser um jornal local, e de ter dedicado amplo espaço às notícias relacionadas à campanha presidencial, a manchete daquela edição foi: “Carvalho Pinto: ‘São Paulo não tem ambições’”. Abaixo vinha: “Indignação em Lavras contra arbitrariedades da PM”. A única matéria sobre as comemorações da vitória de Jânio foi: “Vitória de Jânio provoca passeata monstro: Recife”. Não houve texto sobre o prefeito e o governador eleitos. Após a vitória do udenista o DM publicou textos sobre a “oposição digna e vigilante”, prometida pelo PSD (DM, 13/10/1960, p.1).

As críticas severas a Jânio Quadros encerraram-se após sua posse e, quando feitas, eram mais sutis, relacionando-se, principalmente, à política externa adotada pelo governo: “Delegação brasileira foi a Cuba assistir festejos” (DM, 25/07/1961, p.1). O jornal passou a dedicar amplo espaço aos feitos do novo presidente. João Goulart, que fora vice de JK, não recebeu o mesmo apoio. Jango, como era conhecido, quase não foi noticiado durante a campanha, mas essa indiferença não permaneceu após a eleição. A partir do terceiro mês de mandato intensificaram-se as notícias sobre o golpe socialista de Fidel Castro, em Cuba e a “ameaça comunista” era associada às greves e manifestações sindicais no Brasil e, conseqüentemente, a Jango graças a seu “passado trabalhista”. Suas viagens como parte da política externa do governo de Jânio eram vistas com desconfiança e a visita à China foi

manchete no DM: “Jango elogia o progresso da China: Afirmou em banquete que o Brasil manterá comércio com os chineses”. Na matéria não há críticas, apenas a descrição do cerimonial e a transcrição de parte de seu discurso, porém a China, assim como Cuba, era constantemente criticada no DM.

Enquanto Jango estava na China, Jânio renunciou inesperadamente. No dia seguinte, o jornal divulgou a “Renúncia pela vitória da reação: O texto do documento histórico assinado pelo sr Jânio Quadros”. A capa foi quase toda dedicada à repercussão do fato. Setores da sociedade civil e das Forças Armadas articularam-se para impedir a posse de Jango, com apoio de parte da imprensa, como os jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e Tribuna da Imprensa (pertencente ao então governador da Guanabara, o udenista Carlos Lacerda), que “faziam previsões alarmistas e posicionaram-se contra a posse de Jango” (MARTINS; LUCA, 2006, p.93). Os jornais dos DA, no entanto, apoiaram a posse de Jango e a manchete de domingo, dia 21 de agosto de 1961, diz “a caminho da presidência: O novo Chefe do Governo chegará em quarenta e oito horas”, o que na verdade demorou nove dias. Neste período o DM, assim como os demais jornais que defendiam a posse de Jango, pediam “Todo o respeito à Constituição” (DM, 30/08/1961, p.1).

Ao contrário do que aconteceu com Jânio, após o período imediato à posse de Jango, observamos a ausência de notícias sobre os atos do novo presidente. O DM passou a dar destaque maior às notícias internacionais. A ausência de cobertura sobre o Governo pode ser compreendida como uma demonstração de que, apesar de ter apoiado sua posse, o jornal não seria seu aliado durante o governo, e continuaria fazendo oposição ao PTB e aos representantes do trabalhismo. Só aos poucos começaram a surgir notícias sobre o governo de Jango, na maioria das vezes, não muito favoráveis. Nos últimos meses de 1961 e em todo o ano de 1962 as notícias sobre manifestações de camponeses se tornaram frequentes. O fundador da Liga Camponesa, Francisco Julião, era apontado como comunista que “deseja a revolução” (DM,07/12/1961, p.1). Aos poucos eram suscitadas as ligações entre Jango, que tinha a Reforma Agrária como uma de suas metas, com os ‘subversivos’: “Presidente da República vai presidir hoje, em João Pessoa, o Congresso das Ligas Camponesas da Paraíba” (DM, 29 30/07/1962, p.1).

No primeiro mês de 1963, quando ocorreu o plebiscito que restituiu o regime presidencialista, em 14 edições analisadas, nove traziam notícias sobre greves, carístia e desabastecimento, problemas já existentes, mas que até então não haviam recebido tanto destaque. O envolvimento do presidente com o sindicalismo era conhecido e o destaque às

greves organizadas pelos movimentos e a adoção de um discurso que ressaltava seus prejuízos causados à nação prejudicavam a imagem do Goulart. Outro artifício utilizado para atacar o presidente indiretamente era a transcrição da fala de políticos de partidos de oposição, como o título com parte da declaração do deputado Adauto Cardoso, da UDN: “Jango ameaçou as instituições e violou a ordem jurídica vigente” (DM, 25 26/08/1963). Citações de políticos aliados de Jango raramente recebiam espaço na primeira página do jornal e nunca eram usadas como títulos. O DM também criticava o presidente de maneira indireta ao atacar pessoas ligadas a ele, como Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e marido da irmã de Jango, e Miguel Arraes, governador de Pernambuco, ambos líderes do PTB e amigos de Jango.

Como observamos, o DM publicava notícias factuais, de grande repercussão, como forma de parecer imparcial. Por esta razão, a participação de Jango na comemoração do 113º aniversário de Juiz de Fora obteve destaque considerável nas páginas do DM. Na ocasião, Jango anunciou a liberação de verbas para a construção da Avenida Independência, foi salgado pelos militares da 4ª Região e autorizou a substituição do Comandante Ladário Teles por Olímpio Mourão Filho, que menos de um ano mais tarde liderou o levante que derrubou Jango (PAULA; CAMPOS, 2005).

Poucos meses depois, começaram a surgir nas primeiras páginas duras críticas dirigidas diretamente ao presidente e, a partir de agosto de 1963, é visível a mudança na linha editorial do DM. As críticas se agravaram com a ameaça de Estado de Sítio, da qual Jango desistiu três dias depois. O fato foi interpretado como uma tentativa de golpe de estado, reforçando o discurso de que Jango, como herdeiro político de Getúlio Vargas, seguiria o mesmo caminho que levava o país a quase uma década de ditadura no Estado Novo. Até abril do ano seguinte, quando foi organizado o Golpe Militar, as notícias publicadas pelos jornais de oposição criaram um clima altamente desfavorável a Jango. A sequência de notícias sobre greves, revoltas, desemprego, inflação, aliadas ao discurso sistemático de que o comunismo estava se espalhando gerava insegurança e insatisfação. Nos meses que antecederam o golpe, a imagem de que Jango planejava um golpe comuno-sindicalista foi consolidada entre meios de comunicação. Uma destas contribuições foi a publicação, em novembro de 62, da matéria: “Documento Histórico: Texto do manifesto em que a mulher mineira pede a renúncia de Jango” (DM, 10 11/11/1963, p.1). Esta foi a primeira manifestação civil contra Jango encontrada nesta análise.

Na edição do dia 10 de março de 1964 o DM anunciou, na parte inferior da primeira página: “Sindicalistas mineiros vão à Guanabara para comício na Praça da República”. Ao utilizar o termo “sindicalistas”, o jornal atrela este evento aos interesses das classes trabalhadoras. O comício a que o título se referia seria o primeiro de uma série, organizado para mobilizar a população em prol das reformas de base, em especial, a reforma agrária. O evento reuniu cerca de cem mil pessoas na Praça da República, no Rio, no dia 13 de março, e ficou conhecido como “o comício das reformas”. O jornal gaúcho Última Hora, um dos únicos que ainda apoiava o governo de Jango, afirmou em manchete: “Foi o maior comício da história do Brasil” (apud PAULA; CAMPOS, 2005, p.173). O DM preferiu informar que foi “Assinado por Jango na praça pública o decreto que dá início à reforma agrária”. Esta foi a manchete do dia seguinte ao comício, publicada quase no centro da página (as manchetes do DM, até então, vinham no alto da página, abaixo do nome do jornal). Duas fotos acima da manchete ocupavam toda a largura do jornal e mostravam imagens de pessoas correndo e fumaça, sugerindo confusão.

Na edição de domingo, 15 de março, nenhuma notícia foi dada sobre o comício organizado pelo diretório do PTB de Juiz de Fora, que seria realizado naquela noite e contaria com a participação de Miguel Arraes. O comício foi divulgado na edição seguinte, dia 17, com a manchete: “Dispositivo policial jamais visto na cidade garantiu a fala ‘nacionalista’ no Popular”. O comício não deixou de ser noticiado, mas o movimento organizado por opositoristas para boicotar o evento recebeu destaque no DM. A palavra ‘nacionalista’, no título e ao longo de toda a matéria, encontra-se entre aspas, recurso que demonstra o questionamento do caráter patriótico do evento e de seus organizadores. Observamos o comício de Miguel Arraes como um divisor de águas na cobertura da política nacional do DM. Até então, o jornal fazia críticas agressivas ao governo, mas não pedia sua deposição. A partir da edição de domingo (22/03) após o comício em Juiz de Fora e a “Marcha da Família, com Deus e pela Liberdade” (SP, 19/03), em todas as edições analisadas, o DM publicou notícias e declarações, principalmente do governador Magalhães Pinto, que pediam o afastamento de Goulart.

O general Olímpio Mourão Filho, chefe da 4ª Região Militar, declarou-se insurreto e marchou com suas tropas rumo ao Rio de Janeiro, dando o primeiro passo para o golpe. Nenhuma notícia sobre o levante foi publicada até o dia 31 de março. O movimento foi noticiado no dia 1º de abril, com a manchete: “O general Mourão sai em defesa do regime e instala em JF o QG da Força de Defesa da Democracia em Minas Gerais”. O golpe foi

confirmado pela manchete: “Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade, restituindo ao Brasil, em 36 hs, a paz e a democracia” (DM, 02/04/1964, p.1). Em nenhuma das matérias analisadas a legitimidade do golpe foi questionada, sendo o golpe visto como benéfico e necessário para a defesa da democracia. O governo Jango termina, segundo o DM, no dia 2 de abril, com a manchete: “Duas horas e meia antes da rendição, Goulart e Brizola abandonam Porto Alegre”. Este título poderia sugerir que o presidente deposto era um homem fraco, que preferiu fugir para outro país a enfrentar seus opositores. Mas, além de tendenciosa, a notícia é inverídica, porque Jango só viajou para Montevidéu, no Uruguai, dois dias depois, quando Ranieri Mazzili, então presidente da Câmara dos Deputados, já havia assumido interinamente a presidência.

O fim do governo foi comemorado em Juiz de Fora no dia 6 de abril, no regresso das tropas do general Mourão. O DM anunciou o fato com a manchete: “A população de JF veio para a rua confirmar seu **NÃO** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade” (DM, 06/04/64, p.1, grifos do jornal). Em 13 edições analisadas, publicadas no mês de abril, o DM deu destaque aos feitos do general Mourão em nove. O Ato Institucional que possibilitou a posse de Castelo Branco por eleições indiretas e a cassação dos direitos políticos de Jango, Arraes e Brizola foi, segundo o DM, a garantia dos “objetivos da revolução” (DM, 10/04/64, p.1), sem anular “a estabilidade conferida aos trabalhadores” (DM, 11/04/64, p.1).

Segundo o DM, o “Movimento democrático exige eleição de presidente enérgico para o País” (DM, 05 06/04/64, p.1) e o nome de Castelo Branco foi sugerido para ocupar o cargo. Durante os primeiros meses, a exemplo do que ocorreu com Jânio Quadros, as notícias relativas aos atos do novo presidente predominaram nas primeiras páginas do DM. Nas edições analisadas no mês de maio de 1964, seis delas tratavam das relações entre o Brasil e os demais países, duas traziam notícias internacionais, quatro nacionais (mostrando o atual presidente como um defensor da democracia) e uma estadual. Em 1965, o destaque dado ao governo de Castelo Branco permanece. Em 288 capas do DM publicadas naquele ano e analisadas pelo pesquisador Paulo Roberto Figueira Leal, 59,3% das manchetes referiam-se à política nacional (LEAL, 2008, p.9).

Notícias sobre os primeiros Atos Institucionais e Complementares editados por Castelo Branco eram publicadas com conotação positiva, repetindo sempre o discurso de serem necessários para punir os subversivos. Apesar das bajulações ao Regime Militar, aos poucos, começaram a surgir as primeiras críticas, motivadas pela cassação de políticos

influentes, que apoiaram o golpe contra Jango. Quando Juscelino Kubitschek, que era apoiado pelo DM, teve seus direitos políticos cassados, surgiram as primeiras dissidências entre os Revolucionários, como vemos na manchete: “Ademar apóia Mourão Filho e fica ao lado de Juscelino” (11/05/1965). Tal mudança pode ser compreendida se levarmos em conta os planos da UDN e do PSD, partidos apoiados pelo jornal, de indicarem candidatos às próximas eleições. Castelo Branco dizia-se “favorável a eleições diretas em 1965”, como mostrou a manchete do dia 22 de junho. No dia seguinte, no entanto, a manchete do DM foi: “Consumada pelo Congresso a prorrogação do mandato de Castelo Branco”.

As críticas ao presidente intensificaram-se ainda mais a partir da Reforma Política que limitou para dois o número de partidos políticos e, principalmente, após a instituição de eleições indiretas para a presidência. Diante das demonstrações de autoritarismo do presidente, o jornal denunciava em manchete, também como ocorreu contra Jango, que era “Iminente o Estado de Sítio” (DM, 12/04/1966, p.1) e apoiava uma candidatura civil para concorrer contra o general Costa e Silva, que tinha o apoio dos militares e da Arena.

É possível associar o início do governo de Costa e Silva, através das manchetes do DM, aos primeiros meses do governo de João Goulart. As críticas que permearam as páginas nos últimos meses de Castelo Branco tornaram-se menos agressivas, resultado talvez da nova Lei de Imprensa. No entanto, os atos do novo presidente não ocuparam as páginas do jornal com a mesma frequência observada em momentos anteriores, como após a posse de Jânio Quadros e Castelo Branco. Costa e Silva foi um dos representantes da linha dura das Forças Armadas e notícias sobre repressão aos presos políticos e opositores não tardaram a aparecer. A relação entre o jornal e o governo, até a edição do AI-5, era bastante inconstante. Críticas e elogios se misturavam nas primeiras páginas do DM. As críticas voltaram a ser sutis, seguindo a fórmula adotada no início dos governos de João Goulart e Castelo Branco: omitir fatos positivos, destacar atos e falas da oposição. Uma forma de crítica ao governo era o destaque dado às ações da ‘Frente Ampla’, movimento de oposição ao Regime Militar, organizado por João Goulart, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda entre outros. Além disso, o jornal também divulgava as articulações para a indicação de candidato civil para as próximas eleições, assim como denúncias daqueles que ousavam se manifestar contra Costa e Silva: “Senador da oposição promete provar corrupção no governo” (DM, 10 11/11/1968, p.1).

Os atos contra a ditadura cresciam proporcionalmente à repressão imposta por Costa e Silva. Eram constantes as notícias sobre atentados terroristas em matérias que sugeriam o

aumento da subversão, sendo usadas pelos militares para justificar a sua permanência no poder com o pretexto de garantir a segurança nacional. Os mesmos motivos foram usados como justificativa para a edição do AI-5, divulgado sem destaque em 14 de dezembro. Na edição de domingo, entretanto, o AI-5 torna-se manchete, como algo positivo, que merece ser divulgado, inclusive, em outros países: “Itamaraty leva texto do Ato-5 ao exterior” (DM, 15/12/1968, p.1). Porém, em nenhum dos textos publicados, o jornal explica a série de restrições que o Ato impunha ao povo, aos políticos e, sobretudo, à imprensa. A partir da edição do AI-5, intensificou-se a censura aos meios de comunicação. Muitos dos jornalistas brasileiros tiveram que conviver com censores dentro das redações, inclusive o DM, como confirma o jornalista Ismair Zagueto (2008). Neste cenário, as críticas ao governo desapareceram das páginas do DM em 1969.

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu uma isquemia cerebral e foi substituído por uma junta militar, formada pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Assim como nos demais meios de comunicação, nenhuma notícia sobre o assunto foi publicada pelo DM. A doença do presidente não foi mencionada nem quando foi divulgada a posse da junta militar, que permaneceu no poder até a escolha do novo presidente. Até então, nada era dito sobre os motivos que levaram Costa e Silva a deixar o poder. No dia 7 de outubro, quase dois meses depois, os militares se reuniram para indicar o futuro presidente: Emílio Garrastazu Médici. O Congresso foi reaberto para que os deputados votassem em Médici, única opção para a sucessão presidencial. A votação, meramente burocrática, para fazer cumprir o que determinava a Constituição e assim legitimar a eleição de Médici, foi anunciada pelo DM como: “Reabertura do Congresso retoma o processo democrático” (DM, 23/10/1969, p.1).

No final do ano, o DM anunciou: “Costa e Silva morreu” (DM, 18/12/1969, p.1), conferindo grande destaque ao fato, mas sem explicar o que aconteceu entre o dia em que o ex-presidente sofreu a isquemia a convocação da junta militar. Nada foi dito sobre a farsa criada pelos militares para convencer a população de que Costa e Silva havia sofrido um pequeno mal, mas que em breve se recuperaria. Este fato exemplifica a cobertura do jornal a partir da edição do AI-5. As notícias que poderiam repercutir de forma negativa ao governo, quando eram divulgadas, eram secas, diretas, limitadas a noticiar o factual, sem as adjetivações ainda comuns aos textos do DM. Em 108 edições analisadas entre o anúncio do AI-5 e 31 de dezembro de 1969, período final de nosso estudo, nenhuma crítica foi feita ao governo. As notícias sobre política nacional predominaram nas manchetes desse período,

representando 31,48% do total, sendo 28,2% com elogios intensos ao governo. Até mesmo as notícias sobre cassações, que continuaram frequentes, não possuíam mais textos que sugeriam o totalitarismo, como ocorria no final do governo Castelo Branco. O noticiário internacional, que havia perdido espaço nos anos anteriores, voltou a ganhar destaque nas primeiras páginas do DM (26,85% do total de manchetes), a exemplo do que acontecia no início da década. Apesar do predomínio do cenário político no noticiário, este perdeu muito espaço na capa, quando comparado a 1965, observando-se crescimento nas manchetes internacionais (26,85%), de economia nacional (13,9%) e política externa (6,48%). Somados, o noticiário estadual e o local foram destaque em 11,11% das edições analisadas, mantendo o pouco espaço obtido ao longo da década.

Considerações finais

Ao analisarmos as matérias publicadas no Diário Mercantil ao longo da década de 1960, percebemos que os interesses políticos representavam grande influência na linha editorial do jornal. Observamos que o jornal deixou transparecer seu apoio a determinados grupos, como os partidos UDN e PSD, em diversos momentos ao longo da década. A preferência do jornal, a princípio, se mostrava de maneira mais sutil, como tentativa de manter uma imagem de neutralidade para o periódico (a qual já adotava como discurso). As preferências do jornal se mostravam, também, pelo espaço dado às declarações de políticos aliados, pela omissão de feitos positivos de seus opositores, ou pelo ataque feito a pessoas ou grupos ligados a estes. Nos momentos de crise, porém, o DM mostrava sua ideologia de maneira mais evidente, como nos últimos dias da campanha presidencial entre Lott e Jânio Quadros (a única durante toda a década), quando foi publicada uma série de matérias enaltecendo as qualidades do marechal, ao lado de outras com críticas a Jânio e declarações que o associavam aos países comunistas, na época, vistos como “ameaças”.

Analisamos de maneira mais profunda os anos anteriores ao golpe justamente para observarmos os grupos apoiados pelo DM e as maneiras utilizadas por ele para influenciar seus leitores. Com base nestas informações percebemos quais as mudanças provocadas em sua linha editorial a partir do golpe de abril de 1964, que repercutiu em toda a imprensa nacional. Constatamos que, a princípio, o novo regime não implicou em grandes alterações na linha editorial do DM. A cobertura do jornal ao longo do governo de Castelo Branco foi feita de maneira semelhante a dos presidentes anteriores. As maiores diferenças encontram-se no

primeiro ano após o golpe, quando ainda era grande a repercussão do movimento “redentor”, e após a edição do AI-5, quando a censura cerceou sua liberdade de criticar o governo, quando este não correspondia às suas expectativas.

Jânio Quadros, Jango e os presidentes militares pertenciam a seguimentos diferentes da sociedade, e destes, apenas os últimos eram apoiados pelos Diários Associados. Entretanto, a cobertura do jornal foi semelhante ao longo de todos os governos. O jornal, no início dos mandatos, buscava se aproximar dos governantes, evitando a divulgação de matérias negativas. No caso de João Goulart, que até a renúncia de Jânio era constantemente atacado nos jornais Associados, o DM adotou uma postura neutra: sem matérias positivas, tampouco negativas. Com Jânio Quadros, apesar das críticas durante a campanha, a maior parte das notícias publicadas sobre seu governo eram bastante positivas. O mesmo aconteceu com Castelo Branco e Costa e Silva, quando as críticas severas feitas no final do governo anterior se abrandaram.

No entanto, conforme Jânio, Jango, Castelo Branco e Costa e Silva começaram a tomar medidas que desagradavam os interesses do jornal, este começava a publicar críticas, em princípio leves, e, por fim, mais agressivas aos respectivos governos. Apesar do maior entusiasmo mostrado nas matérias no primeiro ano de governo de Castelo Branco, o jornal também o atacou assim que este cassou o mandato de políticos apoiados pelo grupo, como Juscelino Kubitschek. Um dos períodos de maior ataque ao presidente Castelo Branco foi após a aprovação da Lei de Imprensa, que impunha sérias restrições aos meios de comunicação. Como demonstramos, quando Costa e Silva assumiu o poder as críticas ao governo cessaram temporariamente, mas foram retomadas assim que o presidente mostrou-se intransigente com relação à revisão das cassações e da nova constituição. Os ataques ao Regime Militar foram interrompidos a partir da edição do AI-5, representando o fim das críticas publicadas nas primeiras páginas do DM até dezembro de 1969.

Ao final desta análise podemos concluir que o jornal Diário Mercantil apoiou o Regime Militar em seu início, mas conferiu tratamento semelhante aos presidentes do PTB e da UDN. Entendemos, com isso, que o apoio aos presidentes no início de seus governos era uma característica do jornal. No entanto, com o passar do tempo, na medida em que seus interesses divergiam das propostas dos dirigentes do Estado, o veículo mudava de postura. O DM oscilava seus apoios e ataques aos presidentes de cada período de acordo com seus interesses políticos, sendo, por diversas vezes, contraditório com relação à postura adotada anteriormente. Percebemos, então, que o jornal não era necessariamente contrário a Jânio

Quadros ou a João Goulart apenas por ideologia, tanto que, após a renúncia de Jânio, os jornais dos Diários Associados logo apoiaram a posse de Jango. Pode parecer contrassenso o grupo apoiar um político que há anos atacava e que representava os interesses trabalhistas (contrário aos interesses dos oligarcas e empresários, apoiados pelos Diários Associados), mas a posse de Jango representava, naquele momento, a manutenção da democracia e a possibilidade de eleger um presidente aliado (possivelmente JK) em poucos anos.

Da mesma forma, apesar de ter apoiado e contribuído para a realização do Golpe Militar e para a eleição de Castelo Branco, o jornal retirou seu apoio e fez duras críticas quando o Regime Militar deixou de atender às suas expectativas. Acreditamos ser incorreto afirmar que o DM apoiou a Ditadura, de maneira ampla. O jornal apoiou, sim, claramente, o Golpe de Estado que a instituiu, e manteve seu apoio por pouco menos de dois anos, apenas enquanto lhe foi conveniente. No entanto, não podemos garantir que o jornal estendeu suas críticas também a Médici, Geisel e Figueiredo, generais que se sucederam na presidência da República.

Referências

MARCONI, P. A censura política na imprensa brasileira: 1968 – 1978. São Paulo: Global, 1980.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Unesp, 2006

MELO, J. M. **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PAULA, H. R.; CAMPOS, N. A. **Clodesmidt Riani** Juiz de Fora: FUNALFA, 2005

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MATTOS, R. **René Mattos**: depoimento [dez.2007]. Entrevistadora: Carolina Guedes. Juiz de Fora, 2007. Gravação Digital (100min): estéreo.

ZAGUETO, I. **Ismair Zaguetto**: depoimento [out.2008]. Entrevistadora: Carolina Guedes. Juiz de Fora, 2008. Gravação Digital (45min): estéreo.

CID, W. **Wilson Cid**: depoimento [out.2008]. Entrevistadora: Carolina Guedes. Juiz de Fora, 2008. Gravação Digital (60min): estéreo.

A República do Carnaval: um olhar estrangeiro sobre canudos.

Daniela Barbosa de Oliveira *

Resumo: O objetivo deste artigo é uma análise, baseada na teoria bakhtiniana de carnaval, do romance histórico *A Guerra do Fim do Mundo* (1981), do escritor peruano Mario Vargas Llosa. Apesar de Bakhtin e Vargas Llosa fazerem parte de cânones literários diferentes, é possível constatar uma confluência entre os autores na sua produção.

Palavras-chave: Carnaval; Canudos; *A Guerra do Fim do Mundo*.

Abstract: The aim of this article is an analysis, based on the Bakhtin's carnival theory, of the historical novel *The War of the End of the World* (1981) by the Peruvian writer Mario Vargas Llosa. Despite of the fact that Bakhtin and Vargas Llosa are part of different literary canons, it's possible to verify an approach between these writers by their production.

Keywords: Carnival; Canudos; *The War of the End of the World*.

A República Brasileira viveu momentos delicados e conturbados em seus primórdios. O mais emblemático deles talvez tenha sido aquele ocorrido no sertão baiano entre os anos de 1896 e 1897: a guerra que teve como desfecho a destruição, após quatro expedições militares, do arraial de Canudos pelo exército nacional. Muito se escreveu sobre este evento. Tem-se ocupado do assunto a História, a Sociologia, a Religião, entre outros ramos do saber. Canudos é um campo fértil também para a ficção, graças a seu caráter místico e legendário, as lacunas deixadas pela História oficial são hoje repensadas pelo romance histórico contemporâneo.

Entre tudo que se tem escrito sobre Canudos, o consenso geral elegeu a obra de Euclides da Cunha como a mais cultuada. Embora não tenha sido o primeiro livro sobre Canudos, *Os Sertões* instituiu-se ainda hoje como um paradigma literário. No entanto não será este o objeto de nossa investigação, embora possa afirmar que foi daí que ele se originou.

Ao invés do olhar brasileiro e testemunhal de Euclides da Cunha elegi o olhar imigrante do peruano Mario Vargas Llosa, enriquecido por quase um século de outras perspectivas.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: dani_oliveira_dani@hotmail.com

A Guerra do Fim do Mundo, lançado em 1981, é um romance importante na trajetória de Vargas Llosa. Nele, o autor reedita a Guerra de Canudos dando voz a representantes de vários domínios e estamentos da sociedade da época, dilatando e diversificando o olhar do leitor sobre os eventos.

O primeiro contato do escritor com a temática Canudos se deu a partir de um convite da Paramount Filmes em Paris. Em parceria com o cineasta brasileiro Ruy Guerra, o intelectual peruano foi convidado a escrever o roteiro de um filme sobre a batalha. O filme nunca chegou a ser produzido, no entanto Canudos já havia se tornado uma obsessão para Llosa. O motivo foi o impacto causado pela leitura de *Os Sertões*, como comprovam suas palavras:

Uma das primeiras coisas que li em português foi *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Para mim, foi uma das grandes experiências da minha vida de leitor. Foi como ter lido, quando garoto, *Os Três Mosqueteiros*, ou, já adulto, *Guerra e Paz*, *Madame Bovary* ou *Moby Dick*. Foi realmente o encontro com um livro muito importante, uma experiência fundamental. Um deslumbramento, realmente, um dos grandes livros que já se escreveram na América Latina.⁴⁰⁸

Como o longa-metragem não se realiza, Vargas Llosa decide transformar o roteiro em romance. Tal qual um historiador, lê e pesquisa exaustivamente sobre Canudos, além de viajar à Bahia a fim de conhecer de perto o sertão e os sertanejos e dali recuperar algumas das narrativas locais sobre a Guerra.

Se a novela de Llosa certamente demandou uma pesquisa histórica por parte dele, como havia exigido de Euclides da Cunha o conhecimento *in loco* do seu objeto, para nós historiadores brasileiros ela pode conduzir-nos de volta às últimas décadas do século XIX no sertão do país, através do olhar privilegiado de um literato latino-americano inspirado no engenheiro e militar brasileiro. A intenção não é reconstruir o contexto da época em que se passa a trama de Antonio Conselheiro, até porque seria uma tarefa impossível, mas elucidar “contextos possíveis” de Mario Vargas Llosa e de sua obra na linha proposta por Dominick LaCapra⁴⁰⁹. Segundo ele, o passado não é um objeto sólido: pelo contrário, converte-se em conteúdo fluído e intangível, na medida em que as versões que temos a respeito de tempos remotos seriam apenas registros textuais possuidores de uma historicidade própria e jamais o

⁴⁰⁸ SETTI, Ricardo A. **Conversas com Vargas Llosa**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 39.

⁴⁰⁹ LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. *In*: PALTÍ, Elias. José. **Giro lingüístico e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes; WHITE, Hayden. A Interpretação na História. *In*: **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001.

“passado” em si. Neste sentido, é plausível argumentar que uma obra ficcional possa ser bastante elucidativa para a compreensão de determinados momentos e/ ou atores históricos, como neste caso.

Inspirado em Euclides da Cunha, Mario Vargas Llosa recontou Canudos, no entreter de muitas outras falas que antes contaram essa história. Todavia, narrar Canudos nem sempre significa apenas narrar um episódio da história oitocentista brasileira. *A Guerra do Fim do Mundo* teve sua gênese pautada pela obra do engenheiro e militar brasileiro, no entanto seus estilos diferem enormemente.

A obra vargallosiana é composta de blocos de pequenas narrativas que se cruzam compondo a narrativa principal. O olhar de Llosa se distancia do positivismo do escritor brasileiro que se preocupa com as minúcias dos fatos e dos meios onde os mesmos se desenrolam. Em contrapartida, no romance peruano os narradores prendem-se a acontecimentos triviais, em tramas e conflitos menores nos quais se envolvem os personagens; sem, no entanto, perder de vista os fatos históricos, que no momento preciso para amarrar a trama são apresentados ao leitor. O conteúdo das obras também é bastante distinto e, aqui, chego ao objetivo desta explanação, qual seja, apreender a singular interpretação dada pelo nosso autor a alguns aspectos da nascente República brasileira.

Mario Vargas Llosa é figura bastante influente na vida política do Peru, tendo inclusive concorrido à presidência da República no ano de 1990. Atualmente, o escritor assume uma postura ideológica conservadora, identificando-se com a doutrina capitalista. Acredito que todo este processo político vivenciado pelo intelectual acabou por se refletir nas interpretações dadas a muitos dos seus textos. Não raro, *A Guerra do Fim do Mundo* é apresentada como uma “obra sem lógica” e taxada como mera condenação ideológica de fanatismos, como nos comprova o trecho do crítico Seymour Menton:

No cabe duda de que la condena del fanatismo en la novela proviene de la posición política actual del autor (...) En este mundo tan ilógico [o mundo de *A Guerra do Fim do Mundo*], no sería raro que fuera elegido presidente del Perú un novelista ex socialista con una plataforma en la cual afirma los valores de la democracia capitalista⁴¹⁰

Analisar *A Guerra do Fim do Mundo* como uma obra de repúdio ao fanatismo é, sem dúvida, simplificá-la em demasia, afinal não parece muito coerente que Mario Vargas Llosa

⁴¹⁰ MENTON, Seymour. La guerra contra el fanatismo de Mario Vargas Llosa. Disponível em: <<http://cvc.cervantes.es>> Acesso em : 16/04/2009 – 13h:00.

teoricamente despreze os fanáticos e ainda assim os escolha como protagonistas de uma das mais brilhantes obras de sua carreira.

Na novela peruana, o mesmo Antônio Conselheiro que converte multidões obriga um de seus mais fiéis seguidores, o Beatinho, a levar cilício amarrado à cintura por vários meses como prova de fé e confiança. O Barão de Canabrava, o personagem mais justo e lúcido de toda a narração, estupra sua mucama em um arrebatamento de loucura. E o Coronel Moreira César, homem que embora franzino e epilético, é um militar vencedor e respeitado, muito seguro nos gestos e firme no olhar. A origem desta ambiguidade que permeia todo o romance é, a meu ver, o verdadeiro sentido da obra vargallosiana.

Quando analisada em primeiro plano, *A Guerra do Fim do Mundo* revela facetas, até o momento, pouco exploradas pela crítica. Despido dos véus classificatórios, o romance permite vislumbrar uma interpretação essencialmente singular de vários aspectos da nascente República brasileira em fins do século XIX, através de personagens dúbios: ora criminosos sanguinários ora santos evangelizadores, cangaceiros monarquistas, barões republicanos e uma gama de outros personagens que se contradizem mutuamente em um ambiente carnavalizado⁴¹¹. Na novela a própria religião defendida pelos sertanejos é uma paródia do catolicismo oficial, em que também encontram lugar um revolucionário comunista, uma mulher barbada e um jornalista míope.

A meu ver, Llosa percebeu no evento de Canudos aspectos naturalmente carnavalizados e ao retratá-los acentuou seu potencial cômico através, por exemplo, da inserção de personagens típicos dos ritos carnavalescos medievais descritos por Mikhail Bakhtin, tais como o anão e o mostro, representado na obra pelo Leão de Natuba, o caricato escrivão de Antônio Conselheiro. Bakhtin nos apresenta o carnaval enquanto a manifestação de uma “visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado”⁴¹². A forma simbólica da linguagem carnavalesca caracteriza-se principalmente pela lógica “ao avesso”, da dualidade. O riso carnavalesco medieval é “*ambivalente*: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente”⁴¹³. Estes aspectos também se fazem presentes em eventos descritos em *A Guerra do Fim do Mundo*,

⁴¹¹ A carnavalização a que me refiro está associada ao conceito proposto em BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Brasília: HUCITEC, 1996. p.04.

⁴¹² BAKHTIN, Mikhail. Idem

⁴¹³ BAKHTIN, Mikhail. Idem, p. 9.

nos quais, para além do pano de fundo real, os personagens parecem transitar por um mundo paralelo, fantástico.

Outro elemento essencial da tese bakhtiniana é a sua concepção de “Realismo Grotesco”, expressão criada para designar o sistema de imagens da cultura cômica. No grotesco o elemento corporal é um princípio positivo, percebido como universal e popular. Nesse sentido há a apreciação do chamado *baixo corporal* que faz alusão ao ventre humano, seus órgãos genitais e seus excrementos.

Degradar significa entrar em comunhão com a vida da parte inferior do corpo, a do ventre e dos órgãos genitais, e portanto com atos como o coito, a concepção, a gravidez, o parto, a absorção de alimentos e a satisfação de necessidades naturais. A degradação cava o túmulo corporal para dar lugar a um novo nascimento. E por isso não tem somente um valor destrutivo, negativo, mas também um positivo, regenerador: é ambivalente.⁴¹⁴

A trajetória conceitual do grotesco apresentada por Bakhtin diz respeito, sobretudo, ao contexto europeu, desde a antiguidade até os dias de hoje. Ora, este fato poderia levar o leitor a questionar-se sobre a plausibilidade do presente trabalho, que visa, em última instância, localizar na construção do peruano Mario Vargas Llosa aspectos de carnavalização. No entanto, ao descrever os carnavais da Idade Média e do Renascimento, Bakhtin descortinou também um método linguístico, que pode ser identificado em diversas obras não-européias.

Obviamente, não se trata de uma aproximação deliberada. A proposta de Bakhtin sobre o carnaval vem gradativamente ganhando autonomia no interior da historiografia, de modo que, não há aqui a intenção de se promover uma mera e superficial “realocação” de conceitos. Apropriar-se de um conceito implica, invariavelmente, em “ressignificá-lo”. Sobre isso, vale lembrar a teoria de Robert Stam⁴¹⁵, segundo a qual, embora Bakhtin raramente tenha feito referências à cultura da América Latina, sua noção de carnavalização é encontrada em expressiva produção cultural latinoamericana, estejam elas lidando com a temática carnavalesca ou não. Oriundos de um continente multicultural, os artistas e intelectuais latinoamericanos assumem uma ironia peculiar na qual palavras e imagens são raramente tomadas em seu sentido literal, elevando a importância da paródia e da carnavalização como soluções “ambivalentes” no interior de uma situação cultural assimétrica. Esta, ao que parece, foi também a alternativa utilizada por Mario Vargas Llosa na construção de sua trama. Afinal

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ STAM, Robert. **Subversive Pleasures: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film** (Parallax: Re-visions of Culture and Society). Baltimore: John Hopkins Press, 1989.

nas palavras de Bakhtin “somente o riso, pode ter (e dar) acesso a certos aspectos extremamente importantes do mundo”.

Não se pode dizer que a questão da paródia em *A Guerra do Fim do Mundo* jamais tenha sido levantada. Todavia, pode-se afirmar, com certeza, que ela foi tratada de maneira superficial. Rinaldo Nunes Fernandes identifica a religiosidade de Canudos enquanto uma caricatura do catolicismo oficial, contudo este fenômeno seria derivado simplesmente da ironia, que segundo ele caracteriza toda a trama vargallosiana, e que, em última instância seria mais uma maneira de condenar o fanatismo dos sertanejos⁴¹⁶.

Na verdade, assim como na literatura carnavalesca renascentista, Mario Vargas Llosa insere o aspecto cômico no âmbito da religiosidade. A religião defendida por Antônio Conselheiro mantém paralelos com a doutrina original, no entanto, ultrapassa-a na medida em que elege novos heróis: a monarquia, o rei Sebastião de Portugal, e novos inimigos: a república, o progresso. A multidão identificava-se com estes novos ícones “profetizados” pelo “Bom Jesus Conselheiro”, não havia para eles nada mais lógico e factível que a segunda vida, abundante e livre, que os esperava no paraíso após a derrota do Anticristo pela Cruzada do Divino.

A voz do santo ressoou sob as estrelas (...) Antes da guerra, falou da paz, *da vida vindoura na qual desapareceriam o pecado e a dor*. Derrotado o Demônio, veriam estabelecer-se o Reino do Espírito Santo, última idade do mundo antes do Juízo Final (...) *Então as ímpias Leis da República seriam revogadas* e os padres voltariam, como nos primeiros tempos a ser pastores abnegados de seus rebanhos. Os sertões verdeceriam com a chuva, *haveria milho e carne em abundância, todos comeriam* (...) Era preciso fazer uma cruz e uma bandeira com a imagem do Divino para que o inimigo soubesse de que lado *estava a verdadeira religião* (...) os Cruzados do Bom Jesus venceriam a República⁴¹⁷. [grifos meus]

Tomando a paródia enquanto uma representação paralela à outra já existente, não há como negar que Llosa logrou construir uma religiosidade singular para os “canudenses”. Além de parodiar o catolicismo imediato, o autor caçoa da doutrina. Prova disto é o fato de que o padre oficial da região, Dom Joaquim, tido por muitos membros da Igreja como bêbado

⁴¹⁶ FERNANDES, Rinaldo Nunes. **Mundo múltiplo**: uma análise do romance histórico “La guerra del fin del mundo”, de Mario Vargas Llosa. Campinas, 2002. Tese de doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP. p. 109 : “Como já dissemos, anteriormente, tratando da religiosidade dos sertanejos (sobretudo a do Conselheiro), o narrador tende permanentemente para a ironia – e, preocupado em condenar-lhes o fanatismo, torna caricata essa religiosidade”

⁴¹⁷ VARGAS LLOSA. *Ibidem*, p. 78-79.

e promíscuo, se rende a marginalidade de Canudos, e abre mão de boa parte de suas crenças institucionais para frequentar, pregar e ministrar missas no arraial de Belo Monte. O autor inverte, portanto, a ordem natural da hierarquia religiosa, e o carnaval subverte a oficialidade. Porém, Llosa vai ainda mais longe em sua paródia ao fazer com que o escriba de Canudos, o Leão de Natuba, anote incessantemente todas as “profecias” do seu mestre, para dali a alguns anos escrever o Evangelho do “Bom Jesus Conselheiro”, que deveria, em seguida ser anexado à Bíblia Sagrada.

O Leão de Natuba permanecia acocorado, a pena na mão e o papel no banquinho que lhe servia de mesa, os inteligentes olhos (...) fixos na boca do Conselheiro (...) O Beatinho instruíra-o para que permanecesse alerta, porque alguma das orações do santo podia ser uma “revelação”.⁴¹⁸

Temos, destarte, na escrita do Leão o equivalente ao testamento paródico característico da paródia sacra carnavalesca do Renascimento⁴¹⁹. Ao invés da *Liturgia dos Beberões* ou do *Testamento do Porco*, Mario Vargas Llosa nos apresenta o Evangelho segundo Antônio Conselheiro.

O mesmo escritor apresenta outras características importantes, uma vez que é uma espécie de mostro intelectual.

Nasceu com as pernas muito curtas e a cabeça enorme, de modo que os habitantes de Natuba pensaram que seria melhor para ele e seus pais que o Bom Jesus o levasse logo, pois no caso de sobreviver, seria entevado e retardado. Só a primeira previsão acabou acontecendo. Porque, embora (...) nunca pudesse andar como qualquer outro homem, teve uma inteligência penetrante, uma mente ávida de tudo saber e capaz, quando um conhecimento havia entrado nessa cabeçorra que fazia rir as pessoas, de conservá-lo para sempre.⁴²⁰

A despeito do humor grotesco que acompanha a caracterização do Leão, o personagem não oferece pura e simplesmente deformações, está entre as pouquíssimas pessoas do arraial que sabiam ler e escrever. Esta é, aliás, uma opção de Vargas Llosa para todos os seus atores, não há equilíbrio, nem tampouco regularidade: A elite lúcida violenta “escravas indefesas”, o padre da comunidade convive descaradamente com uma amante. Cada qual à sua maneira possui uma deformidade, se não física, moral. Mesmo o Conselheiro não escapa à dualidade

⁴¹⁸ Idem, p. 157.

⁴¹⁹ BAKHTIN, ibidem p. 13.

⁴²⁰ BAKHTIN, Mikhail. Idem, p. 104.

carnavalesca de nosso autor, a cena na qual seus seguidores “comungam” seus dejetos orgânicos apaga completamente a imagem romântica que dele temos no início do romance.

“Ficaremos órfãos”, pensa uma vez mais. Então, o barulhinho que se desprende do catre, que escapa debaixo do Conselheiro, o distrai (...) correm à sua volta, para levantar seu hábito, limpá-lo recolher humildemente isso que – pensa- não é excremento, porque o excremento é sujo e impuro e nada que provenha dele pode ser nem sujo nem impuro (...) Com feliz inspiração ele se adiantou, estendeu a mão entre as beatas, molhou seus dedos na aguiinha e os levou à boca, salmodiando: “É assim que quer que o teu servo comungue, Pai? Não é isto para mim orvalho?” Todas as beatas do Coro comungaram também, como ele.⁴²¹

No entanto, há um grupo de personagens bastante carnavalizado que, é freqüentemente negligenciado nos estudos concernentes à obra: o decadente Circo do Cigano. Composto por cerca de vinte seres bizarros (o dono do circo, inclusive, tentou agenciar o Leão Natuba em uma de suas passagens pelo povoado), o circo atingiu seu ápice antes das secas do final do século XIX: “Nunca tiveram uma lona. As funções eram realizadas nas praças, nos dias de feira, ou na festa do santo padroeiro”⁴²². Quando os espetáculos entram em decadência seus integrantes se separam e um grupo ganha especial destaque, a saber, a Mulher Barbada, o Anão e o Bobo. A Barbuda era uma espécie de liderança, o Anão o contador de histórias milenares, e o Bobo, portador de deficiência mental, explodia em intermináveis ataques de risos nos momentos mais improváveis e inoportunos. Por ação do acaso, estes personagens acabam por se juntar a outro, igualmente emblemático e que torna o grupo ainda mais curioso, o frenólogo anarquista Galileu Gall, um idealista escocês que desejava se juntar a Canudos por enxergar ali a essência de uma verdadeira sociedade comunista.

Os andarilhos estabeleceram uma lógica de ajuda mútua, assumindo a ambição de Gall de chegar até Canudos, perambularam pelo sertão em busca de comida. Numa dessas andanças, exaustos pela caminhada, eles encontraram um pequeno povoado marcado pela miséria. Os circenses imediatamente iniciaram seu espetáculo, na esperança de conseguirem alguma esmola. Nesta ação, Mario Vargas Llosa consegue sintetizar o espírito do carnaval que permeia a integralidade de sua obra. Enquanto, o Anão contava suas histórias, entretendo os sertanejos, Galileu Gall inicia um discurso ideológico em um português quase ininteligível. A reação foi imediata, os homens começaram a se entristecer. A fala da Barbuda é reveladora:

⁴²¹ Idem, p. 498.

⁴²² BAKHTIN, Mikhail. Idem, p. 154.

Somente o riso poderia transportá-los a uma realidade diferente da miséria em que se encontravam. Somente o riso seria capaz de inaugurar uma segunda vida para aqueles sertanejos. Entretido em seu mundo particular, o Bobo foi quem melhor entendeu as palavras indignadas da Barbuda.

Não se deve, contudo, tratar *A Guerra do Fim do Mundo* como uma mera compilação de monstros. Este é um romance rico em imagens carnavalizadas, grotescas, retorcidas pela pena do escritor. Imagens absolutamente coerentes, afinal a visão que se tinha naquele momento do sertanejo não era também completamente deturpada?

É intenção desta pesquisa demonstrar uma nova interpretação, não somente para o romance *A Guerra do Fim do Mundo*, mas também para a própria Guerra de Canudos.

Mario Vargas Llosa encontrou um sentido, uma organização para os sertanejos de Belo Monte. A lógica é ao avesso, é carnavalesca. Canudos, para o autor, não foi mera aglomeração de fanáticos inconscientes, ela foi erguida pela racionalidade do carnaval, da regeneração. A dor para eles não era um pesar, era um dom. A morte estava prenhe.

A Guerra de Canudos acabou, ficou perdida nos meandros do passado, entretanto, a Literatura, de braços dados com a História, se afirma como espaço privilegiado de crítica e não deixa que o episódio fique esquecido.

Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Brasília: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, Rinaldo Nunes. **Mundo múltiplo**: uma análise do romance histórico “La guerra del fin del mundo”, de Mario Vargas Llosa. Campinas, 2002. Tese de doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías. José. **Giro lingüístico y historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.

MENTON, Seymour. La guerra contra el fanatismo de Mario Vargas Llosa. Disponível em: <<http://cvc.cervantes.es>>

⁴²³ Idem, p. 233.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

SETTI, Ricardo A. **Conversas com Vargas Llosa**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STAM, Robert. *Subversive Pleasures: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film (Parallax: Revisions of Culture and Society)*. Baltimore: John Hopkins Press, 1989.

VARGAS LLOSA, Mario. **A Guerra do Fim do Mundo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

**“Sapatos Vermelhos”: a comunidade armênia de São Paulo sob a vigilância do
DEOPS/SP, uma proposta de pesquisa.**

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro *

Resumo: O artigo tem por finalidade apresentar as primeiras impressões acerca do que foi o comunismo da coletividade armênia em São Paulo entre os anos de 1930 e 1964 e também, como a repressão do DEOPS/SP agia sobre esse grupo.

Palavras-chave: Comunismo; Armênios; DEOPS/SP.

Abstract: This paper presents our first impressions of the Armenian communism in São Paulo between 1930 and 1964. Besides, we will understand how the repression of DEOPS/SP worked to guard this foreigner group.

Keywords: Communism; Armenians; DEOPS/SP

Introdução

Esse trabalho apresentará em linhas gerais algumas proposições acerca do imaginário político da comunidade armênia de São Paulo entre os anos de 1930 e 1964. Mais do que conclusões definitivas, a intenção aqui é tornar público os usos do comunismo para uma comunidade imigrante que tinha na política um de seus principais elementos de coesão interna.

No que tange às fontes primárias utilizadas principalmente, a saber, os prontuários do DEOPS/SP, analisá-los-emos cientes de que os prontuários policiais, muito além de registrarem, ficham determinado indivíduo como inimigo da nação, reunindo para isto documentos que sirvam como prova para incriminar o sujeito⁴²⁴. Ana Maria Dietrich chama atenção para que os documentos reunidos como evidências de um crime são filtrados pela Polícia Política, necessitando assim de cuidado redobrado do historiador ao analisar esta construção feita pela repressão a fim de produzir um discurso e criar uma memória

* Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG) e mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

⁴²⁴ DIETRICH, Ana Maria. **Caça as Suásticas**: o Partido Nazista de São Paulo sob mira da Polícia Política. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007, p. 31.

particular⁴²⁵. Luiz Edmundo Moreas nos alerta para o perigo da massa documental aqui utilizada como fonte principal, pois se for descuidado

O historiador corre sério risco de transformar em conhecimento o erro involuntário ou mesmo proposital dos agentes repressivos, ou seja, aquilo que o preconceito e o interesse da instituição policial e do Estado Autoritário produziram como informação⁴²⁶.

Entretanto, Eric Godliauskas Zen⁴²⁷ destaca a importância que os prontuários do DEOPS/SP têm para a escrita de uma história dos vencidos, uma vez que a repressão, ao reunir documentos supostamente subversivos, preservou substancialmente a memória e a história dos dissidentes do regime vigente.

A referência aos sapatos contida no título é uma alusão ao ofício de sapateiro, principal ramo no qual os armênios se dedicaram ao chegar ao Brasil. Embora saibamos que nem todos trabalharam com calçados, o grande número de imigrantes e descendentes que se dirigiram para a indústria calçadista – seja como empresários, artesãos ou vendedores – fez com que a comunidade relacionasse a si mesma com o ofício. Segundo Roberto Grün, citando um dado informado pela Revista Veja SP, de 03 de outubro de 1990, 50% do comércio varejista de calçados em São Paulo ainda pertencia a descendentes de armênios na década de 1990⁴²⁸. Ainda que tal cifra seja exagerada pelo informante da revista, é sintomática a força de tal assertiva na medida em que demonstra como a comunidade enxergava a si própria e também como a sociedade receptora – os brasileiros – viam estes imigrantes inseridos no país⁴²⁹. Grün nos chama a atenção para a argumentação de alguns membros da comunidade que frisam que “o sapato está no sangue do armênio”⁴³⁰. Assim, o autor ressalta que:

No nicho de inserção profissional dominado pelos armênios, a questão da identidade racial ganhará contornos econômicos explícitos, que retroalimentarão a trama especificamente simbólica. A explicação da especialização irá mobilizar o imaginário coletivo, gerando uma tensão entre um mito de origem artesanal e a prosaica exploração de uma oportunidade comercial⁴³¹.

⁴²⁵ Ibid., p. 32.

⁴²⁶ Ibid., p. 22.

⁴²⁷ ZEN, Erick Reis Godliauskas. **O Germe da Revolução**: a comunidade lituana sob a vigilância do DEOPS. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre a Intolerância/Humanitas/FAPESP, 2007, pp. 17-18.

⁴²⁸ GRÜN, Roberto. **Negócios e Famílias**: armênios em São Paulo. São Paulo: Sumaré, 1992, p. 9.

⁴²⁹ Oswaldo Truzzi afirma que a identidade cultural de uma etnia é forjada tanto por ela própria, quanto pela sociedade inclusiva. Daí vem, no caso do estudo de Truzzi, a definição de sírios e libaneses como mascates e, no nosso caso, a definição de armênios de São Paulo como sapateiros. TRUZZI, Oswaldo. **Sírios e Libaneses**: narrativas de história e cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 51.

⁴³⁰ GRÜN, R. op. cit., p. 41.

⁴³¹ Ibid., p. 39.

Sobre a repressão do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP – 1924-1983)⁴³², esta recai assim sobre uma boa fração da colônia armênia⁴³³, que segundo o entendimento das autoridades repressivas “todos pertencem a Armênia Soviética (sic)⁴³⁴ e são comunistas, adeptos e admiradores de Stalin”⁴³⁵, numa clara tentativa de demonização dos inimigos políticos. Assim, nos cabe perguntar: se a disseminação do “credo comunista” entre os brasileiros já assustava as autoridades, o que podemos inferir quando refletimos sobre indivíduos oriundos de um país que a esta altura era república integrante da URSS⁴³⁶? O “perigo bolchevique” que assombrou o mundo após a Revolução Russa de 1917, dava ao operariado uma perspectiva sólida de rompimento com o *status quo* e solidificar o sonho de liberdade⁴³⁷. O socialista italiano Antonio Piccarolo, crítico do comunismo bolchevista, afirma que:

Ele [o proletariado] voltou da guerra disposto a fazer valer os seus direitos... o bolchevismo não é um fenômeno artificial como muitos gostariam de acreditar... [e] poderá estender-se a todo o mundo de uma hora para outra se as classes que têm a responsabilidade da ordem social não souberem promover, em tempo,... aquela justiça à qual a classe produtora da riqueza tem pleno direito...⁴³⁸

Desta forma, podemos entender como o comunismo tornou-se ponto de pauta do engajamento político operário a partir da década de 1920, assim como compreender o receio que este fenômeno causou em diversos setores da sociedade brasileira. É embebido neste caldo político que, de acordo com Tucci Carneiro, o DEOPS assume a dianteira da repressão

⁴³² O DEOPS foi criado, segundo Regina Célia Pedroso, em um contexto de repressão política e formação ideológica contra àqueles que fossem julgados prejudiciais para a manutenção da ordem vigente, principalmente os anarquistas e estrangeiros em um primeiro momento. PEDROSO, Regina Célia. **Estado Autoritário e Ideologia Policial**. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre Intolerância/Humanitas/FAPESP, 2005, pp. 112-114.

⁴³³ Usamos *colônia* como um termo para nos referirmos aos armênios de São Paulo, embora entendamos que a palavra pode denotar uma homogeneidade e uma articulação do conjunto que nem sempre acontece. HECKER, F. Alexandre. **Um Socialismo Possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1989, p. 2.

⁴³⁴ Embora estes tenham emigrado antes de 1921, quando a Armênia se tornou uma das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

⁴³⁵ Pront. nº 98.438 - *Vartavar Tchungrian*. DEOPS/SP, APESP. No trabalho “A Imprensa Confiscada pelo DEOPS”, os autores também mencionam o jornal Ararat e o processo supracitado. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris. **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, pp. 114-117.

⁴³⁶ Taciana Wiazovski nos mostra que eram justamente os imigrantes – sobretudo judeus – oriundos dos países pertencentes à URSS e seus satélites os mais perseguidos pelo DEOPS/SP sob a acusação de comunismo. WIAZOVSKI, Taciana. **Bolchevismo e Judaísmo: a comunidade judaica sob o olhar do DEOPS**. Módulo VI – Comunistas. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001, p. 37.

⁴³⁷ HECKER, F. A. op. cit., p. 160.

⁴³⁸ Ibid., p. 164.

para “domesticação das massas”, homogeneizando diferentes tendências e desarmando os pensamentos considerados “potencialmente perigosos”⁴³⁹. Regina Célia Pedroso, por sua vez, afirma que “o comunismo é o elemento desagregador da sociedade, contra a moral e bons costumes, sendo expresso pela destruição e pela violência alardeados contra o estado getulista”⁴⁴⁰.

Com este primeiro questionamento, acerca do que foi o movimento comunista armênio – se é que este constituiu um movimento –, pretendemos entender o que foi o comunismo dos armênios durante os anos de 1930 e 1964, bem como a repressão que acompanhou atenta a movimentação ideológica da comunidade, principalmente em São Paulo, mas também em outros estados do Brasil, de onde afluía o capital necessário para manter as atividades de divulgação do apoio armênio à URSS, como por exemplo o jornal *Ararat – a voz do povo armênio*. O que podemos inferir previamente é que os armênios rotulados como comunistas se encaixavam perfeitamente no perfil estereotipado que a repressão criou para enquadrar os elementos indesejáveis: “os revolucionários, os contestadores, os sindicalistas, os estrangeiros, os operários, os anarquistas e os subversivos”⁴⁴¹. Entretanto, transportar automaticamente para todos os armênios do Brasil o rótulo de comunistas é um erro crasso e precisa ser evitado a todo custo. E mesmo entre os esquerdistas, não podemos afirmar que havia uma homogeneidade⁴⁴².

O recorte temporal – 1930-1964 – é duplamente conveniente: primeiro porque Golpe Civil-Militar de 1964 inaugura um novo regime de intolerância e autoritarismo, ainda que com elementos presentes desde 1930; segundo porque as nossas fontes – os prontuários dos armênios fichados pelo DEOPS/SP – que tratam especificamente da vigilância ao elemento armênio suspeito de comunismo estão quase na totalidade dentro da época aqui assinalada⁴⁴³.

Chegados

⁴³⁹ TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. “O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional”. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 335-336.

⁴⁴⁰ PEDROSO, R. op. cit., p. 129.

⁴⁴¹ Ibid., p. 114.

⁴⁴² Como podemos perceber, por exemplo, na ação do italiano Antonio Piccarolo no Brasil, que apesar de ser o líder dos socialistas italianos em São Paulo, mantinha uma posição crítica perante a URSS e ao comunismo. HECKER, F. A. op. cit..

⁴⁴³ Podemos usar como balizas temporais os prontuários de Nazareth Avedikian, de 1935 – Pront 3.125 –, cuja investigação foi uma das primeiras no que tange ao comunismo da comunidade armênia e, por outro lado, a investigação sobre a União Armênia de São Paulo – Pront. 94.341, que data de 1963 e foi a última ficha relevante do DEOPS neste sentido.

Ao contrário de outras etnias, não houve uma política pública de incentivo a imigração armênia para o Brasil⁴⁴⁴. Por este motivo, não é de se espantar o pequeno número de armênios que emigraram para o Brasil comparado-se com trabalhadores oriundos de outros países, ou ainda se pensarmos nas cifras de imigrantes armênios em nações que incentivaram o aporte destes.

Não há um número exato de quantos armênios há atualmente no Brasil. Roberto Grün, em publicação de 1992, refere-se a algo em torno de 20 a 25 mil armênios⁴⁴⁵. Número este que é citado por Hagop Kechichian⁴⁴⁶. Aharon Sapsezian, por sua vez, não ousa fazer uma estimativa precisa. O autor apenas nos revela acreditar que haja cerca de 50 mil armênios somando principalmente Brasil e Uruguai, mas também no Chile, Venezuela e México⁴⁴⁷. O documentário televisivo “Chegados: Armênia”, de 2007, por sua vez, estima em 40 mil o número de armênios no Brasil atualmente⁴⁴⁸. Consonante com estas estimativas está o trabalho de Giralda Seyferth, onde os armênios não figuram na lista de etnias que continham mais de 100 mil indivíduos no Brasil no século XX. Estes são tidos pela autora como uma etnia pouco expressiva estatisticamente⁴⁴⁹.

Destarte, apesar de não haver estimativas confiáveis e definitivas, somos levados a compactuar que existem cerca de 25 mil armênios no Brasil, em sua maioria, localizados em São Paulo. Tal concentração deu-se por consequência da maioria dos armênios que embarcaram na Europa rumo à América tomaram embarcações que ancoraram no porto de Santos, apêndice de uma São Paulo em franco desenvolvimento e atraente para aqueles que procuravam começar uma nova vida⁴⁵⁰.

O *boom* migratório deu-se na década de 1920, em função do Genocídio Armênio (1915-1923). Porém, também é sabido que havia armênios no país desde finais do século XIX, imigrantes oriundos de outro contexto sócio-político no Império Turco-Otomano,

⁴⁴⁴ Embora um caso muito curioso revele que o político e escritor Medeiros e Albuquerque tentou articular, sem sucesso, a vinda de armênios para São Paulo e Amazonas durante o governo Campos Sales. MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C. C. **Quando Eu Era Vivo**. Rio de Janeiro: Record, 1982, pp. 212-213. Cf. também KECHICHIAN, Hagop. **Os Sobreviventes do Genocídio: imigração e integração armênia no Brasil – um estudo introdutório (das origens à 1950)**. São Paulo: Tese de doutoramento defendida no curso de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2000, p. 31.

⁴⁴⁵ Entretanto, Grün não cita as fontes que o fizeram girar em torno desta cifra. GRÜN, R. op. cit., p. 17.

⁴⁴⁶ KECHICHIAN, H. op. cit. p. 66.

⁴⁴⁷ SAPSEZIAN, Aharon. **História da Armênia: drama e esperança de uma nação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 166.

⁴⁴⁸ O documentário pode ser assistido em formato não-oficial no *website* YouTube: <<http://www.youtube.com/watch?v=D2q-EwXKRic>> acesso em 09/03/2010.

⁴⁴⁹ SEYFERTH, Giralda (1999). “Os Imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org). op. cit., p. 202.

⁴⁵⁰ GRÜN, R. op. cit., p. 22.

principalmente dos massacres de Abdul-Hamid II nos anos 1890. De acordo com Hagop Kechichian, a primeira entrada substancial de armênios no país se deu via Rio Grande do Sul, por indivíduos que em busca de oportunidades de negócios, atravessaram a fronteira uruguaia com o Brasil e se estabeleceram em cidades daquele estado⁴⁵¹. Alguns mascates armênio-uruguaio alcançaram o sudeste, principalmente as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. O autor afirma que existiam de quinze a vinte famílias armênias no país antes de 1914⁴⁵².

Contudo, a chegada do maior contingente de imigrantes armênios se concentrou entre os anos de 1924-1926⁴⁵³, chegando ao número de cinco mil armênios no país em 1935⁴⁵⁴, atraídos muitas vezes pelas experiências dos árabes na Síria e no Líbano – países nos quais os armênios se refugiaram no primeiro momento –, que remetiam cartas às famílias contando das vitórias e conquistas no Brasil⁴⁵⁵.

A origem da maior parte dos armênios brasileiros remete à região da Cilícia – ou Armênia Menor, localizada às margens do Mar Mediterrâneo –, sendo a cidade de Marash a principal origem destes indivíduos⁴⁵⁶, o que colaboraria para a organização e a criação de laços de sociabilidade na terra de destino⁴⁵⁷. Kechichian afirma que os primeiros que aqui chegaram se organizaram em pequenas sociedades e conseguiram iniciar pequenos negócios, principalmente vinculados às atividades comerciais de mascate. Uma vez estabelecidos e relativamente estabilizados, os novos imigrantes já direcionavam seus esforços para a confecção de calçados, atividade na qual muitos já trabalhavam nas cidades de origem⁴⁵⁸.

Os artesanais calçados armênios, segundo Grün e Kechichian⁴⁵⁹, eram de qualidade e preço inferiores aos concorrentes italianos, o que garantiam ao produto um público consumidor certo entre as classes trabalhadoras da São Paulo dos anos 1920-40. Assim, Grün teoriza que os armênios sapateiros encontraram na cidade um nicho econômico propício ao

⁴⁵¹ KECHICHIAN, H. op. cit., pp. 23-24 e 46-48. O mesmo processo pode ser percebido na entrada de libaneses no território brasileiro, também no final do século XIX. TRUZZI, O. op. cit., p. 21.

⁴⁵² KECHICHIAN, H. op. cit., p. 40.

⁴⁵³ Ibid., p. 32.

⁴⁵⁴ Ibid., p. 51.

⁴⁵⁵ Ibid., p. 31.

⁴⁵⁶ GRÜN, R. op. cit., p. 14; KECHICHIAN, H. op. cit., p. 24.

⁴⁵⁷ Interessante notar que este é um fenômeno comum às etnias do Oriente Médio. Os sírios de Juiz de Fora – MG também são provenientes majoritariamente de uma mesma cidade: Yabroud. BASTOS, Wilson de Lima. **Os Sírios em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Paraibuna, 1988, pp. 22-27. Isso se dá, segundo Oswaldo Truzzi, graças a base identitária situada no tripé aldeia, família e religião, crucial para o entendimento de sírios, libaneses e em alguma medida, também pelos armênios. TRUZZI, O. op. cit., pp. 2-3.

⁴⁵⁸ KECHICHIAN, H. op. cit., p. 33.

⁴⁵⁹ GRÜN, R. op. cit., p. 14; KECHICHIAN, H. op. cit., p. 33.

produto oriundo do ofício, contribuindo assim para a adaptação e enraizamento dos imigrantes no Brasil⁴⁶⁰.

Mais do que um ofício e fonte de renda, as oficinas-sapatarias armênias na cidade serviam como as primeiras áreas de sociabilidade entre os imigrantes. Era em função do negócio que os armênios se reuniam e se apoiavam, com o intuito de fomentar novos artesãos que haviam chegado a pouco do oriente e ainda não tinham condições de sobreviver no Brasil⁴⁶¹. Assim, os armênios melhor adaptados e financeiramente estáveis no Brasil, como Rizkallah Jorge, subsidiavam os recém-chegados com capital e matéria-prima para que estes pudessem iniciar as vidas no novo país⁴⁶².

A partir daí, a vida social e política da comunidade tomou forma. As primeiras sociedades e associações foram fundadas, com o intuito de construir os dois pilares fundamentais da existência do armênio na Diáspora: a Igreja e os partidos⁴⁶³. Assim, foi formada em 1923⁴⁶⁴ a Comissão da Fundação da Coletividade, liderada pelo já citado Rizkallah Jorge, com o objetivo primeiro de construir uma sede para a Igreja Apostólica Armênia no Brasil⁴⁶⁵. Também os católicos e evangélicos armênios conseguiram organizar-se e constituir suas entidades⁴⁶⁶, em 1935 e 1927 respectivamente⁴⁶⁷, e é na Igreja Evangélica Armênia que nasce a primeira escola armênia no Brasil, em 1937⁴⁶⁸.

A construção de instituições educacionais era outro objetivo de curto prazo da comunidade nos seus primórdios. Além disto, sociedades culturais e recreativas também afloraram no seio da coletividade nas décadas de 1920 e 1930, bem como agremiações da juventude armênia, encenando peças e cantando músicas armênias em corais. A instituição mais significativa neste sentido foi a Sociedade Artística de Melodias Armênias – Clube Armênio – SAMA (Ibid., pp. 80-84).

⁴⁶⁰ GRÜN, R. op. cit., p. 44.

⁴⁶¹ Ibid., pp. 46-47.

⁴⁶² Ibid., pp. 48-49.

⁴⁶³ SAPSEZIAN, A. op. cit., p. 167.

⁴⁶⁴ Embora a primeira entidade criada pela coletividade armênia no Brasil date de 1915, destinada a angariar fundos para ajudar os sobreviventes do Genocídio. KECHICHIAN, H. op. cit., p. 40.

⁴⁶⁵ Ibid., p. 69.

⁴⁶⁶ Na Armênia e em toda a Diáspora, existem três instituições religiosas que congregam os armênios: a Igreja Apostólica Armênia – ou gregoriana – é a maior e mais influente delas e é a Igreja da maior parte dos armênios do mundo. A Igreja Católica Armênia é fruto da cisão da Gregoriana no século XVII e possui importantes instituições e intelectuais ao longo da história dos armênios. Os Evangélicos armênios são oriundos das missões norte-americanas no final do século XIX e início do XX e constituem a menor dos três ramos religiosos armênios. LOUREIRO, Heitor. “Breve história dos primórdios da Igreja Apostólica Armênia”. In: **Rhema**. Juiz de Fora: ITASA, v. 13, nº 40, 2006.

⁴⁶⁷ KECHICHIAN, H. op. cit., pp. 72-73.

⁴⁶⁸ Ibid., p. 74.

Também prioritárias, as escolas primárias da comunidade surgiram tão logo foi possível. Em 1928, uma entidade feminina da coletividade funda uma escola, enquanto a Sociedade Beneficente e Cultural Marachá funda outra⁴⁶⁹. Em 1931, entretanto, as escolas são unificadas no *Hay Azkain Turian Varjaran*, entidade educacional criada e gerenciada pelo Conselho da Igreja Apostólica Armênia⁴⁷⁰. Apesar disso, uma crise econômica na instituição em 1932 não permitiu o início do segundo ano letivo, sendo a solução a fundação de uma nova escola no bairro de Santana⁴⁷¹.

Por último, as agremiações partidárias também são instituições da primeira hora na coletividade armênio-brasileira. No Brasil, tal qual em outros países da Diáspora armênia, destacam-se três partidos principais: Hentchak, FRA e Ramvagar. Passemos então a falar destas instituições mais pormenorizadamente.

A ebulição político-partidária dos armênios no Brasil e o movimento comunista

Os partidos políticos armênios têm a sua origem entre as décadas de 1890 e 1910, no contexto do “despertar nacional armênio”, como Y. Ternon denomina⁴⁷², e foram criados principalmente com o intuito de unificar pautas nacionalistas e promover as tão sonhadas reformas do Império Turco-Otomano. As mais importantes agremiações políticas neste contexto são o Partido Social Democrata *Hentchakian* – ou *Hentchak*⁴⁷³ –, a Federação Revolucionária Armênia – FRA, também conhecida pela abreviação de seu nome em armênio: *Tashnag*⁴⁷⁴ – e por último, o Partido Democrata Liberal *Ramgavar*⁴⁷⁵.

A Federação Revolucionária Armênia – FRA –, mais forte entidade na Diáspora, está representada também na América do Sul e no Brasil, atuando através da Associação Cultural Armênia de São Paulo – ACASP, fundada em 1929⁴⁷⁶ e constituindo aqui as suas entidades, como a já citada Sociedade Artística e de Melodias Armênias – SAMA - Clube Armênio –, a

⁴⁶⁹ Ibid., p. 92.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 94-95. Com o decreto de nacionalização do ensino em 1938, a escola passou a se chamar Externato José Bonifácio (EJB), denominação vigente até hoje. O EJB funciona em prédio anexo à Igreja Apostólica Armênia, na Av. Santos Dummont, em São Paulo e é a única escola armênia em funcionamento atualmente.

⁴⁷¹ Ibid., p. 95.

⁴⁷² TERNON, Yves. *Les Arméniens: histoire d'un génocide*. Paris: Seuil, 1996, pp. 43-60.

⁴⁷³ Sino, em tradução livre para o português. *Hentchak* era o nome do jornal do partido nos primórdios de sua história.

⁴⁷⁴ O nome em armênio da Federação Revolucionária Armênia – FRA – é *Hay Heghapokhagan Tashnagsutiun – Ho. Hi. Ta*.

⁴⁷⁵ *Democrata*, em tradução livre para o português.

⁴⁷⁶ KECHICHIAN, H. op. cit., p., 98.

Associação Educacional e Cultural Hamazkayn⁴⁷⁷ e a Sociedade das Damas Benéficas Brasil-Armênia – HOM – Cruz Vermelha Armênia. Além disto, a ACASP mantém um programa radiofônico semanal⁴⁷⁸ e um *website* que é atualizado periodicamente com as notícias da Armênia e da Diáspora⁴⁷⁹.

Assim, os partidos fecham o ciclo orgânico e mutável das instituições armênicas, que como todas as outras etnias imigrantes, “formalizaram, em algum grau, suas etnicidades, fundamentadas por identidades articuladas à origem nacional”⁴⁸⁰.

Diante de toda a ebulição político-partidária já intrínseca à comunidade armênia, aliada ao contexto instável da política brasileira entre as décadas de 1920-40, não seria de se estranhar a movimentação dos imigrantes já radicados, seja nas agremiações compatriotas, seja nas entidades brasileiras. Neste sentido, pretendemos entender o porquê das autoridades do DEOPS/SP ficharem armênios sob a acusação de comunismo, ideologia perigosa à nação naqueles tempos.

Para os armênios, apoiar a URSS não era necessariamente um gesto de apoio ao comunismo. Até mesmo o Partido Democrata Liberal Ramgavar, de cariz conservador e burguês, era um entusiasta da Armênia Soviética, uma vez que foi a anexação do país à URSS o que garantiu a manutenção do torrão nacional, longe da constante ameaça turca. Convém lembrar que não havia entre as agremiações diaspóricas armênicas, um partido essencialmente comunista⁴⁸¹, mas sim indivíduos simpatizantes com os ideais comunistas que poderiam militar entre os brasileiros e divulgar suas ideias entre os patrícios. A FRA, por sua vez, era contrária a ocupação soviética, por acreditar que a RSS da Armênia não era a consolidação ideal da pátria armênia por qual eles lutavam.

Diversas entidades foram criadas pelos partidos e grupos políticos, com algumas delas ocupando o mesmo nicho social na comunidade. À frente de tais instituições, era comum que indivíduos vinculados a um partido determinado fossem também ligados a um clube, sociedade recreativa ou educacional. Assim, quadros da FRA, maior força política da comunidade, poderiam exercer influência sobre os compatriotas, em prol deste ou daquele rumo para as entidades. Desta forma, é possível que muitos armênios descontentes ou não-simpatizantes da

⁴⁷⁷ <<http://www.armenia.com.br/Hamazkayn/HAMAZKAYN.htm>>, acesso em 04/03/2010.

⁴⁷⁸ Programa Armênia Viva, Rádio Trianon 740 khz - Am /SP.

⁴⁷⁹ <<http://www.armenia.com.br>>, acesso em 04/03/2010.

⁴⁸⁰ SEYFERTH, G. op. cit., p. 202.

⁴⁸¹ Embora Nubar Kechichian, em tom pejorativo, defina o Hentchak enquanto tal. KERIMIAN, Nubar. **Massacres de Armênios**. São Paulo: Comunidade da Igreja Apostólica Armênia, 1998, 2ª ed., p. 252.

FRA pudessem se declarar comunistas por encontrar nesta posição política uma forma de fazer oposição à tendência preponderante no seio da Diáspora.

Um exemplo desta oposição de comunistas x FRA pode ser observado no prontuário do músico Wahakn Minassian⁴⁸². Membro notório da FRA, Minassian foi delatado em 1948 pelo comunista Agop Boyadjian⁴⁸³ por comemorar o torpedeamento de navios brasileiros durante a II Guerra Mundial. Em depoimento, Minassian nega ter comemorado tal acontecimento, mas mesmo assim foi preso pelo DEOPS/SP. Embora nossas pesquisas não possam concluir ainda qual a motivação da denúncia de Boyadjian, nos parece bem plausível que tal delação tenha sido motivada por desavenças políticas no interior da comunidade armênia de São Paulo, que vivia também a efervescência política exacerbada pelo estourar da II Guerra Mundial. Logo, quando falamos de armênios comunistas no Brasil, devemos pensar em indivíduos cuja ideologia política está embebida de diversos outros elementos, como o nacionalismo romântico da terra natal e também, da compreensão que a opção pelo comunismo é uma ferramenta poderosa para intervir politicamente no seio da coletividade. Ou seja, o comunismo armênio-brasileiro é meio para atingir um objetivo definido: seja este a revolução ou uma maior expressão na vida social da colônia.

Diante de tal quadro, podemos afirmar que por vezes o DEOPS/SP era chamado a intermediar conflitos sociais sem relação com problemas políticos, com a alegação de que uma das partes foi movida por interesses partidários subversivos em sua conduta. Para Maria Luiza Tucci Carneiro, “tanto o DIP⁴⁸⁴ quanto o Dops funcionaram como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo”⁴⁸⁵. Regina Célia Pedroso, por sua vez, frisa que “as deduções que a polícia fazia acerca da suspeição eram em geral balizadas a partir dos estereótipos atribuídos de antemão”⁴⁸⁶, chegando até mesmo a fabricar provas para incriminar o suspeito de atividades subversivas e que, muitas vezes, havia delatores que entregavam um indivíduo à repressão como comunista por motivações pessoais, alheias às questões políticas⁴⁸⁷.

Dessa forma, muitas vezes a repressão feroz e intolerante do Estado não consegue diferenciar o que é comunismo do que é admiração de cunho nacionalista pela Pátria-mãe.

⁴⁸² Pront. 17.834 – DEOPS/SP, APESP.

⁴⁸³ Pront. 46.273 – DEOPS/SP, APESP. Boyadjian foi preso em 1949 juntamente com Levon Yacubian, acusados de atividades subversivas.

⁴⁸⁴ Departamento de Imprensa e Propaganda.

⁴⁸⁵ CARNEIRO, M. L. T. “O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional”. In: PANDOLFI, D. op. cit., p. 339.

⁴⁸⁶ PEDROSO, R. op. cit., p. 142.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 140-141.

Assim, acreditamos ser possível dividir os comunistas fichados pelo DEOPS/SP em três grupos distintos: a) os que apóiam a URSS pelo fato da Armênia estar contida naquele país; b) os que são comunistas para demarcar terreno político dentro da coletividade, uma vez que a vida político-partidária era intrínseca ao indivíduo armênio; c) os que eram comunistas *strictu sensu*, comprometido com toda a teoria e prática peculiar a essa postura. Entretanto, esses grupos não são excludentes, ou seja, um indivíduo pode se enquadrar nas três categorias simultaneamente

Em entrevista a um jornal de Londrina – PR em 1983, o também prontuariado José Balikian⁴⁸⁸ afirmava que “nosso país sempre foi muito pobre. Lá, só existiam escolas primárias. Hoje, com o socialismo, eles tem de tudo”⁴⁸⁹. A declaração de Balikian – também relacionado como simpatizante de Stálin por colaborar com o jornal Ararat⁴⁹⁰ – pode envolver um entusiasmo com o comunismo, bem como com a manutenção do território armênio com fronteiras bem delimitadas e a melhoria da condição de vida da população da RSS da Armênia se comparada aos tempos otomanos. Neste sentido, o comunismo e o nacionalismo armênio são indissociáveis.

Na mesma direção vai o depoimento do ator Stepan Nercessian sobre o seu pai, Garabed. Notório comunista, Garabed desencoraja o filho Stepan alimentar ódio ou sentimento de vingança para com os turcos, pois, segundo ele mais do que armênios, eles eram socialistas, comunistas e, o trabalho dos armênios comunistas pelo mundo não era a vingança, mas sim lutar para que aquelas atrocidades nunca mais aconteçam com a humanidade⁴⁹¹. Nesta declaração, apesar de não versar sobre a RSS da Armênia, deixa transparecer o papel do armênio na humanidade, em consonância com a tradição internacionalista do comunismo, mas sem esquecer a origem ancestral.

Porém, é Levon Yacubian⁴⁹² o caso mais proeminente dos usos do comunismo dentro da coletividade armênia no Brasil. Em artigo escrito ao jornal Ararat de dezembro de 1949 e janeiro de 1950, Yacubian glorifica Stálin, chamando o líder da URSS de “melhor dos amigos incondicionais de nossa Pátria [Armênia]” e “patrimônio imortal da humanidade”⁴⁹³. Nestas

⁴⁸⁸ Pront. n° 98.433. Agradecimentos a Viviane Balekian Vilar pela documentação repassada.

⁴⁸⁹ Jornal Folha de Londrina. 08 de agosto de 1983.

⁴⁹⁰ Pront. n° 98.438.

⁴⁹¹ Depoimento de Stepan Nercessian. Documentário “Chegados: Armênia”. Canal Futura, 2007.

⁴⁹² Prontuário n°. 73.631- *Levon Yacubian*. DEOPS/SP – APESP.

⁴⁹³ Ararat – A voz do povo armênio. Ano IV, n°. 39-40; dezembro de 1949 a janeiro de 1950, p. 1. Essa página foi reproduzida fac-símile em CARNEIRO, M. L. T. & KOSSOY, B. op. cit., p. 115.

falas, percebemos o entusiasmo de Yacubian com o presidente soviético, que para ele é figura crucial para a sobrevivência da Armênia no mundo. E Yacubian vai além, afirmando que:

Somente o poder socialista dos operários, camponeses e intelectuais armênios é que conseguiu derrotar definitivamente, na Armênia, as forças retrogradadas [sic] do governo tashnag de Vratzian. Somente o socialismo é que deu o poder governamental nas mãos do povo armênio, outrora escravizado [sic] e espoliado por meia dúzia de lacaios tashnags⁴⁹⁴

Ou seja, além de um entusiasta do socialismo enquanto forma de governo ideal para a Armênia, a postura política defendida pelo autor ataca diretamente a posição da FRA que, conforme falamos era o partido mais importante dos armênios. Assim, podemos perceber que a rixa dos armênios comunistas com a FRA era oriunda dos rumos que a República da Armênia tomara e, provavelmente, estas decisões tomadas na Pátria-Mãe acirravam os ânimos aqui na coletividade brasileira, a ponto de Yacubian ser tão agressivo em seu artigo. O autor finaliza da seguinte forma o seu texto: “ARARAT, neste septuagésimo aniversário de Stálin, reafirma a sua inflexível linha de conduta: *desmascarar os tchnags* [sic], lutar contra o imperialismo e a guerra em defesa da Paz”⁴⁹⁵.

Parece correto, portanto, intuir a presença significativa de um comunismo armênio no Brasil, mediante uma análise sóbria do vasto material que temos à nossa disposição. Assim, será possível compor mais um capítulo do infinito livro da História das Esquerdas no Brasil e ajudar a esclarecer uma faceta obscura da imigração armênia no país, qual seja, a de seus meandros políticos.

Conclusão

Concluindo, nossa hipótese é que, no limite, muitos armênios de São Paulo aderiram aos ideias comunistas por motivos que vão além da simpatia com esta ideologia. As nuances político-partidárias existentes nas comunidades diaspóricas armênias e, portanto na brasileira, nos permitem conjecturar que a escolha pelo comunismo, muito além de simpatia com os ideais de esquerda intrínsecos a esta posição, atendiam a interesses políticos que interferiam diretamente no cotidiano da comunidade armênia de São Paulo. Podemos perceber esta interferência claramente no funcionamento das primeiras escolas da coletividade, no final da

⁴⁹⁴ Idem. Lembrando que FRA e Tashnag são duas denominações distintas para o mesmo partido político.

⁴⁹⁵ Idem. Os grifos são nossos.

década de 1920, por exemplo. Ao mesmo tempo em que uma entidade feminina ligada à FRA fundava uma instituição primária de ensino, a Sociedade Beneficente Marachá – que abrigava muitos indivíduos simpáticos ao comunismo e à URSS – inaugurava a sua própria escola⁴⁹⁶. Em 1931, as escolas foram unificadas e entregues ao Conselho da Igreja a responsabilidade pelo ensino⁴⁹⁷. Entretanto, pouco tempo depois, a escola mergulhou em uma crise financeira que a forçava a fechar as portas. Diante deste cenário, segundo Kechichian, o comitê da FRA tomou a dianteira e conseguiu com que um proeminente membro da coletividade financiasse a abertura de uma outra escola no bairro de Santana⁴⁹⁸. Ou seja, em um espaço onde convivem duas forças políticas díspares, é plausível que os erros e enganos sejam sempre creditados ao *outro* e à sua orientação política equivocada e, desta forma, começa uma disputa ideológica polarizada que envolve toda a coletividade.

Além disto, o sentimento nacionalista de preservação da pequena porção de terra da Armênia, naquela época sob o domínio de Moscou, angariou muitos adeptos ao comunismo da URSS, entendida como a salvadora da pátria armênia ante a perene ameaça turca.

A proximidade que estes imigrantes gostariam de ter com a Pátria-Mãe fez com que muitos assinassem jornais e freqüentassem clubes onde a “armenidade” pudesse ser exaltada. Evidentemente, este tipo de prática por parte de uma comunidade estrangeira não era bem quista tanto pelos intelectuais autoritários, como pelo governo e burocracia estatal. Assim, muitos armênios ditos comunistas pelo DEOPS/SP na realidade são apenas de pessoas que assinavam o jornal *Ararat – A voz do povo armênio* ou que procuravam viver a coletividade⁴⁹⁹. Isso nos leva a outro objetivo de nosso trabalho: compreender como o DEOPS/SP via esta comunidade sob o prisma do anticomunismo e do preconceito para com os estrangeiros entre 1930-1964.

Entretanto, não podemos descartar da nossa formulação aqueles imigrantes que por motivos que vão além da comunidade, escolheram o comunismo como postura política que achavam certa para si, sem quaisquer relações diretas com a vida em comunidade.

Em suma, nosso trabalho contribuiu preliminarmente para entender como estes três movimentos distintos de adesão ao comunismo se desenvolveram no seio da colônia armênia

⁴⁹⁶ KECHICHIAN, H. op. cit., p. 92.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 94.

⁴⁹⁸ KECHICHIAN, H. op. cit., p. 95.

⁴⁹⁹ Cf. Pront. 98.394 - *Aris Kodjian*, Pront. 98.399 - *Yesnig Vartanian*, Pront. 98.406 - *Ardavast Manusadjian*, Pront. 98.417 - *Aram Fermanian*, Pront. 98.418 - *A. Fermanian*, Pront. 98.433 - *José Balikian*, Pront. 98.448 - *Dr. Hagop Karsselian*, Pront. 98.457 - *Antranik Barsumian*, Pront. 98.465 - *Armen Chekerdeman*, Pront. 98.503 - *Aram Seferian*, etc. DEOPS/SP, APESP.

no Brasil e, principalmente, como a repressão do DEOPS/SP via a comunidade armênia como uma totalidade uniforme e coesa. A partir destas primeiras indagações aqui apresentadas, pretendemos aprofundar este estudo no sentido de uma compreensão mais ampla do que foi o comunismo dos armênios no Brasil e também como agiu a repressão no sentido de desarticular os elementos que ela considerava subversivos.

Referências bibliográficas

BASTOS, Wilson de Lima (1988). *Os Sírios em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Paraibuna.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional”. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (2003). *A Imprensa Confiscada pelo DEOPS*. São Paulo: Ateliê Editorial.

GRÜN, Roberto (1992). *Negócios e Famílias: armênios em São Paulo*. São Paulo: Sumaré.

HECKER, F. Alexandre (1989). *Um Socialismo Possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.

KECHICHIAN, Hagop (2000). *Os Sobreviventes do Genocídio: imigração e integração armênia no Brasil – um estudo introdutório (das origens à 1950)*. São Paulo: Tese de doutoramento defendida no curso de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

KERIMIAN, Nubar (1998). *Massacres de Armênios*. São Paulo: Comunidade da Igreja Apostólica Armênia, 2ª ed.

LOUREIRO, Heitor (2006). “Breve história dos primórdios da Igreja Apostólica Armênia”. In: *Rhema*. Juiz de Fora: ITASA, v. 13, nº 40.

_____. (2009). *A Queda da Casa do Islã: o Genocídio Armênio (1915-1923) como práxis paradigmática no século XX*. Juiz de Fora: Monografia de bacharelado em História pela UFJF.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C. C (1982). *Quando Eu Era Vivo*. Rio de Janeiro: Record.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

PEDROSO, Regina Célia (2005). *Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre Intolerância/Humanitas/FAPESP.

SAPSEZIAN, Aharon (1988). *História da Armênia: drama e esperança de uma nação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SEYFERTH, Giralda (1999). “Os Imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org). op. cit.

TERNON, Yves (1996). *Les Arméniens: histoire d'un génocide*. Paris: Seuil.

TRUZZI, Oswaldo (2005). *Sírios e Libaneses: narrativas de história e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

WIAZOVSKI, Taciana (2001). *Bolchevismo e Judaísmo: a comunidade judaica sob o olhar do DEOPS*. Módulo VI – Comunistas. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial.

A Mobilização Popular e a Reação Conservadora em Minas Gerais. Nos anos que antecederam ao golpe civil militar de 1964.

Renato Souza

Resumo: Este estudo pretende analisar o contexto que envolveu o golpe de 1964 no Brasil e especialmente a participação de Minas Gerais neste contexto. Percebendo ainda as representações criadas pelos jornais: “Estado de Minas” e “Binômio” sobre o período no Estado.

Palavras-Chave: Disputas sociais; Representação; Jornais.

Abstract: This study aims to examine the context involving the 1964 coup in Brazil and especially the participation of Minas Gerais in this context. Realizing also the representations created by the newspapers: "State of Mine" and "Binomial" over the period in the state.

Keywords: Social disputes; Representation; Newspapers.

No período que vai de 1945 a 1964, o Brasil experimentou um processo de amadurecimento democrático. As eleições ocorreram dentro do previsto pela constituição. Ampliou-se a participação popular nas votações, tanto em âmbito federal quanto Estadual e Municipal. Ampliou-se ainda o espaço público de debates e assistimos também a uma constante politização de vários setores sociais com a organização de movimentos tanto no campo quanto nas cidades. Exemplo disso é a emergência dos sindicatos e das Ligas Camponesas engajadas na luta pela terra. De acordo com José Murilo de Carvalho “A cada eleição fortalecia-se os partidos populares e aumentava o grau de independência e discernimento dos eleitores. Era um aprendizado democrático que exigia algum tempo para se consolidar, mas que caminhava com firmeza”⁵⁰⁰

Em 1961 João Goulart, o então vice-presidente assumiu o poder após a renúncia de Jânio Quadros. Sua posse foi tumultuada e contestada tanto por setores das forças armadas, quanto por algumas esferas sociais que o acusavam de ser comunista. Embora as tentativas de barrar sua posse tenham falhado, ele governou até 1963 sem grande parte dos poderes

⁵⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania No Brasil o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007. p. 148

presidenciais. Pois, em sete de setembro de 1961 em plena crise política uma emenda constitucional substituiu o regime presidencialista pelo parlamentarista, com isso, Jango assumiu e comandou o Brasil sem os poderes de presidente até o plebiscito que restaurou o presidencialismo, em janeiro de 1963. No entanto, após este momento as tensões no campo sócio-político aumentavam mais a cada dia. Porque, uma vez que se restauraram os poderes presidenciais Jango buscou implantar sua política reformista.

As disputas entre os diversos atores sociais do período passaram pelo congresso e ganharam às ruas e certos grupos começaram a pedir as reformas “na lei ou na marra”, como era o lema das ligas camponesas em relação à reforma agrária. Nesta luta eclodiram manifestações e passeatas pelo país. Isso assustou profundamente os setores mais conservadores que perceberam nessas ações o início do processo que poderia levar o país ao comunismo. Pois, vivia-se um contexto de “guerra fria” no qual o mundo estava dividido entre capitalistas e socialista e os eventos da Revolução Cubana de 1959 assombravam esses grupos.

Diante desses acontecimentos a radicalização foi crescendo cada vez mais e o clima que já era tenso se agravou ainda mais com os comícios realizados no início de 1964. Em especial o realizado na central do Brasil, em 13 de março daquele ano com o objetivo de demonstrar o apoio popular às reformas de base. Nesse comício Jango apresentou dois decretos extremamente populares que havia assinado. E que previam a desapropriação de terras as margens de ferrovias e rodovias federais e de barragens de irrigação com o objetivo de destiná-las a reforma agrária.⁵⁰¹

A partir desse comício se intensificaram também as manifestações das direitas pelo país. Como, por exemplo, a passeata conhecida como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”⁵⁰² que contou com mais de 500 mil participantes somente em São Paulo. Esse evento foi preparado para ocorrer nas principais cidades do Brasil. Entre seus organizadores estavam: políticos, setores conservadores da Igreja, empresários e uma grande parcela da classe média mobilizada pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais)⁵⁰³ em seus mais variados ramos. Tal acontecimento teve uma importância fundamental nos acontecimentos

⁵⁰¹Ver: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania No Brasil o Longo Caminho**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007 p. 149.

⁵⁰² Ver: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. P.183

⁵⁰³ O IPES embora se apresentasse como um grupo com interesses científicos, foi o principal articulador do movimento golpista de 1964. Suas atividades iam desta arregimentação dos interesses da elite nacional e estrangeira até a criação de um clima favorável ao golpe. Dele participavam empresários, intelectuais e membros das forças armadas.

que se seguiram, pois demonstraram uma forte oposição ao governo de João Goulart e o enorme poder de mobilização da direita.

Nesse momento as forças armadas que já estavam descontentes com o rumo político do país, com as constantes revoltas civis e com as insubordinações dentro do corpo militar,⁵⁰⁴ apoiadas por alguns setores sociais e instituições como o IPES depuseram Goulart e instituíram no país uma ditadura que duraria 21 anos. Colocando, com isso, fim à experiência e ao processo de amadurecimento democrático que ocorria no país desde 1945. E que parecia gestar uma cultura política mais participativa, pois evidenciava um certo amadurecimento das organizações esquerdistas, especialmente àquelas ligadas aos trabalhadores, que nesse período haviam emergido como importante ator social.⁵⁰⁵ Assim, os golpistas impuseram seu projeto e mantiveram sua hegemonia frente aos novos atores que vinham ocupando a cena política naqueles anos.

A disposição de Jango ocorreu após uma mobilização conservadora que já vinha acontecendo há algum e que se agravou com a fundação do IPES no final 1961 quando um grupo liderados por empresários nacionais, internacionais e militares se uniram para uma franca oposição ao governo Goulart e as camadas sociais que vinham se organizando para participar da vida pública. Este instituto embora se apresentasse sobre uma cortina de respeitabilidade e como instrumento de pesquisa e desenvolvimento do país, seu objetivo como já exposto era inviabilizar as reformas pretendidas pelas esquerdas do período e ainda mais, a longo prazo estabelecer um governo que atendesse aos seus interesses.

No entanto para o sucesso do movimento golpista⁵⁰⁶ foi necessário o apoio do maior número possível de Estados, em especial de Estados de peso no cenário nacional como, por exemplo, Minas Gerais. Esse Estado como afirma Starling no livro *Os Senhores das Gerais*, gozava de grande prestígio e poder político a nível nacional e ainda sua ligação com Rio e São Paulo vinham de longa data.⁵⁰⁷ Sua posição estratégica entre estes dois Estados facilitava

⁵⁰⁴ Revoltas como a ocorrida em Brasília em 1963 protagonizada pelos sargentos e a ocorrida no Rio de Janeiro em março de 1964

⁵⁰⁵ Sobre a crescente politização e amadurecimento das organizações trabalhistas no Brasil deste período ver: FERREIRA, Jorge. **A democratização de 1945 e o movimento quemista.** in: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). **O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V. 3).

⁵⁰⁶ Trata de movimentos golpistas na medida em que grupos como o IPES, Novos Inconfidentes e setores das forças armadas embora justificassem suas ações como sendo em defesa da legalidade democrática, o que montaram e executaram se trata de um golpe na medida em desaloja do poder uma governo constitucional e implanta um regime de exceção.

⁵⁰⁷ STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964.** Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p. 47, 48

a troca de informações entre eles. Além disso, Minas era muito importante do ponto de vista militar, pois em caso de resistência e de conflito armado poderia ser um ponto de apoio dos revoltosos. No entanto, para isso era necessário um processo de arregimentação da elite mineira, porque embora o posicionamento de Goulart e a pressão esquerdista por reformas e maior participação política desapontasse tanto empresários quanto latifundiários, no início dos anos sessenta, mesmo com interesses e visões de mundo em comum essa elite não conseguia se unificar enquanto classe para defender seus interesses.

Esta dificuldade de unificação da elite pode em parte se justificar pelas transformações pelas quais passou o Estado a partir da década de 1950 e início de 1960 com a entrada em cena de novos setores produtivos no Estado principalmente no setor metalúrgico com o surgimento de empresas como a USIMINAS, Belgo Mineira e também da produção de cimento com empresas como: Itaú, Cauê e Barros. Este setor conviveu com setores já tradicionais no Estado como o setor têxtil e alimentício, que embora não estivesse em seus melhores dias ainda representava 38% do PIB Mineiro em 1960.⁵⁰⁸ E ainda este empresariado gozava de muito prestígio tanto em nível Estadual como Nacional.

Paralelo a isso mesmo que de forma incipiente os trabalhadores especialmente aqueles ligados ao novo setor metalúrgico buscaram se organizar protagonizando eventos como a greve dos metalúrgicos da siderúrgica Lafaiete em 1962 e a greve dos funcionários da USIMINAS em Ipatinga em outubro de 1963. No entanto em todos estes casos e nos demais eventos promovidos pelos operários às forças de segurança do Estado agiram com extrema violência na dispersão destes movimentos⁵⁰⁹. Assim se os grupos conservadores encontravam dificuldades para se organizarem no mundo operário as dificuldades eram ainda maiores no mundo operário ou camponês, pois os sindicatos e suas organizações estavam pouco consolidados e ainda tinham de lidar com toda sorte de arbitrariedade e violência tanto por parte de seus patrões quanto da parte das forças institucionais de Minas.

No campo os grandes latifundiários lutavam não só para impedir qualquer tipo de reforma agrária como tentavam barrar a todo custo a emergência dos sindicatos rurais que impulsionados pelo PCB transformaram-se no mais importante, meio de luta no campo. Os conflitos entre fazendeiros e trabalhadores se intensificaram especialmente no Vale do Rio

⁵⁰⁸ Sobre este cenário econômico em Minas na década de 1950 e 1960 ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p. 49 seguintes.

⁵⁰⁹ Sobre este cenário econômico em Minas na década de 1950 e 1960 ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p. 49 seguintes.

Doce e regiões vizinhas, onde os fazendeiros chegaram a organizar milícias fortemente armadas como denunciou o jornal “Binômio” em 1963.

Ciente destas questões o IPES e colaboradores buscaram minimamente integrar estes grupos pertencentes à elite estadual em um grupo que embora heterogêneo e com objetivos até conflitantes na luta por um objetivo comum. Um marco deste processo se deu com a implantação do IPES MG no Estado, pois o IPES foi um dos mais importantes órgãos na montagem do movimento a nível nacional, e embora tenha se instalado em Minas oficialmente em 1962, já há algum tempo buscava reunir adeptos de várias formas no Estado. Para se consolidar em Minas e alcançar legitimidade buscou o apoio de grandes empresários nos mais variados setores econômicos. Conseguiu ainda se ligar a influentes associações de classe como a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) e a partir daí iniciar a difusão de seu projeto golpista. Nesse processo destaca-se a figura de Aragão Vilar por sua forte ligação com os setores empresariais, pois:

Vilar construiu um hábil trabalho de engenharia política, não só a ramificação regional do IPES enquanto um (estado maior empresarial fechado) que iria operar como centro estratégico, mas também uma poderosa mobilização, conservador-oposicionista na sociedade civil, que buscou de modo sistemático desestabilizar o bloco nacional populista, propiciando (clima político) favorável ao desencadeamento da ação militar de 1964⁵¹⁰

Como se pode notar a fundação do IPES em Minas não foi importante somente porque conseguiu minimamente organizar a classe econômica e culturalmente próxima em um grupo que embora heterogêneo se reunissem em torno de um ideal comum. Sua ação foi muito importante, principalmente, no sentido de favorecer a criação de um clima favorável ao golpe perante a sociedade. Outra questão relevante diz respeito à mobilização da classe média ao lado dos setores direitistas a fim de aproveitar sua força política. Nesse sentido foi que se formou o grupo que se autodenominava “Novos Inconfidentes”⁵¹¹. Segundo Starling estes grupos em uma referência deturpada aos membros da inconfidência mineira, pois como àqueles se diziam lutando pela liberdade. Sua atuação foi bastante significativa, já que arregimentou em seus quadros uma parcela significativa dessa população, sendo seus membros compostos de: dentistas, médicos, advogados, entre outros. Vinculado ao IPES/MG

⁵¹⁰Sobre este cenário econômico em Minas na década de 1950 e 1960 ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p.

57

⁵¹¹ A este respeito ver: STARLING Maria Heloisa Murgel, *idem* p. 86 e seguintes.

esse grupo reuniu forças que atuaram tanto difundindo a proposta de golpe quanto para desestabilizar os movimentos populares.

Buscando tanto essa desmobilização popular quanto a legitimação do movimento golpista foi montado um aparelho ideológico⁵¹² com o objetivo de movimentar a sociedade contra Goulart e o grupo reformista. Ligando seu nome ao comunismo e mostrando-o como incapaz de resolver a crise pela qual passava o país. Tais idéias foram vinculadas em diversos meios de comunicação, especialmente em importantes jornais da imprensa escrita como o Jornal “Estado de Minas” o que podemos perceber em seu editorial de 2 de abril de 1964

Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovacionados o governador do estado e chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade. Toda área localizada em frente à sede do governo mineiro foi totalmente tomada por enorme multidão, que ali acorreu para festejar o êxito da campanha deflagrada em Minas (...), formando uma das maiores massas humanas já vistas na cidade⁵¹³

Assim, editoriais propagandistas do movimento e posteriormente do golpe e a manipulação de matérias políticas tornaram alguns desses jornais imprescindíveis meios de divulgação das idéias dos grupos detentores do poder que buscavam manter o controle no Estado, impondo seu modo de ver e fazer política. Utilizando inclusive da força para silenciar jornais de oposição como o “Binômio” fechado e destruído logo após o golpe. Por ter tentado representar nos últimos anos uma oposição que ganhava as ruas, desencadeava greves e buscava se engajar nas lutas nacionais. A história deste jornal sempre foi muito conturbada, chegando ao ponto ao ponto de ser depredado por militares em 1961.

Em Minas no final de 1963 e início de 1964 assim como em boa parte do Brasil, ocorreu a tentativa de se ampliar os espaços de participação popular, e cresceu a consciência de que o povo deveria atuar de modo mais ativo nos espaços sociais e políticos do Brasil. No entanto, a pressão da cultura dominante, manifesta em vários discursos disseminados nos mais diversos meios culturais e informativos, juntamente com ações políticas fizeram com que este processo fosse subjugado e que mais uma vez a resposta dada a estes movimentos foi arbitrária e violenta.

⁵¹²Sobre as características deste instrumento seus membros e montagem Ver: STARLING Maria Heloisa Murgel, *op cit*, pp. 94 – 100.

⁵¹³ (O Estado de Minas - Belo Horizonte - 2 de abril de 1964)

Quanto a estes jornais ainda precisamos aprofundar as pesquisas, mas sabemos que o “Estado de Minas” com suas relações com o IPES e com os vários setores conservadores da época acabaram por apresentar e representar os setores engajados nas disputas por reformas como comunista e mais criando e difundindo um imaginário no qual o país sobre a liderança de Jango marchava para o socialismo ateu e degenerado.

Quanto ao “Binômio”, embora se possa encontrar alguns traços conservadores, principalmente em setores ligados a igreja este parece ter desafiado os grandes meios de comunicação da época e realizado importantes denúncias sociais como a venda de imigrantes em Nova Lima e a denúncia de empresários sonegadores, ainda atuava no campo político, denunciando políticos corruptos e incapazes e atentando para a eminência de um golpe desde meados de 1963.

Neste sentido Minas integrou-se ao sistema golpista que envolveu todo país e que utilizando todas as armas sufocou a experiência democrática do período, trazendo conseqüências até hoje para o amadurecimento das estruturas democráticas no país.

Bibliografía

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania No Brasil o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. in: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

Economia e Industrialização no Brasil Imperial

Duas Abordagens sobre a Economia Local: a transição agrária do distrito de Santo Antonio do Parahybuna (1840-1850).

Bruno Novelino Vittoretto*

Resumo: O trabalho busca compreender o comportamento da economia agrícola no antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna – atual cidade de Juiz de Fora – entre os anos 1840 e 1850. Entende-se esse período como o de transição entre uma “economia mercantil de subsistência”, advinda da mudança do eixo econômico ocorrido na Província de Minas Gerais, e um modelo agro-exportador extremamente dinâmico que a partir da segunda metade do XIX irá transformar profundamente a economia local. Desse modo, a diversificação de sua produção agrária, desde então com agudos traços mercantis, foi capaz de agregar os elementos de maior importância para sua expansão nas décadas posteriores. Para tanto, foram utilizados os inventários *post-mortem* abertos no período, custodiados pelo Arquivo Histórico da UFJF.

Palavras-chave: Mercado interno; agro-exportação; Santo Antonio do Parahybuna.

Abstract: The work seeks to understand the behavior of the agricultural economy in the antique district of Santo Antonio do Parahybuna - present city of Juiz de Fora - between the years 1840 and 1850. It is understood that as the period of transition from a “merchant economy of subsistence”, arising from the change of economic axis occurred in the Province of Minas Gerais, and an agro-export model extremely dynamic, that from the second half of the century will profoundly transform the local economy. Thus, the diversification of agricultural production, since then with merchant features, has put together the elements of greatest importance to its expansion in the following decades. To this end, we used postmortem inventories opened in the period, guarded by the Historical Archives of UFJF.

Keywords: Domestic Market; agro-export; Santo Antonio do Parahybuna.

Introdução

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. E-mail: b.vittoretto@yahoo.com.br. Pesquisa desenvolvida sob orientação do prof. Dr. Anderson Pires (UFJF).

A década de 1850 é considerada pela historiografia econômica como o marco fundamental dos estudos sobre a cidade de Juiz de Fora e a região na qual está inserida, a Zona da Mata mineira. Percebe-se que grande parte dos trabalhos acadêmicos tende a privilegiar uma periodização já comum aos olhos daqueles aclimatados à bibliografia regional, sendo a segunda metade do século XIX o ponto de partida para uma série bem ampla de reflexões sobre a economia local, que tem como eixo principal o estudo da cafeicultura no período.⁵¹⁴

No entanto, deve-se compreender que o processo de ocupação da Zona da Mata mineira e do território que corresponde ao município de Juiz de Fora, data de um período mais longínquo. A dispersão das fontes e a dificuldade em explorar dados que vão do início do século XVIII, quando da criação do Caminho Novo, até a segunda metade do século XIX, talvez justifiquem essa falta de pesquisas para a região matense, que de fato, só irá alcançar maior destaque em fins do oitocentos, com uma significativa produção de café.

Ainda sobre o café, é também perceptível que boa parte dos estudos sobre a commodity na região está preocupada em determinar o momento da crise de sua produção.⁵¹⁵ Historiadores formados nos programas de pós-graduação mineiros, fluminenses e paulistas apontaram vários aspectos que caracterizam o definhamento da cafeicultura na Província de Minas Gerais, e a partir dessas obras hoje se pode perceber que ele se deu em um momento distinto das outras duas Províncias de maior destaque na produção da rubiácea no Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro.

Com isso, as discussões que pairaram no bojo do debate acadêmico surgido principalmente a partir da década de 1980, parecem deixar de lado outro ponto importante: o momento de implantação da cafeicultura na Província. Em que pese o avanço no debate sobre a crise cafeeira e suas implicações no conjunto da economia regional, pouca discussão girou

⁵¹⁴ ANDRADE, Rômulo Garcia. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Vol. 11, nº 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991. GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980. LANNA, Ana. **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920**. Campinas, Ed. UNICAMP, 1988. LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981. PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993. SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2001.

⁵¹⁵ CANO, Wilson. *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 15(2): 291-306. mai/ago, 1985, IPE/USP. LIMA, João Heraldo. *Op. Cit.* PIRES, Anderson. *Op. Cit.*

em torno do momento de inserção do cultivo da rubiácea na região, salvo alguns trabalhos que se propuseram de certa forma, a suprir essa lacuna historiográfica.⁵¹⁶

O intuito desse trabalho é justamente privilegiar essa periodização pouco recorrente nos estudos históricos. Para tanto, o recorte espacial se fará à parte sul da Zona da Mata, de acordo com os dados pesquisados para o antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna, um dos pioneiros no cultivo da rubiácea em Minas Gerais. Trata-se de perceber aspectos econômicos específicos à região, sem contudo, generalizar as possíveis reflexões aqui colocadas, uma vez que a diversidade pode ser percebida não só entre a região e a Província de Minas Gerais, mas também entre as diversas sub-regiões que compõem a mata mineira.⁵¹⁷

Considera-se ainda que o período escolhido para a apresentação do tema da pesquisa em foco trata-se de um momento de transição de uma economia “mercantil de subsistência” para uma economia agro-exportadora. De acordo com as fontes empíricas e as referências obtidas para a economia regional do período, entende-se - e é justamente isso que o trabalho buscará evidenciar - que a dupla abordagem sobre a economia matense, privilegiando a diversificação produtiva de gêneros comercializáveis tanto regional e localmente, mas também externamente, é a maior contribuição reflexiva para se entender a economia da Zona da Mata mineira antes da inserção definitiva da cafeicultura já na segunda metade do século XIX.

A pesquisa documental consistiu na análise dos inventários *post-mortem* entre os anos de 1840 e 1850 custodiados pelo Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF). O trabalho com os inventários incidiu basicamente na análise da descrição dos bens dos falecidos, levando em consideração todos os itens arrolados até o momento da partilha. Independente da perda ou acréscimo de bens e dívidas do inventariado, todas as modificações foram consideradas, uma vez que objetivo aqui é considerar tudo aquilo que o inventariado conseguiu obter em vida, desconsiderando o posterior destino de tais bens descritos (perda; morte – no caso de escravos e animais; liquidação- no caso das dívidas; dote; doação; etc.).

⁵¹⁶ GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento: Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)**. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2006. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 1999.

⁵¹⁷ CARRARA, Ângelo. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: UFOP, 1999.

A produção mercantil de subsistência

A historiografia desenvolvida a partir principalmente, da década de 1980, quando do clássico debate iniciado por Roberto Martins, atualmente, ainda remete em grande parte aos elementos discutidos àquela época. A necessidade de se refutar a tese sobre a involução econômica da antiga capitania e então província de Minas Gerais aparece em boa parte dos trabalhos acadêmicos, que se direcionam no sentido de agregar argumentos e dados empíricos sobre a importância do mercado interno mineiro durante os séculos XVIII e XIX.⁵¹⁸

Trata-se de compreender o momento da queda abrupta da extração de metais preciosos na segunda metade do setecentos, sob o ponto de vista do (re)ordenamento e da (re)distribuição do espaço econômico de Minas Gerais. Advém desse processo a mudança do eixo econômico daquelas antigas regiões historicamente marcadas pelas datas minerais, localizadas no centro da província, para áreas mais ao sul, alocadas economicamente a uma produção fundamentalmente agrária bastante dinâmica e mercantilizada.⁵¹⁹

A parte sul de Minas Gerais, que basicamente compreendia o território da extinta Comarca do Rio das Mortes, assistiu, portanto, ao que Douglas Libby considera como um processo de “acomodação”.⁵²⁰ No alvorecer do oitocentos, foi a parte meridional da futura Província de Minas Gerais a mais opulenta e dinâmica economicamente, em contraste ao século anterior, dado os elementos conjunturais ocorridos em concomitância a essas transformações ocorridas na sociedade brasileira.

Mas antes de adentrar ao século XIX, é possível perceber um elemento fundamental à história regional ocorrido ainda no século anterior. A abertura do Caminho Novo, a saber, é o marco inicial de boa parte das reflexões que discutam a Zona da Mata mineira em seus primeiros passos. A empresa realizada primeiramente por Garcia Rodrigues Paes e finalizada por Bernardo Soares de Proença no alvorecer do setecentos, caracterizou a região como uma zona de passagem estrategicamente posicionada entre os centros mineradores e o litoral.⁵²¹

⁵¹⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial*. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 137-160, 2005. GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002. MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

⁵¹⁹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.*

⁵²⁰ LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵²¹ ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1991.

Dessa forma, estabeleceram-se os primeiros ranchos e roças situados à margem da principal via terrestre do período. Essas primeiras instalações serviam como postos de abastecimento de víveres e locais de parada para as tropas que por ali passavam.⁵²² Dada a natureza das condições em que as viagens eram realizadas, esses entrepostos comerciais tornaram-se essenciais ao movimento tanto de pessoas, como principalmente de agentes mercantis que percorriam entre as zonas litorâneas e o interior da capitania mineira.

No entanto, mesmo que houvesse uma demanda por gêneros comercializáveis destinados de maneira quase que exclusiva aos transeuntes, não há referências para além desses aspectos que atribuam um elevado grau de dinamismo econômico da região durante esses anos iniciais. Parte dessa argumentação se apóia na afirmação de que a antiga “zona proibida” era uma barreira natural composta por uma densa floresta, servindo de proteção contra as ações ilícitas, principalmente envolvendo o ouro e os diamantes. Daí o desinteresse do próprio poder colonial em promover o desenvolvimento demográfico da região no século XVIII.

Já na virada do século XIX, outro aspecto irá contribuir, agora decisivamente para o crescimento da atual zona da mata mineira: a mudança da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1808. Em que pesem as características de integração proporcionadas quando da criação do Caminho Novo ainda no século XVIII, é no oitocentos que a região mineira matense alcança de fato um crescimento demográfico e econômico de maneira mais expressiva. O aumento populacional pode ser exemplificado pelo quadro abaixo, que destaca, salvo as mudanças administrativas territoriais, somente a população do antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna.

Pop. de Juiz de Fora (distrito - vila - cidade em períodos selecionados)

<i>PERÍODOS</i>	<i>LIVRES</i>	<i>CATIVOS</i>	<i>TOTAL DA POP.</i>
1833-35	583	949	1.532
1855	2.441	4.025	6.466
1872	11.604	7.171	18.775

Apud: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 1999.

Quanto à importância econômica atingida da região - situada na parte sul da capitania de Minas Gerais - durante esses dois séculos, Ângelo Carrara destaca:

⁵²² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Caminho Novo: o circuito das riquezas e dos privilégios no processo de ocupação das Vertentes e Mata mineira*. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH - MG. Juiz de Fora, 2004.

É, contudo, nas freguesias ao sul da Capitania que vamos encontrar o crescimento mais acentuado, desde a metade do século XVIII, o que revela a articulação precoce com o mercado do Rio de Janeiro. Dízimos, a entrada de mercadorias pelo Registro da Mantiqueira, principalmente, e o quadro de exportação de gêneros pelo mesmo Registro, a partir de 1801, explicam essa articulação. Os dados disponíveis para os dízimos a partir de 1808 demonstram a acentuação das tendências anteriores: redução da produção rural nas freguesias mineradoras originais, e crescimento nas freguesias produtoras de gêneros que estabeleciam a articulação com mercados internos e principalmente externos.⁵²³

Os dados pesquisados pelo autor em fontes fiscais e cartoriais como os dízimos e os inventários, revelaram fortes referências sobre a existência de uma economia mercantilizada apoiada principalmente na produção de gêneros como milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar, nessa ordem de importância. A antiga freguesia do Caminho Novo contribuía em média com um conto de réis anuais no auge da extração aurífera nas regiões centrais da Capitania mineira. Com a diminuição da comercialização de metais preciosos no interior de Minas Gerais, a região sofre um pequeno baque em sua produção agrícola, mas ainda na virada do século vai se recuperando gradativamente.⁵²⁴

As referências quanto ao caráter mercantil da parte situada mais ao sul da antiga capitania de Minas Gerais expressam a vocação produtiva dessa região no cultivo de gêneros alimentícios desde o século XVIII. Esse processo, no entanto, se intensifica na virada para o XIX. De acordo com as discussões acima, vários são os autores que tendem a confirmar as assertivas de que existia de fato uma economia interna dinâmica entre as sub-regiões meridionais mineiras, e entre essas e outras capitanias/províncias ao longo desses anos. Nesse sentido, os estudos pioneiros de Zemella e Lenharo foram seguidos e intensificados no decorrer das últimas décadas no meio acadêmico.⁵²⁵

É com bases nos dados pesquisados nos inventários do distrito de Santo Antonio do Parahybuna que poderá ser feita uma breve consideração sobre a economia local, privilegiando os aspectos da dinâmica de mercado interno que puderam ser observados. Fato é que essa documentação não permitiu uma análise mais pormenorizada das atividades agrícolas de então, como no caso do café, produto com características fundamentalmente de

⁵²³ CARRARA, Ângelo. **Contribuição para a história agrária de Minas Gerais – Séculos XVIII-XIX.** Mariana: UFOP, 1999.

⁵²⁴ *Idem*

⁵²⁵ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842).** RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1993. ZEMELLA, Mafalda. *Op. Cit.*

mercado, e por isso, mais contemplado em detalhes nas descrições presentes nos processos da primeira metade do século XIX.

Mesmo assim é possível notar a produção de mercado interno na localidade. No entanto, é preciso voltar ao conceito de “economia mercantil de subsistência” para se entender a dinâmica do período. De acordo com Douglas Libby, a atual zona da mata mineira encontrava-se firmemente inserida nesse modelo econômico ainda na primeira metade do oitocentos. A afirmativa do pesquisador norte-americano se fundamenta no fato de que havia naquele momento uma porcentagem significativa de escravos antes da introdução efetiva da cafeicultura. Portanto, era o setor mercantilizado do mercado interno o único capaz de agregar mão-de-obra naquele momento, posto que não existia outra atividade economicamente mais rentável na região, a não ser a própria agricultura dos gêneros.⁵²⁶

Os inventários apontaram uma tendência dessas atividades internas no distrito em foco. As unidades que detinham algum tipo de referência sobre a produção de gêneros agrícolas alcançaram a cifra de 55,7% do total da documentação levantada. Dada a já citada dispersão das descrições encontradas nos inventários, não foi possível detectar qualquer tipo de produção agrícola em 22,9% dos casos pesquisados, embora houvesse referências sobre existência de benfeitorias específicas ao tratamento desses produtos: paiol, moinho, monjolo, etc. No entanto, descartando esses processos, pode-se perceber que a produção mercantil de subsistência alcança quase um quarto - 72,3% - das unidades rurais.

Mesmo com poucas informações, foi possível detectar traços importantes dessa economia agrícola do período. É o caso da Fazenda Bom Sucesso, de propriedade de Domingos Antonio Martins e de Ana Maria de Jesus, falecida no ano de 1849. A propriedade de 156 alqueires era composta de monjolo e paiol, além de contar com a mão-de-obra de 15 cativos. Sua produção naquele ano preenchia 40 alqueires de feijão, 25 de arroz, mais 16 carros de milho no valor total de 216\$000.⁵²⁷

Outro exemplo é o de Prudêncio Lourenço Barros e sua falecida esposa Francisca Paula Oliveira, no ano de 1840. A fazenda denominada Palmital, que embora não tivesse suas dimensões descritas no documento, valia 10:000\$000, e possuía 27 escravos a seu serviço. Tratava-se de uma propriedade composta de todas as benfeitorias para o beneficiamento da cana-de-açúcar, cujas *três plantações* eram avaliadas em 500\$000. As relações de crédito com

⁵²⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.*

⁵²⁷ Inventário de Ana Maria de Jesus, 1849, AHUFJF, Processo 0001.

a tradicional família Ferreira Armond não deixam dúvidas quanto à capacidade produtiva dessa propriedade.⁵²⁸

Mas havia casos de menor expressão como os da Fazenda Ribeirão de São José e da Fazenda da Vargem. A primeira, composta por cinco escravos detinha 8 alqueires de milho mais 1 alqueire de arroz avaliados em 43\$000 em 1844.⁵²⁹ Já na segunda, o proprietário Francisco Ribeiro do Nascimento, que possuía 8 escravos em 1846, contava com 1 alqueire de feijão mais uma *venda* de milho no valor de 11\$960.⁵³⁰ Embora a produção dessas unidades não representasse muito em relação aos primeiros exemplos, é possível perceber seu grau de diversificação pelo menos no que diz respeito aos quatro gêneros mais recorrentes.

A maior incidência de produção, corroborando com os dados levantados por Ângelo Carrara, recaiu sobre o milho.⁵³¹ As características do cereal, cujas qualidades nutricionais suprem as dietas humana e animal - aliadas as facilidades de cultivo - levam a crer na preferência desse alimento. Logo após, aparece o feijão, seguido do arroz e da cana-de-açúcar. Os dados levam a crer no processo de diversificação produtiva como elemento essencial a esse tipo de economia, uma vez que tende a ser mercantilizada, mas antes provém o sustento das próprias unidades.

Sonia Souza estudando um período posterior a essa pesquisa – já na fase da expansão cafeeira, atenta para a importância da produção de alimentos em Juiz de Fora. Segundo a autora, a atividade ia além de mero suporte à economia cafeeira. A pesquisadora encontra referências claras nas fontes empíricas nesse sentido. Fato é que à medida que o crescimento demográfico e processo de urbanização se intensificam na cidade, abre-se uma demanda desses gêneros no mercado local. Sobre o mercado interno, Souza afirma:

Estas atividades não se restringiram aos pequenos produtores, mas estiveram a cargo também dos grandes fazendeiros escravistas, sem falar no envolvimento de muitas pessoas que se destacavam politicamente no município. O crescimento populacional ocorrido no decorrer da segunda metade do século contribuiu para intensificar o processo de urbanização e a produção de alimentos teve papel importante neste processo, a partir do momento em que procurou atender um mercado consumidor em expansão.⁵³²

⁵²⁸ Inventário de Francisca Paula Oliveira, 1840, AHUFJF, Processo 0002.

⁵²⁹ Inventário de Maria Bruna e João Rodrigues de Oliveira, 1844, AHUFJF, Processo 0009.

⁵³⁰ Inventário de Francisco Ribeiro do Nascimento, 1846, AHUFJF, Processo 0001.

⁵³¹ CARRARA, Ângelo. *Op. Cit.*

⁵³² SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX.** Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1998.

A pesquisa verificou nas unidades produtoras exclusivamente de gêneros, que em todos os casos a mão-de-obra escrava empregada não era menor do que cinco cativos. Essas unidades apresentaram uma média de 15,6 cativos frente à média total de 24,08 para todas as propriedades. Mesmo perante essa diferença significativa, os dados tendem a corroborar a capacidade que setor mercantilizado da economia interna era capaz de agregar. Tendo a posse da mão-de-obra escrava como o principal vestígio na caracterização da economia do período, Douglas Libby revela a importância do mercado interno - e suas ligações - na região antes de 1850:

O tamanho do plantel de escravos na amostra nos sugere que a Mata já se encontrava firmemente engajada na agricultura mercantil de subsistência antes da chegada do café. Isso, alias, explicaria a tradição da auto-suficiência das fazendas de café da região ao longo da segunda metade do século passado, apontada por Martins. Ademais, esse achado também indicaria que, embora o mercado-alvo dos excedentes produzidos na Zona da Mata na década de 1830 provavelmente fosse a cidade do Rio de Janeiro, a região não deveria estar ausente da rede de abastecimento dos núcleos mineradores no século XVIII, especialmente dada sua proximidade de boa parte desse mercado. Mas importante ainda é constatar que, com seu considerável plantel de escravos, a Zona da Mata estava apta a absorver o surto da cafeicultura, cuja chegada não tardaria.⁵³³

Dentre as unidades rurais direcionadas ao mercado interno, 58,8% estão voltadas exclusivamente ao cultivo de gêneros alimentícios. Os outros 41,2% têm no mercado interno, mais a lavoura do café como opção produtiva. Percebe-se nesse ponto que a diversificação dos produtores rurais do antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna era patente não só em relação aos produtos de consumo interno, mas também ao café, produto fundamentalmente exportador.

O consorciamento das culturas de caráter interno e externo durante a primeira metade do século XIX parece se estender para um período posterior.⁵³⁴ Portanto, um elemento em específico merece atenção nesse processo de diversificação produtiva: a ascensão da economia cafeeira.

A produção agro-exportadora

A historiografia local data 1850 como o marco de inserção da rubiácea na zona da mata mineira. Dessa forma, estudos sobre o café utilizam uma periodização que tem como

⁵³³ LIBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.*

⁵³⁴ SOUZA, Sonia Maria de. *Op. Cit.*

princípio, em última instância, o pós-1850. No entanto, deve-se destacar que a história da região matense na primeira metade do século XIX não esteve totalmente distanciada do café. Em que pese as reflexões sobre as atividades internas estabelecidas ao longo do Caminho Novo, é notável compreender que o produto exportador apresenta naquele momento um processo de ascensão frente à diversificação produtiva das unidades rurais.

Aliás, a separação entre exportador e interno, ou exportador e não exportador parece não estar mais presente na pauta das discussões mais encorpadas em história agrária. O autor Stuart Schwartz, por exemplo, que estuda a província da Bahia no período colonial, argumenta que a dicotomia entre os dois modelos de produção não se sustenta, ao passo que tanto os setores extrovertidos quanto os setores introvertidos da agricultura estão intimamente ligados quando fazem parte de um mesmo espaço econômico.⁵³⁵

A diversificação produtiva revela a estratégia de pequenos e grandes proprietários do distrito de Santo Antonio do Parahybuna, seja como elemento de garantia da auto-suficiência, ou de inserção no mercado, uma vez que a localização estratégica da região possibilitava o contato com outras áreas. Dessa maneira, o processo de diversificação agrega cada vez mais espaço ao cultivo do café à medida que o século avança.

Outros dois pontos específicos podem ajudar a compreender algumas das causas do desenvolvimento da atividade cafeeira na Zona da Mata: as características ambientais da região e a crescente demanda do produto no mercado internacional. O século XIX assiste a emergência de diversos tipos de mercados em partes distintas do globo. No caso das commodities agrícolas como o café, percebe-se o elevado crescimento da demanda por esse tipo de produto. Mercadorias que marcadamente se distinguem como produtos exóticos ou de luxo no período colonial, ganham novas características naquele que seria um período de conformação das raízes históricas de uma economia globalizada.⁵³⁶

A prosperidade econômica e as transformações sócio-culturais ocorridas em países da Europa ocidental e os Estados Unidos só fazem ampliar o mercado consumidor desses produtos, uma vez que há um processo de ascensão das classes médias e das classes trabalhadoras, que anteriormente só eram capazes de comprar mercadorias produzidas localmente. Dessa forma, percebe-se que há um processo de massificação do consumo de produtos advindos de regiões fora do eixo europeu/norte-americano, dada a dinâmica de

⁵³⁵ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

⁵³⁶ TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006.

comercialização e da relação oferta/demanda que se formaram em torno dessas commodities agrícolas, destacando aqui o café.⁵³⁷

As condições ambientais também podem ser consideradas na análise sobre o desenvolvimento da cafeicultura regional. Pode-se compreender que a Zona da Mata mineira apresentava plenas condições físicas à incorporação da rubiácea no século XIX, uma vez que a adaptação da planta a fatores como o clima, o solo e a topografia matenses ocorreu de modo que sua produtividade não seria comprometida, a não ser que fatores extra-ambientais agissem de maneira contrária às especificidades de seu cultivo.

A região apresenta um clima ameno durante boa parte do ano, com regimes regulares de chuva entre outubro e março. O território da Zona da Mata está constituído em altitudes médias de 800-900 metros acima do nível do mar, sendo que boa parte de onde se implantou o café, o relevo não supera 1200 metros, onde fatalmente ocorrem geadas que atrapalham o cultivo. Já os solos de coloração alaranjada ou amarelada moderadamente férteis, são compensados com o húmus produzido pelas florestas, diminuindo assim a acidez da terra.⁵³⁸

Por ser uma zona fronteira, a mata mineira apresentava certas vantagens para o cultivo do café. Durante boa parte do século XVIII, a região era conhecida como “zona proibida”, uma vez que a intenção da coroa portuguesa era preservar estrategicamente o distanciamento entre as datas minerais do centro da capitania de Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Portanto, a política que buscava evitar maiores prejuízos ao erário real não permitiu dessa forma um processo de ocupação mais efetivo na zona da mata mineira durante o setecentos.⁵³⁹

Já na primeira metade do século XIX, quando as fontes de metais preciosos decresceram em relação ao período anterior, a mata mineira assiste a um processo de ocupação demográfica maior. Mas é somente com a introdução efetiva da cafeicultura que a população aumenta de maneira mais concreta, com destaque para alto número de escravos em relação aos livres encontrado em boa parte da zona sul da mata. Segundo Valverde, o processo de ocupação da região segue seu território dessa forma:

(...) pode-se inferir que, na década de 1830, a frente pioneira, partida das vizinhanças de Matias Barbosa, andaria pelos arredores de Mar de Espanha. No decênio de 1850, já fora ultrapassada a região de São João Nepomuceno, para leste,

⁵³⁷ TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). *Op. Cit.*

⁵³⁸ VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia*. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958.

⁵³⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Op. Cit.*, 2004.

Leopoldina se arvora em capital de uma região cafeeicultora recém-aberta, e para oeste, a partir de Juiz de Fora e Matias Barbosa, a onda povoadora atinge Rio Preto, cuja ocupação fora timidamente iniciada nos anos 30. Para o norte, a penetração se processa rapidamente, de modo que, ao terminar a década de 1870, a frente do povoamento já deveria extravasar a Zona da Mata.⁵⁴⁰

A implantação da cafeeicultura mineira, do mesmo modo que no vale do Paraíba fluminense, respeitou as condições de um sistema agrário extensivo.⁵⁴¹ A forma de preparo do solo, assim como no sistema de cultivo de pousio longo, predominante nas áreas de colonização tropicais, funciona da seguinte forma:

Na parcela escolhida para o cultivo, as árvores maiores são derrubadas a machado ou por meio da queima das raízes quando estas secam após a abertura de incisões anulares no tronco. A vegetação menor é igualmente queimada. Troncos e raízes não queimados, assim como as cinzas são deixados nos campos.⁵⁴²

No entanto, existe uma pequena diferença dentre os dois modelos. No sistema de pousio longo, há a possibilidade do retorno da produção no mesmo espaço físico após um extenso período de tempo dado ao reflorestamento do local. Já no sistema extensivo do solo, a disponibilidade de terras com matas virgens eximia esse longo período de espera, com a incorporação de novas áreas de cultivo após o esgotamento do terreno ⁵⁴³, pois “*as terras desmatadas, cultivadas e exauridas pelo café, não mais o produzem, qualquer que seja a altitude em que elas se encontrem*”⁵⁴⁴

Dessa forma, a cafeeicultura matense se desenvolve através da incorporação de terras em abundância. Porém, conjuntamente a terra, a produção necessitava de outro elemento: a mão-de-obra. O formato da produção agro-exportadora “*se faz fundamentalmente pela combinação do fator terra e força-de-trabalho, sem a mediação de instrumentos de produção ou técnicas mais apuradas*”⁵⁴⁵, sendo o braço escravo a base dos serviços que planta requeria. Basicamente, era necessário somente o uso da enxada, e em alguns casos outros poucos instrumentos toscos no contato do solo para a realização do trabalho.

⁵⁴⁰ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*

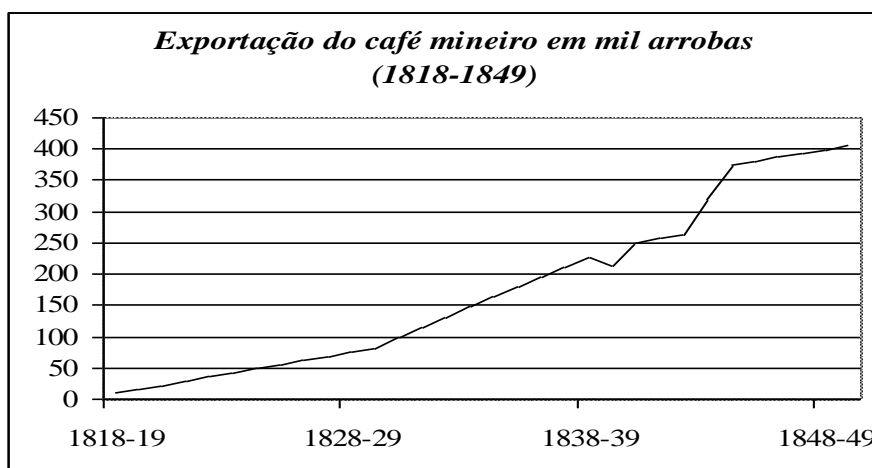
⁵⁴¹ FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção.** Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983.

⁵⁴² BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica.** São Paulo: Hucitec, 1987.

⁵⁴³ FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Op. Cit.*

⁵⁴⁴ VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*

⁵⁴⁵ *Idem*



Apud: ALVIM, Aristóteles. *Confrontos e deduções. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927*. Secretaria de Agricultura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

A disponibilidade da terra e do trabalho também contribuiu para a difusão desse modelo na produção de gêneros que não o café.⁵⁴⁶ No entanto, o sistema de uso extensivo do solo foi utilizado de maneira quase que predominante durante o século XIX pela atividade cafeeira da Zona da Mata mineira. A pesquisa realizada nos inventários, analisando dados ainda da primeira metade do século XIX, tende a evidenciar a importância dos fatores terra e trabalho na conformação da cafeicultura da localidade em questão.

O café esteve presente em mais da metade (57,4%) dos inventários que detinham alguma informação sobre a produção das unidades rurais. Com uma modesta média de 1.670@ ou 46.300 pés por propriedade - que em 51,9% dos casos possuía outras atividades agrícolas, demonstrando o grau de diversificação produtiva - o café totalizou o valor de 151:347\$827, ou quase um décimo de toda a riqueza apresentada pelo universo agrário do distrito de Santo Antonio do Parahybuna no período em foco.

A média de escravos em todas as propriedades do distrito é de 24,08 cativos cada. Enquanto que as unidades voltadas à produção de gêneros possuíam por volta de 15,60 cativos cada, as propriedades cafeeiras alcançaram a média de 23,76 cativos cada. A título de comparação, pode-se perceber outros dois casos. Enquanto Francisco Vidal Luna encontra 12,6 cativos por propriedade na localidade de Areias - conhecida área cafeeira de São Paulo - no ano de 1836⁵⁴⁷, Juliano Sobrinho aponta 11,5 escravos por unidade rural em

⁵⁴⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Op. Cit.*, 1999.

⁵⁴⁷ LUNA, Francisco Vidal. *População e Atividades Econômicas em Areias (1817-1836)*. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 24(3): 433-463, set/dez. 1994.

Itajubá entre 1785 e 1850.⁵⁴⁸ O distrito de Santo Antonio do Parahybuna apresenta nesse caso uma média quase igual a das duas localidades juntas.

Estrutura de posse de escravos (1840-1850)

<i>Nº de Escravos</i>	<i>Donos de Escravos</i>	<i>%</i>
1 - 5	10	16,6
6 -10	11	18,3
11 -20	16	26,6
21 – 50	17	28,3
51 – 100	3	5,0
101 +	3	5,0
Total	60	100,0

Fonte: Inventários AHUFJF

Quanto à posse da terra, percebe-se que as parcelas acima de 100 alqueires compõem 56,74% dos inventários. Desse total, 29,72% - o maior índice de recorrência no quesito dimensão de terras encontrado nas fontes - corresponde a propriedades com mais de 200 alqueires. Enquanto isso há um equilíbrio entre as pequenas (menos de 50 alqueires) e médias posses (entre 50 e 100 alqueires), que não chega a superar o número dos grandes proprietários. Percebe-se também que as referências sobre a disponibilidade de matas virgens são mais explícitas na documentação, em contraste às informações sobre a existência de pastos e capoeiras, revelando assim a disponibilidade áreas férteis para o cultivo.

Conclusão

A pesquisa nos inventários revela alguns traços da economia da região matense - e principalmente do distrito de Santo Antonio do Parahybuna - durante seu período de transição. As fontes referendam a idéia de uma produção de gêneros até certo ponto desenvolvida, cuja diversificação aos poucos cede lugar para o cultivo do café. Isso porque os elementos mais importantes do processo de produção agro-exportadora - terra e trabalho - estão garantidos na disponibilidade de um significativo plantel de escravos e largas extensões de terras.

Fontes

⁵⁴⁸ CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá (1780-1850)**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2009.

- Inventários *post-mortem* (1840-1850). **Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF)** – Fórum Benjamin Colucci.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial*. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 137-160, 2005.

ALVIM, Aristóteles. *Confrontos e deduções. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927*. Secretaria de Agricultura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

ANDRADE, Rômulo Garcia. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Vol.11, nº 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CANO, Wilson. *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 15(2): 291-306. mai/ago, 1985, IPE/USP.

CARRARA, Ângelo. **Contribuição para a história agrária de Minas Gerais – Séculos XVIII-XIX**. Mariana: UFOP, 1999.

_____. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: UFOP, 1999.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá (1780-1850)**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2009.

FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983.

GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento: Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)**. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

LANNA, Ana. **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920**. Campinas, Ed. UNICAMP, 1988.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.

LUNA, Francisco Vidal. *População e Atividades Econômicas em Areias (1817-1836)*. **Estudos Econômicos**. São Paulo, 24(3): 433-463, set/dez. 1994.

MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Caminho Novo: o circuito das riquezas e dos privilégios no processo de ocupação das Vertentes e Mata mineira*. **Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH - MG**. Juiz de Fora, 2004.

_____. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 1999.

PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora. 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993.

SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1998.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006.

VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1991.

Carla Beatriz de Almeida *

Resumo: O trabalho busca investigar o Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado.

Palavras-chave: Política Imperial; Supremo Tribunal de Justiça; Segundo Reinado.

Abstract: This study intends to investigate the Court of Justice Supreme in the second Empire.

Keywords: Politics in the Empire; Court of Justice Supreme; The Second Empire.

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de tratar sobre os resultados iniciais de uma pesquisa de mestrado em andamento que trata sobre o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal de Justiça durante o Segundo Reinado.

Esta pesquisa está inserida num quadro de preocupações com a história das idéias políticas e das culturas políticas e jurídicas, que serão enfocadas tendo como pano de fundo a atuação dos conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça⁵⁴⁹. O recorte cronológico abrange de 1840, quando ocorreu a nomeação do conselheiro Antônio Augusto da Silva⁵⁵⁰ até 1891. Este recorte ultrapassa o II Reinado, indo até 1891 ano no qual se encerra as atividades desse Tribunal, sendo que por dois anos tivemos uma instituição imperial atuando no Brasil Republicano.

As discussões sobre essas questões podem dar ensejo a importantes pontos, como o perfil da instituição no II Reinado, a partir dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça, bem como o funcionamento da referida instituição. Tais pontos iluminam todo um conjunto de

* Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bacharel em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC/Barbacena), Pós-graduanda em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Educação para as Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua: Santo Antônio, 810/605, Centro, Juiz de Fora, Cep: 36015-001, e-mail: lookcarla84@yahoo.com.br.

⁵⁴⁹ Os ministros do Supremo Tribunal de Justiça eram condecorados com o título de conselheiros de acordo com o artigo 163 da Constituição de 1824.

⁵⁵⁰ Foi o primeiro conselheiro a ser nomeado no II Reinado, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra (1795) e foi nomeado conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça pelo decreto de 2 de dezembro de 1840, tomando posse em 04 de maio de 1841.

práticas sociais, políticas e ideológicas dentro dessa esfera de poder estatal, o Supremo Tribunal de Justiça.

Essa análise não se restringe somente ao *locus* do Supremo Tribunal de Justiça, posto que a discussão sobre como seria o funcionamento e a composição deste tribunal (critério de antiguidade para a escolha do presidente, atribuição do Imperador para a escolha do mesmo, etc..) teria se iniciado no Parlamento em 1827⁵⁵¹.

Busco discutir o funcionamento desta instituição, bem como recuperar a formação dos ministros do Supremo Tribunal para que através dessas trajetórias compreender uma conjuntura histórica estabelecida, corroborando a máxima de Geovanni Levi de que a relação entre biografia e contexto é permanente e recíproca⁵⁵².

Nesse sentido esta pesquisa se pauta na investigação de suas estratégias, práticas políticas e atuação dentro do Supremo Tribunal de Justiça. Pretende-se assim demonstrar como a avaliação da trajetória individual, permite trazer pistas para a análise da própria dinâmica da política imperial. Vale lembrar, que essa história do Supremo Tribunal de Justiça está marcada pela trajetória de uma geração de magistrados que se formou, intelectual, política e profissionalmente, posto que para o ingresso nessa magistratura requeriesse um letramento e uma experiência de prática jurídica.

O estudo das instituições jurídicas na historiografia

Nesta forma de abordagem, encontramos inspiração nos trabalhos de alguns pesquisadores.

Andréa Slemian⁵⁵³ analisou a criação (1828) e o funcionamento do Supremo Tribunal de Justiça nas duas primeiras décadas do Brasil Independente tendo em vista a complexa

⁵⁵¹ Sessão da Câmara dos Deputados, 26 de maio de 1827. *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados*. Disponível em:

<http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/index.html> A criação do Supremo Tribunal foi analisada por Andréa Slemian em seu trabalho, “O supremo Tribunal de justiça nos primórdios do império do Brasil (1828-1841)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, n° 35, maio de 2009.

⁵⁵² LEVI, Geovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Geovanni Levi nos traz a trajetória de Giovan Batista Chiesa, em uma pequena aldeia chamada Santena, e nos coloca problemas interessantes no que concerne às motivações e estratégias da ação política.

⁵⁵³ SLEMIAN, Andréa. “O supremo Tribunal de justiça nos primórdios do império do Brasil (1828-1841)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, n° 35, maio de 2009.

agenda de implantação de uma ordem constitucional para o Império. Em sua análise, uma série de reformas legislativas nos órgãos judiciários, que foram colocadas em prática no I Reinado esteve imersa em uma atmosfera de reformulação das bases políticas dos novos regimes no mundo atlântico, desde o final dos setecentos. A autora usou como fontes a legislação, os debates parlamentares, os relatórios dos ministros, sentenças do Supremo tomadas por meio da imprensa.

José Reinaldo de Lima Lopes⁵⁵⁴ investigou a definição do poder judiciário no momento em que se consolidava o Estado nacional brasileiro, cuja afirmação desse poder esteve ligada às idéias do judiciário em um regime constitucional e liberal. Para o autor, no II Reinado tivemos uma justiça administrativa (assembléia geral e poder moderador, via Conselho de Estado), o que afastou o Supremo de questões políticas, mas o afastamento não foi total, posto que houvesse conflito entre o judiciário e os outros poderes.

Paulo Macedo Garcia Neto⁵⁵⁵ analisou as reformas judiciária de 1871 e a eleitoral de 1881 (Lei Saraiva) que marcaram as tentativas de redefinição do papel do judiciário no arcabouço institucional brasileiro, bem como fez uma análise de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça nas duas últimas décadas do regime monárquico brasileiro. Cabe salientar que Lopes e Garcia Neto deram um enfoque de acordo com a sua especialização na área de Direito, apesar de trabalharem a questão do poder judiciário e analisar algumas jurisprudências do Supremo Tribunal de Justiça, dentro do período do II Reinado, não trataram sobre o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal de Justiça.

Gladys Sabina Ribeiro⁵⁵⁶ que trabalhou com a questão do funcionamento do Supremo Tribunal Federal na República Velha a partir das mudanças na legislação após a sua instituição, mostrando como se desenhava e se redesenhava o papel dessa instituição, bem como analisou processos desse tribunal para tentar compreender ‘a conformação do Direito, do poder Judiciário e da aplicação da justiça’⁵⁵⁷.

⁵⁵⁴ LOPES, José Reinaldo de Lima. “O supremo tribunal de justiça no império (1840-1871)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, n° 35, maio de 2009.

⁵⁵⁵ GARCIA NETO, Paulo Macedo. “O judiciário no crepúsculo do império (1871-1889)”. In: SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, n° 35, maio de 2009.

⁵⁵⁶RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cidadania e luta por Direitos na República Velha: analisando processos do STF”. In: XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, Niterói. Usos do Passado, 2006. Esta comunicação mostra o resultado do projeto “Organização do acervo arquivístico da justiça federal – 2ª seção”, no período de 7/2004 a 6/2005.

⁵⁵⁷ Idem, p. 1.

Delton Meirelles e Luiz Cláudio Moreira Gomes⁵⁵⁸ analisaram a inserção dos juristas enquanto agente histórico quer pela participação na vida pública e na formação ideológica brasileira de 1832 a 1876, atentando para o fato de que ser bacharel em direito era mais do que frequentar um âmbito acadêmico consistindo numa oportunidade maior para entrar nos quadros da burocracia estatal.

Cabe destacar Maria Fernanda Vieira Martins, no seu livro ‘A Velha Arte de Governar’⁵⁵⁹, trabalhou com atuação e composição do Conselho de Estado, no qual temos um apanhado sobre a instituição: a origem, a formação dos conselheiros, como era a nomeação, a composição, representação partidária, a constituição e funcionamento do Conselho de Estado.

Não teria como deixar de falar, do Eduardo Spiller Pena⁵⁶⁰ que analisou o papel do IAB (Instituto dos Advogados do Brasil fundado em 1843) na sua missão de estabelecer normas para o exercício da advocacia, a discussão de questões jurídicas que surgiram dentro dos tribunais e que a criação de um ‘modelo ideal de ser advogado’ estava inserida num processo mais amplo de centralização e consolidação do Estado Nacional. Em sua obra *Pajens da casa imperial*⁵⁶¹ traz o embate da hermenêutica dos jurisconsultos dentro do IAB a respeito da lei de do Ventre Livre (1871).

Outra instituição que recebeu um estudo além do Supremo Tribunal de Justiça, do STF, do IAB e do Conselho de Estado foi o Júri. Adriana Pereira Campos e Viviani Dal Piero Betzel⁵⁶² discute o funcionamento e a composição do tribunal do júri na província do Espírito Santo na segunda metade do século XIX, bem como o papel da mesma para a construção de um consenso do que deve receber punição estatal e as modificações que acarretaram a diminuição do poder e influência desta instituição.

⁵⁵⁸ MEIRELES, Delton, GOMES, Luiz Cláudio Moreira. “Magistrados e processo: impressões da literatura jurídica nacional (1832 a 1876)”, In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo-RS. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007.

⁵⁵⁹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: Um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. Apesar do Conselho de Estado não ser uma instituição jurídica, pois pertence ao Poder Executivo, este trabalho contribui para a metodologia da pesquisa.

⁵⁶⁰ PENA, Eduardo Spiller. *Ser advogado no Brasil Império: Uniformização e disciplina do discurso Jurídico de formação*. Tuiuti: Ciência e Cultura, n.º. 23, FCHLA 03, p. 55-68, Curitiba, outubro de 2001.

⁵⁶¹ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

⁵⁶² CAMPOS, Adriana Pereira, BETZEL, Viviani Dal Piero. “O júri no Brasil Império: Polêmicas e desafios”. In: *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 227-256.

Andréa Slemian⁵⁶³ atenta para o fato de que houve um programa de reformas, em especial de 1826 a 1833, através da criação de órgãos e instituições que tinham o escopo de valorizar a eficácia estatal na construção de uma ordem nacional. E houve importantes medidas dentro do poder judiciário, dentre elas a criação do Supremo Tribunal de Justiça.

Vale lembrar Vantuil Pereira⁵⁶⁴ que nos trouxe uma importante contribuição para pensarmos na discussão dos direitos do cidadão no que pode ser considerado um dos seus melhores exercícios, qual seja, o direito de petição, que decorre de um longo processo de consolidação. Para esse autor, no Brasil o movimento peticionário possibilitou o amadurecimento e o desabrochar da sociedade civil, o que não seria possível se as primeiras medidas para construção do Estado Imperial não tivesse sido tomadas, quais sejam a criação dos juizados de paz, do Supremo Tribunal de Justiça, da guarda Nacional e o Código criminal.

Temos também o trabalho de Ruth Gauer⁵⁶⁵ que traz indícios para começarmos a pensar como foi a atuação dos bacharéis em direito (apesar de analisar somente os egressos da faculdade de Coimbra) no processo político da organização do Estado através de múltiplas ações que estão longe de se caracterizarem como homogêneas e retrógradas, uma vez que, demonstraram uma perspectiva de mudança e inovação mesmo ante a instabilidade política vivida no final do século XVIII e início do século XIX.

A criação do Supremo Tribunal de Justiça

O Supremo Tribunal de Justiça foi criado no contexto da vinda da família real portuguesa para o Brasil; em decorrência da invasão das tropas napoleônicas, se tornou inviável a remessa de autos e apelações para a Casa da Supplicação de Lisboa. Assim, o então príncipe regente, D. João através de um alvará de 10 de maio de 1808, transformou a Relação do Rio de Janeiro em Casa da Supplicação do Brasil:

I. A Relação desta cidade se denominara Casa da Supplicação do Brazil, e será considerada como Supremo Tribunal de Justiça; para se findarem ali todos os pleitos

⁵⁶³ SLEMIAN, Andréa. “À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do processo Penal na primeira década do Império do Brasil”. In: *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 175-205.

⁵⁶⁴ PEREIRA, Vantuil. “Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)”. In: *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 97-129.

⁵⁶⁵ GAUER, Ruth. “A concepção de ética e a sedução da razão na formação da elite letrada luso-brasileira”. In: Anais do IX Encontro Estadual de História ANPUH- RS, 2008, Porto Alegre. *Vestígios do Passado: a história e suas fontes*, 2008.

em ultima instancia, por maior que seja o seu valor, sem que das últimas sentenças proferidas em qualquer das Mezas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso, que não seja o das Revistas nos termos restrictos do que se acha disposto nas Minhas Ordenações, Leis, e mais Disposições. E terão os ministros a mesma alçada que tem os da Casa da Supplicação de Lisboa⁵⁶⁶.

A Constituição de 1824 outorgada por D. Pedro I foi um avanço no sentido de propiciar uma organização da justiça brasileira, estabelecendo a independência do Poder Judiciário e ao trazer diretrizes sobre a criação de um tribunal superior. O artigo 163 da Constituição de 1824 tinha a seguinte disposição:

Na capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como das demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de – Supremo Tribunal de Justiça – composto por Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Título do Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir⁵⁶⁷.

O referido preceito constitucional foi cumprido com a sanção da Lei de 18 de setembro de 1828 pelo Imperador D. Pedro I, que dispõe sobre o Supremo Tribunal de Justiça e suas atribuições.

A estruturação do poder judiciário só teve início em 1828, com a criação do Supremo Tribunal de Justiça⁵⁶⁸, que foi instalado no ano seguinte com 17 juízes letrados, as principais atribuições eram conceder ou denegar revistas nas causas julgadas pelos tribunais da relação nas hipóteses de práticas de atos nulos ou de notória injustiça. Cabe salientar que, no momento em que está sendo implantado este tribunal, esta em discussão no Parlamento Brasileiro o projeto dos códigos criminal de 1830 e do processo criminal de 1832.

O Supremo Tribunal de Justiça:

Atribuições, competência e funcionamento.

O Supremo Tribunal de Justiça foi criado com a promulgação da lei de 18 de Setembro de 1828 pelo então imperador D. Pedro I. esse tribunal era composto por dezessete

⁵⁶⁶ Apud CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume II, Da Restauração Portuguesa ao Grito do Ipiranga*, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

⁵⁶⁷ Apud CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III, Independência e Constitucionalismo*, 3ª edição. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

⁵⁶⁸ GRINBERG, Keila. “Verbete Justiça”. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, Objetiva, 2002.

juizes letrados que provinham das Relações pelo critério de antiguidade, que recebiam o títulos de Conselheiros, usavam becas e recebiam o tratamento de excelência e tinham como vencimento 4:000\$000 sem nenhuma verba remuneratória a mais.

Cabe salientar, que os mesmos estavam impedidos de exercer qualquer outra atividade remunerada ou não, exceto na hipótese de ser membro do Poder Legislativo, os conselheiros podiam se ausentar das sessões do Supremo Tribunal para comparecer á Câmara dos Deputados ou ao Senado⁵⁶⁹.

A lei de 18 de setembro de 1828 que criou o Supremo Tribunal de Justiça e delimitou as suas atribuições em seu art. 1º diz:

O Supremo Tribunal de Justiça será composto por dezasete Juizes letrados, tirados das Relações por suas antiguidades, e serão condecorados com o titulo do Conselho; usarão de béca, e capa; e terão o tratamento de excellencia, e o ordenado de 4:000\$000 sem outro algum emolumento, ou propina. E não poderão exercitar outro algum emprego, salvo de membro do poder legislativo, nem accumular outro algum ordenado⁵⁷⁰.

A presidência do referido tribunal era mudada a cada três anos feita pela discricionariedade do imperador⁵⁷¹. Nessa ocasião o presidente fazia um juramento de cumprir fielmente os deveres de seu cargo, quais sejam dirigir os trabalhos dentro do tribunal, manter a ordem, e fazer executar o regimento; distribuir processos; fazer em livro próprio, e por ele rubricado a matricula de todos os magistrados que tinham a intenção de compor o Supremo Tribunal de Justiça; informar ao governo dos magistrados a nomeação de uma pessoa idônea para secretario do tribunal; advertir os tribunais caso não cumpram os seus officios; expedir portarias para a execução das resoluções e sentenças do tribunal e convocar os dias para conferencias extraordinárias⁵⁷².

⁵⁶⁹ O Conselheiro Candido José de Araújo Vianna se ausentou na sessão do dia 18 de Dezembro de 1849 para assistir as duas sessões do Senado. Ata do Supremo Tribunal de Justiça do dia 18/12/1849. In: Livro Atas de Julgamento do Supremo Tribunal de Justiça (1849 à 1851), páginas 14-15, o referido livro se encontra na Seção de Arquivo do Supremo Tribunal Federal em Brasília/DF.

⁵⁷⁰ Lei de 18 de Setembro de 1828, In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*, s.p.

⁵⁷¹ Durante todo período de funcionamento do Supremo Tribunal de Justiça foram eleitos 11 presidentes, quais sejam: José Albano Fragoso, Lucas Antônio Monteiro de Barros, José Bernardo Figueiredo, Francisco de Paula Pereira Duarte, Manoel Pinto Ribeiro Pereira Sampaio, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Joaquim Marcelino Brito, João Antonio de Vasconcelos, Albino José Barboza de Oliveira, Manoel Jesus Valdetaro, João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato. Fonte: Banco de dados feito com as informações tiradas do site do Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/ministro.asp?periodo=stj&tipo=alfabetico>.

⁵⁷² O artigo 4º da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz a competência dos presidentes do Supremo tribunal de Justiça, In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*. s.p.

As principais competências do Supremo Tribunal de Justiça foram conceder ou denegar revistas nas causas, e pela maneira que a lei de 18 de setembro de 1828 determina; conhecer dos delitos, dos erros de ofício praticados por seus ministros, os ministros das relações, dos encarregados pelo corpo diplomático e pelos presidentes de província⁵⁷³; conhecer e decidir sobre os conflitos de jurisdição, e competência das relações das províncias⁵⁷⁴ e conceder hábeas corpus.

Esta última competência está expressa no Código do Processo do Império do Brasil em seu artigo O artigo 8º do Código do Processo do Império do Brasil:

Da decisão que concede a soltura em consequência de hábeas corpus. É somente competente para conceder hábeas corpus o juiz superior ao que decretou a prisão. São superiores para esse fim aos juizes de paz, subdelegados, delegados e juizes municipaes, os juizes de direito, as Relações e o Supremo Tribunal de Justiça⁵⁷⁵.

O Supremo Tribunal de Justiça indeferiu a petição de hábeas corpus impetrada pelo advogado Carlos Augusto de Carvalho em favor do paciente Martinho José dos Prazeres, o referido tribunal indeferiu a petição sobre o argumento de não haver fundo legal para a concessão do hábeas corpus⁵⁷⁶.

Cabe salientar que essas revistas só eram concedidas nas hipóteses de ‘nulidade manifesta e injustiça notória’ nas sentenças proferidas pelos juízos abaixo, sendo assim a competência do Supremo Tribunal de Justiça era de foro privilegiado cabendo a sua atuação somente nos casos estritamente previstos em lei. O supremo Tribunal aceitou o recurso interposto por Manoel Silvestre da Fonseca Ribeiro com base na hipótese de nulidade manifesta:

⁵⁷³ É competência do Supremo Tribunal de Justiça averiguar a culpa dos empregados públicos nos crimes de responsabilidade, com forme disposição expressa do artigo 155§1º do Código do Processo do Império do Brasil. FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. *Código do processo do Império do Brasil e todas as leis que posteriormente foram promulgadas, e bem assim todos os decretos expedidos pelo poder executivo, relativamente as mesmas leis, tendo em notas todos os avisos que entendem com a matéria do texto e também os accordãos do Supremo Tribunal e das relações do Império, que explicarão a doutrina das diversas leis e regulamentos e ensinão a melhor prática*, Tomo I, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874, p. 83.

⁵⁷⁴ O artigo 5º da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz a competência dos presidentes do Supremo tribunal de Justiça, bem como ela se encontra no artigo 164 da Constituição do Império de 1824. In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*, s.p.

⁵⁷⁵ FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. *Código do processo do Império do Brasil e todas as leis que posteriormente foram promulgadas, e bem assim todos os decretos expedidos pelo poder executivo, relativamente as mesmas leis, tendo em notas todos os avisos que entendem com a matéria do texto e também os accordãos do Supremo Tribunal e das relações do Império, que explicarão a doutrina das diversas leis e regulamentos e ensinão a melhor prática*, Tomo II, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874, p. 169.

⁵⁷⁶ Petição de hábeas corpus nº 652 impetrada no dia 05/12/1888, impetrante: advogado Carlos Augusto de Carvalho e paciente: Martinho José dos Prazeres. Fonte: http://www.stf.jus.br/portal/cms/julgamentos_historicos.

24 a 28 de maio de 2010

No accordão de 6 de Julho de 1861, recorrente Manoel Silvestre da Fonseca Ribeiro e recorrida a justiça, disse o Supremo Tribunal:...”Nulidade manifesta, porque havendo sido accusado o recorrente por tres ordens de factos praticados em tempos diversos, e sendo esses factos de acção permanente e que deixão vestígios, como seião tiros dados e empregados em paredes, incêndio, destruições e mortes, não se ajuntou para servir de base ao procedimento, nos termos do art. 134 do Cód. Do Proc., 47 da Lei de 3 de dezembro de 1841 e 256 do respectivo Regulamento, o necessário corpo de delicto, não se havendo demonstrado que, ao tempo da formação da culpa, não existião esses vestígios, para ter lugar a disposição excepcional da ultima parte do mesmo artigo e do 257 do citado Regulamento. E se bem à fl., se juntasse o corpo de delicto, a que se procedeu no cadáver de F., esta junção, já depois de pronuncia e de sua sustentação à fl., não pode sanar a nulidade anterior ao processo⁵⁷⁷.

O Supremo Tribunal aceitou o recurso interposto por Joaquim José Barboza e pelo padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdexa com base na hipótese de injustiça notória:

O supremo tribunal de Justiça no Acc. De 20 de novembro de 1849, recorrente a justiça e recorridos Joaquim José Barboza e pelo padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdexa, diz: que se concede a revista por injustiça notória do Acc. A fl., que, julgando nullo o processo, mandou dar baixa na culpa aos recorridos, condemnados pela sentença dos jurados a fl.; porquanto, competindo tão somente às Relações em sentenças taes o julgar procedente o recurso e mandar proceder a novo jury, como claramente se deprehe de dos arts. 301 e 302 do Cód. Do Proc. Crim., excedeu sem duvida a Relação os limites da justiça, annullando o processo, e absolvendo os recorridos⁵⁷⁸.

O recurso ao Supremo Tribunal era concedido nas causas cíveis e criminaes quando verificados os requisitos da nulidade manifesta e injustiça notória, em regra as revistas não causavam a suspensão das execuções das penas exceto nas causas criminaes em que foram culminadas as penas de galés, degredo e pena de morte. A parte que quizer se valer do recurso da revista terá que manifestar pessoalmente ou por meio de procurador trazendo duas testemunhas. A referida manifestação teria que ser feita dentro do prazo de 10 dias a contar da publicação da sentença⁵⁷⁹, exceto nas causas crimes em que esse prazo pode ir até depois do cumprimento de sentença, na hipótese do punido quisesse comprovar a sua inocência.

Após a interposição do recurso de revista as partes têm o prazo de quinze dias⁵⁸⁰ para contestar por escrito o fundamento do recurso sem que seja feita uma produção probatória,

⁵⁷⁷ FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. *Código do processo do Império do Brasil e todas as leis que posteriormente forão promulgadas, e bem assim todos os decretos expedidos pelo poder executivo, relativamente as mesmas leis, tendo em notas todos os avisos que entendem com a matéria do texto e também os accordãos do Supremo Tribunal e das relações do Império, que explicarão a doutrina das diversas leis e regulamentos e ensinão a melhor prática*, Tomo I, p. 76.

⁵⁷⁸ Op cit, p. 131.

⁵⁷⁹ O artigo 9º da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz o prazo para a interposição do recurso de revista. In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*,s.p.

⁵⁸⁰ O artigo 10º da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz o prazo para contestar as razões do recurso de revista, In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*,s.p.

após a juntada das razões de recurso aos autos, os mesmos serem encaminhados ao secretário do Supremo Tribunal, que apresentara na sessão do tribunal e designará um ministro para ser o relator. Após a designação do relator que escolhera mais dois ministros irão fazer um exame preliminar e apresentar o recurso na sessão plena do tribunal com todos os ministros onde haverá um juízo de admissibilidade do recurso da revista concedendo-a ou não. Tal decisão será lavrada no livro para este fim designado e será publicada na imprensa⁵⁸¹, convém lembrar que todas as decisões prolatadas pelos tribunais brasileiros deveriam ser publicadas na imprensa desde que versarem sobre questões de interesse geral.

As sentenças (revistas) emitidas pelo Supremo foram tomadas por meio da imprensa. Isso porque um a decisão, de 25 de novembro de 1825, ordenava que as resoluções de interesse geral tomadas por todos os tribunais brasileiros fossem publicadas no Diário Fluminense – o periódico oficial do governo no Primeiro reinado, substituído na Regência pelo Correio Oficial – na mesma lógica de publicidade das decisões dos órgãos públicos que norteava a agenda constitucional⁵⁸².

As sessões do Supremo Tribunal de Justiça eram realizadas duas vezes por semana sem contar as extraordinárias, sendo que o quorum mínimo para deliberação seria o de mais de cinquenta por cento dos membros do tribunal. Nessas sessões os ministros se sentavam à direita do presidente.

A lei de 18 de setembro de 1828 que criou o Supremo Tribunal de Justiça e delimitou as suas atribuições em seu arts. 36 e 37^o dizem:

Art. 36 O tribunal terá duas conferencias por semana, além das extraordinárias, que o presidente determinar; e para haver conferencia será necessário que se reúna mais da metade do numero de membros”.

Art. 37 os ministros tomarão assento na mesa á direita, e esquerda do Presidente, contando-se por primeiro o que estiver à direita; e seguindo-se os mais até o ultimo da esquerda⁵⁸³.

Além dos ministros, outros empregados⁵⁸⁴ compunham o quadro funcional do Supremo Tribunal de Justiça. Temos o secretário que devera ser formado em direito que tem a função de escrever todos os processos e diligencias que forem feitas durante a s sessões,

⁵⁸¹ O artigo 13^o da Lei de 18 de Setembro de 1828 traz as condições de admissibilidade do recurso de revista. In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*, s.p.

⁵⁸² SLEMIAN, Andréa. “O supremo Tribunal de justiça nos primórdios do império do Brasil (1828-1841)”, p. 7.

⁵⁸³ CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*, s.p.

⁵⁸⁴ Os artigos 40 a 47 da Lei de 18 de Setembro de 1828 compõem o capítulo que versa sobre os empregados dos tribunais (quem são?, remuneração e atribuições). In: CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume III*.

sendo que haverá um oficial de secretário cujo salário é de 1:000\$000 que fará a função do secretário em caso de sua ausência ou por necessidade repentina. Temos também um tesoureiro que cumpre a função de porteiro e da limpeza e manutenção da sede do tribunal percebendo um rendimento de 800\$000 e o assistente de porteiro cujo salário é de 400\$000, que estão à disposição caso o tesoureiro não esteja na sessão.

Conclusão

O Supremo Tribunal de Justiça teve sua gênese em decorrência da inviabilidade da remessa de autos e apelações para Lisboa, após a vinda da família real para o Brasil. Assim, o então príncipe regente, D. João através de um alvará de 10 de maio de 1808, transformou a Relação do Rio de Janeiro em Casa da Suplicação do Brasil sendo que esta seria abolida e implantado o Supremo Tribunal em seu lugar.

A estruturação do poder judiciário só teve início com a criação do Supremo Tribunal de Justiça que era composto por 17 juízes letrados, as principais atribuições eram conceder ou denegar revistas nas causas julgadas pelos tribunais da relação nas hipóteses de práticas de atos nulos ou de notória injustiça.

A história do Supremo Tribunal de Justiça está marcada pela trajetória de uma geração de magistrados que se formou, intelectual, política e profissionalmente, posto que para o ingresso nessa magistratura requeriesse um letramento e uma experiência de prática jurídica.

A escolha do tema o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado se devem por algumas diretrizes distintas de fatores que permitem que essa pesquisa seja viável. A priori, temos as condições objetivas de pesquisa – a facilidade de acesso a fontes primárias⁵⁸⁵, quais sejam: Os Anais do Parlamento Brasileiro e os Relatórios Ministeriais, disponíveis on-line; a legislação da época que se encontra na Coleção Memória da Justiça Brasileira de Carlos Alberto Carrilo; o acervo judiciário do Arquivo do Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília que possui os processos, os documentos de apoio e processamento judiciário, tais como registros de tramitação, atas e ofícios referente às atividades do Supremo Tribunal de Justiça (1829 a 1890).

⁵⁸⁵Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/index.html>. Relatórios Ministeriais (1840-1889) disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html> Anais do Parlamento Brasileiro – Senado Federal. Disponível em: <http://www.senadofederal.gov.br/> publicações. As consultas à seção de arquivo do STF pode ser feita por consulta local ou à distância, nesta última hipótese pode ser feito por carta, pela internet, pelo telefone, fax ou e-mail.

Recentemente no segundo semestre de 2008, tivemos um Seminário Internacional⁵⁸⁶, onde a temática abordada foi ‘Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça’ percebemos que vários pesquisadores tem se dedicado ao estudo das instituições jurídicas.

Não existe, até o momento, alguma pesquisa que tenha se preocupado com o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal durante o Segundo Reinado, onde reside a sua originalidade, constituindo dessa forma, um interessante objeto de estudo. Estamos diante de uma oportunidade de estudarmos um tema que permite um fecundo debate que irá contribuir com a historiografia sobre a história do Segundo Reinado no Brasil.

Ao tratarmos sobre o funcionamento e a composição do Supremo Tribunal de Justiça no governo de D. Pedro II teremos o privilégio de trabalhar no período, no qual tivemos o maior número de ministros atuando neste tribunal⁵⁸⁷. Essa pesquisa deseja permitir um fecundo debate que irá contribuir para a historiografia no campo da história política no Brasil Império, bem como ensejar na pesquisa o trabalho com a vertente conceitual de ‘cultura política’⁵⁸⁸, proposta por Serge Berstein e pela relação entre biografia e contexto proposta por Geovanni Levi⁵⁸⁹.

Bibliografia

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

CAMPOS, Adriana Pereira, BETZEL, Viviani Dal Piero. “O júri no Brasil Império: Polêmicas e desafios”. In: *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 227-256.

CARRILO, Carlos Alberto. *Memória da Justiça Brasileira: Coletânea de Documentos do Volume II, III, 3ª edição*. Bahia: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Coordenador Científico e Editorial Des. Gersón Pereira dos Santos, 1993.

⁵⁸⁶ I Seminário Internacional Diálogos entre Direito e História: Cidadania e justiça, Niterói, de 28 a 30 de outubro de 2008, organização Edson Alvin e Gladys Sabina Ribeiro, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

⁵⁸⁷ Durante toda atuação do Supremo Tribunal de Justiça tivemos no total de 124 conselheiros, sendo que 100 foram nomeados no II Reinado e 24 foram nomeados no I Reinado.

⁵⁸⁸ BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. Entendendo cultura política no sentido do conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização política, resultante de um dinâmico e longo movimento de interações e acumulação de conhecimentos e práticas.

⁵⁸⁹ LEVI, Geovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*.

FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. *“Código do processo do Império do Brasil e todas as leis que posteriormente forão promulgadas, e bem assim todos os decretos expedidos pelo poder executivo, relativamente as mesmas leis, tendo em notas todos os avisos que entendem com a matéria do texto e também os accordãos do Supremo Tribunal e das relações do Império, que explicarão a doutrina das diversas leis e regulamentos e ensinão a melhor prática”*, Tomo I e II, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874.

GAUER, Ruth. “A concepção de ética e a sedução da razão na formação da elite letrada luso-brasileira”. In: Anais do IX Encontro Estadual de História ANPUH- RS, 2008, Porto Alegre. Vestígios do Passado: a história e suas fontes, 2008.

LEVI, Geovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: Um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MEIRELES, Delton, GOMES, Luiz Cláudio Moreira. *“Magistrados e processo: impressões da literatura jurídica nacional (1832 a 1876)”*, In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo-RS. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

_____. *Ser advogado no Brasil Império: Uniformização e disciplina do discurso Jurídico de formação*. Tuiuti: Ciência e Cultura, nº. 23, FCHLA 03, p. 55-68, Curitiba, outubro de 2001.

PEREIRA, Vantuil. *“Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)”*. In: *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 97-129.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *“Cidadania e luta por Direitos na República Velha: analisando processos do STF”*. In: XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, Niterói. Usos do Passado, 2006.

SLEMIAN, Andréa. *“À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do processo Penal na primeira década do Império do Brasil”*. In: *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, p. 175-205.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

SLEMIAN, Andréa, LOPES, José Reinaldo de lima, GARCIA NETO, Paulo Macedo. *O judiciário e o império do Brasil: o supremo tribunal de justiça (1828-1889)*. São Paulo: Artigos Direito GV, n° 35, maio de 2009.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, Objetiva, 2002.

Cavalos Perdidos e Vacas Achadas: reflexos da industrialização na mídia petropolitana do século XIX.

Pedro Paulo Aiello Mesquita *

Resumo: Analisa-se neste texto como eram tratados os anúncios na mídia no que concerne à perda de animais em Petrópolis no último quartel do século XIX. A hipótese é que no contexto pré-industrial havia maior pessoalidade nas relações sociais percebida na relação entre o animal perdido e o nome do dono a quem deveria ser devolvido, ao passo que nos anúncios da mesma natureza num estágio mais avançado da industrialização, os animais perdidos não são mais associados ao nome do dono e sim ao endereço em que devem ser devolvidos. Procedeu-se, portanto, a um estudo da industrialização do século XIX atendo-se em especial às relações dela advindas.

Palavras-chave: Mídia; Industrialização; Relações Sociais.

Résumé: On analyse à ce texte les annonces de perte d’animaux aux médias de la ville de Petrópolis à la dernière partie du XIXe. On défend l’idée que pendant l’époque pré-industrielle il avait une approximation plus grande parmi les gens d’après la relation de l’animal perdu et le nom du propriétaire à qui l’animal devrait être envoyé, différemment des annonces de la même nature à un étage plus développé de l’industrialisation, où les animaux ne sont plus associés au nom du propriétaire mais à l’adresse où il devrait être emmené. On procède, alors, à un étude de l’industrialisation au XIXe en voyant en spéciale les relations sociables venues de cette industrialisation.

Mots-clé : Média ; Industrialisation ; Relations Sociales.

Introdução

A relação entre o mundo do trabalho e a sociedade é percebida neste texto por meio da mídia escrita em Petrópolis no último quartel do século XIX. O objetivo é perceber como a industrialização, portanto uma nova forma de trabalho, acompanhada da urbanização e do

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora na linha de Poder, Mercado e Trabalho.

crescimento demográfico, constitui novas dinâmicas nas relações sociais. As fontes primárias, periódicos do período, serão as principais fontes empregadas, tendo-se leituras temáticas da industrialização do Brasil e em Petrópolis como as de Arias Neto⁵⁹⁰ e Ismênia de Lima Martins⁵⁹¹ como fundamentadoras da análise do período.

O que motiva a tal reflexão é a discussão historiográfica atual que trata das novas formas de organização social ocasionadas pela implementação das formas de trabalho assalariado. A esse respeito, cita-se Karl Polanyi⁵⁹² e Edward Thompson⁵⁹³ em especial. Em ambos os autores pode-se perceber que ocorrem duas formas distintas de organização social antes e após a consolidação do trabalho industrial. Em uma palavra, a sociedade pré-industrial compartilha um sentido maior de grupo, as estratégias coletivas ocorrem em um contexto no qual os indivíduos se identificam mais com a coletividade da qual fazem parte.

A consolidação das formas de trabalho industriais e as políticas advindas dessa nova esfera de trabalho parecem alterar tal quadro nas sociedades. Thompson⁵⁹⁴ analisa tal dinâmica na mudança populacional do campo para as cidades na Inglaterra no século XVIII em virtude dos *enclousures* e como os costumes camponeses e as lógicas grupais foram rearticuladas na nova realidade urbana e industrial. Polanyi⁵⁹⁵ analisa a mudança nas organizações sociais associada à implementação do sistema de mercado no século XIX quando “(...) o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade”⁵⁹⁶. Dessa forma, busca-se aqui, de forma sucinta, perceber como a industrialização em Petrópolis também alterou a lógica grupal.

Para tanto, alguns jornais da época em Petrópolis, com seus reclames de perdas de animais, podem dar indícios satisfatórios da mudança operada pela industrialização. Por meio desses anúncios, verifica-se um grau de impessoalidade maior após o crescimento da indústria e da cidade. A impessoalidade em si caracteriza-se como marca das sociedades urbanizadas, ou seja, o sentimento de grupo comum às sociedades pré-industriais cede espaço a grupos

⁵⁹⁰ ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República; economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵⁹¹ MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a história da industrialização em Petrópolis. 1850-1930**. Gráfica da Universidade Católica de Petrópolis: Petrópolis, 1983.

⁵⁹² POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier. 2000

⁵⁹³ THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras. 2005

⁵⁹⁴ THOMPSON, Edward P. Op. Cit. Ver sobretudo o capítulo 4 “Economia Moral”.

⁵⁹⁵ POLANYI, Karl. Op.Cit. Ver sobretudo o capítulo 3: Habitação versus progresso e capítulo 4: Sociedades e sistemas econômicos. PP:51-75

⁵⁹⁶ POLANYI, Karl. Op.Cit. p.97

cada vez mais reduzidos de pessoas que se fecham em grupos de interesse, o que remete a um aumento do individualismo e do anonimato entre os indivíduos que compartilham a mesma sociedade.

Na primeira parte do texto são apresentadas algumas reflexões a respeito da industrialização brasileira e petropolitana no século XIX com o objetivo de situar a problemática no interior do contexto histórico modernizante do período. Na segunda parte são vistas de forma específica as reportagens de jornal com o objetivo de perceber a representação social que ilustra as modificações ocorridas no interior da sociedade em questão em virtude das novas formas de organização do trabalho e das dinâmicas sociais advindas do crescimento urbano e demográfico.

Industrialização do século XIX

No contexto dos últimos anos do século XIX a produção e as exportações em massa de café promoveram o que se poderia chamar de acumulação primitiva de capitais, fazendo com que a indústria no Brasil desse ar à existência. O capital dos grandes fazendeiros era reaplicado no setor industrial de São Paulo ou como afirma Wilson Cano “ A nascente indústria paulista, embora subordinada ao capital cafeeiro, beneficiava-se duplamente: recebia o mercado criado pelo café, ao mesmo tempo em que dispunha de condições de trabalho barato e abundante.”⁵⁹⁷

A base que o setor cafeeiro forneceu para a indústria em São Paulo resultou na possibilidade de um crescimento mais acentuado naquele Estado que no restante do país no mesmo período. O Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul acompanhavam São Paulo na modernização produtiva conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Número de operários nos estados mais industrializados no início do Século XX⁵⁹⁸.

1907	1920
O Brasil contava com 149 018	O Brasil contava com 275 514
operários	operários.
	1° SP: 83 998

⁵⁹⁷ CANO, Wilson, Apud KUGELMAS, Eduardo. Café, Indústria e a Belle Époque. In: **Nosso Século**. Volume 1 1910-1930. São Paulo: Abril Editores. 1981 p.134.

⁵⁹⁸ MUNHOZ, Fábio. Imigrantes. In: **Nosso Século**. 1910-1930. São Paulo: Abril p.84

2° RJ: 56 661
3° RS: 24 661

A tabela indica o predomínio dos três estados no despontar do século XX ilustrando o desenvolvimento fabril que vinha se processando desde o século XIX.

O modelo de industrialização paulista, caracterizado pelo súbito crescimento apoiado pelo setor cafeeiro, não pode, por sua vez, ser considerado o único modelo nacional de implementação da indústria no Brasil. A esse respeito, Arias Neto⁵⁹⁹ alerta com bastante clareza a tendência de se generalizar o “modelo paulista” de urbanização e industrialização com o restante do país ao não se considerar as particularidades regionais e fazendo de São Paulo “um modelo a ser seguido. A imagem de São Paulo como locomotiva do Brasil, arrastando uma série de vagões vazios”. Além disso, o autor é incisivo em mostrar que a industrialização no Brasil vinha em um processo iniciado em 1860 que “propugnava a inserção do Brasil na moderna civilização ocidental.”⁶⁰⁰ O autor salienta, dessa forma, que a tão recorrente associação da indústria com a República deve ser repensada frente à maior longevidade em que vinha o processo de industrializar o Brasil já em 1860, em pleno regime monárquico e que o modelo paulista de industrialização não é o único do Brasil, devendo ser, portanto, observadas as realidades locais de implementação do trabalho industrial.

Pode-se argumentar que no Estado do Rio de Janeiro a industrialização encontrou condições diferentes daquelas de São Paulo. A esse respeito, Maria Ismênia Martins⁶⁰¹ analisa que a transferência de capitais do setor cafeeiro para o setor industrial ocorreu, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro. Os demais municípios “comportavam-se como mais um elemento do complexo rural dominante, não apresentando densidade populacional nem condições para o estabelecimento de relações urbanas.”

Pode-se perceber uma realidade na qual a cidade carioca avoluma grande desenvolvimento e ao seu redor estavam inúmeros municípios rurais produtores de café no Século XIX.

O caso de Petrópolis, ao qual nos deteremos aqui com mais atenção, caracteriza-se por apresentar crescimento da indústria no último quartel do século XIX, ainda que mantivesse por muito tempo uma estrutura rural. O período de consolidação das primeiras indústrias vai

⁵⁹⁹ ARIAS NETO, José Miguel. Op. Cit p. 193

⁶⁰⁰ ARIAS NETO, José Miguel. Op. Cit p.199

⁶⁰¹ MARTINS, Ismênia de Lima. Op. Cit.pp.19-20

ao encontro do que Arias Neto⁶⁰² defende quanto à formação das primeiras indústrias antes da proclamação do regime republicano e alguns autores⁶⁰³ que estudam a industrialização do município atribuem à sua proximidade com o Rio de Janeiro a razão para o crescimento da indústria no final do século XIX.

Observações sobre a industrialização em Petrópolis

A cidade de Petrópolis foi fundada em 16 de março de 1843 com o projeto de hospedar a família real no verão e, principalmente, para ser uma colônia agrícola que fornecesse sua produção para a capital. Com o intuito de plantar, construir estradas, pavimentar e ocupar Petrópolis o major Julio Frederico Koeler, prussiano e engenheiro militar de d. Pedro II, organizou a colonização germânica do município. A data de 29 de junho de 1845 é referência para o início da colonização germânica com a chegada de 161 famílias de colonos. Naquele ano chegaram a Petrópolis 2338 pioneiros à cidade, marcando efetivamente sua ocupação inicial.⁶⁰⁴

A tentativa de fazer de Petrópolis uma colônia agrícola não foi bem sucedido na medida em que o relevo da região não dava mostras de ser o melhor para a atividade. “A agricultura, conforme observava Avé-Lallement em 1858, mostra-se impraticável, pois o solo era estéril, limitado e escarpado, cuidando-se mais da indústria.”⁶⁰⁵ Além da inviabilidade do relevo, a mão-de-obra germânica especializada foi um dos fatores que contribui para a industrialização petropolitana. Não há um condicionamento direto entre colonização germânica e industrialização, entretanto, parece evidente, que esse foi um dos fatores para a consolidação do trabalho industrial.

Pode-se citar como outros fatores para o desenvolvimento industrial de município a ampliação do mercado interno em virtude do crescimento proporcionado pela economia cafeeira, a política tarifária e cambial e a solução de problemas migratórios.⁶⁰⁶ Tudo isso aliado à proximidade com a cidade do Rio de Janeiro impulsionou o surgimento das indústrias, como a Companhia Petropolitana em 1873 e a Fábrica Dona Isabel de 1889.

⁶⁰² ARIAS NETO, José Miguel. Op. Cit. P.193

⁶⁰³ MARTINS, Ismênia de Lima. Op. Cit p. 4 e MAGALHÃES, J. César. A função industrial da indústria em Petrópolis. **Revista Brasileira de Geografia – IBGE** Ano I, n 28, janeiro-março 1966

⁶⁰⁴ TAULOIS, Antônio Eugênio. Apresentação: 150 anos da imperial colônia de Petrópolis. **150 anos de colonização alemã em Petrópolis**. Gráfica da Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis. 1995.

⁶⁰⁵ MARTINS, Ismênia de Lima. Op. Cit PP.8-9

⁶⁰⁶ MARTINS, Ismênia de Lima. Op. Cit P.13

Outros grupos sociais além dos germânicos estão associados à industrialização de Petrópolis. A Cia Petropolitana foi fundada por um cubano chamado Bernardo Caymari que valeu-se da vocação geográfica da cidade para investir na construção do empreendimento fabril no quarteirão batizado pelos alemães de “Quarteirão Westifália” e que logo foi renomeado de Cascatinha pelos operários em virtude das quedas d’água da região.

Percebe-se, portanto, que da forma de trabalho artesanal dos germânicos em pequenas oficinas no terceiro quartel do século XIX passa-se gradualmente a ter formas mais intensas de trabalho no último quartel do século XIX e início do século XX, principalmente nas indústrias têxteis como a São Pedro de Alcântara e a Cia Petropolitana, cujos corpos operários continham italianos e pessoas advindas de outras partes do Brasil.⁶⁰⁷

Esse crescimento gerou relações de conflito entre classes nas companhias têxteis nas quais se verifica um aumento de greves, piquetes e até assassinatos.

A cidade vinha se urbanizando no século XX e a sociedade mudando seu caráter rural e comunitário para assumir aspectos urbanizados e individualistas. Na seção seguinte pode-se especular a respeito dessas mudanças.

Cavalos perdidos e vacas achadas: a personalidade e o anonimato social em Petrópolis.

Nos dias de hoje não é raro encontrarmos reclames em postes e muros com cartazes nos quais vemos fotos de animais domésticos que foram perdidos ou fugiram. Seus donos no afã sentimental de recuperá-los buscam tal artefato na esperança de que alguém identifique o animal e forneça qualquer pista do mesmo. Essa realidade, entretanto, era bem presente na mídia petropolitana na virada do século XIX para o século XX, quando pessoas publicavam anúncios reclamando a perda ou informando ter achado algum animal.

⁶⁰⁷ MARTINS, Ismênia de Lima. Op. Cit P.48

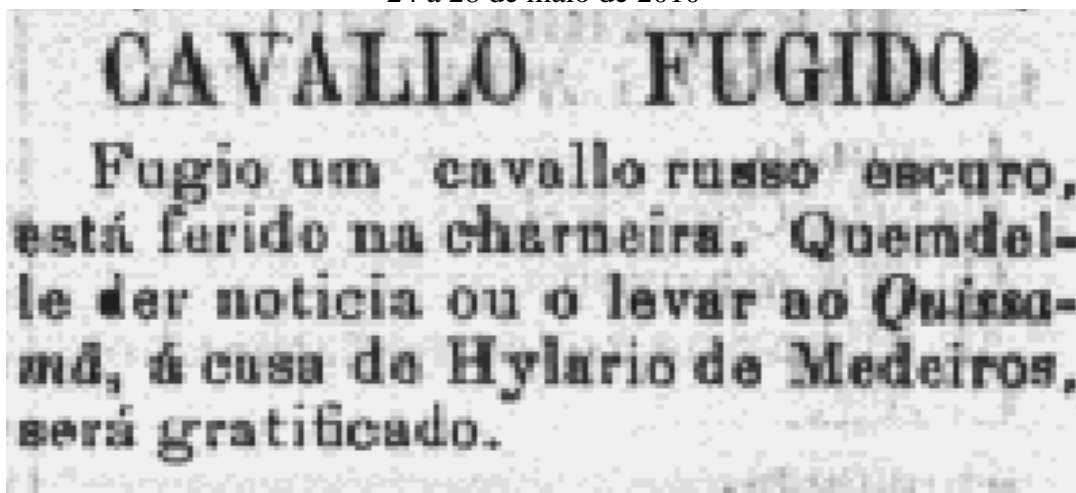


Figura 1; Cavallo Fugido. Gazeta de Petrópolis n.2 ano 1. – 04 de junho de 1892⁶⁰⁸

É interessante que não é o endereço tal como conhecemos, com o nome da rua, número da casa, entre outros que é passado como referência. O que há é a identificação do bairro e o nome do proprietário, presumindo uma personalidade maior nas relações sociais. Um anúncio da mesma natureza informa uma vaca achada:

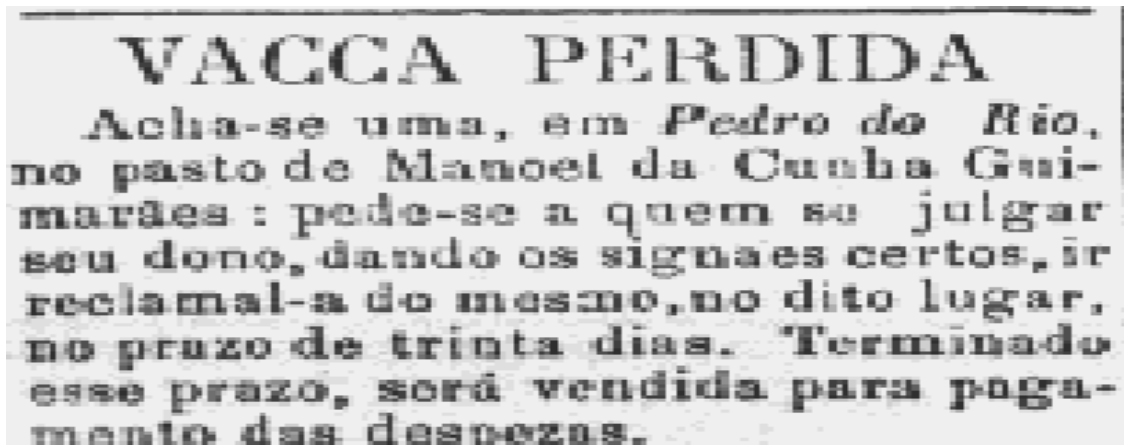


Figura 2; Vacca Perdida. Gazeta de Petrópolis. N2 Ano 1 04 de junho de 1892⁶⁰⁹

Nesse anúncio percebemos que é o nome da pessoa que achou a vaca que é dado como referência. Eis acima uma característica bem peculiar da mídia de uma cidade que ainda não

⁶⁰⁸ Anúncio publicado na Gazeta de Petrópolis nº.2 ano 1. -04 de junho de 1892. No original; “Cavallo Fugido. Fugio um Cavallo russo escuro, está ferido na charneira. Quem dele der notícia ou levar ao Quissamã, à casa de Hylario de Medeiros, será gratificado.”

⁶⁰⁹ Anúncio publicado na Gazeta de Petrópolis nº2 ano 1. 04 de junho de 1892. No original: “Vacca Perdida. Acha-se em Pedro do Rio, no pasto de Manoel da Cunha Guimarães; pede-se a quem se julgar seu dono, dando signaes certos, ir reclamal-a do mesmo, no dito lugar, no prazo de trinta dias. Terminado esse prazo, será vendida para pagamento das despesas.”

se apresenta com características de centro industrial. No nosso estudo é possível constatar a pessoalidade que havia com a mídia para solicitar favores referentes à perda de animais, como no caso acima, ou na perda de objetos. O fato das pessoas acreditarem na possibilidade de reaver tais bens em associá-los ao nome do proprietário que o reivindica, mostra que o caráter de comunidade pré-industrial era ainda mais acentuado que o caráter individualista marcado pelo anonimato frente ao grupo, típico das grandes cidades industrializadas.

De acordo com Boudon⁶¹⁰:

Nas sociedades tradicionais, dada a natureza pessoal da interação, os atores podem apoiar-se no conhecimento efetivo que têm uns dos outros para decidirem-se sobre os compromissos recíprocos ou sobre modalidades das respectivas interações. Nas sociedades modernas, o caráter impessoal das trocas leva a que os protagonistas tenham de recorrer a meios indiretos.

Em anúncios da outra natureza publicados naquela mesma semana também percebemos a pessoalidade da interação social;

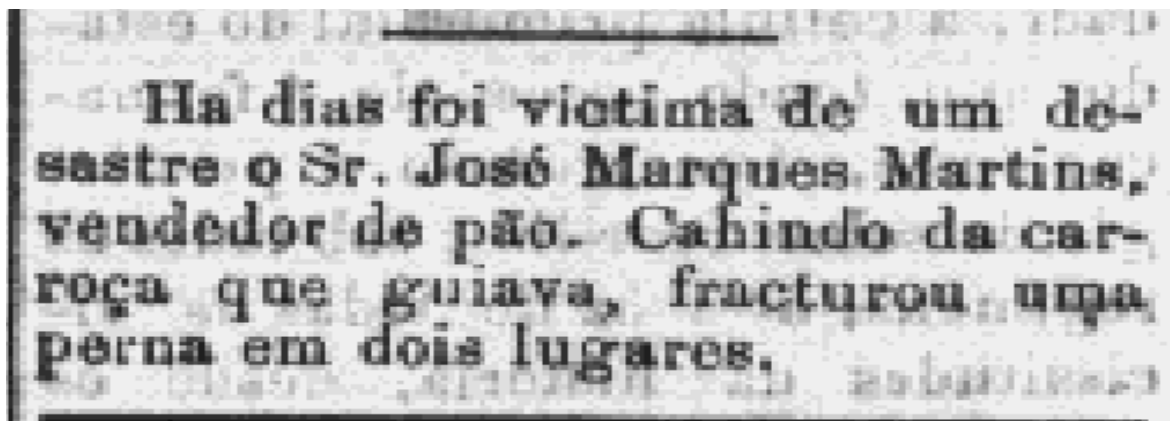


Figura 3; o desastre de José Marques Martins. Gazeta de Petrópolis n°2 Ano 1 07 de junho de 1892⁶¹¹

A nota acima é interessante por mostrar a relação direta entre tecnologia e os acidentes. Atualmente as tragédias com veículos automotores são recorrentes na mídia em geral e, no entanto, eis que percebe-se aqui um caso que envolve uma tragédia relacionada ao meio de locomoção contemporâneo ao século XIX numa cidade em vias de se industrializar e numa época em que o veículo como máquina estava muito longe da popularidade que tem

⁶¹⁰ BOUDON, Raymond. Verbete Ação. In: **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1995 p.39

⁶¹¹ Anúncio publicado na Gazeta de Petrópolis n°2 Ano 1. 07 de junho de 1892. No original: “ Há dias foi victima de um desastre o Sr. José Marques Martins, vendedor de pão. Cahindo da carroça que guiava, fracturou uma perna em dois lugares.”

atualmente. De novo, o nome do sujeito é dado e neste caso sua profissão é informada até mesmo como marca de sua função na sociedade.

Em um anúncio de perda de animal em um estágio mais avançado da industrialização de Petrópolis percebe-se uma impessoalidade maior;



Figura 3; cachorro desaparecido. Gazeta de Petrópolis. Nº2 ano 12 – 04 de janeiro de 1902⁶¹²

A partir deste reclame, após doze anos de rápido crescimento e industrialização petropolitana, pode-se perceber que há uma impessoalidade maior que aqueles verificados acima a respeito da perda de animais. Este não associa o animal ao nome do dono – tal como o do cavalo fugido – mas sim a um endereço, tal como nos anúncios dessa natureza nos dias de hoje e que ainda são comuns.

A industrialização acompanhada da industrialização promove um crescimento demográfico que leva à perda do sentido de comunidade para um sentido de impessoalidade social. Este é o principal argumento que se pretende ter mostrado neste texto.

Conclusão

As mudanças que o crescimento urbano e industrial causam em uma cidade são perceptíveis nas relações que seus agentes travam entre si. Neste texto procurou-se ilustrar por meio de algumas notas da mídia como em 10 anos de intenso processo de industrialização, a relação de personalidade tende a ser substituída pelo anonimato entre as pessoas no que tange à

⁶¹² Anúncio publicado na Gazeta de Petrópolis nº 2 ano 12 – 04 de janeiro de 1902. No original; “Cachorro Desaparecido. Da avenida 7 de Setembro n. 5, desapareceu um cão da raça Fox terrier, com duas malhas, na testa e no corpo, dá pelo nome de Jack e gratifica-se bem quem o levar a casa acima.”

perda de animais e a referência ao local onde deve ser devolvido ou procurado o animal perdido.

Certamente essa é apenas uma ilustração sumária das muitas que podem ser feitas das mudanças ocorridas na cidade industrializante de Petrópolis no período. O livro de Eugen Weber⁶¹³ estuda algumas mudanças efetuadas na sociedade francesa no final do século XIX em virtude da industrialização da urbanização. O autor situa tais mudanças no período no interior de uma série de transgressões de costumes e da vida moral da sociedade e aponta que tais transgressões – tais como o aumento do fumo, do alcoolismo, da prostituição, dos crimes até a arte moderna – eram considerados infames ou “fin-de-siècle” pela elite pensante e tradicional, cunhando a expressão que o autor usa no título.

Os jornais também passam a ter práticas fin-de-siècle quando “o Petit-Journal, que custava cinco centavos, quando os outros custavam duas ou três vezes mais, logo descobriu que um bom escândalo ou assassinato podia elevar em muito as vendas”⁶¹⁴ O aumento da população dava margem às ocorrências cujas reportagens eram de interesse para esse público.

Mesmo levando-se em conta as peculiaridades da industrialização brasileira frente a dos países europeus no século XIX, seja na intensidade e nos modelos adotados, algumas relações são vistas no comportamento social em vista do incremento das formas de produção industriais e suas consequências. Em Petrópolis, tais ocorrências da crescente sociedade industrializante também eram tratadas pela mídia, diferentemente dos jornais de períodos anteriores, que se fechavam em discussões políticas e anúncios comerciais, sem grande atenção às ocorrências do “povo”. O “povo” passa a ser representado na mídia petropolitana no contexto da industrialização:

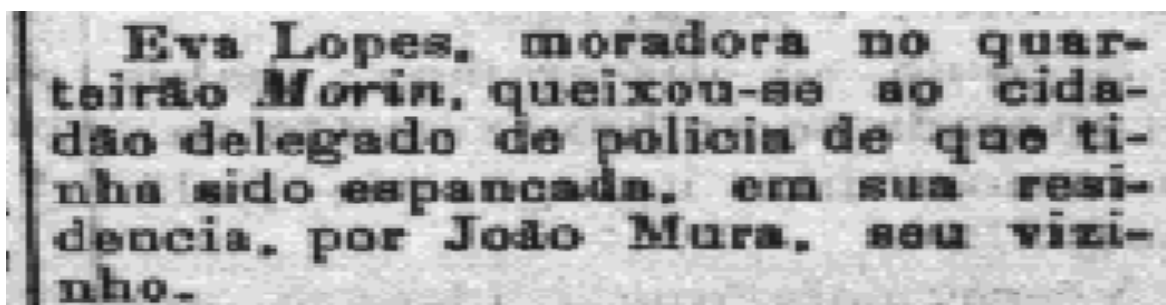


Figura 4. Gazeta de Petrópolis. Nº2 07 de junho de 1892⁶¹⁵

⁶¹³ WEBER, Eugen. **França, Fin-de-Siècle**. São Paulo : Cia das Letras. 1995

⁶¹⁴ WEBER, Eugen. Op. Cit. P.40

⁶¹⁵ Anúncio publicado na Gazeta de Petrópolis. Nº2 07 de junho de 1892.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

A ocorrência em muito se assemelha às que estão nas manchetes e no interior dos periódicos da nossa realidade, que parecem ter ficado mais acentuadas na medida que a urbanização e o crescimento dos setores secundários e terciários também se acentuaram no século XX.

Fontes

A) Referências Bibliográficas

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República; economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1995

CANO, Wilson, Apud KUGELMAS, Eduardo. Café, Indústria e a Belle Époque. In: **Nosso Século.** Volume 1 1910-1930. São Paulo: Abril Editores. 1981

MAGALHÃES, J. César. A função industrial da indústria em Petrópolis. **Revista Brasileira de Geografia – IBGE** Ano I, n 28, janeiro-março 1966

MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a história da industrialização em Petrópolis. 1850-1930.** Gráfica da Universidade Católica de Petrópolis: Petrópolis, 1983.

MUNHOZ, Fábio. Imigrantes. In: **Nosso Século.** 1910-1930. São Paulo: Abril

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação.** As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier. 2000

TAULOIS, Antônio Eugênio. Apresentação: 150 anos da imperial colônia de Petrópolis. **150 anos de colonização alemã em Petrópolis.** Gráfica da Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis. 1995.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Cia das Letras. 2005

WEBER, Eugen. **França, Fin-de-Siècle.** São Paulo : Cia das Letras. 1995

B) Periódicos:

Gazeta de Petrópolis. N°2 07 de junho de 1892

Gazeta de Petrópolis. N° 2 ano 12 – 04 de janeiro de 1902

Estabilidade Política no Brasil Monárquico

A Revolta Liberal de 1842 em Minas Gerais: contestação e memória

Bruna de Oliveira Fonseca

Fernanda Chaves Gherardi*

Resumo: A comunicação refere-se aos resultados obtidos, até o momento, com a pesquisa de Iniciação Científica intitulada *A Revolta Liberal de 1842, em Minas Gerais*. Partindo de uma ótica periférica, procuramos entender o papel das elites provinciais mineiras no contexto de Construção do Estado e da Nação brasileira, particularmente, na Revolta Liberal de 1842. Para tanto, foram utilizados os documentos publicados pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*, bem como memórias produzidas pelos revoltosos Teófilo Benedito Ottoni e José Antônio Marinho, bem como a do Francisco de Paula Ferreira de Rezende.

Palavras-chave: Brasil, século XIX; formação do Estado; construção da nação; Revolta Liberal de 1842.

Abstract: The communication deals with the results obtained from research of Scientific Initiation entitled *The Liberal Revolt of 1842, in Minas Gerais*. Starting from a peripheral perspective, we understand the role of elites in the context of provincial mining State Building and Nation in Brazil, particularly in the Liberal Revolt of 1842. Were used in documents published by the journal *Public File Miner*, and memories produced by liberals Teófilo Benedito Ottoni and José Antônio Marinho, and Francisco de Paula Ferreira de Rezende.

Keywords: Brazil, the nineteenth century; state formation; nation building; Liberal Revolt of 1842.

Introdução

A presente comunicação vincula-se ao projeto de Iniciação Científica *A Revolta Liberal de 1842, em Minas Gerais*⁶¹⁶. Por se tratar de um projeto em andamento, salientamos

* Alunas de Graduação do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

a impossibilidade de apresentar resultados conclusivos. Dessa forma, a análise apresentada corresponde aos resultados parciais obtidos com a atividade de pesquisa.

A partir da pesquisa realizada até o momento, buscamos compreender quais os principais pontos que compõem o cenário do conflito de 1842. Para tal, abrangemos o contexto de formação do estado e da nação no período imperial – marcado por disputas entre o projeto de unidade do território a partir de uma administração centralizada no Rio de Janeiro e os interesses autonomistas das elites provinciais. Partindo da ótica periférica, procuramos entender o papel das elites provinciais nesse processo e, particularmente, o papel da elite mineira.

A Revolta Liberal de 1842, em Minas Gerais, foi um movimento sedicioso decorrente da insatisfação dos integrantes da corrente Liberal com o Ministério Imperial, que tomou diversas medidas centralizadoras e dissolveu a Assembléia Geral, provocando a revolta dos Liberais, que partiram para a luta armada em São Paulo e Minas Gerais. Reivindicavam, principalmente, o fim da Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834 e das reformas do Código do Processo Criminal de 1841.⁶¹⁷ Além disso, defendiam a restituição dos cargos do judiciário local e o fim Conselho de Estado.⁶¹⁸ Através desse conflito, buscaremos demonstrar a importância e o papel da província mineira dentro do arranjo político-institucional do Império Brasileiro no século XIX.

Com esse intento, nos apoiaremos nas contribuições da historiografia recente, que percebe a construção do Estado nacional e da unidade do território como o resultado de choques e negociações entre as elites regionais, configurando esse arranjo político-institucional; bem como analisaremos fontes primárias, tais como as memórias daqueles que, de certa forma, foram envolvidos pelo embate: a *Circular* de Teófilo Ottoni, *Minhas Recordações* de Francisco de Paula Ferreira de Rezende e a memória do cônego José Antônio Marinho; além da História da Revolução de Minas Gerais, em 1842, publicada pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Buscamos relacioná-las, para melhor traçar uma trajetória da ação.

⁶¹⁶ Projeto de pesquisa, no qual atuamos como bolsistas de Iniciação Científica, sob a orientação do Professor Dr. Alexandre Mansur Barata, patrocinado pela CNPQ e PROPESQ-UFJF.

⁶¹⁷ História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 15, 1910. p. 182.

⁶¹⁸ OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2o. distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura**. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos e Octaviano, 1860.

Centralização ou autonomia?

Através da análise das principais interpretações sobre o processo de construção do Estado e da nação no Brasil, percebemos que a tensão entre centralização no Rio de Janeiro e autonomia provincial permeia a maior parte desse debate.

José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff de Mattos defendem, apesar das diferenças teórico-metodológicas, a vitória de um projeto político unitário e centralizado no Rio de Janeiro. Para Carvalho, a unidade e centralização do Império é obra de uma elite política dotada de certa homogeneidade ideológica, alcançada através da sociabilidade, ocupação política e educação em Coimbra.⁶¹⁹ Já para Mattos, o processo de construção do Estado implicou também no processo de construção da classe senhorial apresentando-se, sobretudo, “por meio da figura do imperador” e, em segundo plano, por meio de diversos elementos “agrupados em segmentos que parecem estar dispostos em círculos concêntricos traçados a partir do Paço”.⁶²⁰ “O círculo dos mais próximos” – grupo “saquarema” – pretendia representar o Estado através de um projeto político, defensor da centralização monárquica constitucional, que conseguiu aglutinar os “mais distantes”, por meio do “círculo intermediário”.⁶²¹

Por outro lado, Richard Graham e Miriam Dolhnikoff, em trabalhos distintos, propuseram uma análise ao contrário: das províncias para o centro. Graham acredita que as elites locais, dispersas pelas diversas províncias do país, se constituíram como cidadãos ativas ao tomarem para si a iniciativa de construir um Estado que lhes garantisse uma atuação de poder dentro de suas províncias, através de uma rede clientelar.⁶²² Dolhnikoff defende que os liberais da regência articularam um projeto de Estado centrado na monarquia federativa constitucional. Dessa maneira, na Câmara dos Deputados, os grupos provinciais se envolveram na construção do Estado para preservar o controle sobre suas províncias e, ao mesmo tempo, influenciar as decisões do governo central.⁶²³ Esse projeto teria mesclado

⁶¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-UFRJ, 1996. p. 20-48.

⁶²⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema – a formação do Estado Imperial**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990. p. 180.

⁶²¹ _____. O lavrador e o Construtor: o Visconde do Uruguai e a construção do estado Imperial. In: Prado, Maria Emilia (Org.). **O Estado como Vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista**. Rio de Janeiro: ACESS, 1999. p. 199.

⁶²² GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre Classe, Cultura e Estado. In: **Diálogos**. DHI/UEM: v. 5, n. 1, 2001. p. 11-47.

⁶²³ DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005. p. 14-285.

autonomia e unidade, como o resultado de um longo processo de negociação e conciliação, que foi capaz de resolver as constantes tensões do século XIX brasileiro entre governo regional e governo central.⁶²⁴

Quatro interpretações diferenciadas metodologicamente, que buscam entender o embate entre centralização e autonomia provincial. Cabe apenas lembrar que todos convergem quando entendem que muitas pessoas eram excluídas desse processo, como negros, pobres e mulheres.

A Província de Minas e o debate

A política de negociação e conciliação mesclou autonomia provincial e unidade político-administrativa, arranjo que envolveu as diversas elites regionais. No século XIX, a província de Minas Gerais se caracterizava por uma sociedade majoritariamente urbana e por uma economia diversificada. Segundo Venâncio, o extrativismo mineral, não tão abundante como no século XVIII, passou a conviver com a produção voltada para o mercado interno.⁶²⁵

Essa sociedade urbana e produtora de gêneros alimentícios, de acordo com Wlamir Silva, teceu uma elite política peculiar, em que se destacaram os proprietários de terra, de escravos e os comerciantes. O autor ressalta que estes grupos se alinharam, apesar de suas especificidades.⁶²⁶ Silva também destaca a heterogeneidade da formação dos políticos mineiros – padres, magistrados, professores, autodidatas dentre outros.⁶²⁷ Apesar do período retratado em sua obra não abarcar nossa periodização, o autor traça um painel de atuação dos liberais mineiros, durante o primeiro reinado e o período regencial, dentre os quais podem ser citados José Antônio Marinho, Teófilo Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, que também atuaram na Revolta Liberal de 1842.

A revolta liberal de 1842

⁶²⁴ HOLANDA, Sérgio B. de. História geral da civilização brasileira. 6ª ed. Tomo II, vol. 1 *apud* DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. In: **Almanack Braziliense** (artigos), nº 01, maio/2005. p. 81.

⁶²⁵ VENÂNCIO, Anderson. **A força do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais**. Franca, 2005. Dissertação de Mestrado. Ver também: LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.

⁶²⁶ SILVA, Wlamir. **Liberais e o Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: HUCITEC, 2009. p.104.

⁶²⁷ Idem. p. 106.

No dia 10 de junho de 1842, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha é convidado pela câmara municipal de Barbacena a assumir interinamente a presidência da província de Minas Gerais.⁶²⁸ Os membros do movimento político de Barbacena questionam a autoridade do então presidente da província Bernardo Jacinto da Veiga a quem acusam de estar associado à “facção”, de agir em causa própria, de iludir o imperador D. Pedro II, não permitindo que o imperador percebesse a censura promovida por esta facção à liberdade de seus súditos.⁶²⁹

As primeiras proclamações do governo interino de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha ressaltam que o movimento armado defendia, sobretudo, a Monarquia e a Constituição Liberal. O presidente interino endereçou uma proclamação e uma carta a D. Pedro II visando salientar que o movimento era em defesa da liberdade e que, portanto, não tinha o objetivo de atacar o trono, a monarquia e a constituição.⁶³⁰ A revolta liberal de 1842, em Minas Gerais, também tinha a finalidade de colaborar com a insurreição liberal de São Paulo, conforme haviam prometido os mineiros.⁶³¹

Ao recorrerem às armas, entendiam que as instituições que prezavam não estavam sendo respeitadas pela vigência das reformas – Lei de Interpretação do Ato Adicional e a reforma do Código de Processo Criminal de 1841. Circulares foram distribuídas pelas províncias conclamando a adesão das câmaras municipais ao movimento político e, em consequência, aquelas câmaras que aderissem não mais deveriam prestar obediência às autoridades criadas no regresso. O apelo às municipalidades surtiu efeito e, em meados de julho, a revolta já contava com a adesão de Barbacena, Pomba, Lavras, São João Del Rei, Oliveira, Santa Bárbara, Queluz, Bonfim, Aiuruoca, Baependi, Curvelo, Caeté, Sabará e Paracatu.

Embora os Liberais tenham somado algumas vitórias, dentre elas a da batalha de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), que enalteceu as forças rebeldes por ter sido uma vitória “maiúscula”, eles não avançaram para a então capital Ouro Preto, sendo para muitos o grande erro dos revoltosos.⁶³² Apesar dos vários embates bélicos, percebemos que a principal estratégia de ação, tanto dos legalistas quanto dos revoltosos, era promover a circulação de manifestos onde apelavam para a humanidade do inimigo e pediam a rendição de forma pacífica a fim de se evitar derramamento de sangue.

⁶²⁸ História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. p. 182.

⁶²⁹ MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: editora da UNB, 1978. p. 68.

⁶³⁰ Idem. p. 70.

⁶³¹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Coleção Documentos Brasileiros, n° 45. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987 (reedição da versão original, publicada em 1887). p. 144.

⁶³² Idem, p. 64.

Podemos perceber esta forma de atuação no manifesto do rebelde Manoel Francisco Pereira de Andrade. O documento ressaltava que o caráter da revolta era de defesa da constituição e do monarca e dizia não compreender porque cidadãos que defendiam o mesmo – a monarquia constitucional e o trono de D. Pedro II – se encontravam em luta de forma tão imprudente. Pediu para que se suspendessem as reformas com o intuito de evitar o prolongamento dessa guerra civil. O coronel terminou pedindo para que se interrompessem as hostilidades, pois “por desta forma pouparemos o sangue irmão, que deve ser para todo brasileiro de muito apreço”.⁶³³

O próprio Teófilo Ottoni, anos mais tarde, em sua *Circular* alegava ter proposto que, após a pacificação de São Paulo, os mineiros deveriam ter deposto as armas. Ottoni afirmava que, após a batalha de Queluz, os líderes liberais deveriam ter se entregado à clemência imperial “para evitar a effusão [sic] de sangue”.⁶³⁴

Ainda que o convencimento do inimigo, por meio de manifestos, tenha sido a principal estratégia, os confrontos militares não deixaram de ocorrer no movimento de 1842, sendo o maior confronto, entre rebeldes e legalistas, a batalha de Santa Luzia. Na noite anterior à batalha, o presidente interino e o comandante do exército se retiraram, deixando vaga a liderança do movimento. Mesmo que o comando tenha sido ocupado por Teófilo Ottoni, de acordo com José Antonio Marinho, a retirada de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha desarticulou os rebeldes, sendo um dos motivos da vitória de Luís Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias. Nessa batalha, alguns líderes foram presos, dentre eles, Teófilo Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho e Pedro Teixeira de Carvalho.

Conclusão

Derrotada, a Revolta Liberal de 1842 em Minas Gerais, não conseguiu atingir seus objetivos, dentre os quais destacamos a revogação das Leis do Regresso. E, além de ter seus objetivos frustrados, vários de seus líderes foram presos e esperaram por julgamento. De acordo com Ferreira de Rezende, os momentos de seu pai no cárcere à espera de julgamento foram muito difíceis, causando dificuldades financeiras, o que reverberou na saúde do autor, que passou a sofrer de moléstias, apresentando um estado físico bastante melindroso.⁶³⁵ Mas,

⁶³³ MARINHO, José Antônio. **Historia da Revolução de 1842**. p. 243-245.

⁶³⁴ OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular dedicada aos Srs. eleitores...** p. 105-106.

⁶³⁵ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. p. 166.

o mesmo Ferreira de Rezende relatou os momentos da prisão de seu pai e de outros revoltosos:

Aquela prisão, entretanto, *nada tinha de mortificante* e nem mesmo de desagradável, porque, tendo a vitória abrandado a fúria dos inimigos, em vez das imundas enxovias para as quais antes tinha descido tanta gente boa, os rebeldes tinham agora por prisão a sala livre e até mesmo a própria sala da câmara. *E como muitos eram os presos e todos pertencentes às melhores famílias do município*, não só a cadeia estava sempre cheia de visitas e distrações nunca faltavam, mas ainda gozavam todos de uma excelente mesa, visto que ia para cada preso a sua bandeja de comida que cada uma das famílias se esmerava em que fosse boa, e fazendo-se de tudo uma só mesa, comiam todos em comum. Ultimamente até se consentiu que as próprias mulheres dos presos lá fossem dormir; de sorte que *se não fosse a privação de liberdade e os receios do resultado final dos processos, bem se poderia dizer que, em vez de prisão, era antes aquilo uma verdadeira festa.*⁶³⁶ [Grifo nosso]

A partir da visão contraditória de Ferreira de Resende, inferimos que parte dos revoltosos, presos e indiciados, não sofreu tantos males, visto que o pertencimento ou as relações estabelecidas com as famílias abastardas da província os protegia. Por conseguinte, reforçamos que a pesquisa não constatou qualquer destaque para a participação de populares, colocando-os como conquistas dos líderes, para a formação de uma grande força contra a “facção” que cegava o Imperador e contra a inconstitucionalidade das Leis do Regresso.

Passado dois anos, no dia 29 de fevereiro de 1844, a anistia aos revoltosos de Minas e São Paulo foi proposta pelo Senhor Manoel Alves Branco – Ministro da Fazenda, e encarregado interinamente do Ministério da Justiça – a D. Pedro II e discutida no Conselho de Estado. Após a discussão, cinco conselheiros votaram pela anistia e apenas dois votaram contra. O Visconde de Abrantes justifica seu voto do seguinte modo:

Voto contra a anistia proposta porque a julgo inoportuna, perigosa, e como sinal de fraqueza do Governo [...] será ela a última prova (que outras têm sido infelizmente dadas) de que não há mais fácil, nem mais seguro meio, para que um bando de descontentes, ou uma minoria turbulenta alcance predomínio no Brasil, do que o de tomar as armas, resistir com elas ao Governo e à Lei, devastar, derramar sangue e saciar paixões brutais. Com o triunfo tudo se alcança, com a derrota nada se perde; pois cada um conta com a anistia usual.⁶³⁷

Apesar da ressalva feita pelo Visconde de Abrantes, a ata de 21 de março de 1844 relatou a leitura e a aprovação da ata da conferência precedente, constando que, naquela ocasião, o próprio Visconde de Abrantes apresentou escrito o seu voto relativo à anistia em

⁶³⁶ Idem. p. 162.

⁶³⁷ CONSELHO DE ESTADO. Ata de 29 de fevereiro de 1844.

favor dos envolvidos na rebelião das Províncias de São Paulo e Minas Gerais.⁶³⁸ Com isso, destacamos que os envolvidos no movimento sedicioso de Minas Gerais foram preteridos em um breve momento, para depois terem reconhecido seu lugar dentro da sociedade e da política do Império.

A pesquisa *A Revolta Liberal de 1842, em Minas Gerais*, ainda não está concluída. Contudo, pensamos em abordar essa temática por meio de duas questões. A primeira questão se refere ao cenário de esquecimento, ao qual a Revolta Liberal de 1842, em Minas Gerais, se encontra atualmente. Como um movimento político de contestação da ordem centralizadora, que gerou e publicou um número considerável de documentos e memórias, pôde ser reduzido a uma batalha onde a derrota dos liberais marca o decréscimo dos mesmos na política imperial? Com isso, ramificamos a pesquisa para essa discussão da memória, na qual investigaremos como o evento foi retratado nos compêndios de história – livros para a instrução secundária – e se há contraste com a memória preservada na documentação e nas memórias produzidas por alguns dos líderes do movimento.

A segunda questão levantada se refere à cultura política dos Conservadores e Liberais, aglutinados em dois partidos, que acabaram resolvendo (ou minorando) seus conflitos pegando em armas. Dessa forma, através da imprensa, das memórias e documentos produzidos em decorrência da revolta, pretende-se também pesquisar e responder quais os recursos simbólicos utilizados, pelos dois partidos em disputa, para se diferenciarem, se legitimarem e desqualificarem seus opositores? Assim, a Revolta Liberal de 1842 será visto como um momento ápice dessas disputas pela representatividade nacional, que se iniciou após a conquista da independência e continuou após a derrota dos Liberais na Batalha de Santa Luzia, até 1889.⁶³⁹

Referências bibliográficas

1. Fontes Primárias

CONSELHO DE ESTADO. Ata de 29 de fevereiro de 1844.

CONSELHO DE ESTADO. Ata de 21 de março de 1844.

⁶³⁸ CONSELHO DE ESTADO. Ata de 21 de março de 1844.

⁶³⁹ MOREL, Marco. Animais, Monstros e Disformidades: a “Zoologia Política” no processo de Construção do Império do Brasil. In: **Estudos Históricos**. nº 24, 1999. p. 2-5.

Historia da Revolução de Minas Gerais, em 1842. IN: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais - v. 15, 1910, fasc. 1 e 2.

MARINHO, José Antônio. **Historia da Revolução de 1842**. Brasília: editora da UNB, 1978.

OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2o. distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura**. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos e Octaviano, 1860.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de (1832-1893). **Minhas Recordações**. Coleção Documentos Brasileiros, nº 45. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987 (reedição da versão original, publicada em 1887).

2. Fontes Secundárias

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-UFRJ, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre Classe, Cultura e Estado. In: **Diálogos**. DHI/UEM: v. 5, n. 1, 2001.

HOLANDA, Sérgio B. de. História geral da civilização brasileira. 6ª ed. Tomo II, vol. 1 *apud* DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. In: **Almanack Braziliense** (artigos), nº 01, maio/2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O lavrador e o Construtor: o Visconde do Uruguai e a construção do estado Imperial. In: Prado, Maria Emilia (Org.). **O Estado como Vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

_____. **O Tempo Saquarema – a formação do Estado Imperial**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MOREL, Marco. Animais, Monstros e Disformidades: a “Zoologia Política” no processo de Construção do Império do Brasil. In: **Estudos Históricos**. nº 24, 1999.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

SILVA, Wlamir. **Liberais e o Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: HUCITEC, 2009.

VENÂNCIO, Anderson. **A força do centro: a influência conservadora na província de Minas Gerais**. Franca, 2005. Dissertação de Mestrado. Ver também: LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.

Profissionalização, tradição ou Missão Militar? Atuação do Ministro dos Negócios da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo (1848-1852).

Carlos Gama

Resumo: Nossa análise da trajetória política e administrativa do Brigadeiro e Ministro dos Negócios da Guerra Manuel Felizardo de Souza e Melo no período que marca a profissionalização do exército brasileiro e a entrada do Império do Brasil na guerra contra Rosas e Oribe (1852-1853). Identificando a representação e a atuação do ‘*General Conservador*’ no topo da elite política do Segundo Reinado. A partir das reuniões do Conselho de Estado fica evidenciado os efeitos da Guerra do Prata na sociedade imperial: as dificuldades e soluções tecnológicas, o conhecimento prévio do poder do inimigo, a impopular medida do *recrutamento forçado* e a solução de engajar uma divisão estrangeira de bons militares e até o que fazer com esses estrangeiros no pós guerra.

Palavra chave: Segundo Reinado; Exército; Guerra do Prata.

Abstract: Our analysis of political and administrative career of Brigadier and Minister of War Manuel Felizardo de Souza and Melo in the period that marks the professionalization of the Brazilian army and the entrance of the Empire of Brazil in the war against Rosas, Oribe (1852-1853). Identifying the representation and the role of 'General Conservative' at the top of the political elite of the Second Empire. From the meetings of the State evidenced the effects of the War of the Silver Imperial society: the difficulties and technological solutions previous knowledge of the power of the enemy, the unpopular measure of forced recruitment and the solution to engage a good division foreign military and even what to do with these foreigners after the war.

Keyword: Second Empire; Army; War of Prata.

A tradição

Manuel Felizardo de Souza e Melo nasceu em 8 de dezembro de 1805⁶⁴⁰ na freguesia de Campo Grande, município na Corte, filho do major Manuel Joaquim de Sousa, natural da província de Minas Gerais e de D. Luzia Maria de Sousa nascida em Iguazu, estudou no seminário de São José em junho de 1822 e foi para a Universidade de Coimbra em Portugal onde adquiriu o bacharelado em Matemática e Filosofia. A preparação educacional fazia parte da importante estratégia da elite luso-brasileira, segundo a historiadora Maria Fernanda Martins, para ocuparem cargos burocráticos:

Tal comportamento, associado à acumulação das funções de controle administrativo no nível local, permitiu uma aproximação maior do poder central, não só no que se referia a uma preparação efetiva para o exercício dessas funções, mais ainda um desenvolvimento cultural e intelectual para o qual contribuiria a proximidade dos eventos e os debates políticos no cenário europeu, que influenciaria decisivamente a reformulação de sua identidade política.⁶⁴¹

Além da formação para funções administrativas no Império, Manuel Felizardo estabelece outros importantes e fundamentais laços. Casa em 1827 no Rio de Janeiro com Francisca Matilde das Chagas, filha do Marechal Francisco das Chagas Santos que estudou em Portugal no Real Colégio dos Nobres, onde se dedicou aos estudos das ciências exatas. Foi destacado engenheiro na comissão de demarcação de fronteira entre Espanha e Portugal em 1781, onde passou três anos se preparando e reunindo material. Finalmente em 1784 partiu para o Chuí, onde encontrou a comissão espanhola. Devido aos bons trabalhos foi promovido a capitão, chegou a chefe da comissão limítrofe em 1805, já como tenente-coronel. De 1830 a 1831 foi comandante de armas da corte. Reformado em 1832 voltou para Porto Alegre e com o início da Revolução Farroupilha, auxiliou na defesa da cidade, sendo depois nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul em 1837.

Em 1832 Manuel Felizardo torna-se membro da comissão liquidadora do primeiro Banco do Brasil, Em fins de 1832 teve a comissão de organizar, na qualidade de inspetor, a tesouraria provincial de S. Pedro do Sul, e conseguiu em dois anos e meio fazer duplicar a renda foi nomeado presidente da província do Ceará de 1837-39, e para a presidência da província do Maranhão, de 1839-40 e recebe a patente de Major, foi nomeado presidente da

⁶⁴⁰ A Certidão de Idade de Manuel Felizardo de Souza e Melo apresentada ao entrar na Universidade de Coimbra em 6 de maio de 1822. Arquivo da Universidade de Coimbra, aluno Manuel Felizardo de Souza e Melo. SR: Certidões de idade, vol.37, fl.78 e ss. Cota AUC-IV- 1.ª D – 5-2-37.

⁶⁴¹ MARTINS, Maria Fernanda. *“Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, século XVIII e XIX: IN Conquistadores e Negociantes: História de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. America Lusa, Séculos XVI a XVIII.* Org. João Luis Ribeiro Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida, Antonio Carlos Jucá de Sampaio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 428-429.

província de Alagoas de 1840-42 e São Paulo de 1843-44, de 1844 a 1848 volta a exercer o magistério na Escola Militar da Corte. Essa circulação dos Políticos Militares, apontada por José Murilo de Carvalho, num país geograficamente tão diversificado e tão pouco integrado, onde pressões regionalistas se faziam sentir com frequência, a ampla circulação geográfica da liderança tinha efeito unificador poderoso.⁶⁴² Em 29 de setembro de 1848 ocupa efetivamente a pasta da Marinha e interinamente a da Guerra em 1º de outubro Senador pelo Rio de Janeiro, e permaneceu Ministro da Guerra até setembro de 1853. Em 1854 chega a Coronel por merecimento e pelo decreto de 2 de dezembro de 1857, foi promovido a brigadeiro graduado; por ocasião da coroação teve a comenda da Ordem de Cristo e, de Portugal, a Grã-Cruz da mesma ordem pelos serviços prestados à marinha portuguesa no desarmamento da nau *Vasco da Gama*. Em outubro de 1858 assume a presidência da província de Pernambuco, tendo que entregar em dezembro para assumir o ministério da Guerra. Em 1859 é nomeado Conselheiro de Estado. E falece em 1866.



Figura 1: Manuel Felizardo de Souza e Melo. Fonte: SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. -- Brasília : Senado Federal, 1999-.2v.: il., retrs. -- (Coleção Brasil 500 anos), p. 424.

⁶⁴²CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 124.

Manuel Felizardo de Souza e Melo é denominado por José Murilo de Carvalho como ‘*General Conservador*’⁶⁴³ ao lado de Duque de Caxias e Vieira Tosta. Resultado da hegemonia de uma classe senhorial, a partir da identificação necessária da elite que chega ao poder com uma classe senhorial, reunidos em torno dos *dirigentes Saquaremas*. Manuel Felizardo se identifica, como demonstra Ilmar R. Mattos, na constituição de um grupo de estadistas, numa espécie de alta burocracia relativamente independente, com formação comum homogênea, que se apossa do Estado e se coloca a serviço de um projeto maior de unificação e centralização do poder. Pelo prisma de Maria Fernanda Vieira Martins ele se identifica “*como produto de transformações constantes, de uma dinâmica interna de composição, manutenção e recomposição de alianças no interior das grandes oligarquias, famílias e redes de parentescos que já dominavam a política, a administração e a economia desde os tempos coloniais.*”⁶⁴⁴

A profissionalização

No Relatório do Ministro da Marinha de 1848, Manoel Felizardo de Souza e Mello, observava a profissionalização e militarização do corpo imperiais de marinheiros e a formação e companhias e escolas de aprendizes:

O corpo de Imperiais marinheiros continua com a mesma organização, que por diferentes vezes vos tem sido comunicada. (...) a que o elevou a Lei em vigor de 12 de Junho de 1846, empregando todos os meios ao seu alcance para conseguil-o, e tendo especialmente em vista a aquisição de menores, a fim de organizar mais algumas companhias de aprendizes as melhores praças daquele Corpo.⁶⁴⁵

Rosângela Maria da Silva demonstra um quadro das Armadas Imperiais de 1790 a 1883, que a partir da segunda metade do século XIX, após a subida ao poder dos

⁶⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo*. p. 25: In: **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. CARVALHO, José Murilo de. & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (organizadores). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009, p. 19-49.

⁶⁴⁴ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 34.

⁶⁴⁵ Relatório do Ministro da Marinha de 1847, p. 5. Disponível no endereço <http://www.crl.edu/brazil/> Acessado em 15 de dezembro de 2009.

conservadores, se constituiu a efetivação de vários projetos de reformas da instituição naval, como por exemplo: a nacionalização, a profissionalização e a militarização.⁶⁴⁶

Como ministro da Marinha em 1848, ministro da Guerra de 1849 a 1855 e legítimo representante dos *Saquaremas*, Manuel Felizardo de Souza e Melo era parte do processo de consolidação e modernização das instituições militares e a formação do Estado-nação:

Na medida em que se processava a centralização do Estado, militarizar as guarnições significava, portanto, inserir a população masculina, adulta e infantil, em um mecanismo que propiciasse a organização de uma força regular, o que, ao mesmo tempo, representava uma redução dos gastos públicos evitando o recurso à contratação de estrangeiro.⁶⁴⁷

Partiremos da discussão sobre modernização do exército pós 1850 a partir da Lei de Nº 585 de 6 de setembro, que o historiador americano John Schulz caracterizou como “(...) *um efeito e um catalisador da profissionalização do corpo de oficiais. Como consequência desta lei e de seus complementos, o corpo de oficiais deixou de ser uma força privilegiada tradicional do ancien regime para se transformar-se em uma corporação relativamente profissionalizada e racional.*”⁶⁴⁸

Schulz aponta as mudanças na estrutura do Exército acarretadas pela Lei:

A Lei de 1850 instituía normas rígidas de promoção por antiguidade, abolindo o sistema aristocrático que permitia a oficiais bem relacionados atingir altos postos de comando com pouca idade. Este ato estipulava que, para ganhar uma patente, era preciso ter dezoito anos, ser alfabetizado e estar no exército há dois anos. (O tempo passado na academia era contado como período de serviço militar) As promoções para primeiro tenente e capitão deveriam ocorrer por tempo de serviço, após dois anos em cada posto. Como as vagas demoravam a aparecer, na prática os oficiais precisariam esperar de quatro a cinco anos, em média antes de cada nova promoção.⁶⁴⁹

Há ainda o fato de que todos os oficiais engenheiros, do estado-maior e da artilharia deveriam ter concluído o curso de nível universitário de suas armas e aqueles que não possuíam curso foram transferidos para a infantaria e para a cavalaria. Schulz afirma que “os

⁶⁴⁶ SILVA, Rosangela Maria da. *De um Império a Outro: Portugal e Brasil, disciplina, recrutamento e legislação nas Armadas Imperiais (1790-1883)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, Paraná: 2008, p. 105.

⁶⁴⁷ ARIAS NETO, José Miguel. *Op. Cit.*, p. 80.

⁶⁴⁸ SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 27.

⁶⁴⁹ Idem, p. 26-27.

*generais da elite, em meados do século XIX, conseguiram atingir rapidamente suas posições segundo o padrão ancien régime, enquanto o restante dos oficiais raramente ultrapassava o posto de capitão.”*⁶⁵⁰

Segundo Schulz uma *lei revolucionária* feita por um dos mais efetivos membros da elite militar letrada. Na tentativa de criar uma explicação que coubesse nos arranjos de uma “revolução” que não mais dividiria os oficiais do exército em duas classes principais: a elite e a não elite, nos parece incompleta e inapropriada. Pelo prisma apresentado por Schulz a Lei de N° 585, de 6 de setembro de 1850, isolada e solta nas perspectivas da “revolução”, fica plausível na afirmativa de que a lei é um divisor de águas para a organização e modernização do Exército brasileiro.

Dentro desse “padrão” de Schulz o primeiro problema foi quem decretou a lei de 6 de setembro 1850: “(...) numa tentativa de introduzir modernas práticas européias no exército , o Ministro Manoel Felizardo de Souza e Melo (1848-52) decretou uma lei que revolucionaria a estrutura do corpo de oficiais.”⁶⁵¹ O mesmo Ministro aparece páginas depois como “O melhor exemplo de um oficial de elite. Nascido numa família rica, formou-se em matemática em Coimbra. Ao voltar ao Brasil em 1827, foi nomeado pelo governo para o cargo de professor da academia militar, com a patente de capitão. Tinha 21 anos na ocasião.”⁶⁵²

Durante a guerra como Rosas e Oribe (1852-1853), Manuel Felizardo de Souza e Melo importou 2.000 espingardas “agulha” prussianas inventadas apenas seis anos antes.⁶⁵³ Os líderes militares brasileiros estavam bem informados das transformações tecnológicas ocorridas na Europa e na modernização da fabricação de armas e cartuchos em linha de montagem que muito se desenvolvia na Europa: “*fresadoras automáticas e semi-automáticas, hidráulicas e depois a vapor produziam esses componentes segundo um tamanho prescrito com alta velocidade e grande precisão, eliminando o dispendioso trabalho manual de adequar às peças umas as outras*”⁶⁵⁴ A segunda revolução industrial substituía rapidamente os mosquetes de cano liso e trabalhadores semi-especializados, segundo Keegan, produziam em suas máquinas de processo repetitivo no Arsenal Britânico de Woolwich, mais de 250 mil cartuchos de metal por dia.

⁶⁵⁰ Idem, p. 28.

⁶⁵¹ Idem, p. 26.

⁶⁵² Idem, p. 28.

⁶⁵³ Anuário do Museu Imperial, Petrópolis , vol. II, 1941, p.253. Apud SCHULZ, Op., cit. p. 37.

⁶⁵⁴ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 400.

A superprodução bélica que alcançava o auge no mercado interno europeu levou os fabricantes de armas a investir em novos projetos que tornariam obsoletos os armamentos existentes em curto período de tempo, juntamente com a busca de maior oferta a novos mercados no exterior facilitando o Brasil *“na década de 1850 começou um profundo processo de modernização e aperfeiçoamento do Exército, visando torná-lo uma ferramenta apropriada para execução das políticas e ações diplomáticas no exterior, em especial no Prata.”*⁶⁵⁵

Adler Homero de Castro aponta a modernização do Exército como força de persuasão do governo imperial diante as questões no Prata. A soberania externa e interna e a defesa dos interesses do governo são apresentadas, como demonstra José Murilo de Carvalho, a partir das Atas Conselho de Estado Pleno: *“(...) as atas do Conselho Pleno nos dão acesso ao pensamento, expresso com relativa franqueza, de um grupo cuidadosamente selecionado de políticos no ápice de suas carreiras. Embora com certa predominância conservadora, era ampla a representação liberal (...).”*⁶⁵⁶

Na reunião do Conselho de Estado, convocada por D. Pedro II em 20 de janeiro de 1848, o Conselheiro Lopes Gama já alertava vossa majestade sobre o risco eminente da guerra contra Oribe: *“Dizendo mais que não cessaria de repetir agora o que há perto de quatro anos tinha sempre aconselhado, quando se tem tratado dos negócios do Rio da Prata; e vem a ser que nos preparemos para a guerra não obstante as demonstrações amigáveis com que Oribe agora trata o Brasil.”*⁶⁵⁷

O Visconde de Olinda, Conselheiro de Estado, emitiu em parecer juntamente com seu voto a posição de que o debate sobre a situação do Rio da Prata apresentava uma tensa relação: *“Em pareceres anteriores já se tem feito apontamento de alguns objetos, que devem ser estipulados, sendo o principal, tratando-se com o Governo Oriental, o dos limites do Império. Enquanto subsistir este ponto por decidir não se poderá dizer que o Brasil está livre de uma guerra.”*⁶⁵⁸ O voto seguinte do Conselheiro Paulo Sousa fica claro a inclinação do governo imperial em assumir uma política de confronto bélico:

⁶⁵⁵ CASTRO, A. H. F. de. *Foguetes no Brasil - do foguete CONGREVE ao VLS* (2a. parte). 13 páginas, 2003. <http://www.ufjf.edu.br/defesa>, acesso em 08/10/09. p.1-3.

⁶⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p. 363.

⁶⁵⁷ Atas do Conselho de Estado Pleno, Terceiro Conselho de Estado, 1842-1850. Ata de 20 de Janeiro de 1841. Disponível no site do Senado Federal: http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp em 20/10/2009.

⁶⁵⁸ Idem.

24 a 28 de maio de 2010

Devo finalmente dizer que tem sido sempre minha opinião a respeito dos Negócios do Rio da Prata fazerem-se todos os esforços para afastar o perigo da guerra, e por isso não tem merecido o meu assenso muitos dos atos do Governo Imperial em sua marcha neste negócio; é por isso que me parece indispensável estarmos preparados, e muito, para essa eventualidade, que quero afastar; desejarei, pois que o Governo Imperial mesmo para não haver guerra, disponha-se para ela; deste modo, e não aparecendo de nossa parte covardia, nem leviandade, e sim prudência, dignidade, e sobretudo boa fé, e sinceridade, e constância, e perseverança na política adotada, será muito fácil fazerem-se úteis negociações, e portanto evitar-se a guerra.

A questão no Prata levou o Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manuel Felizardo de Souza e Melo, a expor na reunião do Conselho de Estado⁶⁵⁹ no dia 1º de agosto de 1850 a tensa situação no Prata e da estrutura e organização do Exército brasileiro:

As relações amigáveis entre o Brasil e a Confederação Argentina se tem sucessivamente enfraquecido desde mil oitocentos e quarenta e três. O reconhecimento da independência do Paraguai, a questão dos bloqueios, e muitos outros pretextos tem sucessivamente perturbado aquelas relações. (...) a confederação Argentina, segundo informações de pessoas habilitadas, pode armar, e arregar trinta mil pragas. Ali não há isenções, todo homem que pode manejar as armas é soldado, e tem alguns hábitos militares, principalmente o da cega obediência, e consta que se faz agora grande provimento de artigos bélicos. Apesar de toda atividade empregada no recrutamento, cerca de dois anos, apenas se tem podido elevar o nosso exército a 16.676 (dezesesseis mil e setenta e seis) praças de todas as graduações, inclusive os corpos fixos: não pequeno o número dessas praças estão com o tempo vencido; e com muita dificuldade se poderá elevar a força ao estado completo em circunstancias extraordinárias. Sendo então o número de praças de perto de mil, e sendo certo que a quinta parte de qualquer força não pode esperar efetivamente em consequência de moléstias, e outros embaraços claro é, que ainda admita a probabilidade de elevar-se o exército áquele número, somente se poderá contar com dezesseis mil homens da primeira linha para fazer frente a todas as exigências do serviço da guerra.⁶⁶⁰

O Ministro da Guerra reconhece as dificuldades de manter o efetivo do exército “de tal a gravidade era o problema de recomposição do Exército, entre tanto que o Estado imperial ver-se-á obrigado, durante todo o século XIX, a alongar ilegalmente os tempos de serviço.

⁶⁵⁹ “Assim, o Conselho de Estado funcionava antes como um espaço de debate, produção e troca (...) instrumento para análise da ação e do comportamento da elite, trazendo um novo entendimento sobre o seu papel na política e na própria formação do Estado brasileiro, é preciso ampliar a abordagem no sentido de entender essa elite não como a representação de um grupo isolado, a partir de suas características internas de formação e composição, mas considerando ainda suas relações com a sociedade, por meios das redes de alianças que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor.” MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p.29.

⁶⁶⁰ Atas do Conselho de Estado Pleno, Terceiro Conselho de Estado, 1842-1850. Ata de 1º de Agosto de 1850. Disponível no site do Senado Federal http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp em 20/10/2009.

Não é raro encontrar soldado servindo 10 anos ou mais após o fim de seu engajamento.”⁶⁶¹ E faz o alerta A Sua majestade e os demais Conselheiros sobre a possível solução e seus desdobramentos baseado no “*recrutamento forçado*” para as perspectivas do império:

Os Vexames que a população brasileira sofre para elevar-se ao máximo a força do exército, serão pois infrutíferos, e não salvarão o País de ser assolado, e insultado: aumentar ainda mais o número de soldados, quando isso fosse possível, e a lição da experiência nos demonstrasse o contrario será fazer crescer o clamor contra o recrutamento forçado, único meio eficaz para tornar mais densas nossas fileiras, roubar braços a indústria, e empobrecer duplicadamente o País pela diminuição de produtos, e aumento das despesas.⁶⁶²

E como resolução para o crônico e histórico problema do recrutamento para as fileiras do exército, o Ministro Manuel Felizardo de Souza e Melo articulou, *por meios das redes de alianças que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor*, uma única solução que não enfraqueceria economicamente e evitaria o vexame de mandar ao conflito tropas titubeantes:

O único recurso, que resta para defender nosso território e obtermos de nossos vizinhos aquela consideração, de que nenhuma nação independente pode prescindir, é o de braços estrangeiros. Uma divisão de dois mil homens, um pouco habilitados para o serviço militar (Infantes, Artilheiros) munidos de armas melhoradas pelas novas invenções, dariam um poderoso auxílio de oito mil homens combatentes elevando nosso efetivo no teatro da guerra a vinte duas mil praças, que pela sua tática, disciplina e força de armas, lutariam com vantagem contra o exército pouco regular de nossos vizinhos, e lhes tirariam mesmo todo o desejo de insultar-nos, agredri-nos, e de praticar as ofensas, e injustiças, a que são avezados. As despesas pois se houver de fazer com o engajamento da divisão estrangeira, nos poupara gastos muito superiores, provocados pela guerra e evitará ultrajes à honra, e dignidade brasileira.⁶⁶³

Na exposição ministerial, os elementos do efeito a curto e longo prazo do fenômeno Guerra – objeto de estudo da História Militar – estão explícitos nas questões que não envolvem apenas o Ministério dos Negócios da Guerra, mas toda uma rede integrada que participa do projeto de Estado: A realidade do teatro da guerra, as dificuldades e soluções tecnológicas, o conhecimento prévio do poder do inimigo, a impopular medida do *recrutamento forçado*, a solução de engajar uma divisão estrangeira de bons militares e até o que fazer com esses estrangeiros no pós-guerra.

⁶⁶¹ MENDES, Fábio Faria. *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. In: *Nova História Militar Brasileira*. CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 32.

⁶⁶² Atas do Conselho de Estado Pleno... Op., Cit.

⁶⁶³ Idem.

Distribuindo-se terras àqueles, que se quisessem estabelecer entre nós, para que as cultivem quer depois do prazo do engajamento, quer durante o tempo que estiver licenciada toda, ou parte da força. A despesa com a divisão se convertera em gastos produtivos de colonização de homens válidos, afeitos no trabalho rude, e que se forem estabelecidos nas nossas fronteiras, darão nascimento a uma força semelhante à dos regimentos fronteiros da Áustria, e a preservarão dos continuados distúrbios, que atualmente são freqüentes. Caso porém não se queiram eles permanecer entre nós, deve-se ser obrigados a dar-lhes passagem para fora do Império.⁶⁶⁴

Logo em 6 de novembro de 1850, A Lei do Orçamento N° 586 em seu parágrafo 4° do Artigo 17, autorizava o Poder Executivo a contratar estrangeiros para a 1ª linha do Exército:

(...) a desmobilização do Exército do condado de Scheleswig-Holstein, organizado no início de 1851 para guerrear a Dinamarca. Isto facilitou o recrutamento de cerca de 1.800 soldados para o Brasil, de alto nível cultural e técnico, sob a promessa de terras em nosso país ao final de quatro anos de serviço, ou de premio em dinheiro para retornarem a Alemanha no fim daquele prazo.⁶⁶⁵

Juntamente com os legionários alemães “Brummer” que chegaram ao Brasil entre maio e setembro de 1851, desembarcaram cerca de 190 fuzis Dreyses “a agulha” de carregar pela culatra, 12 canhões prussianos, duas equipagens de pontes com pontões *birago* e 40 carretas austríacas de 4 rodas, para tração cavalariça ou muar. A Dreyse era uma arma de alimentação de retrocarga e de ferrolho, usando um cartucho de papel combustível, ou seja, que se consumia durante o disparo:

Seu nome comum era espingarda de agulha (ou “de alfinete”, como se usava na época), pois o percussor tinha a forma de uma agulha bem fina. Este, ao disparar a arma, atravessava o cartucho e a carga, para detonar a espoleta, presa à bala. Apesar do nome dado a ela no Brasil, não era uma espingarda, o seu comprimento a equiparando a uma carabina tradicional.⁶⁶⁶

O fuzil Dreyse pesava cerca de 5kg, fazendo da arma inapropriada para o uso da Infantaria leve (batalhão de caçadores):

(...) Além disso era delicado, pois a agulha, sujeita às temperaturas elevadas do disparo, destemperava-se com facilidade, quebrando-se e inutilizando temporariamente a arma. Finalmente, não havia previsão para a vedação da culatra,

⁶⁶⁴ Idem.

⁶⁶⁵ BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul (1635-1870)*. Porto Alegre, A Nação, Instituto Estadual do Livro, 1976. p.105.

⁶⁶⁶ Site Armas Brasil Disponível em: http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/SecXIX/Exercito_profissional/dreyse.htm Acesso em 10 nov. 2009.

a não ser pelo ajuste mecânico das peças. Após alguns disparos, a sujeira se acumulava no ferrolho, fazendo com que gases escaldantes escapassem da arma, no rosto do atirador – uma coisa que, no mínimo, era extremamente incômoda.⁶⁶⁷

O Decreto N.º 663, de 24 de dezembro de 1849, criou a Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. Um passo importante no objetivo de aperfeiçoar o armamento em uso e adquirir os avanços tecnológicos na indústria bélica:

Medidas de renovação técnico-administrativa foram tomadas, sendo um dos mais importantes eventos a criação de um novo Laboratório Pirotécnico, no Campinho, destinado a fabricação de foguetes de desenho moderno. Nesse laboratório, diversos profissionais militares ou não, foram encarregados de pesquisas com armas e instrumentos do arsenal visando fazer “engenharia reversa”, como foi o caso de Capanema, que fabricou cartuchos de espingarda Dreyse, um segredo do exército da Prússia.⁶⁶⁸

O resultado da política de exportação de tecnologia bélica e de composição das forças terrestres com mercenários que o Brasil adotou, criaram dificuldades tanto na aquisição de armamentos modernos, pelo difícil acesso aos comerciantes e quanto ao investimento de alto risco em adquirir armas que não foram aplicadas em combate e eram inovações para os militares, demandando mais tempo para o conhecimento e treinamento com as armas.

No Relatório do Ministério da Guerra em 1859, Manuel Felizardo reafirma a política por novas tecnologias bélicas:

O armamento da nossa infantaria compõe-se ainda em geral da antigas armas de pederneiras, armamento já abandonado em quasi toda a Europa. Se o systema é máo, a especialidade do que, por necessidade de circunstancias, fomos obrigados a comprar, ainda é pior, e os batalhões de fuzileiros e caçadores se podião reputar desarmados. Para remediar tão grande falta em 1855 foi a nossa Legação na Bélgica, coadjuvada pelo Dr. Guilherme Schüch de Capanema, encarregada de comprar 1,220 fuzis, clavinas com baionetas, sabres, e 500 clavinas sem baionetas, sendo todo armamento á Minié.⁶⁶⁹

Considerações Finais

A modernização e a nova organização do Exército a partir de 1850, não podem ser determinadas como o rompimento com o modelo de governar do Brasil Oitocentista:

⁶⁶⁷Site Armas Brasil Disponível em: http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/SecXIX/Exercito_profissional/dreyse.htm Acesso em 10 nov. 2009.

⁶⁶⁸ CASTRO, A. H. F. de. *Foguetes no Brasil - do foguete CONGREVE ao VLS* (2ª. parte). 13 pp. 1-3, 2003. Disponível em: <http://www.ufjf.edu.br/defesa> Acesso em 08 out. 2009.

⁶⁶⁹ Relatório do Ministério da Guerra 1858, pág. 27-8.

Recuperando o que há muito evidenciamos, o imperador devia reinar, governar e administrar porque sua figura sintetizava o papel de partido que a restauração da moeda colonial atribuía a Coroa. Como uma espécie de grande agência administrativa, a Coroa deveria conduzir tanto as relações externas quanto as internas, e o fazia por meio de seu “braço” o Executivo.⁶⁷⁰

Tentamos trazer a Guerra para o cenário político-administrativo não como pano de fundo do projeto de união territorial que fortaleceu o Império e formou a Nação. Mas o fenômeno que exigiu de políticos, burocratas e diplomatas uma maior compreensão da Arte da Guerra. As questões econômicas, diplomáticas e políticas aparecem como estopim para o conflito armado, mas a guerra é “*completamente diferente da diplomacia ou da política porque precisa ser travada por homens cujos valores e habilidades não são os dos políticos e diplomatas. São valores de um mundo à parte.*”⁶⁷¹

Profissionalizar e modernizar do Exército passando pelo processo de centralização do poder feita pelo Ministro e brigadeiro Manuel Felizardo de Souza e Melo, que no decorrer do ano de 1850 equipou o exército belicamente, fez melhorias estruturais em quartéis e buscou a profissionalização da carreira de oficial do Exército:

Assim, na medida em que avançava a especialização de cargos e funções, em que se consolidava o modelo administrativo, fazia-se necessária uma certa, profissionalização da elite, até então acostumados a um reconhecimento de valor ligado diretamente ao seu status socioeconômico ou à sua atuação militar, tão inerente a conquista do território e à colonização.⁶⁷²

Longe de afirmarmos que a modernização, o reaparelhamento do Exército ou a profissionalização do corpo de oficiais nos leve a conclusão de que se formava uma nova elite militar. Os grupos tradicionais usaram a profissionalização e a modernização como uma estratégia de aproximação com o poder central, e o agigantamento da instituição militar depois da Guerra do Paraguai (1864-1870).

A Guerra do Prata (1852-1853) e todo o panorama político do fim da primeira metade do século XIX deram ao Exército brasileiro a certeza de executar a “*missão militar*”: a ordem e a segurança interna e externa⁶⁷³ do império.

Referências

⁶⁷⁰ MATTOS, op. cit., p. 199.

⁶⁷¹ KEEGAN, John. Op. Cit., pp. 16-17.

⁶⁷² MARTINS, Maria Fernanda. Op. Cit., 2007, p.429.

⁶⁷³ CORVISIER, André. *A guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999, p.179.

1. Fontes primárias.

- AUC - Arquivo da Universidade de Coimbra, Portugal.

Aluno: Manuel Felizardo de Souza e Melo.

SR: Certidões de idade, vol.37, fl.78 e ss. Cota AUC-IV- 1.^a D – 5-2-37.

SR: Processo de carta de curso, 3.^a série, cx. 38 cota AUC – IV- 2.^a D – 13-1-16.

2. Livros

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese de Doutorado em História. USP, São Paulo: 2001.

BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul (1635-1870)*. Porto Alegre, A Nação, Instituto Estadual do Livro, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4.^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo*. p. 25: In: Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade. CARVALHO, José Murilo de. & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (organizadores). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

CORVISIER, André. *A guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999, p.179.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
_____. “Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, século XVIII e XIX: IN *Conquistadores e Negociantes: História de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. America Lusa, Séculos XVI a XVIII*. (Org.) João Luis Ribeiro Frago, Carla Maria Carvalho de Almeida, Antonio Carlos Jucá de Sampaio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo. Editora Hucitec, 2004

MENDES, Fábio Faria. *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. In: *Nova História Militar Brasileira*. (Org.) CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

SILVA, Rosângela Maria da. *De um Império a Outro: Portugal e Brasil, disciplina, recrutamento e legislação nas Armadas Imperiais (1790-1883)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, Paraná: 2008.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. -- Brasília : Senado Federal, 1999-.2v.: il., retrs. -- (Coleção Brasil 500 anos), p. 424.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

Vivendo a Guerra do Paraguai: memórias de um voluntário da pátria.

Fabiana Aparecida de Almeida *

Resumo: A Guerra do Paraguai, além de ter sido o maior conflito bélico da América do Sul, fez nascer também no seu contexto, inúmeros heróis. Um deles foi o major Cristiano Pletz, um dos primeiros “Voluntários da Pátria” que saíram do Paraná para defender o Brasil em solo vizinho. O major participou de quase toda a campanha da guerra e apesar de não ter tido seu nome estampado nos livros de história, suas memórias nos ajudam a entender como essas pessoas viveram e sentiram esse conflito.

Palavras-chave: Cristiano Pletz; Guerra do Paraguai; Voluntários da Pátria.

Abstract: The Paraguay War besides it has been a major military conflict in South America, gave birth on its context to many heroes. One of them was Major Cristiano Pletz, one of the first “Volunteer of the Fatherland” which came out of Parana in Brazil to defend the soil nearby. The Major took part of almost every campaign of the war and despite not having his name stamped in the history books, his memories help us understand how these people lived and felt that conflict.

Keywords: Cristiano Pletz; Paraguay War; Volunteer of the Fatherland.

Introdução

“(…) nesse passo de tartaruga os nossos soldados e oficiais vão desaparecendo debaixo do fogo das guerrilhas e tiroteios das avançadas (...)”⁶⁷⁴. Cenas como essa, descrita por Benjamin Constant, foram comuns durante toda a Guerra do Paraguai (dezembro de 1864 a março de 1870). Violentas batalhas causaram perdas significativas para todas as nações envolvidas. O Paraguai, que possuía um exército considerável no início do conflito e que a seu fim, passou a recrutar crianças para lutar, perdeu de 15 a 20% de sua população, segundo estudos recentes. O exército brasileiro, apesar de contar com a Guarda Nacional, não tinha

* Mestranda do programa de pós-graduação em história na linha de pesquisa “Narrativas, imagens e sociabilidades” pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

⁶⁷⁴ Benjamin Constant. Citado por: SQUINELO, Ana Paula. O Império brasileiro e a Guerra do Paraguai. **Fronteiras: Revista de História**. Campo Grande, v. 7, n. 14, p. 65-74, jul./dez., 2003.

homens suficientes para a empreitada bélica e para suprir essa falta começou a recrutar os chamados “Voluntários da Pátria”, além de escravos alforriados e índios, para lutarem no *front*. Homens despreparados militarmente e psicologicamente eram enviados a campo onde viviam os maiores horrores da guerra. Estimativas apontam que cerca de 50 mil homens não voltaram para a casa. O Uruguai e a Argentina também tiveram muitas baixas em sua população, sendo grande parte dessa de civis.

Considerada por alguns estudiosos um confronto militar desnecessário, a guerra do Paraguai entrou para a história como um conflito longo, cruel e exterminador. Ao seu final, o Paraguai estava destruído e os aliados (Brasil, Uruguai e Argentina), mais endividados do que nunca.

O desenrolar da guerra

A região do Prata sempre foi motivo de desavenças entre os países próximos a ela. Por volta de 1811, D. João VI expandiu o território brasileiro em duas frentes: ao sul, integrando ao território a província da Cisplatina, e ao norte com a Guerra contra a Guiana. Com a Independência brasileira em 1822, a província do sul acabou não sendo devolvida a Espanha e assim, iniciou-se em seu interior, um movimento de união do território as Províncias Unidas do Rio da Prata, com apoio de Buenos Aires. Em 1825, D. Pedro declarou guerra a Buenos Aires, mas não conseguiu vencê-la. Sem prestígio, o Imperador assina então, em 1828, um acordo mediado pela Inglaterra que resultou na Independência da província, fazendo nascer o Uruguai. Anos mais tarde, na década de 1850, há uma outra intervenção do Império brasileiro no território uruguaio. O conflito começou de fato quando Rosas (presidente da Argentina) passou a visar o controle do comércio de Montevideu a partir de uma aliança com Oribe (presidente do Uruguai). O Brasil acabou decidindo pela intervenção, pois, sairia prejudicado no comércio da região e a atitude dos dois governantes foi contrária ao acordo assinado em 1825 que deu a Independência ao Uruguai. Na guerra contra Rosas e Oribe em 1851, o Brasil saiu vitorioso e os dois presidentes foram depostos. Esses dois processos, somados a conflitos internos nos países envolvidos, serão os mais conhecidos precedentes da Guerra do Paraguai.

A situação interna dos países envolvidos na guerra explica em parte o desenvolvimento do conflito. O Brasil em 1863 rompeu suas relações diplomáticas com a Inglaterra em decorrência da questão Christie, que ocasionou um bloqueio ao porto do Rio de Janeiro e que obrigou o Império a pagar uma indenização a Inglaterra pelo saque ao navio

inglês *Prince of Wales*. A população do Rio de Janeiro foi às ruas protestar e esse fato acabou prejudicando o gabinete liberal (que havia substituindo o Conservador no poder), uma vez que esse passou a ser visto como um governo fraco. Dessa forma, a guerra passou a ser vista pelos Liberais como uma oportunidade de conseguir o apoio da população. Já a Argentina, que havia se centralizado sob o poder de Juan Manuel de Rosas, acaba dividindo-se em duas unidades políticas independentes quando esse cai: a Confederação, sob o comando de Urquiza, e o Estado de Buenos Aires. Esse último promoveu a reunificação com o governo de Mitre e buscou a paz com o Brasil para não colocar em risco seu poder.

O Uruguai conseguiu sua Independência em 1828 com o fim da Guerra da Cisplatina, mas iniciou em seguida, uma guerra civil entre *Blancos* (liderados por Berro e depois Aguiré) e *Colorados* (liderados por Flores). Brasil e Argentina passaram a não ver com bons olhos as atitudes de Berro e acabaram por apoiar os *Colorados*. Dessa forma, Bernardo Berro aproxima-se do Paraguai, mas acabou sendo derrotado por Flores em uma ofensiva em Buenos Aires. Por fim, o Paraguai que, apesar de pequeno, destacou-se no contexto anterior a guerra por possuir um desenvolvimento elevado para a região e por seguir uma política de isolamento administrada pelos três governantes que conheceu até então: José Gaspar Rodrigues de Francia (1842-1840), Carlos Antonio López (1844-1862) e Francisco Solano López (1862-1870). As relações com a Inglaterra fizeram o Paraguai desenvolver-se industrialmente e militarmente (através da compra de tecnologia), além de acabar com o analfabetismo em seu território e tomar os bens da Igreja, transferindo suas terras para o Estado.

Entre as “desordens” e conflitos no interior dos quatro países citados, o estopim da Guerra do Paraguai foi o aprisionamento do vapor brasileiro *Marquês de Olinda* junto com o novo governador do Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, em 10 de novembro de 1864, pela canhoneira paraguaia Tacuarí, provocando o rompimento das relações Brasil-Paraguai. Em 23 de dezembro, Solano López iniciou a guerra contra o Brasil, atacando o Mato Grosso, e em março de 1865 contra a Argentina que não deixou o Paraguai passar por seu território para atacar o Brasil ao sul. Buscando-se defender, esses dois países, juntamente com o Uruguai, assinaram o *Tratado da Tríplice Aliança* em 1º de maio de 1865 contra o Paraguai.

Várias batalhas travadas na guerra entraram para a história, mesmo porque essa fora a primeira guerra a ser fotografada, proporcionando a todos o acesso aos horrores dessa. Das principais destaca-se a *Batalha do Riachuelo* (1865), comandada pelo almirante Manuel

Barroso, onde o Brasil retomou a cidade de Uruguaina; *A Batalha de Tuiuti* (1866); a *Retirada de Laguna* (1867) que ocorreu em decorrência das doenças que afetaram os soldados e da falta de alimentos. Esse acontecimento em especial foi eternizado através do relato do tenente Alfredo d’Escagnolle Taunay, intitulada “A Retirada de Laguna”, que se tornou uma das mais importantes obras da literatura militar brasileira. Entre as chamadas *Dezembradas* (1867), destaca-se a famosa *Batalha do Avaí*, retratada pelo pintor Pedro Américo em 1879. Mais tarde, as tropas brasileiras recebem o comando do Conde D’Eu, genro do Imperador, até o término da guerra em 1870, com a morte de Solano López.

Os voluntários da pátria

Com o aprisionamento do vapor *Marques de Olinda* e com a declaração de guerra ao Brasil, esse se viu diante de um grande problema: a insuficiência de seu exército para a empreitada.

O serviço militar no Brasil era visto como um castigo. Eram comuns as punições corporais, as condições nos quartéis eram péssimas e a remuneração era miserável. Na década de 1850, nas intervenções do Prata, o Império precisou recorrer a mercenários europeus. Para a Guerra do Paraguai a solução inicial foi apelar para a Guarda Nacional, totalmente despreparada para uma guerra. Dessa vez, o problema foi a resistência desses em ir para o campo de batalha (muitos enviavam substitutos em seu lugar). Mesmo assim, foram enviados 59.669 guardas nacionais à guerra.⁶⁷⁵

Como a Guarda Nacional era insuficiente, o governo criou, por decreto de 7 de janeiro de 1865, os corpos de *Voluntários da Pátria*. Todos entre 18 e 50 anos podiam se alistar no exército e como incentivo, o governo ofereceu várias regalias aos voluntários, como remuneração extra e uma propriedade assim que esses retornassem. Em termos de comparação, o Paraguai possuía em média 400.000 habitantes no início da guerra. Desses, 77.000 formavam o exército. O Brasil com 9.100.000 habitantes, aproximadamente, possuía um exército de 18.320 soldados. Apesar desses números não serem exatos e de não se saber se são verdadeiros, é nítida a necessidade do Brasil convocar esses voluntários. De início, houve entusiasmo dos setores populares em fazer parte desse contingente, pois as recompensas eram boas e não se imaginava que a guerra iria ser longa. O Exército brasileiro passou a ser uma

⁶⁷⁵ DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. v. 1. p. 217.

força nova e expressiva dentro da vida nacional. Algumas particularidades se destacam: a região Sul foi a região que mais mandou soldados ao campo (35,63%), isso pela região ainda viver um clima de revolta (por causa da Farroupilha) e pela guerra interessar os estancieiros do Sul. A província de Minas Gerais chama a atenção pelo fator inverso: é uma das principais províncias do Império, uma das mais populosas e mandou apenas 4.090 Voluntários para a guerra.⁶⁷⁶ Não há uma explicação certa para esse fato, mas acreditasse em uma maior facilidade de fuga, por ser uma área mais rural, e uma resistência da elite em mandar esses Voluntários. Os grandes contingentes vindos do Norte e do Nordeste acabaram estranhando o clima muito frio, e como as roupas fornecidas eram insuficientes, muitos morreram de frio.

Com o decorrer da guerra, os Voluntários foram se reduzindo. Muitos fugiam para o mato, casava-se com mulheres mais velhas, fingiam-se de aleijados para não irem a campo de batalha ou se declaravam adeptos do partido Liberal para serem protegidos pelos chefes políticos locais.

Como os corpos de Voluntários não deram ao Império a resposta esperada, esse se viu obrigado a recomendar a liberdade de escravos para que eles pudessem ir a guerra, além de passar a convocar homens casados, já que os solteiros fugiam e obrigar índios a lutarem. Os Voluntários também passaram a ser obrigados a se alistar e usou-se muito esse pretexto para alistar adversários políticos do partido que estava no governo naquele momento. De acordo com Rosely Batista Miranda de Almeida, “muitos eram levados a força para o campo de batalha. O que se considera hoje uma grave infração aos direitos humanos era comum na época”.⁶⁷⁷ O uso de escravos no exército brasileiro afetou também a economia do Império, pois houve falta de mão-de-obra, além de ser motivo de deboche por parte dos paraguaios. O jornal paraguaio *Cabichuí* referia-se ao exército brasileiro como “exército de macacos”. Os comandantes brasileiros, também não viam com bons olhos o número de libertos nos campos de batalhas. Consideravam-nos indisciplinados. Não tendo mais para onde recorrer, o governo apelou mais uma vez aos mercenários em 1868, tamanha era a necessidade de por fim ao conflito.

A imprensa teve um papel particular na exaltação da guerra, na convocação dos Voluntários e, mais tarde, na pressão para o seu fim. Muitos jornais incentivaram a população a pegar em armas e lutar contra o inimigo sanguinário. Exaltou também a ação dos soldados,

⁶⁷⁶ DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. P. 217.

⁶⁷⁷ ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. Soldados esquecidos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 29, p. 42, fev. 2008.

os tratando como heróis para incentivar a ida de mais pessoas. As charges das recém surgidas revistas ilustradas também terão como tema principal a guerra contra o Paraguai. Nessas, porém, não haverá apenas exaltações dos soldados. Muitas charges criticaram pessoas de destaque na guerra e os Voluntários que começam a inventar desculpas para não ir a campo. Dentre essas revistas destaca-se o *Diabo Coxo* de 1860 e a *Revista Ilustrada* de 1876, ambas criadas por Ângelo Agostini. Havia também os jornais liberais de oposição como o *Correio Mercantil* e o *Diário do Povo* que criticavam principalmente a forma violenta que os Voluntários e os integrantes da Guarda Nacional eram recrutados e a continuidade de uma guerra macabra que não traria nenhum benefício ao Brasil.

Cristiano Pletz: um voluntário da pátria.

Devido à solidão e as privações do campo de batalha, muitos soldados passavam o tempo escrevendo cartas para familiares, atividade que os ajudava a não enlouquecer. Muitos desses relatos se transformaram em memórias, uma fonte riquíssima para se perceber como era o dia-a-dia desses muitos heróis que o Brasil teve. O relato mais conhecido da Guerra do Paraguai é o livro *A Retirada de Laguna* de Alfredo Taunay publicado em 1871 e que além de fornecer detalhes da batalha, é uma rica fonte sobre a geografia da região do conflito. Seus relatos juntamente com os de Cerqueira (também protagonista da guerra) descrevem as dificuldades dos exércitos, mas acima de tudo, criaram uma imagem positiva do Império e uma exaltação a nação, isso porque ambos eram fiéis súditos de D. Pedro II. Já os relatos de Benjamin Constant e Rebouças registraram críticas ao desenrolar da guerra e as muitas dificuldades que o exército sofria.

Cristiano Pletz não foi muito conhecido, mas também foi um herói da guerra e suas memórias (extraídas do livro *O Paraná na Guerra do Paraguai* de Davi Carneiro) relata desde sua saída do Brasil, até os acontecimentos da *Batalha de Tuiuti*, da qual participou. De início, percebe-se a importância da imprensa durante a guerra. Em 1864, quando a guerra foi declarada pelo Paraguai, a população de Curitiba (cidade do major Pletz) recebeu a notícia sem surpresa, pois já estavam esperando algum acontecimento importante depois do aprisionamento do vapor *Marques de Olinda*. Logo em seguida, o governo começou a convocar os Voluntários da Pátria, prometendo a esses “... uma sorte de 22.500 braças de terra e 300\$ em dinheiro ...”. Todos esses acontecimentos foram relatados pela imprensa. Porém, um mês depois da convocação, ninguém havia se apresentado como voluntário. Dessa

forma, os irmãos Francisco e Cristiano Pletz e João José Pichet resolveram se apresentar ao presidente da província em 25 de fevereiro de 1865, e foram aceitos. Depois dessa iniciativa, mais moços se apresentaram e começou um pequeno e rápido treinamento a esse corpo de voluntários. Nessa época, os próprios militares do exército brasileiro não eram bem treinados, por isso a atitude de encarar a guerra por parte do Brasil espantou até Solano López que não imaginou que o país seguiria com o conflito, já que conhecia a quantidade de homens disponíveis no exército brasileiro e o treinamento que recebiam. Como não havia tempo de treinarem os Voluntários, lhes forneceram apenas algumas instruções e mandaram para o campo de batalha homens totalmente despreparados.

Na partida dos Voluntários de Curitiba houve uma grande festa de despedida, com muito choro e promessas de retorno (que nem todos conseguiram cumprir, inclusive João Pichet). Seguiram para o Arsenal da Marinha e depois para o quartel do Campo de Santana, no Rio de Janeiro, e lá ficaram aguardando a chamada do Ministério da Guerra. Esse corpo de voluntários juntou-se a outros de outras províncias e juntos, formaram o 4º Batalhão de Voluntários da Pátria, sob o comando do Dr. Francisco Pinheiro Guimarães. Juntamente com o 2º Batalhão de Voluntários, com o comando do Tenente-General Manuel Deodoro da Fonseca, formaram a 1ª Companhia que teria como destino Montevidéu.

Um dos mais temíveis inimigos da guerra foi o alastramento de epidemias. As condições precárias do exército, o consumo de água poluída, a falta de alimentação adequada, entre outros motivos, causava a diarreia, que provocou muitas mortes. “[...] *Quando baixarem as águas que com as enchentes dos rios inundam todos estes campos, começarão as febres intermináveis, tifóides e outras, a sua devastação[...]*”⁶⁷⁸. Assim relatou Benjamin Constant que não atuou na frente de batalha, e sim, na Comissão de Engenheiros do 1º Corpo do Exército. Taunay também relatou as doenças no *front* como no trecho de *Retirada de Laguna*:

[...] o corpo de exército expedicionário, durante a longa jornada através de São Paulo e Minas Gerais, falharam em grande parte ou desapareceram devido a cruel epidemia de varíola e as deserções que esta provocou. [...], a 396 quilômetros para o sul, uma epidemia climática de novo gênero, a paralisia reflexa, ou beribéri, acabrunou-a, dizimando-a ainda mais [...].

⁶⁷⁸ Constant. SQUINELO, Ana Paula. O Império brasileiro e a Guerra do Paraguai. **Fronteiras: Revista de História**. P. 71.

Cristiano Pretz também relata a epidemia da varíola já na saída do Rio de Janeiro, que teria atacado a todos na chegada ao Uruguai. Os hospitais de Montevideu ficaram cheios de variolosos e nos cemitérios eram sepultados inúmeros brasileiros. No decorrer da guerra, a cólera também vez muitas vítimas. Essa era causada pela carne e frutas estragada que os soldados comiam, pelas náuseas causadas pela falta de alimento, pela água poluída e pelos incêndios frequentes.

Apesar de tudo, os jovens do pelotão de Pletz estavam ansiosos para entrar em confronto com o inimigo (no início da guerra era comum o entusiasmo dos voluntários no campo de batalha). Quando saíram de Gualeguaichu, no Uruguai, o coronel paraguaio Estigarríbia invadiu o Rio Grande do Sul com 12 mil homens hostilizando o 1º Batalhão de Voluntários em São Borja. Esse, com a cavalaria comandada por Davi Canabarro expulsou os paraguaios até Uruguiana. Para tomar a cidade, o 4º Batalhão de Voluntário foi convocado e depois de 13 dias de marcha, chegaram a cidade que foi reconquistada.

No dia 20 de maio de 1866, o exército marchou até Tuiuti, onde no dia 24, das 10 às 11 horas, o exército foi atacado pela artilharia de Mallet, da vanguarda do exército de Flores. “*Vi passar o general Osório duas vezes, no meio do fogo montado em um cavalo picaço, acompanhando duas ordenanças. À sua passagem gritamos – Viva o General Osório! Viva D. Pedro II! – Isso no meio de um fogo medonho, no começo da luta[...]*”⁶⁷⁹

A *Batalha de Tuiuti* foi a maior ocorrida em toda a história sul-americana. Enfrentaram-se, aproximadamente, 21 mil brasileiros e 11 mil argentinos contra 24 mil paraguaios. A região pantanosa serviu de refúgio para os paraguaios durante dois anos até serem derrotados pelo general Osório que, com sérios problemas de saúde, foi substituído do comando das tropas brasileiras em julho por Polidoro da Fonseca. A batalha foi muito violenta e resultou em muitas perdas para ambos os lados. “[...] no dia 25 de manhã, era impressionante se ver o nosso acampamento juncado de cadáveres e a soldadesca a arrastar e reunir cerca de 5 mil paraguaios mortos, e fazer montões para serem queimados[...]”⁶⁸⁰.

Oito a dez dias depois da batalha, López ordenou um bombardeio ao acampamento dos aliados, porém, esse só proporcionou alguns feridos ao exército brasileiro. Entre os dias 16, 17 e 18 de julho, os soldados foram obrigados a tomar uma trincheira inimiga que os

⁶⁷⁹ CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1998. p. 198, 199.

⁶⁸⁰ CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. p. 198, 199.

vinha bombardeando frequentemente. Para não serem vistos, agiram à noite e conseguiram alcançar seu objetivo com o preço de 5 mil homens.

Cristiano Pletz não relata mais episódios da guerra que participou, só diz que seu batalhão foi incorporado ao Exército e continuou ativo até o fim da guerra. Diz que “*não pretende escrever a história da guerra e sim alguns episódios interessantes, dos quais foi testemunha*”. Quando a guerra acabou, relata a festa que foi feita para receber os sobreviventes em Curitiba, mas para ele, essa era indescritível. A palavra mais próxima que encontrou para qualificá-la foi “loucura”.

A narrativa do major, apesar de curta, é extremamente rica para o entendimento da guerra. Não se sabe o que lhe aconteceu depois que retornou, não se dispõe também do futuro de seu irmão. Provavelmente não foi morto porque Cristiano só relata que o amigo João Pichet não regressou. Mesmo assim, não é difícil perceber que ele contribuiu para a história do Brasil, não só através de seus relatos, mas através da coragem de lutar para defender a sua pátria.

Conclusão

“*Morro com minha pátria*”. Essas foram às últimas palavras de Solano López quando foi morto em 1º de março de 1870. Assim, chegava ao fim a Guerra do Paraguai. As palavras do ditador serviram como premonição para seu país. Derrotado, as aldeias paraguaias foram abandonadas. As terras que não foram incorporadas aos países vencedores foram vendidas e transformadas em latifúndios. O mercado se viu obrigado a abrir-se aos produtos ingleses e o Paraguai adquiriu o primeiro empréstimo de sua história, empréstimo que nunca conseguiu pagar. O erro de López de atacar sem esperar o armamento inglês que já estava a caminho foi imperdoável para os paraguaios. Aquele país de destaque que tinha tudo para ser o mais desenvolvido do continente sul-americano, caíra num abismo profundo no qual não conseguiria levantar. López foi odiado por muito tempo, mas as gerações futuras de jovens se viram órfãos de um herói que exaltasse o Paraguai. O ditador então renasce como ídolo através do *lopizmo*, que adquiriu força nas décadas seguintes. Sobre a ditadura de Alfredo Stroessner (1959-1989), aqueles que criticavam Solano López eram perseguidos e até exilados. Como a Fênix, López renasce das cinzas.

O Brasil, apesar de adquirir uma boa parte de terras paraguaias, também não adquiriu uma vitória total. A guerra serviu como catalisadora de contradições que levaram o fim do

Império em 1889. A condução da guerra fez o Partido Liberal se afastar de D. Pedro II que perdeu uma base importante para sustentar seu poder, ao mesmo tempo em que surgiu o Partido Republicano. O Exército se fortalece como força amada e passa-se a ter uma nova visão, por parte da população, do recrutamento. Além disso, a participação de negros livres e dos próprios escravos na guerra ajudou para a escravidão ser questionada, aumentando os debates em torno dela até sua abolição em 13 de maio de 1888.

A Guerra do Paraguai, como foi visto, começou através de interesses na região do Prata, foi marcada pela violência no seu desenrolar, e ao seu fim, trouxe modificações para todos países platinos e para o Brasil. Por ter sido a primeira guerra fotografada, gerou repugnância de todo o mundo (a fotografia tornou tudo mais real), mas o sacrifício de todos seus combatentes e esse repúdio não foi o suficiente para servir de lição as gerações futuras. O século XX foi marcado pelos mais cruéis conflitos da história, onde a ganância de homens foi maior do que seu sentimento de humanidade. López talvez tenha sacrificado todo seu país pelo objetivo esdrúxulo de aumentar seus domínios, mas sua falha não intimida os políticos expansionistas de hoje que sacrificam seu povo por muito menos.

Bibliografia

ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. Soldados esquecidos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 29, p. 38-43, fev. 2008.

CASTRO, Therezinha de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque, 1808-1964**: a história contada por jornais e jornalistas. Rio de Janeiro: Record, 2001, v. 1.

DORATIOTO, Francisco. **A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. v. 1. p. 217

SQUINELO, Ana Paula. O império e a Guerra do Paraguai: a nação e seus protagonistas: a presença de Benjamin Constant na Guerra do Paraguai. **Fronteiras**: Revista de História.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul: jul./dez., v. 7, n. 14, p. 65-74,
2003.

Fontes

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. **A retirada da Laguna**: episódio da Guerra do Paraguai.
São Paulo: Ediouro, s.d. Disponível em:
<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/view/full/1854>. Acesso em: 26 maio 2007.

Paula Ribeiro Ferraz *

Resumo: O presente trabalho pretende fazer uma breve análise do décimo segundo gabinete do Segundo Reinado, que ficou conhecido como o *Gabinete da Conciliação* (1853-1857). O objetivo primeiro do artigo é destacar a produção historiográfica brasileira acerca do tema, bem como apontar novas perspectivas para o estudo da política da *Conciliação*. O que chama a atenção é a relativa falta de bibliografia sobre um assunto fundamental para a compreensão do funcionamento da política imperial do reinado de Pedro II. A revisão bibliográfica, desta maneira, irá abarcar desde o panfleto de Justiniano José da Rocha, datado de 1855, até as últimas teses produzidas nas academias brasileiras. As novas perspectivas de estudo, por sua vez, partem de apontamentos iniciais de uma futura pesquisa, que analisa o contexto da política proposta por Paraná, desde os eventos da Revolução Praieira (1848) até o término do gabinete, em 1857. A metodologia do trabalho consiste na análise das fontes, primárias e secundárias, sobre tema, que inclui livros, teses, dissertações e artigos.

Palavras-chave: Segundo reinado, gabinete da Conciliação, marquês de Paraná, partidos imperiais.

Abstract: The present paper's intent is to briefly analyze the Second Reign's twelfth cabinet, known as the *Conciliation Cabinet* (1853-1857). Our primary objective is to highlight Brazilian historiographic production concerning the subject, and point towards some new perspectives on the study of the *Conciliation* policy. What caught up the eye was a relative lack of bibliography on this subject, which is fundamental for the understanding of the imperial policy in Pedro II's reign. Thus, the literature review will range from Justiniano José da Rocha's pamphlet, dated from 1855, to the latest theses from Brazilian academies. The new study perspectives, in turn, start from initial notes on a future research, analyzing the context of a policy proposed by Paraná, from the events of Praieira Revolution (1848) until the end of the cabinet, in 1857. This paper's methodology consists in analyzing the primary and secondary sources on the subject, including books, theses, dissertations and articles.

* Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista do PIBIC - CNPq com o projeto “A ‘Liga Progressista’: Imprensa, Partidos e Identidades Políticas na Corte (1856-1870)”, sob a orientação da Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa.

Keywords: Second Reign, Conciliation Cabinet, Paraná marquis, imperial parties.

Introdução

No dia 6 de setembro de 1853 assumiu o 12º gabinete do Segundo Reinado, que ficou conhecido como o Gabinete da Conciliação. De acordo com seu idealizador, Honório Hermeto Carneiro Leão, “a *conciliação* não significava *unir os partidos*, nem tão pouco conferir-lhes *unidade de pensamento*. Tratava-se de um modo diferente de encarar a política”⁶⁸¹, de forma a garantir um apoio mais amplo ao ministério.

Após um período de afastamento, os conservadores haviam voltado ao poder em 1848⁶⁸². Assumindo o governo em 29 de setembro de 1848⁶⁸³, o gabinete conservador se manteve até 11 de maio de 1852⁶⁸⁴, quando foi substituído por outro, inteiramente seu continuador. Este, por sua vez, se manteve até 6 de setembro de 1853, “*quando a vida política tomou outras formas*”, sob o signo da chama Conciliação⁶⁸⁵.

Foram oito nomes que integraram o Gabinete da Conciliação: *Marquês do Paraná*, presidente do Conselho e ministro da Fazenda; *Visconde do Bom Retiro*, ministro do Império; *Nabuco de Araújo*, na pasta da Justiça; *Visconde de Abaeté*, na pasta dos Estrangeiros e depois na da Fazenda; *Visconde do Rio Branco*, nos Estrangeiros e na Marinha; *Barão de Cotegipe*, na pasta Fazenda e depois na Marinha; *Pedro Alcântara Bellegarde*, ministro da Guerra e *Duque de Caxias*, também na pasta da Guerra⁶⁸⁶.

A formação do novo ministério foi notável⁶⁸⁷, todos os ministros, exceto Paraná e Abaeté, eram homens novos, com pouca experiência política. A solidez da organização foi provada pelo fato do gabinete ter continuado com a mesma constituição mesmo depois da

⁶⁸¹ VAINFAS, Ronald (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2002, p.154.

⁶⁸² A respeito deste período e das disputas entre conservadores e liberais ver **Brazil: The Forging of a Nation**. Stanford CA: Stanford University Press, 1988. Especialmente o capítulo 8, “The Nation Forged 1842-1852”.

⁶⁸³ Décimo gabinete do Segundo Reinado, chefiado por Pedro Araújo Lima (Marquês de Olinda). JAVARI, Barão de. **Organizações e Programas Ministeriais: Regime Parlamentar no Império**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1962, p.113-114.

⁶⁸⁴ Décimo primeiro gabinete do Segundo Reinado, chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí). JAVARI, Barão de. Op. cit.

⁶⁸⁵ IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Diefel, 1985. 5ª edição. Tomo II, vol. III, p.12.

⁶⁸⁶ JAVARI, Barão de. Op cit.

⁶⁸⁷ A análise da composição do gabinete é um dos elementos necessários para se compreender a política da Conciliação. Tal abordagem, porém, será objeto de trabalhos seguintes.

morte de Paraná e pelo fato dos homens que Honório reuniu em torno de si terem mostrado as qualidades de administradores que ele tanto apreciava.

“A atividade do Ministério Paraná exerceu-se em quase todos os ramos da administração, sendo grande a lista das suas fundações e reformas”⁶⁸⁸, das quais as mais notáveis foram as reformas judiciária e eleitoral.

O Gabinete da Conciliação, porém, pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, de setembro de 1853 a setembro de 1856, período em que o marquês de Paraná esteve a frente do ministério; e o segundo, de setembro de 1856 a maio de 1857, período em que, devido a morte de Paraná, o gabinete passou a ser chefiado por Caxias, fase em que a idéia de Conciliação perdeu vigor e eficácia e o ministério se manteve apenas para os expedientes de rotina.

O estado da arte

No ilustre “*Ensaio e Estudos: crítica e história*” de Capistrano de Abreu, publicado postumamente em três volumes nos anos de 1931, 1932 e 1938, respectivamente, há uma brevíssima menção ao Gabinete da Conciliação. No capítulo “Phases do Segundo Império” o grande historiador brasileiro do século XIX explica que “a conciliação implicava abrandamento de paixões, renúncia a meios violentos, defesa contra o rotativismo ensaiado em São Christovão, crença na virtude saneadora dos comícios”⁶⁸⁹. Capistrano resume ainda os anos de 1850 como uma década sobretudo próspera. A rápida citação, porém, não permite uma análise sobre o que de fato teria consistido o gabinete de Paraná para a década de 1850 e para o Império.

Oliveira Lima em “*O movimento da Independência: O Império Brasileiro (1821-1889)*”, de 1923, descreve Paraná como um político de extraordinário bom senso e realçado por uma tenacidade que beirava a obstinação, teria tratado ele em 1853 “de fundir elementos de grande valia sob um programa simpático de paz”⁶⁹⁰. Escrevendo já no século XX, Oliveira Lima parece reconhecer, ainda que equivocadamente⁶⁹¹, a importância da política da

⁶⁸⁸ NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 5ª edição. 2v, p.345.

⁶⁸⁹ ABREU, Capistrano de. **Ensaio e Estudos: críticas e história**. 3ª série. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1938. 1ª edição.

⁶⁹⁰ LIMA, Manuel de Oliveira. **O movimento da Independência: O Império Brasileiro (1821-1889)**. São Paulo: Melhoramentos, 1962. 4ª edição.

⁶⁹¹ Parece equivocado compreender o Gabinete da Conciliação como simplesmente um “programa simpático de paz”, pois existem mais elementos que precisam ser analisados ao se estudar o Ministério Paraná.

Conciliação para o Império e para os partidos políticos. Porém, como sua obra passa por todas as fases do Império, não há verdadeiramente uma análise sobre o que teria sido e o que teria representado a Conciliação.

Mais próximo das ciências sociais do que propriamente da História, é difícil não citar Raymundo Faoro com “*Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*”. Sua obra mais famosa foi publicada pela primeira vez em 1958, mas foi a segunda edição, de 1975, que ganhou repercussão nas academias. Faoro destaca que durante todo o Segundo Reinado a média de duração dos ministérios era de um ano e três meses, reservada a glória de duração em torno de quatro anos apenas a dois ministérios, um deles o de Paraná, o qual marcou o fim de uma linha particular inconfundível que diferenciava os partidos⁶⁹². O autor, entretanto, não procura entender porque o gabinete da Conciliação foi um dos de maior duração e nem desenvolve o argumento de que a partir dele as configurações partidárias teriam ficado mais confusas.

A obra “*Marquês do Paraná: um varão do Império*” de Maurílio de Gouveia, publicada em 1962, apesar de pouco conhecida, é talvez a única biografia de peso do Marquês de Paraná. O livro possui vinte capítulos distribuídos em quase trezentas páginas, que contam a história do orquestrador da Conciliação, desde o nascimento em Minas Gerais até os últimos anos de vida, no topo da carreira política. Gouveia traça um perfil bastante positivo de Honório Hermeto Carneiro Leão, louvando sempre seus feitos políticos, principalmente nos anos em que foi presidente do Conselho de Ministros. Para o autor, o marquês “enobreceu toda uma varonia de estadistas dos tempos ilustres do Império”⁶⁹³. Porém, por se tratar de um livro biográfico, possuiu diversas lacunas relativas ao que tenha representado politicamente a Conciliação.

No livro “*Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*”, editado pela primeira vez em 1965, José Honório Rodrigues ressalta na introdução que é o

Capítulo maior deste livro, ‘A Política de Conciliação’, pois mostra que o espírito anti-reformista dominou nossa história e a conciliação formal, partidária, visava a romper o círculo de ferro do Poder, para que as facções divergentes, os dissidentes, pudessem dele fazer parte⁶⁹⁴.

⁶⁹² FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1996, 10ª edição.

⁶⁹³ GOUVEIA, Maurílio de. **Marquês do Paraná: um varão do Império**. Rio de Janeiro, s/d. 2ª edição.

⁶⁹⁴ RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Para Rodrigues, portanto, a conciliação teve o objetivo de trazer ao poder grupos que até então se viam afastados do governo. O autor ressalta ainda que “a Revolução da Praia mostrou que era preciso um entendimento ultrapartidário”⁶⁹⁵. Desta maneira, Rodrigues chamou atenção, pela primeira vez, para os impactos da revolução de 1848 em Pernambuco e sua relação com o Gabinete de Paraná.

Rodrigues aponta também os políticos que durante os anos do Gabinete Paraná estiveram a favor ou contra a política conciliatória e, por isso, talvez seja o autor que tenha mais se aproximado de uma abordagem acerca de identidades políticas e posições partidárias.

“*História Geral da Civilização Brasileira*”⁶⁹⁶ é outra obra em que encontramos referências do Gabinete da Conciliação. A coleção organizada por Sérgio Buarque de Holanda, dividida em três tomos, foi publicada de 1960 a 1972. No capítulo “Vida Política, 1848/1868”⁶⁹⁷ é Francisco Iglesias que apresenta sua versão sobre os anos do Ministério Paraná. Depois de “*Um Estadista do Império*”, é o texto que possui mais informações sobre o tema; o autor faz uma cronologia dos acontecimentos e destaca os principais debates parlamentares. Ao final, porém, concluiu que “de setembro de 1853 a setembro de 1856 tentou-se realmente a conciliação”⁶⁹⁸, o que pode ser bastante questionável, uma vez que parece necessário analisar mais minuciosamente se todos os envolvidos com a política da Conciliação a buscaram de fato ou ainda se existiam outros interesses em questão.

Os dois próximos livros aqui citados são verdadeiros clássicos sobre o século XIX, “*A Construção da Ordem & Teatro de Sombras*”, publicados inicialmente separados em 1980 e 1988, respectivamente, e “*O Tempo Saquarema*”, de 1987. Entretanto, apesar de serem grandes obras sobre a política e os partidos imperiais, nenhum dos dois aborda especificamente o Gabinete Paraná.

⁶⁹⁵ Idem.

⁶⁹⁶ “A HGCB pode ter colaborado com a sedimentação de uma comunidade acadêmica, o que implica em um processo de formação de um sistema de autores e leitores que culminou com uma mudança de eixo nos estudos históricos no Brasil do período colonial para o século XIX, perceptível especialmente no final dos anos 60. Não é por acaso que os 7 tomos analisados, apenas dois dizem respeito ao período colonial, compreendendo mais de 300 anos, e os outros cinco volumes ao Império, período que formalmente durou menos de 70 anos. A HGCB provavelmente colaborou e impulsionou esta mudança que significa a queda do paradigma nacional de construção do discurso histórico por intermédio da especialização do historiador e de seu instrumental, processo iniciado pelo menos desde os anos 30” NICODEMO, Thiago Lima. “A Herança Colonial – Sérgio Buarque de Holanda e a História Geral da Civilização Brasileira”. **I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004.

⁶⁹⁷ IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Diefel, 1985. 5ª edição. Tomo II, vol. III.

A primeira edição do volume três do tomo dois é de 1967.

⁶⁹⁸ IGLÉSIAS, Francisco. Op.cit.

José Murilo de Carvalho faz citações a Conciliação no capítulo em que trabalha questões referentes às eleições e cidadania. Para o autor

A representação das minorias surgiu como preocupação, não por acaso, durante o período chamado da Conciliação, cujo ponto culminante foi o Ministério dirigido pelo marquês de Paraná (1853-1857). O último recurso às armas por parte dos liberais (a revolta da Praia de 1848) facilitara o domínio completo dos conservadores por meio de seu grupo mais representativo, o dos saquaremas do Rio de Janeiro, assentados economicamente na grande expansão do café no Vale do Paraíba. Entre os liberais, no entanto, inclusive os da Praia, havia também proprietários de terra. Eles eram parte integrante da classe de grandes proprietários rurais. Mantê-los afastados do poder era introduzir um elemento de ameaça ao sistema, era apostar na crise, se não a curto prazo, certamente a médio prazo... o principal esforço de abertura aos liberais veio na proposta de reforma eleitoral. Eram dois os aspectos principais da proposta: a introdução do voto distrital e as incompatibilidades eleitorais⁶⁹⁹.

Ilmar Rohloff de Mattos, por sua vez, aborda o Gabinete da Conciliação como um momento de consolidação de um processo de cinco anos (1848-1852) de ação governativa e administrativa que resultou na “direção saquarema”.⁷⁰⁰ O autor ressalta, porém, a necessidade de se romper com a concepção de tempo que ordena a análise de Justiniano Jose da Rocha⁷⁰¹, que “obriga a entender os conflitos e contradições que se apresentam na sociedade, em determinado intervalo de tempo, nos termos de uma seqüência temporal, produtora ao final de uma síntese superior”.⁷⁰²

Esses dois clássicos, porém, não se detém mais profundamente na política da Conciliação. Os autores citam esse período, percebem que foi um momento de mudança nas configurações partidárias, mas não desenvolvem o trabalho a partir disso.

Izabel Marson, em “*O Império do Progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*”, de 1987, faz uma importante reinterpretação do movimento praieiro. Izabel Marson analisa a Conciliação, por sua vez, como “forma eficiente de impedir o fortalecimento da oposição, única alegação capaz de dobrar os mais radicais e intransigentes”⁷⁰³. Entretanto, o objeto de análise do trabalho é a Revolução Praieira em si e não o Ministério de Paraná, desta maneira, faltam elementos que interliguem mais precisamente esses dois momentos, a partir de uma perspectiva que parta da própria Conciliação e do governo central.

⁶⁹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem & Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 4ª edição.

⁷⁰⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

⁷⁰¹ As contribuições de Justiniano José da Rocha para o estudo da Conciliação serão abordadas posteriormente.

⁷⁰² MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit.

⁷⁰³ MARSON, Izabel Andrade. **O império do progresso: a revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Encontramos ainda referências a política da Conciliação em “*Trajatória Política do Brasil (1500-1964)*” de Francisco Iglésias, publicado em 1993. No capítulo “O Segundo Imperador” o autor analisa a alternância no poder entre conservadores e liberais durante o governo de D. Pedro II, citando as revoluções liberais de 1842 e 1848. Para Iglésias no jogo contínuo de mudanças entre os partidos, na segunda metade do século

O quadro fica um pouco mais confuso, com a busca da paz e o fim das lutas partidárias. Tudo parte do desejo de conciliação, para o bem geral: estabeleceu-a em 1853 o gabinete do mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão [...] Era uma relativa trégua, paz armada que não perduraria.⁷⁰⁴

Porém, talvez por ter o livro um recorte temporal muito amplo, o autor não tenha tido a intenção de desenvolver mais profundamente o tema da Conciliação, restrita a um parágrafo.

A maior parte das obras citadas até aqui são muito difundidas e já constituem trabalhos sólidos e bastante reconhecidos. Entretanto, a renovação da história política nas últimas décadas⁷⁰⁵ tem trazido à tona os “velhos temas”, que voltam a ser pesquisados. Nesse sentido, o Gabinete Conciliação vem ganhando espaço também em pesquisas mais recentes.

Como exemplo desses trabalhos mais atuais podemos citar o de Fábio Santiago Santa Cruz, “*Em busca da conciliação: Idéias políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*”⁷⁰⁶, tese de doutorado defendida em 2008 no programa de pós-graduação da Universidade de Brasília. Fábio Santa Cruz trabalhou as práticas de conciliação na vida política do Império de 1831 à 1855, argumentando que nesse período a busca pela conciliação política influenciou os debates parlamentares da época. O gabinete de 6 de setembro de 1853, porém, foi abordado de forma rápida, relegado ao último e breve capítulo do trabalho.⁷⁰⁷

Para além de todos os trabalhos já abordados, duas obras não podem deixar de serem analisadas ao se estudar o Gabinete da Conciliação, a saber, o panfleto de Justiniano José da Rocha e o livro de Joaquim Nabuco. Esses trabalhos, que podem ser visto como “fontes”,

⁷⁰⁴ IGLÉSIAS, Francisco. **Trajatória política no Brasil (1500-1964)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

⁷⁰⁵ GOMES, Ângela de Castro. “*Política: história, ciência, cultura, etc*”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, jan./jun. 1996.

⁷⁰⁶ SANTA CRUZ, Fábio. “**Em busca da conciliação: Idéias políticas no Parlamento do Império do Brasil**”. Brasília, DF: Tese de doutoramento em História, UNB, 2008.

⁷⁰⁷ Outra pesquisa recente é a de Suzana Cavani Rosas, “*Os emperrados e os ligeiros: a história da Conciliação em Pernambuco (1849-1857)*”, tese de doutorado defendida em 1999 no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Suzana Cavani estudou a Conciliação, analisando-a, porém, a partir do contexto pernambucano e, portanto, com enfoque na política regional. Ver ROSAS, Suzana Cavani. “**Os emperrados e os ligeiros: a história da Conciliação em Pernambuco (1849-1857)**”. Recife, PE: Tese de doutoramento em História, UFPE, 1999.

marcaram, de diversas maneiras, praticamente todas as interpretações sobre período e sobre a política da Conciliação.

A primeira referência sobre a Conciliação é o panfleto político “*Ação, Reação e Transação: Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*” de Justiniano José da Rocha, publicado em 1855. Representante da província de Minas Gerais na quinta, oitava e nona legislatura, a última eleição de Justiniano para a Câmara temporária coincidia com a ascensão do gabinete chefiado por Paraná e foi em função desse movimento político que escreveu sua obra mais famosa.

No panfleto a história do Brasil foi dividida em cinco fases: as duas primeiras seriam a “Ação Democrática”, de 1822 a 1836; as outras duas a “Reação Monárquica”, de 1836 a 1852; e por fim, a “Transação”, iniciada em 1853 com a Conciliação, momento em a sociedade teria chegado a um período feliz de clama e de reflexão⁷⁰⁸.

Para Magalhães Junior,

A finalidade imediata do autor era a de fortalecer a política desenvolvida pelo marquês de Paraná, o artífice da ‘conciliação’. Para atingir esse objetivo, dá-nos um quadro histórico da política brasileira, desde 1822 até aquela época, realmente magistral, pelo espírito de síntese, e em verdade digno de ser lido. Nele chega Justiniano José da Rocha à conclusão de que, então, alcançavam os paridos e o Império a sua maturidade política⁷⁰⁹.

A opinião de Justiniano sobre o gabinete certamente se modificou durante a legislatura, chegando a acusar o ministério de tirano, despótico e vizinho do absolutismo. Entretanto, a aparente apologia feita a Conciliação em seu panfleto foi o que de fato marcou posteriores interpretações sobre o 12º gabinete do Segundo Reinado. Segundo Magalhães Junior, o panfleto de Justiniano José da Rocha forneceu a Joaquim Nabuco a linha mestra dos primeiros capítulos de seu famoso livro “*Um Estadista do Império*”.

A obra de Joaquim Nabuco, sem dúvida alguma, é ainda hoje a principal referência sobre o Ministério Paraná. “*Um Estadista do Império*”, publicado pela primeira vez em 1899, é citado por praticamente todos os autores que trabalham, de uma maneira ou de outra, a política imperial. Nabuco dedica oito capítulos do livro à Conciliação, destaca os principais debates parlamentares e as reformas mais importantes implantadas durante os anos do gabinete. Contudo, nas palavras do autor: “escrevendo a vida do último senador Nabuco de

⁷⁰⁸ ROCHA, Justiniano José da. *Ação, Reação e Transação: Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três panfletários do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

⁷⁰⁹ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três panfletários do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

Araújo, não dou senão uma espécie de vista lateral da sua época”⁷¹⁰. O foco de Joaquim Nabuco, deste modo, não é propriamente a Conciliação, mas a biografia de seu pai, que o leva a dar ênfase apenas nos fatos mais relevantes para a vida, privada e pública, de Nabuco de Araújo.

Lucia Maria Guimarães em “*Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*” fez uma reinterpretação do panfleto de Justiniano José da Rocha, argumentando que “a linguagem utilizada por Justiniano demonstra que, embora apoiasse o que definia por *Transação*, não pretendia enaltecer a política desenvolvida pelo marquês de Paraná, como fazem crer Raymundo Magalhães Junior e Francisco Iglesias”⁷¹¹. A autora também questionou certo silêncio na obra de Joaquim Nabuco no que se refere ao panfleto de Justiniano, ao dispensar um tratamento curioso ao autor de “*Ação, reação e transação*”.

Segundo a documentação estudada pela autora, existia uma cumplicidade que caracterizava a ligação entre Justiniano José da Rocha e Nabuco de Araújo, algo que se relaciona com “a face promiscua das relações entre poder e imprensa”⁷¹². A partir disso, questionou a paternidade do panfleto, que poderia ser, na verdade, de autoria do próprio Nabuco de Araújo.

O texto de Lucia Guimarães propõe uma reflexão sobre “*Ação, reação e transição*”, mas vai mais além, nos faz ponderar sobre todas as posteriores interpretações sobre a política da Conciliação, na medida em que partem, na grande maioria, do próprio panfleto. Para a autora,

De qualquer maneira, seria lamentável minimizar a importância política do panfleto, sobretudo no que toca a política da Conciliação. Mais do que seguir a pista deixada por Joaquim Nabuco e descobrir o mistério da autoria, parece-nos problemático que a historiografia aceite, sem a devida contextualização, os argumentos utilizados em um texto de circunstância, quem sabe escrito de encomenda, e tomá-lo como uma das matrizes interpretativas do processo de consolidação do Estado imperial⁷¹³.

Assim, sem excluir ou desqualificar essas duas grandes fontes para o período, parece necessário uma análise que ultrapasse tais obras e busque compreender o Gabinete da Conciliação “para além” de Justiniano José da Rocha e Joaquim Nabuco.

⁷¹⁰ NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 5ª edição. 2v.

⁷¹¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “*Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Império**: Novos Horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁷¹² Idem.

⁷¹³ Idem.

Conclusão: novas perspectivas.

Ao analisar os trabalhos que abordam o Gabinete da Conciliação o aspecto que chama a atenção é o fato dos autores parecerem reconhecer a importância do Ministério de 6 de setembro de 1853, seja como ponto de inflexão ou como momento de conclusão, seja a partir de trajetórias individuais ou da própria história do Segundo Reinado.

Entretanto, são visíveis as lacunas de tais estudos no que se referem especificamente as análises do tema em questão, a maioria dos autores não faz mais do que mencionar o Gabinete e sua política, o que nos permite concluir que a política proposta por Paraná precisa ser examinada de forma mais profunda e a partir de uma perspectiva diferenciada.

Assim, uma nova perspectiva de pesquisa parte da tentativa de compreender a situação de conservadores e liberais nos anos que antecederam o Gabinete, mais precisamente desde o fim da Revolução Praieira (1848), que marcou a volta dos saquaremas ao poder. Ao que parece, enquanto conservadores buscavam uma forma mais eficaz de evitar as rebeliões liberais que marcaram os anos de 1840, liberais possivelmente se conscientizaram de que eram necessárias novas estratégias, diferentes da via revolucionária, para se chegar ao governo.

Na realidade, o que se pretende analisar é o que havia acontecido com as identidades partidárias e principalmente qual o significado atribuído pelos políticos, de ambos os partidos, e também pelos letrados, para a política da Conciliação.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. **Ensaio e Estudos**: críticas e história. 3ª série. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1938. 1ª edição.

BARMAN, R. **Brazil**: The Forging of a Nation. Stanford CA: Stanford University Press, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem & Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 4ª edição.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1996, 10ª edição.

GOMES, Ângela de Castro. “*Política: história, ciência, cultura, etc*”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, jan./jun. 1996.

GOUVEIA, Maurílio de. **Marquês do Paraná: um varão do Império**. Rio de Janeiro, s/d. 2ª edição.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Diefel, 1985. 5ª edição. Tomo II, vol. III.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajecória política no Brasil (1500-1964)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

JAVARI, Barão de. **Organizações e Programas Ministeriais: Regime Parlamentar no Império**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1962.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O movimento da Independência: O Império Brasileiro (1821-1889)**. São Paulo: Melhoramentos, 1962. 4ª edição.

MARSON, Izabel Andrade. **O império do progresso: a revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três panfletários do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 5ª edição. 2v.

ROCHA, Justiniano José da. *Ação, Reação e Transação: Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três panfletários do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ROSAS, Suzana Cavani. **“Os emperrados e os ligeiros: a história da Conciliação em Pernambuco (1849-1857)”**. Recife, PE: Tese de doutoramento em História, UFPE, 1999.

SANTA CRUZ, Fábio. **“Em busca da conciliação: Idéias políticas no Parlamento do Império do Brasil”**. Brasília, DF: Tese de doutoramento em História, UNB, 2008.

VAINFAS, Ronald (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2002.

Arte, Cultura e Religião

A Precisão e a Distorção: Diálogos entre Diego Velázquez e Francis Bacon.

Antonio Gasparetto Júnior*

Resumo: O presente artigo é uma análise do diálogo entre dois pintores bem separados no tempo, Diego Velázquez e Francis Bacon. Nesse sentido pretende-se apresentar e discutir as releituras feitas por Bacon do quadro Inocência X de Velázquez.

Palavras-chaves: Diego Velázquez; Francis Bacon; Inocência X.

Abstract: This article analyzes the dialog between two painters so separated by time, Diego Velázquez and Francis Bacon. By this way, we want to show and debate about the rereading made by Bacon of Velázquez's Innocent X.

Keywords: Diego Velázquez; Francis Bacon; Innocent X.

Introdução

O pintor espanhol Diego Velázquez viveu no século XVII e foi o pintor da realeza, destacou-se desde cedo pela precisão em suas pinturas. Com reconhecido dom e incansável nos estudos das Belas Artes não tardou para que conquistasse a fama como artista. Muitos consideram seu quadro de Inocência X como o primeiro retrato da história.

Já o pintor irlandês Francis Bacon viveu no século XX e foi muito influenciado pela beleza das obras de Velázquez, porém sua característica nunca foi a precisão apresentada pelo espanhol. Muito pelo contrário, Bacon aposta na distorção e angústias de suas imagens, suas pinceladas não possuem a suavidade quase real de Velázquez, mas causam traços de impacto e desconforto no observador que fica aflito com o tipo de agressão que o irlandês oferece ao sistema nervoso. Exatamente três séculos após Velázquez pintar o retrato de Inocência X, Bacon arrisca-se pelos caminhos da releitura e oferece perspectivas de um novo tempo para a obra prima de 1650.

* Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Neste artigo procura-se apresentar um pouco do diálogo existente entre Diego Velázquez e Francis Bacon, a partir da descrição de suas obras, que envolvem Inocêncio X como retratado, e de uma breve compreensão do ambiente cultura e social ao qual cada um dos pintores foi submetido em suas vidas é possível notar como cada tempo traz suas características e que ficam evidentes através da arte. É importante compreender o homem associando, inicialmente, dois fatores: o seu tempo e espaço de vida. Partindo dessas duas premissas é que se pode compreender a beleza de obras que são tão contrastantes, como neste caso, mas que carregam em si toda uma série de significados ou sentimentos de um pintor ou uma sociedade, que aqui se separam por 300 anos, e ainda permitem gerar resultados tão significativos para a História da Arte.

A precisão de Velázquez



Dom Diego Velázquez de Silva nasceu no dia 6 de junho de 1599 em Sevilha, filho de um nobre advogado de ascendência portuguesa, Juan Rodríguez de Silva, e uma sevilhana, Dona Jeroníma Velázquez. Sua família percebeu sua vocação logo cedo e em 1610 foi levado para estudar com Francisco Herrera, um pintor naturalista apaixonado pela arte de Caravaggio. Entrou como aprendiz no estúdio de Francisco Pacheco em dezembro do mesmo ano, já no começo do ano seguinte seu pai assinou um contrato em nome de Velázquez para um aprendizado ao longo de seis anos com Pacheco. Assim o jovem pintor se dedicou ao estudo das Belas Artes inclinando-se para um capricho singular e notável, iniciando com pinturas de animais em geral onde demonstrava grande capacidade nas representações que pareciam naturais. Incansável nos estudos, exercitava-se com as lições gravadas na história da pintura de vários autores, como as técnicas de simetria do corpo humano, em Alberto Duvero; de anatomia, em André Bexalia; de fisionomia, em Juan Batista Porto; de perspectiva, em

⁷¹⁴ Auto-retrato de Diego Velázquez disponível em <http://pt.wikipedia.org>

Daniel Bárbaro; de geometria, em Euclides; de aritmética, em Moya; e de arquitetura, em Vitrubio e Vênola⁷¹⁵.

Velázquez casou-se com a filha de seu professor, Juana, com quem teve Francisca. A personalidade de seu mestre e sogro o forneceu uma sólida formação técnica e acesso a um meio valioso para sua profissão, Pacheco o encarregou de ir a Madrid em 1622 e pintar o retrato do poeta Luís de Góngora, nesta viagem foi apresentado ao conde-duque de Olivares e passou a ter acesso às coleções reais. Em 1623 o rei da Espanha, Felipe IV, já encantado com o trabalho de Velázquez, encomenda seu retrato e termina o nomeando como pintor real em substituição a Rodrigo de Villandrano, o qual havia falecido no ano anterior. Infelizmente o paradeiro dessa obra, retrato eqüestre do rei, é desconhecido.

O pintor espanhol foi muito influenciado no início pelas técnicas do contraste entre zonas escuras e zonas iluminadas por um único foco de luz usadas por Caravaggio, as quais são conhecidas como *tenebrismo*, buscava nelas mostrar os detalhes de cada modelo. Ao conhecer o pintor barroco Rubens despertou o desejo de conhecer a Itália, onde iria passar algum tempo em duas oportunidades. Conseguiu a liberação do rei em 1629 e foi para Veneza, onde ficou encantado com tudo que viu. Segundo Henriqueta Harris, o pintor fez uma cópia de um quadro de Tintoretto, que representa Cristo dando comunhão aos discípulos, e estudou em obras de Michelangelo e Rafael em Roma⁷¹⁶. Como seus serviços faziam falta ao rei espanhol decidiu retornar depois de um ano e meio de ausência, em 1631, e foi muito bem recebido.

Somente muitos anos mais tarde Velázquez consegue retornar à Itália, na ocasião o rei espanhol desejava montar uma galeria adornada por grandes pinturas e Diego Velázquez se ofereceu para ir até Roma e Veneza escolher e buscar as melhores obras de Tiziano, Pablo Veronés, Bassano, Rafael Urbino, Parmesano, entre outros. De acordo com Julián Gállego, a embaixada real saiu de Málaga em 21 de janeiro de 1649 e chegaram a Génova no dia 11 de março⁷¹⁷. Velázquez levava ainda consigo um presente para o papa, que encontraria em Roma, em função das comemorações de seu jubileu. Até chegar a Roma o pintor passou por outras cidades nas quais recebeu várias encomendas e teve contato com outras diversas obras e pintores. Ao longo dessa segunda viagem à Itália teve contato, em especial, com Cartona,

⁷¹⁵ HARRIS, Enriqueta. *Velázquez*. Akal Ediciones, 2003.

⁷¹⁶ HARRIS, Enriqueta. Op. Cit. P. 202-203

⁷¹⁷ GÁLLEGO, Julián. *Diego Velázquez*. Anthropos editorial del hombre, 1983. P. 104

Sacchi, Cerquozzi, Salvador Rosa⁷¹⁸, Poussin e Claude Lorrain⁷¹⁹. No tocante de sua missão incumbida pelo rei espanhol, Boschini, veneziano pintor e poeta aluno de Palmo, relata que Velázquez comprou pelo menos cinco quadros, entre eles dois de Tiziano, um de Tintoretto e dois de Veronés. Adquirindo ainda um conjunto de pinturas de Tintoretto também antes do regresso⁷²⁰.

Em Roma foi muito bem recebido e tratado especialmente pelo sobrinho adotivo do papa Inocêncio X. Como retratista na corte papal tudo indica que Velázquez não teve inimigos, pois era amigo dos grandes mestres do retrato, os escultores Gianlorenzo Bernini e Alessandro Algardi. Inclusive, os retratos feitos por Velázquez excederam em muito as obras dos mesmos, retratando desde seu ajudante até o papa, o que dificulta até mesmo uma cronologia das obras⁷²¹.

Sem dúvida seu trabalho mais importante seria o retrato de Inocêncio X. Monsenhor Giovanni Battista Pamphili, nascido em 6 de maio de 1574, havia se tornado o supremo pontífice em 15 de setembro de 1644 assumindo abertamente uma postura contra os franceses, como demonstra Eamon Duffy⁷²². Inocêncio era inimigo do partido francês e chegou a expulsar alguns franceses de Roma, outros para se adaptar adotaram o traje espanhol. Madrid aplaudiu sua eleição, já que no papado anterior Urbano VIII havia dirigido sua política toda em função da França e deixou de lado totalmente a Espanha. Entretanto, Inocêncio X não deixava muito claro seus sentimentos, era de caráter difícil, era reservado e caprichoso, ora cortês e ora frio⁷²³. No lado artístico é um papa de luxo, Bonamini, Rainaldi e Algardi ganham muito com o novo pontífice. Velázquez também dará um grande passo rumo a solidificação e glória de seu nome como pintor ao produzir o retrato do papa, Julián Gállego comenta que antes dele Bernini e Algardi também fariam retratos do papa, onde expressariam a imperiosa autoridade de Inocêncio⁷²⁴, mas nenhuma obra superaria a maestria do trabalho do espanhol. Segundo Jonathan Brown, Inocêncio conheceu Velázquez quando esteve em Madri, entre 1626 e 1630, na ocasião como núncio e desde então admirava o trabalho do pintor da corte espanhola⁷²⁵.

⁷¹⁸ Salvador Rosa era também músico, poeta, ator e desenhista.

⁷¹⁹ GÁLLEGO, Julián. Op. Cit. P. 109

⁷²⁰ GÁLLEGO, Julián. Op. Cit. P. 105

⁷²¹ HARRIS, Enriqueta. Op. Cit. 2003.

⁷²² DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores: história dos papas*. São Paulo: Cosac e Naify, 1998.

⁷²³ GÁLLEGO, Julián. Op. Cit. P. 108

⁷²⁴ GÁLLEGO, Julián. Op. Cit. P. 108

⁷²⁵ BROWN, Jonathan. *Velázquez*. Paris: Fayard, 1988. P. 47



726

Foi no ano 1650 que Velázquez pintou o retrato de Inocêncio X, mas antes de fazê-lo o espanhol preparou-se para a missão retratando o busto de seu escravo e ajudante mouro Juan de Pareja, que o acompanhava em sua viagem. Julián Gállego destaca que Velázquez foi eleito para a Congregazione dei Virtuosi, pouco depois de sua eleição para a Academia de São Lucas, e o quadro figurou com destaque na festa de San José em Roma⁷²⁷. Finalmente Velázquez começaria a pintar o seu modelo mais proeminente, pintado por ocasião do jubileu de Inocêncio X, além disso, acabara de completar 76 anos de idade. Mesmo velho o papa ainda tinha a vitalidade de um jovem, mas sua feiúra o desqualificava como papa para alguns, no quadro de Velázquez essa questão é atenuada, mas em dois outros desenhos atribuídos ao mesmo essa característica se impunha⁷²⁸. O espanhol exprime toda sua técnica e familiaridade com a interpretação da psicologia dos poderosos amenizando os traços negativos, de acordo com Maurizio Marini o papa concedeu apenas uma instalação para se desenvolver a pintura, mas apesar de não ter gostado inicialmente do resultado final o papa reconheceu o empenho e os resultados positivos adquiridos⁷²⁹. Enrico Castelnuovo define o quadro dizendo que:

O papa está sentado, imponente, numa grande poltrona, a figura não é representada de meio corpo, mas talhada imediatamente abaixo dos joelhos, uma forma de enquadramento até então reservada aos assuntos religiosos e que provavelmente destes provinha.⁷³⁰

⁷²⁶ Diego Velázquez, *Inocência X*. Disponível em <http://cajondesastre.juegos.free.fr>

⁷²⁷ GÁLLEGO, Julián. Op. Cit. P. 111

⁷²⁸ BROWN, Jonathan. Op. Cit. P. 214-215

⁷²⁹ MARINI, Maurizio. *Velázquez*. Electo, 1992. P. 29

⁷³⁰ CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e Sociedade na Arte Italiana: ensaios de história social da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 54

De fato Castelnuovo tem razão, o retrato faz parte de uma série de efígies preliminares que Julián Gállego destaca indo de *Júlio II* de Rafael ou *Paulo III* de Tiziano até *Alessandro VII* de Baccicia ou a *Clemente IX* de Maratta, passando ainda pelo cardeal Spada de Guido Reni ou o cardeal Agucchi de Domeniquino. Entretanto Velázquez revoluciona essa série com a precisão do modelado e o uso da luz⁷³¹. Contudo, as convenções dos retratos pontifícios não ditavam somente as poses, mas também a harmonia cromática⁷³². O papa usa o barrete vermelho, o capelo e sobrepeliz branca, a cortina vermelha também figura frequentemente nos retratos dos grandes eclesiásticos e como se todo esse vermelho não fosse suficiente Velázquez ainda exhibe uma pele rosácea e tudo isso se junta aos toques de ouro da poltrona e do anel. Todo o vestuário papal está presente na tela. Todavia Maurizio Marini lembra que a visão de Velázquez é original e dinâmica, fazendo com que Inocêncio assumira uma métrica instantânea, o que o torna não somente um grande retrato, mas a síntese da época barroca e da concepção do mundo que ele deriva⁷³³. Já Julián Gállego destaca que há um feliz equilíbrio entre o psicológico e o puramente pictórico que se deve ao interesse do modelo. O papa se impõe, com seu olhar desconfiado que nos segue, uma sinfonia de vermelhos contrastada apenas pelo branco de sua vestimenta e da carta que segura em sua mão esquerda⁷³⁴.

O retrato final constitui uma demonstração da genialidade de Velázquez que uniu os elementos da tradição artística a uma técnica original, produziu um retrato definitivamente bem estimado⁷³⁵. O pintor parece ter recebido vida nova com um renomado estudo de Tiziano, o retrato é uma das mais poderosas evocações de uma pessoa e sua personalidade. De acordo com Henriqueta Harris nenhuma reprodução pode transmitir o impacto quase físico do quadro original, de um homem severo, feio e velho ou dar a idéia das brilhantes combinações das cores e suas nuances. E que ‘no original é difícil de ver como o forte modelado da cabeça foi terminado com pinceladas quase invisíveis’⁷³⁶, dando fama imediata e duradoura a Velázquez.

O sucesso do quadro não está somente no número de cópias feitas, mas também no número de encomendas recebidas após. De Inocêncio o pintor recebeu uma medalha de ouro com a efígie de Sua Santidade, de médio relevo, em uma corrente, além do auxílio para

⁷³¹ GÁLLEGO, Julián. Op. Cit. P. 111-112

⁷³² BROWN, Jonathan. Op. Cit. P. 216

⁷³³ MARINI, Maurizio. Op. Cit. P. 30

⁷³⁴ GÁLLEGO, Julián. Op. Cit. P. 111

⁷³⁵ BROWN, Jonathan. Op. Cit. P. 215

⁷³⁶ HARRIS, Enriqueta. Op. Cit. P. 150

realizar uma de suas maiores ambições que era se tornar membro de uma ordem militar espanhola. Levou ainda consigo uma cópia do quadro para a Espanha.

O papa retratado foi pontífice até o dia primeiro de janeiro de 1655, já Diego Velázquez faleceu cinco anos depois, em 6 de agosto de 1660. Sua fama estendeu-se após sua morte e afetou artistas bem mais a frente no tempo como Edouard Manet, Pablo Picasso e Salvador Dali⁷³⁷.

As interpretações de *Inocência X* por Francis Bacon



Francis Bacon nasceu em Dublin, Irlanda, no dia 28 de outubro de 1909 e faleceu em Madrid, Espanha, no dia 28 de abril de 1992 aos 83 anos de idade. Filho de pais ingleses e amigo de Lucien Freud, o neto pintor de Sigmund Freud, sua vida foi marcada pelo nazismo na Alemanha, pelo homossexualismo, pela asma e pelo alcoolismo. Era um pintor autodidata e foi considerado durante muito tempo ‘como um artista marginal e maldito, por ser provocador, obscuro e anticonformista’⁷³⁹, diz Beatriz Siqueira. Em 1925 vai para Londres onde começa a trabalhar como decorador de interiores, no ano seguinte começa a fazer desenhos e aquarelas, os primeiros óleos datam apenas de 1929. Realiza suas primeiras exposições entre 1933 e 1937 em parceria com outros pintores, mas acaba destruindo a maior parte de suas obras e se afasta do público até 1945, quando volta a expor e obter reconhecimento. Foi muito influenciado por Picasso e Van Gogh, mas buscava inspiração em Velázquez e Rembrandt. Agradava-lhe também as figuras nuas de Eadweast Muybridge.

⁷³⁷ Entre outras obras de destaque de Velázquez referidas ao longo da bibliografia estão, por exemplo: *As Meninas* (1656), *Vênus ao Espelho* (1644-48), *Retrato de Felipe IV*, *Retrato do Conde-Duque de Olivares*, *Infanta Margarida da Áustria*, *Cristo na Casa de Marta e Maria* (1619), *A Forja de Vulcano* (1630), *A Rendição de Breda* (1634), *A Coroação da Virgem*, *Os Bebedores* (1628), *As Fiandeiras* e *Santa Rufina*.

⁷³⁸ Francis Bacon, disponível em: <http://geometricasnet.files.wordpress.com>

⁷³⁹ SIQUEIRA, Beatriz Elisa Ferro. *Francis Bacon: um grito suspenso na distorção da imagem*. In *Psicanálise & Barroco – Revista de Teoria Psicanalítica*, v. 07, 06/2007. P. 52

Ainda segundo Beatriz Siqueira, Bacon ‘questiona não só a imagem, mas a própria pintura enquanto arte de representação, pois considera a imagem como sendo mais importante que a beleza do quadro’⁷⁴⁰. É na deformidade e na figuração do disforme que Bacon se torna anti-clássico, certamente é um dos mais relevantes artistas pós Segunda Guerra Mundial.

Gilles Deleuze aponta três forças principais que agem nas obras de Bacon: isolamento, deformação e dissipação. A primeira aparece na figura como corpo trancado, a segunda na recusa do rosto e da pele orgânica e a terceira no riso histérico da figura⁷⁴¹. Inês Gil comenta que a forma final de suas figuras é descoberta por acidente, o pintor afasta-se do representativo utilizando-se da abstração, seu ponto de partida é a sensação que a obra vai causar. Sensação que está ligada à ação de forças invisíveis no corpo e tornam os corpos de Bacon deformados⁷⁴². Beatriz Siqueira é mais direta e diz que ‘suas imagens são uma tentativa de fazer a coisa figurativa atingir o sistema nervoso de uma maneira mais violenta, mais penetrante’⁷⁴³. E continua:

A estética de Bacon é difícil, porque, nela, algo da verdade se revela, sem apaziguamento. Bacon atira-nos o real na cara, retrata a brutalidade dos fatos e a violência íntima das coisas reais. O efeito de suas distorções é o de burlar a rotina do olhar, capturando inesperadamente o espectador e fazendo do aversivo algo convidativo ao olhar.⁷⁴⁴

É o próprio caos do ateliê de Francis Bacon que lhe inspira imagens e o guia através do acaso de suas imagens acidentais, que não sofrem modificações do pensamento consciente. Mas o pintor assume em entrevista a David Sylvester que: ‘Existe sempre um sentimento de morte nas pessoas quando elas vêem meus quadros... Talvez eu carregue esse sentimento de morte o tempo todo... Sempre me surpreendo quando acordo de manhã’⁷⁴⁵. As figuras de Bacon geram nos observadores um misto de êxtase e angústia por não possuírem tendência ao sublime⁷⁴⁶, diz Michael Leiris, é quase insustentável contempla-las. Suas imagens atingem o sistema nervoso com violência e penetração.

⁷⁴⁰ SIQUEIRA, Beatriz Elisa Ferro. Op. Cit. P. 52

⁷⁴¹ DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon, logique de la sensation*. Paris: La Différence, 1981.

⁷⁴² GIL, Inês. *A Desfiguração da Imagem: os filmes de Bill Morrison e a pintura de Francis Bacon*. In: Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 – 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho). P. 2951

⁷⁴³ SIQUEIRA, Beatriz Elisa Ferro. Op. Cit. P. 52

⁷⁴⁴ SIQUEIRA, Beatriz Elisa Ferro. Op. Cit. P. 54

⁷⁴⁵ SYLVESTER, David. *Entrevistas com Francis Bacon, a brutalidade dos fatos*. Cosac e Naify Edições LTDA, 1995. P. 78

⁷⁴⁶ LEIRIS, Michael. *Francis Bacon*. Ediciones Polígrafa. P. 17.



747

A maior das obsessões de Bacon é a imagem do grito, chega a comprar um livro sobre doenças da boca com imagens coloridas e fica admirado com as cores. O reflexo desses estudos se dá nos trabalhos feitos sobre o quadro *Inocência X*, de Velázquez. Bacon assume que quando começou a pintar estava muito influenciado pelo retrato do papa e depois de ver o filme d'Eisenstein (*Lê Cuirassé Potemkine*) ficou muito tocado pela imagem da enfermeira que grita e chora e então passou a pintar um papa que o instigava a gritar⁷⁴⁸, como conta Paula André. O pintor realiza uma série de estudos trabalhando a partir de modelos fotográficos, preto e branco e coloridos, colecionava livros com reprodução da pintura de Velázquez, entretanto só foi ver de perto o quadro original dois anos antes de sua morte, 1990. Começou as pinturas ainda em 1949, iniciando-se por um estudo da cabeça e seguindo por outros três durante 1950 que seriam todos expostos na Galeria Hanôur no mesmo ano, mas Bacon os destruiu antes da inauguração⁷⁴⁹.



750

Os papas de Bacon estimulam nosso olhar e também nosso ouvido pelo seu grito, levando-nos para perto de um universo transcendental. Os traços violentos que representam o papa Inocência X projetam o espectador numa atmosfera onde domina a ‘sensação’ da morte

⁷⁴⁷ Francis Bacon, *Study after Velázquez II*, disponível em: <http://silencio.weblog.com.pt>

⁷⁴⁸ ANDRÉ, Paula. *A Lição da Pintura Pela Pintura: variações; paráfrases; apropriações; citações*. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 24, n°40, jul/dez 2008. P. 403

⁷⁴⁹ ANDRÉ, Paula. *Op. Cit.* 403

⁷⁵⁰ Francis Bacon, *Study for the Head of a Screaming Pope*, 1952. Disponível em: <http://blog.uncovering.org>

causada pela apreensão de ser engolido pelo buraco escuro da boca do papa. Para Inês Gil ‘a instabilidade formal criada pelas linhas verticais remete o espectador na sua condição efêmera e no seu pavor da morte’⁷⁵¹. Para a psicanálise há também a força do invisível que, em *Inocência X*, diagramam a corporalidade e sua subjetividade, todo o corpo parece escapar pela boca do papa. Segundo Luiz Gonçalves Boggio, Bacon busca fazer visível o invisível através de outras formas de representação e movimento⁷⁵². E Inês Gil completa lembrando que ‘é a iminência da transfiguração que se exprime a partir da sensação do movimento’⁷⁵³. Tudo se passa num ambiente que lembra uma caixa que representa o lugar imaginário do observador como se fosse prolongamento de seu ângulo de perspectiva. São seres solitários, atormentados e encarcerados. Beatriz Siqueira comenta que ‘a intenção de sua pintura é a distorção do objeto até um nível muito além da aparência, e, na distorção, voltar a um registro da aparência’⁷⁵⁴. As duas imagens abaixo são as mais famosas representações de Bacon sobre o retrato de Inocência X, sobretudo a segunda:



755



756

Francis Bacon realizou uma série de estudos sobre o retrato do papa, além das imagens mostradas acima se incluem ainda representações que unem o papa com a questão da carne, outra temática muito comum em Bacon. O pintor sentia-se atraído por sua coloração e eventual deformidade, não perde a oportunidade de ligar tal temática ao retrato do papa, como se pode ver a seguir:

⁷⁵¹ GIL, Inês. Op. Cit. P. 2995

⁷⁵² BOGGIO, Luiz Gonçalves. *Fazer Visível o Invisível*. In: Seminário Diferenças Metodológicas entre a Análise Reichiana e a Análise Bioenergética.

⁷⁵³ GIL, Inês. Op. Cit. P. 2957

⁷⁵⁴ SIQUEIRA, Beatriz Elisa Ferro. Op. Cit. P. 58

⁷⁵⁵ Francis Bacon, *Study After Velázquez I*, 1950. Disponível em: <http://blog.uncovering.org>

⁷⁵⁶ Francis Bacon, *Study After Velázquez's Portrait of Pope Innocent X*, 1953. Disponível em: <http://blog.uncovering.org>



Na primeira imagem Bacon envolve o papa, que já é angustiado e aflito, em um ambiente carnicero que não é dado de forma aleatória. Temos o choque ao nos depararmos com a construção da imagem, que submete o personagem enclausurado a uma sensação de fraqueza maior ainda pela própria fragilidade da matéria. Enquanto isso, na segunda imagem é a própria matéria orgânica do papa que é exposta, mas o fato que talvez nos cause menos incômodo seja a típica representação do rosto de forma não clara, só que desta vez sem nos atordoar com seus gritos silenciosos. Embora haja o desfavorecimento e a desfiguração do rosto é justamente isso que parece nos amenizar de seu sofrimento.

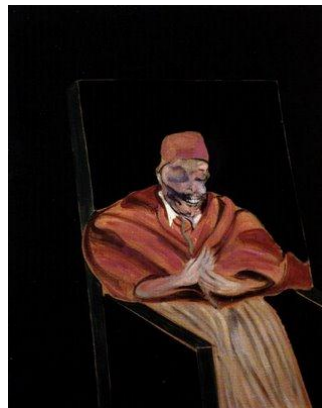
As outras duas representações abaixo se enquadram num grupo diferenciado, que exploram ainda uma movimentação mais acentuada do personagem em relação ao quadro original de Velázquez. Na primeira o movimento é mais brando, o papa move suavemente seus braços de forma com que permita fazer encontrar suas mãos. Das características de Bacon que marcam as outras representações, apenas a desfiguração do rosto se apresenta na mesma linha. Embora haja marcas de verticalidade na vestimenta do personagem, elas não são tão marcantes ou impactantes como em outros casos. Assim como o grito que também não intensifica a dor em tal pintura. Nesse caso especialmente o que nos chama mais atenção é a proporção da área escura do quadro, o que nos dá uma sensação de tamanho enclausuramento do papa, como que recolhido a sua solidão invariável, que não lhe resta força para o grito, parece já ter sido engolido pelo buraco negro outrora representado por Bacon na boca do mesmo personagem.

Enquanto isso, a segunda representação abaixo já expressa um movimento mais drástico e desesperado, como se o papa fugisse de algo ou se descontrolasse em tamanho

⁷⁵⁷ Francis Bacon, *Figure with Meat*, 1954. Disponível em: <http://blog.uncovering.org>

⁷⁵⁸ Francis Bacon, *Study for Portrait II*. Disponível em: <http://www..elpais.com>

desespero. Nesta imagem predominam os tons escuros que se confundem entre o papa e o ambiente, contrastados apenas pelas marcas do ouro e a pelo do indivíduo. O interessante é notar que muito embora Bacon utilize novamente o recurso da recusa do rosto, sua distorção, o resultado alcançado ainda nos causa uma sensação de medo no personagem, como se o mesmo se amedrontasse com algo à sua frente ou mesmo, voltando às idéias do envolvimento em uma caixa, se perdesse no sofrimento de sua solidão imposta.



759



760

Mais tarde, Francis Bacon lamentou ter pintado suas versões do quadro de Velázquez, considerou-se estúpido, pois qualificou a obra original como impecável, mas assumia que o retrato de Inocência lhe causava obsessão⁷⁶¹. De toda forma seus estudos sobre o quadro foram sucesso de crítica pela visão da sociedade contemporânea que se faz externar nos mesmos, com suas angústias e aflições.

Conclusão

O que podemos observar aqui é um diálogo entre dois pintores separados por 300 anos. Enquanto Diego Velázquez nos encanta com a beleza de seu quadro, esbanjando suavidade com uma imagem quase real, o contemporâneo Francis Bacon oferece, nas palavras de Luís Carlos Nogueira, ‘uma realidade sublimada e suja pela provocação da morte e da deterioração’⁷⁶².

⁷⁵⁹ Francis Bacon, *Estudo para um Papa IV* (1961). Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com>

⁷⁶⁰ Francis Bacon, *Study for Portrait VIII*, 1953. Disponível em: <http://blog.uncovering.org>

⁷⁶¹ ANDRÉ, Paula. Op. Cit. 402

⁷⁶² NOGUEIRA, Luís Carlos. *Francis Bacon: corpos, esgares e silêncios*. Recensio – Revista de Recensões de Comunicação e Cultura, junho 1999. P.2

O retrato não foi conhecido nem praticado em todos os tempos ou todos os lugares, mas constituiu durante séculos um dos gêneros artísticos mais difundidos e procurados, quer se tratasse de fazer-se representar, quer se quisesse ter a imagem de pessoas queridas ou de personagens poderosos.⁷⁶³

De fato o retrato no Renascimento mostrou-se como gênero de pintura muito marcante e presente e Diego Velázquez soube bem explorar isso. Todavia o que Francis Bacon faz no século XX é construir uma nova concepção para a idéia de retrato. Através de suas releituras de *Inocência X*, o pintor não exalta a figura do retratado, poderoso e imponente como outrora, mas o que podemos ver como retratada na imagem é a figura da nova sociedade, a qual acabara de passar por duas guerras mundiais e conheceu novas angústias e aflições que não eram imaginadas. Desta forma, entendemos que o objeto que é verdadeiramente retratado nas obras de Bacon não se encontra mais na própria imagem, mas fora dela. Cabe lembrar que o pintor gostava de expor suas telas sobre lâminas espelhadas para que o observador se visse enquanto vítima também da aflição de seus papas, reforçando a perspectiva da sensação que foi dita ao longo do texto de atingir o sistema nervoso. Paula André diz que na opinião de Bacon os retratos, ou fotografias, ‘podem converter-se não só em ponto de referência, mas também em disparadores de idéias’⁷⁶⁴.

No tocante do diálogo entre os autores é satisfatório notar aqui a potencialidade retratística de cada um deles em cada época. Concordamos com Paula André quando diz que a ‘variação artística é uma forma de compreender a pintura de um mestre e simultaneamente uma forma de libertação através da criação’⁷⁶⁵. Mas, além disso, não se trata apenas de glorificar mais ainda a obra consagrada de um pintor, e sim entender novas situações através dela. Bacon sabe bem se libertar da fidelidade dos traços e do significado exposto na própria obra, foge como pode da pintura de história.

A grandeza da pintura de Diego Velázquez não é dúvida para ninguém, seu nome está escrito em letras maiúsculas na história da arte. Francis Bacon é um artista recente que mostrou no último século sua concepção de obra de arte, os estudos sobre o mesmo começam aparecer agora, mas não podemos negar sua personalidade e importância através de

⁷⁶³ CASTELNUOVO, Enrico. Op. Cit. P. 7

⁷⁶⁴ ANDRÉ, Paula. Op. Cit. P. 402

⁷⁶⁵ ANDRÉ, Paula. Op. Cit. P. 403

pincladas tão diferentes da do espanhol, que representam angústias e aflições de uma nova época.

Bibliografia

ANDRÉ, Paula. *A Lição da Pintura Pela Pintura: variações; paráfrases; apropriações; citações*. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 24, nº40, jul/dez 2008.

BOGGIO, Luiz Gonçalves. *Fazer Visível o Invisível*. In: *Seminário Diferenças Metodológicas entre a Análise Reichiana e a Análise Bioenergética*.

BROWN, Jonathan. *Velázquez*. Paris: Fayard, 1988.

CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e Sociedade na Arte Italiana: ensaios de história social da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon, logique de la sensation*. Paris: La Différence, 1981.

DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores: história dos papas*. São Paulo: Cosac e Naify, 1998.

GÁLLEGO, Julián. *Diego Velázquez*. Anthropos editorial del hombre, 1983.

GIL, Inês. *A Desfiguração da Imagem: os filmes de Bill Morrison e a pintura de Francis Bacon*. In: *Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 – 8 Setembro 2007*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho).

HARRIS, Enriqueta. *Velázquez*. Akal Ediciones, 2003.

LEIRIS, Michael. *Francis Bacon*. Ediciones Polígrafa.

MARINI, Maurizio. *Velázquez*. Electo, 1992.

NOGUEIRA, Luís Carlos. *Francis Bacon: corpos, esgares e silêncios*. *Recensio – Revista de Recensões de Comunicação e Cultura*, junho 1999.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

RODRIGUES, Paulo Simões. *Do Sentido das Ecuménides Em Francis Bacon*. Boletim de Estudos Clássicos – 39.

SIQUEIRA, Beatriz Elisa Ferro. *Francis Bacon: um grito suspenso na distorção da imagem*. In *Psicanálise & Barroco – Revista de Teoria Psicanalítica*, v. 07, 06/2007.

SYLVESTER, David. *Entrevistas com Francis Bacon, a brutalidade dos fatos*. Cosac e Naify Edições LTDA, 1995.

Daiana Pereira Neto *

Resumo: O objetivo do presente trabalho é realizar uma comparação entre a obra *Ariel* de José Enrique Rodó e *Caliban* de Roberto Fernández Retamar. Ambos os autores trabalham em seus ensaios com as metáforas provenientes da peça *A tempestade*, de William Shakespeare, utilizam as metáforas para darem seu parecer acerca da história da América Latina, Rodó na virada entre os séculos XIX e XX e Retamar em 1971, períodos marcados por forte influência norte-americana no continente.

Palavras-chave: História da América Latina, José Enrique Rodó, Roberto Fernández Retamar, metáforas.

Abstract: This article intends compare the *Ariel* of José Enrique Rodó and *Caliban* of Roberto Fernandez Retamar. Both authors work in the tests with the metaphors from Shakespeare's text, *The Tempest*. They use the metaphor for give your opinion about the History of Latin America, Rodó at the turn between the nineteenth and twentieth century, Retamar in 1971, periods marked by a strong North American influence on the continent.

Keywords: History of Latin America, José Enrique Rodó, Roberto Fernández Retamar, metaphors.

Introdução

A Tempestade de William Shakespeare, escrita entre 1611 e 1613, no decorrer dos séculos vem suscitando diferentes interpretações de seus personagens, Próspero, Ariel e Caliban. Uma das principais interpretações defende que o autor teria escrito a peça influenciado pelo descobrimento da América e pelo ensaio *Os Canibais*, de Montagne. A ilha na qual se passa a história estaria nas Antilhas, Próspero encarnaria os colonizadores e Caliban e Ariel os colonizados, escravizados por Próspero, através da linguagem e dos conhecimentos.⁷⁶⁶

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Iniciação Científica (CNPQ/UFJF) sob orientação da professora Beatriz Helena Domingues.

⁷⁶⁶ RETAMAR, Roberto Fernández. **Caliban e outros ensaios**. São Paulo: Busca Vida, 1988.

O europeu Renan foi o primeiro a utilizar a metáfora de Próspero e Caliban, influenciando os posteriores escritores americanos em suas publicações, o primeiro intelectual a utilizá-la na América Latina teria sido Ruben Darío, em texto de 1898. Seguido por José Enrique Rodó, com seu texto chamado *Ariel*, publicado pela primeira vez em 1900. A obra de Rodó provocou acalorados debates na primeira metade do século e suscitou a ideologia chamada de arielismo, presente na obra de muitos intelectuais americanos, crentes em uma América Latina mais humanista e espiritual.

Há ainda o fato de que ambos os textos são ensaios. O gênero ensaístico abrange um grande número de obras clássicas latino-americanas além de *Ariel* e *Caliban*, temos *Nuestra América* de José Martí, *Civilização e Barbárie* de Sarmiento, dentre outros. O ensaio tornou-se algo sob medida para a expressão do intelectual latino, devido a sua maleabilidade e liberdade. É uma forma de expor as idéias em forma de opiniões. “Enquanto discurso, é uma expressão do sujeito (pessoal) que subverte a máxima das ciências deterministas que sempre pretenderam uma linguagem que não carregasse consigo as marcas da subjetividade”. O ensaio se contrapõe a uma visão classificatória, científica, e se oferece como alternativa, uma forma interpretativa do pensamento que exige espontaneidade e imaginação subjetiva.⁷⁶⁷

O texto que se segue busca priorizar as interpretações feitas por Rodó e Roberto Fernández Retamar, acerca das personagens shakesperianas. Separadas por mais de 70 anos as obras, embora, utilizem-se das personagens atribuem funções diferentes as mesmas, no que se refere a qual seria o símbolo latino-americano: “Ariel ou Caliban eis a questão?”

Ariel de José Enrique Rodó

Ensaísta e intelectual uruguaio, Rodó é um clássico do pensamento americano. Pertenceu a chamada Geração Modernista, que na maioria dos países surgiu no final do século XIX, geração que proporcionou uma renovação nas letras do continente, recusando-se a fechar-se ao mundo hispânico, abrindo-se as influências que vinham de outros lugares. A literatura latino americana passa a ter estilo próprio afirmado na prosa e na poesia.⁷⁶⁸

⁷⁶⁷ CUNHA, Karla Pereira. **Gabriel Garcia Márquez e Octavio Paz**: A questão da identidade Ibero-americana em *Cien Años de Soledad* e *El Laberinto de la Soledad*. 2007. 142 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2007. p. 45-46.

⁷⁶⁸ CUNHA, Karla Pereira. **Gabriel Garcia Márquez e Octavio Paz**: A questão da identidade Ibero-americana em *Cien Años de Soledad* e *El Laberinto de la Soledad*. p. 13.

Escrito em 1898 e publicado pela primeira vez em 1900, o livro de Rodó desencadeou acirrados debates ao longo do século XX, em função das diferentes interpretações dadas ao texto. Segundo Antonio Mitre, a obra se tornou uma das maiores influências do pensamento latino-americano, o que pode ser visto inclusive em textos de Sérgio Buarque de Holanda, historiador brasileiro. No entanto, com o passar do século, *Ariel* apenas desperta curiosidade acadêmica em pessoas “preocupadas com as coisas do passado”.⁷⁶⁹

Como obra clássica do pensamento sul americano no século passado, *Ariel* foi interpretado e reinterpretado em diversos momentos, por diferentes autores e motivos. Não nos propomos a investigar todas as análises realizadas sobre a obra, mas sim destacar o por que do personagem Ariel ter sido tomado pelo autor como símbolo máximo de uma América que se desejava mais humana em oposição ao utilitarismo norte-americano.

O início do texto rodoniano é clássico, um velho professor, a quem os discípulos gostavam de chamar Próspero, fala a seus alunos em torno da estátua do majestoso espírito do ar. Eis um trecho do texto:

Naquela tarde, o velho e venerado mestre, a quem costumavam chamar de Próspero, numa alusão ao sábio mago de *A Tempestade* shakesperiana, se despedia de seus jovens discípulos, depois de um ano de tarefas, mais uma vez reunindo-os a sua volta.

(...) na sala dominava – como nume de seu ambiente sereno- uma primorosa estátua de bronze, representando o Ariel de *A tempestade*.⁷⁷⁰

Rodó tem como objetivo de seu texto falar com a juventude latino-americana: “Penso também que o espírito da juventude é um terreno generoso onde a semente de uma palavra oportuna costuma gerar, em pouco tempo, os frutos de uma imortal vegetação”.⁷⁷¹ Sendo a juventude vista como a semente para a mudança.

Para Antonio Mitre, após mais de um século da publicação da obra talvez seja mais fácil enxergar em *Ariel*, o tempo histórico do qual foi expressão madura. Segundo ele, os temas principais do ensaio, sejam eles, apologia do ócio, beleza, educação, crítica ao utilitarismo e a deformação democrática, foram antes de tudo respostas ao embate entre tradição e mudança pelas quais passavam os países do Prata na virada do século.⁷⁷² Refiro-me

⁷⁶⁹ MITRE. Antonio. **O Dilema do Centauro**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 103.

⁷⁷⁰ RODÓ, José Enrique. **Ariel**. tradução Denise Bottman. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 1991. p. 13.

⁷⁷¹ RODÓ, José Enrique. **Ariel**. p. 15.

⁷⁷² MITRE. Antonio. **O Dilema do Centauro**. p. 104.

a esse ponto para afirmar que *Ariel* foi uma resposta a um determinado tempo histórico, e assim sendo é um texto esclarecedor dos medos e oposições presentes no período.

Otávio Ianni afirma que a obra é fruto das mudanças pelos quais passava o Uruguai e todos os países da região do Prata na virada para o século XX, como principalmente a grande onda imigratória, o que exigiria uma “refundação” da pátria.⁷⁷³ Retamar afirma ainda que a obra de Rodó só pode ser plenamente entendida como produto de uma renovação que vinham experimentando as letras e o pensamento hispano-americano no período compreendido entre 1880 e 1920.⁷⁷⁴ Período marcado pela intervenção norte-americana no sul do continente, como no caso da independência cubana em 1898.

Assim, na obra de Rodó, *Ariel* representa toda a idealização de uma América Latina espiritualizada e humanista, contra os Estados Unidos da América, a terra de Caliban, os utilitaristas vazios. *Ariel* é o símbolo máximo do que deve ser alcançado e seu pedestal é a Cordilheira dos Andes.

Ariel é a razão e o sentimento superior. *Ariel* é esse sublime instinto de perfectibilidade, por cuja virtude se engrandece e se converte em centro das coisas a argila humana a que vive vinculada sua luz - a mísera argila de que os gênios de Arimanes falavam a Manfredo. *Ariel* é, para a natureza, o excelso coroamento de sua obra.⁷⁷⁵

Caliban é para Rodó o símbolo do utilitarismo norte americano. Afirma o autor:

Imita-se aquele em cuja superioridade ou prestígio se acredita. É assim que a visão de uma América deslatinizada por vontade própria, sem a extorsão da conquista e logo regenerada a imagem e semelhança do arquétipo do norte, paira sobre os sonhos de muitos sinceros interessados em nosso porvir.⁷⁷⁶

“Temos nossa nortemania”, mas é preciso impor limites. Para Rodó assim como o Caliban de Shakespeare, os Estados Unidos representam o carnal, o material da vida humana. Neste aspecto, em última instância também Caliban serviria a causa de *Ariel*, porque para o intelectual também é necessário o bem estar material. Espera que em algum dia a “vontade

⁷⁷³ IANNI, Otávio. **Apresentação**. In: __ RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Tradução Denise Bottman. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

⁷⁷⁴ RETAMAR, Roberto Fernández. **Para o perfil definitivo do homem**. In: *Caliban e outros ensaios*. São Paulo: Busca Vida1, 1988. p. 121.

⁷⁷⁵ RODÓ, José Enrique. *Ariel*. p. 106.

⁷⁷⁶ RODÓ, José Enrique. *Ariel*. p. 70.

americana que se serviu apenas a utilidade e a vontade também seja inteligência, sentimento e idealidade.”⁷⁷⁷

Assim a obra de Rodó é um discurso humanista em favor da educação e do ideal de uma América Latina mais espiritualista. No entanto, seu símbolo Ariel, não se prende somente a América Latina, mas também se estende a Europa. O texto tem como forte referência autores europeus, entre eles o já mencionado Renan.

Caliban: O Símbolo da América Latina?

Passemos agora a interpretação do intelectual cubano, Roberto Fernández Retamar. Escrito em 1971 seu ensaio intitulado *Caliban*, também obra clássica do pensamento latino, suscitou acaloradas discussões, o que fez com que o autor “revisita-se” o texto em 1986, com o trabalho *Caliban Revisitado*, texto no qual o autor busca contextualizar a obra anterior.

Entendemos ser importante uma breve apresentação do autor para a compreensão de suas opiniões acerca de Caliban. Roberto Retamar nasceu em 1930 na capital cubana, Havana. No plano intelectual, Retamar segundo afirma Darcy Ribeiro, “encarna a consciência crítica latino- americana como cubano assumido, martiniano professo e fidelista fiel”.⁷⁷⁸

Fundou em 1977 o Centro de Estudios Martinianos, que dirigiu até 1986, o que demonstra a defesa profunda das idéias de Martí, não tomando de forma nenhuma Rodó como antecessor na crítica contra o utilitarismo e o imperialismo norte-americano. Diz Retamar: “Martí foi o único a compreender o substrato histórico cujas conseqüências incomodavam escritores como Darío”. Para Retamar a evolução nas obras literárias latino-americanas, foi experimentada pelos escritores a partir de 1898, entre eles Rodó, o qual é referido da seguinte forma: “Sob esse novo signo se escreve o *Ariel* de Rodó, com sua impugnação espiritualista dos novos conquistadores, e sua ênfase patética nos valores latinos de nossa cultura”.⁷⁷⁹

Caliban, escrito em 1971, retrata as idéias desse intelectual fiel a Revolução Cubana, após onze anos de sua implementação pelos revolucionários liderados por Fidel Castro, em janeiro de 1959. *Caliban* inicia-se com a seguinte pergunta: “Existe uma cultura latino-americana?”, para o autor mencionar tal dúvida é o mesmo que perguntar a um latino americano se “Você existe?”. Respondendo uma entrevista em 1992, afirma:

⁷⁷⁷ RODÓ, José Enrique. *Ariel*. p.

⁷⁷⁸ RIBEIRO, Darcy. **Prefácio**. In: __ Caliban e outros ensaios; tradução Maria Elena Matte Hiriart e Emir Sader. São Paulo: Busca Vida, 1988. p. 7.

⁷⁷⁹ Retamar, Roberto Fernández. **Para o perfil definitivo do homem**. p. 123.

La llamada cultura occidental es irrenunciablemente nuestra, lo que pasa es que no es toda nuestra cultura. La nuestra tiene raíces e desarrollos propios. En algunos casos esto es muy evidente, porque se subrayan aspectos, a veces, excesivamente locales. Pero es tan así incluso en autores que rechazaron o impugnaron todo el costado local en sus obras.⁷⁸⁰

Digamos que o tema da identidade e cultura ibero - americana seja um forte tema na obra do intelectual cubano. Continuando o ensaio, Retamar afirma que temos poucas línguas para nos comunicar e essas são línguas trazidas pelos colonizadores. É assim com o espanhol, o português, o inglês, e o francês. Nesse ponto faz analogia com a peça de Shakespeare onde Próspero foi quem ensinou Caliban a falar: “Tu me ensinaste a falar e meu único proveito foi aprender a amaldiçoar. Que a peste vermelha te carregue por terdes me ensinado a tua língua”.⁷⁸¹ Esse aprender a falar com o colonizador, Retamar remete ao processo de conquista da América, no qual assim como Caliban, o povo das Américas tomou como sua a língua do colonizador.

Caliban é um anagrama de canibal, para Retamar o termo canibal provém de caraíba. Os caraíbas antes dos colonizadores ocuparam as ilhas da América Central, seu nome se perpetua no Mar do Caribe. Ao mencionar o diário de Cristóvão Colombo, Retamar apresenta as contradições entre o termo canibal e o indígena pacífico, o chamado *Taíno*, o suposto homem pacífico, que em 1516 serviu de inspiração para a *Utopia* de Tomas Morus. Por sua vez o caraíba ocupa a visão degenerada de canibal, o homem bestial a margem da civilização que devora seu semelhante. Para ele, ambas as visões estão muito mais próximas entre si do que se pode imaginar, constituindo simplesmente opções de arsenal ideológico da burguesia nascente. Diz Retamar:

Que os caraíbas se assemelham a descrição de Colombo (...) é um fato tão provável quanto terem existido homens com um olho só e outros com focinho de cão, ou homens com rabo, ou as amazonas, que Colombo também menciona em suas páginas, onde cabem também a mitologia greco – latina, o bestiário medieval e a novela de cavalaria.⁷⁸²

⁷⁸⁰RETAMAR, Roberto Fernández. **Entrevista de Miguel Russo**. 1992. Disponível em: www.literatura.us/Roberto/russo.html Acesso em: 01 de fevereiro de 2010.

⁷⁸¹ Shakespeare, Willian. **A Tempestade**; tradução Geraldo Carneiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991. p. 47.

⁷⁸² RETAMAR, Roberto Fernández. **Caliban e outros ensaios**. p. 19.

“Quem nos unifica é o colonizador”, o que explicaria por que tanto o *caraiíba* quanto o *taíno* fora exterminados durante o maior genocídio da história, a conquista do Novo Mundo. No entanto, segundo Retamar, houve autores que defenderam os aborígenes de carne e osso entre eles o elogiado Las Casas, e os que como Morus se prenderam aos aborígenes idealizados pelo colonizador, destaque entre eles Montaigne, com seu *Dos Canibais*, ensaio que segundo o autor foi traduzido por Giovani Floro, amigo pessoal de Shakespeare e do qual o famoso escritor inglês, teria possuído um exemplar, que o teria inspirado para escrever *A Tempestade*. A ilha da história estaria nas Antilhas, porém Caliban não encarna os ideais de Montaigne em relação aos habitantes do Novo Mundo, bem ao contrário, ele é o bárbaro, o ser que não se encaixa na civilização européia.

Vale transcrever Montaigne:

(...) Não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela idéia dos usos e costumes do país em que vivemos.⁷⁸³

Como vemos nessas palavras os “canibais” de Montaigne nada tinham de bárbaros, enquanto o Caliban shakesperiano é uma criatura bécil, “um escravo selvagem e deformado”⁷⁸⁴.

Retamar afirma que o mito calibanesco na América Latina tem seu surgimento ligado ao ano de 1898, quando da intervenção norte-americana em Cuba, em Porto Rico e nas Filipinas. Assim é esse momento que marca a produção de Rodó e Ruben Dário, grande poeta do período modernista que também entende Caliban como símbolo dos Estados Unidos. Em um de seus ensaios Dário após discorrer sobre os males da influência *yankee* afirma: “¡Miranda preferirá siempre a Ariel; Miranda es la gracia del espíritu; y todas las montañas de piedras, de hierros, de oros y de tocinos, no bastarán para que mi alma latina se prostituya a Calibán!”⁷⁸⁵.

No entanto, diferentemente desses dois autores Roberto Fernández, acredita ser desacertada a ideia de fazer de Ariel o símbolo da América Latina. Retamar fala que enquanto para Rodó, Ariel é o símbolo de “nossa civilização”, o que em suas palavras não se aplicariam

⁷⁸³ MONTAIGNE. *Dos Canibais*. IN: _Ensaíos. [tradutor não mencionado]. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1980. p. 101.

⁷⁸⁴ Shakespeare, Willian. *A Tempestade*. p.17.

⁷⁸⁵ DÁRIO, Ruben. *El Triunfo de Calibán*. 1898. Disponível em: <www.ensayistas.org/antologia/XIXA/dario/> Acesso em 20 de junho de 2010.

somente a Latino América, mas também ao Velho Mundo. Para ele a idéia de Caliban - Estados Unidos que Rodó divulgou, estaria completamente desacertada, o que exemplifica com o pensamento de José Vasconcelos⁷⁸⁶ “Se os ianques fossem apenas Caliban, não representariam maior perigo”.⁷⁸⁷ Assim a figura do norte-americano não se equiparia a Caliban, já que sua influência se espalhava por todo o continente.

Segundo Retamar a identificação de Caliban com o povo latino americano teria sido feita primeiramente por Georges Lamming, onde Caliban é dominado por Próspero através da linguagem, ainda em 1964 John Wain afirma que Caliban “provoca o patetismo de todos os povos explorados, expresso pungentemente no início de uma época de colonização que duraria trezentos anos”. Em 1969 Caliban foi descrito como símbolo latino por três escritores, fato que Retamar destaca em seu texto de 1971, Aimé Césaire, Edwart Branthwaite e o próprio Retamar com seu “Cuba até Fidel”.⁷⁸⁸

Assim conclui Retamar:

Nosso símbolo, então, não é Ariel, como pensou Rodó, mas Caliban. Isso se torna particularmente claro para nós mestiços que habitamos as mesmas ilhas onde habitou Caliban: Próspero invadiu as ilhas, matou os nossos antepassados, escravizou Caliban e lhe ensinou sua língua para poder se entender com ele.⁷⁸⁹

No entanto, mesmo propondo Caliban como símbolo, reconhece que o personagem não é totalmente latino americano, é elaborado por uma imaginação estranha, mesmo que tenha sido inspirado nos indígenas dos textos da Conquista do Novo Mundo. Reconhece também que se não fosse pelo *Ariel* de Rodó, seu texto teria outro nome, e que embora Rodó tenha tomado Ariel como símbolo, não perdeu de vista o verdadeiro problema do período: a imposição do utilitarismo norte-americano e seu fascínio sobre a América na qual viviam.

Em 1986 Retamar retoma seu *Caliban* em novo ensaio, *Caliban Revisitado*. Afirma Retamar:

Um texto fora não só da intenção (constantemente impossível de verificar) de seu autor, mas de seu contexto, pode chegar a se converter em algo bem diferente do que foi e do que é (...) Se não for reconstituído à conjuntura em relação a qual foi escrito, o livro corre o risco de se converter em uma algaravia.⁷⁹⁰

⁷⁸⁶ Intelectual mexicano, que tem como obra clássica *La Raza Cósmica*, texto no qual defende que a América Latina está destinada a criar a quinta raça, uma síntese das demais existentes e por isso superior.

⁷⁸⁷ RETAMAR, Roberto Fernández. **Caliban e outros ensaios**. p. 25.

⁷⁸⁸ RETAMAR, Roberto Fernández. **Caliban e outros ensaios**. p. 24.

⁷⁸⁹ RETAMAR, Roberto Fernández. **Caliban e outros ensaios**. p. 25.

⁷⁹⁰ RETAMAR, Roberto Fernández. **Caliban revisitado**. In: __ Caliban e outros ensaios. São Paulo: Busca Vida, 1988. p. 140.

Para justificar seu ensaio precedente, escrito em 1971, apresenta uma contextualização da década de 1960, iniciando é claro pela vitória revolucionária no início de 1959. O autor afirma que na década de 1960, a esquerda tinha a hegemonia sobre a vida intelectual de vários países. Em outras instâncias a Revolução Argelina e o início da Guerra do Vietnã davam sua cota de influência. Assistiu também aos movimentos hippies e Flower Power. Na América latina, que assim como Martí, Retamar chama de “Nossa América”, há a vitória de movimentos guerrilheiros e a emergência de figuras simbólicas como a do guerrilheiro e médico, Ernesto Guevara, o Che. O romance, no âmbito da literatura, emergiu para o mundo, não como único elemento, mas como o principal em destaque.

A década de 1970 inicia-se na visão de Retamar com a posse de Salvador Allende no Chile. E com o que autor acredita ser as reações do imperialismo nortista, como A Aliança para O Progresso, financiadora de diversas ditaduras militares. Destaca também os movimentos contraguerrilheiros e agressões a Cuba e a multiplicação de bolsas financiadoras de pesquisa nos Estados Unidos da América para estudar a América Latina.

Uma das faíscas em torno da qual fez com que fosse escrito *Caliban* foi a revista *Mundo Nuevo*, que originou-se da revista *Cuadernos*, decorrentes do evento “Congresso pela Liberdade da Cultura”, nos Estados Unidos, no início da Guerra Fria. Para Retamar o projeto desse impresso era claro: “Disputar a partir da Europa, com assomos de modernidade, a hegemonia da linha revolucionária no trabalho intelectual sob o continente latino-americano”.⁷⁹¹

Em 1966 o jornal norte-americano *The New York Times*, escreveu um artigo sobre o financiamento do “Congresso pela Liberdade da Cultura” pela CIA. Os jornais ingleses *The Sunday Times* e *The Observer*, em 1967, concluíam o assunto, chamando a revista de “Baía dos Porcos Literária”.⁷⁹² *Mundo Nuevo* desapareceu após as publicações, mas deixou muita desconfiança pela revolução cubana.⁷⁹³

Em 1971, ano em que *Caliban* foi escrito, outro incidente marca as linhas do ensaio, a prisão do poeta Heberto Padilla, em Cuba, com a acusação de assumir atitudes anti-revolucionárias. Duas cartas tornam-se veículo de conflito nesse momento. A primeira escrita por vários intelectuais pedia explicações a Fidel acerca da prisão do intelectual, entre a

⁷⁹¹ RETAMAR, Roberto Fernández. *Caliban revisitado*. p. 143.

⁷⁹² Analogia com a invasão de cubanos treinados por norte-americanos, a ilha de Cuba, através da Baía dos Porcos, a tentativa fracassou, em 16 de abril de 1951.

⁷⁹³ RETAMAR, Roberto Fernández. *Caliban revisitado*. p. 144.

primeira e a segunda carta Fidel discursa e Padilla é libertado. A segunda carta já com menos assinaturas, manifestava a vergonha e a cólera contra o regime cubano. A carta acusava Cuba de implementar um “Culto a personalidade”. Retamar discorda veementemente da carta.⁷⁹⁴

Além das cartas, nesse período, numerosos documentos vieram a tona com manifestações a favor e contrárias a Revolução Cubana. Esses acontecimentos foram faíscas para a redação de *Caliban*. Diz Retamar:

Minhas linhas não nasceram do vazio, mas da conjuntura concreta, cheia de paixão, e, da nossa parte de indignação pelo paternalismo, pela acusação leviana contra Cuba e até pelas grotescas “vergonha” e “cólera” dos que haviam decidido se proclamar comodamente instalados no “Ocidente”, com seus medos, culpas e preconceitos, fiscais da revolução.⁷⁹⁵

Afirma Retamar que *Caliban* foi fruto de trabalhos precedentes e ponto de partida para outros trabalhos. Mas que por ter sido escrito em meio a polêmicas e muito rapidamente, deixou várias lacunas, estas o autor afirma que buscou completar em outros trabalhos.

Em conclusão a *Caliban Revisitado*, Roberto Retamar, apresenta o seguinte texto:

A tempestade não amainou. Mas da terra firma avista-se os naufragos de *A Tempestade*, *Crusoé* e *Gulliver*, para aqueles que esperam não apenas Próspero, Ariel e *Caliban*, Dom Quixote, Sexta-feira e Fausto, mas também Sofia e Oliveira, o Coronel Aureliano Buendía e, na metade do caminho entre a história e o sonho, Marx e Lênin, Bolívar e Martí, Sandino e Che Guevara.⁷⁹⁶

Considerações Finais

Ao apresentar esses dois autores e suas respectivas obras que falam pelas metáforas shakesperianas, busquei apresentar como ambos veem os personagens de formas diversas, para exemplificarem e construir sua visão de América latina.

Rodó priorizando Ariel, e, Retamar *Caliban* como símbolos do que Martí chamou de “Nossa América Mestiça”, construíram sua visão de América no período no qual viviam, qual dos dois viu melhor a situação? É difícil dizer. Rodó foi um intelectual uruguaio que viveu no início do século, e passou pela influência de 1898 e da fatídica imposição imperialista norte-americana no continente entre outras coisas como já mencionado participou e estava presente no processo de profundas modificações na região Platina.

⁷⁹⁴ RETAMAR, Roberto Fernández. *Caliban revisitado*. p. 147.

⁷⁹⁵ RETAMAR, Roberto Fernández. *Caliban revisitado*. p. 149.

⁷⁹⁶ RETAMAR, Roberto Fernández. *Caliban revisitado*. p. 152.

Cláudia Wasserman afirma que as mudanças ocorridas no início do século XX, sobretudo no campo intelectual, foram reflexo das transformações econômicas tais como a divisão do trabalho e uma maior integração dos países da América Latina com o mercado mundial. A transição da hegemonia inglesa para a norte-americana foi recebidas com certa desconfiança por uma parte da intelectualidade que temia uma invasão cultural mais forte e mais bem planejada.⁷⁹⁷ Em Rodó como já exemplificado é clara a preocupação com a invasão da cultura do norte e a crescente “deslatinização” dos países do Sul. A “nortemania” arriscada e que cegava. Caliban representa esse ser que não deve ser tomado como modelo de civilização, no entanto, Rodó reconhece que nem tudo está perdido nos Estados Unidos, reconhecendo que os bens materiais são importantes as coisas do espírito, só não devendo ser tomados como os meios principais para uma sociedade. Reconhece ainda nos norte-americanos do período da independência como George Washington e Benjamin Franklin, exemplos do que a intelectualidade estadunidense trouxe de positivo.

Por outro lado, como afirma Wasserman, a obra de Rodó ultrapassou mais de uma geração e percorreu todos os países latino-americanos. Influenciando a construção de centros de reflexão acerca da identidade nacional e latino-americana, como o Ateneu de la Juventud, no México. No Peru e na Argentina a influência de Rodó também foi forte, como no peruano José de la Riva-Aguero, que escreve em 1910 seu *Peru em la História*, abarcando a geração de autores considerados arielistas. A obra de Rodó em todo o caso assim como a de José Martí, valorizou a originalidade latino-americana.

Retamar é um intelectual cubano que participou do processo revolucionário, em meados do século XX, combatendo a imposição do imperialismo norte americano em sua pátria. Seu momento histórico é diferente do de Rodó, seu texto foi escrito no auge da Guerra Fria, o mundo já havia passado pelas duas Grandes Guerras. Cuba enfrentava o embargo econômico promovido pelos Estados Unidos. Nas Américas fortes regimes ditatoriais se fortaleciam, como no Brasil, Argentina e Chile. O mito de uma América Latina humanista já havia se diluído.

Caliban tem em suas páginas a paixão de um latino americano pela sua terra, um forte desejo de que América latina em especial as Ilhas nas quais o autor nasceu sejam

⁷⁹⁷ WASSERMAN, Cláudia. **Percursos intelectuais latino-americanos: “Nuestra América” de José Martí, e “Ariel” de José Enrique Rodó**- as condições de produção e o processo de repercussão do pensamento identitário. Revista Intellectus. Ano 5. vol. I. 2006. Disponível em: <www.uerj.br/~intellectus> Acesso em: 02 de fevereiro de 2010.

reconhecidas como países de cultura própria e de muita riqueza intelectual. O texto é mais um esforço para que a intelectualidade latina seja valorizada, mesmo que sejamos comparados a Caliban, este não assume somente os aspectos negativos da peça do inglês Shakespeare, é um ser complexo, com sentimentos, submetido em sua própria terra, o único servo que já foi rei.

Referências Bibliográficas

CUNHA, Karla Pereira. *Gabriel Garcia Márquez e Octavio Paz: A questão da identidade Ibero-americana em Cien Años de Soledad e El Laberinto de la Soledad*. 2007. 142 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2007.

DÁRIO, Ruben. *El Triunfo de Calibán*. 1898. Disponível em: <www.ensayistas.org/antologia/XIXA/dario/> Acesso em 20 de junho de 2010.

IANNI, Otávio. *Apresentação*. In: __ RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Tradução Denise Bottman. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

MITRE, Antonio. *O Dilema do Centauro*. *Belo Horizonte: UFMG, 2003*.

MONTAIGNE, *Dos Canibais*. IN: *Ensaaios*. [tradutor não mencionado]. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1980.

RETAMAR, Roberto Fernández. *Caliban e outros ensaios; tradução Maria Elena Matte Hiriart e Emir Sader*. São Paulo: Busca Vida, 1988.

RIBEIRO, Darcy. Prefácio. In: __ *Caliban e outros ensaios; tradução Maria Elena Matte Hiriart e Emir Sader*. São Paulo: Busca Vida, 1988.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. tradução Denise Bottman. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

SHAKESPEARE, Willian. *A Tempestade* ; tradução Geraldo Carneiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.

WASSERMAN, Cláudia. Percursos intelectuais latino-americanos: “Nuestra América” de José Martí, e “Ariel” de José Enrique Rodó- as condições de produção e o processo de repercussão do pensamento identitário. *Revista Intellectus*. Ano 5. vol. I. 2006. Disponível em: <www.uerj.br/~intellectus> Acesso em: 02 de fevereiro de 2010.

A Humanização de Jesus e o Sistema Cristão na Visão de Ernest Renan

Filipe Queiroz de Campos.

Resumo: Este artigo pretende analisar e discutir a humanização que o autor Ernest Renan conferiu à figura de Jesus Cristo e de todo o sistema cristão através da delimitação da pessoa de Cristo por provas históricas existentes na época. O caráter histórico do Cristo de Renan, assim como as concepções de sistema cristão do autor influenciaram no racionalismo científico do século XIX e início do século XX, se fazendo presente ainda hoje.

Palavras-chave: Ernest Renan, Jesus Cristo, religião, humanização.

Abstract: This article aims to analyze and discuss the humanization that the author Ernest Renan gave to the person of Jesus Christ and to the whole Christianity system through a delimitation based in historical proofs. The Christ of Renan and his conception of christianism, influenciaded the scientific rationalism in the XIX century and the beginning of XX century, still acting nowadays.

Keywords: Ernest Renan, Jesus Christ, religion, humanization.

O trabalho se deteve em analisar a pesquisa e o pensamento de Renan a partir de sua obra mais influente **Vida de Jesus**⁷⁹⁸. Nesta obra, os pensamentos do autor se dividem em duas linhas. A primeira é traçada em um sentido apologético ao sistema cristão e a outra, foca se na destituição de qualquer sobrenaturalismo a respeito da figura de Jesus.

Ernest foi influenciado por pensadores alemães destacados na aérea do pensamento teológico, filosófico e historiográfico, como David Friedrich Strauss, Hegel Bento de Spinoza, e Averróis e o averroísmo, na separação de filosofia da teologia. Já a influência causada pelos pensamentos do autor fora significativamente sentida no século XX. No Brasil, influenciou Joaquim Nabuco⁷⁹⁹, político, historiador e jornalista, com ligação internacional com intelectuais franceses. Nabuco, em seu livro **Minha formação**, dedicou um capítulo à influencia de Renan em sua vida. Albert Thibaudet, crítico literário francês e leitor de Renan,

⁷⁹⁸ RENAN, Ernest. **Vida de Jesus (Origens do Cristianismo)**, trad. Eliana Maria de A. Martins. São Paulo: Editora Martin Claret - Coleção a Obra-Prima de cada autor, 2004, 528 pp.

⁷⁹⁹ NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: editora Mec, 1976.

afirma que o autor fora como um Montaigne moderno para o pensamento teológico e filosófico. No século XIX, principalmente no início do XX, Renan constituiu um expoente ineliminável do pensamento científico religioso.

A configuração do Cristo de Ernest Renan.

Os estudos que ajudaram Renan a compreender a história de Cristo, se delimitou basicamente em obras como, o Talmulde, os evangelhos dos apóstolos, os textos mais próximos dos originais, os escritos do novo testamento, as composições ditas apócrifas do antigo testamento, as obras de Fílon, as obras de Josefo e seus escritos modificados pelos cristãos aproximadamente no século II.

Para visualizar de ante-mão, a concepção de Ernest a respeito de Cristo, basta dizermos que o autor buscava os limites entre o mitológico e o histórico, construindo a figura de Cristo no impulso do racionalismo, Renan costumava dizer a respeito de Jesus, “*homem incomparável, tão grande que eu não gostaria de contradizer os que o chamam de Deus*”.⁸⁰⁰

A respeito da abordagem que Ernest deu a Jesus, é possível entender que o autor tentava não cometer anacronismos. Renan admitia a impossibilidade de julgar Jesus como um homem que inventava milagres para enaltecer suas próprias idéias. O Jesus Cristo que Renan reforçou para seu século fora um homem sincero e sábio, não um charlatão incoerente. Antes de qualquer afirmação sobre Jesus, Ernest Renan, lembra que Cristo estava inserido em um mundo que aceitava milagres e sinais como elementos normais do cotidiano humano, e Cristo não estava fora desta lógica.

O autor não se preocupou em censurar os atos de Jesus. Para ele, Cristo trabalhou seus pensamentos dentro das “ilusões sociais” de seu tempo, e por isso seus atos foram legítimos. Para Renan, aquele que enxerga a humanidade com suas ilusões e busca agir positivamente por meio delas nunca deve ser censurado. A intenção de Renan ao realizar suas pesquisas, era de fato encontrar um indivíduo de feitos históricos, simplesmente humano, desconsiderado como o filho de Deus, messias dotado de traços transcendentais, para observar Cristo, o autor o destituiu de todas as atribuições que a doutrina lhe oferecia apesar de que, Cristo não seria tão simples assim, mas um ser incrivelmente carismático e original, o mais especial indivíduo entre os indivíduos.

⁸⁰⁰ RENAN, Ernest. **O que é uma nação**. 1882.

O Cristo de Renan, não tinha a pretensão de criar uma nova religião ou mudar o mundo. Renan enxergava Jesus como um homem convicto de suas verdades, verdades extremamente nobres e suficientemente originais para gerar um novo ideal que por intermédio dos discípulos envolvidos, se tornaria uma religião.

“Ele nunca se autodenominou filho de Davi” (...) Talvez um olhar sagaz teria sabido reconhecer desde então a origem dos relatos que deviam lhe atribuir um nascimento sobrenatural, seja por causa dessa idéia, bastante difundida na antiguidade, de que o homem fora do comum não pode ter nascido de relações comuns entre dois sexos, seja para responder a um capítulo mal entendido de Isaías.⁸⁰¹

O mito de Jesus fora construído a partir de sua fama como homem diferente dos outros, assim pela linha mitológica, um homem tão diferente não poderia ter nascido pelo processo normal. Ações populares mistificaram, o tornara taumaturgo salvador e filho de Deus, por fim levando-o a apoteose.

Para Renan, o marco do Cristo vem de seu intelecto e não de sua transcendentalidade, o autor buscava essencialmente o espírito racional de seu tempo, “*nenhuma força até hoje conseguiu sufocar a razão.*”⁸⁰²

O autor não acreditava em milagres, logo para compreendermos melhor Cristo em sua obra, devemos nos atentar para uma frase de seu livro, “*se o milagre possui algo de real, meu livro não passa de uma trama de erros*”⁸⁰³. Renan era empirista, racional científico, e acreditava que tudo que se quer encarar como verdadeiro deve antes passar pelos testes da ciência. Afirmava ironicamente que, sim, acreditaria em um milagre, apenas se pudesse ser repetido várias vezes e finalmente comprovado. Para Ernest, os milagres acontecem apenas para as pessoas que desejam vê-los, existindo apenas o homem e a sua problemática.

Por último, para compreendermos mais sobre o raciocínio de Renan devemos expor que o autor enxergava que, para se fazer história de alguma religião era necessário ter acreditado nela antes pois só assim o historiador entenderia como ela funciona na mente dos homens. Devemos lembrar também, que Renan via as religiões por um ângulo evolutivo, acredita numa progressão de religiões, onde seriam classificadas como mais evoluídas aquelas voltadas para a ética e moralidade e menos ligadas a atividades ritualísticas e espirituais. Para ele, religiões que se prendem a amuletos e rituais de sangue, envolvendo sacrifício humano e autoritarismo, como segundo ele, as religiões antigas do México ou da África e Oceania, são

⁸⁰¹RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 258.

⁸⁰²RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 39.

⁸⁰³RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p.18.

vistas como um “câncer” que deveria ser extirpado da sociedade, defendendo que estas, porém, foram fundamentais para originar religiões mais nobres que trariam benefícios para a vida do homem. Esta opinião começa a se tornar clara quando Renan afirma,

As brilhantes civilizações que se desenvolveram desde as mais remotas eras na China, Babilônia e Egito, contribuíram para que, de certa forma, a religião progredisse. O grande erro das religiões de que falamos foi seu caráter supersticioso. O que elas legaram ao mundo foram milhões de amuletos e talismãs.⁸⁰⁴

Para o autor, as religiões mais primitivas não possuíam nenhum pensamento moral, eram raças dominadas e acostumadas ao despotismo. As religiões primitivas cercavam a liberdade individual, já o cristianismo, é a religião desprendida dos fetiches e voltada para o problema social, é a melhor religião, pois se faz moral e se atenta para com os problemas da sociedade.

A respeito da formação de Jesus, o autor acredita que este fora diretamente influenciado pelo lugar em que viveu, a natureza ímpar de Jesus foi moldada pela cultura e mentalidade de seu tempo, tinha um contado com a natureza que poderia telo levado a enxergar o verdadeiro paraíso, parte do que seria chamado mais a frente de reino de Deus, tinha uma pregação impregnada do perfume dos campos, amava as flores, contemplava o céu, o mar, as montanhas, e destes elementos tirava suas mais sábias palavras de ensinamento. Culturalmente, assim como os outros pensadores semíticos de seu tempo, Jesus obteve seus saberes no templo, a sabedoria e a crença popular, o conhecimento e a observância das tradições, a filosofia ligada á natureza configuravam seu pensamento. Renan desmistifica a versão de que Jesus possuía uma formação intelectual divina ou aprendido diretamente com o Pai, afirmando que seus conhecimentos eram puramente hebreus, ele estava em contato direto com a alma de seu povo, na verdade, Jesus teria sido influenciado muito provavelmente, pelas idéias do famoso profeta judeu Hillel⁸⁰⁵, do qual o Cristo teria retirado seus principais ensinamentos.

Jesus não incitava a própria fama, não criava para si o conceito de filho de Deus, mas, como comentado anteriormente, acabava sendo mitologizado, como no caso da ressurreição de Lázaro da Betânia, o qual teria morrido e a pedido de sua irmã Maria, ressuscitado por Jesus. Segundo Renan, na verdade algo como cura ou oração é o que teria ocorrido neste caso,

⁸⁰⁴RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 88.

⁸⁰⁵RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 80

porém, a ressurreição como símbolo de transcendentalismo se fez necessária para legitimar o poder e lenda de Jesus propagado pelos discípulos.

Cristo era um homem de mente brilhante, de palavras envolventes e originais, que pela cultura e necessidade da época, teve a imagem estigmatizada pelo místico e sobrenatural, o povo o teria elevado do cadafalso á apoteose.

Analisaremos adiante, características que Renan ressalta no Jesus histórico, detectadas por análise dos evangelhos e os discursos de Jesus.

O discurso do mestre.

Uma característica que Renan atribui para reconstruir Jesus foi a de que o homem de Jerusalém, teria sido único entre todos os profetas já existentes, um profeta ímpar, original em cada ensinamento. Em suas próprias palavras, ao comparar Jesus com outros profetas, Renan afirma, “*A idéia de Jesus foi bem mais profunda; foi a idéia mais revolucionária que já desabrochou em um cérebro humano*”.⁸⁰⁶

Jesus foi fantástico ao resumir tudo na única lei “*amai uns aos outros como eu vos amei*”. Esta frase evitaria o egoísmo, a ganância, e a grosso modo, sugere que se compartilhe tudo com todos, fazendo ao próximo apenas aquilo que gostaria que fosse feito contigo. A respeito do amor incondicional de Jesus Renan diz, “*O fascinante doutor, que perdoava a todos, contanto que o amassem...*”⁸⁰⁷

Logo, para o autor Jesus fora mais amado do que amou, o próprio Jesus careceria de amor, o próprio Jesus falhava diante de sua proposta de amor incondicional, esperava que amando as pessoas, elas também o amassem, característica tão típica do ser humano. Apesar de todo amor ao mestre, e toda sua força, em um impulso de medo e insegurança seus tão infiéis discípulos não objetaram em condenar o mestre à pena de morte. Com esta questão Renan mostra a fragilidade dos dois lados, Jesus não era o metrátone⁸⁰⁸ da crença mitológica cristã, e seus discípulos não eram escolhidos por nenhuma força de sabedoria divina, pois no final teriam aprovado o assassinato do próprio mestre. A história cristã de Renan não é conduzida por uma força divina hegeliana, Deus não estaria por traz de tudo, existe apenas o homem, virtudes e erros.

⁸⁰⁶RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 172.

⁸⁰⁷RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 242.

⁸⁰⁸Nota de rodapé de, RENAN. **Vida de Jesus**, p. 263. Nesta nota o autor expõe que *Metrátone* quer dizer, Sectário divino. Criatura que participa do trono de Deus. Encarregado de registrar méritos e deméritos.

Renan romantiza a natureza de Cristo. A descrição do autor a respeito dos traços psicológicos de Jesus é bastante literária, muitas vezes revelando uma forte simpatia do autor pelas idéias cristãs, como se o próprio Renan se deixasse apaixonar pela “*ilusão de utopia*”⁸⁰⁹ do reino de Deus

Para o autor, a popularidade de Jesus vinha pelo amor raro de se ver, um amor incondicional. As pessoas não estavam acostumadas a este tratamento, e acabavam se maravilhando e entregando suas próprias crenças ao serviço da Boa Nova apaixonante. A força de Jesus provinha de sua oratória singular, discurso de fácil compreensão, porém cheio de parábolas sábias e ilustrativas, soava aos ouvidos como o mais convincente e belo dos discursos, palavras que prometiam uma nova vida, cheia de esperança e livre das dores humanas, uma filosofia nunca apresentada. A oratória de Jesus se torna um importante ponto de observação do autor. Ele vê Jesus como um profeta de palavras extremamente poderosas, de uma personalidade profundamente envolvente, capaz de convencer um grande número de pessoas apenas com sua serenidade, capaz de olhar nos olhos de um homem e o convencer a segui-lo. Um exemplo bíblico pode ser dado para ilustrar a situação. “*Enquanto ia caminhando, Jesus viu Levi, o filho de Alfeu, sentado na coletoria de impostos, e disse para ele: “Siga-me”. Levi se levantou e o seguiu*”⁸¹⁰

O poder convincente de Jesus, a força de suas palavras movia homens. Para Renan esta idéia parecia incrível, o autor vê Jesus como um homem extremamente carismático, datado de grande poder coercitivo sobre as pessoas.

Apesar de agora, após certificar-se da natureza completamente humana de Cristo, o Cristo de Renan se apresenta como o único homem que foi capaz de proclamar a saída social da barbárie, indicando o caminho da felicidade e civilidade através de um socialismo, um socialismo cristão, de partilha entre as pessoas, respeito ao outro, esperança e ação por um mundo melhor. Cristo teria proposto um verdadeiro socialismo, porém seus discípulos e futuros seguidores da distorcida cristandade européia, teriam mal utilizado e mal interpretado suas palavras, levando ao fanatismo, misticismo e autoritarismo, a respeito das idéias de Renan sobre a obra de discípulos, comentaremos mais adiante.

Renan vê as lições de Jesus como um perfeito meio de escape das injúrias do mundo, o sonho de um reino de Deus na terra, que exclui as asperezas do cotidiano. Apesar de julgar

⁸⁰⁹ Expressão utilizada por Renan na obra analisada. Com esta expressão o autor quer dizer que as promessas de um reino de Deus apaziguavam o sofrimento e preocupações humanas, levando a uma doce utopia, uma esperança ilusória.

⁸¹⁰ Marcos, II, 14.

utópica e ilusória, o autor defende o conforto que as idéias de Jesus trouxeram aos seus fiéis, Renan afirma que o discurso de Jesus era remédio, o evangelho era cura para os aborrecimentos da vida vulgar, uma salvação contra as preocupações da terra.⁸¹¹

No final do capítulo 10, o autor defende algumas lições de sabedoria do Cristo, sempre dando ênfase àquelas que se referem á vida social e ao sistema da época.

Vê como mais sábio ensinamento, a recomendação de Jesus aos seus discípulos para não se preocuparem com a acumulação de riquezas, mas apenas com pão do próximo dia. Renan enxerga atitude revolucionária na frase de Cristo, “*Vendeis o que possuís e dais como esmola*”⁸¹², diante desta frase o autor questiona, “*Há algo mais insensato do que poupar para herdeiros que nunca mais se verão?*”⁸¹³. Desta forma, o autor vê Jesus como o revelador de um princípio comunista, um verdadeiro lutador do mais fundamental socialismo humano, analtece Jesus como o defensor dos pobres e crítico dos ricos, opinião ilustrada na parábola do “mau rico”⁸¹⁴. Pelas parábolas mais destacadas pelo o autor, pode se entender o que mais importava da obra de Jesus para ele, e estas parábolas estão sempre ligadas á preocupação social de Jesus, ás leis morais, em um espírito impulsionado pelo que Renan chamou de verdadeiro germe do socialismo.

Ainda sobre o discurso e oratória de Jesus Renan faz a pergunta Anália o poder de perpetuação, a força atemporal da oralidade de Cristo. Para o autor, as palavras de Cristo foram capazes de fundamentar a maior religião do mundo pelas características de Jesus como profeta. Jesus era o profeta milenarista e moralista ao mesmo tempo. O milenarista é o profeta que realiza as mudanças, que faz as coisas acontecerem a sua volta, e moralista o que concretiza a duração da tradição, aquele que concede longevidade às coisas, capaz de fazer com que as mudanças perpetuem. Jesus conseguiu fundir estas duas características e tornar sua obra uma realização eternizada. Renan afirma convencido do poder atemporal da obra de Cristo,

Sozinho o milenarista não teria feito nada de durável, e o moralista não teria feito nada de poderoso. O milenarismo deu o impulso, a moral assegurou o futuro. Com isso o cristianismo reuniu as duas condições dos grandes sucessos neste mundo, um ponto de partida revolucionário e a possibilidade de viver.⁸¹⁵

⁸¹¹RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 211.

⁸¹²Mateus, VI, 19-21.

⁸¹³RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 210.

⁸¹⁴ Lucas, XVI, 19-25.

⁸¹⁵RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 173.

O reino de Deus.

Abordaremos agora, a questão do reino de Deus e como o autor se posiciona diante da afirmação de Jesus de que existe o paraíso, um lugar feito especialmente para os bons e justos. Sobre a questão, Renan deixa a opinião de que na verdade o reino de Deus existiu enquanto Jesus estava entre os homens, uma situação tão envolvente que deixaria a humanidade sonhando com sua volta e com o reviver de momentos tão intensos, idealizando um reino de Deus celeste. O reino de Deus foram criado pela personalidade poética e fantástica de Jesus Cristo, uma atmosfera peculiar que envolvia seus seguidores num sentimento que difere de qualquer outra coisa já vivida pelo homem, na sensação de que se vive pelo bem e pela justiça, a sensação de que se está sendo protegido por um Deus incrivelmente amoroso e forte durante todos o tempo, a necessidade de amar tudo e a todos. Segundo Renan esta era a atmosfera chamada de reino de Deus que supria as carências humanas com palavras de amor incondicional, acreditando estarem às vésperas de ver Deus.

O reino de Deus se constituía em momentos anestésicos de tanta esperança, teriam sido tão intensos que até hoje a humanidade os busca na figura de Jesus.

Interessante observar que ao invés de depreciar Jesus por ser o mentor de uma ilusão coletiva, Renan o elogia pela capacidade de realizá-la, esta ilusão do reino de Deus para o autor não se caracteriza como alienante, ou o Ópio do povo de Marx, como pode se pensar. Na verdade, o reino era o que havia de mais revolucionário e alternativo que algum homem poderia oferecer para a época. Palavras de amor e não de lei, compreensão, espírito socialista e não autoritário, permeado de partilha, doação e comunidade e nunca acumulação e privatismo. Para a mente peculiar de Jesus, o reino de Deus não era fantasioso, Jesus em sua subjetividade, possuía um modo diferente de enxergar a realidade.

Essa verdade, que para nós são puramente abstratas, eram, para Jesus, realidades vivas. Tudo está em seu pensamento concreto e substancial: Jesus é o homem que mais energeticamente acreditou na realidade do Idea (...). Feliz daquele que porém, sem paraíso quimérico, sonho milenar ou aparição celeste, souber novamente criar em seu coração o verdadeiro reino de Deus.⁸¹⁶

Se este era o reino que Jesus de fato propôs não afirmaremos, mas sem dúvida este é o ideal de sociedade para Renan, o ideal de reino do Deus de Ernest, a perfeita harmonia social obtida pela recriação do germe do socialismo de Cristo.

⁸¹⁶RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 223.

Escrituras e discípulos.

A respeito dos escritos evangélicos, Renan aponta durante a obra, muitos erros e confusões, denunciando má composição dos textos, expostas em seu capítulo “Primeiras tentativas sobre Jerusalém”⁸¹⁷. Reforça que as notas do quarto evangelho são muito confusas, constituindo apenas um eco distorcido das idéias de Jesus. Exemplo disto seria João Batista sobre o qual Renan discorda da interpretação católica que afirma que Jesus assim que o viu o reconheceu como preparador da sua vinda. Para o autor, Jesus sabia que o chamavam de messias e que acabou incorporando a fama de legítimo filho de Deus, mesmo sem querer. Também sabia que segundo a tradição judaica, antes do messias, deveria vir Elias o profeta do antigo testamento. Assim os discípulos de Jesus começaram a ver em João Batista o preparador do reino do messias e a chamarem Jesus de Elias. A teoria de Ernest é de que, pouco a pouco, para não causar mais conflitos que atrapalhassem a sua missão de amor, Jesus teve que permitir que construíssem uma imagem profética de sua figura e aceitassem João Batista como preparador da vinda do salvador.

O autor também tece críticas contra as cartas paulinas e ao discípulo Paulo, entrando em desacordo com o denominado décimo terceiro apóstolo⁸¹⁸. Na verdade a essência do cristianismo não se encontraria nos textos paulinos, que eram muito inferiores aos verdadeiros ensinamentos de Jesus, mas no sermão da montanha.

As epístolas de Paulo são taxadas de “perigosas”, podendo levar a uma interpretação distorcida da essência do cristianismo. Para ele, o verdadeiro cristianismo vem dos evangelhos. O que define o cristão é o sermão da montanha e não a epístola aos romanos, em fim, para o autor, “*Os textos de Paulo foram um perigo e um obstáculo, a causa dos principais erros da teologia cristã*”⁸¹⁹

O sistema cristão

Ernest gosta de entender como sistema cristão, o cristianismo mais primitivo, aquele que contem as idéias fundamentais de Cristo, com o mínimo de deturpações, ocasionalmente

⁸¹⁷RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 233.

⁸¹⁸RENAN, Ernest. **Paulo o 13º Apóstolo. (origens do cristianismo)**, trad. Tomás da Fonseca. São Paulo: Editora Martin Claret –Coleção a obra-prima de cada autor, 2004, 394 pp.

⁸¹⁹RENAN, Ernest. **Paulo o 13º Apóstolo**, p.382

causadas pelas idéias dos discípulos ou da própria instituição católica. Para o autor este cristianismo primitivo é o fruto mais puro que o homem já produziu.

De certa forma, o autor está convencido de que a filosofia cristã deveria se juntar ao Estado e à vida de todos, não como religião, mas como um estilo de vida, uma verdadeira filosofia que se aplicaria a todas as instancias sociais da vida pessoal, á política. Renan vê o cristianismo como refugio de tudo que está corrompendo a sociedade no sistema do capital como a propriedade privada, produção industrial desenfreada ou pauperização incontrolável.

Em nossas sociedades fundadas sobre uma noção muito rigorosa de propriedade, a posição do pobre é horrível. Ele não tem literalmente um lugar ao Sol. Só existem flores, selva, sombra, para os que possuem terras. No oriente, os bens de Deus estão ali e não pertencem a ninguém. (...) A natureza é propriedade de todos ⁸²⁰

O autor acredita no cristianismo, pelo fato deste apresentar um plano social, eticamente impecável, que vai de encontro com as injustiças do sistema de sua época.

O cristianismo elevou o mendigo no altar e santificou o homem pobre, foi o primeiro sistema a valorizar as classes marginalizadas. Para Renan, qualquer uma das revoluções que acontecerão na humanidade após a morte do mestre, serão pelo menos em parte construídas a partir da idéia de um mundo melhor, ou seja, o “reino dos céus” que Cristo apontou, terão sempre de passar pelo que o cristianismo já fixou ha tempos atrás.

Renan, fora contemporâneo de Karl Marx e seus pensamentos também rodeavam em torno de mudanças políticas econômicas e administrativas, porém estas mudanças viriam pelo uso do cristianismo primitivo, negando a eficiência do socialismo sem consciência de cada individuo da verdadeira partilha, Renan prega o idealismo absoluto que Cristo enxergava.

A respeito das críticas de tortura e perseguição causadas pela igreja, Renan tem uma posição interessante. O autor concorda plenamente que o cristianismo tenha sido intolerante, porém para ele a intolerância não é um fato cristão, mas um legado judaico.

O judaísmo teria sido o autor do autoritarismo, pois teria expressado pela primeira vez a idéia do absoluto em matéria de fé, pregando o apedrejamento e julgamento sem perdão dos pecadores fora da lei de Moisés, se armando de dogmas, códigos de intolerância, terror fanático. As idéias de Jesus se desenvolveram neste berço, absorvendo então características de misticismo e fanatismo.

⁸²⁰RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 208.

O sistema cristão de Renan é este sistema que se desenvolve nas pequenas comunidades com espírito socialista de partilha e união, que se estenderia para toda a população ultrapassando os limites da religião e alcançando o Estado. O cristianismo de Renan é um culto puro, sem pátria, sem grandes instituições detentoras do grande poder. Cristo teria anunciado o único caminho de esperança para o homem, e mais cedo ou mais tarde a humanidade terá de relembrar o que dizia Jesus junto ao poço de Jacó, se constituindo assim, a visão de Ernest sobre o sistema cristão, saído das pequenas comunidades até atingir o grande Estado.

Pode se observar que Renan tenta mostrar pela via racional, porque chamar Jesus de deus, em uma tentativa de explicar porque Jesus foi tão especial. Segundo o autor, alguém que fora capaz de criar um sistema tão belo e pragmático, teria de ser especial. Renan acredita tanto na sabedoria e riqueza de Jesus, que de certa forma também eleva Jesus à condição de deus, um deus intelectual. *“Essa pessoa sublime que cada dia ainda preside o destino do mundo, é digna de ser chamada de divina” (...). Jesus é o indivíduo que propiciou a sua espécie o maior passo em direção ao divino.”*⁸²¹

O Estado de Ernest Renan.

Este último capítulo é colocado relativamente separado da análise de Jesus e seu sistema na visão de Renan, mas se faz necessário, na medida de que as idéias de Renan sobre o Estado e seu papel na sociedade se aproximam muito do pensamento de Jacob Burckhardt, o qual surte larga influência na historiografia européia.

Quando Renan se refere ao Estado, pode se dizer que utiliza um conceito muito semelhante ao de Estado grande utilizado por Burckhardt. Em seu capítulo sobre as três potências (Estado, religião e cultura), no livro *Reflexões sobre a história*⁸²², Burckhardt expõe que o Estado grande, aquele que assegura a sobrevivência de determinadas culturas ou realiza os grandes feitos históricos, nunca foi organizado por contrato social, como afirmou Rousseau e nunca teve características benéficas para com o indivíduo, mas representa uma instituição que massacra a liberdade individual, que massifica a cultura e leva as pessoas a realizarem ações contra a própria vontade, sem terem a consciência de estarem realizando. Em

⁸²¹RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p. 240.

⁸²²BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**. Trad. De Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

um Estado no qual a vontade do indivíduo não tem poder de mudança efetiva, não há liberdade alguma, muito menos um contrato em benefício dos dois. Para Burckhardt o Estado é a escravidão da vontade pessoal. *“Se admitirmos que a crise criadora do Estado foi uma conquista, constataremos que o conteúdo primordial do Estado, sua atitude, sua tarefa, até mesmo o seu trágico destino foram essencialmente, a escravidão dos subjugados”*⁸²³

Ernest Renan chega à mesma conclusão. Expõe que se Jesus vivesse em um mundo de Estado forte como o do século XIX, nunca poderia ter realizado nem mesmo um terço de suas ações sem ser levado incontáveis vezes ao tribunal. Contesta que mesmo que exista uma mente com idéias tão brilhantes e originais como as de Jesus, este indivíduo nunca poderia expressá-las, o que de certa forma impediria o progresso da humanidade. O Autor enxerga no Estado uma verdadeira instituição criminosa contra a liberdade. Assim como Burckhardt, Renan reconhece que no pequeno Estado, nas comunidades mais primitivas, a liberdade de expressão e as possibilidades de mudança eram muito maiores. O sistema do Estado nunca permitiria uma mente como a de Jesus se manifestar e para Renan esta questão é lastimável já que,

*“As mais belas coisas do mundo surgiram de acessos de febre; toda criação eminente acarreta uma ruptura de equilíbrio; o parto é, pela lei da natureza, um estado violento.”*⁸²⁴

As leis de um Estado forte seriam suficientes para findar a carreira de uma mente em criação.

Bibliografia

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**. Trad. De Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: editora Mec, 1976.

RENAN, Ernest. **Vida de Jesus (Origens do Cristianismo)**, trad. Eliana Maria de A. Martins. São Paulo: Editora Martin Claret - Coleção a Obra-Prima de cada autor, 2004, 528 pp.

⁸²³BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**, p. 38.

⁸²⁴RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**, p.408.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

RENAN, Ernest. **Paulo o 13º Apóstolo. (origens do cristianismo)**, trad. Tomás da Fonseca.
São Paulo: Editora Martin Claret – Coleção a obra-prima de cada autor, 2004, 394 pp.

RENAN, Ernest. **O que é uma nação.** 1882.

Gabriela Duque Dias**

Resumo: O objetivo de meu trabalho é analisar um pouco das contribuições desses dois grandes escritores latino – americanos para a valorização do legado cultural deixado pelos ibéricos no continente americano. Como eles buscaram valorizar esta herança? Quais as aproximações e distanciamentos entre eles? E que contribuições foram deixadas por esses homens para uma melhor compreensão do Brasil e do México, respectivamente? São estas perguntas que buscarei responder.

Palavras-chaves: Oswald de Andrade; José Vasconcelos; Herança Ibérica.

Abstract: The aim of my work is to analyze some of the contributions of these two great Latin - American writers for the appreciation of the cultural legacy left by the Iberians in the American continent. How did they seek to enhance this legacy? What are the similarities and differences between them? And what contributions have been left by these men to a better understanding of Brazil and Mexico, respectively? These are questions that I Will seek to answer.

Keywords: Oswald de Andrade; José Vasconcelos; Iberian Heritage.

A independência das colônias ibéricas foi um processo que se constituiu no mínimo como traumático. A ruptura com as suas respectivas metrópoles criou nas ex – colônias a princípio, um alívio por permitirem a libertação do jugo opressor, mas por outro lado gera problemas de natureza ideológica, cultural, política e social. Afinal, como se constituir

* Para um breve comentário sobre os dois autores: Oswald de Andrade foi um dos mais importantes modernistas brasileiros. Consagrado na década de 20 com o seu célebre “Manifesto Antropófago” e “Poesia do pau – Brasil”, deixou um legado importante para se revolucionar a forma de pensar o que é o brasileiro. Revertendo uns valores e questionando outros, suas obras são de suma importância para entender nossas origens. Já o mexicano José Vasconcelos também um dos mais consagrados escritores e políticos de seu país, foi um dos fundadores do *Ateneo da Juventude*, que forneceu ao México filósofos, poetas, políticos dentre outros. Em sua carreira política, foi também embaixador mexicano e esteve no Brasil e em outros países latino americanos visando levar a frente os ideais políticos presentes em seu país, além de ter participado ativamente da Revolução Mexicana de 1910. Estes homens pensaram cada um a sua maneira, os problemas e os questionamentos de seu tempo, formulando concepções utópicas, porém brilhantes para sua nação.

** Graduanda do curso de História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Trabalho feito em aproveitamento da disciplina História da América III, ministrada pela professora Doutora Beatriz Helena Domingues, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora.

enquanto nação após anos de domínio? Certa crise de identidade assola países como o Brasil e o México, que buscam angustiadamente uma resposta para o que é o brasileiro ou o mexicano, qual nação que se desejava construir, ou qual passado se deveria lembrar, o indígena ou o europeu⁸²⁵? Intelectuais, políticos e boa parte das elites esboçam propostas e ideias para se edificar as novas nações, ou que pelo menos fosse capaz de lhe dar um corpo, servindo de suporte aos novos objetivos agora tidos como nacionais. Dessa forma, os primeiros escritores latino - americano tiveram uma dupla missão: “ a missão de criar, ao mesmo tempo, uma pátria e uma literatura,⁸²⁶” favorecendo a constituição de uma consciência nacional. Fato que se tornou problemático, uma vez que essa identidade cultural sempre esbarrava no outro, no europeu, no colonizador. “Por mais violento que seja o desejo de libertação, permanece uma ligação indissolúvel entre essas culturas, e suas literaturas, com as metropolitanas.⁸²⁷” E assim foram “muitos os escritores⁸²⁸”, que se lançaram nesta tarefa de falar e escrever sobre a nação, mas que sempre se debruçavam com dificuldades para a constituição de sua “alta imagem,” sempre dependente do outro (seja para rejeitá-lo ou imitá-lo) e projetando – se muitas vezes como depreciativas ou conflitantes.

Para ampliar estas dificuldades, diante do sucesso da colonização inglesa na América do Norte, que criou um país, do ponto de vista econômico, mais bem sucedido que seus congêneres latinos americanos e que vinha desde sua independência em 1776 sendo um exemplo de nação a ser seguido, a colonização ibérica quando comparada a anglo – saxã, era tida como um caso de insucesso. As dificuldades econômicas, as conturbações de natureza social e política, as brigas entre as elites políticas, e as dificuldades em se constituir uma democracia nos moldes anglo – saxões geram nesses países um sentimento de aversão à herança portuguesa ou espanhola. Afinal, se tivéssemos sido colonizados pelos ingleses,

⁸²⁵ Em 1950, Otávio Paz analisa, entre outras coisas, a angústia do mexicano após sua independência e ao tipo de passado que se deveria lembrar em um ensaio sobre a identidade do povo mexicano, conhecido como *O Labirinto da Solidão*. Mesmo posterior ao período ao qual refiro-me acima, sua obra é de fundamental importância para compreender o horizonte de reflexão não só em relação ao homem mexicano, mas também, ao latino- americano e sua realidade mental, social e sobretudo emocional. Ver: PAZ, Otávio. **O Labirinto da Solidão**. Paz e Terra, 2ª Edição, 1984.

⁸²⁶ MOISÉS, P. Leila. **Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina**. Revista Scielo, vol.11, n.30 São Paulo, 1997.

⁸²⁷ MOISÉS, P. Leila. **Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina**, p. 2

⁸²⁸ Refiro-me aqui, por exemplo, a homens como o argentino Domingo Sarmiento que em 1845 caracterizou a América como barbárie contraposta a Europa civilizada, em *Facundo*. O mesmo ocorre com o cubano José Martí e *Nuestra América*, em que atribui uma série de vantagens ao centro, deixando a periferia apenas os problemas e desconcertos. Ou ainda, o brasileiro José de Alencar que alegoriza em *O Guarani* o encontro entre civilização e barbárie. Em todas as obras observa-se um auto reconhecimento do atraso e subdesenvolvimento, econômico e também cultural dos latino – americanos.

nossa história poderia ter sido escrita de forma diferente? E os novos países tomados, quem sabe, o mesmo caminho bem sucedido de nossos vizinhos americanos?

Porém com o passar dos anos e superado o período traumático da separação entre os países, abriu-se um espaço para se pensar novamente esses anos de colonização. No início do século XX, no Brasil, um passo importante para esta reformulação do pensamento foi feita pelo Modernismo Brasileiro, ao passo que no México, a Revolução Mexicana leva a busca destas novas interpretações. Distantes de um olhar marcado pelo preconceito que havia sido dirigido a nós durante muito tempo, alguns intelectuais tentaram buscar outras respostas e análises que visasse reavaliar a herança ibérica deixada pelas ex-metrópoles, valorizando traços marcantes da nossa sociedade, como a mestiçagem, por exemplo. É dentro desta perspectiva que emergem homens como José Vasconcelos e Oswald de Andrade. Cada um deles buscou responder a sua maneira aos problemas em que se encontravam as nações e a buscar uma forma mais singela, mais calorosa e porque não dizer mais patriótica de se explicar às origens não só de sua pátria mais também da nossa nacionalidade.

José Vasconcelos

Um dos mais importantes intelectuais do início do século XX, no México, José Vasconcelos foi um dos fundadores na educação moderna em seu país e teve também um grande destaque no cenário político mexicano. Seus escritos não podem ser dissociados de sua vida política, pois foi através de sua carreira como representante do governo mexicano que tirou as impressões que deram fundamento a sua *La Raza Cósmica*.

Em 1922, esteve no Brasil como Ministro da Educação Pública, inaugurando aí uma fase de intercâmbio e contatos entre os intelectuais do México e do Brasil. “Sua viagem tinha por objetivo difundir as conquistas culturais do governo de presidente Álvaro Obregón, num momento em que o México necessitava de reconhecimento internacional⁸²⁹”. Foi também a outros países latino-americanos como Argentina, Uruguai e Chile, além de ter passado por Washington. No Brasil,

O arrebatado embaixador especial cativou as elites intelectuais brasileiras, ocupando as primeiras páginas dos jornais mais importantes da capital do país, com seus discursos integracionistas, ibero-americanistas e de elogio ao novo México que se

⁸²⁹ CRESPO, Regina. **Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reys no Brasil (1922 – 1938)**. Revista brasileira de História. São Paulo, v.23, nº 45, pp. 187-208, 2003.

tentava criar. Num momento em queurgia consolidar o novo Estado mexicano, que havia surgido da Revolução, nada melhor que um bom propagandista de suas conquistas políticas, culturais e sociais⁸³⁰.

José Vasconcellos, desenvolve uma visão magnífica e idílica do Brasil, “as paisagens eram perfeitas, não existia miséria, a gente era amável e o governo composto de homens cultos.”⁸³¹

Em 1925, publicou em Barcelona e em Paris “*La Raza Cosmica*” que narra suas impressões de viagem sobre o continente americano⁸³². Nessa célebre obra, o autor formula concepções que vão desde uma crítica às estruturas existentes até uma elevada dose de utopia. Para ele, a tradição hispânica se processava e se formulava a partir de excelentes valores e caberia também a ela a missão de criar no continente americano uma nova estirpe humana.

Segundo Vasconcelos, o problema da raça anglo – saxã foi o fato dela não ter se misturado aos negros e índios, em contraposição à Ibérica que possuindo maior simpatia com os estranhos, permitiu a criação de uma raça nova através da mistura com o índio e o negro, e por isso capaz de criar condições e gerar uma nova etapa formada de um mundo único. Para ele a quinta raça- a raça cósmica- formada pela união de todos os povos e pela superação de todas as estirpes, deveria conquistar “os trópicos pela ciência, na região compreendida entre Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia, Equador, parte do Peru e da Bolívia e da região superior da Argentina⁸³³, tornando - se uma terra de promessa onde triunfaria a mais alta estirpe humana⁸³⁴. A região escolhida por ele como berço desta quinta raça, pode ser entendida, segundo Regina Crespo, pelo fato do autor, em sua viagem ao Brasil e América do Sul ter formado uma imagem do Brasil, “já próxima do que antevia como a sociedade ideal,” que buscaria na natureza ideal características expandíveis ao restante da América Latina, e formando uma definitiva e melhor etapa da história da humanidade.

Vasconcelos propõe que esta quinta raça seria formada a partir de tudo o que melhor houvesse nas outras raças, sem que o advento desta representasse a aniquilação das outras, inclusive a branca. Dentro desta linha de raciocínio por que não apontarmos para uma possível postura antropofágica de Vasconcelos quando propõe que da deglutinação de todas

⁸³⁰ CRESPO, Regina. **Cultura e política: José Vasconcellos e Alfonso Reys no Brasil (1922 – 1938)**, p. 189

⁸³¹ CRESPO, Regina. **Cultura e política: José Vasconcellos e Alfonso Reys no Brasil (1922 – 1938)**, p. 191.

⁸³² José Vasconcelos publicou sua esta obra no exílio, depois de ter deixado o posto de ministro, e perdido as eleições para o governo do Estado de Oaxaca.

⁸³³ CRESPO, Regina. **Cultura e política: José Vasconcellos e Alfonso Reys no Brasil (1922 – 1938)**, p. 190

⁸³⁴ CRESPO, Regina. **Cultura e política: José Vasconcellos e Alfonso Reys no Brasil (1922 – 1938)**, p. 193

as raças deva sair um tipo novo? Acho que a aproximação entre os dois autores se fundamenta também, mesmo que de forma inconsciente, a partir da antropofagia.

Porém, para ele o olhar direcionado aos indígenas se contrapõe às propostas oswaldianas que buscavam nestes a própria essência dos brasileiros e portanto valorizando-o. Para Vasconcelos a valorização da tradição espanhola se fez de forma tão incisiva e presente que o legado indígena nada tinha a trazer de valioso, pelo contrário, a chegada dos espanhóis aqui teria demonstrado que estes povos encontravam –se em uma decadência irremediável.

Nada destruyó España, porque nada existia digno de conservarse cuando ella llegó a estos territorios, a menos de que se estime sagrada toda esa mala yerba del alma que son el canibalismo de los caribes, los sacrificios humanos de los Aztecas, el despotismo embrutecedor de los Incas.⁸³⁵

Ou seja, para ele, como pode ser observada a partir da citação, a colonização, foi melhor do que o tempo dos aborígenes. Ainda dentro desta perspectiva, Vasconcelos tece uma série de elogios aos espanhóis, que criaram uma empresa sem precedentes na história da humanidade, formada por uma “epopéia de geógrafos e de guerreiros, de sábios e colonizadores, de heróis e de santos⁸³⁶.” Atribui a Cortez a origem da nacionalidade de todo o mexicano assim como o primeiro mapa de sua pátria. Suas críticas aos caudilhos são incisivas: acusa - os de só pensarem em seu próprio benefício e na sua própria dominação e que ao favorecer o processo de independência, teriam impedido a obra do “gênio espanhol na América”

A partir de tais idéias podemos concluir, sem medo de errar que para este intelectual a herança espanhola era a melhor que poderíamos ter recebido,segundo suas próprias palavras:

“No fue un azar que Españã dominase en América, en vez de Inglaterra e Francia.”
España Tenía que domibar El nuevo mundo porque dominaba el viejo, em la época de la colonización⁸³⁷.

Afinal caberia a ela criar nos trópicos a utópica raça cósmica a partir da mestiçagem e que levaria a sua tão sonhada universalidade, os espanhóis eram abertos a mistura, que incluía o índio da qual surgiria a raça cósmica

⁸³⁵ VASCONCELOS, José. **Breve história do México**. Companhia editorial continental, s.a : México, 1968. P. 17.

⁸³⁶ VASCONCELOS, José. **Breve história do México**, p. 17, 18

⁸³⁷ VASCONCELOS, José. **Breve história do México**, p. 22- 23

Em 1929, José Vasconcelos se candidataria a presidência do México, onde saiu derrotado, passando a partir daí a revelar uma face amarga e rancorosa e mostrando – se totalmente discrepante em relação ao futuro da América Latina e do México.

“*La Raza Cósmica*, de certa forma materializaria não apenas a euforia do filósofo, mas o fracasso anunciado do político que, por não poder pôr em prática suas grandes idéias acabou por transformá – las numa utopia muito próxima da literatura⁸³⁸”.

Oswald de Andrade

Poeta, escritor e intelectual, revolucionário das letras, dos valores e das idéias, estes seriam apenas algumas das designações de Oswald de Andrade. Consagrado nos anos 20 como um dos mais importantes intelectuais do período, o legado deixado por ele se constitui fonte fundamental para a nação. Embora a década de 20 tenha marcado uma fase considerada mais rebelde do intelectual e ele tenha direcionado agudas críticas às tradições portuguesas, foi nos anos 50 que elaborou uma visão menos negativa da tradição ibérica, da Contra-Reforma e dos jesuítas. Em sua clássica obra, *A Marcha das Utopias* há uma mudança de olhar sobre estas questões, que foi considerada por muitos autores, a exemplo de Beatriz Helena Domingues, como representativas de uma maturação do pensamento do autor, agora mais fundamentado teórica e filosoficamente, e não uma “domesticação do pensamento irrequieto rebelde dos anos 20.”⁸³⁹ Porém, vale frisar, que a valorização da herança ibérica em Oswald ocorre posteriormente a Vasconcelos, uma vez que o primeiro escreve na década de 50 e o segundo na década de 20.

Através de conceitos como matriarcado, patriarcado e bárbaro tecnizado, o autor reavalia a herança portuguesa, dotando-a de preceitos positivos e por ele considerados melhores do que aqueles de origem anglo - saxã.

Os valores que defendia eram os indígenas, de igualdade, abundância e generosidade tais quais existiam em uma sociedade matriarcal, característica das sociedades indígenas. Para ele, a chegada dos colonizadores marcaria a passagem para um tipo organização social guiada pelo patriarcalismo, ao qual faz severas críticas. Leyla Perrone Moisés, classificaria Oswald, ao elogiar o matriarcado, como um “nacionalista atípico”, afinal “ todos os estudos sobre os

⁸³⁸ CRESPO, Regina. **Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reys no Brasil (1922 – 1938)**. Revista brasileira de História. São Paulo, v.23, nº 45, 2003. P. 197

⁸³⁹ DOMINGUES, Beatriz Helena. **Um Próspero Canibal: Richard Morse e o Modernismo Brasileiro.** (no prelo)

nacionalismo mostram que este, em geral, procede de um imaginário masculino, cujos valores são a força, o trabalho e a guerra. O imaginário que Oswald gostaria de recuperar seria, ao contrário, feito de doçura e ócio.⁸⁴⁰»

Para melhor entendermos esta colocação é preciso remontar à Europa moderna e entender as mudanças assinaladas pelo autor entre o advento do negócio em contraposição ao ócio. Para ele, a passagem da Idade Média (considerada a cultura do ócio por excelência através de hierarquizações sociais que relegava às classes inferiores a obrigação de trabalhar para sustentar as classes ociosas- guerreiros e sacerdotes⁸⁴¹) para a Idade Moderna, sobretudo após o Renascimento, teriam levado ao advento do negócio que vem com os comerciantes para “destronar as classes ociosas medievais⁸⁴²”. O negócio torna-se assim a “negação do ócio” e a sobrevivência de tais valores torna-se um privilégio dos países considerados retardatários, como é o caso de Portugal e Espanha, ao passo que os países como a Inglaterra teriam feito a opção pelo negócio.⁸⁴³ Ouçamos do próprio Oswald estas afirmações:

Finda a Idade Média, quando o ócio é um respeitável privilégio de classe, destinado a nobres e abades, inicia – se uma época em que o homem que trabalha e organiza procura empalmar a dianteira da sociedade. É o que repele o ócio, senão com maculadas, pelo menos com marca de inferioridade. Os países reformados fizeram ela a alavanca de seu expansionismo e de seu progresso.⁸⁴⁴

Trazendo esta análise para as sociedades americanas, a fase do matriarcado, teria sido marcada pelo predomínio do ócio, onde a preguiça impera e onde estão todos intimidamente ligados à terra- considerada a grande mãe, representada em seus escritos pela sociedade de Pindorama. Quando da chegada dos colonizadores essa lógica se inverte e passa a haver o predomínio do negócio assim como de uma sociedade patriarcal. Mas, a colonização ibérica teria permitido a sobrevivência de alguns aspectos do matriarcado, não aniquilando totalmente a cultura do ócio, e funcionando assim como um mal menor do que a colonização saxã, que acabou por aniquilar totalmente as representações indígenas e portanto do ócio.

⁸⁴⁰ MOISÉS, P. Leila. **Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina**. Revista Scielo, vol.11, n.30 São Paulo, 1997.

⁸⁴¹ ANDRADE, Oswald. **A marcha das utopias**. Rio de Janeiro. 2002

⁸⁴² ANDRADE, Oswald. **A marcha das utopias**, p. 21

⁸⁴³ Esta análise entre ócio e negócio associado às culturas ibéricas e saxãs, respectivamente, já havia sido anteriormente analisadas por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.

⁸⁴⁴ ANDRADE, Oswald. **A marcha das utopias**, p. 18.

Naquele momento, as duas únicas opções possíveis, em termos de colonização, eram a católica e a protestante. Se a cultura protestante nos daria, quem sabe, um maior desenvolvimento técnico, a católica teve o mérito de ser mais plástica com a alegria e liberdade sexual existentes em Pindorama que os ‘gélidos irmãos do norte’.⁸⁴⁵

Richard Morse propõe uma análise semelhante para explicar a diferença entre as duas colonizações, porém balizada a partir das escolhas feitas em um período que ele denominou como sendo o da pré-história da América, localizada na Europa entre os séculos XV e XVI⁸⁴⁶. Nesse período esses países teriam feitos escolhas importantes que marcariam suas culturas e mais tarde seriam transplantados para suas respectivas colônias da América. Se para Oswald a diferença entre estas civilizações era devido a uma opção pelo ócio em contraposição ao negócio, para Morse, a diferença estava na adoção de um pacote moderno pelos ingleses em contraposição aos portugueses que reforçaram seus valores herdados da Idade Média. Dessa forma, eles se dirigem a Europa, no que Morse denominou como Pré-história da América e Oswald na passagem do ócio para o negócio, um mesmo período histórico em que estes países fizeram escolhas que determinaram suas culturas sem, no entanto serem atrasadas ou inferiores. Ambos os autores chamam a atenção para o fato de que os critérios econômicos não servem como única ou principal referência para se caracterizar um povo, por isso ressaltar os aspectos culturais e suas interpretações seriam mais importantes.

Durante a pré-história da América a Inglaterra teria optado por um “pacote moderno” adotando os ideais da revolução científica e religiosa ao passo que Portugal e Espanha reforçou os valores religiosos da Contra-Reforma, adaptando a “tradição medieval aos novos tempos⁸⁴⁷”. Com estas escolhas teriam se formado nos trópicos civilizações bem diferentes daquelas instituídas nas colônias inglesas. Nenhuma das duas revoluções, nem a religiosa e nem a científica, teria conseguido se estabelecer na Península Ibérica com a mesma forma que no restante da Europa, não porque os países ibéricos tivessem estagnados em seu desenvolvimento, mas porque eram neste período mais modernos do que a França e a Inglaterra uma vez que já haviam solucionados os problemas relacionados a Igreja, ao Estado e autoridade. Como diria Morse: “Os livros dos jesuítas espanhóis foram proibidos na Inglaterra no começo do século XVII porque eram radicais demais, diziam que o povo podia

⁸⁴⁵ ANDRADE, Oswald. **A marcha das utopias**, p. 35

⁸⁴⁶ MORSE, Richard. **O espelho do Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁸⁴⁷ ANDRADE, Oswald. **A marcha das utopias**, p. 67

matar o monarca.”⁸⁴⁸ E, portanto, os países ibéricos não estavam interessados em uma visão moderna de mundo pois seu sistema já encontrava - se legitimado. Para ele, era preciso confrontar com a anglo América, “a experiência histórica da Ibero – America, não mais como o estudo de um caso de desenvolvimento frustrado, mas como a vivência de uma opção cultural⁸⁴⁹.”

Tanto em Oswald como em Morse esta ‘opção’ que, vale ressaltar, não foi feita de forma consciente pela Contra – Reforma, teria permitido aos países ibéricos um modelo desenvolvimento que se do ponto de vista econômico considerado atrasado, do ponto de vista cultural se constituía como um grande legado. As semelhanças entre os dois autores, as quais também refiro – me aqui, foram muito bem analisadas por Beatriz Helena Domingues, que não só buscou relacionar as aproximações entre as duas abordagens, mais nos chamou a atenção para uma influência oswaldiana nas obras de Richard Morse, principalmente no que se refere a “perspectiva antropofágica”. Segundo as palavras da autora, Morse “devorou esta cultura no sentido sugerido pela antropofagia modernista e, como os executantes do ritual canibal, saiu desta experiência modificado.⁸⁵⁰” Ele tinha na realidade verdadeira aversão a modelos interpretativos baseados na noção de progresso e evolução, para ele era preciso interpretar certas culturas de acordo com o que elas tem “afirmativo” e não do que “falta evoluir.”

Tais proposições me parecem muito coerentes, principalmente devido à proximidade de Morse com o modernismo brasileiro. Em 1950 ele teria publicado o *Brazilian Modernism*⁸⁵¹, primeira obra sobre o modernismo publicado em língua inglesa, segundo a mesma autora. E em *A volta de McLuhanaíma*⁸⁵², o autor também dedica quatro capítulos ao modernismo brasileiro.

Porém as contribuições de Oswald não param por aí, ele valorizou também a nossa tão criticada miscigenação que havia sido alvo de olhares preconceituosos durante todo o século XIX, por teses como o Darwinismo Social. Esta perspectiva relega a nação e o povo brasileiro durante muitas décadas uma situação marginal frente a outras parcelas na humanidade. Para ele, a miscigenação era a cara do Brasil incorporado perfeitamente na representação de

⁸⁴⁸ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Uma entrevista com Richard Morse. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.77-93.

⁸⁴⁹ MORSE, Richard. **O espelho do Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁸⁵⁰ DOMINGUES, Beatriz Helena. **Um Próspero Canibal: Richard Morse e o Modernismo Brasileiro**. (no prelo).

⁸⁵¹ MORSE, R.M. **Brazilian Modernism**. . São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁸⁵² MORSE, R.M. **A volta de McLuhanaíma**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Macunaíma, cheio de defeitos, de imperfeições, mas considerado por si só uma perfeita representação do povo brasileiro.

E segundo o conceito de antropofagia para a conceituação daquilo que o autor denominou como o bárbaro tecnizado, era preciso comer a técnica do civilizado para nos criar e fortalecer, pois a devorando conseguiríamos ter de novo o ócio, com o bem estar material. O bárbaro tecnizado representa, portanto, a resposta encontrada por Oswald de Andrade para unir o que melhor pode oferecer cada lado da colonização- de um lado a tecnologia saxã e do outro o ócio ibérico, formando, quem sabe, um tipo ideal de homem que José Vasconcellos já havia idealizado em seu célebre *Raza Cósmica*⁸⁵³.

Assim, o Brasil seria um país canibal, revertendo a lógica de um colonizador ativo e de um colonizado passivo, uma vez que o colonizado digere o colonizador. Ou seja, não é a cultura ocidental, portuguesa, européia, branca, que ocupa o Brasil, mas é o índio que digere tudo o que chega. E ao digerir e absorver as qualidades dos estrangeiros fica melhor, mais forte, e brasileiro.

Conclusão

Em termos comparativos, vale ressaltar que a ideologia oswaldiana é voltada para o passado ao dizer que é na sociedade de Pindorama, no matriarcalismo que encontramos a felicidade, valorizando o índio e seu legado, por isso que Oswald elabora sua célebre frase: “Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil já havia descoberto a felicidade”⁸⁵⁴, pois para ele já vivíamos em uma sociedade regida pelo ócio, que é a “busca de toda a humanidade.” Já em Vasconcelos a ideologia é direcionada ao futuro, uma vez que é na quinta raça, a *Raza cósmica* que estaria o futuro da humanidade.

A teoria desses autores é portanto, de inclusão, contrapondo a teoria da raça ariana pura e a política de pureza racial praticada pela América branca. Ambos valorizam a mestiçagem como um forte legado deixado pelos países ibéricos no continente americano, consideradas a cara do Brasil ou a fundadora de um tipo ideal de homem.

A síntese proposta por Oswald de Andrade vinha unir um ponto importante da colonização inglesa, ou seja, a tecnologia, com todo ócio presente nos ibéricos e nos nativos

⁸⁵³ VASCONCELOS, Jose. **La Raza Cósmica: Misión de La Raza Ibero-Americana**. México: Aguilar S.A. de Ediciones, 1961.

⁸⁵⁴ ANDRADE, Oswald. **Manifesto antropófago**. Revista de Antropofagia, Ano 1, No. 1, maio de 1928

sob a forma de bárbaro tecnizado, enquanto José Vasconcelos propõe a criação de uma quinta raça, superior a todas as demais. O que esses homens queriam era valorizar sua cultura, afastando-a dos olhares preconceituosos a que estavam direcionadas até então. Era a resposta de uma civilização engasgada com séculos de crítica e descaso e também necessária aqueles que cismavam em tratar a América Latina como parcela de uma civilização de segunda classe, formada por mestiços, subdesenvolvida economicamente e culturalmente, principalmente quando analisadas comparativamente com os norte americanos.

Por isso quero terminar com a seguinte frase que encarna perfeitamente os objetivos desses homens ao criar suas idéias. “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago⁸⁵⁵”.

Talvez este seja mesmo o caminho a ser seguido por nós, o qual Oswald deixou apenas os primeiros passos. Afinal, “só a antropofagia nos une.”

Referências bibliográficas

DOMINGUES, Beatriz Helena. **Um Próspero Canibal: Richard Morse e o Modernismo Brasileiro.** (no prelo)

MOISÉS, P. Leila. **Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina.** Revista Scielo, vol.11, n.30 São Paulo, 1997.

ANDRADE, Oswald. **A marcha das utopias.** Rio de Janeiro. 2002

ANDRADE, Oswald. **Manifesto antropófago.** Revista de Antropofagia, Ano 1, No. 1, maio de 1928

VASCONCELOS, Jose. **La Raza Cósmica: Misión de La Raza Ibero-Americana.** México: Aguilar S.A. de Ediciones, 1961.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Uma entrevista com Richard Morse.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.77-93

VASCONCELOS, José. **Breve história do México.** Companhia editorial continental, s.a : México, 1968.

⁸⁵⁵ ANDRADE, Oswald. **Manifesto antropófago**, p 19.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

PAZ, Octavio. **O labirinto da Solidão**. Paz e terra: Rio de Janeiro, 2004.

MORSE, Richard. **O espelho do Próspero**. Companhia das letras: Rio de Janeiro, 2000.

CRESPO, Regina Aída. **Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922- 1938)**. Revista brasileira de História. São Paulo. V23, n°45, PP.187-208-2003.

MORSE, R.M. **Brazilian Modernism**. . São Paulo: Companhia das Letras,(?).

MORSE, R.M. **A volta de McLuhanaíma**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

“Na Estação de Deodoro, o povo quer saudar a sua Rainha”: religião, política e identidade nos primórdios da República brasileira.

José Leandro Peters*

Resumo: O trabalho tem como tema central a análise do discurso proferido pela Igreja Católica referente à imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida no contexto de transição do Império para a República, utilizando a imagem bem como os acontecimentos referentes a ela, para mostrar ao Estado que mesmo após a separação entre Estado e Igreja em 1889 era capaz de mobilizar a população e até mesmo calar as forças militares. Tenho como objetivo demonstrar como a Igreja estava insatisfeita com o fim do regime do padroado, imposto pelos militares que proclamaram a República e buscava afirmar o seu poder por meio da utilização da imagem da santa, mostrando que era uma instituição forte e viva dentro do país, podendo em alguns momentos ofuscar os discursos do Estado.

Palavras-chave: Proclamação da República, Estado laico, insatisfação católica, Nossa Senhora Aparecida.

Abstract: The work have in central theme the analysis of discourse pronounced at Catholic Church referring to the image of Nossa Senhora da Conceição Aparecida in context of transition of Empire for Republic, utilizing the image and the facts referings to the she, for to prove for State that yet with separation of State and Church in 1889, she was capable of to mobilize the population and to shut up the soldiers forces. I have the objetive of to demonstrate how the Church was dissatisfaction with the action of soldiers that proclaimed the Republic of Brasil of to place over of political system taht connected State e church, forced at soldiers that proclaimed the Republica and surched to affirm the your power utilizing the image of holiness, proving that she was a fort institution and life in the cowtring, she can in somemoments to obfuscate the State discourses.

Keywords: proclamation of Republic, separation of State e church, dissatisfaction catholic, Nossa Senhora Aparecida.

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Introdução

Desde o início da colonização brasileira Estado e Igreja tiveram uma atuação conjunta na tentativa de construção do empreendimento colonial. Essa união garantia a Igreja Católica a segurança de deter sobre o Brasil o poder espiritual sobre esse vasto território, sem ter à sua frente nenhuma outra religião como concorrente. Ou seja, não havia ameaça a unidade católica na colônia portuguesa.

Após a Independência do país essa situação não mudou. Embora a Constituição de 1824 apresentasse uma igreja católica submissa ao Estado, ela trazia esta como a Igreja oficial do Estado-nação brasileiro, garantindo ao catolicismo a superioridade frente as demais religiões. Além disso a Corte Imperial brasileira sempre deixou clara a sua fidelidade ao catolicismo. E faz-se importante ressaltar que o imaginário imperial era algo completamente impregnado na sociedade, isso se deve em grande parte à meta do Regime Imperial de promover uma política de integração do território, evitando que ele se desmembrasse como ocorreu na América Central, e além disso contamos com a campanha da maioria, que buscou apresentar o Imperador D. Pedro II, como um “jovem maduro”, campanha essa que deu origem a muitas representações do monarca brasileiro. Portanto encontramos uma monarquia que está no cotidiano das pessoas, um rei que participa da vida íntima e dos sonhos do indivíduo oitocentista brasileiro.

15 de novembro de 1889: é instaurado um novo sistema político no Brasil; o único sistema monárquico vigente na América vem ao chão; é proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil. Faz-se importante ressaltar que a Proclamação da República não foi um ato popular, foi um processo que contaminou poucas pessoas, e que não se difundiu em larga escala para além desse círculo. A população não participou do processo que pôs fim ao Império, toda a articulação para a derrubada do Imperador se deu às escuras, provavelmente o povo assistiu a tudo bestializado⁸⁵⁶. Por ser esse um movimento “não popular” era necessário construir um reconhecimento por parte do povo do novo regime, o que vai ser feito utilizando o “poder simbólico” (Bandeira, Hino e a figura de Tiradentes).

É nesse contexto, revoltada com o republicanismo instalado no país, cujo apresentava um Estado laico separado do catolicismo, que emerge a atuação da Igreja que pretendo analisar nesse trabalho, deixo claro que o objetivo central não é analisar os fatos resultantes da

⁸⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ação da Igreja frente a esta situação, mas o discurso proferido pela Igreja resultante desta insatisfação.

A Coroação da imagem.

A idéia de coroar a imagem de Nossa Senhora Aparecida como Rainha do Brasil começou a ser planejada em 1991.

Desde então, essa resolução começou a atuar no meio do povo de um modo extraordinário e a piedade e devoção começaram a se desenvolver em novos meios de tornar aquela solenidade a mais aparatosa possível⁸⁵⁷.

Um dos principais objetivos da Igreja em promover essa ação era contrapor o então

Decreto 119 A, de 7 de janeiro de 1890, que colocava a Igreja Católica em pé de igualdade com outras igrejas ou seitas, perdendo a proteção do Estado.⁸⁵⁸

A intenção era mostrar que se a Igreja não possuía mais o Estado como seu principal agente protetor, ela tinha ao seu lado o povo brasileiro que a acolhia e aclamava. Desta forma a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida assume uma conotação singular em meio a uma disputa simbólica. Enquanto o Estado apresentava como herói cívico a figura de Tiradentes, um herói que é apresentado a sua nação aos pedaços (Anexo 01, imagem 01). A Igreja busca na imagem de Aparecida o simbolismo e a união dessa nação. Nessa “guerra de simbólica imagem católica saiu na frente, pois apresentava à população brasileira uma imagem a sua semelhança. Uma “Santa mestiça”, que no momento de sua coroação conclui o seu processo de metamorfose, se afirmando como uma imagem negra.

Isso porque até então a Igreja não abrigava essa imagem de Nossa Senhora da Conceição como uma santa negra e sim branca (ver imagem 02, anexo 01). Podemos perceber isso nos escritos do Padre Brustoloni, já nos anos de 1980:

A nossa imagem moldada por um monge patricio no interior do estado de São Paulo⁸⁵⁹, (...) com feições próprias, parece-me de expressão legítima da raça branca,

⁸⁵⁷ Citação de Brustoloni: MELLO, José Marcondes Homem de. Poliantéia da Coroação da Imagem, 1905, p. 11. IN: BRUSTOLONI, Júlio J.. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a Imagem, o Santuário e as Romarias.** Aparecida, SP: Editora Santuário, 1998. P. 331.

⁸⁵⁸ BRUSTOLONI, Júlio J.. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.** 1998. P. 336.

⁸⁵⁹ Durante os trabalhos e restauro após o atentado contra a imagem em 1978, quando ela foi reduzida a dezenas de pequenos pedaços, foi feito um apurado estudo sobre a imagem onde se concluiu que a imagem é paulista, de

O trabalho de Lourival dos Santos⁸⁶² que priorizou a análise de panfletos, os populares santinhos, divulgados ao longo dos anos de 1854 a 1878 nos demonstra justamente essa questão. Segundo o historiador as primeiras divulgações de imagens da Santa se pautaram por mostrá-la como uma Virgem européia, tanto nos traços que definiam o seu rosto, quanto na cor de sua pele. Ou seja, era negada a cor negra da imagem.

Para Lourival o enegrecimento da imagem está relacionado a uma política de utilização desta, desempenhada pela Igreja Católica, principalmente após a Proclamação da República, a qual procurou dar a Santa raízes nacionais, por ter ficado insatisfeita com o fim da ligação Estado-Igreja. Agora, havia a possibilidade de religiões protestantes se instalarem no Brasil sob as mesmas condições que ela. Assim sendo, era preciso aproximar a Igreja da sociedade brasileira, composta em sua maioria por negros e mestiços. Diante dessa situação a negritude da Santa tocava de forma mais intensa o coração da população brasileira e deu condições para a Igreja mostrar ao Estado como ainda era uma instituição viva e forte dentro do Brasil.

Nesse mesmo caminho, é interessante também uma noção defendida por José Murilo de Carvalho em sua obra “A Formação das Almas”, quando se refere aos ideais positivistas, ideais esses que se encontravam bem afirmados na recém formada República;

A raça negra seria superior à branca por se caracterizar, como as mulheres, pelo predomínio do sentimento, ao passo que a raça branca era marcada pela razão. Os países latinos estavam na mesma posição vantajosa em relação aos anglo-saxões. Representavam o lado feminino da humanidade, seriam os portadores do progresso moral, enquanto os anglo-saxões seriam o lado masculino o progresso material, as ciências menos nobres.⁸⁶³

arte erudita, feita provavelmente na primeira metade de 1600 no mosteiro beneditino de Santana do Parnaíba, SP, pelo Frei Agostinho de Jesus discípulo do Frei Agostinho da Piedade.

⁸⁶⁰ “A Imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida não tem nenhuma semelhança com a de Guadalupe como afirmou o Sr. Paulo Seabra no opúsculo “*O auto-retrato de Nossa Senhora*”, Editora Santuário, 1955, no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMA).” IN: BRUSTOLONI, Júlio J.. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida**. 1998. P. 24. (Grifos do autor)

⁸⁶¹ BRUSTOLONI, Júlio J.. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida**. 1998. P. 24.

⁸⁶² SANTOS, Lourival dos. **Igreja, Nacionalismo e Devoção Popular: as estampas de Nossa Senhora Aparecida – 1854-1978**. (Dissertação de Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. 198 pp.

⁸⁶³ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**. 1990. P. 131.

Portanto a Imagem que é apropriada pela Igreja Católica contém em si as três peculiaridades, é feminina, negra e surgida em um país latino, ou seja, acolhe o sentimento, é humanitária. Portanto a Igreja se mostra astuta nesse período e, apresenta à sociedade um símbolo nacional que se aproxima de sua história. Acredito que a ação da Igreja se mostra eficaz, não só pela manipulação que ela promove com a imagem, mas principalmente porque encontra uma sociedade “preparada” para receber aquilo que lhe é apresentado, uma sociedade que se identifica com o novo herói que está a sua frente.

Mas é quando analisamos os discursos e os fatos ocorridos durante a coroação da imagem que percebemos de forma mais nítida a contraposição apresentada pela Igreja ao regime recém instalado: a memória imperial. A festa de coroação da imagem foi cuidadosamente pensada e planejada.

A data escolhida para a celebração foi o 8 de setembro, uma dia após as comemorações da Independência do Brasil. No contexto em que estamos trabalhando não podemos pensar que essa foi uma simples coincidência. Não, foi fruto de planejamento, pois a data é muito sugestiva, lembra a imagem de um dos protagonistas do Império brasileiro, D. Pedro I, aquele que deu a liberdade ao povo brasileiro. Quando constatamos que no dia 8 de setembro a imagem de Aparecida foi elevada a condição de Rainha do Brasil, sendo coroada com uma coroa cravejada de diamantes que supostamente teria sido doada pela Princesa Isabel, ou seja, Aparecida recebia das mãos da princesa, sucessora do trono, a coroa, se tornava Rainha, ascendia à condição que a princesa não atingiu por interferência dos militares na Proclamação da República; percebemos que há uma intenção clara da Igreja em retomar os símbolos do Império e contrapô-los ao regime republicano.

Quando a Igreja apresenta ao Brasil um novo símbolo nacional, a ligação da imagem escolhida com os principais momentos da história do país também é necessária. E a coroação da imagem torna real essa idealização, associando a imagem de Aparecida aos principais acontecimentos do país: a Independência e isso não só pela data, mas também por um relato da própria Igreja Católica, onde é mencionado que antes de proferir a Independência do Brasil, D. Pedro I teria passado na capela onde estava a imagem para pedir proteção à santa; e a abolição, a imagem é coroada com uma coroa doada pela Princesa Isabel, a redentora dos escravos, a princesa que assinou a lei áurea, atendendo a súplica dos humildes e lhes concedendo a liberdade.

Parece-me que a intenção da Igreja se concretizou. Se o objetivo era mostrar ao Estado a sua capacidade de mobilização do povo, ela conseguiu. Como relata o próprio padre Brustoloni:

Isto aconteceu pela primeira vez na história da Igreja no Brasil (...). nunca o clero se unira com o povo em tão grande multidão.⁸⁶⁴

Insatisfação prolongada

Ao que parece a Igreja Católica prolonga a sua insatisfação com os republicanos por décadas, é o que deixa transparecer as palavras do Padre Brustoloni, escritas na década de 1980 e republicadas em 2008. Vou trabalhar nesse item com a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil em 1931, mas deixo claro que o que está em análise central não é a proclamação da imagem como padroeira do país e sim o discurso oficial da Igreja sobre essa proclamação. Quando falo em discurso oficial me refiro ao discurso do padre Brustoloni que teve sua obra publicada pela editora do Santuário de Aparecida, portanto é um membro que fala pela instituição e que constrói uma obra a fim de ser apresentada aos fiéis que freqüentam o Santuário.

Quando narra o fato da condecoração de Aparecida como Padroeira do Brasil em 31 de maio 1931, Brustoloni nos apresenta em meio a uma narrativa onde constrói um ambiente espetaculoso e místico a seguinte passagem:

Todas as cidades do trajeto prepararam festiva recepção nas estações locais. Na estação de Deodoro, o comboio se detém por mais tempo; o povo quer saudar sua Rainha. Além de Deodoro, já na baixada fluminense, o leito da Central mais se parecia com uma grande passarela pela qual desfilava a Dama dos corações brasileiros, sua Rainha e Mãe, aplaudida e ovacionada pelos seus devotos. Às 6 horas do dia 31, após 10 horas de peregrinação, a Imagem chegou à Estação de D. Pedro II. ‘Logo que se avistou o trem, descreve o cronista, toda a Estação retumbou de gritos e vivas de entusiasmo. Quase não se ouviam mais os sons da grande banda militar que estava tocando.’⁸⁶⁵(Grifos meus)

Considerando que a imagem de Aparecida esteve em meio à disputa simbólica e de poder entre Estado e Igreja, logo após a Proclamação da República e que a imagem imperial ainda se encontrava presente no Brasil de 1920 e que, é durante o governo do presidente Getúlio Vargas que é construído o mausoléu do Imperador e sua esposa na Catedral de

⁸⁶⁴BRUSTOLONI, Júlio J.. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida**. 1998. P. 335

⁸⁶⁵BRUSTOLONI, Júlio J.. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida**. 1998. Pp. 344-345

Petrópolis e a residência imperial de Verão se torna Museu Imperial, ou seja, é nesse período que D. Pedro II “sai da vida, para entrar na História”, a citação acima ganha outra conotação.

Ao mencionar a frase “Na estação de Deodoro (...) o povo que saudar a sua Rainha.” Brustoloni contrapõe não só a imagem imperial à imagem republicana, lembrando a exaltação da sucessora do trono real que ofusca o feito do proclamador da República, mas também contrapõe o poder espiritual ao poder temporal, ou seja, dentro do Estado laico republicano o povo aclama e aplaude a Igreja Católica, é a Igreja mostrando ao Estado a sua força enquanto instituição.

Caminhando um pouco mais nos escritos do padre, chegamos a frase: “o leito da Central mais se parecia com uma grande passarela pela qual desfilava a Dama dos corações brasileiros, sua Rainha e Mãe, aplaudida e ovacionada pelos seus devotos”. Se tivermos em mente que durante a República muitos símbolos do Império sofreram mutações, principalmente nos nomes que definiam os monumentos feitos durante o Império:

O Largo do Paço passou a ser Quinze de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil; O Colégio Pedro II, Colégio Nacional (...)⁸⁶⁶

Essa frase também pode nos ser sugestiva; a Central do Brasil uma reinvenção republicana, tornou-se a passarela de uma Rainha, não só a imagem, mas a Igreja Católica como um todo esta sendo apresentada como a Dama dos corações brasileiros, sendo ovacionada pelos seus súditos. Se o Estado tinha poder e era o senhor da população brasileira, a Igreja também tinha, e era a senhora, o casamento perfeito que havia sido desfeito com a República.

Mais sugestiva ainda me parece a última frase desta citação: “à Estação de D. Pedro II. (...) toda a Estação retumbou de gritos e vivas de entusiasmo. Quase não se ouviam mais os sons da grande banda militar que estava tocando.” Ela me leva a abrir duas frentes de interpretação: a primeira delas diz respeito ainda à memória imperial presente na Igreja, onde compreendo que a primeira parte desta oração pode lembrar o período em que a Igreja esteve ligada ao Estado, ou seja, no governo de D. Pedro II a Igreja era louvada pelo Estado, o que não ocorre mais na República. Em uma segunda frente interpretativa compreendo a frase da seguinte maneira: na disputa simbólica aberta em 1904 entre Igreja e Estado, a Igreja buscando afirmar o seu poder e o Estado procurando se mostrar como um Estado Laico, a

⁸⁶⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 451

Igreja saiu como a grande vitoriosa ofuscando, calando as vozes do Estado. Talvez o momento mais emblemático para se perceber esta vitória simbólica, seja o momento em que Vargas beija os pés da Santa, é o Estado que está aos pés da Igreja e não o contrário.

Era o Brasil que se consagrava a sua Senhora e Mãe, que suplicava o patrocínio valioso de sua Padroeira.⁸⁶⁷

Palavras finais

A Maioria das nações após se constituírem buscam a valorização de um símbolo nacional na tentativa de construção de uma identidade. Contudo esse símbolo deveria se ligar à história do país em questão, deve ser lembrado pela identidade que fornece ao povo do local onde emergiu, como a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, uma santa parda que surge no coração indígena mexicano e que portanto une em torno de si aquela sociedade mestiça.

Quando pensamos em Brasil, é difícil encontrar um símbolo nacional unívoco para toda a sociedade, até mesmo pela grande vastidão do território que impede essa unidade. Nesse sentido foram direcionados vários esforços ao longo da história do país na tentativa de se construir esse “herói nacional”, uma tarefa que não foi fácil, pois o Brasil é formado por uma multiplicidade étnica muito grande e principalmente por não haver no nosso país uma valorização da cultura indígena brasileira e muito menos da cultura negra aqui instalada, a qual, por muito tempo foi considerada como símbolo do atraso.

Se essa busca por um herói foi constante durante a história do país, ela foi também campo de batalhas entre grupos que buscavam afirmar o seu poder. É justamente essa disputa por poder no campo do simbólico que percebemos após a Proclamação da República entre Estado e Igreja Católica no Brasil. Ambos buscando afirmar o seu poder com um herói cívico (Tiradentes) ou um herói religioso (Nossa Senhora Aparecida).

A insatisfação da Igreja pelas perdas causadas com separação entre Estado e religião em 1889, não ficou perdida no tempo ela se perpetua na memória de pessoas e instituições, que captam a história, a repensam e a devolvem para a sociedade. Portanto é possível perceber por meio de jogos simbólicos esse descontentamento, gerado por um sentimento de lesão, presente ainda nos anos de 1980, como o que foi aqui analisado.

⁸⁶⁷BRUSTOLONI, Júlio J.. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida**. 1998. P. 346

Em busca da construção desse herói nacional a Igreja saí na frente do Estado por aceitar em seu campo simbólico uma imagem que se aproxima do mundo popular. Ela apresenta para uma sociedade essencialmente mestiça, uma imagem negra. Imagem essa que passou por todo um processo de metamorfose é um “Macunaíma às avessas”, ela surge como uma imagem branca, mas aos poucos se torna negra penetrando o mundo caboclo brasileiro, ao contrário do personagem de Mario de Andrade, o qual nasce como índio, mas ao entrar em contato com o mundo branco se torna mestiço.

Acredito que essa peculiaridade da imagem trazida pela Igreja Católica em 1889 foi fundamental para fazer com que o poder espiritual mostrasse ao Estado sua força sobre a nação brasileira, ofuscando a voz da República e vendo um presidente se curvar diante do seu poder. Quando reflete sobre os símbolos nacionais brasileiros, José Murilo de Carvalho ao se referir a Tiradentes diz:

A seu lado, talvez seja ainda a imagem de Aparecida a que melhor consiga dar um sentido de comunhão nacional a vastos setores da população. Um sentido que na ausência de um civismo republicano, só poderia vir de fora do domínio da política. Tiradentes esquartejado nos braços da Aparecida: eis o que seria a perfeita pietá cívico-religiosa brasileira. A nação exibindo, aos pedaços, o corpo de seu povo que a república ainda não foi capaz de reconstituir.”⁸⁶⁸

O que percebo é que embora tenha ocorrido uma separação oficial entre Estado e Igreja com a Proclamação da República essa separação não se desfez de forma tão veemente. O casamento foi abalado, se enfraqueceu, mas não acabou de fato, pois como foi dito, em 1930 o Estado volta a se curvar a Igreja e o presidente “pai dos pobres” se curva diante da “mãe dos oprimidos” e beija os seus pés. Mais uma vez herói cívico e herói religioso se unem.

Referências Bibliográficas

ALVES, Andréa Maria Franklin de Queiroz. **Pintando uma imagem, Nossa Senhora Aparecida – 1931:** Igreja e Estado na Construção de um Símbolo Nacional. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2005. 174 pp.

BRUSTOLONI, Júlio J.. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida:** a Imagem, o Santuário e as Romarias. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1998. 398 pp.

⁸⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas.** 1990. P. 142.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

DAIBERT JR., Robert. **Isabel, a redentora dos escravos;** um estudo da representatividade sobre a Princesa. (Dissertação de Mestrado). UNICAMP, 2001.

DUPRONT, Alphonse. A Religião: Antropologia Religiosa. In: LE GOFF, Jcques & NORA, Pierre (dir.). **História:** Novas abordagens. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

FERNANDES, Rubem César. **Romarias da Paixão.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GEERTZ, Cliford. **Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

GRUZINSKI, Serge. **A Guerra de Imagens:** de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492 – 2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 348 pp.

PEDREIRA, Jorge. Economia política na explicação da Independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência Brasileira:** novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. Pp 55 – 97.

SANTOS, Lourival dos. **Igreja, Nacionalismo e Devoção Popular:** as estampas de Nossa Senhora Aparecida – 1854-1978. (Dissertação de Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. 198 pp.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador:** D.Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 623 p.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. **A Identidade Posta no Altar:** devoção à Nossa Senhora da Conceição Aparecida e questão Nacional. (Dissertação de Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996. 263 pp.

----- Uma Rainha para a República: a sagração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, em 1931, foi o ponto alto de uma história que se inicia no séc. XVIII e envolve mistério, fé e política. **Nossa História.** Ano I, Número 12, outubro de 2004.

----- Virgem Mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. IN: **Tempo.** Rio de Janeiro, número 11. Pp 77-92.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. **Brasil de Todos os Santos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 75 pp. (Descobrimo o Brasil).



869



870



871

⁸⁶⁹ Figura 1: Pedro Américo - "Tiradentes Esquartejado"

⁸⁷⁰ Figura 2: Imagem de Nossa Senhora Aparecida que circulava no Brasil em 1854

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”
ISSN: 2317-0468.
24 a 28 de maio de 2010

⁸⁷¹ Figura 3: Imagem de Nossa Senhora Aparecida negra, imagem

“Habilidade Artesanal e Ausência de Cor”: o papel dos escravos nas tendas, canteiros de obras e oficinas no Brasil Colonial.

Lucas Baptista da Gama Júnior*

Angela Brandão**

Resumo: As reconhecidas demonstrações de habilidades manuais por parte de negros e mulatos, escravos ou libertos, que exerceram suas atividades em oficinas, tendas, ateliês artísticos e canteiros de obras no Brasil Colonial, resultaram num reconhecimento social pouco experimentado por trabalhadores que não possuíam tais habilidades. Estes homens se destacaram tanto por seu valor no mercado como pela excelência de seus trabalhos. Muitos foram reconhecidos em vida e alguns alcançaram a liberdade.

Palavras-chave: Arte Colonial Brasileira, Barroco Mineiro, Escravos Artesãos.

Abstract: The recognized manual skills demonstrations by black people and mulattos, slaves and freedmen, who exercised their activities in workshops, stalls, art workshops and construction sites have resulted in social recognition by inexperienced workers, who lacked such skills. These men stood out both for its market value as for the excellence of their work. Many of them have been recognized in life and some have achieved their freedom.

Keywords: Brazilian Colonial Art; Baroque of Minas Gerais, Artisan Slaves.

Portugal, ao afirmar sobre o Brasil a força do mercantilismo europeu, visava garantir que o caráter social do novo território se orientasse pelos padrões sociais vigentes na metrópole. Tais padrões incluíam uma regulamentação do trabalho artesanal na colônia, na qual a execução de serviços como os de carpinteiro, ferreiro, pedreiro e outros estavam sujeitos a aquisição de uma certidão expedida por um juiz de ofício após a aplicação de um

* Graduando no Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design do Instituto de Artes e Design da UFJF e Bolsista de Iniciação Científica, PROPESQ, para o Projeto de Pesquisa “Estudos em torno do mobiliário mineiro do século XVIII”.

** Professora de História da Arte no Instituto de Artes e Design da UFJF e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História do ICH-UFJF

exame que legitimaria, ou não, a capacidade do requerente trabalhador a execução de seu trabalho⁸⁷².

Para exemplificar o fato acima temos o caso de Paulo Mina, que era escravo de Antonio Pinto Carneiro, morador de Ouro Branco. Em outubro de 1750, Paulo foi examinado pelo juiz de ofício Manoel Ribeiro de Carvalho e considerado por este apto a exercer a profissão de ferrador. Depois da aprovação concedida pelo juiz de ofício ocorreu um cerimonial público, testemunhado pelos oficiais da Câmara no qual o examinado fez um juramento de compromisso com o bem comum, uma espécie de teatralização típica das sociedades do Antigo Regime⁸⁷³.

O caso de Paulo Mina, além de exemplificar o processo burocrático no qual os artesãos da colônia eram submetidos, ele também, nas palavras de José Newton, “corporifica uma situação paradoxal vigente em uma sociedade escravista sob a égide ritual do Antigo Regime”.

Como citado anteriormente, Paulo Mina era escravo, muito provavelmente escravo de ganho de seu senhor, e mesmo assim experimentou o processo burocrático como se fosse homem livre. Esta situação manifesta uma experiência não compatível com a realidade dos escravos, mas que não foge, mesmo sendo paradoxal, à teatralidade típica da sociedade vigente destinada ao homem livre.

Os escravos artesãos de ganho ou aluguel eram um patrimônio valioso para o seu proprietário e através de suas habilidades manuais se distanciaram de outras categorias de escravos. Além de serem bastante requisitados, os cativos dotados de tais habilidades atingiam no mercado um valor superior aos de seus companheiros sem especialização. Provavelmente a aquisição de um escravo de ganho era uma prática de investimento financeiro. Segundo Russel-Wood a comprovação de que esta prática podia ser extremamente lucrativa é o fato de que um senhor que alugasse os serviços de um escravo especializado podia recuperar a despesa inicial em apenas dezessete meses⁸⁷⁴.

Muitos senhores se afirmaram como verdadeiros empresários nesse setor encarregando-se de fornecer recursos humanos, material e ferramentas para empreendimentos. José Pereira Arouca foi um deles, quando faleceu possuía numerosos escravos utilizados

⁸⁷² MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In RESENDE, M.E. e VILLALTA, L.C. org. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. vol I. p. 377 e ss.

² Ibid. idem.

⁸⁷⁴ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Pág. 63

como carpinteiros, serradores, pedreiros e ferradores em diversas obras de cunho civil e religioso⁸⁷⁵.

O potencial lucrativo dos escravos prestadores de serviços especializados era percebido por toda a colônia. João Mauricio Rugendas e Jean B. Debret, em viagem ao Brasil no início do século XIX, retrataram em seus quadros cativos prestando serviços especializados como os de carpinteiro, marceneiro, pedreiro e ferreiro por toda parte.

Com o tempo, a habilidade artesanal dos escravos conseguiu se tornar, ao mesmo tempo, uma atividade interessante tanto para o dono do escravo quanto para o próprio escravo que, a partir dela, encontrou oportunidades para comprar sua liberdade com o fruto de seus trabalhos artesanais.

John Luccock voltou os seus olhos para este fenômeno e, ao observar os escravos artesãos de ganho no Rio de Janeiro e em São Paulo, referiu-se a estes homens especializados, cujos serviços estavam à venda, como “uma nova classe social”⁸⁷⁶.

Criou-se para o escravo uma possibilidade real de acumulação necessária para a compra de sua liberdade, gerando uma efetiva possibilidade de mobilidade social para os forros. Esta possibilidade foi favorecida pelo fato do colonizador não ter superado na colônia, como observou Caio Bosch, “a ibérica aversão pelo trabalho manual”. Paradoxalmente isto gerou uma valorização social do trabalho produtivo de oficiais mecânicos, e especialmente de artífices e artesãos.

Ao identificar o trabalho produtivo como algo exclusivo e ligado a negros e pessoas socialmente indignas, a habilidade manual, indiretamente, dava passagem para a execução de determinados ofícios e profissões que, transformaram-se socialmente no aparecimento de novos grupos médios. A quebra da verticalidade hierárquica típica de uma sociedade sob as rédeas do antigo regime colonial se tornou algo possível.

À frente deste processo se destacaram os mestiços, conhecidos como mulatos. O mulato era o filho de negro com branco. Por todo o império marítimo português as mulheres brancas, com idade suficiente para casar, sempre foram escassas. Duas razões contribuíram para isso. A primeira diz respeito ao fato que no Brasil a imigração portuguesa nos séculos XVI e XVII foi de caráter prático e de supremacia masculina. A segunda razão era a predominante reclusão na qual a mulher branca era preservada no Brasil, fosse ela filha ou

⁸⁷⁵ BOSCHI, Caio C. *O Barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Pág. 30

⁸⁷⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Op. cit. Pág. 63

esposa. Os conventos se tornaram o lugar tradicional de reclusão das filhas das famílias brancas com boas condições financeiras⁸⁷⁷.

Era inevitável que a mulher de ascendência africana ou ameríndia se tornasse amante dos portugueses no Brasil. O português simplesmente se aproximava da mulher mais próxima que, em geral, era a mulher negra. A intensidade de miscigenação variava no interior da colônia de região para região, porém em lugar nenhum era mais generalizada como em Minas Geras. Minas foi o palco do que é consensualmente considerado “a primeira grande cristalização artística de uma autêntica cultura brasileira”⁸⁷⁸.

Vale lembrar que em Minas as manifestações artísticas se distinguiram daquelas praticadas em outras partes da colônia. Isto porque, como se sabe, os modelos e diretrizes da arte religiosa colonial litorânea foram, em grande parte, instaladas pelos jesuítas, e as outras ordens religiosas, ao disseminarem suas escolas de artes e ofícios⁸⁷⁹.

A metrópole adotou uma política que restringia a atuação destes clérigos na capitania mineira. Esta ação proibitiva acabou por contribuir para a formação de expressões artístico-culturais e artesanais próprias, oriundas do espírito criativo e inovador de leigos. Uma das características marcantes da arte religiosa colonial mineira reside no fato desta ser produzida essencialmente por artistas leigos e encomendada ou consumida por leigos, o que naturalmente a tornou livre do formalismo e rigidez da arte produzida por religiosos seculares.

Foi em meio a esta certa liberdade que o mulato, pela via da prática de atividades artísticas e manuais, irá se destacar no quadro social de então. É através de sua destreza, habilidade e fino senso estético que ele obterá condições para rivalizar com o branco, e, dependendo do ponto de vista, o suplantará na sociedade mineira.

O valor social de cada profissional era conferido pela natureza do trabalho por ele executado e pela importância que a coletividade lhes atribuía. Dessa maneira o aumento da capacidade criativa dos artistas, artesãos e artífices que exerciam suas atividades nas Minas Gerais Colonial lhes garantiu um lugar singular no interior da sociedade mineradora. A sociedade cosmopolita que se instalou ali necessitou da presença de artistas e os valorizou.

Entre os artistas mineiros se destaca a obra do mulato Antonio Francisco de Lisboa, o Aleijadinho. A formação artística de Aleijadinho se deu de forma hereditária. Seu pai, o conceituado Manuel Francisco de Lisboa, foi o responsável por propiciar ao genial mulato um

⁸⁷⁷ Ibid.pág.56

⁸⁷⁸ BOSCHI, Caio. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*. Op. cit. pág. 7

⁸⁷⁹ Ver BOSCHI, Caio. *Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*. São Paulo: Ática, 1986.

ambiente favorável ao florescimento de sua indiscutível qualidade artística. Possivelmente, Antônio Francisco de Lisboa recebeu lições de João Gomes Batista, abridor de cunhos da Casa de fundição de Vila Rica, e do entalhador Francisco Xavier de Brito⁸⁸⁰. Porém, como disse Caio Bosch, não se nega a Manuel Francisco Lisboa “o estímulo e a orientação iniciais que despertaram a vocação do futuro Aleijadinho”.

No que diz respeito ao ensino das artes e ofícios em Minas pode-se destacar, além da formação proveniente de pais e parentes, o aprendizado direto nos canteiros de obras e oficinas. Os primeiros profissionais a se apresentarem na região vieram de outras capitanias e se tornaram responsáveis pela formação dos ofícios do local. Esta formação se dava através do aprendizado direto nas oficinas, que possuíam um cunho artístico, ou nas construções civis de caráter mais técnico⁸⁸¹.

O longo período demandado para confecção das obras, a cautela com que muitas delas eram executadas, e a realização simultânea de trabalhos explicam o grande número artesãos nelas formados. A mão de obra escrava se faz presente neste contexto, aprendendo e influenciando na construção destas obras. O aprendizado fornecido pelos senhores ou outro profissional especializado se fundiu à bagagem cultural ancestral africana, resultando em um barroco com características singulares⁸⁸².

A princípio o escravo era utilizado no desempenho de atividades menos nobres nos trabalhos artísticos como o preparo de tintas ou etapas que exigissem força física. Porém, já no final dos setecentos, vários negros e mulatos passaram a protagonizar atividades artísticas⁸⁸³.

Tal protagonismo proporcionou aos cativos um reconhecimento pouco experimentado por outras categorias de escravos. Vários testamentos comprovam a aquisição de bens materiais por parte dos escravos quando estes eram considerados bons artistas ou artesãos⁸⁸⁴.

O pintor marianense, João Nepomuceno Côrrea e Castro, tomou partido deste reconhecimento e, em seu testamento, datado de 18 de setembro de 1794, deixou para os seus dois aprendizes todas as suas estampas, riscos e *debuxos*⁸⁸⁵.

⁸⁸⁰ Ibid. p.31

⁸⁸¹ BOSCHI, C. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*. Op.Cit. pág. 27

⁸⁸² ARAÚJO, Janeth Xavier. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época colonial in CAMPOS, Adalgisa Arantes. Org. *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p..20.

⁸⁸³ Ibid. Idem.

⁸⁸⁴ Ibid. pág. 22

⁸⁸⁵ BOSCHI, Caio. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*. Op.Cit. pág. 34.

Os testamentos também revelam a concessão de alforria para alguns escravos, como foi o caso de José Angola que herdou quarenta mil reis e algumas matérias primas. O documento ainda afirma que se o senhor de Angola não o tivesse lhe passado a carta de alforria em vida, o testamento o faria⁸⁸⁶.

A historiografia vem aos poucos reconhecendo a relevância dos trabalhos artísticos e artesanais de negros e mulatos ao longo do período colonial. Um dos primeiros a fazer este reconhecimento foi Mario de Andrade ao escrever sobre o heroísmo do mulato, exaltando a figura do Aleijadinho⁸⁸⁷.

Nas falas de historiadores recentes, como Caio Boschi, Maria Helena Flexor e Janeth Xavier de Araujo, encontram-se pistas que esclarecem como a sociedade colonial aprendeu a admirar a competência e a criatividade artística e artesanal de negros e mulatos, espalhados por suas capitanias, e nos revelam que mesmo que suas habilidades artesanais não os tenham proporcionado a condição de homens nobres diante a hierarquia social, ao menos, estes trabalhadores passaram longe de serem marginalizados socialmente.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mário. O Aleijadinho. In *Aspectos das Artes Plásticas no Brasil*. São Paulo: Martins, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975

ARAÚJO, Janeth Xavier. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época colonial in CAMPOS, Adalgisa Arantes. Org. *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

BOSCHI, Caio C. *O Barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOSCHI, Caio. *Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*. São Paulo: Ática, 1986.

MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In RESENDE, M.E. e VILLALTA, L.C. org. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. vol I.

⁸⁸⁶ Ibid. idem.

⁸⁸⁷ ANDRADE, Mário. O Aleijadinho. In *Aspectos das Artes Plásticas no Brasil*. São Paulo: Martins, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

Rhuan Fernandes Gomes*

Resumo: Para compreender um pouco da arte de Portugal de 1500 a 1620 é preciso entender as inúmeras influências que a arte portuguesa irá sofrer e interpretar, construindo uma nova arte que só foi possível naquele país de raízes tão próprias e polarizado pela arte do Norte e pela arte italiana. Três nomes são importantes e exemplificam bem os caminhos do Renascimento e do Maneirismo em Portugal: Francisco de Holanda, Vasco Fernandes e Dom Miguel da Silva.

Palavras-chave: Renascimento Português; Maneirismo Português; Itália.

Abstract: To understand a little about the art of Portugal from 1500 to 1620 is necessary to understand the many influences that the Portuguese art will suffer and interpret building a new art that was only possible roots of that country so polarized by the northern art and Italian art. Three names are important and illustrate well the ways of the Renaissance and Mannerism in Portugal: Francisco de Holanda, Vasco Fernandes and Don Miguel da Silva.

Keywords: Portuguese Renaissance, Portuguese Mannerism , Italy.

A arte e a cultura do Império Português no *cinquecento* e no *seicento* exibem características que as tornam únicas em toda a Europa. O Renascimento chega até Portugal por vias espanholas, flamengas e principalmente italianas. Importa aqui o fluxo de homens, obras de arte e escritos. A via internacional soma-se as características ibéricas e gótico-medievais que haviam caracterizado a arte manuelina e a partir de determinado período, temos ainda a América presente nas obras da Metrópole, seja dando forças indiretamente ao grotesco – em toda a Europa renascentista, diga-se de passagem - ou mesmo representada de forma mais direta pela figura do índio como na Adoração dos Magos, obra em colaboração⁸⁸⁸ que se encontra hoje no Museu Grão Vasco, em Viseu, Portugal. Muito embora a Renascença

* Aluno de graduação do quinto período do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

⁸⁸⁸ As obras em colaboração são mais uma característica importante da arte portuguesa no período pois, enquanto a individualidade era plena entre os pintores à óleo da Itália renascentista, em Portugal ainda eram as antigas escolas mesterais responsáveis pelas obras de pintura à óleo sendo que os responsáveis pelas obras eram, legalmente, considerados mecânicos e não artistas. Tal fato nos impede ainda hoje de reconhecer os autores de obras como a exemplificada acima.

portuguesa tenha gerado figuras como Nicolau Chanterene, Dom Miguel da Silva e Vasco Fernandes, baseando-me em Vitor Serrão, em seu “A Pintura Maneirista em Portugal”⁸⁸⁹, afirmo que de maior amplitude em Portugal foi outro movimento que se afirma mais Europeu em âmbitos gerais que o próprio Renascimento e que marcará a arte portuguesa. A *Maniera* revolucionará a sociedade portuguesa, as artes e também a religião. E embora seja Francisco de Holanda (1517 – 1585), o celebrado tratadista português, um homem considerado renascentista, será somente com o maneirismo que sua *Idea* terá maior impacto.

Cito aqui Francisco de Holanda por sua enorme relevância para o Renascimento e para o Maneirismo Português, mas de igual maneira podemos lembrar do supracitado pintor, Vasco Fernandes, como um exemplo dos dois caminhos que mais influenciaram a arte portuguesa do período aqui em estudo. Em sua obra mais famosa, que analisaremos mais adiante nesse mesmo artigo, podemos perceber suas duas grandes referências como exemplo das duas grandes referências de Portugal: os Países-Baixos e a Itália.

É impossível no entanto falar de Grão Vasco sem falar no bispo Miguel de Silva, incentivador da arte em Portugal a quem o pintor aqui em discussão deve sua italianização, visto que o religioso mantinha fortes relações com Baldassare Castiglione, a ponto do mesmo chegar a dedicar seu “O Cortesão”⁸⁹⁰ ao bispo português. Sendo assim, podemos perceber a cidade de Viseu italianizada sob a influência de Miguel da Silva, o conceito de *sprezzatura* e a idéia de *maniera*, chegavam até o reino tardo-gótico de Portugal

Destaco que as três figuras acima citadas, que são por mim tomadas como modelo ao longo deste artigo dos caminhos do renascimento e do maneirismo em Portugal, pela proeminência da arte de Francisco de Holanda e de suas idéias inseridas em seus tratados, pela admirável arte do enigmático Vasco Fernandes e pelas relações e influências transformadoras que tiveram importantes relações para a arte de Portugal. Este tripé, formado pelo tratadista, pelo pintor e pelo mecenas são o que me interessa como modelo dos caminhos do renascimento e do maneirismo em Portugal.

Um pouco do *medium* artístico de Vasco Fernandes – sob a viva influência de Dom Miguel da Silva.

⁸⁸⁹ SERRÃO, Vitor. A Pintura Maneirista em Portugal. Lisboa: Ed. Biblioteca Breve. 1991.

⁸⁹⁰ . BALDASSARE, Castiglione. O Cortesão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

O principal termo para definirmos Vasco Fernandes talvez seja “enigma”. Muito a respeito do grande pintor nos é hoje desconhecido, do pouco que temos, muito nos é possível saber e mais ainda imaginar. Talvez essa possibilidade imaginativa que seu mito nos dá, tenha ajudado o pintor a ter o significado que hoje tem.

Sabemos que o mesmo nasceu na segunda metade do século XV em um ambiente em que impera a arte portuguesa tardo-gótica, que cresce a partir de reinado de Manuel I assumindo suas formas finais com forte toque do gosto árabe, inserido através de séculos de relacionamento e que obviamente irá marcar a formação de Vasco Fernandes, influenciando em suas escolhas e em toda a arte portuguesa do período.

É permeado por essa influência do acima descrito manuelino que ele dará suas primeiras pinceladas. Primeiramente ainda muito preso as escolas mesterais, o que ajuda a manter o mistério a respeito deste personagem. Sua arte vai se destacando com o tempo e antes da reivindicação de 1612 (da qual falaremos mais adiante) um artista irá se destacar por sua individualidade, pela nobreza e liberalidade de sua arte, sem contudo sair oficialmente do estatuto social oferecido a sua classe em sua época.

Em contexto europeu é preciso citar a importância de Portugal como um dos principais portos do mundo o que trouxe para si além de riquezas algumas novidades que acabariam se inserindo de modo decisivo na arte.

Tais referências acima citadas se estabelecem por um fortalecimento do grotesco a partir das novidades levadas pelos navegantes portugueses para a Europa.. Os índios americanos acabam também se tornando parte da iconografia da arte européia, bem como a fauna e a flora trazida de diversas partes do mundo. É o caso, por exemplo, da ilustração que o alemão Albrecht Durer faz de um rinoceronte que se tornaria tão famoso através dessa ilustração. É o caso ainda do elefante dado de presente ao papa Leão X pelo Rei de Portugal. Tudo isso podemos observar em trecho das crônicas de Damião de Góis.

...quando na cidade de Lisboa no caes da pedra embarcaram o elephante que El Rei mandou ao Papa Leão decimo, como atras fica dito, o qual senam quis nunca meter na barca para o leuarem a nao, ate que El Rei mandou per duas vezes recado aho indio que o regia...⁸⁹¹

Figura 1: *Rinoceronte de Dürer*, xilogravura do artista alemão Albrecht Dürer feita em 1515.

⁸⁹¹ GÓIS, Damião de. **Chronica do serenissimo senhor rei D. Manuel:** escrita por Damião de Goes e, novamente dada a luz, e offerecida ao illustrissimo senhor D. Rodrigo Antonio de Noronha, e Menezes... Lisboa: 1749. cap. 18, quarta parte. p. 478.



Figura 2: *Adoração dos Magos*, óleo sobre madeira. Obra feita em colaboração. Museu Grão Vasco, Viseu.



Importa ainda a posição de Portugal como potencia da navegação, grande porto da Europa e, portanto, com relações comerciais que vão influenciar no cotidiano do português bem como na arte portuguesa. Vitterbo diz:

A influencia poderosissima da escola portugueza na arte flamenga explica-se naturalmente pela relação íntima, de variado caracter entre os dois povos. O commercio é o principal vehiculo da civilisação, e as nossas relacções commerciais com a Flandres eram do maior importancia.⁸⁹²

Tal influência está óbvia na arte de Vasco Fernandes e podemos percebê-la naquela que deve ser sua obra prima, seu “São Pedro”, mesmo que tal pintura já expresse sua fase mais madura, mais individualizada e mais italianizada.

Figura 3: *São Pedro*, Vasco Fernandes. Museu Grão Vasco, Viseu.



⁸⁹² VITTERBO, Sousa. **Artes e Artistas em Portugal:** Uma contribuição para a historia das artes e das industrias portuguezas. p. 6

Uma primorosa obra, pintada para a Sé de Viseu e hoje encontrada no museu Grão Vasco. Uma obra que rendeu a Vasco em sua época comparações a Apeles e a Zêuxis, elogio maior a um pintor renascentista que emprega em suas obras a idéia presente em “O Cortesão” de Castiglione, a idéia de medida perfeita, a *sprezzatura*, idéia difundida nas proximidades da Itália, mas que em Viseu deve sua presença ao bispo mecenas Dom Miguel de Silva.

Há ainda um forte sentido iconográfico na imagem acima exposta. Um sentido de simbolismo que nos dá em uma imagem uma narrativa, o que era bastante comum no Renascimento de maneira geral, mas que devemos nesse contexto admitir como novidade trazida da Itália. Em uma análise não muito profunda percebemos São Pedro no centro da imagem, totalmente caracterizado como o primeiro papa da Igreja em seus gestos e em sua roupa totalmente detalhada à maneira do norte. Ao fundo, duas cenas pintadas sob arcos romanos nas quais Cristo é protagonista, a primeira a do batismo e a segunda representando Jesus já em seu martírio, ao carregar a cruz. O trono sobre o qual Pedro está sentado remete a arquitetura italiana do período e ainda ao Manuelino. Como afirmado acima, tal obra é como que o cruzamento de todos os caminhos do Renascimento até Portugal, uma interpretação única que só poderia ser feita com todas as características que se encontravam na cidade de Viseu na época de Vasco Fernandes.

A *Idea* de Francisco de Holanda como expressão italianizante.

Francisco de Holanda, filho do iluminador régio Antonio de Holanda considerava-se pintor e era a pintura que amava. No entanto, no ano de 1538 é como arquiteto militar a serviço do rei que Holanda viaja até Roma. Lá, cumpre sua função, mas transcende isso. Por mais que o jovem ainda fosse, de acordo com o estatuto social, considerado um “mecânico” caso quisesse se dizer pintor, seu pensamento não se prendia a tal fato e sua estadia na Itália transforma ainda mais seu pensamento.

Em contato com o centro cultural da Europa no período, em contato com a *Maniera* de Miguel Ângelo com quem teve inclusive a oportunidade de dialogar em várias oportunidades⁸⁹³, Holanda desenvolve uma filosofia para a arte no mínimo audaciosa. Em seus tratados importam as idéias relacionadas à *prisca pictura* e *antiqua novitas* que resumem em boa parte suas idéias como nos mostra Sylvie Deswarte. Holanda, como bom símbolo do

⁸⁹³ Holanda inclusive nos deixa registros desse contato bastante próximo com o mestre da arte italiana em seu “Diálogos em Roma”. HOLANDA, Francisco de. Diálogos em Roma. Lisboa: Horizonte, 1984.

renascimento que é, como bom humanista que foi, enxerga a novidade nas obras antigas e promove uma “taxonomia”⁸⁹⁴ das figuras antigas. Mas não é apenas a coleta de um repertório de clássicos que Holanda deixa como herança. Sua filosofia tem a ver com a reivindicação de liberalidade e nobreza para a qual os pintores à óleo mais tarde despertariam.

Nas palavras de Sylvie Deswarte:

Francisco de Holanda se distingue por sua vontade de dar uma base filosófica à sua arte. Sob a influência do grande modelo de Michelangelo, cuja arte e poesia estão impregnadas do neoplatonismo florentino da sua juventude, Holanda adotou esse sistema filosófico. Pautado na leitura dos platônicos da antiguidade, dos pais da Igreja e de autores neoplatônicos como Marsílio Ficino e Cristóforo Landino, ele ousa aplicar a metafísica neoplatônica à teoria da criação artística.⁸⁹⁵

Na intenção primeira do artista da antiguidade e, portanto, na do artista do renascimento está o imitar da natureza que é pouco na filosofia de Francisco de Holanda. O verdadeiro pintor é aquele que é tomado por certo furor que o leva a transcender a imitação da natureza, atingindo a *Idea*, conceito utilizado por Platão empregado na *prisca theologia* de Marsílio Ficino e utilizada por Holanda nas artes. Para o humanista, essencial para o conceito de *Idea* é o desenho, momento primeiro de criatividade que separa o grande artista do mero artesão. Francisco de Holanda afirma em trecho no qual ainda temos a oportunidade de testemunhar seu lado religioso:

Mas uma das cousas por que eu mais desejo de amar ao meu mestre, o immortal Deos, é porque elle só entende e conhece a altura da pintura, elle só sabe pintar perfeitamente; elle inventou a pintura, elle é a fonte e o fim d’ella.⁸⁹⁶

É importante destacar que, a filosofia de Holanda se manifesta contra o modo como os artistas são tratados em Portugal, o próprio Francisco insatisfeito com sua condição após a morte de D. João III por toda sua vida mandaria cartas aos reis de Portugal exigindo uma melhor colocação para si. Em seu “Da fabrica que falece à cidade de Lisboa” (1571) sua insatisfação, com as condições da arte em Portugal e com sua própria colocação que já não era a mesma desde o patronato de Dom João e de seu irmão Dom Luís, fica óbvia.

⁸⁹⁴ Uso aqui termo empregado normalmente na biologia do qual Sylvie Deswarte fez bom uso em seu texto “Prisca Pictura e Antiqua Novitas – Francisco de Holanda e a taxonomia das figuras antigas”.

⁸⁹⁵ DESWARTE-ROSA, Sylvie. **Prisca Pictura e Antiqua Novitas – Francisco de Holanda e a Taxonomia das Figuras Antigas**. 2004. p.16

⁸⁹⁶ HOLANDA, Francisco de. **Da fabrica que falece à cidade de Lisboa**. Lisboa: Horizonte, 1984.

Com seus escritos e sua filosofia o conhecido tratadista dá então enorme contribuição às idéias que vão acometer um grupo de pintores⁸⁹⁷, que em 7 de Fevereiro de 1612, reivindicam seu desligamento às pesadas obrigações relacionadas à “Bandeira de São Jorge”, com o argumento de que sua arte, a arte de pintar a óleo seria de nobreza e liberalidade, tal como diz Holanda em seu tratado “Da Pintura Antiga” (1548)⁸⁹⁸.

Vítor Serrão destaca bem as reivindicações feitas pelos pintores de óleo: (i) reivindicação do foro de Nobreza da arte da Pintura, com base na argumentação sempre sublinhada pelos teorizadores de Arte do século XVI, (ii) reivindicação da Pintura como Arte Liberal, (iii) reivindicação de todas as isenções dos deveres a que os “mecânicos” estavam obrigados, procurando-se assim quebrar os vínculos que prendiam os pintores às corporações mesterais e (iv) reivindicação de ofícios e cargos nobres para os pintores de óleo⁸⁹⁹ (SERRÃO,1983: 89).

São, portanto, estes os aspectos reivindicados pelos pintores no documento que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Reivindicações que na geração após F. de Holanda já haviam aparecido mais pontualmente em missivas escritas ao Rei por Diogo Teixeira e Domingos Vieira Serrão, respectivamente em 1577 e 1606⁹⁰⁰.

Na primeira, podemos destacar o seguinte trecho que nos dá absoluta noção do que acontecia em Portugal de maneira atrasada se considerarmos a Itália como padrão:

Provisão de Dioguo Teixeira, pintor de imaginária, **desobrigado da bandeira de São Jorge e emcarreguos de mecânico.**

Diz Diogo Teixeira, cavaleiro fidalgo da casa do Senhor Dom António vosso tio, e pintor de imaginária de óleo, eu el Rei vosso avô, que está em glória, **por naquele tempo nossa cidade e Reino a arte da pintura não ser da perfeição que ora está, anexou indevidamente os pintores à bandeira de São Jorge nesta cidade, como se fossem mecânicos, sendo arte em si célebre...**

E ainda:

⁸⁹⁷ Nomeadamente os dezesseis pintores a fazerem a reivindicação em 1612: António de Moura, António André, Fernão Gomes (pintor régio), Miguel de Paiva, António Simões, Manuel de Figueiredo, António Lobato, André Peres, António da Costa, André Pinheiro, Gregório Antunes, Agostinho de Aguiar, Jerónimo de Aguiar, António Ramos, Domingos Pacheco e Nicolau de Pontes.

⁸⁹⁸ HOLANDA, Francisco de. **Da Pintura Antiga**. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

⁸⁹⁹ SERRÃO, Vítor. **O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses**. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

⁹⁰⁰ A carta de Teixeira em: Arquivo Municipal de Lisboa., Livro 3.º dos Ofícios (1567 – 1587), códice 52, fls, 107 v.º - 108 v.º. Publicado por SERRÃO, Vítor. O alvará de dispensa de Domingos Vieira Serrão que dá prova da missiva escrita anteriormente pelo mesmo em: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Filipe I, Privilégios, L.º5, fl. 239. Publicado por SOUSA VITTERBO (F.M.), 1903, pág. 135.

e ser um dos melhores da sua arte que há nestes Reinos, haja por bem mandar que **não seja obrigado à dita bandeira nem a seus encargos nem a outros a que soem obrigar os mecânicos, e receberá mercê.** [Grifos meus]⁹⁰¹

Uma espécie de individualidade, de nobreza e de liberalidade que só foi possível com a filosofia neoplatônica levada a Portugal por Francisco de Holanda.

É interessante notar que posteriormente a *Contra-maniera*, expressão artística que ganha espaço a partir da Reforma Católica iria ser de nascimento oposta a liberalidade tão recentemente conquistada pelos portugueses.

Conclusão

A arte portuguesa do *cinquecento* e do *seicento* é de grande particularidade. Arte está de grande originalidade não só em Francisco de Holanda ou em Vasco Fernandes, homens que são tão geniais quanto o afamado Camões, mas mesmo assim pouco destaque lhes tem sido dado na historiografia.

É importante destacar ainda que tais homens, modelos dos singularíssimos renascimento e maneirismo português são também importantes para a história da arte do período em termos gerais. Talvez, quando entendermos melhor essas duas figuras nós tenhamos a chance de dispensar termos prontos ou fronteiras para entender sua arte, sua genialidade para entendê-los nas redes que os ligam a diversas obras, relacionados a textos e a outras pessoas.

Bibliografia

BALDASSARE, Castiglione. *O Cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DESWARTE-ROSA, Sylvie. *Prisca Pictura e Antiqua Novitas – Francisco de Holanda e a Taxonomia das Figuras Antigas*. 2004.

⁹⁰¹ Provisão de Diogo Teixeira, Pintor da casa do senhor D. Antônio, prior do Crato, solicitando isenção dos encargos da Bandeira de S. Jorge, 25 de janeiro de 1577. A.M.L., Livro 3.º dos Ofícios (1567 – 1587), código 52, fls, 107 v.º - 108 v.º. Publicado por SERRÃO, Vitor. *O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

GÓIS, Damião de. Chronica do serenissimo senhor rei D. Manuel: escrita por Damião de Goes e, novamente dada a luz, e offerecida ao illustrissimo senhor D. Rodrigo Antonio de Noronha, e Menezes... Lisboa: 1749. cap. 18, quarta parte.

_____. Da Pintura Antiga. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

_____. Da fabrica que falece à cidade de Lisboa. Lisboa: Horizonte, 1984.

_____. Diálogos em Roma. Lisboa: Horizonte, 1984.

SERRÃO, Vitor. A Pintura Maneirista em Portugal. Lisboa: Ed. Biblioteca Breve. 1991.

_____. O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

VITTERBO, Sousa. Artes e artistas em Portugal – Contribuições para a história da arte e das industrias portuguezas. Lisboa: Livraria Ferreira, 1892.

Conflitos Brasileiros entre 1930 e 1946

A Adesão Popular na Revolução de 1930

Adalberto Alves de Mattos *

Resumo: A Revolução de 1930 foi um movimento que aconteceu em todo território nacional e os confrontos foram marcados por muita violência bombardeios, trincheiras, atentados e limitação das liberdades. Soldados anônimos contribuíram com suas vidas e parte da população marchou ao lado dos revolucionários na conquista de Juiz de Fora, fenômeno de adesão popular observado em várias localidades do país. A força civil pode ter tido um papel decisivo na conquista revolucionária. Juiz de Fora sede da 4º região militar, durante 04 dias foi palco de fortes batalhas na região de Dias Tavares, Remonta, Benfica, Mariano Procópio e Tapera. A população civil demonstrou fortes e acalorados sentimentos de apoio a causa revolucionária, Jornais da época relatam as mais ardentes manifestações da População.

Palavras-chave: Revolução de 1930; Política Café com Leite; Revoltas

Abstract: The revolution of 1930 was a movement that happened in all national territory and the clashes were marked by much violence, with bombing, trenches, attacks and restrictions of freedom. Anonymous soldiers contributed with their lives and a part of the population marched next to the revolutionaries in the conquest of Juiz de Fora, phenomenon of popular support observed in many places in the country. The civil force could have had a decisive role in the revolutionary conquest. Juiz de Fora, seat of 4th military region, the city was the place of intense battles in the region of Dias Tavares, Remonta, Benfica, Mariano Procópio and Tapera. The civil population demonstrated strong and nervous feelings of the support the revolutionary cause, the newspapers of the period report that about the more burning hot manifestation of population.

Keywords: Revolution of 1930; Politics Coffee with Milk; Revolts

* Graduando 4º Período do Curso de História Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF.

Minas Gerais dos anos de 1930 exercia uma condição Política bastante atraente. Diversos grupos políticos de todo país disputavam seu eleitorado, o estado continha o maior colégio eleitoral do país e Juiz de Fora possuía políticos influentes, o município está geograficamente bem localizado, entre Rio de Janeiro, naquele tempo capital do país, e, Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, por este fato facilitava os encontros políticos. Antônio Carlos, político articulador e envolvente, possuía bases políticas na cidade e fez dela palco de grandes decisões políticas.

Juiz de fora possuía igualmente, estratégica posição geográfica entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte, favorecendo o trânsito de pessoas, reuniões e acordos entre políticos. Era centro econômico de grande importância no estado e sua força política foi decisiva em muitos momentos históricos⁹⁰²

As articulações estavam em torno da sucessão à Presidência do governo federal e as eleições estavam marcadas para o dia 01 de março de 1930, até então as pessoas estavam em pleno gozo do exercício da cidadania na escolha de seus candidatos, mas um fato inusitado ocorrera nos bastidores desta eleição, o apoio insistente de Washington Luis a Júlio Prestes, seu conterrâneo paulista. Depois de uma visita do Presidente Washington Luis a Juiz de Fora em 1929, Antônio Carlos desiste de sua candidatura, por pensar em uma improvável consagração pelas urnas, já que não teria o apoio do presidente. Logo em seguida, Antônio Carlos articula um encontro político, onde novos personagens políticos aderiram uma nova candidatura. Em poucos dias nesta cidade se efetivava a Aliança Liberal, Washington Luis por não apoiar a candidatura de Antônio Carlos feriu uma tradição política entre Mineiros e Paulistas na sucessão do comando do país. A política café com leite se viu em crise e em meio a crise novas articulações inauguram uma nova era política no Brasil, novos atores foram protagonistas do movimento que mexeu com todo país. Os Mineiros então buscam apoio com políticos de Rio Grande do Sul e Paraíba, estava assim formada a oposição a candidatura Paulista de Júlio Prestes e de seu vice Vital Soares candidatos do Partido Republicano Paulista (PRP) e pela (AL) Aliança Liberal candidatura de Getúlio Vargas gaúcho e seu vice João Pessoa da Paraíba com apoio do (PRM) Partido republicano Mineiro. Tudo seguia e a questão agora seria a eleição os rumores de possíveis fraudes na contagem dos votos criavam um cenário duvidoso e a questão era quem vai conseguir fraudar mais, pois ninguém queria

⁹⁰² A respeito da situação Política de Juiz de Fora temos uma breve noção da condição política da cidade e entre os principais fatos de projeção nacional está citado o movimento que antecedeu a revolução, responsável pela articulação da Aliança e deu fim ao governo de Washington Luis ver: **Oliveira, Mônica Ribeiro 1994 pág.59**

perder, estava se criando um ambiente de incerteza diante de uma eleição duvidosa e corrupta pelos dois lados. A população do município estava preocupada com os anúncios em jornais que circulavam pela cidade dizendo que o batalhão da 4º região estava pronto para bombardear a cidade em caso de manifestações políticas e alteração da ordem. O boato circulou tanto que o então comandante da 4º região Azevedo Costa concedeu uma entrevista esclarecendo as informações estampadas em jornais e explicou que a vinda dos aeroplanos para cidade, nada seria além de um plano antigo e, portanto o as informações não condiziam com a realidade. Declaração que pouco contribuiu com que a população deixasse de pensar na possibilidade, intelectuais pediam que a população se acalmasse.

Dr. Pedro Marques Figue, pois inteiramente tranqüilo o povo de Juiz de Fora, Pode ele sem temor cumprir serenamente a primeiro de março o seu dever cívico nada a recear do exercito longe de injuriarmos crendo no porque por ai impatrioticamente se afirma nele tenhamos absoluta fé. O nosso dever é respeitá-lo, não o envolvendo em campanhas políticas.⁹⁰³

A população continuava preocupada e apreensiva e teria de comparecer na eleição de 01 de março para escolha de seu novo presidente. No dia da votação aeroplanos sobrevoaram a cidade deixando um rastro de medo entre a população que cogitava a possibilidade ação militar funcionando como uma pedagogia do medo a população que desde o início declarava apoio aos candidatos de oposição a candidatura dos paulistas se viu ameaçada de sofrer retaliações devido a incerteza de perturbação da ordem, ou seja, o governo já sabia que o resultado das eleições deixaria o Brasil dividido e era preciso intimidar os possíveis perturbadores da ordem. O objetivo no primeiro momento foi alcançado e as eleições aconteceram normalmente não havendo incidentes de amplitude capaz de sacudir a cidade.

Não houve perturbação da ordem pública, registrando-se apenas pequenos incidentes, aqui e ali, sem conseqüência funesta nem efeito sombrio. Sabia-se antecipadamente que a vitória pertencia aos candidatos da aliança liberal, mas dois ou três dias depois muita gente se surpreendeu com o resultado do pleito em todo município: Getulio Vargas 5606 votos; João Pessoa 5064; Julio Prestes 1337; Vital Soares 1307 tudo fazia crer que seriam vencedores em proporção ainda maior os candidatos da Aliança Liberal⁹⁰⁴

⁹⁰³ A respeito do apelo de intelectuais podemos notar que o apelo à multidão não teve grandes resultados a população estava se sentindo ameaçada pelas forças da 4º região militar, responsável pelas operações e administração do comando militar de Minas condição mantida até a década de 1990 quando o comando foi transferido para Belo Horizonte ver: **Oliveira, Paulino de. 1966 Pág.248**

⁹⁰⁴ A respeito das eleições apesar da fraudes antes do término da eleição já se sabia que em Juiz de Fora os candidatos da Aliança Liberal ganhariam com uma boa vantagem coisa que se confirmou na contagem dos votos e esperava-se um resultado ainda melhor na contagem geral, mas a esperança não se confirmou ver: **Oliveira, Paulino de 1966 Pág.248**

Já no mês seguinte no dia 11 de abril seria eleito o novo Presidente e vice-presidente de minas cargo ao qual somente concorreram os Drs. Olegário dias Maciel e seu vice Pedro Marques de Almeida a outra chapa se retirara em virtude da desistência de Melo Viana. Desde então se viu no Estado mineiro uma intensa movimentação de tropas ocupando principalmente as cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte, 14 deputados foram depurados na Paraíba choque entre forças da polícia militar e cangaceiros de José Pereira. Pequenos conflitos se alastravam por todo país, conseqüentemente aumentava-se assim o temor por uma revolta Popular a situação se agravava e da Paraíba surge rumores de revolução.

Doutor “Plínio Casado em entrevista ao Diário de notícias” citando uma frase profética de 1914- “o primeiro tiro que se disparar nos Bálcans conflagrará a Europa inteira” avia declarado a 12 de junho, a propósito dos acontecimentos de Princesa: Não tenha a menor dúvida que o primeiro tiro que o exército disparar na Paraíba conflagrara o Brasil inteiro.⁹⁰⁵

Em Minas declarações obscuras atas secretas circulavam em meio a uma explicita insatisfação com o resultado das eleições presidenciais, no palácio da liberdade coodernava-se um grande plano revolucionário capaz de inundar o país. Antônio Carlos estava disposto a fazer a revolução custe o que custar, declaração que chamou a atenção do comandante da 4º região e na edição do jornal “*Diário Mercantil*” do dia 28 de junho relata a conseqüente retaliação que começara a acontecer na cidade. Foram reforçados os patrulhamentos aumentando sua abrangência em quilômetros chegando até os bairros e estradas de rodagem, abordando civis, fazendo revistas fato que foi questionado pelo segundo delegado auxiliar do 2º batalhão da polícia Menelick de Carvalho que envia uma carta ao comandante da 4º região militar Azevedo Costa pedindo explicações sobre a atuação do exercito.

A tensão e os nervos estavam a toda prova o comando estava antenado a todos e possíveis acontecimentos, diante deste cenário instaurado pelos rumores de revolução um fato chamou-me atenção que está relatado em um dos livros que utilizei para esta pesquisa foi o acontecimento inusitado que resultou em deboche por parte da população “Revolução do gambá”. No dia 03 de junho na guarnição do comando da 4º região um *Didelphis marsupialis*

⁹⁰⁵ A respeito da situação é possível ver a intensidade que o movimento chegará pelas palavras do Dr. Plínio que traduz muito bem a fragilidade e delicadeza do momento mostrando como o movimento revolucionário estava pronto para conflagrar todo Brasil, declaração que foi feita a um jornal Diário de notícias ver: **OLIVEIRA, Paulino de 1966 Pág.249**

lá pelas tantas da madrugada se movimentando pelos telhados e soltando sobre os barracões do quartel assustara um soldado que em alerta dispara sua arma contra o animal. Assustado com o barulho o general Azevedo Costa ordena que as tropas a entrem em forma em imediatamente em detrimento da tentativa de movimento subversivo, durante muito tempo se comentou este acontecimento pelas rodas de conversa em Juiz de Fora.

No dia 26 de junho o Brasil é estremecido pelo ocorrido assassinato de João Pessoa na Paraíba, Antônio Carlos e seu secretário de segurança Odilo Braga em comício condenam o assassinato do líder paraibano. Um representante de Juiz de Fora cujo nome consta M. Gomes Filho no sepultamento de João Pessoa declara vingança dizendo que o povo da montanha desceria para vingar a morte de João Pessoa. O plano era usar as forças da polícia Estadual para darem o golpe no governo, apesar de possuírem uma desvantagem no material bélico e técnico os policiais foram convocados para atuarem defendendo a causa dos revolucionários. Foi o estopim para que não houvesse mais sossego em Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul a população estava se manifestando contra as forças do exército no desfile do dia da independência em Porto Alegre. A população ameaçou uma vaia para às tropas do exercito e logo após no desfile dos militares estaduais amistosos sorrisos. Antônio Carlos abandona o cargo de Governador no dia 07 de setembro é esperado em Juiz de Fora. Manifestações de apreço popular marcadas para o dia 08 ocorreram à população estava disposta a dar apoio a Antônio Carlos e esta manifestação fora transferida para o dia 14 e depois cancelada por motivos imperiosos como disse o ex-presidente de Minas escrevendo ao coronel Geraldo Filgueiras de Rezende chefe do executivo municipal vice-presidente da câmara explicando a sua ausência na cidade.

Motivos imperiosos, entretanto obrigam-me muito a contra gosto a declinar a tão benévolas homenagens. Tenho de permanecer nesta capital alguns dias ainda, não me sendo possível, por agora marcar o dia certo para minha viagem. Além disso é provável que antes de mi fixar nesta cidade eu me destine a outra localidade onde me seja facultado retemperar forças no afanoso exercício do poder presidencial.⁹⁰⁶

Finalmente depois de tantos rumores de revolução no dia 03 de outubro e dado o primeiro passo e a revolução começara, em Juiz de Fora a movimentação das tropas legais era intensa. O Presidente de Minas Dr. Olegário Maciel recomenda a retirada das tropas do 2º batalhão da Polícia Militar abrigada neste município orientando sua retirada para fora dos

⁹⁰⁶ A respeito da ausência de Antônio Carlos denota claramente o sentimento da população e ao mesmo tempo os impedimentos para o evento ver: **OLIVEIRA, Paulino de Oliveira 1966 Pág.251**

limites geográficos de Juiz de Fora. Comandada pelo Coronel Edmundo de Leri Santos auxiliado por pessoas civis como Dr. Menelick de Carvalho, Pedro Vieira Mendes, José da Rocha Lagoa saíra em retirada estrategicamente fazendo paradas em Gramma, Coronel Pacheco e Pomba e finalmente na cidade de Ubá onde se instalou um posto de comando com 300 homens. Menelick de Carvalho em seu livro relata a chegada e a instalação de sua tropa na cidade de Ubá comenta sobre como foi sua experiência na ação revolucionária, mas um relato me chama a atenção, quando ele fala do entusiasmo com que os civis anônimos se ofereceram pela causa revolucionária.

Coisa de poucos dias, a coluna contava com perto de 1000 entre bate-paus camaradas, cablocos e até jagunços, usineiros e vezeiros na prática da briga. Era um entusiasmo febril, bravio e até certo ponto esquisito, por que eles não sabiam o que ia acontecer. Tudo corria com estas ardentes demonstrações de gente boa que queria partir, bater e triunfar.⁹⁰⁷

O governo federal decretou estado de sítio no dia 05 de outubro à cidade estava isolada sem comunicação, Menelick de Carvalho pedira para alguns civis que acompanharam a retirada das tropas que retornassem à cidade e dirigisse um apelo a população pedindo calma e que dentro de poucos dias a ordem estaria restabelecida com a vitória dos revoltosos o veículo de informação que seria usado para a difusão deste apelo seria a imprensa instituição que neste momento estava sendo perseguida e censurada, os jornais da cidade que continuaram a editar as notícias procuraram uma zona de neutralidade evitando comentar sobre os fatos e quando se manifestavam era alguma coisa de apoio aos Legalistas.

Nossos presos confrades “Correio da Minas” e “Gazeta Comercial” desta cidade não estão circulando o primeiro desde o dia 05 do corrente domingo inclusive o segundo começar hoje. Pelo decreto N°19350 de 5 de outubro de 1930. Declara em estado de Sítio todo território da República até 31 de dezembro do corrente ano. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil usando da autorização que lhe confere o decreto legislativo N°5808 de 4 de outubro corrente resolve estender a todo território da República até 31 de dezembro de 1930 o estado de Sítio.⁹⁰⁸

⁹⁰⁷ A respeito da adesão popular na coluna revolucionária na questão do entusiasmo penso que possivelmente exista uma tentativa de exaltação do movimento, portanto precisamos relevar o fator emocional do autor em sua descrição dos fatos ver: **CARVALHO, Menelick de. 1942 Pág.18**

⁹⁰⁸ Sobre o fechamento de Jornais o Jornal Diário Mercantil na edição do dia 08 de outubro de 1930 anuncia os jornais que estão proibidos de circularem na cidade é possível perceber certa ligação com os legalistas que usaram o Diário Mercantil como veículo de comunicação com a população anunciando convocações, prorrogações de feriado etc. ver: **Jornal Diário Mercantil N°5837 edição do dia 08 de Outubro de 1930**

No dia 05 várias prisões de civis foram efetuadas pelo comando militar sendo esses enviados para capital, começava a faltar gêneros alimentícios a cidade começará a sofrer com o cercamento e isolamento feito pelos militares da 4º região. Estrategicamente no mês anterior no dia 07 de setembro é divulgada uma nota extraordinária nos jornais da emitida pela 4º região militar que fazia referência a situação de desabastecimento no caso de subversão da ordem tudo indica que já há muito tempo os militares já se preparavam para o conflito que parecia inevitável. Uma tabela de preços fora criada na iniciativa de se controlar os preços de produtos alimentícios obrigando os comerciantes a manterem os produtos nas prateleiras e os preços. A câmara dos vereadores juntamente com os militares faria semanalmente uma ata de preços divulgada pelo Diário Mercantil divulgando preços tabelados e a população ajudaria na fiscalização dos estabelecimentos que por ventura ousassem a descumprir a medida extraordinária. Outra medida também tomada pelos militares foi a convocação da reserva.

Convocação de Reservistas decreto 19351 de 5 de outubro convoca reservistas de primeira e segunda categoria até a idade de 30 anos. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil de conformidade com o disposto no artigo da aliança 2º alínea 6 da lei 5742 de 28 de novembro de 1929 resolve convocar os reservistas de primeira e segunda categoria até a idade de 30 anos Washington Luis P. de Souza Nestor.⁹⁰⁹

O patrulhamento era ostensivo o Major Vila Bela que assumiu o comando da polícia local no dia 07 de outubro se dirige a população fazendo um apelo pedindo que a população não acreditasse em boatos e que se mantenha a calma a ordem neste município. Adota desde então medidas emergenciais buscando a paralisação total da cidade no dia 20 ele determina toque de recolher às 22 horas, escolas fechadas, proibição da venda de bebidas alcoólicas, proibido aglomerações de pessoas em vias públicas e algumas indústrias preferiram pela paralisação de suas atividades e as casas de diversão só poderiam funcionar até 21 horas.

A guerra tinha começado não se acreditavam na dura resistência oferecida pelo comando do 12º R.I da capital. Os confrontos na região iam se aprofundando e o comando pedia, mas não conseguia reforços, uma frota de aviões se aproximou do posto de comando em Ubá despejou uma chuva de petardos espalhando estilhaços para toda parte este episódio é descrito por Menelick de carvalho de forma curiosa disse ele:

⁹⁰⁹ Este trecho mostra muito bem as manobras do governo a fim de abastecerem seus batalhões na tentativa de conter o movimento Revolucionário ver: **Jornal Diário Mercantil N°5837 edição do dia 08 de outubro de 1930**

Os cablocos se entre aram mata adentro e depois foi difícil encontrar a recrutada dispersa. Nunca esses homens presenciaram tal horror. Estrondos infernais, arvores sendo arrancadas pela força do impacto da explosão no local só restou garruchas, facas, carabinas *papos-amarelos*, porretes de *pau-mulato* abandonados por toda parte, só restou homens desesperados em valas buracos com suas caras metidas na terra a perguntar se borrando de medo se os ataques iriam continuar “*meu deus será que ainda vem mais?*” não ouve baixas neste dia.⁹¹⁰

Um grupo legalista partiu de Ouro Preto e marcha em direção a Juiz de Fora via Piranga- Alto Rio Doce forçando um rearranjo estratégico destacando um grande contingente para essa região para conter o avanço legalista protegendo a retaguarda da coluna Revolucionária em Ubá.

Neste momento abateu-se sobre a tropa um sentimento pessimista todos estavam preocupados com o desfecho da revolução e num desses dias amargos que os recrutas escutaram de um homem entre eles “*quando o castigo vem do céu e porque o pecado é muito grande*” e em meio a este clima que eles recebem uma notícia esperançosa de que um oficial do exercito viria para fazer a ligação da coluna mineira com o Rio.

Major Marcondes da frente do Recreio despertou desconfiança de Leri Santos que não o encontrava em seu cadastro de companheiros busca informações em Belo Horizonte e descobre que Marcondes é na verdade um pseudônimo do Major Cristovam Barcelos que no mérito de suas ações foi logo ganhando o posto de chefe do estado maior da coluna. O então esperado Marcondes, ou melhor, Cristovam Barcelos chega pelos dias 07 ou 08 de outubro no posto de comando da coluna revolucionária.

A chegada deste novo comandante propiciou uma renovação de animo para a tropa marchar em sentido à vida ou a morte, contando que seu ato heróico servirá como uma prova de amor pelo Brasil. No entanto este comandante buscava recrutas e assim os deixava Major Barcelos levando 70 praças misturadas entre patriotas e dois cunhetes de munição e partiram descendo rumo à conquista do Rio, logo se teve notícias desses desprovidos com pouca munição que conquistarão Campos e depois levaram a revolução até o palácio na baia de Guanabara. No entanto a divisão na tropa resultou em mais um apelo à população.

⁹¹⁰ Sobre o ataque oferecido pelos legalistas existe uma série de dúvidas quanto a sua realização, existem artigos pela internet que relatam o uso de aviões somente como método de intimidação mas além do relato de Menelick existe também relatos de que o sino de uma Igreja na cidade de Ubá foi bombardeado, se trata de uma documentação que ainda não tive oportunidade de conferir sua existência portanto fica pendente maiores informações sobre o ocorrido ver: **CARVALHO, de Menelick. 1942 Pág.19**

24 a 28 de maio de 2010

Passamos, então, a confiar no apelo aos Municípios e com eles contamos resolutamente francamente ativamente para: Substituir por civis os destacamentos da força militar, recrutar contingentes de paisanos moços, fortes e aptos para preencherem as linhas de combate, abastecer de viveres e munições transportes e meios de comunicações as tropas que operavam, fazer propaganda da revolução no sentido da vitória levantando os espírito e estimulando-os para que não tivessem fomento os germes do pessimismo e da discórdia ninguém faltou à convocação, ninguém foi indigno do instante histórico.⁹¹¹

A revolução tinha poucos recursos e os mesmos estavam se esgotando a cada dia era preciso a incorporação de novos patriotas para vencer as barreiras legalistas. O poder bélico legalista era invejável perto das condições revolucionárias era preciso muita vontade muita esperança muita fé para cumprir esta tarefa difícilíssima, a população viu na revolução uma saída para crise e diante do apelo dos comandantes da coluna aderiram à luta dispostos a contribuir com suas próprias vidas a causa revolucionária. Sendo assim o apoio da população mais uma vez se mostrou de forma providencial para prosseguir e dar um desfecho vitorioso também sobre este fato existe um relato de Menelick que diz:

Os velhos, a pesar de trôpegos e doentes eram os primeiros a comparecer com sua contribuição de sacrifício, levando a frente todos os filhos, os genros e netos, aos quais transmitiam o calor de seu patriotismo e o juramento de não falsearem jamais no cumprimento do dever.⁹¹²

Os revolucionários cercaram a cidade houve intensos combates nos dias 20, 21, 22 e 23 de outubro, tropas revolucionárias que estavam acampadas na região norte da cidade que dava acesso a Juiz de Fora se instalaram nas proximidades dos bairros Benfica antigo distrito de Juiz de Fora atualmente bairro, Dias Tavares e na estação da Remonta onde ocorreram durante 4 dias intensos combates e várias mortes.

A 21, começou-se a ouvir mais distinctante o echo dos tiroteios feitos durante o dia e a noite. A seguir, notícias de que revolucionários haviam tomado Benfica, estação da Remonta do exercito, Grama, Caethé, Lino Caixeiro, Salvaterra, campo de avião com hangar e o avião, canhões, metralhadoras e feito muitos prisioneiros bem como diversas forças e oficiais haviam aderido aos revolucionários.⁹¹³

⁹¹¹ A respeito da adesão Popular podemos notar como era difícil para os revolucionários levarem a diante seu projeto muitas dificuldades foram encontradas, mas superadas eles estavam munidos de um sentimento de mudança sem a qual não seria possível continuar ver: **CARVALHO, de Menelick. 1942 Pág.24**

⁹¹² A respeito do sacrifício de seus filhos na adesão a coluna revolucionária este era o sentimento que Menelick quis destacar o livro é editado pelo DIP órgão de influência política, portanto fica aqui mais um registro de leitura e interpretação da fonte que encontrei ver: **CARVALHO, de Menelick. 1942 Pág.25**

⁹¹³ Sobre os relatos do conflito na região norte o jornal local traz uma visão posterior aos acontecimentos pelo fato de estarem no momento da revolução fechados, somente após o término o jornal volta a ser editado e distribuído ver: **Jornal o Lynce edição do dia 01 de novembro de 1930.**

Azevedo Lima deputado de reputação renomada decide comandar uma tropa que se instalou na região da Remonta, contava com grupo de carcerários tirados das cadeias e moradores de favelas nos discursos de Azevedo Lima a vitória se daria como fato certo a legalidade assim se permitiu a incorporação de sujeitos civis para dar reforço a legalidade, despreparados militarmente esses homens conhecidos popularmente como “Pátria amada” encontraram grandes dificuldades, até para identificar seu inimigo parecia a eles uma tarefa difícil, pensavam estar combatendo revolucionários quando na verdade vitimavam os próprios companheiros com o fogo amigo, muitos foram capturados e feitos prisioneiros pelos revolucionários os que restaram se tornaram um problema para os legalistas pois eram presidiários e começaram a praticar atos de transgressão pela cidade.

Existe uma estimativa do Jornal O Lynce que contabiliza 12 mil revolucionários que passaram pela cidade incluindo 4 mil soldados comandados pelo irmão de João Pessoa Coronel Aristarco Pessoa.

A revolução foi ganhando território e novas adesões foram feitas incluindo de legalistas que não se identificavam desde então com o comando da 4º região, as tropas revolucionárias foram avançando forçando as tropas legalistas a recuar para dentro da cidade.

Os jornais comentam os bombardeios ensurdecedores que a população presenciou canhões legalistas despachavam muita munição, a população recuava-se para o centro da cidade evitando os bombardeios, os revolucionários estavam cada vez mais perto da vitória.

O bombardeio contra os revolucionários alarmou os moradores dos bairros da tapera, Mariano, Manoel Honório que tiveram de se mudar para o centro da cidade. Foi um espetáculo doloroso. As fabricas e comercio, diante do ensurdecedor e continuo bombardeio - fechavam suas portas inclusive os cafés e cinemas. Os canhões já faziam seus disparos amiudada mente, da ponta do morro próximo da ponte do Manoel Honório e do quartel do 10º R/1, em direção do alto da grama e de creosotagem, onde já estavam os revolucionários.⁹¹⁴

A vontade popular se mostrava ao lado revolucionário a população não suportava mais as medidas impostas pelo comandante da 4º região meu propósito inclusive e mostrar que quando o comando da 4º região procurou medidas radicais e impostas a população imediatamente e digo naturalmente se posicionou contra os militares.

⁹¹⁴ Sobre o cenário de batalha os relatos descrevem barulhos ensurdecedores a população no meio do cruzamento de bombardeios desesperada procura abrigo na parte central da cidade ver: **Jornal o Lynce edição do dia 01 de novembro de 1930**

Os revolucionários buscaram outro caminho o caminho da aproximação, do discurso, da incorporação, da necessidade e da promoção da causa revolucionária para alcançarem este objetivo eles desenvolveram propagandas que detinham um forte apelo popular. E acredito que foi um ato fundamental para que houvesse esta união.

Padre nosso Getúlio Vargas que estaes no Rio Grande glorificada seja a vossa vitória venha a nós a vossa força, seja vitoriosa a vossa causa, assim no sul como no norte o pão nosso de cada dia abaixar de preço. Perdoai a nossa covardia, assim como nós perdoamos os legalistas, e não os deixeis cair nos poder do Washington Luis e livrae-nos do Júlio Prestes. Amém.
Ave Maria Ave, Getúlio cheio de coragem! O povo é convosco bendita seja a vossa bravura e a dos vossos colegas bendito é o fruto da vossa imaginação Santo Getúlio, sereis um dia pae dos Brasileiros. Lembrae-vos de nós pobres Brasileiros agora e na hora do vosso sacrifício pela nossa causa Amém⁹¹⁵

A população aguardava com entusiasmo a vitória da revolução, pois sabia que a tomada do poder significaria conseqüentemente o retorno à ordem e a pacífica relação entre estado e civis. Por este fato, ou seja, a quebra de uma normalidade fez com que a população unisse esforços e aderisse à causa revolucionária não se trata de uma adesão pelo menos a princípio de frente de batalha se trata de uma adesão ideológica essa sim fundamental para o desfecho. Os legalistas quando perceberam a abrangência que tomara este movimento mobilizando pessoas de todas as camadas sociais vendo que as pessoas já não escondiam sua vontade de mudança tomou a decisão de dar o golpe e depor o Presidente Washington Luis.

Certamente uma boa parcela da população não se atentava com os fatos os acontecimentos uma Senhora chamada Alzira Domingos moradora de Benfica relata que sentia medo ao ver os soldados da revolução, outro Senhor observava com mais consciência o momento chamado Conrado Barbosa são duas observações distintas.

Nos is tinha que sair daqui pra ir pra fazenda La do recreio Nos is passava perto do revoltoso com aquelas bandeiras vermelha e eu passava perto do sordado tomava benção de medo.

“Há meu Deus não faz assim comigo não você tem que agüentar Revolução” (Alzira Domingos).⁹¹⁶

Não demorou um mês o Presidente foi deposto o Presidente Washington Luis, Washington Luis Pereira de Souza que era o nome dele, foi deposto e entrou Getúlio

⁹¹⁵ A relação dos Revolucionários com a população chegou a tal ponto que orações foram modificadas além dos relatos de músicas a favor da revolução, ou seja, todo um movimento de aproximação com a cultura popular seja pela Religião pela música pelos costumes em comum ver: **Jornal O Lynce Edição do dia 08 de novembro de 1930**

⁹¹⁶ Este relato da Senhora Alzira esta transcrito de forma mais fiel possível, pois o discurso esta em linguagem coloquial os trechos de música são invocados como um hino os revolucionários parodiavam músicas conhecidas pela população ver: **Documentário Benfica da Gente**

Vargas no governo provisório. Eles falavam e tinha uma bandinha tinha um tenente da polícia, da polícia do Estado de Minas então eles... Eles cantavam isso, cantavam isso num... Violão sabe..... então dizia ele, dizia a música né “Tenente beca bota fogo sem demora que a polícia tá danada pra ganhar Juiz de Fora” (Conrado Barbosa).⁹¹⁷

A análise da participação popular na revolução de 1930 trás a tona uma dinâmica com uma proposta diferente, ou seja, a forma como as pessoas vieram e absorveram este processo, uma reconstrução, apesar de precária, mas necessária para percebermos o jogo dos atores sociais da História quais foram suas ideologias, suas leituras e o quanto essa ideologia se adaptou às massas. O conflito rompe as barreiras da vida política e encontra na luta armada a solução para a decadência do diálogo entre as elites políticas de Minas Gerais e São Paulo dando por encerrado o ciclo vicioso que durante muito tempo excluiu todos os estados que estavam fora do eixo Minas São Paulo. A adesão popular do movimento Revolucionário deve ser vista como um momento em que a população lutou contra alguma coisa, pela quebra de uma tradição ou por um simples momento de desordem que trouxe uma bagagem, um orgulho, um desejo eles experimentaram na pele o horror dos conflitos. Medidas drásticas tomadas no calor da revolução levaram o governo de Washington Luís a conhecer a força e a vontade de mudança de vários setores sócios da sociedade Brasileira. Portanto o devido respeito se dá pelo resgate dos soldados anônimos que lutaram, sofreram e morreram pela causa que antes distante, mas que tempo transformou em uma causa de todos para todos.

Referências

Obras Bibliográficas

CARVALHO, De Menelick. **A revolução de 30 e o Município**. Juiz De Fora: Departamento de Imprensa e propaganda. 1942.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica comércio e indústria Ltda. 1966 2º Edição.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora vivendo a História**. Juiz de Fora: núcleo de história Regional da UFJF. UFJF. 1994

⁹¹⁷ Este relato do Senhor Conrado Barbosa está transcrito de forma coloquial e é fundamental seu relato, pois reforça a idéia de propaganda revolucionária que foi apontada anteriormente ver: **Documentário Benfica da Gente**

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

Fontes Periódicas

DIÁRIO MERCANTIL. Juiz de Fora. Diário Mercantil. 1870-1940. Semanal.

Edição: 08/10/1930, 13/10/1930, 21/10/1930, 25/10/1930, 27/10/1930, 3/11/1930, 20/11/1930, 10/12/1930.

O LYNCE. Juiz de Fora. Empresa Gráfica Jesus de Oliveira. 1910-1960. Semanal

Edição: 01/11/1930, 08/11/1930, 15/11/1930

Fontes Arquivos

Arquivo Municipal de Juiz de Fora

Funalfa Setor de Patrimônio e Memória

Fontes Audiovisuais

BENFICA, da Gente: A História do bairro-cidade contada por seus próprios moradores. Pesquisa e produção: Ludmara de Souza, Michel Ribeiro, Renata Santos, Rosana dos Santos, Roseane Rodrigues, Sara Freitas, Silvia Rodrigues, Sinval Abranches, Suellen Barroso, e Vagner Oliveira. Roteiro e edição: Aline Junqueira, Fernando Rocha e Priscila Bosich. Finalização: Leonardo Teixeira. Diretor de Produção: Fernando Rocha. Direção Geral: Aline Junqueira. Editora: Funalfa Edições. 72min, Sonoro

Nota especial: Projeto patrocinado pela lei municipal de incentivo a cultura Murilo Mendes.

Patrimônio, Arte e Sociedade.

O Diálogo da Arte com o Almanaque: *Chiquinho do Tico-Tico* de Maria Pardos.*

Fernanda Chaves Gherardi

Resumo: O artigo analisa a tela *Chiquinho do Tico-Tico*, da pintora Maria Pardos, que se encontra no Museu Mariano Procópio, através de sua descrição e comparação com outras obras, para entender como se dá o diálogo entre a tela e a revistinha *O Tico-Tico*, por meio da representação de um menino lendo.

Palavras-chave: Maria Pardos, *O Tico-Tico* – revista em quadrinhos, iconografia infantil da nudez, iconografia infantil da leitura.

Abstract: The paper studies the screen *Chiquinho do Tico-Tico*, the painter Maria Pardos, which lies at the Museum Mariano Procópio (Brazil), through description and comparison with other works, to understand how is the dialogue between the screen and comic *O Tico-Tico*, through the representation of a boy reading.

Keywords: Maria Pardos, *O Tico-Tico*, iconography of child naked, child iconography of reading.

Introdução

A Arte é a realização criativa daquilo que é idealizado. Mas, além da manifestação pessoal, algumas obras de Arte conseguem expressar preocupações de uma determinada época, sob a ótica do artista. É o caso da tela *Chiquinho do Tico-Tico*, de Maria Pardos, na qual percebemos o diálogo da obra com uma revistinha em quadrinhos – *O Tico-Tico* – criada pela editora *O Malho*, em 1905. Dessa forma, essa tela nos convida a debater a modificação nos paradigmas da educação infantil brasileira, de 1901 a 1905, bem como a perceber

* Artigo realizado como aproveitamento das disciplinas Patrimônio Histórico II e Tópicos da História da Arte e da Cultura, lecionadas pela Professora Doutora Maraliz de Castro Vieira Christo – orientadora do artigo, durante o segundo semestre letivo de 2008, no curso de História do Instituto de Ciências Humanas (ICH), da UFJF.

características da infância desse período. Sendo, por tudo isso, um importante objeto de estudo.

Primeiramente, observei e descrevi os elementos presentes no quadro.⁹¹⁸ Para analisar a temática, utilizei bibliografias e depoimento online de um leitor da revista. Depois, busquei compreender as escolhas e a composição da tela, comparando-a com outras obras: *Nu*, de Henrique Bernadelli, *Dorso de Mulher*, de Eliseu Visconti e *Titus Criança na sua carteira*, de Rembrandt. Por fim, tentei traçar um paralelo entre *Chiquinho do Tico-Tico* e a produção de Maria Pardos, observando o quadro *Jornaleiro*.

Descrição da obra

Chiquinho do Tico-Tico (figura 1)⁹¹⁹ – uma pintura a óleo sobre tela, com dimensões de 92 x 70 cm – nos mostra uma criança, um menino, que aparenta não ter mais de dez anos, no chão, nu e lendo ao mesmo tempo.



⁹¹⁸ COLI, Jorge. **Como Estudar a arte brasileira do século XIX?** São Paulo: Ed. SENAC, 2005. Pág. 21.

⁹¹⁹ VALE, Vanda Arantes (coord.), FAPEMIG e UFJF. **A Pintura Brasileira do Século XIX: Museu Mariano Procópio.** CD contendo o trabalho de dissertação de mestrado e as respectivas imagens da autora. 1995. Licenciado a Sérgio Newman. Pintura 158/233.

Fig. I: Maria Pardos, *Chiquinho do Tico-Tico*, óleo s/ tela, 92 X70 cm. MAPRO.

Além da aparência jovial, a nudez revela uma criança magra, de pele clara e com os pés sujos. Também há outros elementos: como um livro, com as folhas ainda em movimento, jogado às costas do menino, um vaso de plantas à direita, uma cortina vermelha à esquerda, um espelho que nos revela a porta semi-aberta e um segundo personagem atrás dela e o que parece ser o assoalho ou tapete, de cor vinho escuro como a parede, onde o menino está sentado.

Ao olhar o quadro, a primeira coisa que se observa é a nudez do menino, que está lendo uma revistinha em quadrinhos – *O Tico-Tico*. Essa nudez é de costas, não revelando as partes íntimas da criança. Nota-se, após algumas observações, o semblante quase sorridente do garoto, que parece estar se divertindo com o que lê, totalmente distraído e concentrado. Além do mais, percebe-se o destaque que a pintora deu à revistinha, mostrando a satisfação que a mesma causava na criança.

Para compor esse elemento central, a artista provocou uma diagonal entre o livro jogado às costas do garoto, que se encontra no centro dessa diagonal, e a revista em suas mãos, como se o menino tivesse duas escolhas a fazer: estudar ou ler a revistinha. É através dessa diagonal que se percebe o objetivo do quadro em dar destaque para a revistinha, cuja capa e nome – *O Tico-Tico* – estão evidenciados, mas também para o movimento espontâneo da criança ao esquecer o livro para se divertir com o *Chiquinho* – personagem principal do almanaque.

Por último, resta-nos descrever o observador que aparece atrás do espelho, quase imperceptível num primeiro olhar, parecendo que a artista quisesse que o notássemos apenas depois de um tempo, propositadamente. Assim, teríamos a mesma surpresa que o garoto provavelmente terá. Ele é branco, parece estar de chapéu e usar bigode, o que denotaria sua posição social privilegiada, confirmada pelos elementos decorativos, como o tapete, o próprio espelho, o vaso de planta e a cortina.

Não tenho certeza sobre quem seria esse observador. Seria o pai? Um professor? Mas, se ele realmente porta um chapéu,⁹²⁰ provavelmente está chegando da rua, deixando entender

⁹²⁰ Não tenho certeza disso, devido à impossibilidade de apreciar a tela pessoalmente no Museu Mariano Procópio – MAPRO, em Juiz de Fora (MG), fechado para reforma desde 2007.

que o menino está numa sala. O que é bastante razoável, se levarmos em conta o realismo proposto pela artista, bem como a descrição que Gilberto Freyre fez do local onde os meninos costumavam estudar no Brasil patriarcal do século XIX: “... naquelas salas escuras do tempo do Império, com sofás de jacarandá e espelhos de Nuremberg, as velas arlendo dentro das grandes mangas de vidro...”⁹²¹

O espelho, portanto, assume três funções específicas nesse quadro. Primeiro, é por meio do seu reflexo que se nota outro personagem – no caso o observador. Segundo, por que é também através do espelho que o garoto poderia perceber se alguém abrisse a porta. No entanto, “ingenuamente”, ele está mais entretido com a leitura do quadrinho e acaba não notando o observador. E, terceiro, é ele quem revela o observador e, por isso, gera um suspense na imagem, que nos deixa uma questão: como será que os personagens iriam se comportar quando cada um percebesse a presença do outro e o segredo do menino fosse revelado?

Análise do tema

Publicado pela editora *O Malho*, *O Tico-Tico* “é a primeira revista a publicar quadrinhos regularmente no Brasil” com temática voltada para crianças.⁹²² Surgiu em 11 de outubro de 1905, quando os quadrinhos estão se inserindo no contexto da indústria cultural brasileira,⁹²³ movimento iniciado ainda no final do século XIX.

O almanaque, “*O Tico-Tico*”, apareceu quatro anos depois do Código Epiácio Pessoa, de 1901, que, ao substituir o Código Fernando Lobo, legitimou os princípios liberais na escola secundária, com ênfase positivista. Juliana Gouthier comentou que, apesar da importação de modelos, a pedagogia experimental sinalizou um novo “momento, em que a criança conquistou seu lugar como sujeito e deixou de ser apenas ‘um projeto de adulto’”.⁹²⁴

⁹²¹ FREYRE, Gilberto. Parte III – O Pai e o Filho. IN: **Intérpretes do Brasil – Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar. Vol. II, 2002. p. 796.

⁹²² MAGALHÃES, Henrique.

In: <http://www.universohq.com/quadrinhos/2005/ticotico.cfm>. Acessado em 05/10/2008.

⁹²³ AIZEN, Naumim, CIRNE, Moacy (org), D’ASSUNÇÃO, Otacílio e MOYA, Álvaro de. **Literatura em quadrinhos no Brasil: acervo da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. p. 20.

⁹²⁴ GOUTHIER, Juliana. **O Ensino da Arte no século XX: construção de uma cronologia**. Apresentação de abertura do Curso de Pós Graduação em Arte, Cultura e Educação, realizado no MAMM (Museu de Arte Murilo Mendes), entre agosto e novembro de 2008.

De fato, a revista adaptou “o popular Buster Brown (no Brasil, *Chiquinho*), de Richard Outcault, que criou *O Garoto Amarelo*, nos Estados Unidos, em 1895. Enquanto seu modelo de publicação tinha fundo europeu”,⁹²⁵ inspirado em revistas como *La Semaine de Suzette*. No entanto, o quadrinho contou com talentos nacionais, como Ângelo Agostini,⁹²⁶ criador do primeiro logotipo da revista, que chegou a ficar “famoso”.⁹²⁷

Na Logo (figura 2), pode-se perceber para qual público o almanaque foi destinado: crianças. E aqui, elas estão representadas nuas, brincando, lendo o almanaque, enfim, expressando a imaginação. Do mesmo modo, no quadro *Chiquinho do Tico-Tico* o menino está nu e lendo o almanaque, com ar de descontração.



Fig. II: Logotipo da Revista, ano VII, Rio de Janeiro, 31/07/1912.

Gilberto Freyre, no livro *Sobrados e Mucambos*, afirmou que até os seis anos, ou mesmo até os doze, o menino do Brasil patriarcal era extremamente idealizado: “criado como anjo: andando nu em casa como um Meninozinho Deus”. Mas, a partir daí, tornava-se “menino-diabo” e deveria ser “curado” com erudição, aprendendo Latim, Gramática, Religião e boas maneiras. Nesse processo, o pai ou responsável pela educação tinha plenos poderes sobre a criança, inclusive de castigá-la.⁹²⁸

Por isso, o almanaque semi-serrado torna a atitude do garoto muito “suspeita”, o que poderia comprovar que ele estava mesmo em horário de estudo. O que é ainda mais provável, quando se nota que o livro jogado ao chão está com uma página no ar, como se tivesse sido

⁹²⁵ AIZEN, Naumim, CIRNE, Moacy (org). **Literatura em quadrinhos no Brasil**. p. 122.

⁹²⁶ MAGALHÃES, Henrique.

In: <http://www.universohq.com/quadrinhos/2005/ticotico.cfm>. Acessado em 05/10/2008.

⁹²⁷ NISKIER, Arnaldo (planejamento). **Ilustradores brasileiros de literatura infantil e juvenil**. Seleção e organização técnica da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Rio de Janeiro. Edição Consultor, 1989. p. 25.

⁹²⁸ FREYRE, Gilberto. **Intérpretes do Brasil**. p. 781-783.

arremessada há pouco tempo. Ou seja, pode-se entender que ele parou de fazer uma leitura didática para se divertir com a história em quadrinhos, o que deveria ser proibido a ele naquele momento.

No entanto, parece que a nudez do garoto sugere um prolongamento da sua infância. Explicitado pela inocência, simplicidade e sinceridade do menino, que demonstra clara preferência pelo gibi. Talvez por que os leitores se encontravam na seção de correspondência, trocavam experiências, tinham suas fotografias e desenhos publicados (o que é comprovado pela logo), além de se identificarem com o personagem *Chiquinho*.

Assim, a artista parece comungar com essa mudança paradigmática da educação infantil, de cunho positivista, ao fazer “propaganda” do *O Tico-Tico*. Mesmo porque, como afirma Henrique Magalhães, “os editores procuravam enriquecer o acervo cultural de seu jovem público”, com uma base didática e interdisciplinar. Trazendo “informações diversas e entretenimentos” (figura 3), “como poesias, contos, jogos, atrações educativas, referências a datas históricas, além de textos sobre as séries mais populares do cinema, partituras, letras de músicas e até peças teatrais”.⁹²⁹



Fig. III: Litografia da revista.

Por outro lado, uma característica do realismo familiar consiste em representar os modelos no seu cotidiano, criando quadros contemporâneos e contraditórios, ou mesmo

⁹²⁹ MAGALHÃES, Henrique. In: <http://www.universohq.com/quadrinhos/2005/ticotico.cfm>. Acessado em 05/10/2008.

desnudando características da sociedade.⁹³⁰ Nesse sentido, Maria Pardos, ao utilizar o suspense por meio da figura do observador e da atitude do menino, também poderia estar denunciando o preconceito que existia contra os gibis, associados à preguiça mental, à deseducação e ao mal português.⁹³¹

Seja como for, a revista interligava o jovem ao seu mundo e dialogava com o próprio leitor, representando o que deveria ser uma educação prazerosa e proveitosa, através do recurso visual. Com isso:

A estrutura da revista era de visível modernidade. Múltipla, polivalente, dinâmica, interpretando os fatos históricos com agudo senso crítico e, por outro lado, com transparente arquétipo lúdico, usando jogos para que as crianças aprendessem brincando. Com bom visual gráfico, a publicação tinha páginas coloridas, além do clássico preto e branco, com uma característica que a diferenciava das concorrentes: demorou muito a aceitar publicidade sob o argumento de que ocuparia espaço editorial.⁹³²

Com a citação de Paulo Gadelha – Desembargador Federal do TRF da 5ª Região – podemos perceber que Maria Pardos dialoga com um tema de sua contemporaneidade, sendo até, podemos dizer, moderna. Pois seu quadro evoca tanto a questão da educação, da leitura – que tanto afligia a República, na sua ânsia de modernizar o país, no sentido positivista – quanto os avanços tecnológicos e lingüísticos dos métodos experimentais de aprendizagem, para isso fazendo propaganda da revista, ao destacá-la em seu quadro.

Comparação com outras obras

Maria Pardos, no entanto, não dialoga apenas com a revista. Ela acaba tornando o quadro rico de possibilidades interpretativas. Não poderíamos deixar, portanto, de falar um pouco a respeito da nudez do menino, como também não poderíamos deixar de levar em consideração o diálogo que o quadro faz com a representação da leitura.

⁹³⁰ NOCHLIN, Linda. El heroísmo de la vida moderna – La familia. IN: **El realismo**. Madrid: Ed. Alianza Editorial, 1991. p. 165-166.

⁹³¹ AIZEN, Naumim; CIRNE, Moacy (orgs.). **Literatura em quadrinhos no Brasil**. p. 20.

⁹³² GADELHA, Paulo. “Uma Revista Centenária”.

In: http://www.trf5.jus.br/component/option,com_docman/task,doc_view/gid,144. Acessado em 05/10/2008.

Mas, antes disso, no sentido da criação do quadro, Maria Pardos parece dialogar, justamente, com uma aquarela (Figura 4) que também se encontra no Museu Mariano Procópio. Trata-se da tela de Henrique Bernadelli – *Nu*.⁹³³



Fig. IV: Henrique Bernadelli, *Nu*. Aquarela, 23,5 X 15 cm. MAPRO

A temática dos quadros não é a mesma, uma vez que a temática de Henrique Bernadelli se encerra no nu. Mas, a posição e os contornos do desenho chamaram a atenção, por serem muito parecidas (e aqui não se entra no mérito da “criança” de Bernadelli ser menino ou menina).

No quadro de Bernadelli, a criança está sentada em uma posição de costas, assim como o “menino de Maria Pardos”. O quadro de Pardos é bem mais detalhista quanto ao desenho e ao contorno do corpo, muito bem representado, diferente de Bernadelli, pois as linhas são mais suaves e arredondadas, apesar de ainda haver o traço. Isso se deve talvez ao realismo de Maria Pardos, que demonstra ter domínio sobre a anatomia humana, bem como à técnica e ao tamanho bem reduzido da aquarela.

⁹³³ Aquarela, 23,5 x 15 cm, pertencente ao Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora (MG).

Ambos têm o cuidado de encobrir as partes íntimas das crianças, representado-as de costas, porém não há dúvida de que as mesmas estão nuas. Segundo Reyero, colocar as figuras de costas, o que é mais freqüente no final do século XIX, é um gesto externo de pudor, assim como o são a ocultação do sexo com a mão ou alguma vestimenta e a ocultação do rosto usando-se o braço.⁹³⁴

O braço esquerdo, em Pardos, está levantado, como um recurso para deixar bem evidente a revista que o menino segura e lê, enquanto, na aquarela, o braço da criança está para baixo.

O pé direito do menino, no quadro de Maria Pardos, também aparece abaixo do tornozelo da perna esquerda, enquanto isso não ocorre no caso de Bernadelli, pois tem uma linguagem menos detalhista, além de ser uma aquarela bem suave.

As duas crianças olham para baixo, como se estivesse mirando algo, no caso de Maria Pardos sabe-se que é a Revista “*O Tico-Tico*” e no caso de Bernadelli não se dá para saber.

Mas, a despeito das diferenças e semelhanças, há nos dois casos uma calma, uma representação suave da infância e, portanto, sugere uma nudez que represente a sinceridade e a ingenuidade. Maria Pardos envolve atitude, além do sentimento, o que não era intenção de Bernadelli, uma vez que ele acreditava que a “coisa a se alcançar é o sentimento”.⁹³⁵

O grande mérito de Pardos é que a nudez do garoto, em “*Chiquinho do Tico-Tico*”, é a representação da pureza, da liberdade infantil em seu momento de expressão pessoal e criativa, enquanto lê a revistinha. A criança parece estar se sentindo à vontade em um ambiente familiar, seguro e acolhedor, como não é o caso do quadro de Eliseu Visconti, *Dorso de Mulher* (Figura 5), que analisaremos a seguir.

Em *Dorso de Mulher*,⁹³⁶ a jovem expressa sentimento de inocência, mas é por não conseguir esconder o seu desconforto, frente a uma atitude forçada. Ali, Visconti alcança um sentimento de nervoso, uma tensão provocada pelo ato de posar por muito tempo, completamente oposto ao sentimento que Maria Pardos evoca, de alegria, concentração e distração ingênua, uma vez que a artista “surpreende” o personagem.

Além disso, há em *Dorso de Mulher* uma frieza, um ar triste e melancólico, parecendo que a moça está posando há horas e, portanto, não está se sentindo bem. Nessa tela de Visconti, o estudo anatômico é ressaltado, tanto que se percebe a juventude da mulher pelo

⁹³⁴ REYERO, C *apud* SERAPHIM, Mirian N. **Eros Adolescente: No verão de Eliseu Visconti**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p. 131.

⁹³⁵ SERAPHIM, Mirian N. **Eros Adolescente**. p. 123.

⁹³⁶ Óleo s/ tela, 39,5 x 32,5cm. Pinacoteca de São Paulo. In: www.eliseuvisconti.com.br/obrasc_nus/nus16.htm.

desenho impecável de seu pequenino seio. Pardos, pelo contrário, enaltece uma dinâmica, que compreende bem o universo infantil, deixando o estudo anatômico no sentido apenas da composição, pois seu quadro parece narrar um fato, que dependerá apenas do olhar do espectador.



Fig. V: Eliseu Visconti, *Dorso de mulher*, óleo s/ tela, 39,5 x 32,5cm. Pinacoteca de São Paulo.

Partindo agora para a representação da leitura, queremos apenas comparar dois quadros, não podendo generalizar, posto que o tema da representação da leitura é bem mais complexo.

Trata-se da tela de Rembrandt, *Titus Criança* (Figura 6).⁹³⁷ Rembrandt mostra Titus, ainda menino, a ler. Utilizando o jogo de luz e sombra, comum ao Barroco, o pintor ilumina e centraliza bem os papéis que Titus está lendo e o menino, mostrando seu olhar penetrante indo em direção ao infinito, fruto de suas reflexões.

⁹³⁷ Óleo sobre tela, s.n.t. Fonte: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/album/rembrandt.htm>.



Fig. VI: Rembrandt, *Titus Criança na sua carteira*. Óleo s/tela, s.n.t.

Mas, realmente, não se parece com uma criança lendo, e sim com um filósofo refletindo. Titus foi o único filho de Rembrandt – o qual teve quatro filhos com a primeira esposa – que chegou à idade adulta e, por isso, Rembrandt mostra o esforço do menino para entender o que está lendo, em um período que dificilmente crianças comuns eram representadas lendo, o que ocorria geralmente com Santos, religiosos e estudiosos. A explicação para essa representação, portanto, é a de que Rembrandt projetava no filho um homem culto e filósofo.⁹³⁸

Tanto que a roupa do menino, bem composta, mostra como ele já se veste como um filósofo. Pode-se perceber, pois, que o menino é representado como um quase adulto, o que é normal nesse período – Barroco –, pois as crianças eram tratadas e educadas como mini-

⁹³⁸ WIKPÉDIA. A *Enciclopédia Livre*. In: www.wikipédia.com.br/Rembrandt. Acesso ocorrido em 15/10/2008.

adultas, até os finais do século XIX e início do XX. Aqui no Brasil, isso começa a se modificar quando a “República institucionaliza a educação infantil”.⁹³⁹

Assim, Rembrandt não mostra o lado criativo e prazeroso da educação, da leitura, mas o esforço e concentração que são necessários para se alcançar a erudição. Enquanto Pardos parece concordar com a nova visão educativa, de cunho positivista, de que a criança deve ir progredindo, devendo-se, primeiramente, respeitar seus próprios processos cognitivos e sua linguagem infantil.

Denotando, dessa forma, a diferenciação da iconografia tradicional da representação da leitura infantil a que Maria Pardos se propõe. Talvez por ser bem realista e tratar de um tema contemporâneo.

Essa obra de Pardos, portanto, além de se relacionar e dialogar com variados temas, tem a capacidade de ser bem específica. Ela trata de um assunto nacional, que é o surgimento de uma nova forma de encarar a educação infantil e o surgimento de uma revistinha brasileira, no início do século XX – “*O Tico-Tico*”. Portanto, ela não se prende apenas à nudez ou à revista, à leitura, ela transcende, ela transmite uma idéia, propõe uma dinâmica entre a tela e o expectador, que pode narrar diversificadas histórias analisando o quadro.

Chiquinho do tico-tico e Maria Pardos

Sônia Gomes Pereira⁹⁴⁰ afirma que essa geração (1880 a 1920) estava se transformando, sendo que alguns artistas absorveram movimentos europeus – realismo, impressionismo e o simbolismo – e deixaram, portanto, produções diversificadas.

Esse é o caso de Maria Pardos, cuja produção é bem diversificada. Segundo Rogério Rezende “sua temática abrangia naturezas-mortas, retratos, cenas de interior, gênero, trabalho, cotidiano e nus”.⁹⁴¹ No entanto, ela captava sentimentos, momentos contemporâneos, como a imigração, expressa nos quadros *Portuguesa e Árabe*.

Mas, como já foi dito, *Chiquinho do Tico-Tico* é uma obra bem específica, que retrata, com muito realismo, o interesse de um menino, provavelmente de família burguesa, pela

⁹³⁹ LONZA, Furio. **História do Uniforme Escolar no Brasil**. Parceria do Ministério da Cultura e Rhodia. S / n.t.

⁹⁴⁰ PEREIRA, Sonia Gomes. **Arte Brasileira no Século XIX**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2008. p. 70.

⁹⁴¹ PINTO, Rogério Rezende. **Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora, MG.**. Juiz de Fora: 2008 (Dissertação de Mestrado, História, UFJF). p. 53.

revistinha em quadrinhos. Maria Pardos, portanto, elabora uma pintura muito difícil de ser enquadrada.

No entanto, ela transmite a realidade da criança abastada: o acesso à cultura, educação e às inovações, como a revistinha, que iam surgindo. Quadro bem oposto a esse tema é representado em *Jornaleiro* (Figura 7), um óleo sobre madeira, de 66 X 35,5cm, que mostra um menino de perfil, que está com a palma da mão direita aberta ao lado da boca, como se fosse nos gritar: “olha o jornal”.



Fig. VII: Maria Pardos, *Jornaleiro*.
Óleo s/ madeira, 66 x 35,5cm. MAPRO.

Maria Pardos representou o menino trabalhando, o que também era comum naquela época, e denuncia a miséria do menino mostrando, detalhadamente, a roupinha rasgada e muito maior que ele, posto que ela possa ter sido doada a ele por alguém bem maior.

Nos dois quadros, o desenho é impecável, parecendo que a artista via as duas cenas que pintou. No entanto, ela representa a expressão do menino lendo a revistinha como uma criança saudável, que está feliz e compenetrada na sua leitura, enquanto o menino jornaleiro

está com o olhar fixo no horizonte, parecendo que enquanto ele grita “olha o jornal”, também pede por socorro.

Nesse modo, com as duas pinturas comparadas, pretendeu-se mostrar que a artista passeava de um ambiente a outro, com a incrível capacidade de tirar desses momentos a essência, o sentimento. Isso comprova a versatilidade da artista e também mostra a preocupação de Maria Pardos com a educação.

Realmente era uma mulher bem interessante. Apesar do pouco que se conhece a seu respeito, era uma mulher que se preocupava com a caridade e a infância do país, pois doava todos os valores dos prêmios que ganhava para instituições de caridade.⁹⁴²

Parece, pois, que, enquanto em “*Chiquinho do Tico-Tico*” a artista saúda a revista pela idéia e demonstra sua preocupação pessoal com a educação, em *Jornaleiro*, a artista denuncia a vida de milhares de crianças que não teriam acesso à educação e que tinham de trabalhar.

Conclusão

De acordo com a trilha proposta aqui, tentei mostrar que Maria Pardos dialogou com o almanaque *O Tico-Tico*. Sendo assim, permite-se que a nudez seja interpretada como uma manifestação da liberdade e inocência infantis. Mas, o espelho revela que o menino estava numa situação muito suspeita. Esse suspense criado por Maria Pardos adquire um duplo sentido. Por um lado, ela parece estar de acordo com as mudanças no paradigma da educação infantil, fazendo, inclusive, propaganda do gibi. Por outro lado, pela percepção do observador, entendi que a artista poderia estar denunciando o preconceito que existia contra os quadrinhos, associados à preguiça mental, à deseducação e ao “mal português”.

Todavia, esse não é um trabalho definitivo sobre essa obra, ela é ampla e complexa para ser esmiuçada em um espaço delimitado de um artigo. Ela permite diversificadas interpretações e diversas comparações, pois a artista captou o auge de uma cena de suspense, cujo enredo fica por conta do espectador. Assim, a obra é transcendente, apesar de suas especificidades.

Deve-se também acrescentar, concluída as comparações com as telas de Visconti, Bernadelli e Rembrandt, que “*Chiquinho do Tico-Tico*” envolve algo além da Prancha, além do esboço e do estudo anatômico, envolve uma dinâmica, quase como uma tira do almanaque.

⁹⁴² PINTO, Rogério Rezende. **Alfredo Ferreira Lage**. p. 53.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

Pois, através dessa obra, temos a sensação de podermos criar uma história mentalmente, tal como deve ser a interação da história em quadrinhos com seu leitor. Havendo, para isso, um diálogo intenso da obra com a revista, e da mesma com a obra, posto que a revista torna-se “personagem” da tela, deixando-a mais fascinante e original.

Referências bibliográficas

Fontes dos depoimentos e imagens

Dorso de Mulher: ost, 39,5 x 32,5cm. Pinacoteca de São Paulo. In:
www.eliseuvisconti.com.br/obrasc_nus/nus16.htm.

GADELHA, Paulo. *Uma Revista Centenária*. In:
www.trf5.jus.br/component/option,com_docman/task,doc_view/gid,144.

MAGALHÃES, Henrique. In: www.universohq.com/quadrinhos/2005/ticotico.cfm.
Litografia e Logotipo da Revista.

Titus Criança: Óleo sobre tela, s.n.t. In:
<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/album/rembrandt.htm>.

VALE, Vanda Arantes (coord.), FAPEMIG e UFJF. **A Pintura Brasileira do Século XIX: Museu Mariano Procópio**. CD contendo o trabalho de dissertação de mestrado e as respectivas imagens do MAPRO – *Chiquinho do Tico-Tico, Jornaleiro* e “*Aquarela*”. 1995.

Fontes Bibliográficas

AIZEN, Naumim, CIRNE, Moacy (org), D’ASSUNÇÃO, Otacílio e MOYA, Álvaro de. **Literatura em quadrinhos no Brasil**: acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

COLI, Jorge. **Como Estudar a arte brasileira do século XIX?** São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

FREYRE, Gilberto. Parte III – O Pai e o Filho. IN: **Intérpretes do Brasil – Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar. Vol. II, 2002.

GOUTHIER, Juliana. **O Ensino da Arte no século XX**: construção de uma cronologia. Apresentação de abertura do Curso de Pós Graduação em Arte, Cultura e Educação, realizado no MAMM (Museu de Arte Murilo Mendes), entre agosto e novembro de 2008.

LONZA, Furio. **História do Uniforme Escolar no Brasil**. Parceria do Ministério da Cultura e Rhodia. S / n.t.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”
ISSN: 2317-0468.
24 a 28 de maio de 2010

NISKIER, Arnaldo (planejamento). **Ilustradores brasileiros de literatura infantil e juvenil.** Seleção e organização técnica da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Rio de Janeiro. Edição Consultor, 1989.

NOCHLIN, Linda. El heroísmo de la vida moderna – La família. IN: **El realismo.** Madrid: Ed. Alianza Editorial, 1991.

PEREIRA, Sonia Gomes. **Arte Brasileira no Século XIX.** Belo Horizonte: C/ Arte, 2008.

PINTO, Rogério Rezende. **Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora, MG.** Juiz de Fora: 2008 (Dissertação de Mestrado, História, UFJF).

SERAPHIM, Mirian N. **Eros Adolescente: No verão de Eliseu Visconti.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Memória através de retratos: Imagem de Murilo Mendes formada por artistas.

Renata Oliveira *

Resumo: O presente artigo visa analisar e discutir a construção da imagem de Murilo Mendes através de obras de arte, tendo por ponto de partida cinco retratos feitos por diferentes artistas. Em comum a proximidade com poeta, mas cada um usa de sua liberdade artística para compor distintas interpretações dessa personalidade tão importante quanto inquietante.

Palavras-chave: Retrato; Imagem; Poesia; Arte.

Abstract: This article aims to analyze and discuss the image of Murilo Mendes through artworks, taking as it starts five portraits made by different artists, while sharing the closeness with the poet, but each one uses his artistic freedom to compose different interpretations of this personality so important as worrying.

Keywords: Portrait; Image; Poetry; Art.

Introdução

Um desenho ou pintura podem ter muitos significados. Na maioria das vezes, o olhar do artista capta o que acontece no seu entorno e transforma, criando uma nova realidade/imagem, a partir daquilo que a gerou. No caso de um retrato muitas possibilidades estão envolvidas em sua confecção. O interesse pela imagem de Murilo Mendes representada em obras de arte surgiu como elemento comparativo de fundamentação da pesquisa para a escrita da dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF que tratará de dois retratos específicos do poeta: o desenho “*Cabeça do Poeta Murilo Mendes*” do acervo do Museu de Arte Murilo Mendes de Juiz de Fora e a pintura “*Retrato do Poeta Murilo Mendes*” que se encontra no acervo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro ambos feitos pelo artista Flávio de Carvalho em 1951. Tornou-se crucial conhecer o perfil do poeta e entender a construção de sua imagem por outros artistas, sendo isto determinante para tentar compreender melhor como elas continuam guardando em si a

* Especialista em Arte, Cultura Visual e Comunicação/ UFJF e Mestranda do Programa de Pós-Graduação da História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

essência de um olhar, de uma presença e possivelmente de encontros intelectuais e amizades. Especificamente para a pesquisa que se encontra em andamento, este estudo possibilita compreender melhor como e por que Flávio de Carvalho optou por representar a imagem de Murilo Mendes e em que elas e as demais obras citadas dialogam.

A relação de Murilo Mendes com as Artes Visuais

Murilo Mendes nasceu em Juiz de Fora em 13 de maio de 1901. Desde jovem manifestava o interesse pelo ato de colecionar. Em alguns escritos chegou a relatar que recortava figuras de pessoas ilustres, monumentos, obras de arte e colava e grandes cadernos. Maria de Lourdes Eleotério⁹⁴³ demonstra que colecionar está relacionado a várias idéias, dentre elas: o ato de eleger; ao fato de querer ser reconhecido por reunir objetos únicos; ao fato de constituir um retrato de si mesmo através do legado que foi colecionado. Além de possibilitarem a análise trajetórias pessoais, de uma época e como tentativa de ordenar o mundo, aprofundar conhecimento e apuro estético.

A lógica que rege a coleção de Murilo Mendes é principalmente a da afetividade, das relações e não da mera aquisição racionalmente pensada. Se uma coleção comum já possibilita conhecer bastante da pessoa que a fez simplesmente por suas escolhas, no caso de artistas, o processo de colecionar inclui também “lugares, amigos, experiências [que] sugerem renovados percursos de fruição e de reflexão.”⁹⁴⁴ Nestes espaços da memória afetiva, estes “amigos-artistas constroem convivências e inspiram obras, muitas vezes oferecidas como testemunho do apreço mútuo, que estão na origem de muitas coleções, onde o presenteado se descobre colecionador.”⁹⁴⁵

Ainda criança, além do interesse pela coleção é através dos olhos que a poesia se apresenta a ele. Alguns exemplos disso são os relatos sobre a passagem do cometa Haley em 1910 e alguns anos mais tarde a apresentação de Nijinski no Rio. Ele escreveu sobre suas impressões e sensações perante tais eventos e demonstrou ali que as cores, as formas, a música, a dança eram elementos pelas quais ele não conseguia se manter indiferente. Na

⁹⁴³ ELEOTÉRIO, Maria de Lourdes. **Murilo Mendes, Colecionador** In: **Remate dos Males**. Campinas: Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, no. 21, 2001. Pgs.: 31 a 62.

⁹⁴⁴ PEREIRA, Maria Luisa Scher. **Tempos de Murilo - II Visita ao Acervo do Poeta: as Obras e as Margens**. In: **Ipotesis – Revista de estudos Literários**. Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 6, no. 1, Jan/ Jun, 2002. Pgs.: 12 a 18

⁹⁴⁵ ELEOTÉRIO, **Murilo Mendes, Colecionador**, p. 31.

década de 20 se muda definitivamente para o Rio de Janeiro para trabalhar como arquivista na Diretoria do Patrimônio Nacional e ali encontra um terreno fértil para colocar em prática o exercício de sua criatividade. Em 1921, conhece e se torna amigo de Ismael Nery que há pouco tempo tinha voltado da Europa. Este artista, de personalidade ímpar, nasceu em Belém no ano de 1900 e morreu precocemente no Rio de Janeiro em 1934, de tuberculose. Muitos o consideram precursor do surrealismo no Brasil. Ele demonstra intensa sensibilidade em obras que tratavam de poesia e amor centralizados na figura humana. É através dessa amizade que Murilo conhece e começa a compreender as manifestações artísticas das vanguardas européias. Seus encontros eram de extrema riqueza e importância pra Murilo, que chegava a anotar em cadernos o que conversavam, pois através do espaço de diálogo, apura ainda mais “a capacidade ímpar de perceber poeticamente o mundo através da visão.”⁹⁴⁶ Segundo o poeta:

O prazer, a sabedoria de ver, chegavam a justificar minha existência. Uma curiosidade inextinguível pelas formas me assaltava e assalta sempre. Ver coisas, ver pessoas em sua diversidade, ver, rever, ver, rever. O olho armado me dava e continua a me dar força para a vida.⁹⁴⁷

Para Arlindo Daibert esta expressão “*olho armado*” era “algo entre a visão crítica e o exercício do prazer”⁹⁴⁸. Tal exercício crítico com a visualidade em geral, só poderia construir uma forma de se expressar distinta que transformava a consciência de seu entorno em poesia. Dessa forma, durante o período em que viveu no Rio de Janeiro, participou ativamente da vida cultural estabelecida ali, chegando a escrever textos críticos sobre manifestações artísticas diversas para jornais da cidade. Essa forma de atuação pode ser entendida como um princípio, um exercício daquilo que viriam a ser os *retratos-relâmpago* da década de 60. Sua prática textual abordava de outra forma a crítica de arte. Ainda segundo Arlindo Daibert, no Rio de Janeiro “tornou-se amigo de diversos artistas: Di Cavalcanti, Portinari, Flávio de Carvalho, Guignard, Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes.”⁹⁴⁹ A partir dessa convivência no ambiente formado por amigos pintores, se forma o primeiro núcleo de sua coleção. Considerando-se sua vida e obra, pode-se perceber que nela, somente um pequeno conjunto foi comprado pelo “coleccionador”. Em sua maioria é constituída de obras oferecidas a Murilo

⁹⁴⁶ GUIMARÃES, Júlio Castañon (Org.). **Caderno de Escritos/ Arlindo Daibert**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995. p. 107.

⁹⁴⁷ MENDES, Murilo. **A idade do serrote**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 178.

⁹⁴⁸ GUIMARÃES (Org.), **Caderno de Escritos/ Arlindo Daibert**, p. 109.

⁹⁴⁹ GUIMARÃES (Org.), **Caderno de Escritos/ Arlindo Daibert**, p. 110.

Mendes e Maria da Saudade por amigos/artistas, como atestam as inúmeras dedicatórias e cartões assinados. Além disso, são os diversos retratos feitos e presenteados por alguns dos artistas citados acima.

Na Europa adquire algumas gravuras que deixam claras as afinidades, escolhas e critérios. Murilo Mendes tem consciência da importância do conjunto até então estabelecido e adquire obras que dão mais peso à sua coleção: Picasso, Braque, Rouault, Chagall, Ensor. Além disso, continua ganhando obras importantes e ao visitar o ateliê de amigos recebe, por exemplo, guache oferecido por Magritte, gravura de Léger, colagem de Max Ernest.

Mais tarde, se estabelece definitivamente na Itália, exercendo a função de professor na Universidade de Roma e Pisa sobre Cultura Brasileira. Neste período torna-se amigo de artistas importantes do contexto italiano e dessa forma se estrutura a forma do acervo que hoje conhecemos como coleção Murilo Mendes pertencente à Universidade Federal de Juiz de Fora.

É possível perceber que independente de onde o poeta tenha se estabelecido, os amigos/artistas são um fato constante. Seu apartamento em Roma era famoso pelas reuniões desses amigos. Essa convivência parecia nutrir sua poesia que por muitas vezes fez referência à visualidade dos quadros ou à relação estabelecida com os artistas. “[...] Essas obras foram, [...] reunidas por Murilo em seu [...] apartamento [em] Roma. São testemunhos de amizade, lembranças de visitas a estúdios, [...] um retrato de seu universo afetivo e intelectual.”⁹⁵⁰

Um poeta, cinco artistas.

O retrato sempre exerceu este “[...] fascínio inegável sobre a imaginação humana [pelo fato de] dentre as obras de artes visuais [...] [serem aquelas que] mais se pode dizer que possuem uma consciência e, portanto, uma alma, uma entidade dotada de reflexão e sentimentos.”⁹⁵¹ Portanto esta prática influencia não somente o retratado através do confronto com a sua imagem feita pelo artista, mas também o observador, que sempre reconstrói essa imagem a cada encontro que tem com ela.

Como já citado anteriormente, a partir de amizades e relações intelectuais, Murilo Mendes sempre se mantém próximo do universo das artes plásticas. Através dessa

⁹⁵⁰ GUIMARÃES (Org.), *Caderno de Escritos/ Arlindo Daibert*, p. 105.

⁹⁵¹ TEIXEIRA, Coelho; MOLINO, Denis Donizete Bruza. *Olhar e ser visto = To Look And Be Seen*. São Paulo: Comunique, 2008. P. 16.

proximidade são criadas várias imagens suas, pois tal personalidade e trabalho poético tocam os artistas que percebem não somente a sua importância como criador de diversos e belos poemas e textos, mas também como criatura inquietante, tornando-se impossível permanecer impassível diante de sua presença. São vários os retratos de Murilo Mendes feitos por diversos artistas, contudo serão listados abaixo os trabalhos de cinco artistas que elucidam o tratamento diversificado e as igualdades que uma mesma pessoa pode receber quando se torna uma imagem.

Alberto da Veiga Guignard (1896-1962) foi o artista que a convite de Juscelino Kubitchek fundou a Escola de Belas Artes de Belo Horizonte onde atuou por 19 anos. Tendo estudado na Europa durante um período de sua vida, foi influenciado por movimentos de vanguarda alemã e no Brasil por artistas brasileiros, como Ismael Nery. Fixou tipos e paisagens brasileiras com lirismo e certa ingenuidade, sempre dando importância ao desenho e a uma pintura de finas camadas. Cria uma imagem distante e estática de Murilo Mendes, que ainda jovem, aparece com áreas bem delimitadas onde a figura plana está no fundo numa fusão de cores pastéis contrastando com o escuro do terno do poeta. Segundo Sérgio Micelli:

Guignard fizera um pequeno retrato a óleo do jovem poeta em 1930. [...] o retrato [...] o situa no interior de um cômodo [...] e remete, por sua vez, aos autorretratos do próprio Ismael Nery. [...] Murilo encara de frente o espectador com olhos amendoados bem abertos, cabelos penteados para trás, as orelhas meio de abano, percebendo-se um delineamento delicado no desenho do rosto, em especial dos lábios carnudos e do nariz com sua peculiar conformação de peça esculpida tal como revelam certas fotos do escritor. O semblante absorto transmite um misto de inquietação e energia contida, sendo um tanto surpreendente o contraste entre a juventude do retratado e sua expressão compenetrada e responsável.⁹⁵²

Guignard conviveu rapidamente com Murilo Mendes, muito provavelmente por intermédio de Ismael Nery, amigo próximo do poeta e figura que polarizava diversas pessoas em torno de uma personalidade solar. O poeta/artista teve tempo suficiente de conviver com Murilo Mendes apesar da morte prematura e produziram trocas intelectuais determinantes para a forma como o poeta vem a compreender a vanguarda moderna. Através da grande proximidade, trabalharam juntos e “conforme os relatos de Murilo têm-se a impressão de que ele lhe devia [ao artista] quase tudo, desde a aprendizagem visual e estética, passando pelas

⁹⁵² MICELLI, Sérgio. **Imagens Negociadas: Retratos da Elite Brasileira (1920-40)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Pgs. 70,71

disposições mundanas, até o fervor religioso e identidade confessional.”⁹⁵³ Ainda segundo o autor, sobre as imagens do poeta feitas pelo artista:

Um elemento surpreendente da relação entre ambos, de algum modo perceptível em quase todas as imagens visuais de Murilo produzidas por Ismael, e vice-versa, em todas as imagens poéticas de Ismael compostas por Murilo, e sobretudo, nos depoimentos de Murilo sobre Ismael publicados em 1948, é a fortíssima tendência projetiva de um em relação ao outro, operando como se fossem figuras no limite intercambiáveis, ou melhor, como se cada um deles funcionasse como um duplo do outro, em condições de incorporar desde a postura, as roupas, passando pelos traços fisionômicos, pelas idéias, projetos, fantasias, inclusive pelo fervor religioso.⁹⁵⁴

Já Cândido Portinari (1903-1962) estabelece uma outra formação imagética de Murilo Mendes. Filho de imigrantes italianos estudou na Escola Nacional de Belas Artes onde ganhou viagem-prêmio para a Europa, sendo sempre relacionado na lista dos artistas brasileiros mais importantes tendo feitos diversos trabalhos para instituições nacionais e internacionais. Ao contrário de Guignard que faz uma imagem clara, de tons pastéis, Portinari um retrato escuro, espiritual, que mais do que uma imagem representa a presença do poeta.

O retrato feito por Portinari adota uma orientação distinta, tanto no plano estrito da composição como em termos de significado associadas à imagem produzida. Tudo se passa como se um foco de luz mística desse transparência opalina à figura do retratado, incidindo ainda em algumas dobras das mangas e no colarinho da camisa, bem como nos lábios e no nariz. A camisa num esverdeado-claro, o tratamento cézanniano-cubista das mangas, o pescoço esticado a la Modigliani, a figura delgada e esguia do poeta dando a impressão de estar flutuando por conta das diagonais da camisa, as tonalidades suaves [...] conferem á composição um clima etéreo e misterioso, como que impregnando o semblante de espiritualidade, tirando corpo a uma imagem fluorescente, iluminada de dentro de rosto translúcido quase imaterial.⁹⁵⁵

Os três trabalhos apresentados até então demarcam relações de amizades, mas se tratam de proposta de retratos feitos de maneira até certo ponto formal. No caso do desenho feito por Arpad Szenes (1897-1985) o tratamento da imagem de Murilo Mendes se embasa na proximidade de uma forma diferente: através dos fragmentos de uma grande amizade e da convivência constante. O artista era judeu húngaro naturalizado francês e casado com Maria Helena Vieira da Silva, considerada uma das maiores pintoras portuguesas deste século, teve que se mudar para o Brasil em 1940 junto com sua esposa para fugir da guerra, pois ele não

⁹⁵³ MICELLI, Sérgio. **Imagens Negociadas: Retratos da Elite Brasileira (1920-40)**, p 68.

⁹⁵⁴ MICELLI, Sérgio. **Imagens Negociadas: Retratos da Elite Brasileira (1920-40)**, p 69.

⁹⁵⁵ MICELLI, Sérgio. **Imagens Negociadas: Retratos da Elite Brasileira (1920-40)**, p 71.

foi aceito em Portugal e ela conseqüentemente perdeu sua nacionalidade. Encontrando abrigo no país, acabaram se aproximando de diversos artistas e escritores brasileiros, tendo inclusive recebido muita ajuda destes amigos.

Seus retratos, denotam a informalidade e camaradagem da convivência entre os casais, como por exemplo os poucos e precisos traços desenhados por Szenes e que configuram Murilo com a mão direita segurando o rosto e que o próprio poeta intitulou ‘Murilo Mendes ouvindo música’. Obras que se gostam de ver, não pelo apuro estético mas pela lembrança que evocam.⁹⁵⁶

No que diz respeito aos trabalhos de Flávio de Carvalho (1899-1973), não se pode deixar de considerar o perfil de um artista de produção dispersa que atuou profundamente não só na produção de obras de artes, textos, projetos arquitetônicos e teatrais. Buscava responder à questão da ‘arte moderna brasileira’ de modo questionador, crítico e inovador. Qualquer que fosse o suporte, o modo de ser no mundo era o alvo de sua criação. E isso ficava claro em seus trabalhos ‘tradicionais’ em formato de desenho e pintura, de caráter expressionista, mas também nas experiências interdisciplinares com a arquitetura, moda, religião dentre outros.

Ele crê e quer se aprofundar cada vez mais na materialidade do ser, expondo-o de maneira única e talvez por isso, pode-se dizer que a escolha pelo retrato também não é aleatória. Através de uma capacidade e a necessidade ímpar de adentrar o universo particular da personalidade de seus retratados e este é um dado determinante da forma expressiva e peculiar de sua atuação em artes visuais. O fato de gravitar por diversas áreas de conhecimento através de suas atuações favoreceu a convivência com importantes nomes de distintas áreas de produção intelectual. Ele transitou por este espaço de construção sempre buscando além de produzir, fomentar discussões sobre a produção de arte no Brasil. Foi um dos membros fundadores do *Clube de Arte Moderna* (CAM) de São Paulo na década de 30, um espaço que teve intensa programação cultural, artística e intelectual, através de conferências exposições, programações musicais e teatrais além de escrever textos e críticas de artes.

Seus retratos sobre Murilo Mendes apresentam uma dinâmica inquietante que demonstram o olhar aguçado do artista para a mente do poeta que não parava, pois o olho buscava na visualidade elementos que eram impreterivelmente transformados em poesia. Segundo Sangirardi Jr, Flávio de Carvalho “era um grande desenhista. Jamais (o) vi traçar

⁹⁵⁶ ELEOTÉRIO, Murilo Mendes, *Colecionador*, pgs 44, 47, 49

qualquer esboço prévio, a lápis ou carvão: o pincel ia direto da paleta para o quadro.”⁹⁵⁷ Dessa forma, desenho e pintura podem ser entendidas enquanto obras autônomas que apresentam o poeta em particularidades, mas também com diferenças: o gesto do desenho, construído em linhas rápidas que conformam uma imagem dinâmica de movimento frenético e inquieto, como feixes que podem se desfazer a qualquer momento. Já a pintura se constitui em sua mais ampla materialidade sendo poeta e fundo conjugados no mesmo espaço plano da tela. Massas de cores que se interpenetram e ao mesmo tempo em que se delimitam, se fundem formando um corpo/aura de presença e cores. Em comum, ambas apresentam uma ênfase inegável no olhar, que ao mesmo tempo penetra e distancia: seria essa a tradução visual - e proposital - para o “olhar armado” do poeta?

Conclusão

Pertença à categoria não muito numerosa dos que se interessam igualmente pelo finito e pelo infinito. Atraem-me a variedade das coisas, a migração das idéias, o giro das imagens, a pluralidade no sentido de qualquer fato, a diversidade dos caracteres e temperamentos, as dissonâncias da história.⁹⁵⁸

Murilo Mendes é um personagem complexo e extremamente rico que rende espaço para um vasto desenvolvimento de estudos sobre sua múltipla e diversificada rede obras, relações e interesses. Entender sua produção apoiada nos seus textos, livros, margens com anotações pessoais nos livros, relações intelectuais e de amizade, interesses por cultura e crítica dão conta não só de sua obra como também sobre sua vida.

Para pensar e tentar compreender uma imagem formada por um artista em especial, de uma obra específica deste grande acervo, tornou-se necessário conhecer aspectos da personalidade e da vida do poeta, até então escrito e reescrito por diversos autores. Dentro deste exercício se fez essencial a comparação das diferentes imagens criadas por alguns artistas, já que as representações feitas demarcam “um movimento da alma do retratado, o movimento de sua mente, de sua imaginação, de sua reflexão, de seus sentimentos. [Vemos] o que ainda se passa.”⁹⁵⁹ Levando-se em consideração a perspectiva da construção do retrato de forma diferenciada na arte moderna, percebe-se a liberdade com que cada artista trata o trabalho gerando retratos diferentes da mesma pessoa, mas que contém alguns traços iguais

⁹⁵⁷ SANGIRARDI, Júnior. **Flávio de Carvalho: o revolucionário romântico**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 77

⁹⁵⁸ MENDES, Murilo. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 46.

⁹⁵⁹ TEIXEIRA, Coelho; MOLINO, Denis Donizete Bruza. *Olhar e ser visto = To Look And Be Seen*, p. 84.

ainda que sutis. Dessa forma somente através de uma aproximação, ainda que breve, é possível perceber similaridades e diferenças do retratado e de quem o retrata em sua única e moderna forma de retratar. Sobre as características do retrato moderno:

[...] extravasam o domínio da estética porque é na verdade uma outra concepção da vida e do mundo que se instaura – vida e mundo agora flutuantes, sem amarras precisas e distantes da imobilidade e da perenidade que moveram a arte e o desejo de retratar nos períodos anteriores. Nada mais é igual a si mesmo (desde a pessoa representada, os objetos, até o observador).⁹⁶⁰

Articular as obras pesquisadas aos interesses e relações estabelecidas por Murilo Mendes e Flávio de Carvalho tem sido de suma importância para tentar compor o entorno da dissertação que mais do que analisar formalmente os retratos, parte do princípio que eles se configuram enquanto verdadeiros relatos da intensidade que é presente em ambos e que quando se encontram não poderia gerar resultados diferentes. Obviamente não está em jogo somente as particularidades da expressão e personalidade do poeta, assim como a explosão do traço, formas e cores do artista. Antes de tudo estas obras representam um ponto de encontro entre a história de Juiz de Fora através do interesse pelas artes visuais de Murilo Mendes que deu origem à base do acervo do MAMM - espaço importantíssimo para a cidade - e o exercício da arte moderna no Brasil que se constituiu como prática efetiva de Flávio de Carvalho e influência inicial e determinante na obra de Murilo Mendes.

Referências Bibliográficas

ELEOTÉRIO, Maria de Lourdes. **Murilo Mendes, Colecionador** In: **Remate dos Males**. Campinas: Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, no. 21, 2001. Pgs.: 31 a 62.

GUIMARÃES, Júlio Castañon (Org.). **Caderno de Escritos/ Arlindo Daibert**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995. 188 pgs.

MENDES, Murilo. **A idade do serrote**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 178.

MENDES, Murilo. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 46.

MICELLI, Sérgio. **Imagens Negociadas: Retratos da Elite Brasileira (1920-40)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 174 pgs.

TEIXEIRA, Coelho; MOLINO, Denis Donizete Bruza. **Olhar e ser visto = To Look And Be Seen**. São Paulo: Comunique, 2008. 187 pgs.

⁹⁶⁰ TEIXEIRA, Coelho; MOLINO, Denis Donizete Bruza. *Olhar e ser visto = To Look And Be Seen*, p.19.

Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.”

ISSN: 2317-0468.

24 a 28 de maio de 2010

PEREIRA, Maria Luisa Scher. **Tempos de Murilo - II Visita ao Acervo do Poeta: as Obras e as Margens.** In: **Ipotesis – Revista de estudos Literários.** Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 6, no. 1, Jan/ Jun, 2002. Pgs.: 12 a 18

SANGIRARDI, Júnior. **Flávio de Carvalho: o revolucionário romântico.** Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, 108 pgs.